

necessidades a que a a

os olhos do passado?

as necessidades a que a arquitectura tem de dar resposta?

Há deficit de cultura arquitectónica na sociedade de hoje?

A arquitectura insinua-se, isola-se ou dá resposta à sociedade?

A arquitectura insinua-se, isola-se ou dá resposta à sociedade?

que, por vezes, a arquitectura ainda é ausente da organização do espaço?

na sociedade?

Porque é que, por vezes, a arquitectura ainda é au

arquitectura de hoje com os

Quais as responsabilidades qu

A arquitectura insinua-se, isola

responsabilidade dos arquitectos

(em) o(s) arquitecto(s) hoje em Portugal?

de cultura arquitectónica na sociedade

A QUESTÃO DO ARQUITECTO

A sociedade portuguesa e o arquitecto, hoje

Carolina Coelho

na sociedade de hoje?

que a sociedade, como um todo, atribui aos arquit

Quais as responsabilidades que a sociedade, como um todo, atribui aos arquit

Carolina Coelho

A QUESTÃO DO ARQUITECTO

A sociedade portuguesa e o arquitecto, hoje

Prova Final
de Licenciatura em Arquitectura orientada pelo
Professor Doutor Arquitecto José António Bandeirinha

Departamento de Arquitectura
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Universidade de Coimbra

Coimbra, Outubro de 2008

*Ao meu pai,
por ser assim*

“A QUESTÃO DO ARQUITECTO - A SOCIEDADE PORTUGUESA E O ARQUITECTO, HOJE”

Coimbra, Outubro de 2008

Carolina Coelho

Prova Final de Licenciatura em Arquitectura

DARQ

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

ÍNDICE

ÍNDICE	005
INTRODUÇÃO	007
1. A IMPORTÂNCIA DA ARQUITECTURA COMO NECESSIDADE BÁSICA	013
2. O PESO DA TRADIÇÃO E DA MEMÓRIA	021
Vemos ainda a arquitectura de hoje com os olhos do passado?	
3. A SITUAÇÃO ACTUAL	037
3.1. A ARQUITECTURA	037
3.1.1. Quais as necessidades a que a arquitectura tem de dar resposta?	038
3.1.2. Será que a arquitectura hoje está, efectivamente, a suprir as referidas necessidades da sociedade?	056
Anexos	075
3.1.3. Estão hoje criadas melhores condições para o diálogo da arquitectura com a sociedade?	092
Anexos	101
3.2. O ARQUITECTO	107
A visão do arquitecto / DE DENTRO	
3.2.1. Quais as responsabilidades que os arquitectos devem ter para com a sociedade?	108
Anexos	121
3.2.2. Como se vê(em) o(s) arquitecto(s) hoje em Portugal?	142
Anexos	157
3.2.3 Qual a influência dos arquitectos do <i>star system</i> na sociedade de hoje?	166
3.3. A SOCIEDADE	177
A visão da sociedade / DE FORA	
3.3.1. Quais as responsabilidades que a sociedade, como um todo, atribui aos arquitectos?	178
Anexos	197
3.3.2. Há <i>deficit</i> de cultura arquitectónica na sociedade de hoje?	206
Anexos	217
3.3.3. Porque é que, por vezes, a arquitectura ainda é ausente da organização do espaço?	228
Anexos	235
EPÍLOGO	239
A arquitectura insinua-se, isola-se ou dá resposta à sociedade?	
REFERÊNCIAS	243
SUMÁRIO DE IMAGENS	255
SUMÁRIO DE ANEXOS	259
AGRADECIMENTOS	267

“Não duvida o autor das suas limitações para tratar assunto de tal envergadura; atreve-se a fazê-lo apenas pela consciência que possui da necessidade de tal tema ser tratado, pois julga que uma das grandes batalhas a travar nos nossos dias é exactamente a da organização harmónica daquele espaço com que a natureza nos prodigalizou, batalha essa cuja vitória constitui um “sine qua non” da felicidade do homem.”

Fernando Távora, *Da Organização do Espaço*, Porto, FAUP Publicações, 2006, p 9.

Esta Prova debruça-se sobre a sociedade e tenta estabelecer um diálogo entre esta e o arquitecto, entre dois pólos indelevelmente convergentes, pois o arquitecto também dela faz parte, não obstante a realidade portuguesa de hoje, que ainda não demonstra esta indispensabilidade, de parte a parte.

Assim, esta Prova é uma análise de uma série de variáveis que não são estanques, que orbitam à volta do tema do arquitecto e das suas responsabilidades sociais e, por outro lado, da forma como a sociedade o encara e como vê estas suas responsabilidades.

Começa aqui, nas questões que afloram na mente de uma estudante de Arquitectura, sobre o seu papel, sobre o seu futuro e sobre o que a rodeia, sobre quem e como a rodeiam. Uma estudante que se impõe a analisar esta situação - a sua situação - antes de se imiscuir no mundo do trabalho, nesta realidade que ainda não apreendeu.

A metodologia adoptada começou, desde logo, por apontar as questões certas e mais pertinentes e por lhes encontrar um fio condutor. Deste modo, o *corpus* do trabalho: a relação entre o arquitecto e a sociedade portuguesa de hoje, é analisado através de variáveis que lhes são inerentes. Desta forma cada tema é apresentado sobre a forma de uma questão, cada qual muito abrangente e à qual não se procura pretensiosamente apresentar uma resposta concreta e limitativa, mas sim mostrar uma preocupação e encetar uma análise e reflexão da situação.

Cada capítulo é uma reflexão, acerca de uma variável sobre a qual esta estudante se questionou. Portanto, não se contém em si, procura, sim, contribuir para esclarecer esta análise.

Tendo sempre a consciência da abrangência do tema, porque a sociedade somos todos nós, de forma ampla e aberta, esta análise não se encerra em si e nunca se encerra aqui. Pretende-se, assim, que esta investigação continue, indiciando o futuro de uma investigação posterior. Aqui, levantam-se questões, analisam-se e expõem-se diferentes pontos de vista, sustentados por dados concretos.

Assim sendo, a metodologia de trabalho passou por seleccionar os dados rigorosos, concretos e científicos, que suportam a análise e sobre os quais podemos reflectir. Estes dados estatísticos analisados e que suportam as reflexões, encontram-se ao longo dos respectivos temas: alguns julgados mais relevantes ao longo do texto e os restantes em anexos no final de cada texto. Note-se que estes foram todos tratados graficamente de forma a corresponderem aos critérios gráficos deste trabalho e visando a sua homogeneização e nunca a sua adulteração, referindo sempre a respectiva fonte.

Paralelamente, optou-se por escolher pontos de vista distintos sobre a temática. De facto, a presença de um amplo número de citações nesta Prova resume-se à procura de abrangência de pontos de crítica. As citações assumem-se, desta forma, como expressões de pontos de vista, que entre si estabelecem um diálogo, que demonstram as diferentes formas de encarar cada variável e que, pelo valor dos respectivos autores, permitem sustentar dignamente estas diferentes visões do tema.

Note-se ainda que, no que concerne as citações, estas aparecem ao longo do texto em painel estático, mas desde já assumido. Assume-se que certas verdades em arquitectura são perenes e que continuam actuais e, como tal, podem ser colocadas a par com outras proferidas num contexto temporal mais

recente. Assume-se mais ainda, considera-se que, só através da assunção das perenidades é que nos é permitido ver a mudança e assim estabelecer um painel evolutivo. Deste modo, o painel de citações, devidamente assumido, deixa de ser estático para ser dialógico entre si e crítico da diversidade de pontos de vista actuais, perante as continuidades.

Os critérios na escolha de bibliografia são genericamente muito amplos. A bibliografia específica deste tema consiste, tanto nos dados estatísticos disponíveis como nas publicações diversas sobre a temática em concreto e nos artigos de opinião e entrevistas tanto de arquitectos como de membros da sociedade em geral, que não arquitectos, visando sempre recolher as diversas visões das múltiplas variáveis analisadas. A bibliografia mais generalista logrou em cultivar um pouco mais o tema, permitiu a reflexão sobre diferentes tópicos e sobre a questão de uma forma geral, pois, tratando-se de um tema abrangente a bibliografia *per si* também terá de o ser.

Cada capítulo justifica-se como um contributo para esclarecer a relação entre o arquitecto e a sociedade, que existe sobre tantas formas, que pode ser expresso de diferentes maneiras e que é visto por cada um de forma específica.

O primeiro capítulo é, inevitavelmente, o esclarecimento da arquitectura como uma necessidade básica, como algo indispensável para todos, para toda a sociedade e que terá, pois, de ser encarado como tal. A Arquitectura enquanto forma primordial de organização do espaço é uma necessidade básica da sociedade, é uma prática social que define o palco para o Homem, devendo ser tida, por todos, como tal. Não poderíamos, pois, encetar esta reflexão sem esclarecer a indispensabilidade da arquitectura como ponto de partida, uma vez que, se ela fosse por todos vista como tal, a relação dos seus profissionais com a restante sociedade seria imperiosa e aceite incondicionalmente e as questões que afloram esta estudante seriam outras.

O segundo capítulo analisa a questão do peso da tradição e da memória. Existe em capítulo separado, precisamente porque apresenta reflexões sobre esta variável tanto para a sociedade em geral, como para os arquitectos em concreto, não podendo, por isso, existir como sub-capítulo de nenhum destes pólos isoladamente. Este capítulo justifica-se precisamente porque uma das principais questões que surgiram desde logo foi a forma como o passado pode afectar o presente, mas também como se pode ficar preso a ele. A arquitectura tem a necessidade de acompanhar as coordenadas sócio-culturais e espacio-temporais em que se encontra e de lhes responder directa e concretamente. Concomitantemente, também a sociedade, que está continuamente a evoluir, pode, por vezes, ficar presa ao passado, sobrevalorizando as tradições e com manifesta dificuldade em mudar as mentalidades, sobretudo estéticas. Reflecte-se, assim, sobre a importância incontestável da história mas também a necessidade de responder ao presente e de interpretar o futuro, por todos e para todos.

Este capítulo é, como tal, muito abrangente e integra múltiplas visões. A diversidade de autores aqui expostos justifica-se precisamente pela sua amplitude, por analisar a sociedade, todos nós, e as diferentes formas de encarar o passado e a tradição.

O terceiro capítulo é o cerne do trabalho. Dividindo-se em três partes, corresponde precisamente à análise inicial do estado da arquitectura na realidade portuguesa actual e posteriormente analisa os dois pólos isoladamente: os arquitectos e a sociedade, como um todo.

O sub-capítulo da arquitectura, tenta esclarecer questões relativas ao estado da relação entre a arquitectura e a realidade actual: a sua efectiva ou não disparidade e as necessidades a que deveria dar resposta e se estas estão ou não a ser cumpridas. Questiona-se também sobre o facto desta situação estar ou não a mudar e se estão ou não a convergir os dois pólos, o modo como poderia ser ainda mais estreitada esta relação e a contribuição dos *media* para tal.

Os dois sub-capítulos que se seguem correspondem ao pólo relativo ao arquitecto, na sua relação com

a sociedade – as suas responsabilidades para com esta e a forma como estas estão a ser efectivadas; e o pólo da sociedade, em geral – as responsabilidades que esta atribui aos referidos profissionais e quais as que estão, concretamente, a ser desempenhadas.

Estes sub-capítulos correspondem a duas visões distintas: a denominada “visão de dentro”, da estudante que inevitavelmente já faz parte do mundo da arquitectura e de todos os outros profissionais; e a “visão de fora” da restante sociedade, para com os arquitectos.

Ambos os temas começam por se debruçar sobre a forma como as responsabilidades dos arquitectos deveriam ser encaradas: como os arquitectos deveriam agir e como a sociedade pensa que eles deveriam agir para com esta, referindo, assim, os dados legais, presentes na Constituição, nos estatutos da Ordem dos Arquitectos e as directivas europeias sobre o assunto. Uma segunda questão levanta-se sobre o que, de facto, está a acontecer, como é que os arquitectos se vêem realmente e como a restante sociedade os vê, não utopicamente mas concreta e realmente, suportando-se inevitavelmente pelos dados estatísticos de diversas publicações, tanto da Ordem dos Arquitectos como do INE.

O sub-capítulo do arquitecto analisa ainda a forma como o reconhecimento superior de alguns arquitectos do denominado *star system*, pode ajudar a divulgar a arquitectura e a sua necessidade, ou crivar-lhe um estigma de supérflua, elitista ou simplesmente autista da realidade em que se insere.

O sub-capítulo da sociedade debruça-se ainda sobre a sua visão, por vezes desfasada, em relação à arquitectura e sobre a sua falta de formação para esta área que a impede de a interpretar, valorizar correcta e completamente e de exigir a qualidade que lhe é necessária. Analisa, assim, o porquê de a sociedade se contentar com o desempenho mediocre de alguém que não é especialista. Debruça-se ainda sobre o facto da arquitectura ainda estar ausente da organização do espaço em múltiplas e infelizes situações, em que a sociedade pensa que a figura do arquitecto é dispensável e um luxo desnecessário.

Apesar de serem tratados com a mesma metodologia de análise, o critério de escolha de bibliografia variou nestes dois sub-capítulos. Na temática do arquitecto recorreu-se, para além dos inquéritos realizados aos profissionais em concreto, a interpretações diversas de arquitectos sobre a sua posição na sociedade, visões todas elas distintas e que demonstram a amplitude das suas responsabilidades sociais e as diferentes formas como estas podem ser interpretadas. Já na temática da sociedade, recorreu-se aos dados estatísticos para exprimir a opinião da sociedade de uma maneira geral e a citações de pessoas que não fossem arquitectos. Para tal, utilizaram-se artigos de opinião de diferentes profissionais de outras áreas que opinam sobre a arquitectura, sempre com a noção de que se trata apenas de uma elite restrita e culta e de que nunca se poderia tratar de uma posição pessoal pois, enquanto estudante de arquitectura a posição pessoal já não seria isenta e nunca interpretaria correctamente a “visão de fora”.

Depois de abordadas todas estas variáveis e reflectido sobre a relação entre o arquitecto e a sociedade nas suas múltiplas vertentes, o epílogo surge em jeito de súmula, não para apresentar respostas concretas e estabelecer dogmas ou doutrinas, mas para lembrar o peso de todos estes temas para a análise geral e os diferentes pontos de vista que existem e que ilustram diferentes visões sobre a figura do arquitecto, a forma como este deve interpretar a sua posição na sociedade e o modo como a sociedade o deve abraçar, reconhecer ou estabelecer formas para que tal aconteça.

No fundo, trata-se de perceber o que nos rodeia e qual o papel do arquitecto nesse panorama. O que fazemos, para quem fazemos e como somos encarados por fazê-lo...

1. A IMPORTÂNCIA DA ARQUITECTURA COMO NECESSIDADE BÁSICA

“Queria começar por esclarecer que considero a arquitectura uma abstracção e considero no entanto a obra de arquitectura a única capaz de responder às necessidades do homem.”(1)

Começamos exactamente pela mesma citação de Mário Botta, no seu livro *Ética do Construir*, porque cabe a este capítulo inicial esclarecer a necessidade da arquitectura, sua pertinência para a vida do Homem e sua preponderância para a sociedade.

A arquitectura como palco da vida

Antes de qualquer outro argumento, é crucial assumir desde logo que a arquitectura abrange tudo, todo o espaço em que se desenrolam as actividades humanas, qual “contentor de vida” (2), palco da sociedade e parte integrante dela.

Ao responder à necessidade do Homem de “organização do espaço”, define o palco da sua vida e o modo como o Homem nele se relaciona e o experimenta. Mas a arquitectura é mais do que um cenário passivo à espera de ser habitado, a arquitectura influencia a forma como vemos e vivemos no mundo e, consequentemente, gera vida, gera sociedade, faz parte dela, cria-a e integra-a. Neste sentido, podemos, então, afirmar que a organização do espaço é também a organização da sociedade?

“Os arquitectos quando intervêm no meio físico fazem-no de uma maneira muito estrita, propõem contentores de vida; quer seja um edifício, uma casa, uma escola, uma estação de caminho de ferro, um aeroporto, uma rua, uma praça, um parque, uma paisagem, etc., a obra que resulta como consequência dos projectos de arquitectura são obras que entrecruzam com a vida, interferem com a vida das pessoas, com a vida orgânica e com a temporalidade da própria vida, sendo esta dimensão fundamental. A sociedade corresponde às formas de organização que as pessoas encontram para funcionarem como tal, é basilar, portanto não existe sociedade se não houver vida, e esta por sua vez interfere reciprocamente com as obras que habita, sejam edifícios ou paisagens.”(3)

Assim sendo, a arquitectura afirma-se como um agente cultural, que gera um novo contexto e propõe um novo equilíbrio, cria conhecimento e visão, toca todos os campos da vida, do Homem e naturalmente todas as outras disciplinas.

A arquitectura tem um significado cultural inequívoco para todas as áreas que nela se desenrolam e com as quais se cruza. No que concerne o relacionamento social e a cultura de cada sociedade, a arquitectura define o modo como as pessoas se relacionam, vivem e se comportam. Determina também o grau de afectividade e espiritualidade da sociedade que alberga, suas aspirações e padrões de felicidade; trata da logística da economia, de todos os edifícios onde as transacções se processam; das funções e todos os seus sectores: educação, saúde, justiça,...

Ao unir o desenho e a intenção a uma vontade e objectivo último de concretização, a arquitectura torna-se realidade e faz parte integrante dela. Como tal, tem de se aproximar das vivências do Homem, das suas necessidades e aspirações, para melhor lhes responder.

“A obra de arquitectura concretiza a síntese entre o pensamento do arquitecto (ainda que abstracto ideológico) e a realidade. Uma realidade que é antes de mais a condição geográfica: a arquitectura transforma uma condição de natureza numa condição de cultura. Esta transformação modifica um equilíbrio espacial existente num novo equilíbrio. O encontro entre o mundo ideológico do pensamento, o mundo abstracto do desenho e o mundo da realidade é também encontro com uma situação histórica, com uma entidade cultural, com uma memória da qual o território está impregnado e que, julgo, a arquitectura deve ler e repropor através de novas interpretações, como testemunho das aspirações, das tensões, das vontades de mudança do nosso tempo.”(4)

A arquitectura é, indubitavelmente, uma prática social, agarrada à realidade e plenamente comprometida com ela, em que o Homem, e toda a sua complexidade, são o seu tema central.

“O Homem e a sua respectiva vida humana é evidentemente um tema fulcral e fundamental na arquitectura, é a base. Para um ser existente, a construção de algo tem sempre uma dimensão, uma forma de vida, altera-se. A reflexão permanente sobre o que a vida é, onde se encaixa ou como é albergada, é o tema.”(5)

Arquitectura como direito fundamental do Homem

A sociedade necessita e vive do espaço, e o espaço é, na verdade, o objecto de estudo da arquitectura. A “organização do espaço” é a sua prioridade e a forma como o desenho e o projecto do arquitecto se

materializam é que faz da arquitectura parte da realidade.

A arquitectura, ao dar forma aos espaços, constitui-se como o instrumento basilar ao qual o Homem recorre para viver: para habitar, para trabalhar, para se relacionar, para investigar, para ir mais além,... Deste modo, é um acto fundamental e um direito intrínseco da população ter espaços onde a qualidade e a harmonia (6) perseverem, de forma integrada com a realidade existente e integrando todas as outras áreas que neste espaço se vão desenrolar. Assim, a arquitectura tem de dar resposta a novos programas introduzidos pelo Homem, assim como aos restantes programas, já existentes, mas em constante actualização.

Benedetto Gravagnuolo afirma, no prefácio do livro de Mário Botta, *A Ética do Construir*:

“Como o pão e a água, a qualidade do ambiente construído surge como um direito fundamental do homem.”(7)

A arquitectura cria um modo de ver o mundo e de nele viver. Ao dar forma, introduz uma disciplina e traça um discurso para a construção da sociedade e da identidade de cada homem em particular, define-nos, diz-nos quem somos, o que fazemos e como o fazemos. Trata-se, claramente, de um direito inalienável do Homem e uma prática social.

“[...] a Arquitectura, como fenómeno eminentemente social, por representativo ou instigador de expressões de cultura, tem de estar *certa* para um determinado lugar, um determinado tempo histórico – foi o que alguns homens “impressionáveis”, aí e então souberam e puderam fazer, não isolados, mas enquanto que membros de uma sociedade.”(8)

O espaço

O espaço, sendo contínuo, tem de ser tratado como tal.

A arquitectura é o desenho e organização do espaço em toda a sua plenitude organizacional, funcional, estética e vivencial. Desta forma, a arquitectura não se pode assumir, como comumente se constata, como a arte do edifício objecto, do monumento, do edifício do *star system* que pontua ocasional e iconograficamente a cidade, mas há que tratar a cidade como um todo, com a qualidade que se ensaja. Este conceito de arquitectura do génio e do objecto afirma cada vez mais a barreira entre a arquitectura e a sociedade, entre o espaço de todos nós e dos profissionais mais adequados para o trabalhar.

“O arquitecto ocupa-se da arquitectura. A arquitectura consiste na criação de edifícios. Os edifícios são construídos ao lado uns dos outros. Assim, temos estabelecimentos de vários tipos: aldeia e cidade, metrópole e megalópole. Deste modo, o arquitecto ocupa-se da maior parte do complexo físico dos estabelecimentos humanos, que corresponde a dois terços dos investimentos totais feitos neles.

É nos estabelecimentos humanos que nascemos, que passamos a maior parte das nossas vidas, e é aí que morremos. É neles que a humanidade vive, trabalha e cria. É aqui que nasce e se desenvolve a civilização.

Assim, se o arquitecto quiser olhar para a sua própria actividade, se quiser parar por um momento e pensar sobre o que está a fazer, não pode falar da arquitectura como arquitectura de edifícios, e muito menos do seu projecto. Tem de pensar nos estabelecimentos humanos que está a encher – três de cada quatro partes deles – e no tipo de vida que o homem está a viver adentro deles.”(9)

A cidade não é arte, mas a cidade também não é pura técnica, a cidade é o objecto da arquitectura como sendo o espaço por excelência. A cidade é o espaço de todos e para todos, porque todos nós influímos no espaço que habitamos.

“Reivindicar o direito da arquitectura à plena cidadania é fazer convergir o país imaginado com o país real, é alargar os espaços de viabilização dum conhecimento que o país já não pode dispensar, mas é também criar hábitos de reflexão e de confronto entre esses dois universos.

Arquitectura e público são dois conceitos indissociáveis.

A arquitectura é pois uma arte eminentemente cívica.”(10)

“A organização do espaço” é, como tal, obra de todos, porque qualquer pessoa, ao estender um tapete, ao abrir uma porta, ... altera um espaço, a sua percepção, a sua forma de usufruir, a sua vivência. Muitas profissões relacionam-se directamente com o espaço: o jardineiro, o electricista, o engenheiro, o decorador, ... A colaboração de todos é crucial para que o espaço se afirme como um todo, uno e qualificado. Se agirmos todos com a mesma intenção, objectivos e pressupostos, significará que temos

o mesmo *background* e a mesma visão de futuro, sabemos o que queremos para o espaço, conhecemos as suas circunstâncias e a sociedade em que se insere. O problema que se nos depara hoje é que nem todos dominamos a mesma linguagem, os mesmos conceitos e ideais formais, não conseguimos interpretar o que outros dizem e outras formas de pensar e temos sobretudo dificuldade em descodificar os códigos segundo os quais as outras partes pensam, agem ou vivem a arquitectura e o espaço. É essa uma das maleitas mais graves da relação entre a arquitectura e a sociedade: a sua clara dificuldade de comunicação, de descodificação de signos, de compreensão das formas de pensar, de interpretação da imagética de cada uma, de desconhecimento das necessidades e objectivos que cada uma comporta, em suma, os diferentes estádios de desenvolvimento, o desfasamento de nível de cultura arquitectónica, o desconhecimento do que se está a fazer e do que a sociedade tem o direito de exigir.

A responsabilidade social do arquitecto

O arquitecto, tal como outros profissionais das múltiplas áreas de relação com o espaço, tem um papel mais marcado e de maior responsabilidade para o interesse colectivo e mais ampla capacidade de resposta às necessidades sociais. Quanto mais adequada, integrada e cabal for a resposta às solicitações do espaço, de cada espaço, do espaço como um todo, mais harmoniosa será a vida do homem nele:

“Não duvida o autor das suas limitações para tratar assunto de tal envergadura; atreve-se a fazê-lo apenas pela consciência que possui da necessidade de tal tema ser tratado, pois julga que uma das grandes batalhas a travar nos nossos dias é exactamente a da organização harmónica daquele espaço com que a natureza nos prodigalizou, batalha essa cuja vitória constitui um “sine qua non” da felicidade do homem.”(11)

O arquitecto carrega a responsabilidade social de gerar comportamentos enquanto “organizador de espaço” e criador de formas por excelência; enquanto agente capaz de responder às necessidades de cada homem e da sociedade, de interpretar as suas dificuldades, as suas aspirações e acima de tudo a forma como os programas são resolvidos e enquanto profissional da qualidade do espaço, conferindo-lhe características adequadas, calibrando os factores de conforto, dimensão, funcionalidade, circulação e bem-estar.

Cabe ao arquitecto, neste sentido, conhecer em profundidade o que se pretende para cada situação, de forma a lhe responder mais cabalmente. O arquitecto tem de conhecer a sociedade para lhe propor uma solução adequada e integrada, uma vez que o seu projecto, concretizado, se vai tornar realidade e palco de outras realidades.

A qualidade do espaço

A arquitectura influi no ambiente, na geografia, no espaço físico, mas também na dimensão psicológica do homem, dando resposta aos seus desejos, muito para além da funcionalidade e pura dimensão técnica do espaço. A necessidade de ir mais além, de atingir um grau de elevação estética, artística, emocional e simbólica é um elemento indissociável da arquitectura, muitas vezes considerado um luxo e uma dimensão supérflua, mas que é parte integrante da necessidade de qualidade do espaço. Uma obra, para ser efectivamente de arquitectura tem de ser funcional, mas também tem de ser algo mais. A arquitectura deve tocar as pessoas, ultrapassar o seu valor material e a sua função utilitária e incitar valores estéticos, simbólicos, sociais e culturais.

A arquitectura, tal como a moda e tantas outras áreas, tem de ir mais além, para lá da função utilitária. A arquitectura é, verdadeiramente uma necessidade básica enquanto resposta à necessidade de abrigo e de resguardo, mas também se assume como uma necessidade básica para a vida do Homem enquanto veículo de valores emocionais também eles cruciais para a vida.

“Porque a arquitectura é uma arte muito comprometida com a prática, com o real, com as necessidades sociais, políticas, económicas, etc. a arquitectura é obrigada a viver. E é obrigada a viver na sua relação com as massas. Embora se possa também dizer sobre a arquitectura, como disse o [Walter] Benjamin da arte em geral, que é uma forma artística que perdeu a aura. Hoje a arquitectura é muito mais frágil do que sempre foi, muito mais popular do que sempre foi, muito mais sujeita a todas as mudanças de estilo e de apreciação do que sempre foi, mas mesmo assim,

como é feita para durar e é tão amarrada à realidade, liberta-se um pouco dos problemas exclusivamente metafísicos, por assim dizer, das outras formas artísticas.”(12)

A qualidade não é, portanto, um custo suplementar do projecto e conseqüentemente da obra e da realidade, não obstante a situação com que nos deparamos hoje em dia. Efectivamente, a sociedade de hoje desconhece o que tem direito a exigir de um espaço e qual o grau de qualidade que este deve ter. Deste modo, o desconhecimento do que deve exigir e dos seus direitos cívicos, conduz a esta situação de efectiva negligência do espaço e da pertinência e objectivos da arquitectura.

O descumprimento da qualidade do espaço afecta toda a realidade, afecta o Homem e a sua felicidade:

“A delapidação é assim um processo de criação de formas desprovidas de eficiência e de beleza, de utilidade e de sentido, de formas sem raízes, verdadeiros nados-mortos que nada acrescentam ao espaço organizado ou o perturbam com a sua existência.

E esta “doença” do espaço tem aspectos vários: afecta, por exemplo, a economia na medida em que as formas criadas não são eficientes ou, se o são por si, não o são no sentido mais amplo da posição que ocupam; afecta a cultura na medida em que as formas criadas destroem valores existentes ou não criam valores de significado cultural; afecta, numa palavra, o homem, na sua vida física e espiritual, na medida em que as formas criadas não servem para o prolongar, servir e enriquecer mas apenas concorrem, pela desvalorização do seu ambiente físico, para o perturbar em aspectos múltiplos da sua existência.” [...]

A delapidação do espaço, que poderemos classificar de pecado contra o espaço, constitui, porventura, uma das maiores ofensas que o homem pode fazer tanto à natureza como a si próprio e da existência dessa possibilidade de acção negativa, em contraste com a possibilidade de uma acção positiva, resulta o drama do homem organizador do espaço, drama que constitui garantia de que esta é uma das mais altas funções que o homem pode atribuir-se.”(13)

A habitação

Cabe-nos agora referir a habitação, como problema básico da organização do espaço e criador do espaço mais íntimo, particular e dedicado a cada indivíduo. A habitação é tradicionalmente em Portugal um dos maiores desejos dos indivíduos. A habitação é, inequivocamente, a necessidade primordial do Homem para viver - estar na posse de um espaço onde se possa abrigar. Se a noção de abrigo é efectivamente uma das necessidades mais prementes do Homem, a arquitectura, enquanto organizadora do espaço, neste caso, a habitação, assume-se inquestionavelmente como uma necessidade básica cujo objecto de estudo é precisamente o espaço basililar para o Homem e para as suas vivências.

“A importância do tema da “Habitação” é manifesto. Problema básico de qualquer civilização (não é possível “viver” sem “habitar”), a habitação é um índice da própria civilização. Não se trata pois dum “problema novo”, mas sim com “novos aspectos” ou velhos aspectos “agravados recentemente” [...].”(14)

O programa da habitação implica o conhecimento exacto da sociedade onde se insere mas, acima de tudo, das necessidades específicas do cliente, membro de uma sociedade, mas com a sua individualidade. A dificuldade da arquitectura, por vezes, em organizar um espaço adequado pode surgir da dificuldade do cliente em expressar as suas pretensões exactas, em dar a conhecer as suas necessidades e seus modos de vida.

A habitação implica, portanto, respostas práticas e também emocionais, tal como todos os outros programas de arquitectura. Deve conseguir dar resposta às necessidades mais funcionais – protecção, abrigo, circulação, ... e mais afectivas – tais como, intimidade, desejos e aspirações, bem-estar, ... e integrar os valores da sociedade – tradições, relações familiares, actividades familiares, situação económica,...

No entanto, a qualidade deste espaço em concreto condiciona ou despoleta ainda mais a felicidade do homem, uma vez que é o espaço desse homem em particular, o palco da sua vida, gerador dos seus comportamentos e caracterizador da sua identidade.

“[...] sendo a arquitectura a organização dos espaços internos que interessam à vida dos homens, ela só poderá ser correcta na medida em que tais espaços satisfaçam realmente as necessidades e funções para que foram criados. [...] É em matéria da habitação, cremos, que o fenómeno é mais nítido, porque é sobretudo na habitação que o homem deve encontrar o “seu” espaço, o ambiente criado à escala das suas necessidades e das possibilidades, quer como indivíduo quer como elemento de um grupo social.”(15)

Contudo, é de lamentar que hoje se desconheça esta necessidade, este direito cívico que a sociedade

tem em exigir qualidade ao seu espaço e, assim, negligenciar os seus profissionais. A apatia da sociedade em viver em espaços que, condicionando todos os seus comportamentos, são aceites por todos não obstante a sua mediocridade, é perturbadora e, contudo, uma constante.

É a partir daí que se desenvolve esta Prova: da análise e da posterior procura de uma justificação para o desfasamento, para o imobilismo e para a inércia dos indivíduos em procurar espaços melhores, que sejam efectivamente palco da sua felicidade.

Urge então recorrer ao arquitecto, procurar o espaço qualificado e mostrar que esse é um direito, uma prática social e uma necessidade básica.

“Que seja assim o arquitecto – homem entre os homens – organizador do espaço – criador de felicidade.”(16)

Notas:

- (1) Mário Botta, *Ética do Construir*, Lisboa, Edições 70, Arte e Comunicação, 1998, ed. Original de 1996, p 25.
- (2) Expressão da autoria do arquitecto Gonçalo Byrne, muito usada em artigos de opinião e entrevistas do respectivo arquitecto.
- (3) Gonçalo Byrne, *Mais Architectura*, 9, 2007, pp 23 e 24.
- (4) Mário Botta, *op. cit.*, p 25
- (5) Inês Lobo, *Mais Architectura*, 11, 2007, p 33.
- (6) Segundo Fernando Távora a **harmonia** "é a palavra que traduz exactamente equilíbrio, jogo exacto de consciência e sensibilidade, integração hierarquizada e correcta de factores." p 14: TÁVORA, Fernando, *Da Organização do Espaço*, Porto, FAUP Publicações, 2006.
- (7) prefácio de Benedetto Gravagnuolo, "Para uma arquitectura milenar": Mário Botta, *op. cit.*, p 14.
- (8) Octávio Lixa Filgueiras, *Da função social do arquitecto: para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada*, Porto, Escola Superior de Belas-Artes do Porto, 1985, p 61.
- (9) Constantinos Doxiadis, "A nova função do arquitecto": *Revista Binário*, 65, 1964, p 80.
- (10) Gonçalo Byrne, "Arquitectura em público: do país imaginado ao país real": *Jornal dos Arquitectos*, 44, 1986, p 3.
- (11) Fernando Távora, *Da Organização do Espaço*, Porto, FAUP Publicações, 2006, p 9.
- (12) Paulo Varela Gomes, *Unidade 2*, Porto, dd!AEFAUP, 1989, p 83.
- (13) Fernando Távora, *op cit.*, 2006, p 27.
- (14) João Lopes Porto, "Aspectos Sociais e Económicos da Habitação e Problemas Familiares": AAVV, *Família e Habitação*, Porto, col. Mesa/Redonda, Edições Telas, 1973, p 9.
- (15) Fernando Távora, *op cit.*, p 56.
- (16) *Idem*, p 75.

2.0 PESO DA TRADIÇÃO E DA MEMÓRIA

VEMOS AINDA A ARQUITECTURA DE HOJE COM OS OLHOS DO PASSADO?

Este capítulo debruça-se sobre o peso da tradição e do passado, assumindo-se como um capítulo autónomo justamente porque se versa sobre a posição tanto da sociedade como dos arquitectos.

A questão da História pode ser, assim, colocada por dois prismas: no seu significado para a tradição e para o passado da vida Humana, para a sociedade de uma forma geral e, por outro lado, para a arquitectura, pelo seu significado para as obras que se constroem num determinado momento histórico.

A História na perspectiva do cidadão

Começamos pela sociedade de hoje, tão diversa e multiétnica, que não se pode identificar com um dado cidadão tipo, generalista e anónimo.

A dúvida que se coloca é se a identificação da sociedade com um dado momento histórico e com determinadas formas artísticas conotadas com um certo período temporal é uma realidade. Uma vez que a sociedade de hoje é tão díspar, começamos logo por contra-argumentar e perguntar “que sociedade?” ou “que momento histórico?”. Mesmo a sociedade portuguesa de hoje é manifestamente variada para ter uma opinião ou posição una perante esta questão. Hoje em dia não há uma sociedade, nem uma conotação com um momento histórico preciso. As cidades do litoral metropolitano, por exemplo, pertencem a uma realidade diferente das outras capitais de distrito do interior, apresentando graus de cultura e afinidades estilísticas ou temporais distintas.

No entanto, é inelutável que as pessoas tenham determinados modelos de referência, que, amiúde, são os que lhes são dados a conhecer, no caso da arquitectura são os mais veiculados e mediatizados, no caso da construção corrente são os que as pessoas vêem vulgarmente na rua. Daí advém a confusão entre arquitectura e construção corrente, entre modelos e significados, entre moda e luxo, entre o que se faz comumente e o que se deveria fazer em nome da qualidade.

Verifica-se, de facto, uma certa dificuldade de mudar as formas que as pessoas procuram, acima de tudo, há a dificuldade de mudar as mentalidades e sensibilizar as pessoas para o que se faz hoje em nome da arquitectura. Estas formas tornam-se um estigma no modo de ver das pessoas que a elas se habituaram e que têm dificuldade em evoluir a partir dessa visão. O que resulta numa continuada procura destas formas passadas que hoje já estão completamente desprovidas de significado para a arquitectura, mas que continuam presentes no imaginário da sociedade.

“As formas, têm para além da circunstância uma espécie de “vida” que se impõe por vezes ao homem com tanta presença que ele dificilmente consegue enfraquecer a pujança com que elas, mesmo que a circunstância se altere, ainda se apresentam, o que, no fundo da questão, traduz apenas a impossibilidade que se apresenta ao homem de alterar profundamente, e em curto espaço de tempo, uma dada estrutura de vida. Sendo assim as formas têm igualmente a sua “morte” e, no caso da arquitectura, um dos dramas da evolução contemporânea tem sido, exactamente, a eliminação daquelas formas que, por desprovidas de significado, não têm mais razão de existir, e a consequente criação de formas mais aptas para satisfazer a circunstância que se apresenta e, porque elas criam circunstância, para contribuírem para a sua valorização.”(1)

A mudança e a permanência do *status quo* dependem também do modo de ver e de como lhes é dado a ver. Por vezes, não se trata tanto de as pessoas se agarrarem a modelos passadistas, trata-se de uma falta de padrões de qualidade, do profundo desconhecimento do que se faz e do que se deveria efectivamente fazer em nome da qualidade. Trata-se, sim de lhes serem explicadas novas vertentes e da arquitectura se afirmar com um papel profundamente pedagógico.

As pessoas regem-se por modelos de referência. A partir de uma certa altura, se o seu modelo se altera, porque são despertas para outros valores e adquirem outros padrões, o seu modo de ver também se altera e começam a procurar novas vertentes e a ver por outro prisma.

O passado é uma forma de ver, mas é também uma moda, como a procura da arquitectura branca e depurada que é um dos paradigmas da arquitectura que se faz hoje. As pessoas que não percebem o conceito por detrás da formalização, não estão sensibilizadas para o que devem solicitar ao arquitecto. São influenciadas pelos rasgos visuais que obtêm das revistas, que representam uma moda como a moda da Casa Portuguesa.

O recurso a formas do passado, formas académicas e descontextualizadas, desintegradas e incultas, sem razão para existirem aqui e agora, apenas se justifica pelo facto de já serem conhecidas e terem sido valorizadas no passado e, como tal, estarem mais próximas das pessoas. O apego às formas do passado pode então ser encarado como o resultado de falta de uma mentalidade aberta ou ainda um fraco coeficiente de cultura arquitectónica actual. O recurso a essas formas, aplicadas acriticamente, tanto do passado como do presente, resulta num ecletismo espontâneo e desintegrado.

“Alguns compreenderam e elegeram os frontões, os arcos, as colunas e os capitéis, como soluções *ad eternum* para a re-significação das suas construções; esse novo *styling* integrou um seguidismo “académico” de ressonâncias insuportáveis, de tão oco vazio como as precedentes riscas horizontais de betão descofrado, tudo se resumindo a um manusear muito inculto de um filão de formas ditas “estabilizadas” e que se acreditava serem mais “comunicáveis”.”(2)

O passado enquanto veículo de segurança e estabilidade

O passado pode ser encarado como uma autoridade por si, uma forma de conhecimento que deve ser perpetuado entre gerações, de modo a preservar a memória colectiva e o sentimento de herança cultural.

“A “qualidade de pertencer ao passado” parece como tal atrair a si uma autoridade independente do consenso contemporâneo, que confronta o actor individual e lhe recomenda uma acção ou crença imbuída dessa qualidade de passado. A existência de um certo grau de consenso actual na recomendação de uma crença recebida ou legitimada tradicionalmente é na realidade um exemplo dessa independência. Mas por que é que se pensa que as coisas antigas são melhores?”(3)

O passado, pode também ser visto como uma segurança, permitindo-nos agarrar a modelos já sedimentados antes de procurar novas vias. De facto, a sociedade quando teme a mudança pode optar por se agarrar ao que já conhece. É, como afirma Anthony Giddens, uma forma de *segurança ontológica*, uma segurança para as pessoas em saber do que gostam, uma forma segura de estar no mundo e de afirmar com uma certa sustentação as suas crenças.

“A segurança ontológica é uma forma, mas uma forma muito importante, de sentimentos de segurança [...]. A frase refere-se à segurança que muitos seres humanos têm na continuidade da sua auto-identidade pessoal e na constância dos ambientes sociais e materiais envolventes. Um sentido de fiabilidade das coisas e de credibilidade das pessoas, tão central na noção de confiança, é básico para os sentimentos de segurança ontológica; daí que os dois estejam estreitamente relacionados do ponto de vista psicológico.”(4)

O mesmo autor continua e afirma que as actividades que levamos no dia-a-dia, e que têm por base as crenças que vêm do passado e que se perpetuam no presente e no futuro, permitem-nos sentir a referida segurança ontológica, reconfortante e renitente a qualquer mudança.

“Os significados das actividades rotineiras residem no respeito geral, ou reverência até, intrínsecos à tradição e na ligação da tradição com o ritual. O ritual tem muitas vezes um aspecto compulsivo, mas é também profundamente reconfortante, pois impregna um dado conjunto de práticas de uma virtude sacramental. A tradição, em suma, contribui de forma básica para a segurança ontológica na medida em que mantém a confiança na continuidade de passado, presente e futuro e relaciona essa confiança com as práticas sociais rotinizadas.”(5)

O passado enquanto modelo confortável, uma segurança, tanto para a sociedade como para o arquitecto, pretende ir buscar uma matriz que já foi testada e aceite por todos. Mas a arquitectura serve o Homem de hoje, as suas necessidades e circunstâncias actuais, cria e experimenta e, como tal, tem de saltar para o novo e procurar no novo a melhor solução, a síntese das necessidades de quem usufrui – os seus sonhos e aspirações. As formas do passado são portadoras não só de uma rigidez formal e monocórdica, mas também são, nos dias de hoje, previsões ultrapassadas das aspirações e vivências do Homem Contemporâneo.

“E compreende-se que o fenómeno de “resistência à mudança” seja considerado pelos sociólogos do desenvolvimento como um obstáculo ao arranque (*take-off*) e tanto mais sensível quanto mais fortes são as raízes culturais tradicionais. Este fenómeno não é simples: assim como, pela sua própria participação no processo emancipatório, (*dal basso*, cultura popular, desenvolvimento comunitário), as populações mais enraizadas poderão inserir a sua originalidade na aceitação activa da mudança (contra a pura liquidação a que são conduzidas pelo efeito de demonstração produzido pelas sociedades avançadas); assim também o fenómeno generalizado da mobilidade e mutação – provocando uma disponibilidade absoluta para o que é emergência – carece de compensações, ou melhor de ser composto dialecticamente, com um esforço de sedimentação cultural para o qual, cremos, o quadro espacio-temporal se pode revelar poderoso.”(6)

A tradição enquanto vivência das gerações e a necessidade da sua evolução

A tradição é, tal como o ritual e o passado, respeitada porque é uma forma de perpetuar o conhecimento e as vivências de tantas outras gerações anteriores. A tradição integra o passado, o presente e o futuro num todo contínuo e cíclico. Todavia, e como já vimos, a tradição não pode ser totalmente estática porque, enquanto parte integrante do momento presente, tem de se lhe adequar plena e cabalmente, assumindo a capacidade de se alterar, renovar e actualizar.

“Nas culturas tradicionais, o passado é respeitado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar o controlo reflexivo da acção na organização espacio-temporal da comunidade. É um meio de lidar com o tempo e o espaço, que insere cada actividade ou experiência particulares na continuidade de passado, presente e futuro, sendo estes, por sua vez, estruturados por práticas sociais recorrentes. A tradição não é totalmente estática, porque tem de ser reinventada por cada nova geração à medida que esta assume a herança cultural daquelas que a precederam. A tradição não resiste tanto à mudança como pertence a um contexto em que existem poucas referências temporais e espaciais separadas, em termos das quais a mudança possa ter qualquer forma significativa.”(7)

Mas, para a tradição se poder perpetuar de forma capaz e assumida, tem de ser justificada por outro conhecimento. A tradição não se pode afirmar dogmaticamente mas sim com base noutra tipo de autoridade de conhecimento, de modo a ser reconhecida como uma forma de vida e de conhecimento legítimo e não uma crença paradigmática e empírica.

“Sancionar uma prática por esta ser tradicional, não basta; a tradição pode ser justificada, mas apenas à luz de um conhecimento que não é, ele próprio, autenticado pela tradição. Combinado com a inércia do hábito, isto significa que, mesmo na mais modernizada das sociedades modernas, a tradição continua a desempenhar um papel. Mas este papel é, geralmente, muito menos significativo do que supõem os autores que focam a atenção na integração da tradição e da modernidade no mundo contemporâneo. Na verdade, a tradição justificada é uma tradição mascarada e só recebe a sua identidade da reflexividade do moderno.

A reflexividade da vida social moderna consiste no facto de as práticas sociais serem constantemente examinadas e reformadas à luz da informação adquirida sobre essas mesmas práticas, alternando assim constitutivamente o seu carácter.”(8)

As formas do passado vs as necessidades actuais

A arquitectura sempre buscou na sua História modos de responder ao presente e ao futuro, e assim, tal como a tradição, deve evoluir concomitantemente com o Homem. Fazer arquitectura é inovar e não fazer “à antiga”, é investigar e criar, é fazer algo novo. Novas circunstâncias implicam novas respostas e novas soluções. Deve-se fazer arquitectura para as pessoas de hoje e não de ontem. Para Gonçalo Byrne, fazer antigo ou fazer na traça portuguesa é desajustado, é uma mera linguagem de venda e tem apenas valor comercial.

“[...] fazer a traça do que está anteriormente, no futuro um historiador dirá que quem fez aquilo era tonto porque fez como estava antes. Se pedirem uma casa em traça portuguesa tradicional, a pergunta imediata é: mas porquê?, se não tem nada a ver com o seu tempo! É um fenómeno que acontece por muitas razões, até puramente comerciais. São extremamente agressivos no manuseamento do tempo instantâneo, mas recorrem sempre a imagens e a memórias do tempo passado. A venda é segura se fizer casas à antiga, mas isto é linguagem de comércio e não da arquitectura. É linguagem de venda não é da criação de arte.”(9)

O modelo da Casa Portuguesa é um dos exemplos mais recorrentes de formas do apego ao passado e à traça dita “tradicional”. É efectivamente, um dos mais acessíveis às pessoas, talvez por ser mais comum, mais “comunicável”, menos experimental e assumidamente aceite ao longo de várias gerações. No entanto, ao procurar esse modelo, estamos a utilizar textualmente elementos do passado, conceitos

e modos de vida desse tempo, para tentar responder às circunstâncias actuais. Estes elementos, são facilmente copiados e repetidos, quase gratuitamente, descontextualizando-os e desprovendo-os de significado.

“A história do impacto da “Casa Portuguesa” na sociedade e no território é também a história da adopção acrítica de um conjunto de formas, quantas vezes dissociadas entre si, quantas vezes contraditórias – sobretudo no que diz respeito à qualidade construtiva e à “verdade” dos materiais – com os próprios preceitos do seu mentor, quantas vezes abusivamente apelidadas de “portuguesas”, e quantas vezes ainda usadas como frágil panaceia para remediar inépcias incuráveis, para tentar compor necessidades irreversíveis.”(10)

“Raul Lino e Eduardo Souto de Moura, dois arquitectos de gerações, formações, ideologias e obras construídas muito distintas, são dos arquitectos portugueses mais plagiados, termo aqui usado no sentido de “O que não é tradição é plágio” (Eugénio D’Ors). A paisagem portuguesa, sobretudo no seu litoral, encontra-se polvilhada de plágios formalmente gratuitos destes dois autores.”(11)

E porque é que estes modelos e matrizes formais são tão aceites e comunicáveis? Porque é que as pessoas os pedem? As pessoas que não percebem estes conceitos, pedem-nos de forma gratuita, pela forma e não pelo significado, não dominando este sistema de signos e seus significados.

“Raul Lino dissera em 1918 que, apesar dos “sintomas volumosos e obcecantes da moléstia que [...] infestava o país todo: - a desnacionalização”, “[...] o exemplo de uma casa feita à “antiga portuguesa” pegou, e a pouco e pouco vamos encontrando por todos os lados o propósito de se volver ao bom caminho” (Raul Lino, A Nossa Casa Apontamentos sobre o Bom Gosto na Construção das Casas Simples, Lisboa, Atlântida, s.d., p. 55) Aí estava a primeira orgulhosa constatação de que a sua cruzada começava a dar frutos, Eram, sem dúvida, frutos muito fáceis de obter estes que resultavam da proliferação de meia dúzia de matrizes formais e da difusão de outros tantos figurinos. Tão fáceis que ele gradualmente se foi deixando embriagar por eles, acabando por perder totalmente os poucos resquícios de teoria do espaço que os seus primeiros escritos deixam transparecer. Com efeito, o impacto sócio-cultural da campanha de Raul Lino foi tão forte que os seus efeitos perduraram até hoje, quase um século volvido desde o seu começo.[...]

É sob o véu da facilidade com que se copiam e se propagam os motivos decorativos propostos por Raul Lino que se devem procurar as razões do êxito de uma campanha como a da “Casa Portuguesa”[...](12)

“Lino e Eduardo definem da mesma maneira a estrutura formal da casa portuguesa, simples, banal, rudimentar, rectangular, esquemática, com divisões regulares, no entanto, Raul Lino valoriza o ornamento encontrando aí o encanto da casa portuguesa, enquanto Eduardo privilegia a estrutura rectangular da casa em detrimento do ornamento. Julgamos que é na mesma definição da estrutura formal da casa portuguesa, isto é, no tipo do qual ambos os arquitectos partem para a realização dos seus espaços domésticos, que se pode encontrar a explicação para a enorme comunicabilidade e aceitação das suas casas, em que a tradição está implícita. Os modelos, são na maioria das vezes, apenas copiados pelo seu lado figurativo, porque não há cultura arquitectónica portuguesa generalizada que permita a compreensão consciente da qualidade dos mesmos. No entanto, eles afiguram-se-nos familiares porque, de forma inconsciente, remetem para a nossa tradição.”(13)

É, no entanto, a nível de critérios que os dois modelos se distinguem.

“É na promoção da cultura arquitectónica que Lino e Eduardo são diametralmente opostos: Enquanto Lino faz um entendimento de tipo como modelo, standard [...] Julgamos que Eduardo, ao longo da sua obra construída, faz um entendimento de tipo como ideia abstracta [...] O modelo, entendido segundo a execução prática da arte, é um objecto que se deve repetir tal qual é; o tipo é, pelo contrário, um objecto segundo o qual cada um pode dele conceber obras, que não se assemelharão nada entre elas.”(14)

A Casa Portuguesa é um dos modelos particularmente conhecidos da sociedade, mas para tornar esta temática mais abrangente devemos falar de tantos outros, aos quais as pessoas recorrem tantas e tantas vezes. No entanto, há que destrinçar os modelos genuínos dos que não o são. A preservação da História e de um dado acontecimento ou modo de fazer, quando genuíno é louvável e passível de ser perpetuado. Quando não é esse o caso, a perpetuação de determinadas matrizes formais pode significar trair a memória colectiva, através do recurso a formas descontextualizadas e fora de época.

O paradigma da habitação, mudou. O modelo do espaço estático está desactualizado, hoje o espaço comporta características marcadamente contemporâneas como a flexibilidade, a volatilidade, a miscigenação,...

As pessoas continuam a pedir a “casa tradicional” mas com as mudanças de circunstâncias e coordenadas, este modelo já não se pode aplicar. Com cada pequena (por vezes grande) alteração que é introduzida, cada vez o modelo é mais adulterado, menos genuíno e menos justificada a sua aplicação.

“As correcções ou “melhores interpretações” ou adaptações necessárias são feitas sem se sentir que se renunciou a algo essencial. As conversões, descobertas fundamentais, as revoluções disjuntivas acabam por acontecer e arranjar seguidores, e consequentemente ao longo do tempo a crença tradicional toma uma direcção radicalmente diferente. Leva algum tempo até que bastantes pessoas se dêem conta de quanto se afastaram da tradição previamente prevalecente.”(15)

O *Inquérito à Arquitectura Portuguesa*, veio precisamente confirmar esta posição. Não é a cópia de modelos do passado que vai tornar genuínos os modelos do presente. Nem a cópia de formas ou de elementos decorativos. Do passado devem-se retirar lições de coerência, economia, funcionamento e não tipos e formas superficiais e levianas.

“Tem-se admitido e proclamado que as construções antigas do nosso país podem e devem servir de inspiração para os arquitectos de hoje, e que o seu portuguesismo se revelará tanto mais intenso e louvável quanto mais directamente se inspirarem num certo número de elementos e de aspectos, tidos e havidos por mais portugueses. Ideia simpática, mas ingénua!

Tem-se admitido também que para projectar um edifício, destinado a determinada região do país, se devem copiar ou estilizar os elementos arquitectónicos mais interessantes da região, para que o edifício se integre no ambiente regional.

Maneira primária de conceber o problema da integração em ambientes pré-existentes, e por consequência a própria Arquitectura.

Não basta ao indivíduo da cidade vestir uma calças de surrobeco, calçar tamancos e ajeitar uma enxada ao ombro para se integrar num meio rural; envergar pelico e safões para pertencer ao Alentejo; ou vestir camisa vistosa de lã aos quadrados e descalçar-se para não destoar entre os pescadores da Nazaré.

Integrar-se, pertencer, são coisas mais sérias e profundas. De modo algum são apenas maneiras de vestir, tanto pessoas como edifícios.

Do estudo da Arquitectura popular portuguesa podem e devem extrair-se lições de coerência, de seriedade, de economia, de engenho, de funcionamento, de beleza... que em muito podem contribuir para a formação dum arquitecto dos nossos dias.”(16)

Fernando Távora, cuja posição é ainda hoje extremamente actual e considerada uma perenidade na arquitectura portuguesa, também se insurgiu contra esta posição de falsear modelos genuínos, ou de trair a memória colectiva, através do recurso a matrizes formais não autênticas. Para este arquitecto era crucial destrinçar o genuíno do falso e refutar por completo o recurso às formas “antigas”, recusando o uso errado do passado, por oposição ao que dele se podia retirar, não formalmente mas a nível do seu carácter pedagógico.

“Não concordamos, pois, de modo nenhum, com o uso sem sentido de elementos desta ou daquela Arquitectura mais ou menos contemporânea, sobretudo quando tal uso não produz espaços harmónicos, espaços de *qualidade*, assim como, igualmente, não concordamos com todos aqueles que preceituam e tantas vezes realizam uma Arquitectura chamada portuguesa, que consiste no emprego, também destituído de qualquer sentido, dos elementos desta ou daquela Arquitectura mais ou menos passada e tida por portuguesa.

Qualquer destas atitudes, pela falsidade de posição que encerram, em nada contribuem para a criação de uma moderna Arquitectura portuguesa a qual, possuindo a mesma *qualidade* de tanta da nossa bela Arquitectura passada, terá, certamente, de possuir uma gramática formal própria, tradução exacta, clara e concreta do Portugal de hoje. O resto é puro formalismo e a Arquitectura não pode estar sujeita a formalismos, porque ela é espaço organizado por e para os homens de determinado momento, vivendo em determinado lugar, e organizado com uma *qualidade* tal que, desaparecidas as condicionantes do momento, mortos os homens que as produziram, as obras continuam a viver porque o seu essencial não morre.”(17)

Nuno Portas também se debruça sobre a questão dos revivalismos, justificando o seu uso por vícios de linguagem, simpatia pelo artigo datado, comunicabilidade com o público ou por um fenómeno de moda. O arquitecto reconhece que, deste modo, se recorrem a matrizes formais datadas em detrimento das necessidades de então.

“a) Estará viciada (até no sentido em que o termo se aplica ao ar) a obra que se aproxima do limite construído pelo emprego exclusivo de definida linguagem anterior, isto é, na qual esta não é estruturada pela resolução consciente das implicações reconhecidas no problema actual.

b) O emprego de sinais linguísticos “datados” é no entanto legítimo, interessa à comunicabilidade e poderá ser inclusivamente sinal de mestria no controle dos efeitos arquitectónicos, sob condição de provir de um aprofundado conhecimento dos seus precisos significados históricos, de uma compreensão semântica tanto quanto possível exaustiva. É evidente que dada lacuna da formação histórica em geral e da história do movimento moderno em particular, os revivalismos são antes lançados por movimentos de *simpatia* numa espécie de contágio, como os fenómenos da moda na alta costura ou na música ligeira.”(18)

Diferentes formas dos indivíduos encararem o passado

Existem, na verdade, diferentes formas de olhar e valorizar o passado.

Podemos encarar o passado como parte do que somos hoje. Desta forma, assumimos que vemos sempre pelos olhos do passado, porque este está nas nossas raízes e faz parte de nós. Assim sendo, é preciso valorizá-lo porque faz parte do nosso percurso, até ao momento em que nos encontramos hoje, mas que não tem uma meta concreta. Deste modo, é preciso conhecê-lo e distingui-lo.

“Temos de ser cuidadosos com a maneira como entendemos a historicidade. Ela poderia ser definida como a utilização do passado para ajudar a configurar o presente, mas não depende do respeito pelo passado. Pelo contrário, a historicidade significa o uso do conhecimento sobre o passado como um meio de romper com ele – ou, pelo menos, de manter apenas aquilo que pode ser justificado em termos de princípios. A historicidade orienta-nos, de facto, e em primeiro lugar, para o futuro. O futuro é visto como essencialmente aberto e, contudo, como contrafactualmente condicional relativamente a rumos de acção empreendidos com possibilidades futuras em mente.”(19)

Giddens defende que a valorização do passado não depende apenas da relevância que se confere às obras que foram produzidas. O passado está inevitável e inconscientemente implícito nas nossas vidas, tradições e crenças, não apenas como um hábito oco, rotineiro e desprovido de significado, mas como resultado de um percurso até ao presente, que cruza o que se fez com o que se faz.

“A orientação para o passado que é característica da tradição não difere da perspectiva da modernidade só por olhar para trás em vez de olhar para a frente. Esta é, de facto, uma maneira demasiado primária de exprimir o contraste. Mais exactamente, nem “o passado” nem “o futuro” são um fenómeno discreto, separado do “presente contínuo”, como acontece na perspectiva moderna. O tempo passado é incorporado nas práticas do presente, de forma que o horizonte do futuro curva para trás intersectando-se com o que se passou anteriormente.”(20)

Segundo Edward Shills, uma sociedade estabelece a sua continuidade através do tempo, da persistência das suas crenças, tradições e comportamentos e a sensação de participar com o passado nos eventos presentes é muito sentida nas sociedades de um modo geral. Apesar disso, a reacção ao passado é um sentimento individual.

Shills destrinça entre diferentes tipos de pessoas e suas reacções com o passado: os que não têm individualidade suficiente e aceitam o que lhes é apresentado de forma complacente e os criativos. “Existem três classes de pessoas: aqueles que vêem, aqueles que vêem quando lhes é mostrado e aqueles que não vêem.” (Leonardo Da Vinci). Há, naturalmente, que ter em conta o sentido crítico inexpugnável do ser humano, que não lhe permite ser um sujeito passivo, mas que lhe provoca uma reacção própria e crítica em relação ao que lhe é apresentado, neste caso, os princípios e crenças do passado.

“O ser humano não é um recipiente passivo de sustento e um objecto passivo de privações. Ele é activo; tem poderes cognitivos e uma curiosidade que tenta atingir todo o universo e procurar uma ordem tão coerente e compreensiva quanto possível. Ele é expansivo nos seus desejos. Tenta possuir e controlar o ambiente que o rodeia, e fá-lo numa condição de ignorância e de incerteza acerca do eventual sucesso.”(21)

Segundo o mesmo autor, a originalidade é a fuga ao tradicional, mas partindo sempre do que é dado, assume-se a herança como plataforma para algo novo.

“Toma como ponto de partida aquilo que é “dado”, e prossegue a partir daí, corrigindo, melhorando e transformando. Os resultados da criação ou descoberta original erguem-se na corrente da tradição. Transformam-se num ponto de redirecção da linha de tradição, conservando alguns elementos da tradição, diminuindo a proeminência de outros, e introduzindo também a novidade.”(22)

A mudança é, assim, inevitável e inerente a qualquer sociedade, permite o ajuste às novas circunstâncias. A mudança de situação e de paradigma, a par com o espírito crítico do Homem implicam, inevitavelmente, a criação ou reformulação das crenças e dos modelos.

A transformação é, pois, uma característica marcante da sociedade. A sua mudança implica o descrédito das reivindicações antigas, das crenças e dos paradigmas culturais passados. A própria noção de sociedade implica uma noção de mudança permanente e inelutável.

“Nenhuma sociedade continua a ser durante muito tempo aquilo que foi a qualquer momento do passado. Qualquer sociedade está continuamente em mudança, embora a continuidade e a estabilidade periódica sejam essenciais para

a sua existência.[...]

As tensões internas de uma sociedade, associadas à sua deficiente integração, são uma das principais fontes de instigação destas mudanças. A não integração do sistema cultural de valores é outra dessas principais fontes, já que esforços de exploração, clarificação e sistematização dão origem a potencialidades novas e desacreditam reivindicações antigas acerca da validade de instituições e acções legitimadas pelas interpretações antecedentes.”(23)

Formas dos arquitectos encararem a História

Segundo Fernando Távora, há que valorizar a História e tratá-la como um percurso, o qual temos a obrigação de prolongar e perpetuar. Há que defender o passado – a memória e os seus valores, não o trair mas actualizá-lo, acompanhar a memória e orientá-la para a continuidade em formas contemporâneas.

“(…) a obra do passado constituindo um valor cultural do espaço, e porque este é irreversível, não podendo vir a ser o que já foi ou mesmo continuar a ser o que foi, como já tivemos oportunidade de afirmar, não deverá ser actualizada pela utilização de “pastiche”, solução que denuncia apenas a incapacidade de encontrar aquela outra que, por contemporânea, possa ombrear – sem ofuscar nem ser ofuscada – com o valor que o passado nos legou. [...]

Em verdade há que defender, teimosamente, a todo o custo, os valores do passado mas há que defendê-los com uma atitude construtiva, quer reconhecendo a necessidade que deles temos e aceitando a sua actualização, quer fazendo-os acompanhar de obras contemporâneas.”(24)

Távora continua e reafirma o valor da História, não só para a arquitectura como para a vida.

“Não é a História no sentido clássico, como disciplina, mas é sobretudo a visão histórica dos problemas. Temos que ter uma visão histórica de tudo; dos programas, é preciso saber como é que os programas evoluem; uma visão histórica das formas, dos materiais. No fundo de que se trata? Trata-se da introdução do tempo, da consciência do tempo.

Nós hoje somos obrigados a trabalhar em muitas histórias e geografias, em muitos tempos e espaços simultaneamente, e se os queremos realmente compreender temos que os estudar historicamente.”(25)

Mas são muitos outros os arquitectos que partilham esta posição:

Alberto Campo Baeza afirma também que a História é uma continuidade. A arquitectura é de hoje, continua para amanhã e é uma continuidade de ontem.

“A Arquitectura emergente deverá saber articular a sua ligação ao passado, com a História, entendendo-a inclusivamente para negá-la. A História é uma continuidade. Mas é uma continuidade da vida e não a dos mortos. Um arquitecto deve fazer com que cada obra pareça “para sempre”.”(26)

Manuel Graça Dias reafirma a necessidade do conhecimento histórico para adquirirmos memória e a usarmos no futuro na experimentação, ou seja, a influência do passado no futuro, não numa continuidade consciente mas através das nossas raízes. Assim, a vida está a montante e a jusante da arquitectura.

“[...] a História, a necessidade da História, os vários pontos de vista, a leitura dos inúmeros documentos, o rigor da investigação, o acumular dos vários textos e interpretações, a falta que esses textos, ainda que sobrepostos, nos fazem para compreendermos o presente, para entendermos o passado, para avançarmos no conhecimento.”(27)

Ana Tostões assume que não há o hoje sem o ontem, a criação sem a memória, a originalidade sem a experimentação / o novo sem o velho.

“A modernidade não existe sem tradição. A modernidade alimenta-se justamente da memória de uma certa cultura artesanal do ofício de construir para a fazer passar ao novo. E é justamente esta vontade de modernidade, na medida em que contém a passagem do velho ao novo, que acaba por concorrer para a especificidade de uma produção. De uma especificidade feita de originalidade no que o termo significa de redução: às origens e às raízes, a uma autenticidade radical, a arquétipo sem renunciar à história. É também nessa medida, a da originalidade, que os produtos novos são fruto de uma acumulação histórica de saberes, isto é, da tradição como matéria e substância.”(28)

Nuno Portas, perante as hipóteses de passividade e aceitação complacente da História e a resposta às necessidades da sociedade de hoje, responde, com toda a certeza, que a transformação e a mudança são essenciais para uma sociedade que também ela está em mudança e precisa necessariamente de uma resposta consentânea. Apesar de tudo, valoriza o passado enquanto componente dos valores culturais actuais, entendido sempre com um olhar crítico e a integração do novo no passado e na cidade, enquanto obra aberta às novas intervenções, ao passar do tempo e às mudanças de circunstância.

“Se o problema é posto como uma escolha dilemática entre a necessidade de conservar intactas as imagens do passado deixadas num conjunto urbano, respeitando a sua crosta, ou a de responder antes e exaustivamente às funções vitais dos utentes, só pode ter saída pela segunda hipótese, dada a impossibilidade evidente, cremos, de exprimir actualmente e com autenticidade, conteúdos não vivíveis senão em meios por qualquer motivo atrasados – e

isto porque desde o início deste trabalho consideramos a arquitectura não como acessório “artístico” mas como algo que influencia e caracteriza as actividades de uma comunidade.

Mas também este aspecto do problema não pode continuar a ser posto desta forma dialógica – que corresponde de um lado à *conservação cenográfica* que ainda vigora, e do outro à reacção do *radicalismo anti-histórico* do ensinamento de Gropius – e por duas razões:

- a primeira, porque se reconhece que o passado, tornado presente aos núcleos históricos, é uma componente activa da cultura actual desde que obtida em diálogo crítico, e não por processos de aceitação passiva; entendido assim o novo edifício é solicitado para esse diálogo logo a partir do programa de necessidades das suas funções espaciais internas, de transição ou enquanto parte na modelação do espaço externo;

- a segunda, porque um ambiente monumental não é um dado estático a menos que seja retirado à vida funcional. Por isso uma obra moderna não se poderá nunca integrar completamente num ambiente parado ou morto; por isso a noção de integração tem de ser antes entendida dentro de uma relação dialéctica se não recusa uma continuidade, também não pode deixar de contestar formalmente a *data* socio-cultural do ambiente preexistente, ao nível da modelação do espaço, da relação interior-exterior e, naturalmente das técnicas construtivas.”(29)

Por outro lado, o passado, tal como o presente, podem não ser vistos embrenhados num mesmo fio condutor mas como fragmentos apreciados, independentemente da sua época. Esses fragmentos podem ser de hoje como podem ser de ontem e podemos assim estar mais próximos de um edifício muito distante temporalmente, do que de um construído recentemente.

Corbusier, por exemplo, vê o passado descontextualizado, o valor da obra do passado é igual ao das obras do presente, a obra não tem época, constitui um dos muitos fragmentos da memória que condiciona posteriormente o acto criativo. Por isso, justamente, podemos estar mais próximos de obras mais antigas do que das mais recentes.

Gropius, por seu lado, desvaloriza o conhecimento da História e das relações do presente com o passado.

“Sabemos que esta posição se opõe a uma das teses fundamentais do pedagogo *quase-sagrado* que tem sido o fundador da Bauhaus, para quem não há “nenhuma necessidade em atormentar os estudantes com a história da arte” e confessa ainda recentemente que ele próprio, só depois de ter “convicções pessoais”, a estudou. Por isso se queixa que “a palavra tradição é brandida por toda a parte (...) assim como a preocupação em criar laços com o passado (...) por gente de formação limitada (...) que sempre com gemidos em face do séc. XIX se ocupa com a atitude estéril” que seria essa ideia actual de querer salvar as obras de um passado próximo ainda que ilustre (refere-se ao séc. XIX), porque essa época sugere um irresistível poder de criação de formas e de valores mas também de saudável destruição.(30)

Há, de facto, diferentes formas de encarar e recorrer ou refutar o passado e, na verdade, ao longo do tempo, o passado foi sendo encarado de modos alternativos.

Como é que nalguns momentos históricos os problemas da profissão tiveram resposta? Como é que o recurso a atitudes do passado foi superado? Homens como: Viollet-le-Duc, William Morris, Borromini e Bernini, Van de Velde e Berlage, constituem exemplos de gente conhecedora do passado, que já teve experiência clássica mas que optou por uma via integrada no seu tempo ou uma via que melhor respondia às necessidades de então. Pessoas que optaram por uma atitude diferente para serem fiéis ao seu tempo, mas sempre com um olhar crítico perante o passado.

O património e o valor das obras do passado

Depois de analisada a questão da valorização do passado nas suas múltiplas vertentes, debruçemo-nos agora sobre a questão do valor das obras do passado, ou seja, sobre o património.

Claramente, nem tudo o que foi feito no passado apresenta qualidade para ser preservado ou para exemplificar a qualidade da arquitectura de uma dada época ou do valor do passado para o presente. Mais uma vez coloca-se a questão de não trair a memória colectiva e saber destrinçar o genuíno da mera cópia formal desprovida de significado ou contexto justificativo.

“[...] tende hoje a considerar-se que cada caso é um caso e que a teoria de intervenção nascerá de cada circunstância nunca generalizável – circunstância de que fazem parte não só a expressão da individualidade de cada autor, como a obrigação ética de um rigoroso e exaustivo reconhecimento histórico e arqueológico do edifício a transformar.”(31)

O espaço é um todo uno e não demarcado entre as obras designadas “boas” e “más”. O presente é, assim, o resultado do passado e a cidade é o conjunto de todas as edificações, como reflexo do tempo, entre todos os seus erros e sucessos.

Ter existido não é, portanto, condição de qualidade. O passado, em si, não significa qualidade e inviolabilidade. O património é, pois, um símbolo de passagem do tempo, nunca algo estático, um travão ou uma meta. O desejo expresso de preservar o património pode significar em si, não só a preservação da memória, mas também a incompreensão do momento presente e a procura, uma vez mais, da segurança que o passado transmite.

“[...] muitas vezes o património é o álibi estruturante da incompreensão da cidade moderna nas suas características formais, culturais e vivenciais, pelos meios da cultura e da política.”(32)

A preservação de obras feitas no passado pode impedir a criação de novas obras, mais adequadas às circunstâncias do momento, e assim, muitas vezes, esta preservação não está a construir memória, mas sim a destruir as possibilidades do presente.

“Se é patético, por inútil, o brilho cristalino na sordidez da paisagem contemporânea, é igualmente patético, quando se defende nas ruínas de um passado respeitosa e alheio da vida.”(33)

Mas hoje a preocupação com a preservação do património adquiriu grande presença. A reabilitação do património remete-se para o passado, para o turismo e para a era da imagem em que vivemos.

“Na tentativa de apelar a uma cultura generalizada da imagem, da forma e do presente mediático, de integrar o turismo de massas ou o turismo cultural e de responder a preocupações patrimoniais das classes médias, está a desenvolver-se a noção de que o património tem que estar vivo, quando na nossa própria essência está afinal a morte, não a vida.”(34)

No entanto, o património que se presa faz parte de um espólio de um dado momento no passado. A obra em questão poderá, então, ser encarada de diferentes modos, tal como se encara de diferentes modos a importância do passado para o presente. Por um lado, podemos encarar a protecção do património como a criação de objectos com um novo uso: a observação, transformando-os em objectos estáticos de museificação. Por outro lado, quando genuíno, o património é um reflexo da nossa História e da vida, nunca estático mas representativo do dinamismo do percurso Humano.

O conceito de “centro histórico”, por exemplo, é uma forma de museificação do coração das cidades. Resulta do pressuposto da separação entre sociedade e cidade. O centro, em vez de ser vivido e actualizado, é visto como um lugar de turismo, de observação, de conservação, de desactualização e, como tal, de descontinuidade espacial e temporal.

“A museificação da arquitectura nos monumentos ou nas ruínas sujeita-nos a um processo de exposição que fatalmente produzirá a sua desaparecimento como objectos ligados a situações e significados concretos. No mesmo instante em que se elaboram catálogos de protecção monumental que incorporam um sítio ou um edifício no seu repertório, estes devem despojar-se do seu valor quotidiano, emigrando dos circuitos do comum para um novo mercado de valores: o dos objectos elevados à consideração genérica, universal e abstracta das ruínas, das obras de arte ou dos documentos históricos, utilizando as três noções formuladas por Alois Riegl.”(35)

De outra forma, a obra genuína pode representar uma continuidade para o presente, uma herança de um passado que nos ensina e nos mostra várias maneiras de fazer e de criar já experimentadas. Encara-se, assim, o património como parte de um percurso contínuo que nos levou até hoje, parte da nossa História e do nosso presente.

“As ruínas podem ser testemunho de um genérico fluir do tempo, nunca a sua paragem, nem travão na construção da cidade, sempre reconstruída sobre sedimentos do passado. Defenderemos a memória sagrada dos lugares, dando-lhes nova vida, tentando evitar, com igual entusiasmo, a má qualidade da arquitectura construída fora das áreas de protecção patrimonial.”(36)

Diferentes perspectivas de ver a História mais recente

Jorge Figueira debruça-se sobre diferentes maneiras de ver a História. Constata que a gerações mais novas, sobretudo, negligenciam a História e valorizam mais os sentidos, materiais e toda a espacialidade

do que os seus significados – é a era do sentir mais do que a do perceber, a era da imagem mais do que a do significado.

“Os *materiais* e as *imagens* são utilizados como se a arquitectura de tratasse de uma ciência abstracta com raízes na arte e no pensamento. A história da arquitectura é assim uma nulidade – uma inutilidade -, já que não caminha dentro dos materiais, e tem uma pulsão narrativa que vive da leitura de *significados*.

Em Portugal, isto não é tão claro porque existe uma geração de arquitectos – os mais ligados à arquitectura Moderna – que tem na história da arquitectura a sua maior motivação.[...]

Dir-se-ia que a arquitectura tende a evoluir para uma rarefacção dos *significados* em favor dos *sentidos*. É essa extrema luminosidade das formas obscurece ou deprime os valores temporais de civilização.”(37)

Perante esta situação, qual a verdadeira utilidade da História hoje? E qual a vantagem do seu conhecimento? O ciclo terá sido quebrado?

“Se tudo isto é *materiais* e *imagens*, a história de arquitectura fornece, quanto muito, coordenadas por onde se deriva, com ênfase para a derivação. Por isso, voltando ao início, para que serve a história da arquitectura?

Em arquitectura só se aprende verdadeiramente quando se sente a *necessidade* de aprender. E qual é a *necessidade* de aprender história de arquitectura?”(38)

A releitura da História é sempre uma interpretação de acordo com a visão própria de cada autor. Na transição da década de 70 para a década de 80, a arquitectura aproximou-se de uma vertente mais próxima da vida e do quotidiano do que da História com toda a sua magnitude.

“Na passagem dos anos 70 para os anos 80, assistimos simultaneamente ao apogeu e à morte de um certo modo disponível e *light* de encarar a história da arquitectura. Essa banalização levará o projecto a afastar-se da história da arquitectura, procurando noutras disciplinas uma relação mais performativa com o *zeitgeist*.”(39)

Jorge Figueira continua, e comenta já a relação da História com a arquitectura no decorrer dos anos 80.

“Ao longo da década de 80, a vulgarização do uso da história da arquitectura, e toda a retórica populista que lhe está subjacente, provocará, por oposição, o agravamento das premissas mais abstractas da disciplina. As convenções sintomáticas da arquitectura são rejeitadas em favor de uma nova abstracção, que se ergue em conspícua relação com a filosofia.”(40)

Refere-se também ao Modernismo e à sua posição em relação ao passado, em que via as suas obras independentemente do contexto e da sua época, via o passado como via o presente.

“Mas dir-se-ia que são os resíduos do vórtice modernista mais próximo do *vazio* que vão servir de referência a esta pretensão a-utópica e a-histórica. O carácter auto-referencial e um “mecanismo arbitrário” definem uma arquitectura que se pretende céptica, desligada ou auto-excluída dos valores da cultura humanista.”(41)

Entretanto, chega a era dos computadores, que introduz uma nova posição em relação ao tempo e ao espaço. Os computadores prendem-se com outros códigos – gráficos e tecnológicos – são uma nova linguagem.

“A pulsão abstracta e virtual que os programas de computadores vão introduzir, possibilita e acelera a emergência de uma cultura de projecto imersa em prodígios gráficos e tecnológicos, criando uma linguagem com as suas próprias regras – muito para lá da história da arquitectura.”(42)

Os computadores fazem-nos pensar o tempo e o espaço como virtuais, como não existentes e não tangíveis. Será que o ciclo se perdeu, será que o espaço é agora fragmentado, ou será o presente simplesmente a-temporal? A perda de importância da História levou à elevação de outros valores de projecto, como por exemplo as imagens, a publicidade e os *media*. O que é hoje o projecto? Quais as áreas de interdisciplinaridade?

O valor do tempo para a arquitectura

Perante estas questões, impõe-se agora que nos debruçemos sobre o valor do tempo, tanto passado como presente ou futuro para a própria obra de arquitectura.

Hoje a arquitectura tem maior dificuldade em cristalizar os períodos de tempo enquanto “estilos”, quando a mudança é constante, tudo é volátil e o tempo e sedimentação de um paradigma não permitem a referida cristalização.

“O passado e o presente na arquitectura não têm importância, porque a arquitectura é um bem que perdura, o

passado/presente passam e deixam de estar presente. Temos de largar a responsabilidade que temos com a história para que o nosso trabalho não se feche. Por exemplo, esta obra nasce no ano de 1998 e morre em 2000 porque caducou estética e morfologicamente. Neste caso, a grande arquitectura sempre foi intemporal e acredito que todos reconhecemos essa categoria arquitectónica.”(43)

Mas o tempo em arquitectura não é só o antes, é também o durante, o tempo de uso da obra, que a define e valida.

“O que faz sobreviver um projecto ao tempo, à mudança de uso, à mudança dos clientes, ao envelhecimento? Isto é algo que os arquitectos não estão preparados para discutir porque encaram as suas obras como produtos imediatos, acabados, intocáveis. E o tempo é essencial para isso. É essencial aprender que o tempo é também escultor, que o tempo é também arquitecto.”(44)

“O tempo é uma das matérias mais importantes na activação do fascínio que a arquitectura exerce sobre as pessoas. Acrescenta densidade à arquitectura, mas, é também algo que valida obras, muitas vezes de qualidade inferior ou mediocre. O tempo, pelo que significa de acumulação de memória, de patine, de registo de outras épocas, tem, de facto, esse papel de acrescentar fascínio e de “validar” obras de outros tempos. [...] O tempo é daquelas coisas que uma cidade necessita para ganhar consistência. É parte do problema da Expo 98, onde tem que passar mais tempo para que seja gravada nas memórias das pessoas e comece também a residir no espaço afectivo das pessoas.”(45)

O tempo na contemporaneidade da arquitectura tem uma nova vertente, mais veloz e menos tangível. O tempo é um constante devir, uma constante mudança e uma inevitável actualização permanente.

Se a formação dos arquitectos é contínua, já não se pode trabalhar durante uma vida com a mesma formação e com os mesmos modelos metodológicos e formais. Se a base formativa não é estável, há que encarar a prática arquitectónica como um constante devir, como um contínuo, não em ruptura com o passado, mas há que encarar o passado para se poder actualizar e dar o salto para o presente e para o futuro.

De acordo com Paulo Varela Gomes, seguindo a teoria de Hegel, a História acabou. Coexistem hoje os gostos mais díspares: a TV, o cinema, a cultura em geral têm o poder de reunir sobre o mesmo suporte, passados longínquos e recentes. O futuro já não é de confluência, não é solução. Não havendo futuro, não há ciclo, não há História.

“O Futuro acabou enquanto horizonte de sentido. [...] não há horizonte nenhum onde as coisas venham finalmente a depor-se, a fazer sentido. Nesse sentido, a História deixou de ter significado. A História e o Futuro eram um pouco aquilo onde as contradições do Presente se resolveriam eventualmente, seja na sociedade comunista seja de outra maneira qualquer, as coisas resolver-se-iam nesse Futuro de confluência. Pois bem, não vai haver confluência nenhuma. É claro, não se pode postular esse Futuro e portanto a História deixou de fazer sentido, a História não existe.”(46)

A arquitectura de hoje deve ser contemporânea, deve ser actual, dar resposta às necessidades efectivas actuais e estar de acordo com a sociedade, sem distâncias, sem tempo nem espaço que é a sociedade de hoje e será cada vez mais a do amanhã. É a arquitectura que se decidiu fazer naquele momento, é o resultado de decisões contemporâneas.

“[...]a arquitectura é um acto transformador que está “condenada” a ser contemporânea no sentido em que tem um tempo curto para elaborar o projecto. Esse tempo, é o tempo em que o arquitecto e as pessoas que intervêm no processo deixam uma marca da sua temporalidade, mesmo que decidam fazer uma casa a imitar do século XIX ou decidam pôr frontões, essa decisão é feita naquele tempo preciso. Quando digo que a arquitectura está condenada a ser contemporânea, ela contém o tempo estrito do projecto para deixar o sinal marcado na sua obra num tempo longo. A temporalidade do próprio objecto é uma temporalidade “in between” e de transição entre a pré-existência e a obra acabada. Isto parece que é uma discussão sem grande importância, mas não é, esta condição é própria da arquitectura e dos arquitectos e não é a temporalidade da história ou dos historiadores da arquitectura. A história tendencialmente cristaliza períodos de tempo, identificando-os, transformando-os em tipologias temporais específicas mais vulgarmente definidos por “estilos”.

O arquitecto de facto actua numa situação temporal completamente distinta e portanto a questão da temporalidade em termos da formação do arquitecto e do exercício do arquitecto, é uma questão tão central quanto a da espacialidade e a da forma do objecto. De algum modo, essa forma vai traduzir contemporaneidade e será produzida num tempo e com esse tempo. O reflexo desse tempo deixa marca na própria forma com mais ou menos consciência.”(47)

Notas:

- (1) Fernando Távora, *Da Organização do Espaço*, FAUP Publicações, Porto, 2006, pp 39 e 40.
- (2) Manuel Graça Dias, "Por uma vanguarda popular", 1986: *Jornal Arquitectos, 218-219: Antologia 1981 - 2004*, Ordem dos Arquitectos Portugal, 2005, p 66.
- (3) Edward Shills, *Centro e Periferia, Memória e Sociedade*, Difel 82 – Difusão Editorial, Lisboa, 1992, p 306.
- (4) Anthony Giddens, *As Consequências da Modernidade*, Celta Editora, Oeiras, 1995, p 76.
- (5) *Idem*, pp 86 e 87.
- (6) Nuno Portas, *A Arquitectura para Hoje: Finalidades, Métodos, Didácticas*, Dissertação para o concurso do 1.º Grupo do curso de arquitectura da E.S.B.A.L, Lisboa, 1996, p 62.
- (7) Anthony Giddens, *op. cit.*, p 30.
- (8) *Idem*, p 31.
- (9) Gonçalo Byrne, *Arquitectura e Vida*, 49, 2004, p 49.
- (10) José António Bandeirinha, *Quinas Vivas*, FAUP, Porto, 1996, p 78.
- (11) Cláudia Albino, "Arquitecturas Portuguesas": AAVV, Milano, Maria (coord), *Do habitar*, Porto, ESAD, 2005, p 101.
- (12) José António Bandeirinha, *op. cit.*, p 77.
- (13) Cláudia Albino, *op. cit.*, p 101.
- (14) *Idem*, p 102.
- (15) Edward Shills, *op. cit.*, pp 337 e 338.
- (16) Alfredo da Mata Antunes, ed. Alt., *Arquitectura Popular em Portugal*, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988, introdução.
- (17) Fernando Távora, "Para um urbanismo e uma arquitectura portuguesas": *Comércio do Porto*, 25 de Maio de 1953, 24 de Março de 1953 e 13 de Dezembro de 1955: *Discursos sobre a Arquitectura*, Porto Faculdade de Arquitectura, 1990, p 12.
- (18) Nuno Portas, *op. cit.*, p 74.
- (19) Anthony Giddens, *op. cit.*, p 40.
- (20) *Idem*, p 86.
- (21) Edward Shills, *op. cit.*, p 253.
- (22) *Idem*, p 322.
- (23) *Idem*, p 84.
- (24) Fernando Távora, *op. cit.*, p 58.
- (25) Fernando Távora, *Unidade 3*, Porto, dd!AEFAUP, Junho, 1992, p 103.
- (26) Alberto Campo Baeza, *Mais Arquitectura*, 12, 2007, p 24.
- (27) Manuel Graça Dias, "Porquê "adequado"?", 2005: *Jornal Arquitectos, 218-219: Antologia 1981 - 2004*, Ordem dos Arquitectos Portugal, 2005, p 222.
- (28) Ana Tostões, "Tradição e modernidade ou uma tradição moderna": Fátima Fernandes, Michelle Cannatà, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea 1991-2001*, Porto Edições Asa, 2001, p 27.
- (29) Nuno Portas, *op. cit.*, pp 81 e 82.
- (30) Nuno Portas, *op. cit.*, pp 75 e 76, citando Walter Gropius: *L'Architecture d'aujourd'hui*, 133-4.
- (31) Alexandre Alves Costa, "O património entre a aposta arriscada e a confiança nascida da intimidade", 2003: *Jornal Arquitectos, 218-219: Antologia 1981 - 2004*, Ordem dos Arquitectos Portugal, 2005, pp 292 e 293.
- (32) *Idem*, p 290.
- (33) *Idem*, p 292.
- (34) Alexandre Alves Costa, "História e arquitectura": *Jornadas Pedagógicas*, Porto, AEFAUP, Novembro, 1995.
- (35) Alexandre Alves Costa, "O património entre a aposta arriscada e a confiança nascida da intimidade", 2003: *Jornal Arquitectos, 218-219: Antologia 1981 - 2004*, Ordem dos Arquitectos Portugal, 2005, p 293.
- (36) *Idem*, p 291.
- (37) Jorge Figueira, "História da arquitectura no frigorífico, depois do supermercado", 2001: *Jornal Arquitectos, 218-219: Antologia 1981 - 2004*, Ordem dos Arquitectos Portugal, 2005, p 249.
- (38) *Idem*.
- (39) *Idem*.
- (40) *Idem*, p 250.
- (41) *Idem*.
- (42) *Idem*.
- (43) Antón Garcia-Abril Ruiz, *Mais Arquitectura*, 13, 2007, p 47.

- (44) Nuno Grande, *Mais Arquitectura*, 14, 2007, p 34.
- (45) José Mateus, *Mais Arquitectura*, 21, 2008, p 30.
- (46) Paulo Varela Gomes, *Unidade 2*, Porto, dd!AEFAUP, Novembro, 1989.
- (47) Gonçalo Byrne, *Mais Arquitectura*, 9, 2007, p 24.

3. A SITUAÇÃO ACTUAL

3.1. A ARQUITECTURA 3.2. O ARQUITECTO 3.3. A SOCIEDADE

3.3.3. PORQUE É QUE , POR VEZES, A ARQUITECTURA AINDA É AUSENTE DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO?

3.3.2. HÁ DEFICIT DE CULTURA ARQUITECTÓNICA NA SOCIEDADE DE HOJE?

3.3.1. QUAIS AS RESPONSABILIDADES QUE A SOCIEDADE, COMO UM TODO, ATRIBUI AOS ARQUITECTOS?

3.2.3. QUAL A INFLUENCIA DOS ARQUITECTOS DO STAR SYSTEM NA SOCIEDADE DE HOJE?

3.2.2. COMO SE VÊ(EM) O(S) ARQUITECTO(S) HOJE EM PORTUGAL?

3.2.1. QUAIS AS RESPONSABILIDADES QUE OS ARQUITECTOS DEVEM TER PARA COM A SOCIEDADE?

3.1.3. ESTÃO HOJE CRIADAS MELHORES CONDIÇÕES PARA O DIÁLOGO DA ARQUITECTURA COM A SOCIEDADE?

3.1.2. SERÁ QUE A ARQUITECTURA HOJE ESTÁ, EFECTIVAMENTE, A SUPRIR AS REFERIDAS NECESSIDADES DA SOCIEDADE?

3.1.1. QUAIS AS NECESSIDADES A QUE A ARQUITECTURA TEM DE DAR RESPOSTA?

3.1.1. QUAIS AS NECESSIDADES A QUE A ARQUITECTURA TEM DE DAR RESPOSTA?

O papel da arquitectura

A arquitectura está em todo o lado, envolve-nos e influencia-nos.

“Para mal de todos nós, é impossível a qualquer pessoa com os pés na terra livrar-se da arquitectura. Ela está por todo o lado, já tínhamos reparado. E ainda mais quando nos entra pela casa dentro, pela bolsa dentro, ou pior que isso, pelos olhos dentro.

É por isso que de todas as artes, é a única que tem que prestar contas com quem a usa[...]”(1)

É hoje, indubitavelmente, um factor de desenvolvimento e uma actividade de interesse público. A nível cultural, confere identidade e prestígio aos países e reafirma concreta e conceptualmente o seu património. Concomitantemente, debruça-se sobre a renovação urbana, a reabilitação das zonas históricas e a revitalização do património. Relativamente à sua preponderância económica, ao conferir qualidade aos espaços que projecta, acrescenta-lhes valor tanto imobiliário, como a nível do ambiente urbano e do território. Paralelamente, constitui-se também como um dos mecanismos de formação de valor do solo e da construção, motor da actividade imobiliária e criadora de emprego. A nível social e ambiental, versa sobre a qualidade da habitação, do ambiente e do território enquanto condição inefável e direito inalienável do Homem.

“[...] a arquitectura é a arte de organizar o espaço; melhor: a arte de organizar as relações do homem com o espaço.”(2)

Assim sendo, a arquitectura deve conseguir **dar resposta à realidade** à qual vai pertencer, na qual se vai imiscuir e da qual vai colmatar as necessidades. Já vimos que a necessidade de abrigo é uma necessidade básica e um direito inalienável do Homem. Mas, a arquitectura deve ir para além disso, deve instituir sentimentos de pertença ao espaço, de bem-estar, de conforto, deve ser uma “organizadora de espaço” mas acima de tudo a sua preocupação deverá ser com a qualidade.

As vertentes técnicas e artísticas da arquitectura

O conceito de suprir determinadas necessidades da sociedade e de conferir qualidade ao espaço, pode, no entanto, ser considerado díspar e ser enfrentado de modos diferentes por diferentes arquitectos. Para Oriol Bohigas, o papel da arquitectura passa muito pela sua vertente artística, é através da linguagem que o arquitecto pode inovar e pode interpelar a realidade. Recorrendo à sua experimentação artística deve estabelecer uma ruptura com os cânones, no sentido de mudar a consciência pública, de revolucionar e de introduzir vanguardismo, independentemente do programa que trabalhe.

“Así, la aportación fundamental del arquitecto debe ser la de su actitud de experimentación artística y, por tanto, ineludiblemente revolucionaria. Hacer casas para ricos o bloques de viviendas en el suburbio puede ser igualmente progresista o reaccionario porque el tema no implica actitud vanguardista ni revolucionaria. La actitud está en la puesta en crisis de una estructura social y económica a través de las contradicciones formales y de la ruptura violenta de los códigos establecidos por el inmovilismo. Y esto se puede producir con independencia del contenido, al margen de que se trate de una casa para ricos o un bloque para proletarios.”(3)

Muitos outros arquitectos consideram, por seu lado, que o papel da arquitectura não se deverá prender em formalismos, mas que deverá ser incisivo na sociedade, respondendo aos seus problemas através dos programas nos quais trabalha e através do bem-estar, do conforto e da qualidade do espaço que projecta e para quem projecta.

“No limiar de uma nova era que o progresso material impõe, ele verificará, então, que a encruzilhada, a “sua” encruzilhada, transcende os formalismos, os estilos, as aparências, tudo quanto representa uma dialéctica ultrapassada, aterroradamente exânime. Terá, antes de mais, de procurar um sentido para a sua vida, dentro dos quadros de uma sociedade que forçosamente também terá de ter um sentido.”(4)

Esta dicotomia põe em confronto as vertentes artística e técnica da arquitectura – ambas parte integrante e indivisível de um todo.

“[...] a questão que se põe hoje em dia é a da diluição da distinção entre o que são práticas artísticas e o que é a vida

quotidiana. A diluição da distinção entre o que são vanguardas artísticas e as massas. A diluição da distinção entre o que é uma elite e o que é a multidão.”(5)

A qualidade, em arquitectura, abarca-as necessariamente do mesmo modo. A arquitectura, para ser isso mesmo tem de ser funcional, mas tem de ser algo mais, tem de transmitir determinados valores que vão para além da técnica, tem de “tocar” e sensibilizar.

O que é a qualidade

A qualidade do espaço é, assim, o objectivo basilar da arquitectura...

“ “Do puxador ao território”, a Arquitectura ambiciona proporcionar ambientes de qualidade, no plano funcional, estético, técnico e económico, capazes de responder duravelmente a várias necessidades sociais. Tal vocação exige, para se concretizar, um projecto social, uma política tendente a estimular os factores favoráveis à independência do exercício profissional da Arquitectura e à elevação do grau de exigência e de participação da sociedade nas decisões sobre o seu habitat.”(6)

Neste sentido, deve-se promover a consciencialização de que a qualidade é, de facto, um investimento, cujo retorno é, não só económico, como também ambiental – pela gestão adequada dos recursos naturais e urbanos – pelo respeito pelo contexto e imagem geral e um real instrumento de desenvolvimento sustentável.

Na arquitectura não existe um conjunto de conceitos, leis e princípios a seguir que se ensinam antes do fazer. A criação é o investigar, o procurar, o fazer algo novo; cria saber e cultura e envolve múltiplas áreas do conhecimento, é transdisciplinar. Implica a colaboração de todos, de todas as áreas, enquanto parte de uma realidade que toca a todos, e a todos influencia.

“É uma disciplina que lida com a organização do espaço, uma definição que referencio sempre no livro “Da organização do espaço”, de Fernando Távora. Esse espaço vai desde o universo doméstico até à cidade, e, por isso pode, dizer-se que, de um modo geral, a arquitectura lida com a organização do *habitat*. Organizar, aqui, significa também lidar com todas as outras disciplinas que contribuem parceladamente para a organização do espaço. A arquitectura é também, por isso, um ponto de mediação. O arquitecto é um mediador entre a sua aprendizagem técnica e artística e a aprendizagem das outras disciplinas.”(7)

A qualidade passa, portanto, pela colaboração de todos, pela participação dos vários agentes do desenho urbano e, primordialmente, pela participação do cliente, do individuo, inserido numa dada sociedade, cujas exigências, individuais ou colectivas, a arquitectura deverá procurar responder.

De acordo com Luigi Snozzi (arquitecto suíço, professor na Ecole Polytechnique Fédérale de Lausanne), uma resposta mais correcta da arquitectura implica: a leitura e interpretação do lugar, a correcta resposta às necessidades, qualidades visuais e espaciais, percursos, luz, relações internas e economia formal. Uma solução com estas características poderia ser considerada uma solução de qualidade e cabe ao arquitecto articular todos estes factores numa síntese.

Há muitas respostas diferentes que a arquitectura pode dar, todas elas verdadeiras e de qualidade. A arquitectura inteira-se dos problemas do homem e intervém neles. As suas respostas não resolvem os problemas sociais, apontam-nos, dão-lhes inteligibilidade e tornam-nos compreensíveis.

“Terminou de facto a crença no poder redentor da arquitectura, mas isto não é exclusivo e aplicável exclusivamente à arquitectura; é aplicável a todas as manifestações estéticas que de alguma maneira estiveram ligadas a essa esperança moral das vanguardas.[...] Mas é-lhes reservado um papel importante no domínio da transformação das sensibilidades, permitindo a adaptabilidade das pessoas à crescente complexidade do mundo.”(8)

A arquitectura permite despertar novas sensibilidades, diferentes modos de ver e de se envolver na realidade. O arquitecto é, assim, um vanguardista que pesquisa e descobre formas, modos e meios de construir que são depois assimilados e vulgarizados. O arquitecto conhece a História e a realidade presente e responde com valores dessa sociedade.

“Ela é um interface, uma síntese dos saberes, mantendo, apesar de tudo, uma cultura própria e uma autonomia disciplinar. Existem espaços mais complexos que necessitam de um maior conhecimento organizacional e outros menos complexos, que necessitam de menos, cabendo ao arquitecto, como homem da síntese, compreender em que ponto, e até que ponto, se conjugam esses outros saberes. Projectar é sempre transformar. Mesmo quando, no limite,

se decide não intervir, isso pressupõe uma ideia de transformação, ainda que num “grau zero”.”(9)

Deste modo, assume-se como um produto cultural mas também **gera cultura**, um produto aberto feito de fluxos e refluxos, do dar e do receber. Deve ser intrincada com o homem e com a sua natureza e complexidade. Deve ser um espaço de vivência, de emoção, de estar e de sentir.

“A arquitectura, dizíamos, deve assumir-se como montagem e desmontagem, como processo dialéctico, como sintoma e pretexto de cultura. Devem abrir-se cautelosamente as portas, e não encerrar ou simplificar até à banalidade a natureza complexa do homem. Indicar claramente o caminho, e confirmá-lo, pontuá-lo e marcá-lo do princípio ao fim. Deflagrar como uma visão, revelando-se a obra, como objecto maravilhoso, como ponto de partida e de chegada. Que o indivíduo possa afagar, apalpar e impregnar-se, avaliar-lhe a altura, ensaiar os primeiros passos, e medir o alcance da voz.”(10)

A arquitectura vê-se, sente-se, vive-se; deve ser intemporal: não se deve, portanto, comprometer com modas ou gostos pessoais. É um gerador de cultura e uma forma de transmissão de conhecimento.

“Que o nosso único cliente é o património e que os homens passam e as construções devem ficar. [...] O arquitecto é um dos maiores responsáveis pela transmissão de cultura.”(11)

A arquitectura na sua relação com a sociedade

A arquitectura influencia a sociedade, toca-a e muda o modo como as pessoas se relacionam no espaço, mas também é por ela influenciada. Adapta-se a ela e procura as respostas mais adequadas.

De facto, a sociedade necessita e vive do espaço. As pessoas têm de participar no seu espaço, no espaço de vida. Não basta adequarem-se a um espaço de um autor. O espaço deve assimilar a cultura e englobá-la na criação e produção. O espaço é, pois, um palco da vida e um “contentor”.

Deste modo, o objecto arquitectónico tem de ser visto para além da sua imagem – que hoje é tão valorizada, qual fragmento estático. O edifício tem vida e é para ser vivido. O papel da arquitectura como “contentor de vida”, trespassa o valor de uma imagem numa revista, uma moda ou um gosto.

“Actualmente, tudo está cruzado, continuo a reivindicar que uma arquitectura tem uma vida muito para além da imagem, da visualidade e todo os outros factores que são ignorados na leitura da arquitectura contemporânea. Conheço três ou quatro arquitectos que batalham isoladamente e que são apelidados de arrogantes. Um deles é Peter Zumthor que diz que a arquitectura é para ser cheirada e tocada, a arquitectura é para se dormir lá dentro, para se perceber o nascer do dia lá dentro, para se comer lá dentro, para perceber inclusivamente o que vem de trás ou como as pessoas se relacionam com ela, e tudo isto foi esquecido. Hoje em dia, a nossa cultura, por razões que sabemos, está muito centrada na visibilidade e que discutivelmente é uma das dimensões mais importantes da realidade, não contesto isso. Mas a arquitectura é mais do que isto.”(12)

Se esta relação entre arquitectura e sociedade é tão vincada, então não se pode deixar ficar presa nas suas próprias entranhas, nas regras do seu próprio sistema. Tem de servir as pessoas, em todas as suas necessidades, conhecê-las e dar-lhes resposta.

“Neste aspecto, a função social do projecto arquitectónico e urbano está inserida no processo de decisão; o projecto é um acto criativo e também um acto de cidadania, um território de partilha das decisões, de cultura.”(13)

Assim sendo, o compromisso entre ambas as partes desta relação deve-se desenhar sobre bases culturais: os valores da sociedade em causa, os padrões de “gosto” instituído e a sua História; sobre a inteligência do arquitecto em responder às necessidades apontadas, àquele contexto específico e ao programa definido e sobre uma base dialógica que permita criar um objecto de arte ligado a uma dada sociedade, feito para com ela dialogar e para constituir uma sua **mais-valia funcional, cultural, social e artística**, sem nunca se isolar, prender em devaneios ou caprichos.

“A arquitectura é uma arte que se aprende no plano da inteligência e da cultura e joga-se no âmbito do compromisso social.”(14)

Afirmando-se como um acto profundamente enraizado nas matrizes da sociedade, a arquitectura, carrega em si todo o peso desta responsabilidade social, de gerar bem-estar, cultura, conhecimento e influenciar a vida de um todo e de cada um em particular que sente o espaço de forma individual. Logo, uma forma de responsabilização social do arquitecto é a sua obrigação em conhecer o comportamento

do “homem real” e todo o seu contexto.

“Se creio também que “as opções formais, a materialização de intenções em relação ao espaço são, por si, capazes de sugerir e motivar comportamentos diferenciados”, é porque penso que, por um lado, essas *intenções* se constroem sobre uma larga teia de conhecimentos humanos e de projectos interdisciplinares, ligados ao condicionamento das actividades nesse espaço – trabalho, vida familiar ou social, isolamento e vida interior – e que, por outro, essa teia de conhecimentos não constitui um esquema pré-determinado (a não ser pelo primitivismo ambicioso de certos especialistas), mas um conhecimento do comportamento do homem real, no meio ambiente que oferece determinadas hipóteses, mas que carecem de um programa.”(15)

O arquitecto, segundo Nuno Portas, deve assumir um compromisso com a sociedade enquanto **técnico criador de espaço vivencial** e não autor de uma arte de luxo, marginal e supérflua; enquanto **solucionador de problemas sociais** a nível dos programas, nomeadamente de habitação, saúde e educação e enquanto **formador de espaço**, conferindo-lhe qualidade em toda a sua acepção.

Segundo o mesmo autor, não é a arquitectura em si que vai mudar a sociedade, mas o papel do arquitecto constitui uma forma de intervenção social, que se pauta pela revolução cultural, artística e social implícita no conteúdo do projecto urbano e do espaço de vida que cria.

“O arquitecto é chamado a interpretar a história do seu tempo para a transformar em organização do espaço de vida. A arquitectura é pela sua natureza uma actividade colectiva e um facto profundamente social. [...] Cada casa, uma vez realizada, deixa de pertencer ao arquitecto, para passar a pertencer à história e à colectividade. São eles os legítimos proprietários. O arquitecto fica com o privilégio de ter construído, de ter modelado, de ter dado forma ao próprio tempo, de ter intuído e interpretado as necessidades da colectividade, de ter exercitado a síntese última que levou à imagem.” (16)

A arquitectura deve tocar nas pessoas

Uma arquitectura participada é fundamental para fazer do objecto arquitectónico um projecto colectivo, de interesse público e de concertação de interesses. Assim, cabe também à sociedade expressar as suas necessidades, de forma a que o arquitecto as conheça e a elas responda de forma plena.

“O que os arquitectos reivindicam hoje já não é apenas “Arquitectura para os Arquitectos” mas também “Arquitectura para os Cidadãos”. Reconhecer o interesse público e colocá-lo acima do interesse próprio é um posicionamento ético muito exigente. Sabemos que nem todos estão à altura de ser juiz em causa própria. Mas, lançamos nós o desafio: queremos desenvolver na sociedade portuguesa uma cultura crítica e participada da discussão da Arquitectura, que estabeleça laços cada vez mais fortes entre o público, as instituições e os profissionais.”(17)

Para a arquitectura chegar às pessoas, deve conseguir tocá-las através dos valores que o espaço criado lhes veicula. A arquitectura é mais do que as funções concretas do edifício, é a sua vertente artística, mas é sobretudo a forma como busca a pessoa, como lhe toca e os valores que lhe transmite.

“Acredito que o ser humano tem duas formas de contacto: um é imediato, físico, através da visão; mas tem outro, que está por trás da sensação, a um nível mais profundo de consciência. Acredito mais no segundo. [...] Quando alguém está em paz num lugar, sente que esse lugar lhe pertence, e começa a apropriar-se dele através da colocação de objectos pessoais no espaço.

Acredito menos na arquitectura do objecto e mais na arquitectura do espaço, porque penso que a consciência do utilizador não arquitecto vincula-se melhor, a um nível inconsciente, com o espaço do que com o objecto. O utilizador não-arquitecto não tem sensibilidade para o objecto.”(18)

Como é que pode um edifício tocar na pessoa? Através da construção – da sua materialidade, da funcionalidade – da necessidade, da sustentabilidade e da sua vertente artística – da sua forma. O edifício permite uma certa identificação da pessoa com o espaço, a transmissão de valores, um sentimento de integração, emoção e de bem-estar físico e psicológico.

“O edifício tem que ter uma boa estrutura, e sim, um edifício tem que ser sustentável, um edifício tem que cumprir funções, um edifício tem que fazer tudo isso. Mas no final a única coisa... quando vemos um edifício o edifício diz-nos algo.”(19)

O valor emotivo e simbólico da arquitectura para o visitante é uma das suas valências mais importantes. Não basta só cumprir a função de abrigo ou um programa funcional rígido, a arquitectura tem de falar, cantar, se possível, de forma afinada e cativante ao seu visitante.

“ [...] a *arquitectura deve falar* ao visitante de maneira simples e directa, de modo a que quando este entra num

espaço possa adquirir a capacidade de se orientar, de controlar as diferentes situações espaciais (altura, profundidade) e possa compreender ou pelo menos intuir a organização do edifício. Esta é uma condição “natural” na arquitectura do passado: entrem nos antigos palácios e imediatamente serão capazes de compreender a sua organização.”(20)

É claro que cada um interpreta o espaço de forma diferenciada, é por isso que a arquitectura não é uma disciplina absolutamente científica, que é alvo tanto de elogios como de críticas mais ou menos positivas. O homem, enquanto ser absolutamente crítico, tem uma posição, que pode ser mais ou menos marcada, influenciada pelos padrões da sociedade e pelas suas próprias especificidades.

“A avaliação de um espaço é muito diferente se for feita por alguém que não tem a arquitectura no centro da sua vida. Penso que tudo depende do espaço. Se estivermos em espaços com a capacidade de reagirmos aos condicionalismos externos, esse espaço terá sempre um impacto diferenciado sobre nós. Mas se os espaços forem amorfos, seja em relação à luz, seja em relação a qualquer outro aspecto, será muito fácil ignorá-los.”(21)

A arquitectura e a sua relação com a realidade e o contexto – a arquitectura integrada

O projecto, ao ser construído, concretiza-se como realidade sensível às pessoas, às funções, ao tempo e ao contexto. Ao propor algo que posteriormente se vai construir, a arquitectura está a interferir na sociedade, na vida e na realidade, o **Homem é o seu tema central** e o espaço o seu objecto de estudo.

“Na maneira como entendo a arquitectura o projecto é fundamental, mas mais importante é a obra. O projecto tem a perspectiva de ser construído, tem uma vida muito curta e depois desaparece e dá lugar à obra, da qual o arquitecto se desliga a partir do momento em que esta fica a viver por si. Terá uma vida mais curta ou longa mas muito própria; vai reagir com os utilizadores e com a cidade, desencadeando muitas reacções; propõe interrogações às pessoas, e esse lado é muito importante, talvez seja mesmo central na arquitectura.[...]

Não defendo uma arquitectura funcionalista mas na perspectiva da cidade que interfere com a noção de uso, que é uma condição fundamental da arquitectura.”(22)

Assim, a arquitectura vive de uma estreita relação com o Homem e a sua realidade. A arquitectura é realidade, faz parte dela, complementa-a e nela actua.

“A vocação eminentemente construtiva do arquitecto, como vimos, leva-o por caminhos mais positivos. Há sempre um nascer de novo por que o tempo não persiste igual; como os valores sociais contidos na sua obra não compreendem unicamente um factor estético, restrito a um objecto que se vê, mas a um todo *que nos envolve*, e envolve todos os nossos gestos e actos, criando o grande palco da vida, o mundo de amanhã, para o arquitecto é sempre um mundo novo. Por isso, ao arquitecto não basta conhecer. A sua preparação, além de incluir o aprendizado das matérias correntes, necessárias ao exercício material da sua profissão, fica dependente da mobilização psíquica imposta pela própria vocação dessa mesma profissão. As forças que põe em jogo imprimem nova responsabilidade a essa espécie de magistério subtil que só um justo discernir evita se transforme em mal-fazer.”(23)

A relação com a realidade, assume preponderância no papel da arquitectura. Seja através da linguagem ou de uma vertente mais funcional, a arquitectura deve sempre prender-se com a realidade, enfrentá-la, embatê-la. Só conhecendo a sociedade onde se vai implantar, é que a arquitectura poderá desempenhar um papel pleno, adequado e completamente integrado das suas responsabilidades e objectivos.

O papel da arquitectura é algo ainda mais abrangente. Passa pela responsabilidade do urbano face ao edificado, pela resposta à cidade e pela sua integração.

Ao projectar um determinado edifício para uma dada cidade, o projecto deverá sempre ter em conta a cidade, assim como a cidade também deverá abraçar esse projecto ou a possibilidade dele existir num futuro mais ou menos distante. Assim, projecto de uma obra e projecto de uma cidade são um todo, parte de uma estratégia geral de resposta a uma dada sociedade, espaço gerador de comportamentos, funções e relações de foros múltiplos. Sabemos, contudo, que não é essa a situação actual portuguesa, seja porque o domínio da arquitectura não abarca todas as “edificações”, chamemos-lhe, seja, por falta dessa dita “estratégia global”. Este assunto será, contudo, desenvolvido num capítulo posterior. Cabe aqui explicar o assunto da arquitectura, do seu papel e do modo como responde, ou deveria responder às necessidades do homem, para mais à frente, podermos constatar o que realmente acontece no panorama actual português.

“A arquitectura deve assumir uma nova tarefa e enfrentar a complexidade da cidade recorrendo à linguagem e aos

instrumentos que lhe são próprios; deve ceder a estas novas necessidades de inter-relação entre as diferentes partes, papel que o plano urbanístico já não consegue realizar. De facto, como se sabe, na maior parte dos casos os planos nascem já velhos e referem-se a modelos de organização que quase sempre pertencem ao passado e deixam abertos e por resolver, nas suas aproximações sumárias, partes inteiras do território que de tempos a tempos têm que ser corrigidas.”(24)

Assim, voltemos ao imperioso contacto que a arquitectura deverá estabelecer com a realidade...

“Parece-nos que o caminho a seguir é bastante claro: conhecer a realidade portuguesa de hoje e interpretá-la em construção, fazendo Arquitectura e Urbanismo que a satisfaçam; e porque esta realidade portuguesa existe e porque não pode atraiçoar-se em qualquer dos seus aspectos – não voltar as costas ao Mundo, a todo o movimento da Arquitectura e do Urbanismo modernos, olhando-o de frente, sem receio, com o à-vontade de quem tem força e poder para separar o trigo do joio.

Abrir os olhos à realidade portuguesa – Será verdadeiro afirmar que nós, arquitectos e urbanistas, conhecemos essa realidade? Possuímos nós regulamentos, estudos de investigação, métodos de ensino, espírito de colaboração que traduzam o seu conhecimento ou conduzam a ela? Que conhecemos do nosso homem e da nossa terra – do nosso clima, dos nossos materiais, da nossa maneira de viver, da nossa paisagem e vegetação, das necessidades da nossa população e da sua economia, das artes da casa, de tantos e tantos outros aspectos da nossa realidade? Como se realiza a colaboração entre os nossos técnicos, os nossos artistas, os nossos investigadores? Andamos, em verdade, muito longe de nós próprios e muito longe dos outros.”(25)

O arquitecto, enquanto agente principal da organização do espaço e interlocutor da arquitectura com a sociedade, deverá conhecer as coordenadas espacio-temporais com as quais está a trabalhar. Concretamente, deve conhecer o lugar onde vai implantar a sua obra, mas paralelamente, também se deve integrar nas componentes culturais, sociais e económicas dessa sociedade, saber como pensam, o que precisam, como vivem no espaço e o que pretendem exactamente dele. O espaço deverá responder ao que o Homem procura e às suas vivências, à sua definição de bem-estar, de conforto e de harmonia, funcional, estética ou emotiva, do modo de ver, de se sentir e de se orientar nesse espaço, noções essas muito variáveis e de âmbitos amplos e distintos.

O sentido do lugar é de grande relevância para a obra, uma vez que acarreta valores específicos e uma História próprios. Cabe ao arquitecto analisá-lo, articulá-lo com as necessidades explanadas no programa e com as aspirações do cliente. A solução encontrada deverá ser a síntese destas condicionantes.

“Insisto muito sobre esta relação contínua feita de dar e receber que existe entre a arquitectura e contexto. Na minha maneira de projectar, a arquitectura só pode ser imaginada se ligada a um contexto, a uma geografia, a um lugar.[...]

Ao mesmo tempo, em vez de constituir uma obra posta sobre a terra, torna-se substância que dela provém, que se desenvolve da sua estrutura, da sua história, da sua memória, para dialogar com os outros elementos presentes, numa espécie de continuidade fluida. A cidade pode assim ser vista como um grande projecto: cada vez que a arquitectura intervém para transformar o lugar, enriquece-se com um novo signo e cresce através de um processo contínuo de estratificação [...].”(26)

Contudo, se por um lado, se pode considerar que a intervenção do arquitecto pode criar um novo espaço, também se pode considerar que se trata do mesmo espaço, mas com funções distintas das anteriores. Assim, o arquitecto não cria um novo espaço, modifica, apenas, as funções que nele têm lugar.

“Na realidade, nós arquitectos não nos apropriamos do espaço, simplesmente o usamos. O espaço de alguma maneira, está. É o trabalho do arquitecto fazê-lo ressoar. Essa ressonância tem ecos no lugar, ecos culturais e respostas materiais. E de alguma forma, pomos de manifesto a sua existência. Não considero que somos criadores de espaço, mas sim uma das atribuições das nossas funções.”(27)

De facto, ao intervir no espaço e ao ser implantada naquele lugar em concreto, a obra vai gerar uma nova percepção desse espaço e novas vivências, novo modo de ver, de viver e de se orientar na cidade. Está a enriquecê-la, a completá-la, a colmatá-la.

O que significa, assim, arquitectura integrada? Qual o conceito de integração se as suas variáveis são tão relativas, vastas e socialmente díspares?

“A ideia fundamental contida no conceito de *integração*, é a necessidade de adequar ou, melhor, de relacionar a expressão de uma casa com o condicionalismo concreto do *lugar* onde se insere e das *pessoas* a que se destina, abstraindo de um sistema formal preconcebido; pode portanto desdobrar-se em aspectos distintos: inserção harmónica numa paisagem natural; inserção num ambiente arquitectónico preexistente, popular ou erudito; acordo com os

anteriores hábitos de vida e sobretudo de habitar, com a psicologia e valores culturais dos utentes.”(28)

Independentemente dos diversos conceitos e modos de vida da sociedade, integração significa pertença àquela sociedade, imbuir-se desse espírito e das suas estruturantes sociais, culturais, económicas,... Referindo novamente Nuno Portas é:

“[...] ir ao encontro da realidade real, do homem situado”.(29)

Ao recuperar valores relacionados com a cultura dessa sociedade, com a sua História, com a sua memória, a arquitectura não procura um mimetismo do passado e um mero formalismo, procura entender, integrar-se nela e estabelecer plataformas de relação entre o novo e o velho, essencialmente respeitando essa sociedade e os seus valores, as suas estruturas e a sua organização social.

As opções de projecto devem ser feitas com base em critérios do momento presente e não de um mero romantismo pelo passado. A escolha do uso de técnicas tradicionais deve ser feita se se continuar a justificar, isto é, se se concluir que é de facto a melhor técnica a usar, aquela que é a mais adequada escolha de projecto e que vai ao encontro dos conceitos nele implementados. Este é o mesmo critério que justifica o recurso a formas do passado, que só se aplica se responder melhor aos critérios deste projecto e se comunicar melhor a sua ideia. As escolhas do projecto devem ser sempre críticas e nunca passivas e a obra deve ser sempre implantada no cenário funcional da vida em sociedade e nunca num plano cenográfico e estático, envelhecido e resistente à mudança. Deve integrar-se num ambiente dinâmico, na vida da sociedade e nas necessidades do homem, deve contestar o que está mal e propor novas valências, deve analisar o presente e procurar induzir-lhe novas respostas.

A arquitectura também é a capacidade de inovar, de flexibilizar, de estar aberta e disponível

A arquitectura não carrega o fardo da tradição e o peso do mimetismo das formas ditas tradicionais ou antigas. A arquitectura deve inovar, tal como se deve integrar. A inserção na sociedade pode efectivamente passar pela ruptura com as formas decadentes ou passadistas para outras que respondam realmente às novas circunstâncias da sociedade. Assim como as formas, os próprios conceitos de projecto também devem ser pensados nesse sentido. Integração não significa aqui o uso de formalismos como justificação superficial para a relação com o existente, integração significa sim a pura e plena relação com a realidade de uma dada sociedade, com a resposta às suas necessidades do momento, suas urgências e aspirações. Desta forma é-lhe possível responder-lhes de modo absoluto, de as complementar, de criar cultura e de as desenvolver. Fazer arquitectura passa, pois, por inovar, ao introduzir conceitos, programas, modos de funcionar, de pensar e ver inovadores, dentro da sua incontornável vertente criativa. A arquitectura é, neste sentido, um factor de desenvolvimento, de mudança, um instrumento para novos modos de pensar, um agente cultural e social.

“Essa questão não é diferente da questão sobre o que *andamos aqui a fazer*. A resposta possível que tenho é *fazer coincidir a vida com a realidade*. O que é bem e bom para nós é quando conseguimos *fazer*. [...] Se posso dar um conselho aos arquitectos mais novos é *fazer*. E *fazer* é resolver problemas e satisfazer as pessoas. Fazer Arquitectura é acrescentar alguma coisa que não é expectável. Isto é um pouco subjectivo, mas a nossa relação criativa com a Arquitectura tem a ver com uma postura deste tipo.”(30)

Concluindo-se que a arquitectura deve sempre procurar integrar-se na realidade à qual vai responder, e tendo em conta que cada sociedade é *sui generis*, tem valências diferentes, a arquitectura deverá, pois, ter uma capacidade de adaptação e de integração em qualquer sociedade, procurando sempre criar numa perspectiva adequada e completa para essa sociedade e para o(s) indivíduo(s) em particular que é(são) o seu cliente.

A arquitectura é, assim, mais do que responder a um programa. O programa não define, por si, o que será o edifício ou o espaço arquitectónico, não define o objecto e o modo como cada um se apropria ou percebe esse espaço.

Custos, áreas, programas, compartimentação e circulações não são suficientes para definir um espaço em toda a sua acepção. A arquitectura é mais do que isso: é criar algo novo, é experimentar, é fazer algo que nunca se fez.

Esta sua capacidade propicia a mudança e releva a vertente artística da arquitectura, a sua busca incessante pelo novo, sempre numa óptica de procurar o que de melhor e mais amplamente responda a estas necessidades em concreto. Inovar para ser um projecto novo, adaptado àquele indivíduo e único, tal como o indivíduo em causa, com objectivos e necessidades concretas e particulares a que o projecto tem de dar resposta.

“Gaston Berger sintetizou, numa frase célebre, este fenómeno ao propor: “ce que nous devons apprendre ce n’est pas à changer une fois, c’est à nous transformer sans cesse pour être toujours adaptés; (...) à la raideur de ses paliers discontinus substituons la souplesse d’une permanente adaptation seule capable de suivre la rapide cadence de notre progrès” (31)

Neste sentido, a obra é integrada na sociedade mas também integra o Homem nela, integra as suas acções e o seu modo de fruir o espaço. É, portanto, uma obra “aberta” (32), aberta à ampla capacidade e variedade de modos de fruição do espaço, aberta a potenciais ampliações ou complementos dessa mesma obra e aberta aos seus intervenientes, o fruidor do espaço vive nela, a obra completa-se nas suas vivências e completa-o a ele enquanto palco da sua vida e gerador dos seus comportamentos.

“Outras tentativas se têm produzido, ao longo do tempo através de definições que nada mais são do que simples listagens de funções avulsas, que certamente caberão à arquitectura, mas que não menos certamente, estão longe de as esgotar. É por isso que só com todas as cautelas e justificações preliminares, arrisco eu próprio uma definição. Aí vai. *A arquitectura é, o revelar ou instaurar poeticamente os lugares do homem//fazendo significar a luz numa matriz espacial//jogando com a cor, a matéria e a forma.* [...] a arquitectura não é um feito mas um fazendo, ou dito de outro modo, a arquitectura nunca está terminada, prolonga-se no uso. A abertura na arquitectura não resulta de qualquer procura vocabular específica, já que a arquitectura é por essência uma obra aberta. [...]” (33)

A arquitectura tem, pois, de estar sempre disponível, para as novas circunstâncias e para responder a uma realidade que está cada vez mais em mutação rápida, constante e incessante.

Manuel Gausa, por exemplo, afirma que a arquitectura ainda se pauta por regras rígidas e vive num certo “autismo” em relação à nova realidade e à heterogeneidade de situações e solicitações por ela criadas. Assim, defende uma nova Arquitectura mais aberta, não presa às regras e mais flexível em relação às novas necessidades e às novas capacidades de resposta que a arquitectura tem vindo a explorar. Deste modo, a necessidade de inovar advém da necessidade de ir de encontro às circunstâncias e de pensar em novas abordagens a novos problemas.

“Um enquadramento da acção, que fala de uma nova forma de entender os antigos conceitos de ordem, forma e organização e, portanto, de uma nova forma de entender, entre outras disciplinas, a própria arquitectura. Um enquadramento de busca, ligado a um tempo de mudanças sociais, culturais e tecnológicas, que visa favorecer outras abordagens para novos (e velhos) problemas.” (34)

As pessoas e as necessidades

A sociedade de hoje é dispar, feita de minorias específicas, em que não há uma maioria. A arquitectura não pode ser feita para um dado cidadão tipo, anónimo e generalista, precisamente porque ele não existe. O que existe, de facto, é uma panóplia extremamente variada de necessidades, clientes, circunstâncias e realidades, às quais a arquitectura tem de responder.

“Cada vez mais temos uma sociedade multiétnica e cosmopolita, em que todos os ramos do conhecimento se entrecruzam com maior intensidade. A noção de fronteiras, de soleiras ou daquilo que separa uma forma de conhecimento de outra, actualmente tende-se a diluir sendo este um processo de erosão e de hibridação dos modelos clássicos, caracteriza o tempo presente.” (35)

Neste sentido, a questão que se coloca é quais as necessidades a dar resposta perante a diversidade da sociedade?

A arquitectura para responder à sociedade multiétnica e plural de hoje deverá primar pela flexibilidade. Não é, pois, um programa tipo – rígido e anónimo – que se vai afirmar como a melhor solução para uma

dada circunstância. Um standard, tipificado e pré-estabelecido, prende-se apenas com determinantes matemáticas, geométricas e científicas que também fazem parte da arquitectura. Todavia, negligencia grosseiramente a vertente artística, o carácter inovador e o próprio contexto – cultural, social, geográfico, ... onde se vai implantar.

Fazer arquitectura não é aplicar tipos, é, indubitavelmente, adequar-se a cada cliente e encontrar o melhor modo de o satisfazer. O questionamento crítico, inerente ao Homem e impreterível no arquitecto fá-lo colocar as questões e a elas responder criativamente, tal como a sua formação o impõe. Claro, que há que colocar as questões certas e a elas responder, de forma a contemplar a ubiquidade dos requisitos solicitados aos mais diversos níveis.

São os conceitos, materiais, técnicas, funções e necessidades que determinam as formas de actuar, concretizar e dar forma ao espaço. A arquitectura tem, portanto, de procurar novas formas de responder aos novos dados que se lhe colocam. Tem de respeitar um programa, mas tem também de estar disponível para criar, flexibilizar e ginastizar as suas formas, técnicas e conceitos.

“Na realidade, não nos interessa a existência de soluções “na manga” (próprio de alguns modelos de ensino praticista e/ou de matérias de âmbito muito restrito), mas sim, **a capacidade de “inventar” soluções para novos problemas.** A propósito de ensino praticista, temos o exemplo dos desenhadores (que “fazem arquitectura”) que, são, de facto, profissionais “práticos”. Ultrapassam com facilidade o problema da aprovação do projecto, os problemas económicos (e outros) dos clientes e fazem, em suma, a “planta da casa” rapidamente.

É muito difícil tipificar problemas num momento onde a velocidade de transformação e ocorrência é elevada e, a imprevisibilidade, é uma característica fundamental dos fenómenos (urbanos, económicos e sócio-culturais) da nossa sociedade em geral, e do mundo da arquitectura, em particular.”(36)

A arquitectura transforma o espaço, articulando todos os seus intervenientes, as suas necessidades, aspirações e as funções que nele vão ter lugar. A eles junta a sua dose de criatividade e necessidade de inovação, a sua componente artística e sobretudo todas as componentes particulares que a tornam única e especial para o indivíduo para a qual foi pensada. Trata-se, portanto, de criar uma solução, não tirada de um catálogo ou de um manancial de formas já usadas, mas de um exemplar único que congregue todas estas valências e que as torne adequadas, para o cliente, que confirmem qualidade ao espaço e às suas vivências e que lhe permitam harmonia e boa organização de acordo com todas estas variáveis. Cada situação tem uma componente de heterogeneidade e uma riqueza de conteúdos muito própria, à qual a arquitectura tem de responder de modo flexível, eficaz e absoluto, endógeno e cabal.

A propósito da preocupação com as necessidades do cliente e com o total conhecimento acerca do que se pretende para o edifício, pode ser referido, a título de exemplo pelo método e não pelo projecto em si, o programa SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local), enquanto forma de o arquitecto se comprometer com a sociedade, de a conhecer e interpretar e acima de tudo, uma forma de colaboração de todos para um projecto uno.

O método de criar equipas multidisciplinares e de trabalhar com os clientes e futuros moradores desses blocos habitacionais, apresenta-se como um método de grande relevância, no sentido de construir uma solução de síntese entre as necessidades que os edifícios iriam suprir e o trabalho de profissionais que lhes iriam dar resposta.

Álvaro Siza, referindo-se a projectos deste programa, acrescenta que o ambiente era difícil e que o diálogo era controverso entre equipas e moradores, uma vez que estes não conseguiam compreender a posição dos profissionais e aparentavam um certo autoritarismo.

Este método, não obstante todos os obstáculos com que se deparou, tentou aproximar os vários pólos, gerir equipas de profissionais e responder às populações, conferiu a Siza o epíteto de “arquitecto da participação” e, como tal, justifica-se assim a sua breve referência neste capítulo acerca das necessidades, do embate da arquitectura com a realidade e da aproximação do cliente de modo a suprir as suas reais necessidades.

Nesse sentido, deparamo-nos com a questão: Quais são as razões e conceitos para a arquitectura? A arquitectura deve ter por base que tipos de argumentos? Em que se deve sustentar um projecto e do que é que ele deve nascer?

Paulo Varela Gomes apresenta diferentes pontos de vista. Por um lado, a arquitectura pode nascer do gosto do arquitecto ou do dono de obra, por outro lado, pode surgir a partir de um “argumento duro”, respeitante à técnica. Segundo este autor, este último é o essencial, porque não se prende com outras áreas disciplinares e associa os motivos da arquitectura a si própria, conferindo-lhe autonomia.

“O arquitecto é antes de mais aquele que é capaz de conceber uma forma no espaço, ou seja, aquele que é capaz de projectar *in mentis* (e nos auxiliares da mente, o papel, o écran) os efeitos espaciais (corporais, sentimentais, intelectivos) de formas pensadas a outra escala. Como sugere persistentemente Philippe Boudon, o arquitecto é um operador de escalas. Isto pode incorporar o procedimento artístico - que derive de, e visa provocar, emoções estéticas – mas não é Arte. Souto de Moura tem carradas de razão na distinção que faz entre arquitectura e Arte porque o contágio entre esses dois campos conceptuais distintos só serve para submeter projecto e construção a objectivos estéticos, ou seja, para amarrar a arquitectura à cenografia. A escolha de um partido [...] é o núcleo duro e irredutível de um procedimento arquitectónico.[...]”

Sem as “muletas” da sociologia, da geografia, da história, da tecnologia, os arquitectos estão mais sós e desamparados. Mais abertos ao erro, à falta de gosto, à falta de pertinência. Mas é assim que estão. A sua cultura, as suas opções políticas, são extremamente úteis – indispensáveis até – mas não determinam o essencial.”(37)

Nuno Portas (38) define um método para melhor conhecer e explorar as necessidades do cliente, visando o conhecimento da realidade vista “por dentro” e de acordo com um completo conhecimento dessa realidade, das vivências dessa sociedade, das suas necessidades e da sua História, memória, feitos e obras passados.

Neste processo apontam-se três fases de investigação das referidas necessidades. A análise base das condições e circunstâncias da sociedade de um modo geral, da sua plataforma cultural, social e económica, assim como de dados demográficos e a capacidade dessa sociedade em compreender a arquitectura enquanto forma de comunicação e não simples forma artística. Uma outra fase da investigação apontada tem por objectivo a utilização do espaço em concreto, e o conhecimento das necessidades que este irá suprir. Finalmente, surge a necessidade de uma análise mais dirigida ao programa a desenvolver, de acordo com cada caso em particular.

Conhecer as necessidades – quais são elas?

A arquitectura tem, efectivamente, esta obrigação de conhecer o comportamento e as necessidades do chamado “homem real”, do seu presente e da sua realidade.

A habitação é um tipo de programa específico, que tem a particularidade de se voltar mais directamente para o indivíduo, procurando colmatar as suas necessidades mais concretas e estabelecendo com ele um diálogo directo.

As suas necessidades podem explicitar-se segundo categorias e numa gama hierarquizada. Podemos considerar as necessidades familiares organizadas em duas categorias (39): *necessidades-obrigações* e *necessidades-aspirações*. As obrigações, tal como o nome indica são as necessidades impreteríveis, que têm de ser cumpridas com o risco de comprometer a vida do Homem e do cliente em particular. As aspirações representam a gama de necessidades às quais o Homem enseja chegar e colmatar, são os seus desejos e pretensões. A satisfação destas últimas também é necessária e, quando conseguida, representa um progresso na qualidade de vida do Homem e no seu desenvolvimento.

De acordo com as alterações que a estrutura social e familiar tem sofrido ao longo dos tempos, as necessidades também têm sofrido alterações. Há que ter em conta as funções, a estrutura das relações familiares e sua evolução e ainda os papéis desempenhados por cada membro, na família e na sociedade, para uma correcta interpretação das suas necessidades e uma melhor resposta às mesmas.

Ainda de acordo com a fonte citada, as funções familiares, propriamente ditas, (correspondendo mais

concretamente ao programa da habitação) podem ser estruturadas em quatro categorias. As funções físicas e biológicas são as necessidades dos membros da família enquanto indivíduos e do seu bem-estar físico e condições de ordem material que digam respeito às suas funções orgânicas. As funções económicas são as que mais sofreram alterações visto que hoje a família já não se constitui como uma unidade de produção, como anteriormente, uma fonte de riqueza e de trabalho. As funções sociais e culturais são relativas à identificação social, jurídica e política dos seus membros. As funções afectivas e espirituais são referentes ao bem-estar psicológico de todos os seus membros, o facto de se sentirem bem dentro do seu espaço e de com ele se identificarem.

Perante este cenário, a forma e a função constituem-se como um todo, uma síntese que melhor responde às necessidades que vai colmatar. As características de cada espaço projectado, são exactamente isso – características, que podem ser adjectivadas, mas que contribuem para o todo que é a obra e que, com todos os outros elementos e seus adjectivos, vai determinar a forma como é vivido esse espaço. A compartimentação do espaço, a sua dimensão, a forma como a circulação está pensada, o cromatismo usado, as tipologias e todos os aspectos quantitativos, a par com a forma espacial, seguem um conceito definido inicialmente pelo arquitecto que pensou e trabalhou o espaço para melhor responder ao que dele se pretende. Assim, a preocupação com a correcta definição das necessidades do cliente deve ser feita de modo mais completo possível, tanto pela parte do cliente, como pelo arquitecto. O cliente deve explicitar cabalmente, não só através da descrição da imagem que pretende do espaço mas sobretudo das suas funções, da sua realidade e das suas necessidades, sejam elas obrigações ou aspirações.

O edifício deverá responder-lhes directamente e pretender a sua apropriação pelos utilizadores, a sua empatia com eles e a sua participação no seu espaço de vida e não a adaptação dos utilizadores a um objecto arquitectónico de autor.

Aqui reside a responsabilidade do arquitecto para com a sociedade, no seu papel de “organizador de espaço”, de criador não de objectos pontuais e ícones da cidade, mas de orientador de uma estrutura ampla com uma estratégia que contempla o todo e o individual; intérprete da realidade, das suas ansias e necessidades; desenhador do palco de todas as funções e vivências; formador e qualificador de espaço individual e colectivo.

A arquitectura de hoje e a arquitectura do futuro

E hoje, particularmente, quais são as necessidades a dar resposta? Perante esta célere mudança em que vivemos todos e perante a preponderância cada vez maior da imagem, quais são as novas necessidades da sociedade? Como tem a arquitectura de reagir perante elas? Se é crucial que se integre no contexto, analise a sociedade e pretenda tocar as pessoas, como o pode fazer no momento presente?

“Toyo Ito escreveu recentemente que “com a mesma velocidade com a qual a tecnologia informática está a invadir a nossa sociedade, mudam também os nossos sentidos e as nossas sensações físicas em relação ao espaço. Assim como os nossos corpos e as nossas mentes são actualmente condicionados pelos novos *media*, coisas que antigamente nos pareciam confortáveis, como o calor tépido da madeira ou a robustez da pedra, tornaram-se quase fastidiosas. Apesar de tudo, muitos arquitectos seguem a preceito os modelos e os princípios de ontem para tentarem permanecer isolados nos castelos imaginários do passado.” (40)

A arquitectura versa inúmeras valências e atravessa múltiplos campos de acção. As suas preocupações passam pela qualidade ambiental, dimensionamento, funcionalidade, materialidade e técnicas de construção. Mas a arquitectura vai para além destas vertentes e debruça-se sobre a adequação social dos espaços que cria, o conforto e o significado que têm para as pessoas que os ocupam. A arquitectura interessa-se também pelas questões da sustentabilidade, da durabilidade, do uso dos materiais mais adequados, da economia de energia,... A nível económico, a arquitectura incide no tempo de vida do edifícios e dos materiais que usa, do custo global a longo prazo e da relação qualidade/preço. Também está ciente da sua premência a nível estético, da elegância das formas que cria e da sua criatividade, sua adequação cultural e sua contextualização espacio-temporal. Acima de tudo a arquitectura procura

ser una e coerente, com o contexto, com a cultura, cliente, função, materiais, técnicas e escala a que recorre.

A arquitectura, hoje, prende-se assim com novas vertentes, tendo sempre sido plural e solicitando sempre a colaboração de todos – cidadãos e técnicos das mais variadas áreas, hoje tem de se voltar para novas áreas que ganharam maior realce e cujo papel social é mais vincado. Certas áreas são mormente aceites como áreas de penetração disciplinar, tais como: a Antropologia, a Sociologia, a Economia, a Ecologia, o Direito e todas as áreas técnicas directamente relacionadas como a materialização do edifício.

Novas capacidades de uso

As novas necessidades prendem-se com novos usos. É a cultura que pede à arquitectura: a filosofia, a poética e a estética produzem a reflexão de vanguarda e a arquitectura para ser de vanguarda tem de responder a essas novas necessidades.

A arquitectura de hoje deve-se prender com as novas tecnologias, tem de respeitar legislações mais actuais e que regulamentem novas situações, tem de se conciliar com a sociedade mediática da imagem que hoje apresenta tanto poder, tem de se preocupar com a sustentabilidade e tem de fazer face aos novos modos de fazer, construir e pensar.

A arquitectura resolve os problemas de hoje com novas soluções. A arquitectura tem uma intencionalidade construtiva e uma conceitualização actualizada e, como tal, não é só arte ou só construção, é feita em condições de complexidade do tempo e do lugar. Não pode, portanto, ignorar os novos materiais, não pode copiar formas de fazer e tem necessariamente de actualizar as formas, técnicas e materiais.

Já em 1988 Graça Dias fazia a apologia do encontro com a realidade e com as nossas necessidades e capacidades de uso dos novos materiais.

“Eu penso que para continuarmos uma perspectiva corbusiana da arquitectura haveria hoje que saber inventar o bom desempenho para o alumínio, para as janelas de alumínio de que ninguém gosta e para as quais toda a gente recusa olhar. Haveria que inventar a nova estética que pudesse compreender... sei lá, os “painéis” solares, o vídeo, as divisórias de gesso...”(41)

Também o facto de existirem problemas ambientais e formas de os enfrentar, deve ser encarado pela arquitectura como uma nova necessidade da realidade de hoje. Assim, deve procurar formas, materiais e técnicas consentâneas, para lhe fazer face.

Existe um grande volume de legislação nesta área, sendo que a lei é uma assimilação de valores pela sociedade, que os reconheceu como fundamentais para a sua vivência. A arquitectura, ao respeitar esses valores é estimulada pela realidade e vice-versa, num processo encadeado. Há que respeitar um equilíbrio imposto pela legislação nacional e internacional, que abarca desde a eficiência energética, à proibição de fumar dentro de edifícios.

Segundo Gonçalo Byrne, numa conferência proferida na Universidade de Aveiro em 16 de Abril deste ano, a sustentabilidade na arquitectura passa por um equilíbrio entre custos e qualidade e entre as vertentes social, ambiental e económica de forma a determinar correctamente quais os sistemas a usar, ao longo das diferentes fases do projecto.

Não se trata só de repensar o objecto arquitectónico mas toda a cultura do habitar, uma vez que existem determinadas formas de construir e pensar os espaços muito entrosadas na sociedade que hoje não são sustentáveis. A arquitectura para ser sustentável, tem de se adaptar e sensibilizar as pessoas para uma nova forma de habitar, com outras prioridades, criando, pelas transformações culturais, novos hábitos de vida. O que conduz a um novo entendimento do que fazemos, do modo como fazemos, como construímos e como pensamos em arquitectura e na obra realizada.

“Esta consciência sobre a eco-eficiência dos edifícios levará a um novo entendimento, sobre o modo como projectamos, construímos, mantemos/alteramos e destruimos os nossos edifícios, a nossa Arquitectura. Estamos gradualmente a

afastar-nos do modo como o século XX utilizou as matérias-primas do planeta e em especial como a Arquitectura as transformou. A humanidade tem sempre conseguido produzir em cada dado momento com determinadas condicionantes, um conjunto de obras e paisagens com um valor patrimonial e arquitectónico incomensurável. Há, cada vez mais, que entender que a Arquitectura actualmente tem que lidar com outros factores, outras estratégias de construção que nos levem a ter uma vida mais saudável, mais atentos ao meio ambiente.”(42)

Também a informação e a tecnologia ganharam uma tal preponderância na nossa realidade que esta – e a arquitectura enquanto parte integrante da realidade – não as podem negligenciar.

“Como pano de fundo de tudo isto: a era das tecnologias de matérias primas e das tecnologias pesadas parece chegar ao fim. Está a ser substituída pela era da informação, da vídeo-cultura, da cultura dos sistemas sinalizados. Sendo naturalmente internacional e planetária, a vídeo-cultura põe em questão o valor real das diferenças. Por outro lado, o acesso a todo o sistema de vídeo-cultura pode dar lugar a que os equipamentos internos de uma casa, de um escritório, de um edifício em suma, venham a ser mais importantes que a própria arquitectura.

As noções de espaço e de tempo sobre as quais assenta todo o nosso edifício conceptual da arquitectura dos pequenos aos grandes espaços, irão sofrer um forte abalo; ficando esvaziado de todo o seu conteúdo real a célebre “cebola” metafórica de A. Moles: os escalões territoriais como espaços sucessivos de percepção e apropriação, desde a célula individual ao continente, passando pela casa, o bairro, a cidade e o país.”(43)

A arquitectura ganha, assim, novas facetas: política, cultural, tecnológica e científica – porque são também as facetas da nova realidade.

Qual é a sua função social enquanto arquitectura tecnológica? Será fazer, já por si, parte da realidade tecnológica? Já em 1989 Paulo Varela Gomes defendia a necessidade de arquitectura ir a par com a tecnologia e de encontrar o seu caminho.

“A arquitectura é (isto no campo das práticas artísticas e culturais) a mais interessante de todas as práticas culturais existentes actualmente, com a possível excepção da Filosofia. E é a mais interessante de todas porque como eu disse há um bocado é muito comprometida com a prática e ninguém se pode permitir desprezar a realidade concreta; a realidade social como ela é, política como ela é, cultural, tecnológica e científica, como ela é. Por isso para mim, faz pleno sentido falar do Novo em arquitectura dita de Alta Tecnologia está aí para demonstrar que Novo é uma categoria que se lhe aplica com inteira justeza, que a explica e entende muito bem.”(44)

As noções de tempo e espaço ganham novas definições com o virtual e o não-tangível. A arquitectura, tendo como o espaço o seu objecto de estudo, tem de se voltar para novas vertentes, novas formas de trabalhar e pensar.

Formas de intervenção na sociedade – novas modalidades de exercício profissional

Perante este cenário, surgem novas modalidades de exercício profissional, outras formas de ver e fazer arquitectura. A diversidade dos arquitectos de hoje pauta-se, mais do que por ideologias, por diferentes formas de fazer, de enfrentar a realidade e de interpretar as necessidades.

Para Pedro Brandão, a responsabilidade social do arquitecto advém precisamente do seu carácter abrangente, de modo a responder o mais plenamente à realidade em causa e aos interesses colectivos em constante mudança, que cada arquitecto entende e reproduz de modo diferente.

“Esta capacidade multifacetada do arquitecto provém das solicitações da Sociedade e é facilitada por uma formação universalista, integradora, globalizante.[...]

É o Interesse Público da Arquitectura que justifica que o arquitecto actue mais alargadamente sobre a qualidade do ambiente da vida humana oferecendo uma perspectiva integradora e globalizante que mais nenhuma profissão pode oferecer.”(45)

Segundo o mesmo autor, o arquitecto deve conseguir responder às solicitações teóricas, legais, contratuais e culturais que a sociedade coloca. Para poder responder a estas novas demandas, terá de se rodear de um conjunto de técnicos de múltiplas áreas e terá que dominar uma ampla panóplia de saberes e assumir uma relação favorável com o mercado.

A crescente preponderância do virtual fez crescer, também na arquitectura, outras valências. A relação dos projectos com a realidade é uma questão que se coloca hoje, quando o projectado pode não ser construído, pode nem sequer ter sido projectado para ser construído, pode inclusivamente ser pautado pelo virtual e a-temporal.

“Pode mesmo acontecer que nesta linha de tendência a hipertrofia dos equipamentos e a sua crescente instalação na nossa vida de todos os dias – de que a internet é um paradigma – pode vir a remeter para segundo plano os valores essenciais da arquitectura a um tempo tirânicos e maternos.

As noções de Distância e Duração que sempre alimentaram a nossa imaginação e a percepção do mundo real dos factos, dissipar-se-ão para dar lugar a uma realidade fabricada, produzida com a sua ausência, e portanto aberta a todas as manipulações, precária, perecível e transitória.

A ser assim, a arquitectura poderá vir a ser destronada da sua função de sempre, ou seja, dar estrutura e significado ao espaço habitável.”(46)

A arquitectura é para ser construída, tem a meta da realidade, é feita para responder a necessidades de uma sociedade real, vai influenciá-la posteriormente e fazer parte dela. A arquitectura, ao contrário da arte, não se pode imiscuir dessa vertente, apesar do seu carácter criativo e conceptual. A arquitectura, apesar do seu valor formal e escultórico, é para ser vivida, tocada, é funcional e real.

Há, efectivamente, exemplos de situações em que o limite entre o que é real e conceptual, o que é funcional e o que é espectáculo, se tocam e entrecruzam, mas isso apenas demonstra as múltiplas vertentes da arquitectura de abordar o espaço e de o organizar. E que hoje em dia, são cada vez mais diferentes, dispare, mesmo, voltadas para uma sociedade multiétnica, transdisciplinar e cuja realidade tantos níveis de conhecimento toca.

“De acordo com o argumento que aqui se apresentou, será no eventual abandono dos protocolos disciplinares que se deverá procurar uma “arquitectura conceptual”, de debate e instabilidade. Mas na arquitectura esse abandono é mais improvável do que na arte. De que estatuto poderá a produção dos arquitectos prescindir de modo a que ela se transforme em problematização sobre si mesma? Prescindir do estatuto formal dos projectos significaria deslocar a criatividade e intencionalidade para o exterior do valor escultórico dos volumes, da plasticidade dos materiais, do requinte do detalhe [...] Em qualquer dos casos, tratar-se-ia de olhar para a arquitectura sem ter à vista as qualidades estáveis próprias dos objectos.”(47)

Os trabalhos de arquitectura denotam novas valências de projecto, pretendendo ultrapassar o funcional, procurando novas formas de “tocar” nas pessoas e novas vertentes da arquitectura. Imagens, esculturas, manifestos ou concursos, podendo não responder aos problemas funcionais e práticos da realidade, permitem fazer pensar a arquitectura de outra forma, ver o espaço de uma outra maneira e ampliar as formas de criar e fazer projecto, em suma, de pensar a arquitectura. Deste modo, permite evoluir, de acordo com uma nova realidade e novas solicitações. Soltar-se da arquitectura como sempre a vemos e vê-la de outra forma, com novas formas de fazer e não necessariamente com novos objectivos.

As imagens permitem sensibilizar as pessoas e complementar o seu ideário, desenvolver-lhe o pensamento e apresentar-lhes novas formas de ver a arquitectura, talvez as leve, inclusivamente, a pensar no valor e premência da arquitectura para as suas vidas.

Podemos mesmo apresentar exemplos de objectos arquitectónicos cuja função é não terem função – a Torre Eiffel, por exemplo. E contudo, demonstram a capacidade arquitectónica do momento e sensibilizam as pessoas para novas formas de fruição do espaço, novas técnicas e novas respostas.

Há, de facto, várias formas de intervenção da arquitectura na sociedade, que transpõem o objecto construído. A arquitectura hoje é algo mais. A utopia também é arquitectura (e vice-versa, a arquitectura também pode ser utopia) e, como tal, também pode insinuar valores e novas sensibilidades de ver o espaço e de pensar noutras realidades através da arquitectura. Os concursos e os projectos não construídos de forma geral existem e acompanham a sociedade de hoje e do futuro - a sociedade da Internet, da distância e do espaço não construído, a sociedade do virtual e das novas tecnologias.

“Sente-se um certo desencanto relativamente aos problemas práticos e funcionais da arquitectura: a manifestação da necessidade de abordar a arquitectura por outros processos.”(48)

Os arquitectos podem trabalhar com diferentes materiais, procurar técnicas mais inovadoras, espaços com diferentes formas,... mas também há arquitectos que procuram mais além novas formas de fazer arquitectura, de criar espacialidade, de interagir com o Homem, de afectar a sua sensibilidade.

Os trabalhos de Diller + Scofidio, por exemplo, apresentam novas modalidades de fazer arquitectura, de

com ela criar espectáculo e de a pensar de forma diferente. O Blur Building (Yverdon-les-Bains, Suíça, 2002), cria situações inovadoras aos visitantes, “toca” as pessoas dando enfoque a sensações físicas, para além da noção de espacialidade que normalmente a arquitectura propicia ao visitante. Este projecto, cria uma “atmosfera arquitectónica”, gerada por impulsos de água que vão sendo lançados e que proporcionam um ambiente de humidade, orvalho e névoa, que veiculam determinadas vertentes sensoriais em detrimento das visuais que têm sido mais tradicionalmente privilegiadas pela arquitectura. Este projecto

demonstra uma nova maneira de pensar a relação de um espaço com o visitante, de lhe propiciar novas sensações, de sentir a arquitectura e de interagir com as pessoas.

O projecto de Toyo Ito – Torre dos Ventos (Yokohama, 1986) também se constitui como um espectáculo arquitectónico, mas de modo diferente do anterior. Esta torre, delimitada por uma superfície quase imaterial sofre transformações de luminosidade de acordo com a direcção e intensidade do vento. É uma outra forma de criar espacialidades diferentes e de interacção, assumindo-se como um espelho da envolvente. Mas este projecto apresenta também valências visuais muito

relevantes, qual objecto arquitectónico dinâmico, em constante mudança e interactivo com o que o rodeia, parte da natureza e interventivo no seu contexto.

Mas inovar pode também passar por negar a vertente técnica e tecnológica e enraizar-se no que já existe. Inovar pode significar não construir. O projecto de Lacaton e Vassal para a Praça Leon Aucoc (Bordéus, 1996), cuja proposta remetia para a já existente, demonstra que os arquitectos entendem a arquitectura de formas distintas e entendem as suas necessidades especificamente para cada situação. A necessidade de promover novos usos e actividades e novas formas de inserção urbana e social, prevalecem em detrimento da necessidade de forma. Aqui, a necessidade era manter o existente, pois, de acordo com os arquitectos, o necessário cumpria as funções destas novas solicitações e assim, ética e economicamente, o existente deveria ser mantido. Cabe, pois, ao arquitecto, analisar as diferentes soluções e apontar a que melhor responda às necessidades concretas de cada espaço.

Efectivamente, a arquitectura hoje tem grandes e diferentes possibilidades.

“Vivemos um tempo de mudanças a um ritmo vertiginoso. Vivemos o tempo da mobilidade, da fragmentação e da comunicação.[...] Hoje cada arquitecto tem de formular os seus códigos. Têm que sair das suas “entranhas” e têm que ser pessoais.[...] Portanto, diria que vivemos num tempo quase de caos e de uma espécie de babel de códigos de composição arquitectónica. Abre-se um espaço de grande liberdade que significa também grandes dificuldades.”(49)

Assim, o lugar da arquitectura no futuro será o de resolver os problemas, de ordenar o caos, de intervenção na realidade, mas também de busca incessante pela criatividade e necessidade de vanguarda e de investigação. Cada projecto é, assim, uma oportunidade para a inovação, que cria naturalmente uma nova imagética decorrente desse processo. Cada arquitecto, por seu lado, interpreta essa oportunidade de modo diferente, faz a síntese dessas necessidades e procura-lhes dar resposta enveredando por um caminho particular.

Mas a dúvida persiste em relação ao papel da arquitectura, pela sua tão grande amplitude. As necessidades



1 2
3 4
001 Blur Building, Diller + Scofidio
Fonte: <http://www.dillerscofidio.com/blur>
002 Blur Building, Diller + Scofidio
Fonte: <http://www.dillerscofidio.com/blur>
003 Torre dos Ventos, Toyo Ito
Fonte: <http://web.tiscali.it>
004 Praça Leon Aucoc, Lacaton e Vassal
Fonte: <http://www.fec.unicaamp.br>

a que tem e terá de responder continuam no amplo espaço do real e do virtual, do individual e do colectivo, do sonho e do concreto. A dúvida persiste porque é com ela que o papel da arquitectura é enriquecido, sendo cada vez mais abrangente, tocando cada vez mais áreas e procurando fazer face às mais variadas solicitações, através da cada vez mais alargada panóplia de respostas que o arquitecto, nas suas múltiplas acepções, pode apresentar.

Notas:

- (1) Pedro Marques Figueiredo, "Da função social da escola": *Jornadas Pedagógicas*, Porto, AEFAUP, 1995.
- (2) Manuel Tainha, "Arte, profissão, modo de vida", 1994: *Jornal Arquitectos, 218-219: Antologia 1981 - 2004*, Ordem dos Arquitectos Portugal, 2005, p 164.
- (3) Oriol Bohigas, *Contra una arquitectura adjetivada*, Barcelona, Editorial Seix Barral, S.A., 1969, p 62.
- (4) Octávio Lixa Filgueiras, *Da função social do arquitecto: para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada*, Porto, Escola Superior de Belas-Artes do Porto, 1985, p 28.
- (5) Paulo Varela Gomes, *Unidade 2*, Porto, dd!AEFAUP, 1989, p 84.
- (6) Pedro Brandão, ed Alt., *Livro branco da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1996, p 19.
- (7) Nuno Grande, *Mais Arquitectura*, 14, 2007, p 24.
- (8) António Lima, *Unidade 1*, Porto, dd!AEFAUP, Julho, 1988, p 10 .
- (9) Nuno Grande, *op. cit.*, p 26.
- (10) Vasco Manuel Pestana, "A produção arquitectónica já não se limita ao eixo Lisboa-Porto", 1983: *Jornal Arquitectos, 218-219: Antologia 1981 - 2004*, Ordem dos Arquitectos Portugal, 2005, p 34.
- (11) José Pulido Valente, *Jornadas Pedagógicas*, Porto, AEFAUP, 1995
- (12) Gonçalo Byrne, *Mais Arquitectura*, 9, 2007, p 27.
- (13) Pedro Brandão, ed Alt., *Livro branco da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1996, p 18.
- (14) Domingos Tavares, *Jornadas Pedagógicas*, Porto, AEFAUP, 1995.
- (15) Nuno Portas, *A Arquitectura para Hoje: Finalidades, Métodos, Didácticas*, Dissertação para o concurso do 1 ° Grupo do curso de arquitectura da E.S.B.A.L, Lisboa, 1996, pp 38 e 39.
- (16) Mario Botta, *Ética do Construir*, Lisboa, Edições 70, Arte e Comunicação, 1998, ed. Original de 1996, p 135.
- (17) Pedro Brandão, ed Alt, *op. cit.*, p 9.
- (18) Fernando Romero, *Mais Arquitectura*, 15, 2007, p 26.
- (19) Erick van Eea / EGERAAT, *Catálogo post-rotterdam*.
- (20) Mario Botta, *op. cit.*, p 79.
- (21) Sofia von Ellrichshausen, Maurício PEZO, *Mais Arquitectura*, 18, 2007, p 50.
- (22) Gonçalo Byrne, *Arquitectura e Vida* nº 49: Maio de 2004, pp 46 e 47.
- (23) Octávio Lixa Filgueiras, *Da função social do arquitecto : para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada*, Porto, Escola Superior de Belas-Artes do Porto, 1985, p 106.
- (24) Mário Botta, *op. cit.*, p 41.
- (25) Fernando Távora, *Para um Urbanismo e uma Arquitectura Portuguesas*, in *Discursos sobre a Arquitectura* , Porto, Faculdade de Arquitectura, 1990, p 6.
- (26) Mário Botta, *op. cit.*, p 93.
- (27) Antón Garcia-Abril Ruiz, *Mais Arquitectura*, 13, Maio de 2007, p 45.
- (28) Nuno Portas, *Arquitectura(s) : história e crítica, ensino e profissão*, Porto, FAUP, 2005, p 28.
- (29) Nuno Portas, *op. cit.*, p 29.
- (30) António Belém Lima, Entrevista a António Belém Lima, *Arquitectura e Vida*, 86, 2007, p 41.
- (31) Gaston Berger: *Prospective*, 6, citado por M. Rocha – "O Ensino da Engenharia", citado por Nuno Portas, *A Arquitectura para Hoje: Finalidades, Métodos, Didácticas*, Dissertação para o concurso do 1 ° Grupo do curso de arquitectura da E.S.B.A.L, Lisboa, 1996, p 61.
- (32) Expressão usada por Nuno Portas in *A Arquitectura para Hoje: Finalidades, Métodos, Didácticas*, Dissertação para o concurso do 1 ° Grupo do curso de arquitectura da E.S.B.A.L, Lisboa, 1996, p 62.
- (33) Pedro Vieira De Almeida, "Uma definição de arquitectura", 1992: *Jornal Arquitectos 218-219: Antologia 1981 - 2004*, Ordem dos Arquitectos Portugal, 2005, p 139.
- (34) Manuel Gausa, *JA – Situação Crítica*, 211, 2003, p 69.
- (35) Gonçalo Byrne, *Mais Arquitectura*, 9, 2007, p 24.
- (36) Luís Viegas, "Aprender ensinando sobre o reflectido": *Jornadas Pedagógicas*, Porto, AEFAUP, Novembro, 1995.
- (37) Paulo Varela Gomes, "Tomar partido", 1994: *Jornal Arquitectos, 218-219: Antologia 1981 - 2004*, Ordem dos Arquitectos Portugal, 2005, pp 163 e 164.
- (38) Nuno Portas, *op. cit.*, p 28.
- (39) Categorias indicadas em Margarida Santos Coelho; *Família e Habitação*, Porto, col. Mesa/Redonda, Edições Telas, 1973.
- (40) Fátima Fernandes, Michelle Cannatà, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea 1991-2001*, Porto, Edições Asa, 2001, p16.

- (41) Manuel Graça Dias: *Unidade 1*, Porto, dd!AEFAUP, Julho, 1988.
- (42) Cristina Veríssimo, "O tempo e os materiais da arquitectura": *JA*, 229 - *O Tempo*, OA, 2007, p 37.
- (43) Manuel Tainha, *op. cit.*, p 167.
- (44) Paulo Varela Gomes, *Unidade 2*, Porto, dd!AEFAUP, 1989, p 84.
- (45) Pedro Brandão, "As perspectivas da diversificação nas saídas profissionais da arquitectura": *Jornadas Pedagógicas*, Porto, AEFAUP, 1995.
- (46) Manuel Tainha, *Manuel Tainha - Textos de Arquitectura*, Casal de Cambra Col. Pensar Arquitectura, Caleidoscópico, 2006, p 79.
- (47) José Capela, "Arquitectura sem arquitectura": *JA*, 229 - *O Tempo*, OA, 2007, p 41.
- (48) Álvaro Siza, *Unidade 2*, Porto, dd!AEFAUP, 1989, p 55.
- (49) José Mateus, *Mais Arquitectura*, 21, 2008; p 30.

3.1.2. SERÁ QUE A ARQUITECTURA HOJE ESTÁ, EFECTIVAMENTE, A SUPRIR AS REFERIDAS NECESSIDADES DA SOCIEDADE?

Análise da situação actual

Cabe a este texto tentar esclarecer o papel da arquitectura, não a nível teórico, como no texto anterior, mas a nível da prática, do seu verdadeiro papel e preponderância para o mercado da construção e para a sociedade.

Começaremos exactamente por apresentar a situação actual do mercado da construção em Portugal e do parque habitacional que temos hoje.

005 Construção: Obras licenciadas e concluídas, 1º trimestre de 2007
 Fonte: Construção: Obras licenciadas e concluídas – 1º trimestre de 2007, publicado em 14 de Junho de 2007, p. 4. – www.ine.pt

	Edifícios Licenciados			Edifícios Concluídos		
	4º T 2006	1º T 2007	Variação anual *	4º T 2006	1º T 2007	Variação anual *
	Número		%	Número		%
Portugal						
Número de edifícios	11 090	11 546	-8,8	8 806	6 181	-10,8
Em construções novas	8 332	8 915	-7,9	7 171	5 096	-11,2
Para habitação familiar	6 915	7 433	-8,1	6 087	4 408	-12,5
Fogos	17 015	17 197	-4,7	13 839	10 574	-10,8
Área total (m ²)	5 367 062	5 416 782	1,1	4 034 764	2 886 587	-8,6

* Variação anual - Variação média dos últimos quatro trimestres face ao período homólogo. Dados preliminares.

De acordo com os dados fornecidos pelo INE (Instituto Nacional de Estatística) o número de licenciamentos durante o primeiro trimestre de 2007 (1) foi superior a 11 mil, comparativamente com o trimestre transacto traduziu-se num aumento de 4%. Enquanto isto, o número de obras concluídas foi de 6 mil, o que representa uma diminuição de 30% em relação ao trimestre anterior. Estes valores significam uma variação anual negativa de 8,8% e 10,8% respectivamente. Destes valores traduzem-se em construções novas cerca de 77,2% dos edifícios licenciados e 82,4% dos edifícios concluídos.

Apesar da diminuição do número de edifícios licenciados e concluídos face à variação anual, o programa de habitação em construções novas está em recuperação face ao trimestre anterior, apesar de apenas as regiões do Algarve, Alentejo e Açores apresentarem variações anuais positivas. Assim, o número de fogos licenciados teve uma variação anual negativa de 4,7%, enquanto o número de fogos concluídos teve uma variação anual negativa de 10,8%.

A média de fogos por edifício licenciado em construção nova foi de 2,3, enquanto que para os edifícios concluídos a média foi de 2,4 fogos. As regiões dos Açores e do Alentejo traduzem os valores mais baixos com 1,3 e 1,5 fogos respectivamente.

A área de construção dos edifícios licenciados, neste período, foi de cerca de 5,4 milhões de m², de entre os quais cerca de 3/4 correspondem a construções novas com o programa de habitação. De entre os edifícios concluídos, também cerca de 3/4 (concretamente 73%) destinam-se a construções novas com o programa de habitação.

No que diz respeito ao prazo de execução das obras, a duração média prevista para as obras licenciadas em construção nova para habitação é de 20 meses, apesar do prazo efectivo de construção ser de mais cinco meses, sendo que no Norte este prazo é de 25 e 30 meses, enquanto em Lisboa é de 17 e 23 meses, respectivamente.

É no Norte que se encontra cerca de 1/3 dos edifícios licenciados e se acrescentarmos a esse valor o número de edifícios licenciados do Centro, temos cerca de 62%. No entanto, nas regiões do Algarve, Lisboa e Madeira, o número de fogos e de área licenciada é proporcionalmente superior por número de edifícios, o que traduz mais fogos por edifício e de menor área.

Ainda nas regiões do Algarve e de Lisboa os dados traduzem a intenção de construção em altura, uma vez que há uma tendência para que os fogos licenciados sejam em edifícios de apartamentos, com cerca de 85% e 74% respectivamente. Já no Alentejo e no Centro a tendência divide-se equitativamente entre habitações unifamiliares e edifícios de apartamentos. A nível nacional, no total de fogos concluídos em construções novas para habitação familiar, 62% são edifícios de apartamentos.

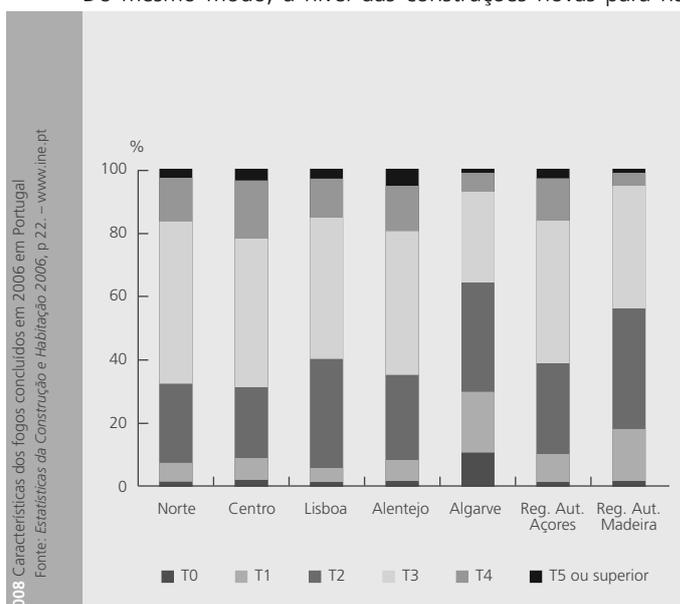
Podemos, portanto concluir, a partir destes dados, que há uma variação anual negativa a nível tanto dos fogos concluídos como licenciados, há uma tendência para a construção em altura e, sobretudo nas regiões de maior pressão imobiliária, os edifícios registam maior número de fogos e menor área. O prazo de execução efectivo é superior ao previsto em cerca de 5 meses, sendo de 20 e 25 meses respectivamente. Finalmente, o programa de habitação familiar representa a parcela significativa de construção nova.

Análise da situação do ano de 2006

Os dados de 2006 que serão apresentados seguidamente permitem ilustrar como tem sido a evolução e o panorama no ano anterior que já apontava o caminho em que nos encontramos hoje. Os dados de 2006 (2), permitem-nos esclarecer que certas tendências que se confirmaram em 2007, aqui já se aludiam.

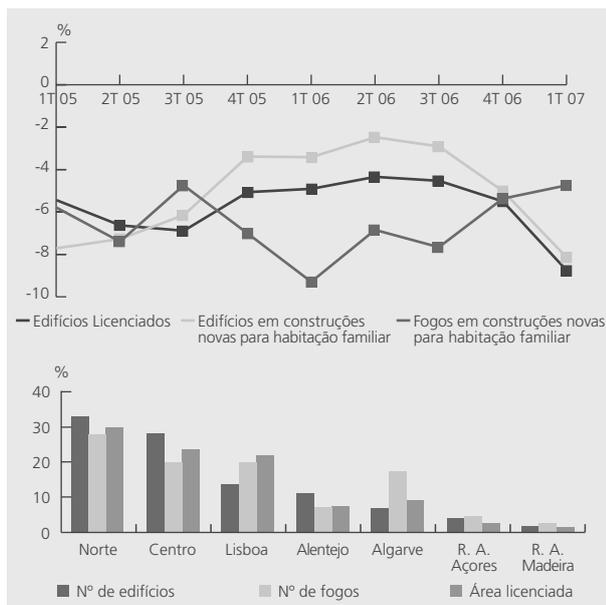
O número de edifícios licenciados já traduzia um decréscimo face ao ano anterior, tendo-se registado uma diminuição em termos de área habitável e de obras concluídas. Também o número de fogos concluídos registou um decréscimo face a 2005 de cerca de 17,6%.

Do mesmo modo, a nível das construções novas para habitação houve um decréscimo de 6,2% e a



tipologia mais comum é o T2 e o T3. A tipologia T1 apresenta maior expressão no Algarve (19,4%) e as tipologias maiores constituem menos de 20% em qualquer região. Durante este período, deu-se um acréscimo de 1,0% relativo ao número de alojamentos em Portugal, face ao ano anterior, o que se traduz em 5,5 milhões de alojamentos no País.

O investimento privado continua a ter esmagadora preponderância para a construção da habitação, com cerca de 97%. Por seu lado, a promoção de habitação pela administração central, regional, autarquias e empresas diminuiu em 24,4% face ao ano anterior e



representa apenas 2,2% dos fogos concluídos para habitação.

Durante este ano, 83,7% das obras concluídas eram edifícios residenciais e 81,1% eram construções novas. O tipo de obra denominada construção nova foi o mais preponderante em todos os programas, tanto na habitação (82,7% - apesar do decréscimo de 6% relativamente a 2005), como na agricultura e pesca (87,6%), como na indústria (70,6%) e no comércio (62,3%). As construções novas para habitação registaram, em 2006, um decréscimo em relação ao ano anterior em cerca de 19,6%. A nível das obras licenciadas, 77,3% destinam-se a habitação.

No entanto, o sector da reabilitação é um sector em expansão. Neste ano as ampliações e alterações em fogos ganham maior relevância, correspondendo a uma acréscimo de 61,2%. A reabilitação de edifícios apresenta maior expressão na indústria e comércio, com mais de 1/4 das obras licenciadas.

Ano	Nº de edifícios		Nº de fogos	
	Total	Construção nova para habitação familiar	Total	Construção nova para habitação familiar
2000	63 501	44 402	125 483	121 915
2001	62 867	43 258	118 028	114 193
2002	62 118	41 148	106 448	95 722
2003	56 219	36 432	91 880	81 069
2004	52 261	33 217	87 006	76 311
2005	50 374	32 428	82 793	72 965
2006	48 352	30 423	85 302	68 615

005 Edifícios licenciados em Portugal, 2000 a 2006
010 Fogos licenciados em Portugal, 2000 a 2006
Fonte: Estatísticas da Construção e Habitação 2006, pp 55, 56. - www.ine.pt

Neste ano cada edifício tinha em média 1,64 fogos e aos 48 352 edifícios licenciados correspondiam 85 302 fogos. No que diz respeito aos 36 737 edifícios concluídos, correspondiam 64 049 fogos.

A área média das divisões é de cerca de 18,5m², sendo que nas habitações unifamiliares esta área é superior: 20,0m², enquanto que nos edifícios de apartamentos é inferior: 17,3m². As superfícies médias de pavimentos são ligeiramente superiores nos fogos licenciados relativamente aos construídos.

Ainda neste ano, o prazo de execução das habitações unifamiliares foi cerca de

23 meses, enquanto que dos edifícios de apartamentos foi de 25 meses.

Estabelecendo uma análise por regiões, podemos constatar que em Lisboa a construção é predominantemente em altura, apresentando mais fogos por edifício em contraste com o Alentejo ou os Açores que apresentam uma taxa significativamente inferior, respectivamente, 3,2; 1,6 e 1,5 fogos por edifício; por 3,1; 1,9 e 1,8 pavimentos. O Algarve e a Madeira apontam já números superiores aos de Lisboa, relativamente ao número de fogos por edifício, com 3,6 e 3,5 fogos, respectivamente. Este facto corrobora os 77,8% de fogos concluídos no Algarve em edifícios de apartamentos. Este valor em Lisboa é de 72,9% e na Madeira de 70,4%. Por oposição, nos Açores e no Alentejo verifica-se uma predominância de habitações unifamiliares, com 65,5% e 58,0% respectivamente.

Análise do período referente a 1991-2006

Resta-nos agora, depois de explanada a situação da construção e habitação em Portugal no momento presente, traçar a sua evolução no período contido entre 1991 e 2006, de forma a ilustrar o caminho que nos levou à situação actual, cujos dados estão indicados no estudo do INE acima referido.

Na última década, o número de edifícios de habitação aumentou 13% e o número de fogos cresceu em 23%. Em 2006 existiam cerca de 3,4 milhões de edifícios e 5,5 milhões de fogos. É sobretudo nas regiões Norte, Lisboa e Centro que este número é mais significativo e que, conseqüentemente, também o seu aumento é mais notório.

A evolução do parque habitacional português assistiu a um crescimento de 1% desde 1998 até 2002,

011 Variação média anual do número de fogos em Portugal 1992-2006
 Fonte: Estatísticas da Construção e Habitação 2006, p. 19. – www.ine.pt



ano em que a taxa de crescimento atingiu um valor máximo de 1,6%. A partir desse ano as taxas têm sido decrescentes, a de 2005 esteve abaixo dos 1% e a de 2006 foi de 0,7%.

Note-se, por exemplo, que o número total de fogos construídos em 2006 representa cerca de metade dos fogos construídos em 2000. Foi na região do Algarve que o crescimento do parque habitacional foi mais significativo, seguido da Madeira, de resto todas as restantes regiões cresceram abaixo de 1%.

Entre 2001 e 2006 o número de habitações unifamiliares diminuiu 18,9%, enquanto o número de edifícios de apartamentos diminuiu 43,8%. No entanto, ainda cerca

de 59% dos fogos licenciados estão inseridos em edifícios de apartamentos.

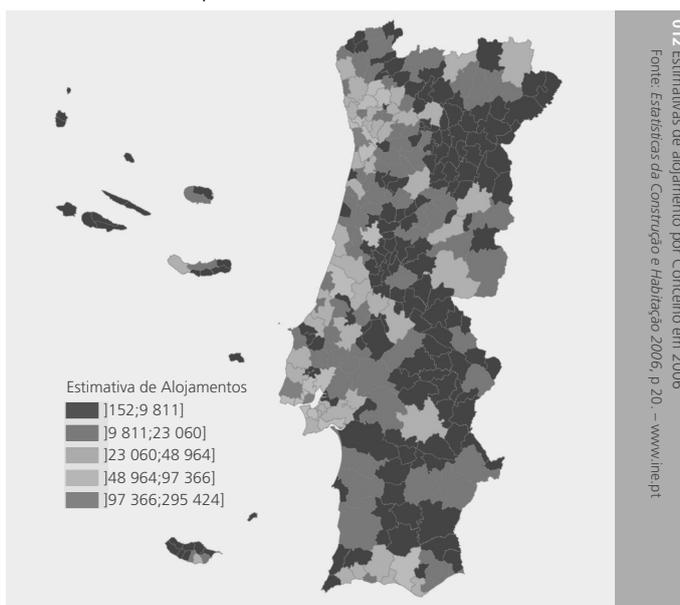
No que concerne a distribuição de fogos por região, podemos constatar que é no Algarve que a taxa de crescimento anual é mais evidente. Os Açores e a Madeira têm também sofrido um crescimento notório recentemente, a Madeira desde 1998 e os Açores desde 2002.

Podemos também constatar que não há alterações muito significativas na distribuição dos fogos pelas regiões do País. Cerca de 32,4% situam-se no Norte, 25,0% em Lisboa e 24,6% no Centro. Como tivemos a oportunidade de confirmar, em 2007 continua a ser no Norte que se encontram cerca de 1/3 dos edifícios licenciados e se acrescentarmos a esse valor o número de edifícios licenciados do Centro temos cerca de 62%, o que traduz um aumento desta tendência.

A partir do recenseamento da habitação em 2001 podemos concluir que o número de pessoas por edifício e por fogo diminuiu em média cerca de 3% e 5% respectivamente. Já em 2006, era de 3,15 pessoas por edifício e 1,92 pessoas por fogo. Mas podemos também verificar que se deu um ligeiro aumento do número de fogos por edifício.

A taxa de variação de média anual de número de fogos entre 1991 e 2003 foi de cerca de 1,5%, mas a partir dessa altura esse valor assistiu a um decréscimo que em 2006 representou uma taxa de 1,0%.

Podemos inclusivamente comparar as regiões de Lisboa e do Centro que, apresentando valores semelhantes de número de fogos, têm valores muito distintos a nível de número de edifícios, o que implica que em Lisboa a tendência seja claramente a construção em altura, facto este que se continua a exprimir em 2007, como já tivemos



012 Estimativas de alojamento por Concelho em 2006
 Fonte: Estatísticas da Construção e Habitação 2006, p. 20. – www.ine.pt

a oportunidade de confirmar.

Mais uma vez apenas as regiões do Norte e do Algarve registaram taxas de crescimento do número de fogos superiores à média nacional, enquanto o Centro registou sempre taxas inferiores à média.

É igualmente de registar que é no Litoral onde se encontra a parcela mais significativa tanto do parque habitacional como de população e, como tal, maior concentração e densidade de edifícios. Já no interior, verifica-se uma maior dispersão dos fogos e menor quantidade de população.

No Algarve, por exemplo, a densidade da população é sazonal, de tal forma que a percentagem de residências secundárias é muito significativa, pois esta zona apresenta mais alojamentos do que população residente. As pessoas acabam por procurar alojamentos de áreas menores, de tipologias mais pequenas, que funcionam como habitações de férias e assim, o Algarve tem uma grande taxa de fogos, nomeadamente em construções em altura, para albergar os turistas que lá estão sazonalmente.

Podemos concluir que a evolução no sector da habitação tem sido bastante desfavorável nos últimos anos, tanto no segmento residencial como não residencial e o número de fogos construídos diminui cada vez mais, assim como o número de fogos licenciados que diminuiu 6% a partir de 2005, ano em que tinha assistido a uma quebra de 4,4%.

De acordo com as previsões as quebras são cada vez mais avultadas e o Índice de Produção da Construção (3) tem sido cada vez mais desfavorável.

Também a nível da procura a situação não é a melhor, com o aumento das taxas de juro. Os novos contratos de crédito apresentam uma quebra de 4,3% face a 2005.

Também o segmento da construção civil tem apresentado quebras de 20,7% e o ritmo de produção das empresas tem uma tendência muito negativa, em que não abona o facto do investimento público ser cada vez mais reduzido, assim como o decréscimo do número e valores dos concursos abertos.

A problemática da situação actual

Francisco Pires Keil do Amaral (Pitum), em artigo de opinião (4), salienta ainda outras problemáticas do parque habitacional português. Citando Pedro Almeida Vieira o seu livro "O Estrago da Nação", o autor aborda o facto de cerca de 3/4 das famílias portuguesas viverem em habitação própria, não obstante o seu claro endividamento. Paralelamente, o mercado da habitação secundária tomou maior expressão nos últimos anos e já constitui cerca de 20% do parque habitacional português. Esta situação agrava-se quando cerca de 11% dos fogos não estão ocupados, nem sazonalmente, quando, há dez anos atrás eram apenas 440 mil.

O resultado desta situação, segundo Francisco Pires Keil do Amaral, é a ruína dos centros antigos, dos prédios desocupados e dos edifícios não reabilitados, concomitantemente com uma saturação cada vez maior e mais desprovida de qualidade dos subúrbios e a proliferação de loteamentos sem qualquer plano que os suporte.

A situação social e económica do país

A situação social e económica do País está, como já foi constatado, em queda, o que enquadra a situação do parque habitacional português e do sector da construção actualmente.

Em 2006 o Produto Interno Bruto cresceu 1,3%, o que correspondeu a uma aceleração da actividade económica face ao ano anterior. No entanto, 2006 já é o quinto ano consecutivo em que a economia portuguesa cresceu abaixo dos valores médios da zona Euro (2,6%) e da Europa (2,8%), o que sublinha cada vez mais os diferentes graus de desenvolvimento entre os restantes países e o nosso.

Assim sendo, o investimento manteve-se negativo e foi precisamente o sector da construção que registou

o maior decréscimo: 6,3%. A quebra acumulada entre 2002 e 2006 já é superior a 20%.

Tanto a nível de Edifícios Residenciais como de obras de construção civil, a quebra de produção em 2006 terá sido de 6%. Apenas programas referentes a investimentos privados de Edifícios Não Residenciais mantiveram o seu volume de produção semelhante ao do ano transacto. Os Edifícios Não Residenciais públicos foram os que registaram um decréscimo maior, de cerca de 12%, também acentuado pela política de contenção de despesas do Governo.

As empresas do sector tiveram, portanto, quebras muito significativas na sua produção. No consumo de cimento a quebra foi de 5,8%, o Índice de Produção da Construção teve uma quebra de 6,6%, e de 5,3% no Valor Acrescentado Bruto (5) deste sector.

Os factores apontados tanto pelo INE, assim como por outras entidades, nomeadamente os investidores e os empresários do sector, que podem justificar esta situação são: a redução do investimento nesta área e o menor rendimento disponível por parte das famílias, justificado pela situação desfavorável do mercado de trabalho e pela contenção das despesas como uma das principais políticas orçamentais, que corresponde a uma contenção do investimento tanto público como privado. Os empresários deste sector apontam também problemáticas relacionadas com a elevada carga fiscal, os atrasos nos pagamentos e a procura insuficiente para justificar esta situação.

Ainda referente ao mercado de trabalho, o número de desempregados, em 2006, aumentou, apesar de também ter aumentado o número de pessoas empregadas em 0,7%. No entanto, no sector da construção, o emprego diminuiu 0,2% neste período. Perante este cenário, a construção teve um peso de 10,7%, menos uma décima percentual, que no ano anterior.

Qual o papel da arquitectura?

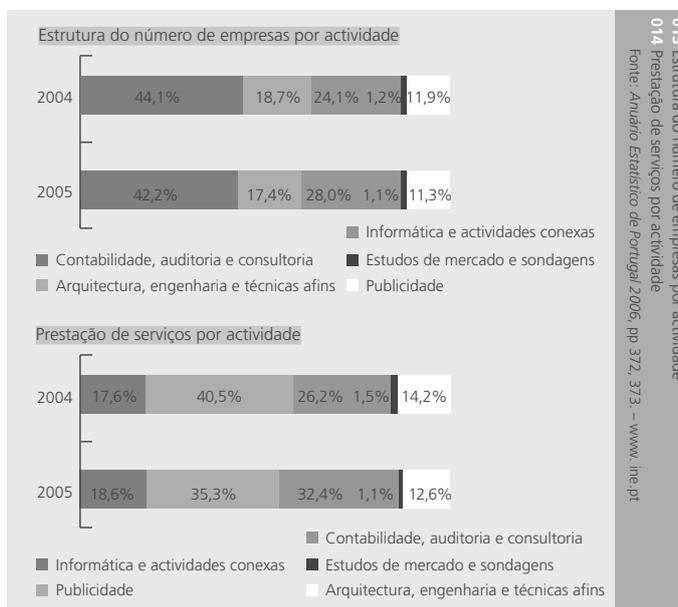
Neste sentido, qual o papel da arquitectura no mercado da construção?

De acordo com o *Anuário Estatístico de Portugal 2006* publicado pelo INE (6), a prestação de serviços do sector da arquitectura, engenharia e técnicas afins diminuiu de 2004 para 2005, de 18,7% para 17,4% respectivamente. O que traduz a quebra no sector da construção.

Também segundo o INE – no *Anuário Estatístico da Região Centro 2005* (7), a prestação de serviços de arquitectura, engenharia e técnicas afins auferiu 1 657 667 000 euros, dos quais 62 290 000 euros em consultoria em arquitectura, 243 234 000 euros em projecto de arquitectura para edifícios e outras estruturas e os restantes para estudos especializados de engenharia. A nível regional, é em

Lisboa que se situa a maior parcela de investimento com 149 519 000 euros investidos em projectos de arquitectura para edifícios e outras estruturas, no Norte apenas se despendeu 54 928 000 euros e a parcela mais reduzida foi no Alentejo.

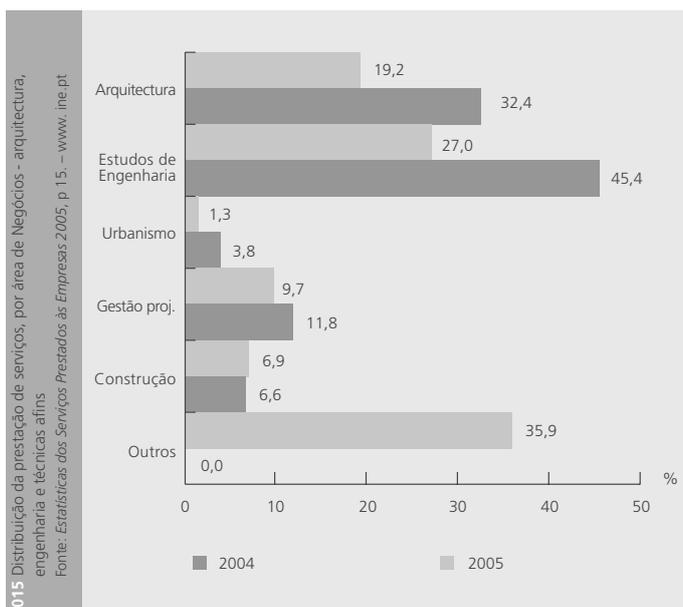
Ainda dentro dos diversos serviços de arquitectura, 154 973 000 euros foram gastos com serviços de gestão de projectos, seguidos de trabalhos de construção (110 363 000 euros), pareceres técnicos e de



consultadoria (89 505 000 euros), cartografia e pesquisas de superfície e de subsolo (24 286 000 euros) e serviços de urbanismo (20 375 000 euros) e 443 413 000 de euros foram gastos com outros serviços técnicos relacionados.

Ainda de acordo com o INE – em *Estatísticas dos Serviços Prestados às Empresas 2005* (8), confirma-se que é em Lisboa que mais se investe nestas actividades, apesar de, contrariando a tendência nacional, esse valor ter decrescido de 2004 para 2005.

A arquitectura representa, em 2005, 19,2% da prestação de serviços neste sector, contra 27,0% da engenharia. No entanto, a quebra é notória, uma vez que em 2004 a arquitectura detinha 32,4% da prestação de serviços e a engenharia 45,4%.



Análise dos dados do Livro branco da arquitectura

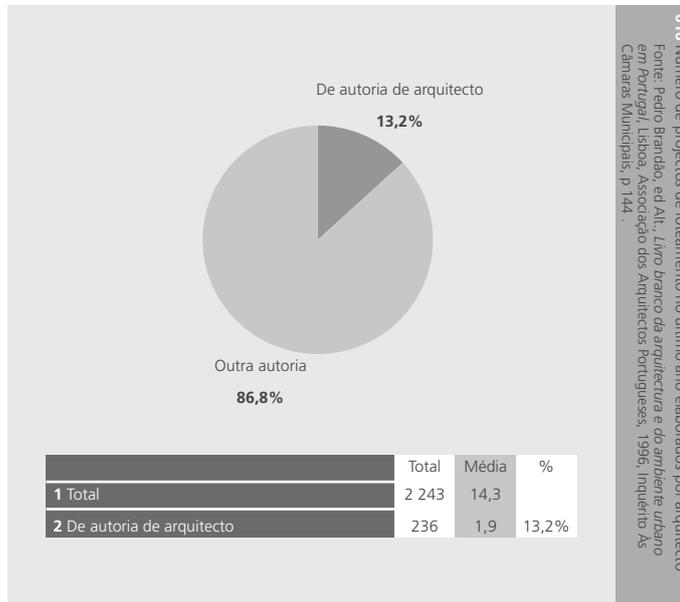
O *Livro branco da arquitectura* (9) esclarece alguns dados sobre a participação dos arquitectos no mercado da construção, de modo a perceber de que forma a arquitectura está a contribuir para a situação actual, como estão a acontecer a oferta e a procura dos seus serviços e se esta está a ter a oportunidade de responder, como sabe e pretende, às solicitações da sociedade.

Dos 2 243 loteamentos feitos pelas Câmaras Municipais no último ano correspondente à data da publicação do referido livro (1995), apenas 13,2% foram da autoria de arquitectos. A nível regional, os loteamentos são mais frequentes no Norte, mas os de autoria de arquitecto são mais frequentes no Sul, nomeadamente em Lisboa e no Alentejo.

Cruzando estes dados com os mais recentes do estudo de Villaverde Cabral, confirmamos que apenas uma pequena parte dos arquitectos se dedica a esta vertente, e, desta forma, os projectos de loteamento ou não são feitos, ou são feitos por profissionais com outro tipo de qualificações.

Consoante a dimensão do município, a quantidade de loteamentos e a sua percentagem da autoria de arquitectos varia. Assim, os municípios de maior dimensão e os com sede entre 5.000 e 10.000 habitantes são os que apresentam maior número de loteamentos, mas são os maiores municípios que procuram que estes sejam da autoria de arquitecto, com uma percentagem de 45,8%, muito superior aos restantes.

Numa análise por regiões, a Área Metropolitana do Porto (AMP) é a que apresenta o maior número de



loteamentos, seguida da região Norte e da Área Metropolitana de Lisboa (AML). Contudo, apenas 9,6% dos loteamentos da AMP são projectados por arquitectos e uns ínfimos 3,6% no Norte. A AML é a região com maior percentagem de arquitectos autores de loteamentos com 44,4%, seguida do Algarve, que é curiosamente, a região com menor número de loteamentos.

Dos 46 540 projectos de licenciamento para construção que deram entrada nas Câmaras Municipais analisadas neste período, apenas 9,7% eram da autoria de arquitectos.

A nível regional, podemos constatar que as áreas que apresentam maior número de projectos são a AML e a Região de Lisboa e Vale do Tejo, seguidos pela zona Norte e AMP. No entanto, as que apresentam proporcionalmente maior número de projectos de autoria de arquitecto são o Centro com 66,3%, o Algarve com 29,8% e a AML com 22,9%, por oposição ao Norte com 5,2% e à AMP com apenas 12,1%.

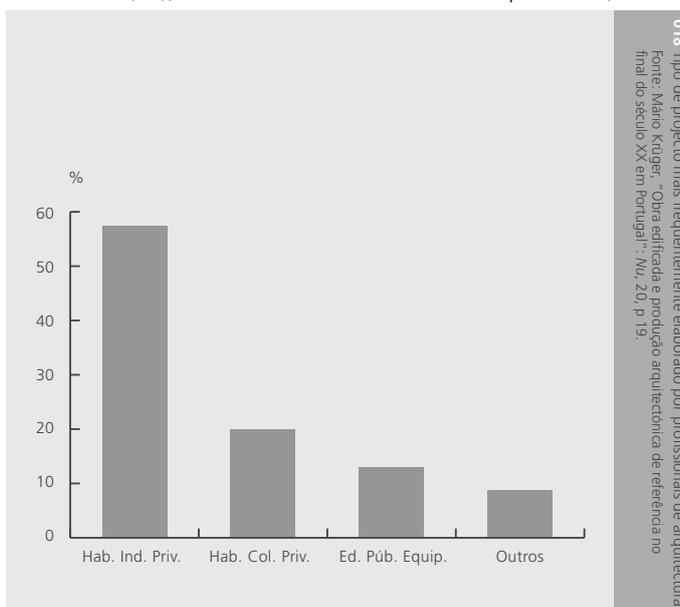
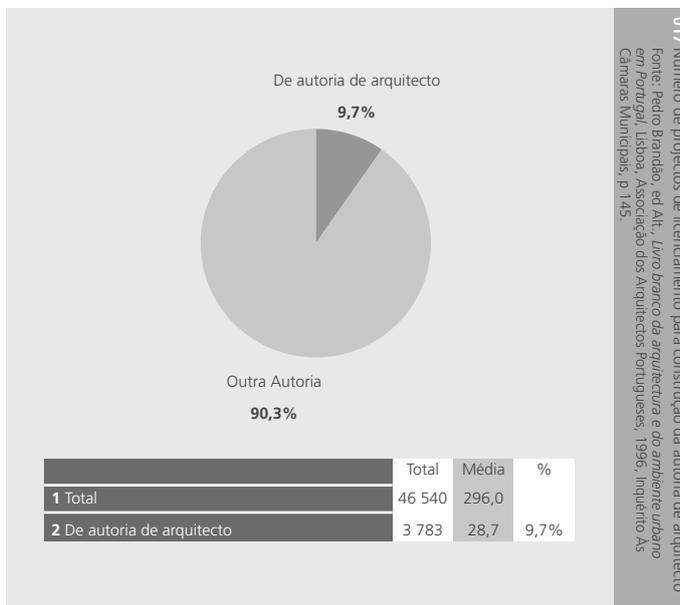
Mais uma vez os municípios com sede entre 5 000 e 10 000 habitantes têm um dos números muito significativos de projectos, contudo, destes apenas 9,2% são da autoria de arquitecto. A percentagem de projectos da autoria de arquitecto cresce, assim, com a dimensão do Concelho.

O nível de obras feitas por arquitectos de iniciativa municipal nos últimos cinco anos foi de cerca de 3 milhares, sendo que apenas 24,5% foram encomendadas a arquitectos que não trabalham nessas mesmas Câmaras. Mais uma vez a Área Metropolitana de Lisboa é a principal encomendadora, assim como os concelhos de maior dimensão de um modo geral.

Referência à análise do arquitecto Mário Krüger

O arquitecto Mário Krüger, em artigo da revista *Nu* (10), citando o *Livro branco da arquitectura*, lembra que a percentagem de produção edificada produzida por arquitectos mais significativa (com quase 60%) é a de habitação individual privada, seguida da habitação colectiva privada com 20% e os edifícios públicos com um valor ligeiramente menor.

O mercado dos edifícios promovidos por empresas é mais dispendioso mas mais rentável que o promovido por particulares. No entanto, o mercado de promoção da habitação para particulares promove um encontro com o arquitecto mais individual e sensível a cada um, enquanto que o mercado de edifícios públicos ou para empresas, não introduz



individualmente o arquitecto à pessoa, mas consegue mostrar as grandes capacidades da arquitectura e sensibilizar a sociedade, não só para a função de abrigo a que a arquitectura responde mas para outras funções e novas formas de lhes responder. Daí o papel dos grandes empreendimentos, que logram em sensibilizar a sociedade para novas formas de ver e estar no espaço que a arquitectura promove e procura constantemente.

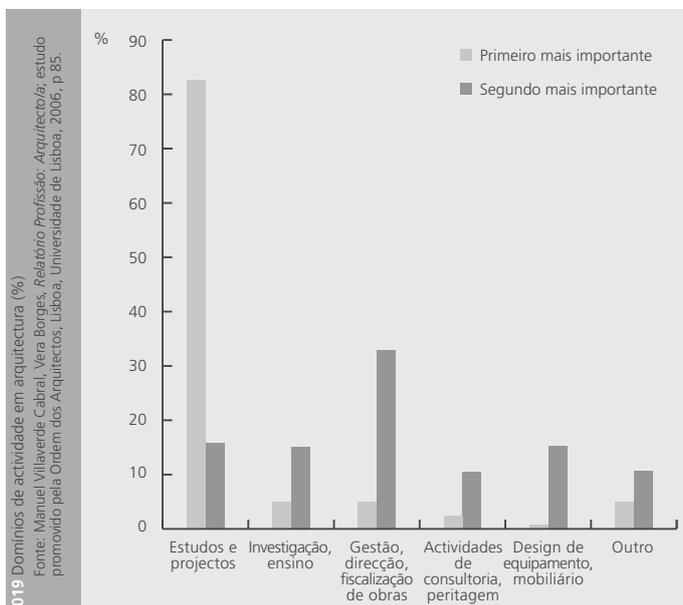
Referência à tese de doutoramento do arquitecto Pedro Brandão

No entanto, apesar da procura ainda não ser a adequada, a oferta é já significativa e, assim, o número de arquitectos pode fazer face às necessidades desta sociedade. De acordo com Pedro Brandão (11), já em 1998 havia cerca de 0,75 arquitectos por 1 000 habitantes, ou seja, mais do que em Espanha. Por isso, a falta de qualidade da construção e a falta de arquitectura na edificação não se deve à falta de profissionais. A sua concentração é, obviamente, localizada nos centros onde o mercado de trabalho é maior e onde há mais oportunidades de construção. De acordo com o mesmo autor, o facto de só numa pequena parcela se manifestar o trabalho do arquitecto na Construção poderia exprimir que não há mercado em Portugal para tal número de profissionais.

No sector privado, a participação do arquitecto é mais valorizada no mercado de maiores custos – habitação, edifícios comerciais, turísticos e escritórios, enquanto que no sector público, as obras de maiores custos são as de infraestruturas, tais como, estradas, esgotos, obras hidráulicas, equipamentos energéticos ou pontes e equipamentos sociais.

Referência ao estudo de Villaverde Cabral

De acordo com o estudo apresentado por Villaverde Cabral (12), podemos ainda esclarecer um pouco mais o domínio da arquitectura a que os arquitectos mais se dedicam, de forma a saber qual tem sido o seu campo de acção e as suas formas de exercício profissional dentro do mercado da construção.



De acordo com o autor, o domínio mais valorizado como actividade principal é o de estudos e projectos, com 82,5%. Como segundo mais importante, com 33% das respostas, os arquitectos consideram a gestão, direcção e fiscalização de obras, mas apenas 5% define esta área como a sua actividade principal. Ao todo apenas 38% dos arquitectos se dedica a esta faceta da actividade (gestão, direcção e fiscalização de obras), o que pode ilustrar um pouco a falta de qualidade das execuções dos edifícios que não têm acompanhamento do arquitecto que originalmente os concebeu, mas que posteriormente não correspondem ao que foi pensado no início.

A investigação e ensino é a actividade principal de apenas 5% e de 15% como segunda actividade. Actividades de consultoria e peritagem envolvem 2% dos arquitectos como vertente primordial e 10% como vertente secundária, o que significa que 20% dos arquitectos estão envolvidos na formação. O design de equipamento e mobiliário ocupa 16% dos arquitectos enquanto ramo secundário e uma faixa de cerca de 2% enquanto vertente principal da sua actividade.

Relativamente à área de concepção de estudos e projectos, a considerada mais importante continua a

ser a habitação unifamiliar com 38,6% das respostas, seguida dos edifícios públicos ou equipamentos colectivos com 17,0%; da habitação plurifamiliar com 15,2%; o comércio e serviços com 8,1%; a reabilitação de edifícios com 7,5%; os planos com 5,8%, os loteamentos com 4,5% e os espaços públicos com 2,1%. Conclui-se que cerca de 90% dos arquitectos estão envolvidos com o programa da habitação, seja como actividade principal ou secundária, apesar da fraca rentabilidade desse mercado. Já no mercado dos equipamentos são menos de 30% os arquitectos nele envolvidos, não obstante a sua mais-valia a nível económico.

Uma nota para referir que, de acordo com informação fornecida pelo INE (13), o nosso património arquitectónico divide-se entre arquitectura civil com 44%, arquitectura religiosa com 39%, sítios com 8%, arquitectura militar com 6% e conjuntos com 3% do total. De acordo com a entidade proprietária, 48% do património arquitectónico é privado, 36% público e de 16% não há informação.

Análise do panorama edificado português, a partir dos dados apresentados

Conclui-se que o mercado da construção, de acordo com a própria situação económica do país se encontra em queda. Os vários indicadores ilustram essa situação e a situação actual é o resultado esperado de uma evolução em baixa patente nos últimos anos.

O parque habitacional português apresenta muitas falhas, não só por falta de uma estratégia de localização e planeamento, mas também por toda a política de falta de reabilitação, de construção anónima e desordenada e de um substancial nível de casas desocupadas e em ruína.

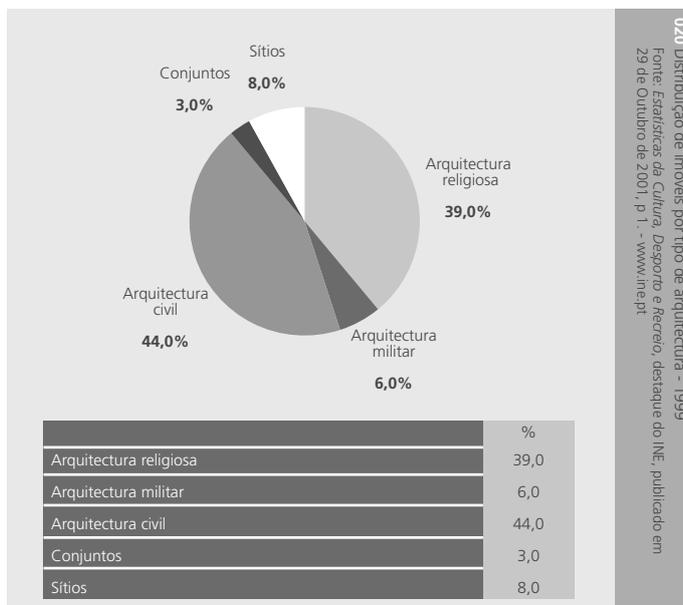
Assim, a qualidade do espaço, tanto público como privado, é globalmente diminuta, uma vez que o panorama da construção dita "corrente" é de grande amadorismo e de uma certa desresponsabilização para com o público em relação à qualidade do que é produzido, o que conduz a uma clara e caótica "delapidação do espaço" e consequentemente da vida que neles é vivida. Já Fernando Távora alertava para esta situação, que ainda hoje persiste no panorama nacional.

"Escusado será dizer, por implícito, que um país onde o problema da habitação se apresenta com gravidade não pode dispor de um espaço harmonicamente estruturado e que, por outro lado, dada a abundância da sua má qualidade, a habitação existente, para além de constituir aspecto determinante e negativo da nossa circunstância, representa um fenómeno grave de delapidação espacial e económica."(14)

Também Nuno Portas alerta para a realidade caótica, para a falta de qualidade e de responsabilidade numa vertente da vida, da sociedade, da cultura e da economia tão importante para o País.

"[...] a verdade é que o exercício das actividades de fazer arquitectura continua na situação selvática da aceitação de amadorismos relativos ou absolutos com a consequente desresponsabilização civil e cultural que, na maioria de outros campos profissionais que lidam com o bem estar e a segurança das populações já há muito se não admite."(15)

José Manuel Fernandes (16), refere três maleitas da arquitectura portuguesa: a diferença abissal entre a produção arquitectónica realizada para uma minoria *erudita e urbana* e a "construção-sem-ser-arquitectura", nomeadamente nas periferias; a qualidade do ensino da arquitectura em Portugal e sua relação com a futura inserção profissional do recém-licenciado e a dificuldade de conferir qualidade às



zonas urbanas, vítimas de um vertiginoso e por vezes catastrófico processo de expansão. Esta falta de um padrão de qualidade para a arquitectura não é, contudo, determinante, uma vez que existem, de facto, provas de que a arquitectura portuguesa tem capacidades para dar uma resposta qualificada às situações. A solução passa, portanto, pelo emprego dessa capacidade num gesto mais comum e não pontual, abrangente e não elitista, universal e não erudito.

Na verdade, a arquitectura por vezes não chega às populações ou não consegue ultrapassar a imagem de pequenos pontos na paisagem urbana. Primeiro pela incompreensão das obras que produz, pela incapacidade cultural ou pelo mero desconhecimento ou desinteresse da população; segundo pela própria expansão caótica e sem qualquer controlo que as áreas urbanas apresentam; terceiro pela falta de oportunidade de se insinuar no tão difícil mercado imobiliário.

O grande e evidente problema deste panorama é a falta de qualidade da paisagem portuguesa e o desfasamento que existe, tão vincado, no parque habitacional português, entre arquitectura e construção “corrente” ou “construção-sem-ser-arquitectura”.

A exposição *Paisagens Invertidas* volta-se para essa dicotomia entre a construção corrente e selvática e a arquitectura académica e pontual. Na verdade, as nossas paisagens estão repletas de incongruências e descontinuidades, vazios, ruídos e tensões.

“Porque observando os *campos*, os prédios e os viadutos, cruzando a *sofisticação* da arquitectura com a brutalidade da construção corrente, é a imagem do *progresso* de Portugal que surge com uma indesmentível expressão violenta.”(17)

Paulo Varela Gomes, ainda na mesma publicação refere esta paisagem intermitente e interpenetrada entre o urbano e o rural, entre o moderno e o a-moderno que é Portugal.

“De um capitalismo atrasado e dependente brotou um território que não rompeu os seus laços com a tradição rural e a pobreza urbana.[...]

O território a-moderno que hoje temos é, deste modo, simultaneamente aldeão e rodoviário. Aldeão pela permanência do cadastro antigo e pelo modelo de expansão por loteamentos ao longo de velhos caminhos e estradas, dentro e fora das povoações. Mas aldeão também pelos hábitos com que o território é usado[...].”(18)

Há, claramente, falta de crítica perante este panorama, falta de padrões, falta de qualidade na indústria da construção, de um orçamento adequado e falta de planeamento, de uma estratégia global, política, urbana e arquitectónica. Paulo Martins Barata refere-se, assim, à situação actual:

“[...] em muitos casos a obra é, em termos de puro senso comum, mal construída, desconfortável e formalmente gratuita. [...]

Nada disto teria consequências para o território, não fosse o facto incontestável de estarmos a projectar e a construir mal desde o princípio dos anos 60, por remissão a problemas de estilo que, dada a infeliz condição de amortização dos edifícios, cedo se tornaram irrelevantes. O parque construído da proclamada vanguarda da arquitectura portuguesa, com raras excepções, padece como um doente incurável de um avançado estado de degradação física, independentemente do maior ou menor grau de manutenção. Nalguns casos atribui-se a culpa à precária indústria da construção, noutros, ao reduzido orçamento – nunca ao projecto. E, no entanto, a perversa tendência para a abstracção da forma construída, em que o rodapé de um edifício público se transforma num inefável perfil L embutido no estuque, ou a fatídica aduela da porta suprimida e reconfigurada em estuque pela inclusão de um *pivot* de pavimento, são formas de catarse com uma degradação previsível. O arquitecto sabe, o dono-de-obra suspeita e o utilizador confirma-o.”(19)

Apesar da gravidade de todo este cenário, o mercado da construção, não obstante todos os problemas que enfrenta, só permite uma pequena parcela aos arquitectos.

A arquitectura, enquanto organizadora do espaço, primando pela qualidade e devotando-se a suprir as necessidades do Homem, nas suas múltiplas facetas, dá, efectivamente, resposta ao que a sociedade pretende dela. Por seu lado, a restante construção, primando por outros valores e subvertendo-se sobretudo aos valores económicos e à ditadura de mercado, a par com o recurso a profissionais menos qualificados e sensibilizados para estas problemáticas e com clara carência de padrões de gosto, qualidade e sobretudo de formação, não pode responder às necessidades da sociedade.

“Refundar a noção de uma prática cultural ou artística da arquitectura poderá então significar simplesmente que, por entre a oferta acrítica de serviços e mais-valias simbólicas que cada vez mais parecem caracterizar a actual condição de mercado, se deve reiterar a função crítica e interpretativa da arquitectura perante o todo social.”(20)

É claro que esta situação se prende com todos os factores apontados anteriormente, mas sobretudo com o mercado e as suas exigências. A arquitectura, ou melhor, a construção, faz-se para se vender, para vender o que mais se procura e para quem procura. Os dados apontados permitem-nos analisar quais são os potenciais clientes e o que eles pretendem e, desta forma, como pode o mercado dar-lhes resposta.

“Dizem-nos que isto é que se vende bem, porque se há quem compre é porque gosta – e se o gosto é este, então há que satisfazê-lo. É este o grande poder da nova ditadura que nos é imposta: a ditadura do mercado, que tudo corrompe, que tudo bandalha, pois é isto que se vende. E nós ficamos calados, entretidos com os objectos de qualidade com que as chamadas *arquitecturas de autor* vão pontuando um território inundado de mediocridade.[...] É este panorama de mediocridade que, aliado muitas vezes a uma atitude de subserviência, provoca um incómodo desencanto aos que um dia pensaram que as imposições formais e estilísticas aos arquitectos tinham acabado.[...] Potencialmente totalitária, procurando dominar todos os sectores da sociedade, desde os implacáveis critérios de audiência na TV até à massificação do gosto manipulada pela publicidade, a ditadura do mercado está aí.”(21)

De facto, existe uma clara diferença entre o mercado de construção, com toda a sua publicidade e sistema de produção rápida e própria e o mercado da arquitectura, que já é hoje um mercado porque confere valor a um edifício mas que se rege por padrões distintos.

Apesar de a arquitectura hoje já permitir e desencadear uma certa sensibilidade relativamente ao seu papel, permanece ainda numa posição “marginal” face à sociedade e aos outros profissionais.

“Num tempo em que a transformação da paisagem se faz de forma acelerada, a relação com o passado nas suas vertentes construída e cultural, a ponderação entre a preservação dos recursos e o desenvolvimento, a atenção do público e dos poderes políticos parecem continuar a virar-se para a arquitectura como objecto decorativo numa paisagem. A arquitectura como um dos fundamentos dessa transformação, e garante de uma qualidade de vida formal e ambiental às novas áreas, permanece longe dos horizontes, e a inegável qualidade da arquitectura de ponta em Portugal convive lado a lado com uma construção corrente de alguma pobreza.”(22)

Com efeito, a arquitectura deveria fazer parte integrante do quotidiano das pessoas e nunca pertencer a um mercado paralelo, para além de que muito se faz sob a capa da arquitectura que não tem qualidade, mas que é absorvido pelo mercado comercial como obra de arquitectura.

“As arquitecturas de mercado, ou comerciais, como se lhes chamava antes, circulam numa rota paralela, em carris separados daqueles em que se movem as de índole mais estritamente disciplinar, mais voltadas para os sistemas de valoração académico/culturalistas que as avaliam e divulgam, embora em circuitos reduzidos.

De um lado, temos o mundo da produção rápida e eficaz, promiscuamente ligado ao mercado da construção, o mundo das propostas de concepção-construção, da promoção imobiliária, dos “backstage” empresariais, da sedução publicitária, da venda directa ou por catálogo, da maximização da escala e da ausência de reflexão em torno do projecto.

Do outro, temos o mundo da qualificação independente da escala, das revistas de “glamour” fotográfico/arquitectónico, do “star system” que promovem, das conferências, da projecção internacional possível, dos prémios de prestígio, da crítica erudita. Tudo muito mais “sério”, portanto. [...]

Não são essas características que promovem a separação das linhas em que circulam estes dois tipos de produção arquitectónica. São, a meu ver, gelhas mais profundas, e nunca resolvidas, do tecido social e cultural português, gelhas que se foram revelando de modo frontal ao longo de mais de três décadas de democracia – na pele jovem, as rugas são mais notadas. [...] a verdade é que a grande maioria das tentativas de cruzar estas linhas que nunca se encontram se tem revelado pouco mais do que patética. Em meu entender, precisamente porque se pretende sistematicamente disfarçar uma prega profunda com um creme superficial, porque se tem sempre evitado enfrentar as verdadeiras relações de causa e efeito desta tão categórica separação de trilhos.”(23)

Perante esta situação, depois de constatada com dados muito concretos, há que estabelecer um caminho, traçar objectivos e formas de os atingir. Segundo José António Bandeirinha, referindo-se a Fernando Távora, há que sair do marasmo e definir padrões de qualidade que irão pautar a construção futura.

“Lamenta o isolamento cultural e a “ignorância procurada”, que provocam a mais completa ausência de testemunhos da arquitectura de “hoje”, nas “nossas cidades” e nos nossos “campos e aldeias”. Cerra fileiras e coloca o discurso perante uma violenta, mas inevitável dicotomia, “seguir em frente, ou estagnar no caos em que nos encontramos”. Opta pela primeira via, pela convicção “de que ela

é a única possível para aqueles que nasceram para aumentar ao passado algo de presente e algumas possibilidades de futuro” e pelo pundonor “de que a posteridade nos não perdoe” qualquer negligência por “paragem” ou por “estagnação”.”(24)

Ao arquitecto cabe um papel pedagógico de explicar, de dar forma às necessidades das pessoas e não lhes dar simplesmente as imagens às quais estavam presas.

“[...] há gente que diz que é impossível, que há é que criar soluções de compromisso, criar uma arquitectura para as multidões, para as massas... O que eu digo aos meus clientes quando não estou de acordo com eles, é que eles me pagam para eu nem sempre estar de acordo com eles, compreende?”(25)

A noção e os padrões de qualidade deverão, deste modo, ser explicados às pessoas, pois, amiúde o problema são os padrões – ou a falta deles – nos quais as pessoas se baseiam e a sua incompatibilidade com os modos de ver e fazer, efectivamente, arquitectura.

“Por estas e outras razões, a luta pela conquista dos direitos do arquitecto a arquitectar tem de ser firme, mas cautelosa e progressiva: o êxito dessa luta depende, antes de mais, de nós próprios como grupo. Depende de sabermos criar a evidência, perante um público mais largo ainda que impreparado, de que a nossa maioria de profissionais – e não só o pequeno grupo de notáveis – pode oferecer serviços que outros só por excepção oferecerão e em condições de custo correspondentes aos benefícios que esse serviço mais qualificado trará aos utentes.”(26)

A qualidade em arquitectura passa pelo equilíbrio entre múltiplos factores. Para a atingir é necessário a participação da opinião pública e crítica da sociedade, das instituições, assim como dos próprios profissionais. Trata-se de um objectivo só concretizável através de uma transdisciplinaridade muito ampla entre os vários profissionais de áreas afins e respectiva partilha de responsabilidades; as várias vertentes do poder central, tais como o Ambiente, o Ordenamento do Território, a Habitação, a Educação, a Investigação e a Cultura e sobretudo o utente, enquanto fruidor final da obra.

“A qualidade da arquitectura depende da qualidade das decisões que a afectam. [...]”

A Arquitectura ambiciona proporcionar ambientes de qualidade, no plano funcional, estético, técnico e económico, capazes de responder duravelmente a várias necessidades sociais. Tal vocação exige, para se concretizar, um projecto social, uma política tendente a estimular os factores favoráveis à independência do exercício profissional da Arquitectura e à elevação do grau de exigência e de participação da sociedade nas decisões sobre o seu habitat.”(27)

Hoje, tal como demonstrado pelos dados estatísticos, a arquitectura insinua-se mais junto do público, que a procura entender como uma mais-valia e a solicita cada vez mais. Assim sendo, a esfera de trabalho dos arquitectos vai-se imiscuindo no mercado imobiliário e presenteando o quotidiano com uma maior qualidade de vida.

Cabe aos arquitectos procurar o seu espaço nesse sector e demonstrar a sua qualidade e qualificações para conferir outras valências ao espaço. É necessário, para tal, demonstrar que a construção de um modo geral não é arquitectura e que muito se faz sem ser arquitectura. Que a arquitectura implica qualidade e que muita da construção claramente não a tem.

“Deixou também de existir a desculpa histórica de invocar que só 5% da construção é realizada por arquitectos. Suspeito que muito mais do que isso é hoje assinado por arquitectos e, mais gravemente, suspeito que a posição do arquitecto é hoje usada para legitimar atropelos semelhantes aos que, há anos, eram realizados pelos chamados “patos bravos”.”(28)

Estabelecendo uma relação entre o número de edifícios projectados por arquitectos e por outros profissionais podemos esclarecer que o número é diminuto.

Relativamente à relação entre a área projectada por um arquitecto e por outros profissionais, à partida, se os grandes equipamentos são da autoria de arquitectos necessariamente, a área de construção total é proporcionalmente maior do que na relação entre o número de edifícios de arquitectos e de não arquitectos.

A nível dos programas, como vimos, a habitação ocupa 90% dos arquitectos. O mercado dos grandes equipamentos representa menos de 30% do trabalho dos arquitectos, talvez por falta de investimento em novos equipamentos, ou exactamente, porque as oportunidades para esse tipo de projectos são

obviamente mais esporádicas.

Se se tratar de habitação unifamiliar privada, o contacto é mais esporádico, pois o cliente apenas pode provavelmente fazer uma ou duas encomendas ao arquitecto ao longo da sua vida. Se se tratar, por outro lado, de habitação onde os promotores sejam intermediários, o contacto entre o arquitecto e o cliente é mais distante, mas a habitação deverá sempre exprimir as vontades dos clientes. No caso dos edifícios públicos e grandes equipamentos, a arquitectura é mais abrangente e impactante na sociedade.

Por exemplo, o Estádio do Braga de Eduardo Souto Moura (Braga, 2004) ou a Casa da Música de Rem Koolhaas (Porto, 2005) constituem equipamentos públicos de valor nacional e internacional já reconhecido e que demonstram claramente o modo como a arquitectura pode interferir na qualidade de vida das pessoas, nas suas formas de estar no espaço e de o usufruir.

É também um exemplo aclamado dentro da esfera arquitectónica mas também por toda a sociedade, a reabilitação da zona oriental de Lisboa no Parque das Nações (1998), que hoje se tornou um lugar incontornável da capital, tanto para viver como para desfrutar de qualquer actividade de lazer.

Também o Parque Verde do Mondego (Camilo Cortesão, 2004), como exemplo mais próximo mostra, pela sua constante afluência, a aceitação que teve das pessoas e a forma como alterou os seus hábitos, despertando-as para aquela zona da cidade e para a prática de diversas actividades que o espaço proporciona.

Desta forma, a arquitectura mostra-se capaz de responder ao que as pessoas procuram de um determinado espaço, capaz de lhes oferecer “contentores de vida” que primem pela qualidade e que promovam o bem-estar, capazes de se integrar adequadamente no contexto, no lugar e na realidade em questão e sobretudo de suprir as suas necessidades.

Assim, este mercado permite sensibilizar as pessoas de várias formas para as capacidades e vertentes da arquitectura, ilustra a sua procura incessante em criar, inovar e responder aquele contexto e necessidades específicas, abrangendo mais pessoas mas não se lhes dirigindo individualmente como no caso da habitação.

Quando as grandes obras se constituem como meros rasgos criativos que pontuam a paisagem e apenas servem um escasso sector da sociedade, são, muitas vezes, consideradas grandes elefantes brancos. Mas a arquitectura não vive de caprichos e, sendo arquitectura, tem sempre o objectivo de ser útil, funcional e de servir a população. Há, é claro, múltiplas formas de o fazer.

Os grandes empreendimentos são ícones, não são caprichos da arquitectura, ajudam na construção de uma identidade e de valores, ilustram as linguagens arquitectónicas mais variadas e estimulam novas formas de ver.

O problema deste mercado é, por um lado, o mediatismo exponencial que a arquitectura ganhou recentemente e que a leva, por vezes, a uma exacerbação da sua vertente estética, fruto da cultura



consumista e do poder exasperado da imagem.

“Entre a debilidade propositiva do agir e a trivialidade retórica do *projectar*, o ofício da arquitectura ensaiou um reforço de si mesmo. Dissipando *ideias de relação* ou de fundação, a disponibilidade do ofício sugeriu distanciamento do valor de proposta da arquitectura, para se fixar na condição artesanal do seu compromisso formal ou estético.”(29)

Por outro lado, a falta de uma estratégia global e a persistência da falta de qualidade que rodeia estes grandes edifícios cria tensão e descontinuidade.

“A arquitectura, enquanto construtora de cidade, continua a ser marginalizada e isolada na esfera restrita do objecto artístico. À Cidade como arquitectura e obra de arte colectiva contrapõem-se os objectos artísticos, isolados, referências virtualmente colectivas, mas, na realidade objectos de uso para poucos privilegiados.”(30)

Não obstante todos os seus problemas e devaneios, a arquitectura tem declaradamente evoluído a nível do seu reconhecimento, tanto nacional como internacional. Hoje, é de facto uma profissão de grande respeitabilidade e mediatismo.

“Nos últimos dez-quinze anos, em Portugal, tem-se conquistado algum optimismo e dignidade na arquitectura e um sentido de liberdade que não houve em períodos anteriores. [...] Neste momento, temos uma série de bons arquitectos que seguem caminhos distintos. Por vezes parece que estão alheados, mas só aparentemente, de coisas que tradicionalmente eram matérias de trabalho em Portugal. Mas, acaba quase sempre por haver uma série de ligações à nossa cultura.”(31)

Hoje, a arquitectura portuguesa adquiriu um incontestável, mas por vezes, desconhecido internamente, prestígio internacional, que mostra claramente a sua capacidade.

É indiscutível a posição privilegiada que a arquitectura portuguesa adquiriu, reflexo das contínuas e múltiplas solicitações que tem e da qualidade das obras que mostrou ser capaz de projectar e executar.

“O salto quantitativo do número de arquitectos, escolas e estudantes no ensino da Arquitectura relaciona-se, por um lado, com os efeitos do reconhecimento cultural e artístico no ambiente internacional da obra de Álvaro Siza e, por outro, pela crescente afirmação da arquitectura já não apenas como prática técnica e artística responsável pela formalização do espaço colectivo, mas sobretudo como um estatuto objectivado, no mundo da moda e do virtual.”(32)

Deste modo, as pessoas já começam a reconhecer a arquitectura e a tomar conhecimento do que se faz actualmente nesta área. Uma certa minoria já está sensibilizada para a sua importância para a qualidade de vida da sociedade. Não obstante as maleitas da arquitectura portuguesa e o seu carácter ainda erudito e elitista, já começa a ter uma certa divulgação, conseguida pela qualidade dos seus arquitectos e obras, pelo mediatismo que a profissão adquiriu e pelo seu prestígio internacional.

Assim sendo, será que a arquitectura dá resposta às necessidades da sociedade?

A arquitectura dá uma resposta qualitativa, pois sendo arquitectura, tem necessariamente de primar pela qualidade, tem de suprir as solicitações, tem de ser fundamental e não um mero capricho, tem de responder a uma necessidade básica. Há, no entanto e como foi comprovado, uma grande percentagem da construção que não é arquitectura, o que significa que não cumpre as referidas necessidades.

A nível quantitativo, a arquitectura ainda tem de procurar espaço no mercado, de esclarecer os padrões de qualidade pelos quais todos se deveriam pautar e os quais a sociedade deveria saber discernir e exigir. O número de arquitectos já permite, pois, dar demarcar o seu espaço e demonstrar a sua qualificação, certas obras já mostram essas capacidades e as pessoas já demonstraram que aceitam o que for feito com qualidade e correcta integração na sua realidade.

Como tal, a arquitectura sabe dar resposta às necessidades da sociedade nas suas diferentes vertentes. Agora é uma questão de diálogo, de sensibilização e de cultivar a cultura arquitectónica da sociedade, de políticas governamentais para a incentivar, de definição de estratégias de construção e urbanização,... de modo a saltar desta situação caótica e difícil, há falta de termo mais esclarecedor, para uma situação de efectiva qualidade de organização do espaço.

Assim, o desfasamento que existe é entre a oferta e a procura, entre a qualidade da arquitectura e da construção corrente, nunca entre a sociedade e a arquitectura, porque uma é, ou deveria sempre ser, o tema central da outra.

Notas:

(1) *Construção: Obras licenciadas e concluídas* – 1º trimestre de 2007, publicado em 14 de Junho de 2007 – fonte: www.ine.pt.

Estes dados encontram-se em anexo, no final deste texto, traduzidos em gráficos, trabalhados graficamente pela autora da análise.

(2) *Estatísticas da construção e habitação 2006* – fonte: www.ine.pt.

Estes dados encontram-se em anexo, no final deste texto, traduzidos em gráficos, trabalhados graficamente pela autora da análise.

(3) “O índice de produção na Construção e Obras Públicas tem como objectivo mostrar, com periodicidade regular, a evolução do volume da produção no curto prazo. Este índice fornece uma medida da tendência do valor acrescentado a custo de factores ao longo de um dado período de referência.” Fonte: *Destaque – Informação à Comunicação Social*, de Abril de 2008, do INE

(4) Francisco Pires Keil Amaral, “Estatísticas”: , 27, 2004.

(5) “Diferença entre o valor bruto da produção (VBP) e o valor dos consumos intermédios (matérias primas e de outros consumos no processo produtivo).”

Retirado de <http://alea-estp.ine.pt>

(6) *Anuário Estatístico de Portugal 2006* – fonte: www.ine.pt.

Estes dados encontram-se em anexo, no final deste texto, traduzidos em gráficos, trabalhados graficamente pela autora da análise.

(7) *Anuário Estatístico da Região Centro 2005* – fonte: www.ine.pt.

Estes dados encontram-se em anexo, no final deste texto, traduzidos em gráficos, trabalhados graficamente pela autora da análise.

(8) *Estatísticas dos Serviços Prestados às Empresas 2005* – fonte: www.ine.pt.

Estes dados encontram-se em anexo, no final deste texto, traduzidos em gráficos, trabalhados graficamente pela autora da análise.

(9) Pedro Brandão, ed. Alt., *Livro branco da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1996, Inquérito Às Câmaras Municipais, pp 141-150

Estes dados encontram-se em anexo, no final deste texto, traduzidos em gráficos, trabalhados graficamente pela autora da análise.

(10) Mário Krüger, “Obra edificada e produção arquitectónica de referência no final do século XX em Portugal”: *Nu*, 20, pp 16-19.

Estes dados encontram-se em anexo, no final deste texto, traduzidos em gráficos, trabalhados graficamente pela autora da análise.

(11) Pedro Brandão, *O Arquitecto e Outras Imperfeições, Ética, identidade e prospectiva da profissão*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp 117-121.

(12) Manuel Villaverde Cabral, Vera Borges, *Relatório Profissão: Arquitecto/a*, estudo promovido pela Ordem dos Arquitectos, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2006.

(13) *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*, destaque do INE, publicado em 29 de Outubro de 2001.

(14) Fernando Távora, *Da Organização do Espaço*, Porto, FAUP Publicações, 2006, p 65.

(15) Nuno Portas, “Arquitectura e contexto”: *Jornadas Pedagógicas*, Porto, AEFAUP, 1995.

(16) José Manuel Fernandes, “Arquitectura e Contexto”: Fátima Fernandes, Michelle Cannatà, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea 1991-2001*, Porto, Edições Asa, 2001, p 37.

(17) Jorge Figueira, Ana Vaz Milheiro, Catálogo da exposição *Paisagens invertidas /Les Yeux qui ne voient pas*, p 3.

(18) Paulo Varela Gomes, “Viagem para o Oriente”: Jorge FIGUEIRA, Ana Vaz MILHEIRO, Catálogo da exposição *Paisagens invertidas /Les Yeux qui ne voient pas*, pp 12 e 13.

(19) Paulo Martins Barata, “Arquitectura e nação – As idades de uma década de contradições”: Fátima Fernandes, Michelle Cannatà, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea 1991-2001*, Porto, Edições Asa, 2001, pp 76 e 77.

(20) Pedro Gadanho, *Para que Serve a Arquitectura?*, Opúsculo 2, Porto, Pequenas Construções Literárias sobre Arquitectura, Dafne Editora, 2006, p10.

(21) Nuno Teotónio Pereira, “A arquitectura manipulada, hoje como ontem ou da ditadura do regime ditadura do mercado”: *Jornal Arquitectos*, 218-219: *Antologia 1981 - 2004*, Ordem dos Arquitectos Portugal, 2005, 2000, p233.

(22) Rogério Vieira de Almeida, “De 1976 ao Final de Século. Convergências, Divergências e Cruzamentos de Nível”: Annette Becker, Ana Tostões, Wilfried Wang, *Arquitectura do Século XX: Portugal*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 978, 1997, p 82.

(23) José António Bandeirinha, “Simples? – A propósito da exposição de 77 obras de arquitectura”: Ana Vaz Milheiro, *Habitar Portugal 2003/2005*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006, pp 7 e 8.

(24) José António Bandeirinha, *Quinas Vivas*, Porto, FAUP, 1996, pp 84 e 85.

(25) Fernando Távora, *Unidade 3*, Porto, dd!AEFAUP, 1992, p 105.

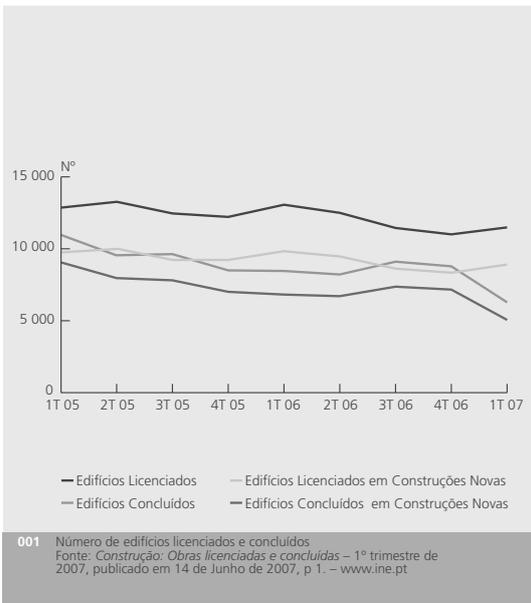
- (26) Nuno Portas, *Arquitectura(s) : história e crítica, ensino e profissão*, Porto, FAUP, 2005, p 479.
- (27) Pedro Brandão, ed Alt., *Livro branco da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1996, pp 18 e 19.
- (28) Pedro Gadanho, "*Corte transversal ou a ausência do discurso político*": Fátima Fernandes, Michelle Cannatà, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea 1991-2001*, Porto, Edições Asa, 2001, p 60.
- (29) Manuel Mendes, "Arquitectura portuguesa recente – conjuntura, contingência, coincidências de um território", 1991: *Jornal Arquitectos, 218-219: Antologia 1981 - 2004*, Ordem dos Arquitectos Portugal, 2005, p 125.
- (30) Fátima Fernandes, Michelle Cannatà, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea 1991-2001*, Porto, Edições Asa, 2001, p 19.
- (31) José Mateus, *Mais Arquitectura*, 21, 2008, p 30.
- (32) Fátima Fernandes, Michelle Cannatà, *op. cit.*, p 17.

Anexos:

(tratados graficamente com base na fonte devidamente referida)

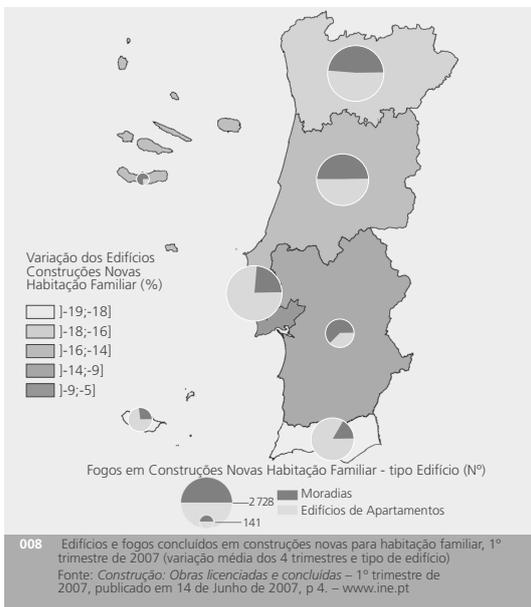
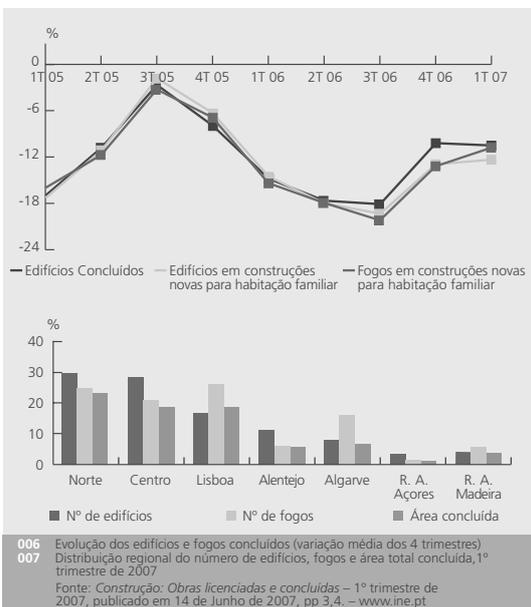
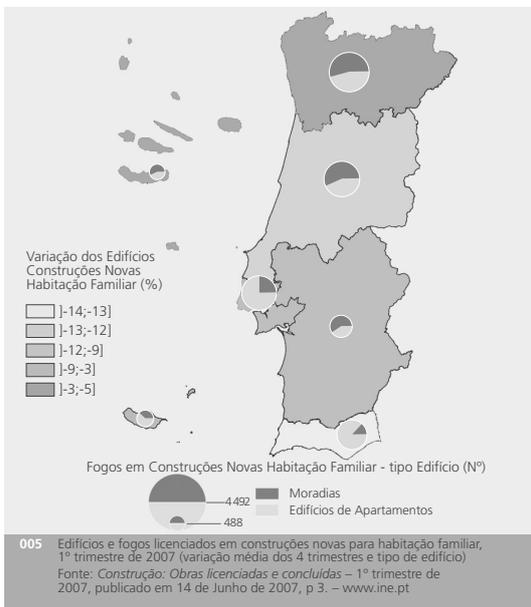
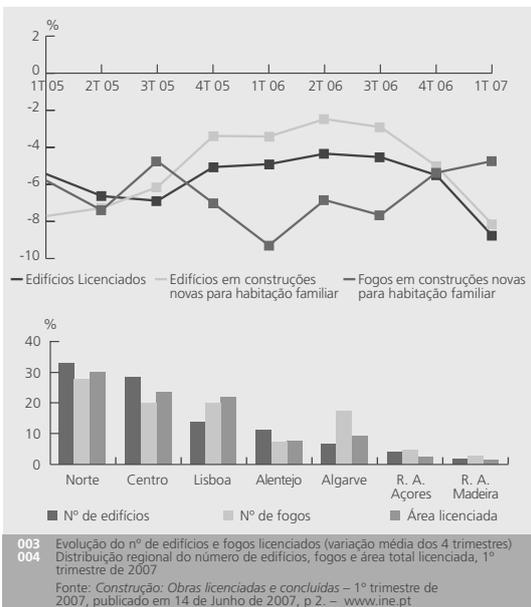
- (1) *Construção: Obras licenciadas e concluídas* – 1º trimestre de 2007, publicado em 14 de Junho de 2007, pp 1-4. – fonte: www.ine.pt.
- (2) *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, pp 18-26, 31-73. – fonte: www.ine.pt.
- (3) *Anuário Estatístico da Região Centro 2005*, pp 351-352. – fonte: www.ine.pt.
- (4) *Anuário Estatístico de Portugal 2006*, pp 300-302, 372-373. – fonte: www.ine.pt.
- (5) Manuel Villaverde Cabral, Vera Borges, *Relatório Profissão: Arquitecto/a*; estudo promovido pela Ordem dos Arquitectos, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2006, p 85.
- (6) *Estatísticas dos Serviços Prestados às Empresas 2005*, pp 15-16. – fonte: www.ine.pt.
- (7) Mário Krüger, "Obra edificada e produção arquitectónica de referência no final do século XX em Portugal": *Nu*, 20, pp 16-19.
- (8) Pedro Brandão, ed Alt., *Livro branco da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1996, Inquérito Às Câmaras Municipais, pp 141-150.
- (9) *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*, destaque do INE, publicado em 29 de Outubro de 2001, p 1. – fonte: www.ine.pt.

3.1.2. _ ANEXOS



Construções novas para Habitação familiar	Edifícios Licenciados	Edifícios Concluídos
	Prazo previsível de execução	Prazo de execução efectivo
Meses		
Portugal	20	25
Continente	21	24
Norte	25	30
Centro	20	25
Lisboa	17	23
Alentejo	13	17
Algarve	19	21
R. A. Açores	11	17
R. A. Madeira	13	26

002 Prazo de execução das obras
 Fonte: *Construção: Obras licenciadas e concluídas – 1º trimestre de 2007*, publicado em 14 de Junho de 2007, p. 1. – www.ine.pt

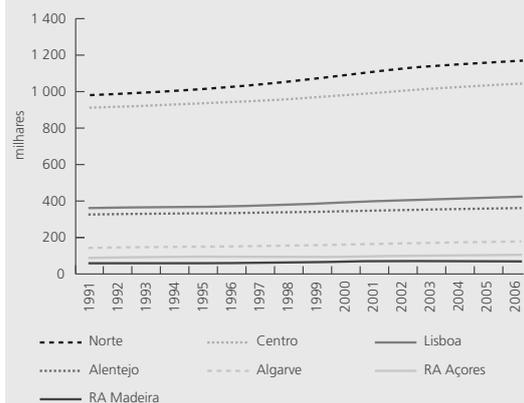


	Edifícios Licenciados			Edifícios Concluídos		
	4º T 2006	1º T 2007	Variação anual *	4º T 2006	1º T 2007	Variação anual *
	Número		%	Número		%

Portugal						
Número de edifícios	11 090	11 546	-8,8	8 806	6 181	-10,8
Em construções novas	8 332	8 915	-7,9	7 171	5 096	-11,2
Para habitação familiar	6 915	7 433	-8,1	6 087	4 408	-12,5
Fogos	17 015	17 197	-4,7	13 839	10 574	-10,8
Área total (m ²)	5 367 062	5 416 782	1,1	4 034 764	2 886 587	-8,6

* Variação anual - Variação média dos últimos quatro trimestres face ao período homólogo. Dados preliminares.

009 Construção: Obras licenciadas e concluídas, 1º trimestre de 2007
 Fonte: *Construção: Obras licenciadas e concluídas* - 1º trimestre de 2007, publicado em 14 de Junho de 2007, p 4. - www.ine.pt



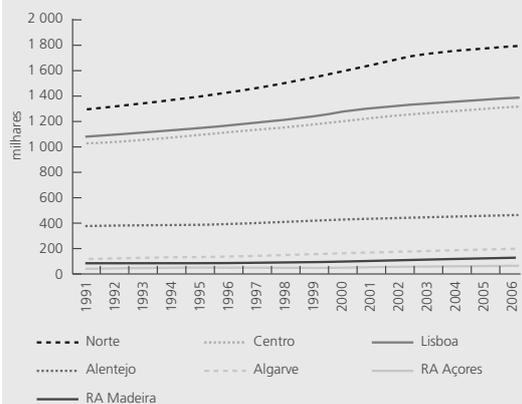
010 Número de edifícios clássicos. Estimativas para o período 1991-2006 - NUTS II
 Fonte: *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, p 18. - www.ine.pt



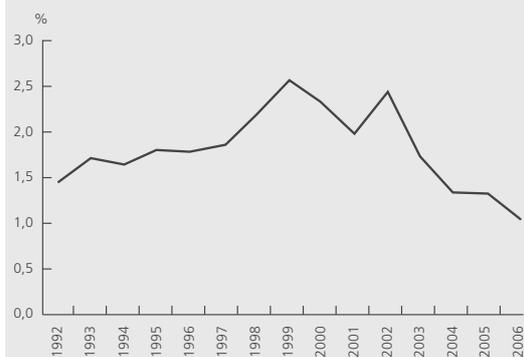
011 Variação média anual do número de edifícios clássicos em Portugal - 1992-2006
 Fonte: *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, p 18. - www.ine.pt

Região do País	1991	2001	2006
Norte	30,8%	32,2%	32,4%
Centro	25,7%	24,8%	24,6%
Lisboa	25,5%	25,4%	25,0%
Alentejo	8,9%	8,3%	8,2%
Algarve	5,2%	5,5%	5,9%
Reg. Aut. Açores	2,0%	1,8%	1,8%
Reg. Aut. Madeira	1,9%	1,9%	2,1%

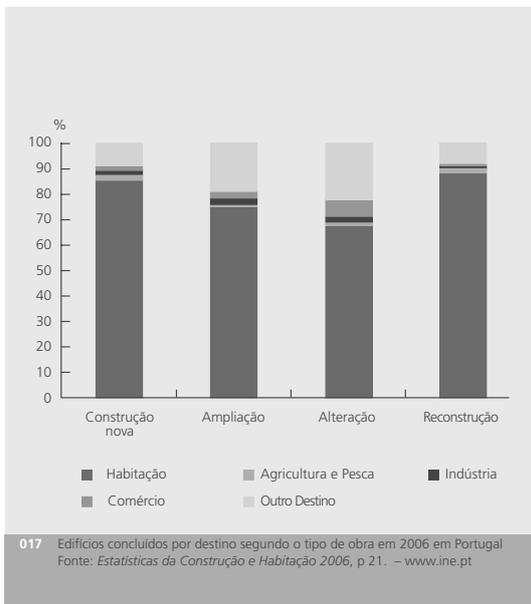
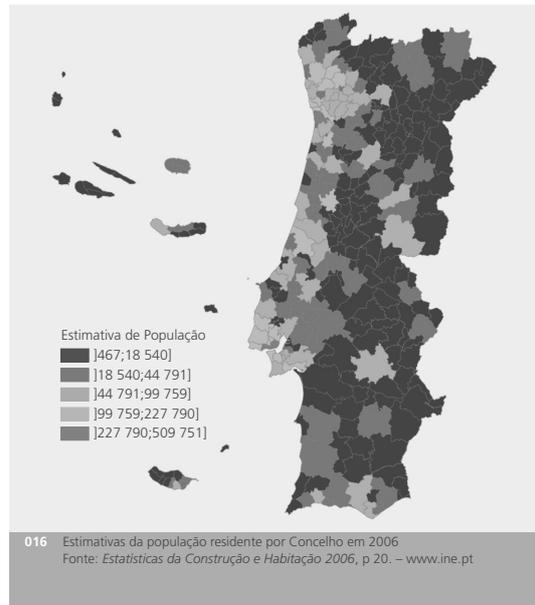
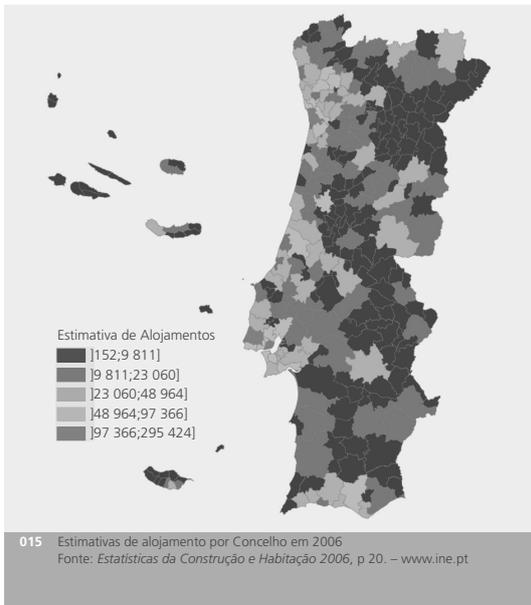
012 Distribuição dos fogos por região NUTS II - 1991, 2001 e 2006
 Fonte: *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, p 18. - www.ine.pt



013 Número de fogos estimativas para o período 1991-2006 - NUTS I
 Fonte: *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, p 19. - www.ine.pt

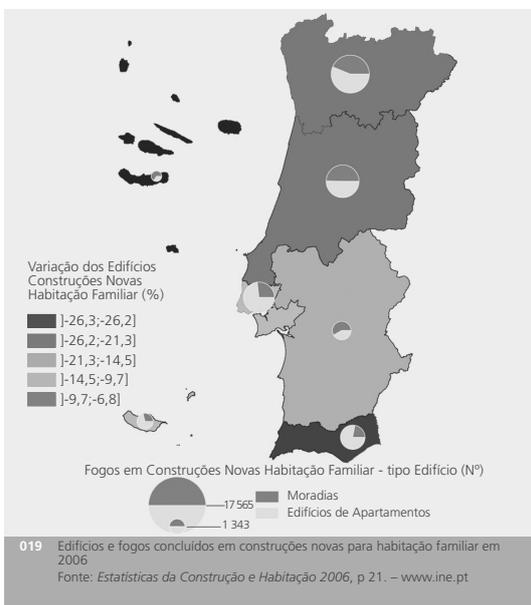


014 Variação média anual do número de fogos em Portugal 1992-2006
 Fonte: *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, p 19. - www.ine.pt



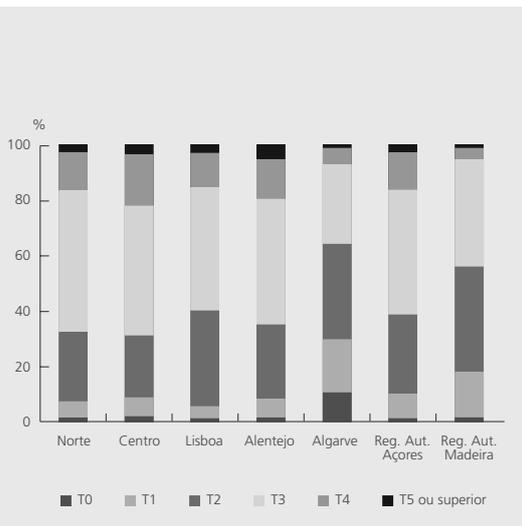
	Nº de edifícios	Nº médio de pavimentos por edifício	Superfície média dos pavimentos (m ²)	Nº médio de fogos por edifício
Portugal	25 448	2,4	191	2,3
Norte	8 293	2,5	200	2,1
Centro	7 163	2,3	181	1,8
Lisboa	3 591	3,1	186	3,2
Alentejo	2 555	1,9	167	1,6
Algarve	2 033	2,6	200	3,6
Reg. Aut. Açores	913	1,8	164	1,5
Reg. Aut. Madeira	900	2,4	253	3,5

018 Características dos edifícios para habitação familiar - Construções novas concluídas em 2006 em Portugal
 Fonte: *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, p 21. – www.ine.pt



	Nº de Fogos	Superfície média por fogo (m ²)	Nº médio de divisões por fogo
Portugal	64 049	92,7	4,8
Norte	19 330	100,6	5,0
Centro	14 755	99,6	5,1
Lisboa	11 897	91,0	4,7
Alentejo	4 930	91,3	5,0
Algarve	8 089	73,8	4,2
Reg. Aut. Açores	1 530	97,2	5,2
Reg. Aut. Madeira	3 518	69,9	4,5

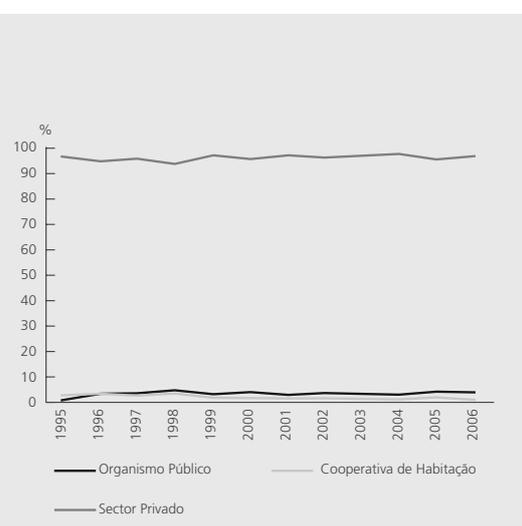
020 Características dos fogos concluídos em 2006 em Portugal
 Fonte: *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, p 22. – www.ine.pt



021 Características dos fogos concluídos em 2006 em Portugal
Fonte: Estatísticas da Construção e Habitação 2006, p 22. - www.ine.pt

Ano	Organismo público	Cooperativa de habitação	Sector privado
1995	525	1 979	69 466
1996	1 263	2 497	68 325
1997	1 209	1 979	73 383
1998	2 553	3 033	86 401
1999	1 288	1 985	105 356
2000	2 692	1 851	107 432
2001	1 478	1 696	109 635
2002	2 548	1 832	120 358
2003	1 377	1 280	88 253
2004	1 300	543	71 746
2005 (Rv)	1 858	543	71 746
2006	1 405	1 289	65 909

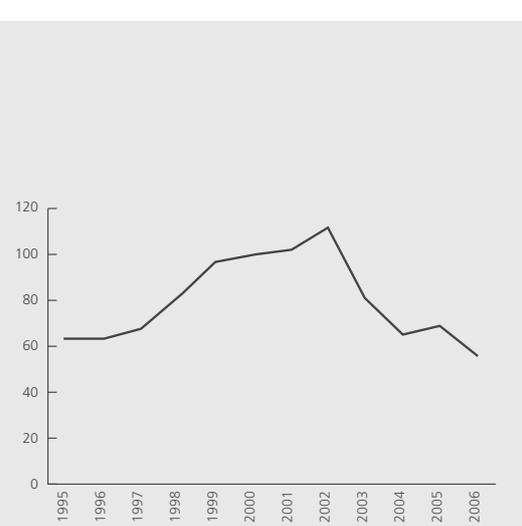
022 Número de fogos concluídos para habitação por entidade promotora 1994-2006 em Portugal
Fonte: Estatísticas da Construção e Habitação 2006, p 22. - www.ine.pt



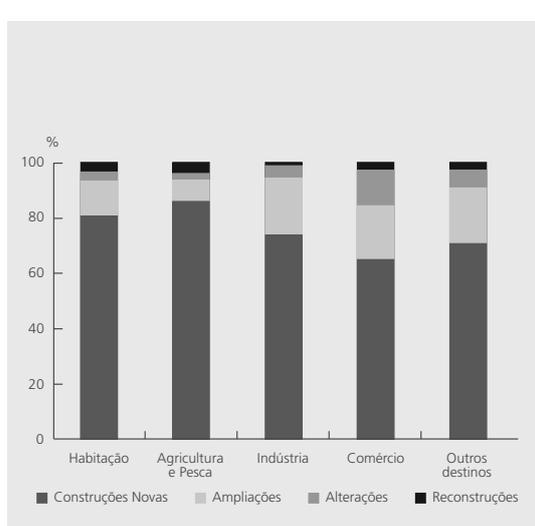
023 Número de fogos concluídos para habitação por entidade promotora em Portugal
Fonte: Estatísticas da Construção e Habitação 2006, p 23. - www.ine.pt

Ano	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Reg. Aut. Açores	Reg. Aut. Madeira
1995	63,5	54,1	82,6	62,4	77,1	59,6	81,6	57,8
1996	63,6	57,4	76,3	64,6	68,1	62,2	95,9	39,9
1997	67,6	64,9	80,3	66,3	66,5	59,6	88,6	43,1
1998	81,2	76,3	96,0	75,5	82,9	74,1	83,8	111,1
1999	96,3	93,0	100,5	98,5	106,5	83,2	70,3	117,2
2000	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2001	102,1	107,6	103,5	80,2	109,7	122,9	115,1	137,3
2002	111,7	113,2	120,4	88,1	114,6	130,0	288,2	134,3
2003	81,0	73,0	93,3	66,3	94,5	118,1	157,1	94,7
2004	65,5	53,0	82,0	54,2	87,7	95,1	157,0	84,3
2005 (Rv)	69,2	57,4	85,5	46,4	92,3	125,8	175,0	106,9
2006	56,5	42,7	66,2	42,8	80,2	103,7	159,5	112,4

024 Índice de fogos concluídos - Portugal e respectivas NUTS II - (Ano de 2000 = 100)
Fonte: Estatísticas da Construção e Habitação 2006, p 23. - www.ine.pt



025 Índice de fogos concluídos em Portugal - (Ano de 2000=100)
Fonte: Estatísticas da Construção e Habitação 2006, p 23. - www.ine.pt



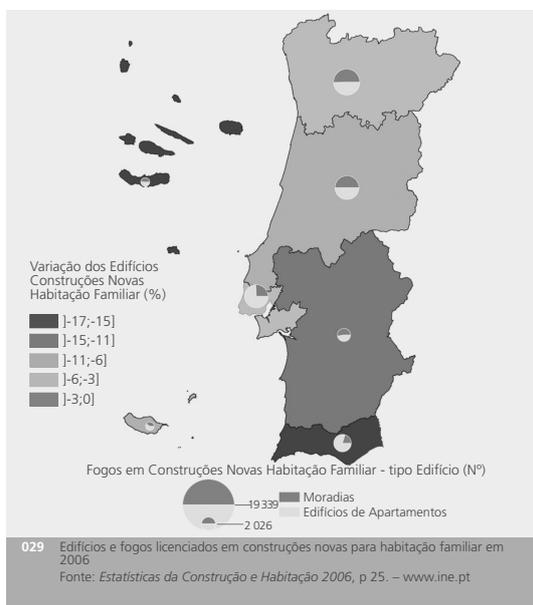
026 Edifícios licenciados por destino, segundo o tipo de obra em Portugal em 2006
Fonte: Estatísticas da Construção e Habitação 2006, p 24. - www.ine.pt

	Nº de edifícios	Nº médio de pavimentos por edifício	Superfície média dos pavimentos (m²)	Nº médio de fogos por edifício
Portugal	30 423	2,5	191	2,3
Norte	10 275	2,5	191	1,9
Centro	8 685	2,3	185	1,9
Lisboa	4 506	3,1	191	3,4
Alentejo	2 734	1,9	185	1,8
Algarve	2 237	2,7	217	3,9
Reg. Aut. Açores	1 167	1,9	184	1,9
Reg. Aut. Madeira	819	2,4	195	2,5

027 Características dos edifícios para habitação familiar em construções novas licenciadas em 2006 em Portugal
Fonte: Estatísticas da Construção e Habitação 2006, p 24. - www.ine.pt

	Nº de fogos	Superfície habitável média (m²)	Nº médio de divisões	Superfície habitável média por divisão (m²)
Portugal	85 302	88,5	4,8	18,5
Norte	22 551	97,0	5,0	19,3
Centro	18 478	98,3	5,0	19,6
Lisboa	23 625	81,9	4,6	17,8
Alentejo	5 891	87,2	4,9	17,9
Algarve	9 944	73,7	4,2	17,4
Reg. Aut. Açores	2 535	81,4	4,7	17,4
Reg. Aut. Madeira	2 278	70,1	4,5	15,5

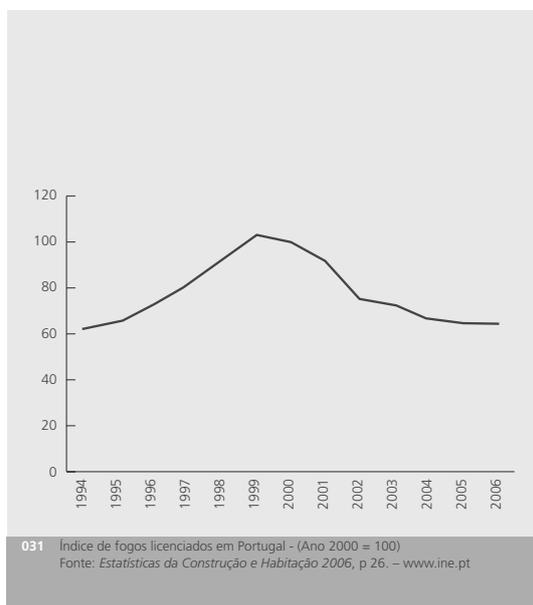
028 Características dos fogos licenciados em 2006 em Portugal
Fonte: Estatísticas da Construção e Habitação 2006, p 25. - www.ine.pt



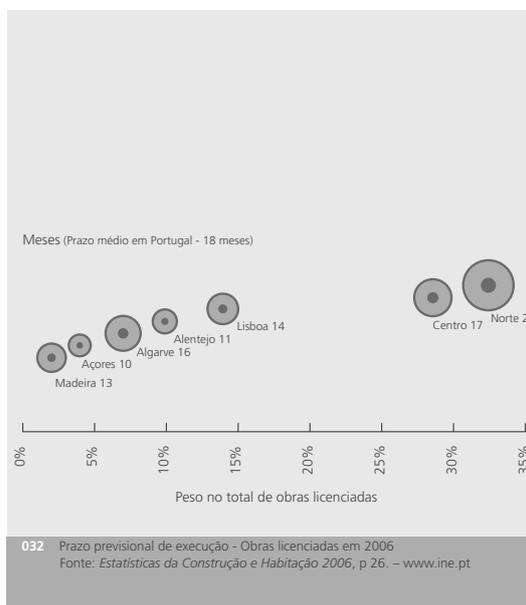
029 Edifícios e fogos licenciados em construções novas para habitação familiar em 2006
Fonte: Estatísticas da Construção e Habitação 2006, p 25. - www.ine.pt

Ano	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Reg. Aut. Açores	Reg. Aut. Madeira
1995	65,4	60,1	74,7	83,6	52,0	43,1	67,0	53,5
1996	72,9	71,2	80,2	90,1	58,1	48,4	68,8	42,7
1997	81,7	79,8	82,3	105,3	65,7	56,0	75,3	65,3
1998	92,1	88,8	95,9	108,8	80,9	75,7	84,6	81,5
1999	103,2	95,9	106,5	128,8	95,4	82,7	97,4	96,4
2000	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2001	91,7	85,8	92,3	89,7	86,7	107,4	124,2	134,9
2002	75,6	63,7	92,1	68,3	76,3	93,9	226,0	87,2
2003	72,7	54,8	96,0	68,3	75,6	103,5	134,5	78,9
2004	66,6	48,5	78,7	67,3	75,8	93,4	141,0	107,1
2005 (Rv)	64,9	44,3	79,6	65,9	81,2	97,6	149,8	86,7
2006	64,4	41,9	72,6	85,7	72,5	89,4	177,4	58,6

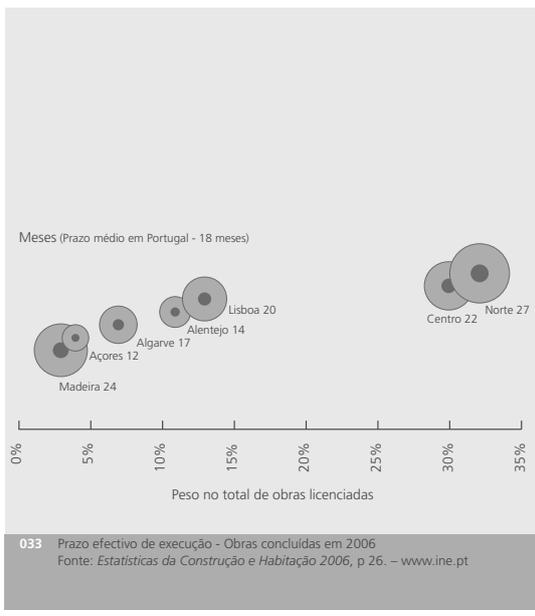
030 Índice de fogos licenciados - Portugal e respectivas NUTS II - (Ano de 2000 = 100)
Fonte: Estatísticas da Construção e Habitação 2006, p 25. - www.ine.pt



031 Índice de fogos licenciados em Portugal - (Ano 2000 = 100)
Fonte: Estatísticas da Construção e Habitação 2006, p 26. - www.ine.pt



032 Prazo previsível de execução - Obras licenciadas em 2006
Fonte: Estatísticas da Construção e Habitação 2006, p 26. - www.ine.pt



Ano	Nº de edifícios	Ano	Nº de fogos
1991	2 880 388	1991	4 216 541
1996	3 001 164	1996	4 583 503
1997	3 031 999	1997	4 668 220
1998	3 068 783	1998	4 770 778
1999	3 107 798	1999	4 893 773
2000	3 148 349	2000	5 007 100
2001	3 192 302	2001	5 105 859
2002	3 237 189	2002	5 230 208
2003	3 275 381	2003	5 319 878
2004	3 305 634	2004	5 390 876
2005	3 336 402	2005	5 462 430
2006	3 361 210	2006	5 519 654

034 Estimativas do parque habitacional 1991-2006 - Edifícios - Habitação familiar clássica em Portugal
035 Estimativas do parque habitacional 1991-2006 - Fogos em Portugal
Fonte: *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, pp 31, 32. – www.ine.pt

Ano	Tipologia	Nº de fogos	Ano	Tipologia	Nº de fogos	Ano	Tipologia	Nº de fogos	
2000	T0 e T1	10 199	2003	T0 e T1	8 062	2006	Principalmente não residencial	T0	70 775
	T2	37 592		T2	25 657			T1	376 573
	T3	47 171		T3	41 531			T2	1 293 446
T4 ou mais	14 225	T4 ou mais	14 517	T3	1 422 950				
2001	T0 e T1	10 764	2004	T0 e T1	6 252			T4	501 485
	T2	36 853		T2	20 067			T5+	367 804
	T3	49 827		T3	33 399			n.e.	1 442 276
2002	T4 ou mais	14 516	2005	T4 ou mais	11 694			T0	812
	T0 e T1	11 625		T0 e T1	6 781			T1	1 979
	T2	39 508		T2	19 945			T2	4 471
2006	T3	56 006	2006	T3	33 483	T3	4 926		
	T4 ou mais	16 203		T4 ou mais	11 599	T4	1 849		
						T5+	1 923		
						n.e.	28 025		

036 Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar, por tipologia, em Portugal - 2000 a 2005
037 Estimativas do parque habitacional - Fogos segundo a tipologia e o tipo de edifício, em Portugal em 2006
Fonte: *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, pp 38 e 39, 33. – www.ine.pt

Ano	Nº / Km²	Ano	Número médio		
Edifícios	1991	31,3	Nº de fogos por edifício	1991	1,5
	2001	34,7		2001	1,6
	2006	36,5		2006	1,6
Fogos	1991	45,8	Nº de habitantes por fogo	1991	2,34
	2001	55,4		2001	2,02
	2006	59,9		2006	1,92

038 Estimativas do parque habitacional 1991-2006 - Número de fogos por edifício em Portugal
039 Estimativas do parque habitacional 1991-2006 - Densidade de edifícios e de fogos (Nº/Km2), em Portugal
Fonte: *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, pp 35, 34. – www.ine.pt

Ano	Construção nova para habitação familiar (Nº de edifícios)	Ano	Construção nova para habitação familiar (Nº de fogos)
2000	59 780	2000	114 396
2001	61 126	2001	116 594
2002	63 054	2002	128 696
2003	55 352	2003	95 880
2004	44 365	2004	77 598
2005	44 690	2005	78 417
2006	36 737	2006	64 069

040 Edifícios concluídos em Portugal- 2000 a 2006
041 Fogos concluídos em Portugal- 2000 a 2006
Fonte: *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, pp 36,37. – www.ine.pt

Conclusão de edifícios em construções novas para habitação familiar									
Fogos por Edifício		Fogos por pavimento		Pavimentos por edifício		Divisões por fogo		Superfície média habitável das divisões (m²)	
2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006
2,3	2,3	0,9	0,9	2,4	2,4	4,9	4,8	18,7	19,3

042 Indicadores da construção de edifícios concluídos em construções novas para habitação familiar, em Portugal
Fonte: *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, p 40. – www.ine.pt

	Nº de edifícios concluídos, segundo o tipo de obra							
	Alteração		Ampliação		Construção Nova		Reconstrução	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Habituação familiar	884	701	3 900	3 505	31 644	25 448	1 418	1 106
Restantes programas	393	339	1 184	1 160	5 096	4 329	171	149
Total	1 277	1 040	5 084	4 665	36 740	29 777	1 589	1 255

043 Edifícios concluídos, segundo o tipo de obra, em Portugal
Fonte: *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, p 41. – www.ine.pt

	Edifícios (Nº)		Pavimentos (Nº)		Superfície dos pavimentos (m ²)	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Habituação familiar	31 644	25 448	76 501	62 282	14 573 969	11 882 540
Agricultura e Pescas	719	580	768	609	208 652	162 768
Indústria	463	368	702	549	729 263	563 967
Turismo	179	146	330	224	161 075	118 874
Outros Serviços	763	742	1 466	1 328	959 643	944 425
Outros Destinos	2 972	2 493	3 681	3 011	1 128 806	781 925
Total	36 740	29 777	83 448	68 003	17 761 408	14 454 499

Ano	Edifício de apartamentos	Moradia	Total
2005	3 955	27 649	31 644
2006	3 215	22 202	25 448

044 Edifícios concluídos em construções novas, segundo o destino e características, em Portugal
045 Edifícios concluídos em construções novas para habitação familiar segundo o tipo de edifício, em Portugal
Fonte: *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, pp 42 e 43, 44. – www.ine.pt

Ano 2005	Edifícios (Nº)	Superfície pavimentos (m ²)	Fogos		
			Total (Nº)	Sup. habitável (m ²)	Divisões (Nº)
1 a 4 pavimentos	29 198	9 913 985	44 002	4 353 985	228 627
5 a 10 pavimentos	1 656	3 895 417	23 816	1 777 858	102 448
+10 pavimentos	117	661 131	3 464	337 438	15 154
n. esp.	673	103 436	527	48 281	2 591
Total	31 644	14 573 969	71 809	6 517 562	348 820

Ano 2006	Edifícios (Nº)	Superfície pavimentos (m ²)	Fogos		
			Total (Nº)	Sup. habitável (m ²)	Divisões (Nº)
1 a 4 pavimentos	23 700	8 044 810	35 564	3 691 677	183 935
5 a 10 pavimentos	1 354	3 202 584	18 886	1 460 447	82 081
+10 pavimentos	106	607 920	3 780	284 738	15 691
n. esp.	288	27 226	146	11 700	625
Total	25 448	11 882 540	58 376	5 448 562	282 332

046 Edifícios concluídos em construções novas para habitação familiar, segundo o número de pavimentos e características, em Portugal
Fonte: *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, pp 45-47. – www.ine.pt

Ano 2005	Edifícios (Nº)	Habituação familiar	
		Edifícios	Fogos
Pessoa singular	26 463	22 792	31 138
Administração pública	472	349	1 489
Empresa privada	8 700	7 541	37 563
Outras entidades	598	480	1 619
n. esp.	507	482	0
Total	36 740	31 644	71 809

Ano 2006	Edifícios (Nº)	Habituação familiar	
		Edifícios	Fogos
Pessoa singular	21 593	18 426	24 649
Administração pública	404	323	1 329
Empresa privada	7 333	6 369	31 787
Outras entidades	214	120	609
n. esp.	233	210	2
Total	29 777	25 448	58 376

047 Edifícios e fogos concluídos em construções novas, segundo a entidade promotora, em Portugal
Fonte: *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, pp 48 e 49. – www.ine.pt

	Nº de fogos concluídos, segundo o tipo e destino de obra							
	Fogos		Alteração e ampliação		Construção nova		Reconstrução	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Habituação familiar	77 523	63 536	4 396	4 034	71 809	58 376	1 318	1 126
Total	78 417	64 049	4 454	4 183	72 601	58 376	1 362	1 149

	Nº de fogos licenciados, segundo o tipo e destino de obra							
	Fogos		Alteração e ampliação		Construção nova		Reconstrução	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Habituação familiar	30 187	79 407	5 810	9 557	72 965	68 615	1 412	1 235
Total	82 793	85 302	6 138	9 896	73 209	69 121	1 435	1 248
Demolição								
2005	2 011							
2006	5 037							

048 Fogos concluídos, segundo o tipo e o destino de obra, em Portugal
049 Fogos licenciados, segundo o tipo e o destino de obra, em Portugal
Fonte: *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, pp 50, 69. – www.ine.pt

Ano 2005	Tipologia	Nº de fogos	Ano 2006	Tipologia	Nº de fogos
T0 ou T1		6 781	T0 ou T1		5 561
T2		19 945	T2		16 571
T3		33 483	T3		26 877
T4 ou +		11 599	T4 ou +		9 365
Total		71 809	Total		58 376
Moradia		Moradia		Moradia	
T0 ou T1		688	T0 ou T1		589
T2		3 524	T2		2 862
T3		15 429	T3		12 456
T4 ou +		8 875	T4 ou +		7 189
Total		28 517	Total		23 098
Edifício de apartamentos		Edifício de apartamentos		Edifício de apartamentos	
T0 ou T1		6 028	T0 ou T1		4 930
T2		16 283	T2		13 661
T3		17 929	T3		14 386
T4 ou +		2 712	T4 ou +		2 163
Total		42 952	Total		35 140

050 Fogos construídos em construções novas para habitação familiar, segundo a tipologia, em Portugal
Fonte: *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, p 52. – www.ine.pt

Ano	Prazo de execução efectivo (duração média em meses)				
	Construção nova	Ampliação	Alteração	Reconstrução	Total
2005	24	15	13	24	22
2006	23	15	13	23	22

Ano	Prazo de execução efectivo (duração média em meses)		
	Moradia	Edifício de Apartamentos	Edifício principalmente não residencial
2005	24	24	13
2006	19	20	10

Ano	Prazo de execução efectivo (duração média em meses)					
	Um fogo	Dois fogos	De 3 a 10 fogos	De 11 a 20 fogos	De 21 a 30 fogos	Mais de 30 fogos
2005	25	22	23	26	29	32
2006	25	22	23	27	30	30

051 Prazo de execução efectivo das obras concluídas, por tipo de obra, em Portugal
052 Prazo de execução efectivo das obras concluídas, por tipo de edifício, em Portugal
053 Prazo de execução efectivo das obras concluídas, em construções novas para habitação familiar por número de fogos do edifício, em Portugal
Fonte: *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, pp 52, 53, 54. – www.ine.pt

Ano	Nº de edifícios		Nº de fogos	
	Total	Construção nova para habitação familiar	Total	Construção nova para habitação familiar
2000	63 501	44 402	125 483	121 915
2001	62 867	43 258	118 028	114 193
2002	62 118	41 148	106 448	95 722
2003	56 219	36 432	91 880	81 069
2004	52 261	33 217	87 006	76 311
2005	50 374	32 428	82 793	72 965
2006	48 352	30 423	85 302	68 615

054 Edifícios licenciados em Portugal, 2000 a 2006
055 Fogos licenciados em Portugal, 2000 a 2006
Fonte: *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, pp 55, 56. – www.ine.pt

Ano	T0 e T1	T2	T3	T4 ou mais
2000	10 474	39 029	55 115	17 297
2001	11 196	35 284	51 117	16 956
2002	8 337	27 324	44 282	15 779
2003	7 529	21 936	37 329	14 275
2004	7 745	21 088	34 752	12 726
2005	7 364	19 765	33 302	12 534

056 Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar, por tipologia, em Portugal - 2000 a 2005
Fonte: *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, pp 57 e 58. – www.ine.pt

	2005		2006			
	2005	2006	2005	2006		
Fogos por edifício	2,3	2,3	Alterações e Ampliações	Habitação familiar	6 003	5 805
				Total	8 167	7 909
Fogos por pavimento	0,9	0,9	Construções novas	Habitação familiar	32 428	30 423
				Total	38 602	36 306
Pavimentos por edifício	2,5	2,5	Reconstruções	Habitação familiar	1 278	1 157
				Total	1 471	1 327
Divisões por fogo	4,9	4,8	Demolições	Total	2 134	2 810
				Habitação familiar	39 709	37 385
Superfície média habitável das divisões (m ²)	19,2	19,6	Total	50 374	48 352	

057 Edifícios licenciados, segundo o tipo e destino da obra, em Portugal
058 Indicadores da construção de edifícios licenciados em construções novas para habitação familiar, em Portugal
Fonte: *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, pp 59, 60. – www.ine.pt

	Edifícios (Nº)		Pavimentos (Nº)		Superfície dos pavimentos (m ²)	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Habitação familiar	32 428	30 423	80 193	74 659	15 269 948	14 259 803
Agricultura e Pescas	893	730	964	798	236 983	282 290
Indústria	444	570	718	965	568 700	912 940
Turismo	268	234	516	439	446 389	322 923
Outros Serviços	982	994	1 839	1 885	1 248 391	1 685 167
Outros Destinos	3 586	3 355	4 414	4 125	1 234 981	1 026 283
Total	38 601	36 306	88 664	82 871	19 005 392	18 489 406

Ano	Edifício de apartamentos	Moradia	Total
2005	3 886	28 508	32 428
2006	3 523	26 874	30 423

059 Edifícios licenciados em construções novas, segundo o destino e características, em Portugal
060 Edifícios licenciados em construções novas para habitação familiar segundo o tipo de edifício, em Portugal
Fonte: *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, pp 61-63, 64. – www.ine.pt

Ano 2005	Edifícios (Nº)	Superfície pavimentos (m ²)	Fogos		
			Total (Nº)	Sup. habitável (m ²)	Divisões (Nº)
1 a 4 pavimentos	30 585	10 482 525	44 780	4 645 745	239 567
5 a 10 pavimentos	1 718	4 117 909	24 233	1 961 325	104 556
+10 pavimentos	125	669 514	3 952	326 948	16 368
Total	32 428	15 269 948	72 965	6 934 018	360 491

Ano 2006	Edifícios (Nº)	Superfície pavimentos (m ²)	Fogos		
			Total (Nº)	Sup. habitável (m ²)	Divisões (Nº)
1 a 4 pavimentos	28 746	9 818 667	42 061	4 348 594	215 584
5 a 10 pavimentos	1 550	3 702 478	22 069	1 744 874	95 871
+10 pavimentos	127	738 658	4 485	351 679	18 103
Total	30 423	14 259 803	68 615	6 445 147	329 558

061 Edifícios licenciados em construções novas para habitação familiar segundo o número de pavimentos e características, em Portugal
Fonte: *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, pp 65 e 66. – www.ine.pt

Ano 2005	Edifícios (Nº)	Habitação familiar	
		Edifícios	Fogos
Pessoa singular	28 521	23 874	31 918
Administração pública	468	330	1 719
Empresa privada	9 179	7 940	38 225
Outras entidades	434	284	1 103
Total	38 602	32 428	72 965

Ano 2006	Edifícios (Nº)	Habitação familiar	
		Edifícios	Fogos
Pessoa singular	26 217	21 913	29 348
Administração pública	433	351	1 320
Empresa privada	9 357	7 997	37 316
Outras entidades	299	162	631
Total	36 306	30 423	68 615

062 Edifícios e fogos licenciados em construções novas, segundo a entidade promotora, em Portugal
 Fonte: *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, pp 67 e 68. – www.ine.pt

Ano 2005	Tipologia	Nº de fogos
T2	19 765	
T3	33 302	
T4 ou +	12 534	
Total	72 965	

Ano 2006	Tipologia	Nº de fogos
T2	18 943	
T3	30 925	
T4 ou +	11 391	
Total	68 615	

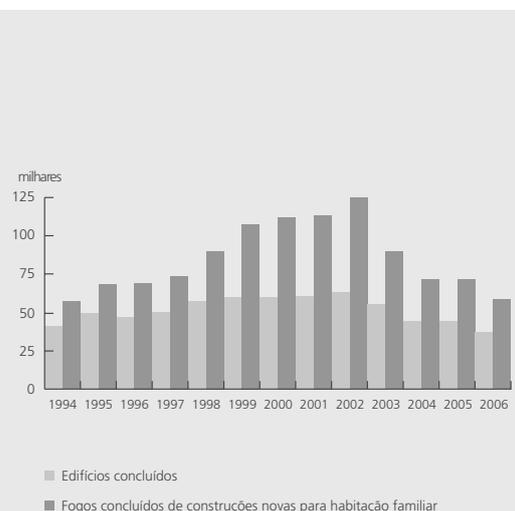
063 Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar, segundo a tipologia, em Portugal
 Fonte: *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, p 70. – www.ine.pt

Ano	Prazo de execução efectivo (duração média em meses)					
	Construção nova	Ampliação	Alteração	Reconstrução	Demolição	Total
2005	20	14	12	19	19	19
2006	19	13	9	17	14	18

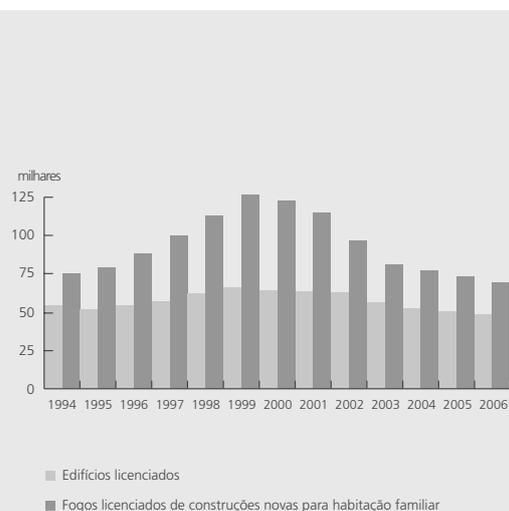
Ano	Prazo de execução efectivo (duração média em meses)		
	Moradia	Edifício de Apartamentos	Edifício principalmente não residencial
2005	21	22	12
2006	19	20	10

Ano	Prazo de execução efectivo (duração média em meses)						
	Um fogo	Dois fogos	De 3 a 10 fogos	De 11 a 20 fogos	De 21 a 30 fogos	Mais de 30 fogos	
2005	22	21	23	25	27	26	
2006	20	19	21	24	25	27	

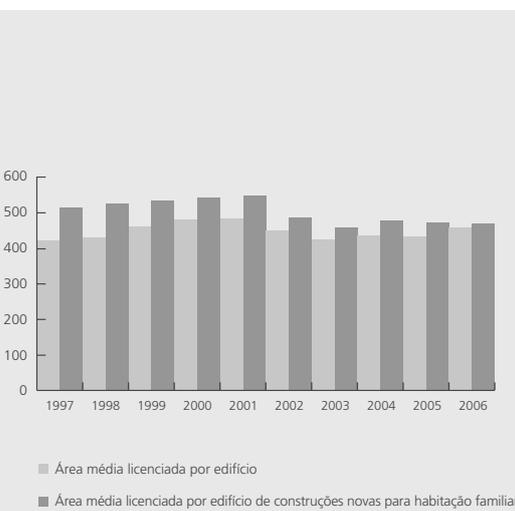
064 Prazo previsto de execução das obras licenciadas, por tipo de obra, em Portugal
 065 Prazo previsto de execução das obras licenciadas, por tipo de edifício, em Portugal
 066 Prazo previsto de execução das obras licenciadas, em construções novas para habitação familiar, por número de fogos do edifício, em Portugal
 Fonte: *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, pp 71, 72, 73. – www.ine.pt



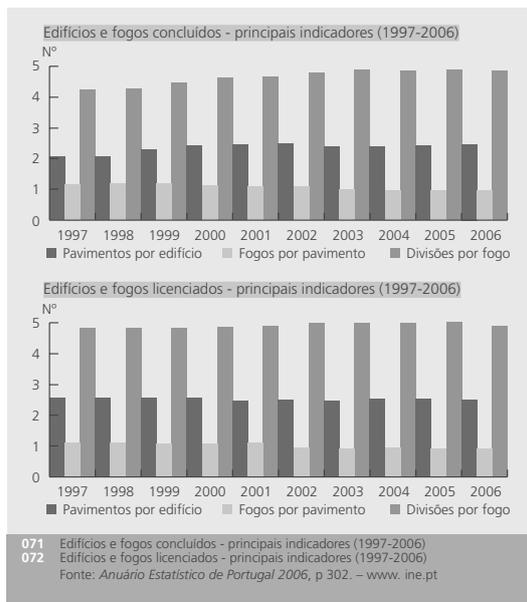
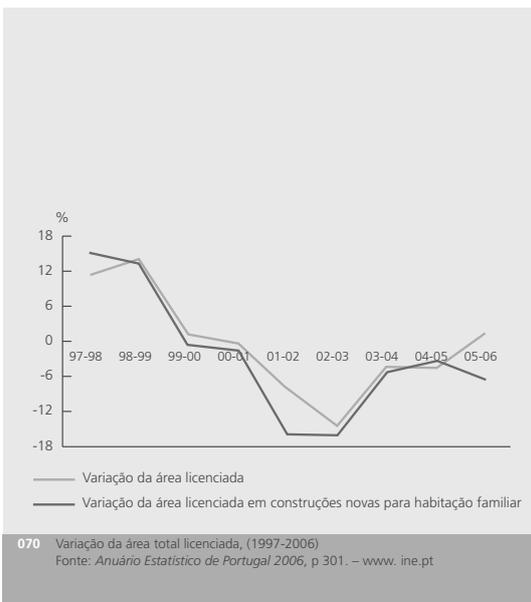
067 Número de edifícios e fogos concluídos 1994-2006 (milhares)
 Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal 2006*, p 300. – www.ine.pt



068 Número de edifícios e fogos licenciados 1994-2006 (milhares)
 Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal 2006*, p 300. – www.ine.pt



069 Áreas médias licenciadas por edifício (1997-2006)
 Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal 2006*, p 301. – www.ine.pt



073 Volume de negócios das actividades de arquitectura, engenharia e técnicas afins

Unidade: milhares de euros

Continente	2 195 055
Norte	347 545
Centro	477 138
Lisboa	1 294 994
Alentejo	29 100
Algarve	46 278

Fonte: *Anuário Estatístico da Região Centro 2005*, p 351. – www. ine.pt

074 Volume de negócios de algumas actividades de serviços prestados às empresas por NUTS II, 2005

Unidade: milhares de euros

	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Consultoria em arquitectura	62 290	20 911	11 272	25 324	2 392	2 391
Projectos de arquitectura	243 234	54 928	26 583	149 519	4 086	8 118
Serviços de urbanismo	20 375	6 905	667	11 275	892	636
Serviços de gestão de projectos	154 973	19 236	13 112	118 486	525	3 613
Pareceres técnicos e de consultoria	89 505	14 772	656	69 549	2 613	1 915
Arquitectura paisagística	9 404	884	-	6 937	1 407	176
Cartografia e pesquisas de superfície e subsolo	24 286	1 416	2 027	20 320	-	-
Outros serviços técnicos relacionados	443 413	53 350	14 399	369 159	2 433	4 071
Outros serviços	65 687	9 889	4 015	51 399	249	134

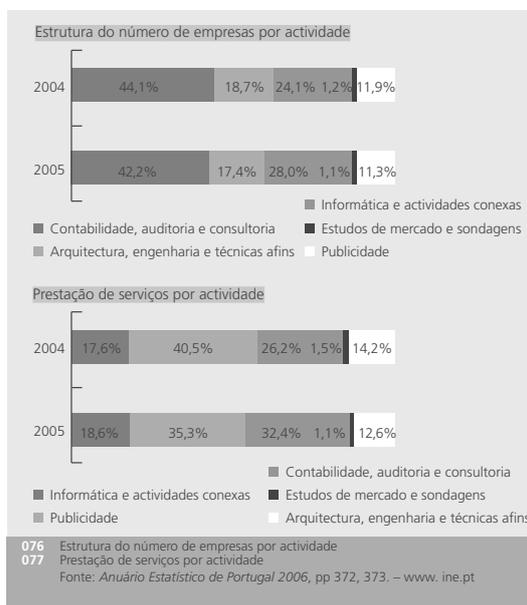
Fonte: *Anuário Estatístico da Região Centro 2005*, p 351. – www. ine.pt

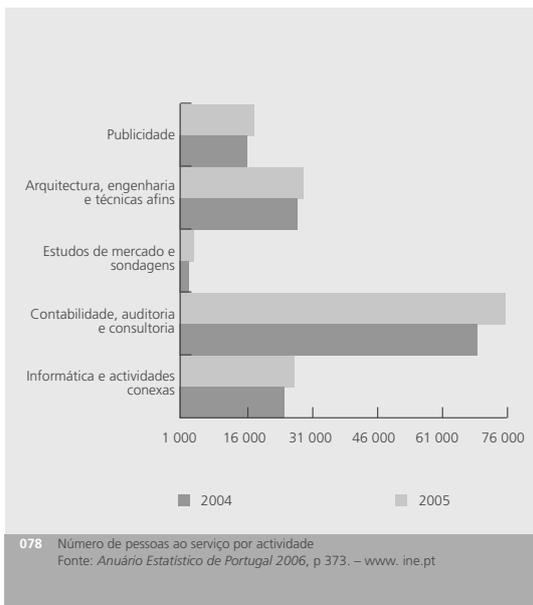
075 Número de pessoas ao serviço em algumas actividades de serviços prestados às empresas por NUTS II, segundo a actividade e o sexo, 2005

Fonte: *Anuário Estatístico da Região Centro 2005*, p 352. – www. ine.pt

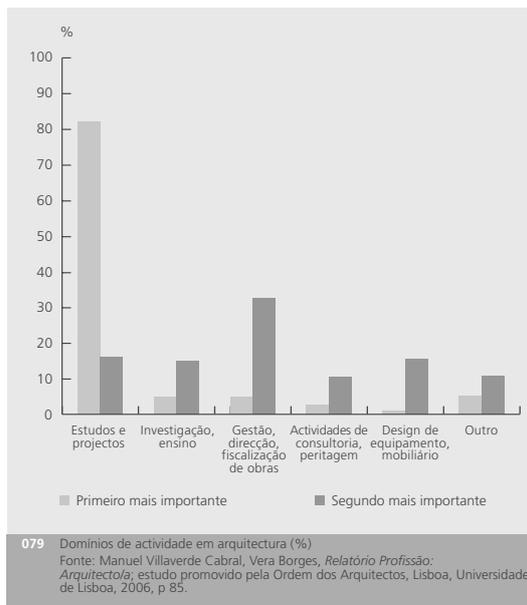
Actividades de arquitectura, engenharia e técnicas afins	HM			H			M		
Continente	28 922			20 045			8 877		
Norte	7 363			5 015			2 348		
Centro	3 136			2 164			972		
Lisboa	16 632			11 590			5 042		
Alentejo	840			628			212		
Algarve	951			648			303		

TOTAL (Nº de pessoas a prestar serviços)	HM			H			M		
Continente	169 759			95 634			74 125		
Norte	37 436			21 928			15 508		
Centro	19 214			11 652			7 562		
Lisboa	102 930			56 717			46 213		
Alentejo	5 079			2 739			2 340		
Algarve	5 100			2 598			2 502		

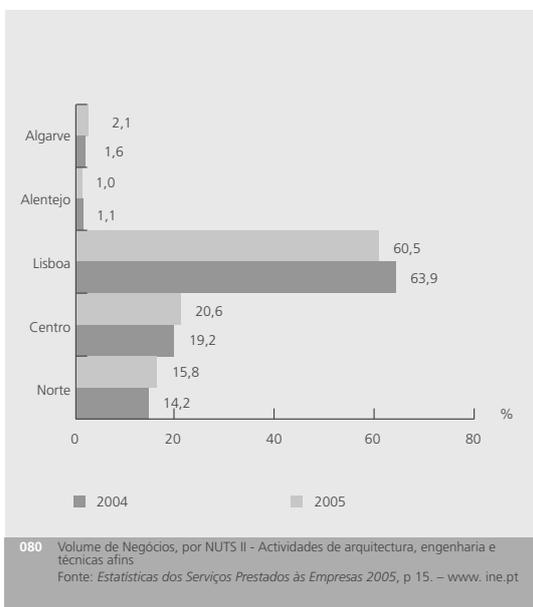




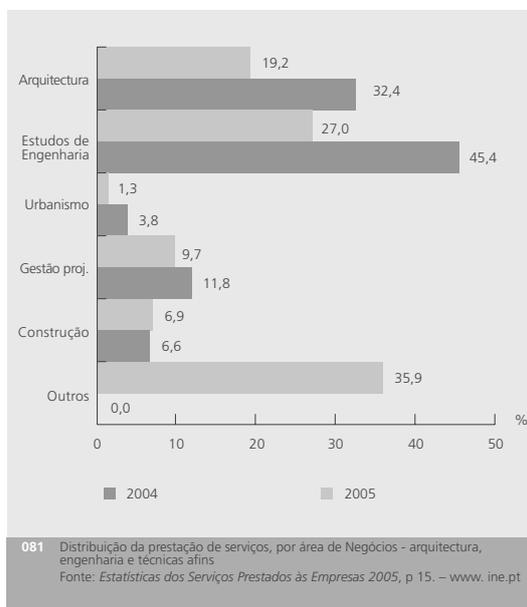
078 Número de pessoas ao serviço por actividade
Fonte: Anuário Estatístico de Portugal 2006, p 373. – www. ine.pt



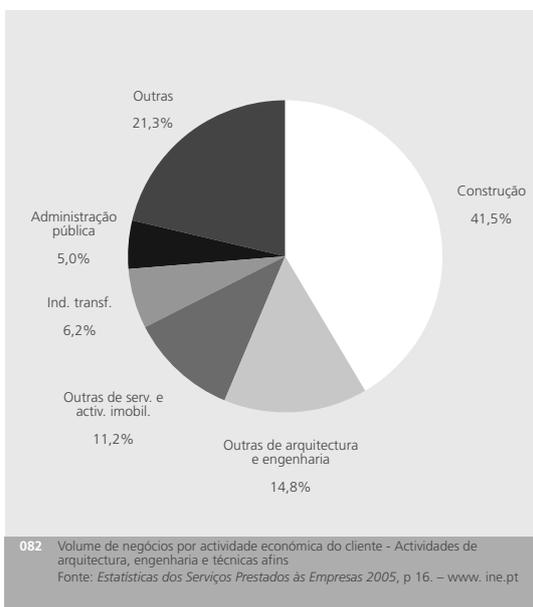
079 Domínios de actividade em arquitectura (%)
Fonte: Manuel Villaverde Cabral, Vera Borges, Relatório Profissão: Arquitecto/a, estudo promovido pela Ordem dos Arquitectos, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2006, p 85.



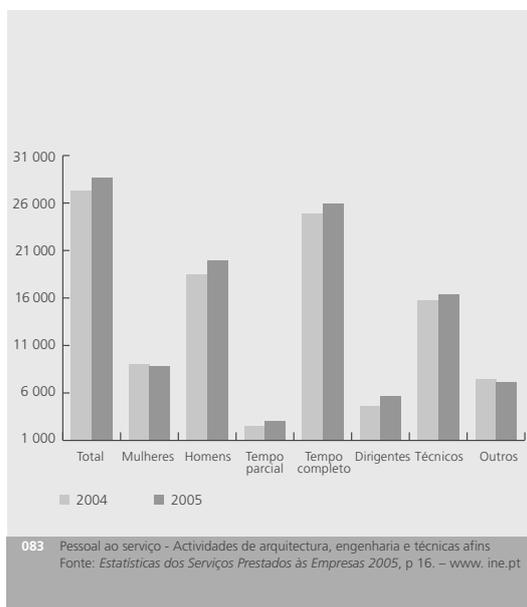
080 Volume de Negócios, por NUTS II - Actividades de arquitectura, engenharia e técnicas afins
Fonte: Estatísticas dos Serviços Prestados às Empresas 2005, p 15. – www. ine.pt



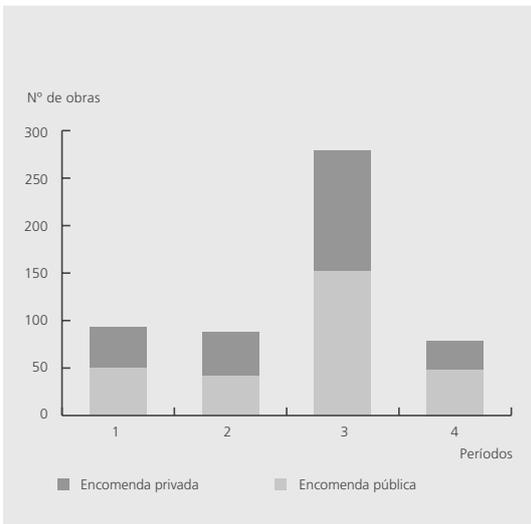
081 Distribuição da prestação de serviços, por área de Negócios - arquitectura, engenharia e técnicas afins
Fonte: Estatísticas dos Serviços Prestados às Empresas 2005, p 15. – www. ine.pt



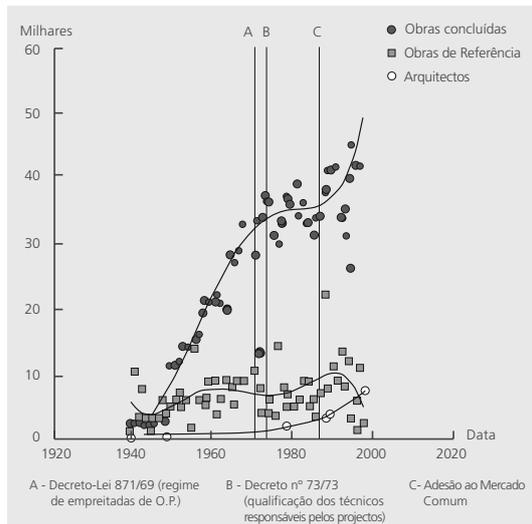
082 Volume de negócios por actividade económica do cliente - Actividades de arquitectura, engenharia e técnicas afins
Fonte: Estatísticas dos Serviços Prestados às Empresas 2005, p 16. – www. ine.pt



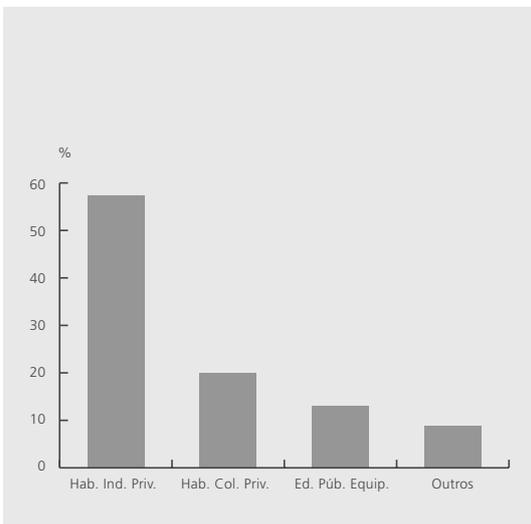
083 Pessoal ao serviço - Actividades de arquitectura, engenharia e técnicas afins
Fonte: Estatísticas dos Serviços Prestados às Empresas 2005, p 16. – www. ine.pt



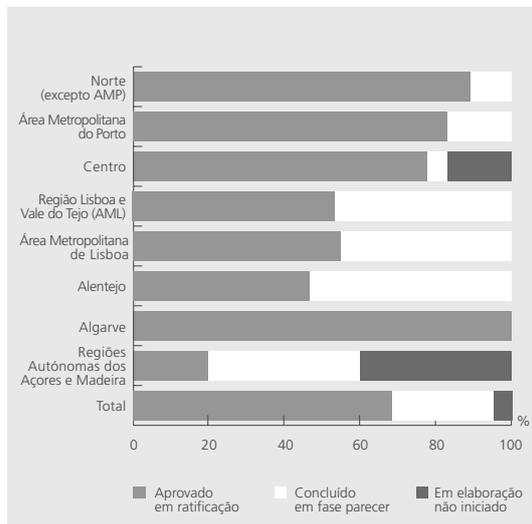
084 Distribuição da encomenda pública e privada para a periodização estabelecida
Fonte: Mário Krüger, "Obra edificada e produção arquitectónica de referência no final do século XX em Portugal": Nu, 20, p 17.



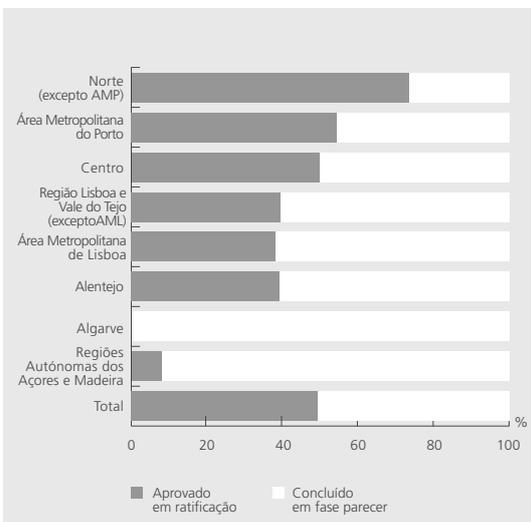
085 Distribuição da encomenda pública e privada para a periodização estabelecida
Fonte: Mário Krüger, "Obra edificada e produção arquitectónica de referência no final do século XX em Portugal": Nu, 20, p 18.



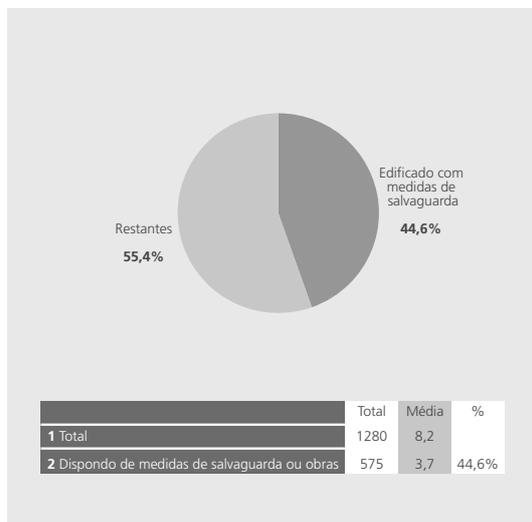
086 Tipo de projecto mais frequentemente elaborado por profissionais de arquitectura
Fonte: Mário Krüger, "Obra edificada e produção arquitectónica de referência no final do século XX em Portugal": Nu, 20, p 19.



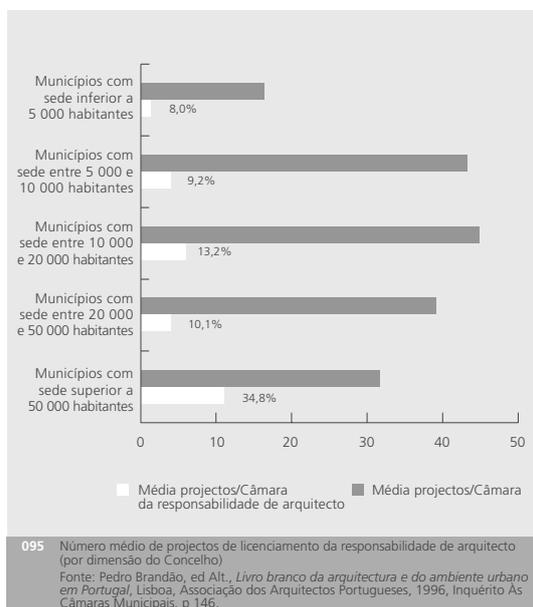
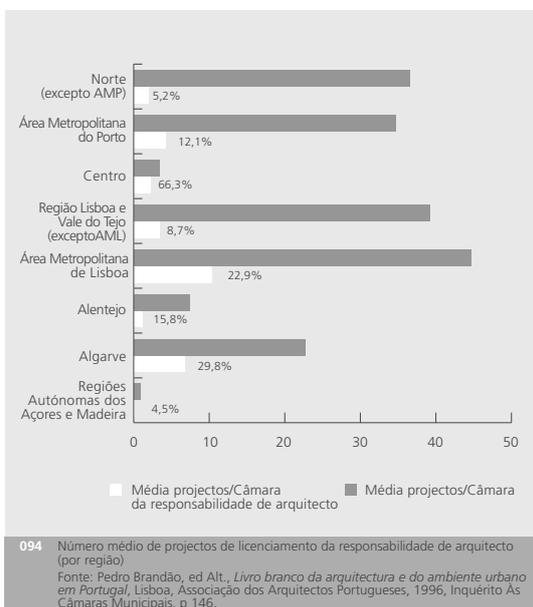
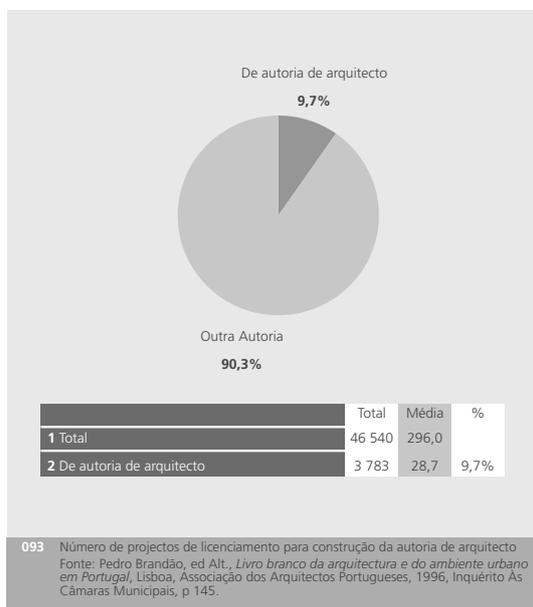
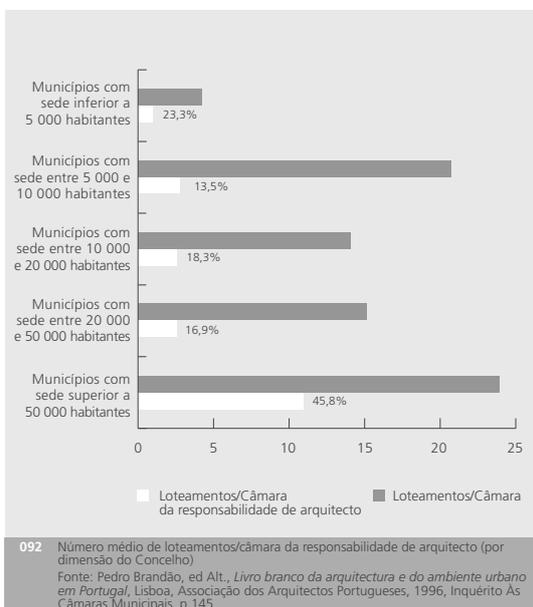
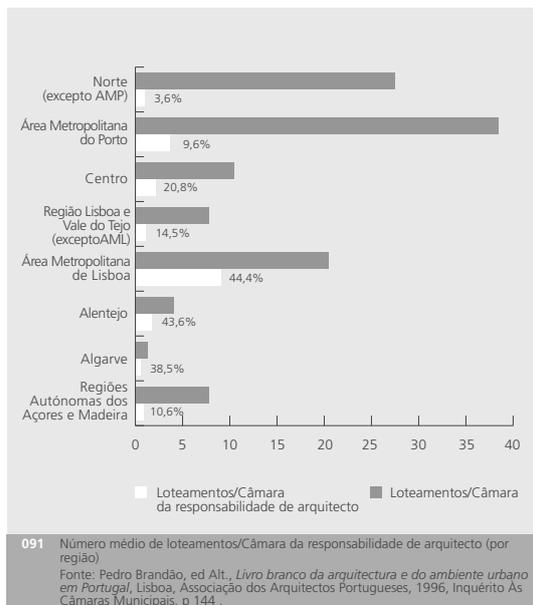
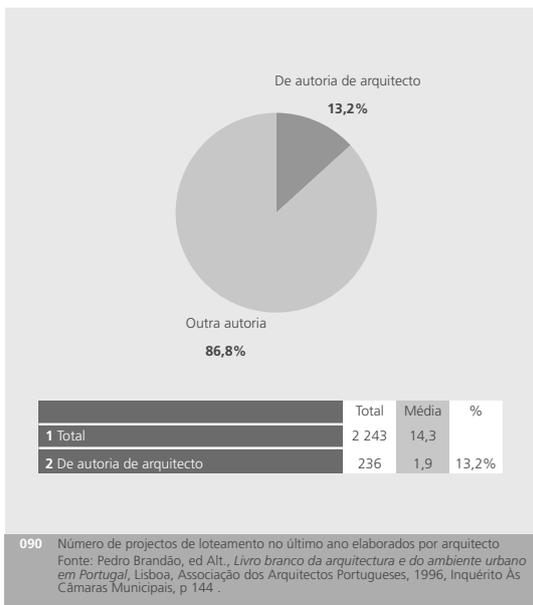
087 Situação do PDM nas autarquias
Fonte: Pedro Brandão, ed Alt., Livro branco da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1996, Inquérito As Câmaras Municipais, p 142.

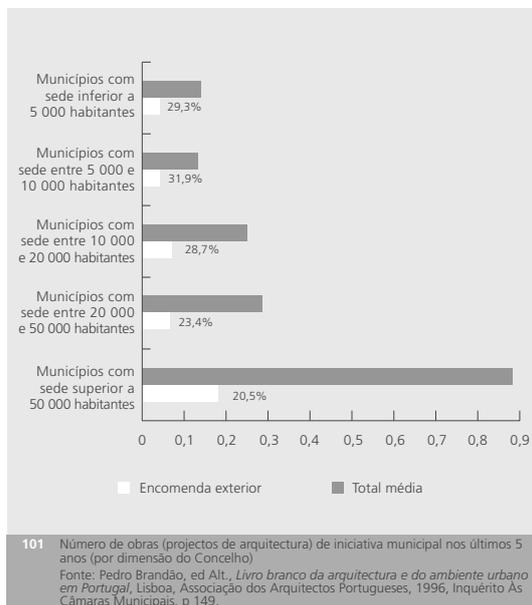
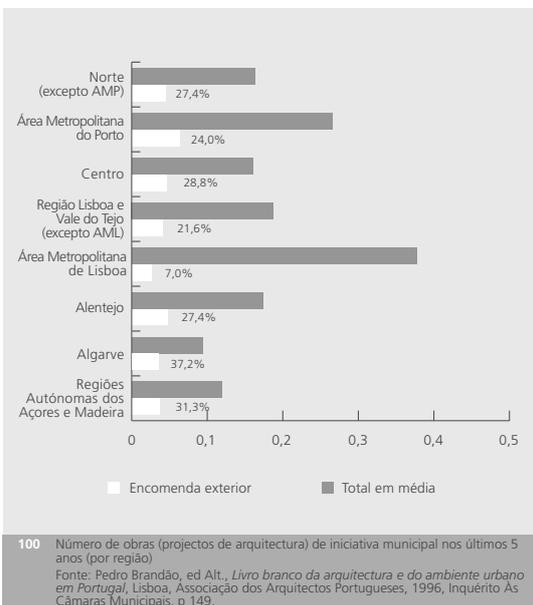
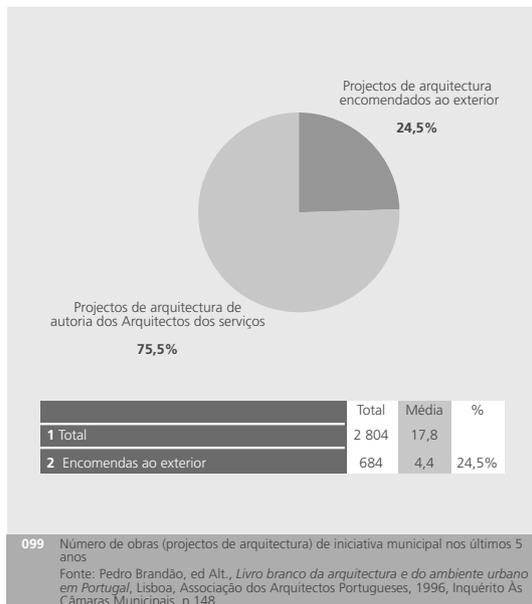
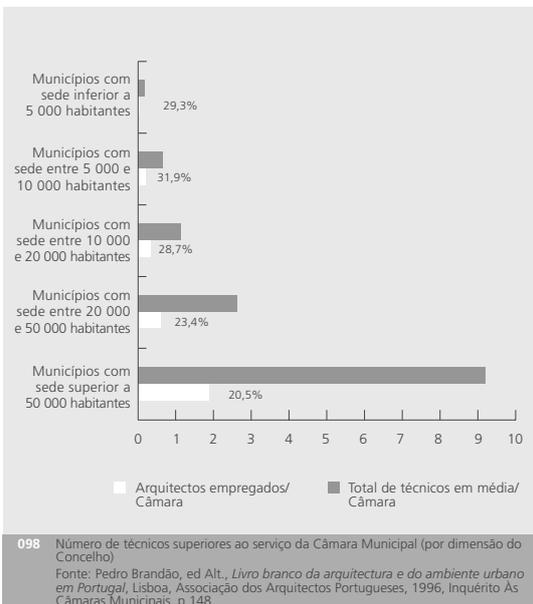
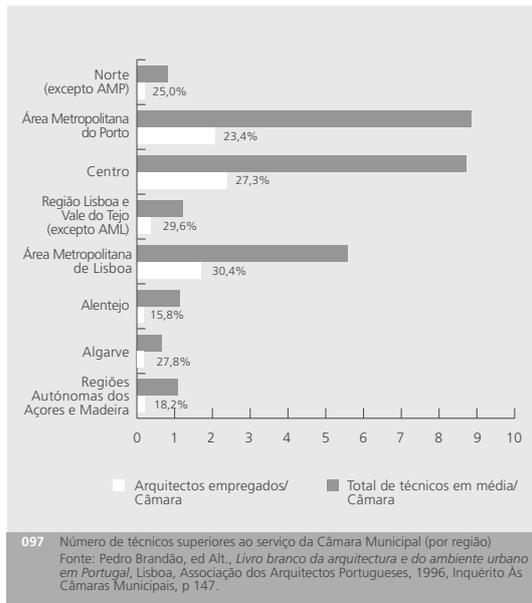
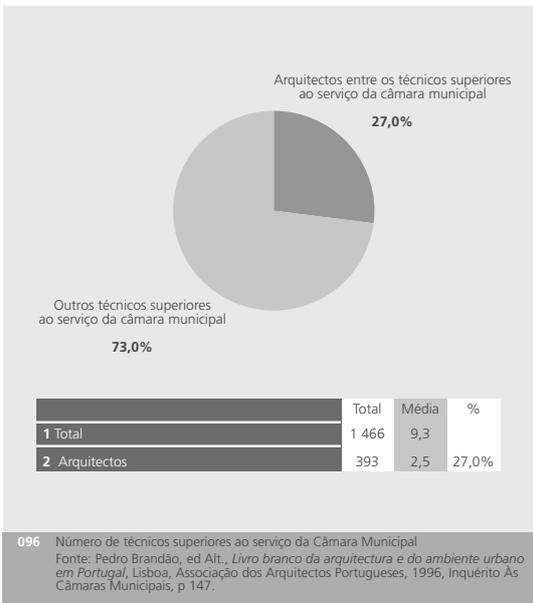


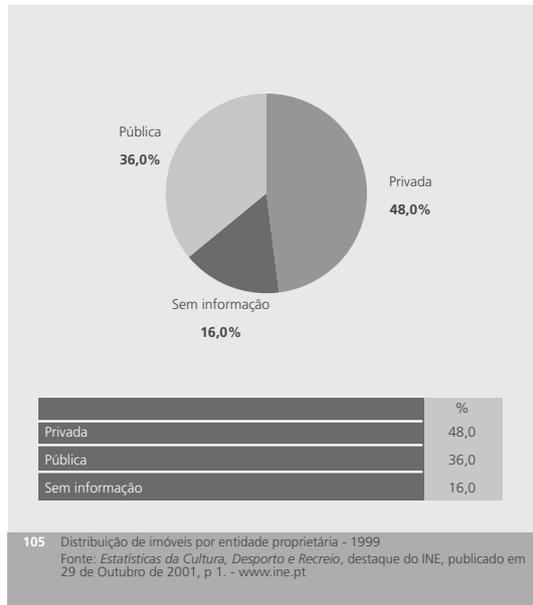
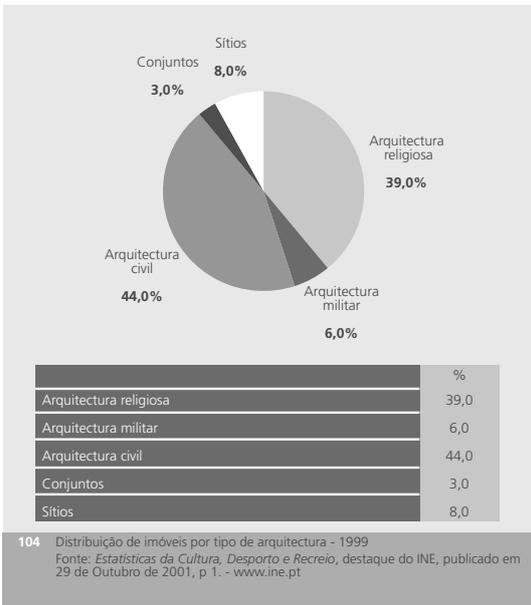
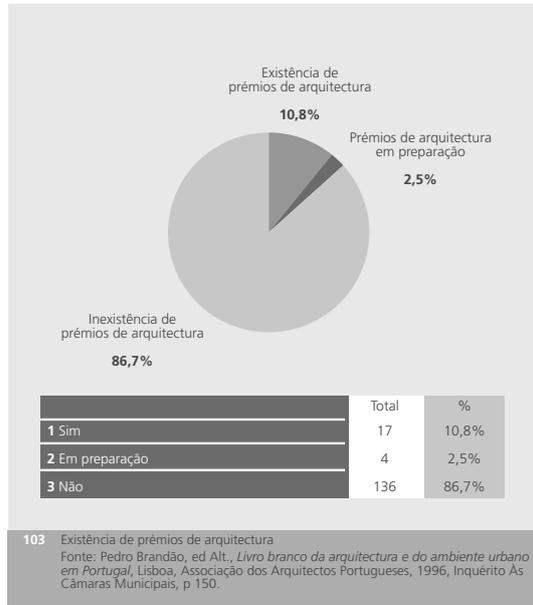
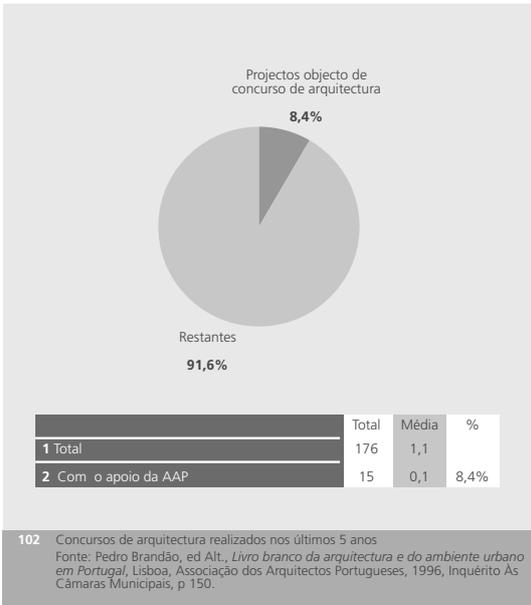
088 Número de planos de pormenor realizados nos últimos 5 anos
Fonte: Pedro Brandão, ed Alt., Livro branco da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1996, Inquérito As Câmaras Municipais, p 143.



089 Número de edifícios classificados
Fonte: Pedro Brandão, ed Alt., Livro branco da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1996, Inquérito As Câmaras Municipais, p 143.







3.1.3. ESTÃO HOJE CRIADAS MELHORES CONDIÇÕES PARA O DIÁLOGO DA ARQUITECTURA COM A SOCIEDADE?

A arquitectura dialoga melhor agora com a população do que antes? Como é que esta situação está a mudar? Estão ou não a convergir os dois pólos?

A necessidade de domínio dos mesmos códigos por todos como veículo de diálogo

Começamos por analisar se a relação entre a sociedade e a arquitectura tem evoluído para uma forma mais aberta, consciente e esclarecida. Para tal, debrucemo-nos primeiro sobre as formas de comunicar em arquitectura. A arquitectura recorre a determinadas formas de expressar os seus conceitos e pensamentos que são muito específicas e que exigem um determinado tipo de conhecimento para os decifrar.

Os códigos usados pela arquitectura, devem ser, portanto, comuns a todos, para técnicos e sociedade se compreenderem, empenharem e participarem mutuamente num projecto comum, cujo contributo deve passar por todos. As pessoas só participam em algo que percebam, que valorizem e que assumam que possa trazer mais-valias para o seu dia-a-dia. Assim, têm de apreender o que se pretende projectar para um dado espaço, de forma a darem o seu contributo, expressarem as suas necessidades e aspirações, assim como os comportamentos e formas de estar que se pretendem para esse mesmo espaço. Se maquetas e desenhos não são percebidos, as pessoas não conseguem descortinar o edifício antes de este estar efectivamente construído, o que impede a sua participação activa no processo.

A importância do diálogo

O diálogo com o cliente é, portanto, fundamental, de modo a fazê-lo sentir-se mais ligado à obra, explicá-la e dá-la a conhecer.

“Penso é que a cada momento é preciso encontrar as palavras certas... porque o exercício de arquitectura também passa por aí. As pessoas não compreendem desenhos e compreendem mal maquetas [...] Ora é preciso que quando o edifício estiver construído, as pessoas já o tenham compreendido [...] tenham ficado envolvidas por aquelas intenções de tal modo que adiram a elas, as compreendam e as defendam.”(1)

Uma das funções mais importantes para a actividade do arquitecto é, de facto, a capacidade de diálogo, nas suas múltiplas vertentes: o diálogo com a realidade e as coordenadas espacio-temporais nas quais vai projectar; o diálogo individual com o cliente e colectivo com toda a sua comunidade e o diálogo com todos os colaboradores – técnicos e sociedade - no projecto colectivo.

“Na sociedade em que vivemos é impensável projecto sem diálogo, sem conflito e encontro, sem dúvida e convicção, alternadamente em conquista da simultaneidade e da liberdade.[...]

A Arquitectura, arte colectiva, é inimiga da arrogância e da falta de ambição, do elogio da auto-castração, em nome da suposta limitação do Outro, da inversão da arrogância, das supostas razões sociais da mediocridade. O desejo colectivo manifesta-se em cada pedra e em cada poro e revelá-lo é a única forma de não ser elitista. A perseguição do sublime identifica-se com a função social do Arquitecto, porque o desejo do sublime não é invenção do Arquitecto.”(2)

O arquitecto deve, assim, dialogar com todos, deve-se investir da realidade que o rodeia e para a qual vai projectar.

“O projecto moderno da responsabilidade social e política do arquitecto parece irremediavelmente perdido... e, portanto, parece necessário recorrer a novas estratégias para compreender as formas possíveis de interactuar eficazmente com o quotidiano banal que nos rodeia. Se tal ‘metamorfose’ não ocorrer estaremos condenados a produzir ‘monumentos’ ou objectos desgarrados da realidade sócio-cultural à nossa volta... ou, mais simplesmente, estaremos condenados a perder o sentido enquanto profissão. E mesmo o papel pedagógico do projecto direccionado ao todo social – implícito na actividade do arquitecto tal como a entendo – tem que encontrar moldes de ‘funcionamento’ mais ‘eficazes’. E esta é, então, uma preocupação relativa à construção de um discurso – não só discurso disciplinar crítico, mas também uma capacidade de comunicar com todos os potenciais recipientes e destinatários da arquitectura, isto é, não só com os poderes instituídos, ou com os clientes de estatuto cultural elevado, mas também com todos os ‘outros’...”(3)

No seu livro *Geografias Vivas*, Gonçalo Byrne apresenta uma entrevista com Jorge Sampaio, então Presidente da República, na qual discutem o tópico da participação da sociedade na cidade. Referem o

facto da população dever querer participar no projecto urbano, para com ele se identificar e assim fazer parte da estratégia conjunta. Deste modo, concluem que lhes devem ser explicados os objectivos do plano e as pessoas, por seu lado, devem também trabalhar para os atingir. A opinião pública deve fazer parte do plano, logo, da arquitectura; assim como a arquitectura faz parte da sociedade e da vida de todos nós. Deste processo faz parte a vontade de integrar a pessoa na cidade e a cidade na pessoa, de lhe insinuar um sentido de pertença àquele espaço. Passando não só por responder às suas funções técnicas mas também emocionais, que, tal como as anteriores, também são funções vitais para o Homem, numa tentativa de humanizar a cidade e de a apresentar não como um palco, mas como um “organismo vivo”, “um contentor de vida” que a muda, influencia e complementa directamente.

“Não podemos ter cidades tão desumanizadas, como as que estamos a correr o risco de vir a ter, daquelas que não oferecem mais do que suporte funcional ao percurso fundamental na vida de uma pessoa.”(4)

Hoje há diálogo

Hoje há diálogo. Lemos facilmente artigos de opinião sobre temáticas ligadas à arquitectura por pessoas claramente interessadas no tema e não só por arquitectos. Os telejornais, os jornais generalistas, a rádio e a TV apresentam programas e artigos sobre arquitectura. A arquitectura já interessa à sociedade e esta já a discute. *Blogs* de arquitectura, como *A barriga de um arquitecto* são dos mais visitados.

“Os únicos “discursos” que têm obtido projecção para além do círculo restrito da academia ou do *métier* prendem-se directamente com a aparição dos novos meios de divulgação da arquitectura em Portugal.

Em espaços regulares de periódicos de referência como o *Público*, ou mesmo em novas revistas da especialidade, arquitectos de gerações mais jovens têm procurado desenvolver vozes próprias que procuram reflectir a emergência de novos valores e registar a produção cultural em torna da disciplina. Mesmo condicionados por critérios jornalísticos específicos, não deixam de contribuir aí para expandir a percepção da arquitectura a um público leigo alargado, de um modo que se poderá vir a revelar mais e mais fundamental.”(5)

Esta manifesta vontade da arquitectura de se dar a conhecer é fundamental para uma actividade crucial para a sociedade, que dá resposta a necessidades básicas das pessoas, que se relaciona directamente com as suas vontades e aspirações e que é plenamente agarrada à realidade e, não obstante, é, por vezes, subestimada, desconhecida ou considerada como um luxo. Assim, o seu mediatismo permite dar-se a conhecer, criar pontes e tentar relações de compromisso.

“Outra hipótese, menos espectacular, pode tentar a mediação, a tradução, a explicação: o que não significa conformar-se, renunciar, “popularunchar-se”.

Pode (deve!) manter a *exigência*, a subversão dos instituídos, pode e deve ser iconoclasta ou radical, ir à luta com raiva, paixão, riso e ironia, apostando no alargar do *conhecimento*, sem temer a “divulgação”, sem temer as “pontes” entre arquitectos e público. Tornar perceptíveis (acessíveis), expondo-os, os principais argumentos e as contradições, testar à vista a coerência dos projectos, revelando porque a impressionam, comovem, agradam.

Ensinar outros modos de olhar. Distribuir o prazer de olhar por muitos mais, aproximar o maior número possível da possibilidade da emoção.”(6)

Por vezes, tenta-se construir essas pontes através de técnicas não tão sólidas e que acabam por se desmoronar enquanto solução de compromisso.

“[...] incorporando nos códigos que seriam exclusivos dos arquitectos, valores que serviriam de intermediários com o grande público. São sintomas disso, o retomar o ornamento, o uso de alguns signos históricos e kitsch que fossem facilmente reconhecidos e facilitassem a adesão popular. Estes gestos podem ter trazido alguns resultados mas não são, mais uma vez, a solução definitiva para forjar uma arquitectura “para todos”. E isto porque não haverá nunca uma arquitectura para todos.”(7)

É importante para a arquitectura fazer-se compreender, promover o envolvimento da sociedade, explicar-se, sempre com um valor formativo e com um carácter aberto e pedagógico.

A arquitectura insinua certos valores na realidade, modos de ver e viver no espaço. Enquanto projecto formal, cultural, social e ambiental, a arquitectura reveste-se de valores da sociedade em que se insere e, reflexivamente, a sociedade apreende novos valores que a arquitectura veicula pelo espaço que produz e pelas novas vivências que têm lugar nesse espaço. Ter a noção desta relação é crucial e gradualmente reveste-se de maior importância.

O diálogo proporcionado pelo mediatismo e pela imagem

O diálogo é feito através de veículos que permitem que a arquitectura chegue às pessoas. O imaginário do cliente é balizado pelas imagens que lhe são mostradas do que é a arquitectura hoje, criando pressupostos e modelos, especialmente na habitação. As pessoas retiram rasgos visuais, meras formas das imagens que lhes são apresentadas nas publicações, não se inteirando, muitas vezes, do conceito, da justificação e das necessidades por detrás delas.

Na sociedade da imagem em que vivemos hoje, são enaltecidos certos valores em detrimento de outros e é através do poder da imagem que a arquitectura pretende seduzir o seu público.

Segundo Gonçalo Byrne, numa conferência proferida na Universidade de Aveiro em 16 de Abril deste ano: "A cultura do consumo entronizou a visualidade". Ou seja, a publicidade reduziu os conteúdos à mera visualidade e a imagem não transmite a espacialidade criada pela arquitectura. Desde logo, a fotografia é uma imagem estática, enquadrada, bidimensional, em que o fotógrafo envia uma mensagem visual trabalhada por ele, assumindo-se como uma arte e uma visão particular.

Ainda citando a mesma fonte: "viver não é ver imagens" e este domínio da imagem empobrece a realidade e não a transmite de forma plena. A visualidade é, de facto, o sentido dominante da arquitectura, mas na fotografia a vida escapa, escapa-lhe o que constitui o sistema que relaciona o espaço com a vida e que com ela interage.

Deste modo, a obra chega apenas às pessoas através das suas imagens - momentâneas e localizadas - que são absorvidas como meros rasgos visuais, presas na imagética das pessoas. A arquitectura adquire, portanto, uma vertente artística, criativa e inovadora mais acentuada, em detrimento do seu conceito global, da sua materialização, da qualidade espacial do todo ou mesmo da sua funcionalidade.

Assim, corre o risco de passar uma imagem enviesada e muito estreita da obra. A arquitectura nunca pode ser uma moda, um capricho ou uma vontade de imagem e não pode descurar os seus valores por força do mercado, do público ou do poder dos *media*. A arquitectura é real e criada para ser construída, muito para além da imagem que dela temos. A arquitectura vive da vida por ela proporcionada.

"Há muita arquitectura feita por arquitectos que é má arquitectura, que é toda ela errada. A arquitectura continua, desde sempre, a ter uma série de valores: a adequação ao sítio, o decoro, a justa medida da resposta. O que eu vejo são objectos bem compostos, que têm uma imagem plástica forte mas que espacialmente estão errados, mal orientados, a paisagem está para um sítio e viram-se ao contrário. A imagem que a opinião pública tem da arquitectura é a destes objectos, as caixas, mais vidro, menos vidro, mais branco, menos branco. Há arquitectos que serenamente vão fazendo a sua obra, onde não vejo grandes ansiedades em relação à pressão das modas. O problema é a velocidade, e o consumo da própria imagem. Esta questão da imagem é cada vez mais um tema em si, e os arquitectos andam a estudá-la. Há quem faça investigações académicas, para doutoramento, para mestrado, tendo por tema nuclear a imagem. A arquitectura tinha essa coisa que era ser experimentada no sítio, espacialmente, no tempo; hoje em dia consome-se a arquitectura numa imagem de revista; mas ainda há quem tenha a militância de ir a esta ou àquela obra, mas, de um modo geral, ficamos pela figuração. Falta informação desenhada, também."(8)

O *star system* e o mundo das estrelas, o *status* e o prestígio como veículos de mediatização da arquitectura

Para além do poder de sedução da imagem e das pressões diversas a que a arquitectura se sujeita dentro desta sociedade em que nos inserimos, encontramos outras patologias originadas pela sua mediatização. Uma delas, apontada por Nuno Portas, é o reconhecimento do autor em detrimento da obra. O *star system*, em última instância, também é motivado pelo mediatismo exacerbado de certos arquitectos-estrelas, cujo reconhecimento é incontestável e que cuja participação em eventos ou projectos acarreta em si sempre mediatismo e interesse público.

"[...]a mediatização é hoje uma condição de fazer arquitectura. Eu próprio procurei sempre que a arquitectura fosse mediatizada, escrevendo nos jornais, fazendo palestras e aparecendo na televisão. Não acho que a arquitectura seja para se guardar em casa, o que me preocupa é que sejam mais falados os arquitectos do que sentidas e discutidas as obras que eles fazem."(9)

Uma outra vertente, mais recente, da arquitectura é o *status* e o prestígio, seja social, económico ou cultural, que acarreta. Exactamente porque se dirige a um ínfimo sector da população, carrega uma conotação elitista, a noção de que apenas a elite a compreende ou a pode procurar.

O ainda incipiente conhecimento da arquitectura

Assim sendo, apesar da sua maior mediatização e do crescente interesse e envolvimento da sociedade, o conhecimento da arquitectura ainda é, por vezes, incipiente.

Muitas das vezes a arquitectura não é conhecida ou compreendida pelas pessoas, que desconhecem qual o seu raio de acção e objectivos primordiais, o seu papel, o seu leque de modalidades de exercício profissional, o seu modo de comunicação e o facto de o seu público-alvo sermos todos nós.

Esta situação pode ser originada por um amplo leque de motivos: pela ainda insuficiente divulgação das revistas da especialidade, livros e programas específicos de TV e rádio; pelos elevados preços destas publicações que não se coadunam com as bolsas da maioria; por falta de conhecimento do que a arquitectura pode fazer pela sociedade, pela qualidade que pode conferir à vida das pessoas e pelo bem-estar que pode proporcionar; pela noção de que o arquitecto é um profissional dispensável que confere uma vertente “artística” à edificação e um respectivo custo acrescentado e pelo conceito de que a arquitectura apenas deve fazer face a edifícios públicos e habitações privadas de uma certa elite e ser conotada um luxo.

Mas essa situação está gradualmente a ser superada.

Formas de mediatização

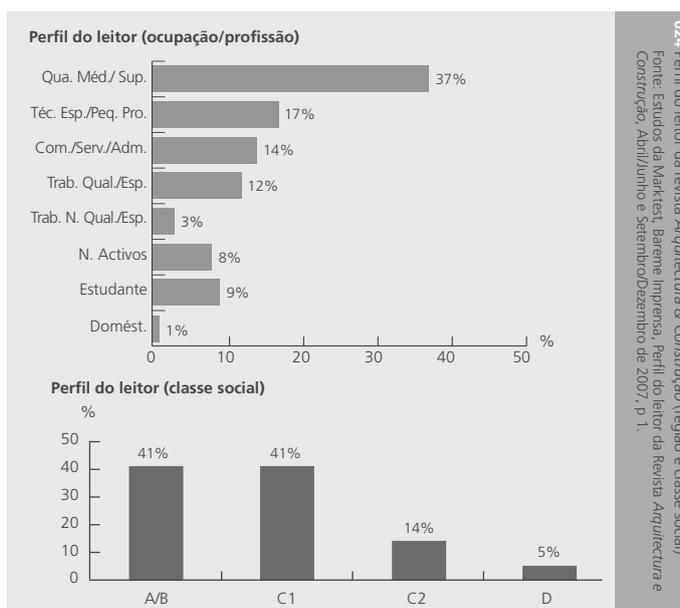
É incontestável que a arquitectura é mais divulgada actualmente. Os meios de divulgação são cada vez mais e têm um público cada vez maior. A arquitectura é considerada uma área cujo conhecimento comprova um maior grau de cultura, actualidade e até *status* da pessoa que o demonstra.

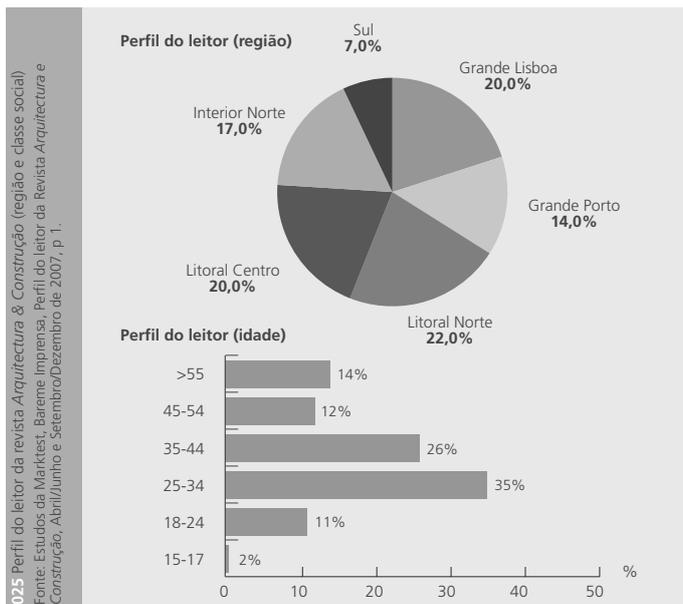
Hoje em dia existem cada vez mais revistas que versam sobre este tema, sejam elas dirigidas exclusivamente a arquitectos, profissionais desta área, pessoas com interesses artísticos ou o público em geral. Para tal, existem revistas com tiragens menores cujo público é mais selecto e revistas mais abrangentes, que acompanham jornais mais generalistas, cuja tiragem é igual à do jornal e, funcionando como suplemento, tocam uma área das muitas sobre as quais o jornal se debruça.

O problema de muitas dessas revistas é justamente o modo como mostram a arquitectura, já não se remetem para os desenhos arquitectónicos, as representações do projecto desenhadas por arquitectos, mas divulgam a arquitectura através da imagem.

A facilidade de acesso à informação é grande, mas há que fazer uma triagem - o excesso de informação pode conduzir à inibição da capacidade de escolher a informação correcta, pela informação que nos é veiculada.

Contudo, não é um género de publicação muito acessível ao público em geral, uma vez que os preços não são atraentes para alguém não sensibilizado para esta área. Esta situação é claramente demonstrada em gráfico em anexo.





Ilustrando bem que o público deste tipo de publicações pertence a uma classe social mais elevada, são quadros médios ou superiores e, como tal, para além de terem mais poder de compra, o seu grau de cultura é, em princípio superior, demonstrando uma maior sensibilidade para o assunto e preocupação com a sua actualização frequentemente. Os seus leitores são sobretudo pessoas entre os 25 e 34, ou entre os 35 e 44 anos, que residem na Grande Lisboa ou no Litoral.(10)

Ainda de acordo com um outro estudo da Marktest de Janeiro de 2007, as revistas sobre decoração e arquitectura têm um interesse que varia entre os 6,9 e os

7,8%, apesar de ter vindo a decrescer entre 2005 e 2006, sendo 6,9% o valor mais recente apresentado pelo estudo.

Este valor é superior ao das publicações sobre o ambiente e ciência, classificados, culinária, economia e negócios, cultura e espectáculo e tecnologias de informação. Os jornais desportivos apresentam, no entanto, um valor de audiências avassalador que varia entre os 23,5 e 27%: assim como as revistas femininas e de moda com uma percentagem entre os 16,1 e os 18,4%. Mesmo as revista de lazer, saúde e educação, televisão e jogos, viagens e turismo e sobretudo as revistas de sociedade, apresentam uma percentagem superior. Esta situação demonstra os interesses da sociedade de hoje e a posição que a arquitectura apresenta neste quadro: muito atrás de assuntos como sociedade, televisão e desporto, mas na dianteira de muitas outras áreas.

De forma a complementar esta análise e demonstrar de forma mais fidedigna esta temática, foi também realizada pela autora, uma pesquisa, que se apresenta em anexo, sobre as publicações de arquitectura em Portugal, sua periodicidade, tiragem, preço, data de lançamento, idioma em que são publicadas e outras informações adicionais.

Conclui-se que as revistas podem ser mensais, bimensais ou trimestrais, ou nem sequer terem uma periodicidade certa.

A publicação com maior tiragem – 70 000 exemplares – é a revista *Cubo* que é distribuída com o semanário *Sol* mensalmente, tal como a *Linha* que foi distribuída com o semanário *Expresso*. As restantes têm tiragens muito variadas, desde a *NU* com menos de 1 000 exemplares, passando pelo *JA*, até à *Arq/a* cuja tiragem diminuiu de 15 000 para 10 000 exemplares quando reduziu a sua periodicidade, a *Arquitectura Ibérica* com 15 000 exemplares, a *Arquitectura e Vida* com 17 000 e a *Arquitectura & Construção* com uma tiragem superior.

Concretamente, o preço destas revistas varia entre os 3 e os 20 euros, o que acaba por não ser acessível a muitos, que optam por revistas sobre outros temas cujo interesse para eles justifique um valor similar, ou por outras publicações menos dispendiosas. As revistas especialistas mensais de maior tiragem custam entre 3 euros e 5 euros. A *Arquitectura Ibérica*, por exemplo, sendo uma revista bimestral pode custar 19,95 euros.

Relativamente à data de lançamento, o *JA*, lançado em 1981, é uma das publicações mais antigas de

arquitectura ainda em vigor, seguindo-se a *Architècti* de 1989 e as restantes já datam da década de 90. As publicações lançadas mais recentemente foram a *Darco Magazine* em 2008, a *Cubo* em 2007 e a *Mais Arquitectura* em 2006. A *Cubo*, como uma das publicações mais recentes, incluídas num jornal generalista, demonstra o interesse crescente que esta área está a congregar entre o público.

Este facto demonstra que há, realmente, uma motivação renovada para a compra de publicações de arquitectura e que o público-alvo é cada vez mais numeroso. Apesar de algumas revistas terem uma periodicidade incerta e de outras, tal como a *Prototipo*, terem acabado, este interesse leva a um gradual mas efectivo reconhecimento desta área para a sociedade, que se começa (ou continua) a querer cultivar nesta área, a procurar saber as novidades e as formas de as apreciar.

Existem ainda muitas outras formas de promover o diálogo, entre a arquitectura e a sociedade. Citamos como exemplo os mais imediatos: as exposições de arquitectura, sejam elas individuais ou colectivas, os prémios e os concursos como laboratórios de ideias que promovem a arquitectura e a classe profissional, as conferências e colóquios e a própria mobilização e promoção das escolas de arquitectura. O afluxo dos fundos comunitários permitiu uma maior disponibilidade para a edificação de certas obras públicas e as autarquias e empresas viram na arquitectura uma forma de mostrar o seu poder económico e institucional e criar uma imagem identificável. Por todos estes factores a arquitectura foi vindo o seu valor ser reconhecido, a sua necessidade confirmada e o seu protagonismo assumido.

O mediatismo

Hoje é evidente o reconhecimento crescente que a arquitectura tem para a sociedade portuguesa, seja pelo reconhecimento dos feitos dos seus arquitectos no estrangeiro, pela valorização da crítica às suas obras e pela sensibilização gradual das pessoas para a necessidade de qualidade no seu espaço, a arquitectura tem ganho um mediatismo cada vez mais proeminente.

“A partir de meados da década de 80, o significado e papel da arquitectura na sociedade altera-se, deixando de ser uma mera actividade profissional para se tornar uma actividade especifica inserida nos processos de transformação e produção da realidade construída, e um corpo de ideias e pensamento disciplinar. Neste dupla problemática, é possível discernir algumas constantes que, com origem na situação de inevitável abertura sucedida após os anos de 1974-1975, foram evidenciando um desejo crescente: a afirmação da arquitectura enquanto instituição na sociedade.”(11)

Esta mudança justifica-se pela disseminação de arquitectos jovens pelo país, da encomenda e do tipo de programa da encomenda, o que conduziu a um esforço de implementação social da arquitectura.

Manuel Graça Dias afirma que a arquitectura sempre foi importante para o País, o seu reconhecimento actual deve-se a um maior mediatismo que lhe foi sendo conferido.

“Eu acho que a arquitectura sempre foi em Portugal uma actividade muito importante. O que se passa é que se conseguiu um espaço um bocado maior para a reflexão, crítica e debate da arquitectura.[...] é a forma de cultura que ultimamente tem sido mais referenciada, à qual os media têm dado mais atenção.”(12)

Enquanto Paulo Varela Gomes afirma, por seu lado, que antes da década de 80 a arquitectura portuguesa não se fazia notar, não se registando memória do anterior, o que facilita, portanto, a construção de uma identidade nova, sem preconceitos pelo passado e sem raízes muito profundas. Porque, anteriormente, tal como refere, a falta de uma inventariação cabal das obras de arquitectura levou a um desconhecimento geral e a um fácil esquecimento do passado, e assim, “aparece tudo subitamente novo”, produzindo arquitectura sem complexos.

“E a partir de 78 parece que o mundo começou de novo. Não havia nada antes.[...] De repente Portugal aparece, na cultura popular erudita, arquitectónica como outras, emergindo do caos, puro e branco, ano zero. Começa tudo de novo.”(13)

No entanto, e apesar das posições diferentes em relação ao passado da arquitectura e à sua memória para o presente, ambos estão de acordo, que a arquitectura portuguesa hoje é o resultado de uma mudança, de uma nova sensibilidade e de um maior protagonismo.

“A arquitectura portuguesa encontra-se neste final de século numa situação de relativo estado de graça. Os arquitectos

de maior prestígio têm visto crescer as solicitações, e várias obras de prestígio têm-lhes sido atribuídas.”(14)

O papel da arquitectura erudita gerou prestígio e mediatismo e, conseqüentemente, levou à transformação do modo como é vista.

Ana Tostões justifica este protagonismo com o reconhecimento internacional de que a arquitectura portuguesa tem sido alvo. Segundo a autora, esta aceitação deve-se ao facto de se encarar agora a nossa arquitectura como muito própria e autêntica. Acrescenta ainda que essa situação foi originada não por alterações na nossa identidade mas sim no próprio padrão de referência que se passou a debruçar em vertentes menos habituais. Concomitantemente, cresce o facto da ampla rede de informação de hoje permitir um fluxo mais profuso do conhecimento, a integração de circuitos paralelos e da aproximação entre o centro cultural e as suas periferias.

“Depois de uma longa travessia do deserto, a arquitectura portuguesa tem sido objecto de alguma atenção e divulgação internacional nos últimos anos.[...] Sucodem-se números monográficos das mais prestigiadas revistas, exposições, prémios internacionais, concursos, com destaque para a dimensão das “peregrinações” às obras de Álvaro Siza, o incontornável arquitecto português cuja obra é mais atentamente seguida pelos circuitos internacionais e que inteligentemente, isto é, sem perder a sua genuinidade, permitiu a consumação de uma singular internacionalização, arrastando consigo o nome de Portugal e suscitando o interesse por outros autores contemporâneos.”(15)

De facto, o prestígio internacional conseguiu captar os novos e referenciados olhares para a nossa arquitectura e promover a sua gradual afirmação.

“O salto quantitativo do número de arquitectos, escolas e estudantes no ensino da Arquitectura relaciona-se, por um lado, com os efeitos do reconhecimento cultural e artístico no ambiente internacional da obra de Álvaro Siza e, por outro, pela crescente afirmação da arquitectura já não apenas como prática técnica e artística responsável pela formalização do espaço colectivo, mas sobretudo como um estatuto objectivado, no mundo da moda e do virtual.”(16)

Perante tal reconhecimento, a população começa a ficar desperta para a necessidade de uma maior informação sobre a área e, como tal, cresce gradualmente a sensibilização das pessoas para o valor da arquitectura e para a forma que esta possui de qualificar o espaço e a vida da sociedade.

Pedro Gadanho, em entrevista, afirma que, perante a atenção que a arquitectura suscita hoje na sociedade, o arquitecto deve sensibilizar as pessoas para a necessidade da arquitectura enquanto qualificação do espaço, suas vertentes técnica e estética e sua capacidade de tocar as pessoas e qualificar o seu dia-a-dia.

“Neste momento, com a mediatização e o estatuto atingidos pela arquitectura no meio português, dir-se-ia que estamos em condições para arrancar com um projecto de tal natureza. É preciso saber agarrar o momento. A fase seguinte ao acolhimento favorável que, neste momento, a arquitectura vive em Portugal é o da exigência do todo social perante um corpo de profissionais – o caso dos Aliados já é um exemplo. Quando esse momento crítico estiver em pleno, se os arquitectos não se souberam ainda ‘re-posicionar’ e não construíram ainda um discurso sólido, a profissão corre o risco de soçobrar entre os extremos da função decorativa e da mera resposta técnica...”(17)

Perante todo este crescente mediatismo da arquitectura, coloca-se a questão: será que a população já sabe o que a arquitectura representa, o seu papel, o seu raio de acção e a sua pertinência?

Com efeito, existe a necessidade de uma arquitectura sólida e não de linguagens, mas estrutural. Uma arquitectura de todos e para todos, um projecto global em que todos participem, e não uma arquitectura de monumentos ou ícones, uma moda, um conjunto de imagens soltas ou um estrelato mediático.

O ecletismo da arquitectura portuguesa e a falta de solidez na implementação implicam a criação de uma plataforma de acordo entre todos os intervenientes para assegurar a qualidade do ambiente e da construção em Portugal.

O diálogo é fulcral para ultrapassar esta situação e é uma das competências sociais da arquitectura promover uma relação entre esta e a sociedade, entre a cultura e a sensibilização das pessoas para a forma como essa cultura confere qualidade ao espaço. O diálogo permite a concertação de interesses, a participação activa de todos os intervenientes no processo, uma resposta mais cabal às necessidades,

uma maior sensibilização das pessoas para a procura e a exigência de qualidade, a definição de novos padrões de qualidade e de exigência na construção e, acima de tudo, uma maior relação com Homem – o tema central da arquitectura.

Hoje há diálogo e a população mobiliza-se cada vez mais, a arquitectura começa a ser um tema de interesse público e a sociedade começa a compreender a sua efectiva necessidade para a qualidade da sua vida.

Estão criadas as condições para que esse diálogo prospere, uma vez que os meios mediáticos manifestam um interesse cada vez maior por esta área e a divulgam. Cabe agora à arquitectura e ao público filtrar a informação veiculada pelos *media*, insinuar os conceitos e as temáticas que a movem e mostrar à sociedade as suas preocupações mais prementes.

Notas:

- (1) Manuel Graças Dias, *Unidade 1*, Porto, dd!AEFAUP, Julho, 1988, p 55.
- (2) Álvaro Siza Vieira, *Jornadas Pedagógicas*, AEFAUP, Porto, Novembro, 1995.
- (3) Pedro Gadanho, Entrevista dada por Pedro Gadanho no site <http://tgv-faup.blogspot.com/2005/11/metamorph-metaflux.html>, consultado em Outubro de 2007.
- (4) Jorge Sampaio, em entrevista com Gonçalo Byrne: Gonçalo Byrne, *Geografias Vivas*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos /Conselho Directivo Nacional, 2006, p 20.
- (5) Pedro Gadanho, "Corte transversal ou a ausência do discurso político": Fátima Fernandes, Michelle Cannatà, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea 1991-2001*, Porto, Edições Asa, 2001, p 64.
- (6) Manuel Graça Dias, *JA – Situação Crítica*, 211, 2003, p 3.
- (7) António Lima, *Unidade 1*, dd!AEFAUP, Porto, 1988, p 12.
- (8) Pedro Maurício Borges, *Arquitectura e Vida*, 77, 2006, p 41.
- (9) Nuno Portas, *Unidade 3*, dd!AEFAUP, Porto, 1992, p 17.
- (10) Estudo da Markttest, Abril/Junho e Setembro/Dezembro de 2007.
Estes dados encontram-se em anexo, no final deste texto, traduzidos em gráficos, trabalhados graficamente pela autora da análise.
- (11) Annette Becker, Ana Tostões, Wilfried Wang, *Arquitectura do século XX: Portugal*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 978, 1997, p 78.
- (12) Manuel Graças Dias, *Unidade 1*, Porto, dd!AEFAUP, Julho, 1988, p 55.
- (13) Paulo Varela Gomes, *Unidade 2*, Porto, dd!AEFAUP, 1989, p 85.
- (14) Annette Becker, Ana Tostões, Wilfried Wang, *op. cit.*, p 82.
- (15) Ana Tostões, "Portugal – Arquitectura do século XX", 1998: *Jornal Arquitectos, 218-219: Antologia 1981 - 2004*, Ordem dos Arquitectos Portugal, 2005, p 201.
- (16) Fátima Fernandes, Michelle Cannatà, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea 1991-2001*, Porto, Edições Asa, 2001, p 17.
- (17) Pedro Gadanho, Entrevista dada por Pedro Gadanho no site <http://tgv-faup.blogspot.com/2005/11/metamorph-metaflux.html>, consultado em Outubro de 2007.

Anexos:

(tratados graficamente com base na fonte devidamente referida)

- (1) Estudos da Markttest, Bareme Imprensa, *Evolução Semestral da Audiência Média de Publicações*, Semestre Abril/Junho-Setembro/Dezembro 2006.
- (2) Estudos da Markttest, Bareme Imprensa, Perfil do leitor da Revista *Arquitectura & Construção*, Abril/Junho e Setembro/Dezembro de 2007.
- (3) Análise da autora sobre os dados estatísticos das revistas de arquitectura em Portugal.

3.1.3. _ ANEXOS

Semestre Abril/Junho-Setembro/Dezembro 2006				
Evolução Semestral da Audiência Média de Publicações				
Percentagens verticais	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre
	Abri/Jun 2005	Set/Dez 2005	Jan/Jun 2006	Abri/Jun 2006
	Set/Dez 2005	Jan/Mar 2006	Set/Dez 2006	Set/Dez 2006
AMBIENTE / DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA	7,5	6,9	6,1	6,6
Revistas Mensais	7,5	6,9	6,1	6,6
National Geographic	4,9	4,2	3,6	4,3
Super Interessante	3,7	3,6	3,2	3,2
CLASSIFICADOS	0,9	0,8	0,9	1,0
Jornais Semanais	0,9	0,8	0,9	1,0
Dossê	0,9	0,8	0,9	1,0
CULINÁRIA	6,5	6,4	6,3	5,7
Revistas Semanais	2,8	3,0	2,9	2,7
Teleculinária	1,5	1,9	1,9	1,6
Segredos de Cozinha	1,5	1,6	1,7	1,6
Revistas Mensais	4,8	4,6	4,7	4,1
Mulher Moderna na Cozinha	2,3	2,7	2,8	2,2
Sabores e Sabores	1,5	1,4	1,4	1,3
Cozinha Saudável	0,8	0,7	0,8	1,0
Boa Mesa	0,7	0,7	0,7	0,6
CULTURA / ESPECTÁCULO	2,1	1,7	1,2	1,4
Revistas Mensais	1,2	1,1	1,0	1,4
Premiere	1,2	1,0	0,9	0,9
DECORAÇÃO	7,8	7,5	7,0	6,9
Revistas Mensais	5,9	5,9	5,4	5,0
Caras Decoração	2,7	2,6	2,4	2,3
Casa Cidade	2,0	1,7	1,7	1,6
Casa & Jardim	1,2	1,5	1,4	1,4
Máxima Interiores	1,1	1,2	1,1	1,1
Jardins	0,7	0,8	0,8	0,9
Casa Dez	0,7	0,8	0,7	0,6
Revistas Bimestrais	2,8	2,6	2,3	2,3
Arquitetura & Construção	1,6	1,5	1,4	1,5
Casas de Portugal	1,7	1,5	1,1	1,0
Revistas Trimestrais	-	-	-	1,1
Casa Cidade Interiores	-	-	-	1,1
Base (000)	8311	8311	8311	8311

BASE: Indivíduos com 15 e mais anos, residentes em Portugal Continental - 8.311.409.
 NOTA: Neste quadro, apenas são apresentados resultados das publicações referenciadas por um mínimo de 30 entrevistados no conjunto das 10135 entrevistas realizadas no semestre.
 n.a. - Publicações não analisadas, por não terem alcançado o número mínimo de 30 referências na amostra

106 Evolução Semestral da Audiência Média de Publicações

Fonte: Estudos da Marktest, Barem Imprensa, *Evolução Semestral da Audiência Média de Publicações*, Semestre Abril/Junho-Setembro/Dezembro 2006
 Arquitectura e Construção, Abril/Junho e Setembro/Dezembro de 2007, p. 1.

Semestre Abril/Junho-Setembro/Dezembro 2006				
Evolução Semestral da Audiência Média de Publicações				
Percentagens verticais	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre
	Abri/Jun 2005	Set/Dez 2005	Jan/Jun 2006	Abri/Jun 2006
	Set/Dez 2005	Jan/Mar 2006	Set/Dez 2006	Set/Dez 2006
DESPORTO / VEÍCULOS	27,0	24,4	23,5	23,8
Jornais Diários	17,6	16,3	16,4	16,2
A Bola	9,5	8,7	8,2	7,9
Record	8,9	8,0	8,2	7,8
O Jogo	5,8	6,0	5,9	5,9
Jornais Semanais	1,2	1,0	0,9	0,9
AutoSport	1,2	1,0	0,9	0,9
Revistas Semanais	2,3	2,3	2,3	2,2
Auto Hoje	1,1	1,2	1,2	1,1
AutoFoco	0,7	0,8	0,9	0,8
Moto Jornal	0,9	0,8	0,8	0,8
Revistas Mensais	13,2	11,4	10,4	10,5
Revista do ACP	4,8	4,0	3,5	3,6
Turbo	3,2	2,8	2,5	2,6
AutoMotor	3,0	2,7	2,5	2,3
Guia do Automóvel	3,1	2,7	2,1	1,9
Maxi Tuning	1,8	1,6	1,5	1,6
Motociclismo	1,1	0,8	1,0	1,1
Auto Magazine	1,3	1,1	1,0	0,8
Bike Magazine	0,7	0,8	0,8	0,7
ECONOMIA, NEGÓCIOS E GESTÃO	5,7	5,5	5,1	5,3
Jornais Diários	2,6	2,6	2,5	2,8
Diário Económico	2,0	1,9	1,8	2,0
Jornal de Negócios	1,2	1,2	1,3	1,3
Jornais Semanais	1,5	1,3	1,3	1,3
Semadário Económico	1,1	1,1	1,3	1,3
Revistas Mensais	3,1	2,8	2,6	2,4
Exame	2,8	2,7	2,6	2,4
Revistas Bimestrais	-	0,6	0,6	0,7
Negócios & Franchising	-	0,6	0,6	0,7
Base (000)	8311	8311	8311	8311

107 Evolução Semestral da Audiência Média de Publicações

Fonte: Estudos da Marktest, Barem Imprensa, *Evolução Semestral da Audiência Média de Publicações*, Semestre Abril/Junho-Setembro/Dezembro 2006
 Arquitectura e Construção, Abril/Junho e Setembro/Dezembro de 2007, p. 2.

Semestre Abril/Junho-Setembro/Dezembro 2006				
Evolução Semestral da Audiência Média de Publicações				
Percentagens verticais	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre
	Abri/Jun 2005	Set/Dez 2005	Jan/Jun 2006	Abri/Jun 2006
	Set/Dez 2005	Jan/Mar 2006	Set/Dez 2006	Set/Dez 2006
FEMININAS / MODA	18,4	17,5	16,1	16,2
Revistas Semanais	11,5	10,6	10,1	9,7
Maria	8,2	7,4	7,1	6,8
Televisões	3,5	3,5	3,1	2,8
Amo	1,1	2,0	1,9	1,8
Mulher Moderna	1,2	1,0	0,9	0,9
Revistas Mensais	9,2	9,1	8,1	7,6
Máxima	2,7	2,8	2,6	2,5
Lux Woman	2,7	2,6	2,4	2,2
Activa	2,8	2,7	2,3	2,0
Cosmopolitan	2,5	2,3	1,8	1,8
Magazine	1,7	1,6	1,6	1,6
Vogue	1,2	1,3	1,2	1,2
Elle	1,5	1,5	1,2	1,0
Happy Woman	-	-	-	0,3
IMPRENSA REGIONAL	17,5	18,6	18,8	20,1
Jornais Diários	6,1	7,0	7,4	8,1
Metro	4,2	4,9	5,4	5,9
Destak	4,3	5,0	5,3	5,7
Jornais Semanais	13,6	14,4	14,6	15,3
Dica da Semana	12,1	12,4	13,2	13,9
Jornal da Região	1,9	1,7	1,5	1,3
O Mirante	-	1,6	1,2	1,2
INFORMAÇÃO GERAL	35,7	33,6	32,7	33,4
Jornais Diários	28,4	26,5	25,9	26,2
Jornal de Notícias	12,2	11,6	11,4	11,5
Correio da Manhã	10,5	9,6	9,2	9,6
Público	5,2	4,7	4,7	4,5
Diário de Notícias	4,0	3,6	3,1	3,1
24 horas	2,9	2,6	3,2	3,0
Jornais Semanais	9,6	8,4	8,4	9,0
Expresso	8,4	7,4	7,2	7,4
Tal & Qual	0,8	0,7	1,0	0,9
Revistas Semanais	9,7	9,4	8,8	8,6
Visão	7,5	7,0	6,9	6,7
Silbado	2,1	2,5	2,2	2,3
Focus	1,9	1,8	1,5	1,4
Base (000)	8311	8311	8311	8311

108 Evolução Semestral da Audiência Média de Publicações

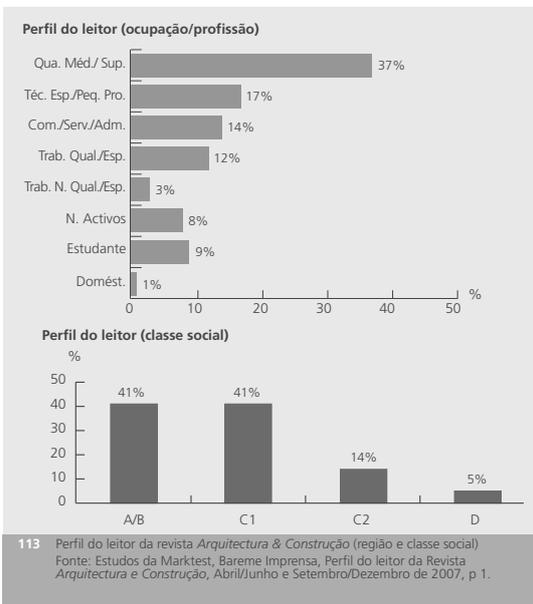
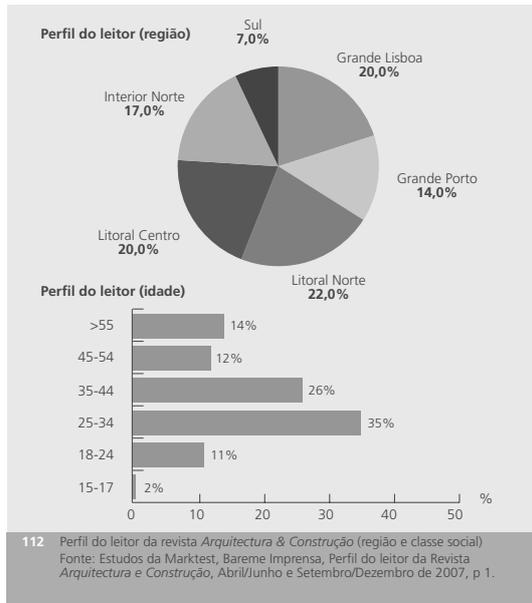
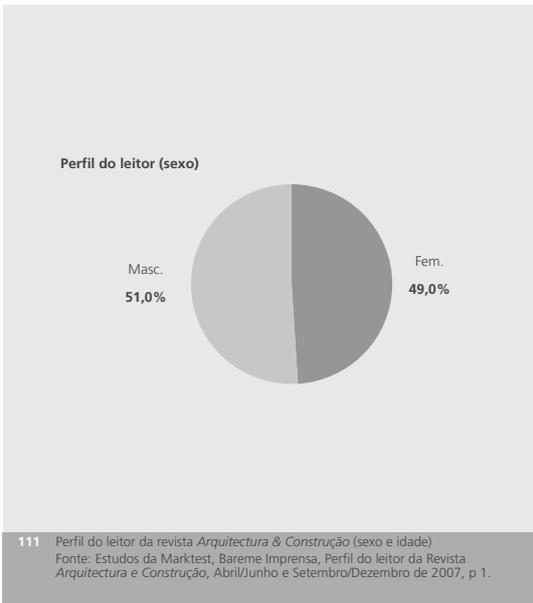
Fonte: Estudos da Marktest, Barem Imprensa, *Evolução Semestral da Audiência Média de Publicações*, Semestre Abril/Junho-Setembro/Dezembro 2006
 Arquitectura e Construção, Abril/Junho e Setembro/Dezembro de 2007, p. 3.

Semestre Abril/Junho-Setembro/Dezembro 2006				
Evolução Semestral da Audiência Média de Publicações				
Percentagens verticais	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre
	Abri/Jun 2005	Set/Dez 2005	Jan/Jun 2006	Abri/Jun 2006
	Set/Dez 2005	Jan/Mar 2006	Set/Dez 2006	Set/Dez 2006
INTERESSE GERAL	16,9	14,6	13,5	14,2
Revistas Mensais	14,4	12,1	11,4	12,0
Proteste	10,3	8,7	8,4	9,1
Seleções do Readers Digest	4,5	3,7	3,4	3,4
Família Cristã	1,1	0,8	0,8	0,8
Revistas Bimestrais	1,9	1,7	1,8	1,9
Unibanco	1,9	1,7	1,8	1,9
Revistas Trimestrais	2,9	2,5	1,9	1,8
Montepio	2,4	2,1	1,8	1,8
JUVENIS	4,4	4,2	3,6	3,1
Revistas Quinzenais	7,1	6,1	5,5	5,0
Bravo	1,9	2,0	1,6	1,3
Super Pop	1,5	1,4	1,2	1,0
Revistas Mensais	2,8	2,6	2,3	1,8
Forum Estudante	1,5	1,4	1,4	1,1
100% Jovem	1,0	1,0	0,7	0,7
LAZER	9,6	8,3	7,6	7,2
Revistas Mensais	7,1	6,1	5,5	5,0
Linhas & Pontos	1,5	1,4	1,5	1,4
Playstation2	1,7	1,5	1,4	1,4
ArteIdeias-Um Mundo em Livros	1,5	1,4	1,4	1,1
Ponto Cruz & Novidades	1,7	1,5	1,2	1,0
BGamer	1,4	1,1	0,9	0,8
Meiga Score	0,9	0,7	0,8	0,8
Revistas Bimestrais	1,8	1,5	1,6	1,6
Bricolage & Decoração	1,8	1,5	1,6	1,6
Revistas Trimestrais	1,9	1,7	1,3	1,2
Clés & Gatos	1,9	1,7	1,3	1,2
MASCULINAS	7,0	6,4	6,1	6,0
Revistas Mensais	7,0	6,4	6,1	6,0
Maxmen	4,7	4,1	4,3	4,0
PHM	2,7	3,0	2,6	3,0
Men's Health	1,4	1,2	1,0	1,0
PARA CRIANÇAS	2,7	2,1	1,7	1,5
Revistas Mensais	2,7	2,1	1,7	1,2
Tio Patinhas	0,8	0,7	0,6	0,7
Base (000)	8311	8311	8311	8311

109 Evolução Semestral da Audiência Média de Publicações

Fonte: Estudos da Marktest, Barem Imprensa, *Evolução Semestral da Audiência Média de Publicações*, Semestre Abril/Junho-Setembro/Dezembro 2006
 Arquitectura e Construção, Abril/Junho e Setembro/Dezembro de 2007, p. 4.

Semestre Abril/Junho-Setembro/Dezembro 2006				
Evolução Semestral da Audiência Média de Publicações				
Percentagens verticais	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre
	Abri/Jun 2005	Set/Dez 2005	Jan/Jun 2006	Abri/Jun 2006
	Set/Dez 2005	Jan/Mar 2006	Set/Dez 2006	Set/Dez 2006
SAÚDE / EDUCAÇÃO	9,2	8,6	8,2	8,2
Revistas Mensais	9,2	8,6	8,2	8,2
Farmácia Saúde	2,8	2,5	2,3	2,5
Faís & Filhos	2,3	2,3	2,2	2,0
Saúde e Bem Estar	2,1	1,8	1,5	1,8
Saber Viver	1,6	1,4	1,3	1,5
Medicina & Saúde	1,4	1,2	1,1	1,0
Viva Melhor em Boa Forma	1,0	0,9	1,0	1,0
Crescer	0,8	1,0	0,9	0,8
Fitness	0,8	0,9	0,7	0,7
Psicologia Actual	-	-	-	0,5
SOCIEDADE	13,3	12,4	11,6	11,3
Revistas Semanais	13,3	12,4	11,6	11,3
Nova Gente	6,4	6,1	5,8	6,1
Caras	6,5	5,8	5,5	5,3
Lux	3,5	3,2	3,0	2,8
Vip	2,1	2,0	1,8	1,7
Fish	1,4	1,3	1,6	1,7
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	7,6	6,5	6,0	6,0
Revistas Mensais	6,9	5,8	5,4	5,4
Pc-Guia	4,4	3,6	3,1	3,3
Exame Informática	3,1	2,6	2,6	2,6
Bit	1,3	0,9	0,9	0,9
Stuff	-	-	-	0,3
Revistas Trimestrais	1,4	1,3	1,1	1,1
Microsoft Magazine	1,4	1,3	1,1	1,1
TELEVISÃO E JOGOS	16,6	15,2	14,5	<



	Periodicidade	Tiragem (evolução)	Preço	Data de Lançamento	Língua	Áreas Temáticas	Informações Adicionais
Archi News	Trimestral	10 000	€4,00	2004	Português	Arquitectura, Urbanismo, Interiores e Design	Carlos Alho, dir. Editora Insidecty, Lda.
Architécti	Trimestral	20 000 (nº 15/16) 11 000 (nº 53)	4.200\$00 +- €21,00 (nº 15/16) 4.300\$00 +- €21,50 (nº 53)	Fevereiro 1989	Português/ Espanhol	Arquitectura	Luís Trigueiros, dir. Editora Trifólio
Arq/A	Mensal	10 000	€9,00 (bimestral) €4,90 (mensal)	Fevereiro 2000	Português	Arquitectura, Design, Arte	Luís Santiago Baptista, dir. Editora Futurmagazine Passou em Jan. 2007 de bimestral a mensal e reduziu a tiragem de 15 mil para 10 mil exemplares.
Arquitectura & Construção	Bimestral	29 000 (nº 21) 27 500 (nº 31) 18 100 (nº 50)	€3,25 (nº 21) €3,30 (nº 31) €4,50 (nº46)	Janeiro 1998	Português	Arquitectura	Isabel Pilar Figueiredo, dir. Grupo Edimpresa
Arquitectura e Vida	Mensal	17000	€2,25 (nº1 ao 12) €2,50 (nºs. intermédios); €3,00 (nº37 ao nº76)	Janeiro 2000	Português	Arquitectura	José Charters Monteiro, dir. Editora Loja da imagem, Marketing, Comunicação e Gestão, Lda.
Arquitectura Ibérica	Bimestral	15 000	Variável entre os €15,00 e os €19,95	Março 2004	Português/ Inglês	Arquitectura	José Manuel das Neves, dir. Editora Caleidoscópio
Cubo	Mensal	70 000	-	Maio 2007	Português	Design, obra e construção, sustentabilidade e ecologia	Cristina Cordeiro, dir. Editora Cabo das Tormentas. Distribuída com o semanário Sol no último sábado de cada mês.
Darco magazine	Bimestral	2 000	€15,00	Março 2008	Português	Arquitectura	Ana Leal, dir. Editora Darco.
Espaços	Bimestral	-	€3,50	1999	Português	Arquitectura, Interiores, Design e Arte	Leonel Fadigas, dir. Editora Lusosinal Edição e Comunicação, SA.
ECDJ	Semestral	-	Variável €5,95 (nº1 ao 4) €14,95 (nº5)	Outubro 1999	Português	Arquitectura, investigação	Gonçalo C. Moniz, Jorge Figueira, José António Banderinha, eds. Centro de Estudos do Departamento de Arquitectura da Univ. de Coimbra.
J.A.	Trimestral	11 700 (nº201) 13 400 (nº228)	Variável €7,50 (nº201) €10,00 (nº228)	Novembro 1981	Português	Arquitectura	Ricardo Carvalho, José Adrião, dir. Edição Ordem dos Arquitectos. No ano I foi mensal, depois passou a bimestral.
Laura	Sem periodicidade certa	600 (tiragem média)	€7,00 (nº0)	Outubro 2003	Português	Cultura arquitectónica	Francisco Ferreira, José Capela, Luis Gil Pita, Pedro Bandeira, ed. Edição Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho
Linha	Semestral	165 000	-	Novembro 2003	Português	Arquitectura, Design, Paisagem	José António Saraiva, Henrique Monteiro, dir. Edição Expresso. A Revista Linha foi um projecto em parceria Expresso - José Mateus e José Pedro Gil de 2003 a 2006
Mais Arquitectura	Mensal	15 000 (nº4) 11 000 (nº10) 20 000 (nº24)	€3,50 (nº4) €5,00 (nº24)	Janeiro 2006	Português/ Espanhol	Arquitectura	Marcelo Vaz, dir. Editora Arcatura
Nu	Periodicidade variável	300 (nº1) 400 (nº2 ao nº11) 1000 (nº12) 500 (nº13 ao nº31)	€2,50 (nº1 ao 9) €3,00 (nº10 ao 31)	Abril 2002	Português (existem nºs em português/ inglês)	Cultura arquitectónica	Edição NUDA/AAC. Periodicidade Mensal nos anos I e II; anos restantes com periodicidade variável.
Prototipo	Quadrimestral	5 000	€20,00	Janeiro 1999	Português/ Inglês	Arquitectura e Cultura	Diogo Seixas Lopes, Pedro Rufino, Paulo Seródio Lopes, dir. Editora Stereomatrix Terminou em Junho de 2004 (com o número 9)

3. A SITUAÇÃO ACTUAL

3.1. A ARQUITECTURA 3.2. O ARQUITECTO 3.3. A SOCIEDADE

3.3.3. PORQUE É QUE , POR VEZES, A ARQUITECTURA AINDA É AUSENTE DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO?

3.3.2. HÁ DEFICIT DE CULTURA ARQUITECTÓNICA NA SOCIEDADE DE HOJE?

3.3.1. QUAIS AS RESPONSABILIDADES QUE A SOCIEDADE, COMO UM TODO, ATRIBUI AOS ARQUITECTOS?

3.2.3. QUAL A INFLUENCIA DOS ARQUITECTOS DO STAR SYSTEM NA SOCIEDADE DE HOJE?

3.2.2. COMO SE VÊ(EM) O(S) ARQUITECTO(S) HOJE EM PORTUGAL?

3.2.1. QUAIS AS RESPONSABILIDADES QUE OS ARQUITECTOS DEVEM TER PARA COM A SOCIEDADE?

3.1.3. ESTÃO HOJE CRIADAS MELHORES CONDIÇÕES PARA O DIÁLOGO DA ARQUITECTURA COM A SOCIEDADE?

3.1.2. SERÁ QUE A ARQUITECTURA HOJE ESTÁ, EFECTIVAMENTE, A SUPRIR AS REFERIDAS NECESSIDADES DA SOCIEDADE?

3.1.1. QUAIS AS NECESSIDADES A QUE A ARQUITECTURA TEM DE DAR RESPOSTA?

3.2.1. QUAIS AS RESPONSABILIDADES QUE OS ARQUITECTOS DEVEM TER PARA COM A SOCIEDADE?

Cabe a este capítulo a definição do papel do arquitecto, dos seus “actos próprios”, aos olhos da legislação portuguesa e comunitária mas também aos olhos da Ordem dos Arquitectos e explicar a forma como tem evoluído recentemente esta definição. Depois de apresentado o seu papel, será também apresentado o conjunto das responsabilidades que o pautam e concretamente as responsabilidades sociais de acordo com as fontes legais e irrefutáveis já referidas e complementadas pela posição de autores de relevância para a arquitectura e especialmente para esta questão. Só depois de explanado o seu papel e responsabilidades, a sua premência para a sociedade e possíveis formas de actuar participativamente nela é que se poderá avaliar, em capítulo subsequente, como se vê o arquitecto a si próprio, quais as actividades que desempenha concreta e pragmaticamente na sua profissão e, posteriormente, em capítulo específico, como é visto pelos outros.

O arquitecto tem um papel muito diverso / dificuldade de delimitação do seu papel

O papel do arquitecto é muito difícil de delimitar, pois é muito diverso e abrangente. A sua posição é definida na sua relação com o cliente e pelo que faz pela sociedade como um todo, como parte de um grupo profissional e como parte integrante desta. Para com todos estes, o arquitecto tem responsabilidades e um papel a desempenhar e é na forma como o interpreta que residem as múltiplas diferenças no exercício profissional.

Assim sendo, esta profissão pode ser caracterizada, não em si própria e nos actos e objectivos concretos pelos quais se pauta, mas pelas suas inter-relações várias. Esta variedade e amplitude gera dificuldade na definição concreta dos seus actos e responsabilidades exclusivas. Este facto pode gerar controvérsia entre os arquitectos e para com outros profissionais do ramo, mas gera sobretudo problemas na sua relação com a sociedade, que não os procura, porque não consegue definir o seu papel e assim justificar a sua premência.

“A situação actual da identidade profissional caracteriza-se pelas debilidades, no controlo por parte dos profissionais, da definição de que os identifica como grupo, e no modo como enfrentam vários tipos de conflito. Hoje, há como que uma dinâmica centrífuga em que prevalece o desacordo entre os profissionais da Arquitectura, quanto a conceitos como por exemplo: qual é a especificidade da sua competência? Qual a extensão das suas missões? Quais os padrões de qualidade? E quais os critérios de julgamento da sua actividade? Este desacordo coloca-os à mercê de outros, em vez de impor uma concepção própria do que é o seu trabalho, clara e compreensível para todos.”(1)

Também a responsabilidade social do arquitecto, tal como todas as outras, pode ser encarada de múltiplas formas, nunca sendo descurada, mas sendo interpretada de maneira diferente, consoante o contexto e as necessidades. Assim sendo, a figura do arquitecto não é só uma, é variável, de acordo com a sua conduta profissional, com a forma como se coloca perante a sociedade e o mercado, perante as novas oportunidades, necessidades e novas formas de fazer arquitectura.

A sua figura varia regionalmente, é diferente do litoral para o interior, dos grandes centros para as zonas rurais, pelas circunstâncias do próprio mercado, dos promotores e do marketing que os rodeia,... Tal como a procura da arquitectura e o tipo de exigência variam, também o papel do arquitecto e o seu espaço de oportunidades mudam. Cada profissional terá de interpretar a melhor forma de cumprir as suas responsabilidades - legais e deontológicas - e encontrar um sector de mercado que lhe corresponda.

Responsabilidades da profissão

O arquitecto é, desde logo, o agente da “organização do espaço”, o criador de formas ao serviço da sociedade. A dificuldade nesta relação entre a arquitectura e a sociedade cria uma situação de algum isolamento, sobretudo quando nos referimos a uma actividade plenamente integrada na sociedade, que a ela se dedica, que nasce das suas próprias necessidades e cujo objectivo é supri-las.

“Todos têm responsabilidade na organização do espaço, como já foi dito, mas parece claro que o grau de tais

responsabilidades é variável, sendo maior nos profissionais [...]

Aos mais dotados compete, naturalmente, a função de condutores, de criadores de protótipos, mas cremos que, porque mais dotados, essa qualidade não deverá permitir-lhes uma espécie de fuga da sua circunstância ou de um caminhar no sentido da utopia, porque os outros homens – que justificam a sua razão de ser e deles necessitam – têm o direito de esperar de tais dotes alguma coisa de concreto para a sua existência. Dum excessivo individualismo dos mais dotados tem resultado no nosso tempo uma excessiva e perigosa individualização de formas e um ar demasiado pessoal no modo de organizar o espaço. Esta tendência, que é aliás produto de condições que ultrapassam o âmbito dos profissionais do espaço [...] tem levado a uma extrema descontinuidade das formas que criamos pois que entre o “gênio”, abundante na nossa época e ignorado em tantas épocas passadas, e o homem comum se estabeleceu uma barreira por vezes intransponível.”(2)

Assim sendo, e tal como indica o *Livro Branco: propostas para o ordenamento do quadro construído na Europa*, o arquitecto deverá, entre outras, ter capacidades de diálogo com todos os intervenientes no sentido de uma melhor confluência de posições, deverá ter capacidade de gestão de recursos económicos e profissionais, criatividade e flexibilidade, de modo a responder sempre de forma aberta, inovadora e consentânea com o seu tempo. Deverá, também, ter grande competência na arte de construir e nas técnicas de construção, primar pela criatividade e promover a qualidade do quadro de vida construído.

“Os arquitectos devem ser capazes de interpretar as necessidades sociais e culturais, e dar a essas necessidades uma expressão técnica e construtiva. Devem ser capazes de responder positivamente às aspirações da sociedade e dos utentes, e de dialogar com todos aqueles que partilham o ambiente construído. Devem possuir também uma formação apropriada para proteger e favorecer os interesses do dono de obra, em termos de qualidade, de custos e de prazos de projecto.”(3)

A mesma publicação aponta também outras responsabilidades que o arquitecto deve assumir e outras capacidades que deve demonstrar:

“- Um ambiente coerente não significa a uniformização da forma e não pode ignorar a complexidade da realidade social.

- Tentar conciliar as aspirações conflituosas do utente, da sociedade e do promotor.
- Conceber para o presente e para o futuro e não unicamente através dos modelos do passado.
- Tendo em conta as realidades actuais, reforçar a voz do utente e da sociedade na sua aspiração a uma qualidade arquitectónica.
- Admitir que a coerência, tal como a sua procura, é um processo dinâmico. A procura implica mudança; e uma sociedade que muda implica também uma modificação do sistema de relações.”(4)

“- Desenvolver a compreensão mútua das intenções, dos direitos e das responsabilidades da formação dos cidadãos, dos projectistas e dos promotores.

- Favorecer um processo de urbanismo que facilite o diálogo e a transparência das tomadas de decisão.
- Imaginar regulamentações que permitam responder melhor às necessidades dos utentes, reforçar a coerência cultural e a intervenção em pequena escala.
- Aceitar e promover os direitos dos promotores e acelerar o processo de regulamentação da concepção e construção de modo a favorecer a qualidade de concepção bem como a sua adequação social.
- Reduzir as encomendas que levam a objectivos contrários aos interesses da sociedade, como as que privilegiam em demasia o curto prazo, ou as que utilizam conceitos anti-sociais, tais como conjuntos demasiado grandes ou com um único uso.
- Fazer com que os poderes públicos e os projectistas responsáveis pelas decisões sobre o ambiente construído tenham um conhecimento profundo da Arquitectura e das necessidades dos utentes.
- Promover o debate público sobre a Arquitectura a todos os níveis, da União à aldeia; sublinhar e discutir os bons mas também os maus exemplos.”(5)

A relação com o contexto

Cabe, ao arquitecto (ou aos arquitectos, nas suas múltiplas modalidades de exercício e de definição da conduta profissional), para além das suas responsabilidades a nível de decisões, responsabilidades também ao nível dos conceitos que balizam o projecto, a nível da sua concretização no decorrer da obra e no relacionamento com o contexto. O arquitecto deve, assim, estabelecer uma relação estreita com as coordenadas sociais, económicas, políticas e culturais do contexto em que a obra se irá inserir, de modo a nele se integrar e a responder-lhe cabalmente.

“Fazer projecto de arquitectura implica cumprir a terra e o mundo localmente, demonstrando poeticamente um território, um programa e uma materialidade em síntese única, em espaço arquitectónico. Longe do universo platónico da coisa a *prioiri*, o espaço arquitectónico entende-se como registo concreto que resulta desse processo específico de delimitação, simulação e ajuste de algo tão pleno, multisensorial e convidativo à vida quanto exacto no

habitar que a obra revelará. Participando na aventura humana, o projecto de arquitectura faz de modo a que hoje constitua o resultado daquilo que existirá amanhã, antecipando a possibilidade de algo melhor para o encontro dos homens.”(6)

Actos próprios

Como já vimos, o arquitecto tem múltiplos papéis, não só de acordo com o programa arquitectónico que projecta, mas de acordo com cada fase, desde o projecto até à fase de concepção. A reabilitação, o ordenamento de qualquer tipo de espaço, o desenho urbano como o ponto fulcral de organização do espaço, o acompanhamento de obra, o seu papel pedagógico e de formação,... são todos papéis importantes para a sua definição como membro interventivo na sociedade e que para ela contribui de modo premente e inexorável.

Para a própria legislação também são muitos os “conteúdos funcionais” do arquitecto, tal como enuncia António Cordeiro, na sua Dissertação de Doutoramento em Direito:

“São aspectos tão diversos como os dos procedimentos de licenciamento ou de autorização de operações urbanísticas, do regime de protecção do património arquitectónico, do regime da prestação de serviços dos arquitectos, da sua responsabilização perante os donos de obra, da própria disciplina global sobre o ordenamento do território e sobre a protecção do meio ambiente. Mas não ignorando também que múltiplos outros regimes, directamente referentes a matérias situadas em domínios por vezes bem distantes, podem ter interferência decisiva no incremento ou, pelo contrário, na ausência de intervenção dos arquitectos: sejam, como exemplos bem relevantes, o regime que disciplina a realização de obras públicas – impondo nomeadamente essa intervenção não só no momento da concepção, mas durante toda a fase de preparação e execução da obra; o regime civilístico do contrato de empreitada – em que uma maior exigência no controle da qualidade induziria por certo um maior rigor na escolha dos autores dos projectos de edificação; o regime do acesso à actividade de construtor civil – impedindo por exemplo a existência de empresas “fantasmas” que necessariamente adoptam práticas de menor qualidade, e só a um primeiro exame de menor custo.”(7)

Os chamados “actos próprios” estão definidos no Estatuto da Ordem dos Arquitectos de 1998. Mas o problema persiste desde a prorrogação do tão polémico Decreto-lei 73/73 que não delega directa e concretamente um domínio de actuação próprio, único e exclusivo dos arquitectos, mas sim de todo um conjunto muito vasto de profissionais. O que levanta a questão da dificuldade de definição de um campo de actuação concreto e de actos que lhes sejam exclusivos.

Comecemos exactamente por definir “acto próprio”:

“A expressão “acto próprio” é, consigne-se desde já, uma expressão pouco simpática, pois, embora possa apontar para a ideia de “adequação”, dela ressalta primordialmente a reivindicação de uma “exclusividade” – que como é natural pressupõe uma delimitação face a terceiros, por definição arredados do domínio de actividade em causa, que lhes não é própria, que lhes não pertence, que, em suma, é *propriedade* daquele outro grupo restrito.”(8)

A legislação ainda em vigor é o Decreto-lei 73/73, de 28 de Fevereiro (em anexo), que aponta um conjunto de profissionais capazes de subscrever projectos de arquitectura, nomeadamente: arquitectos, engenheiros civis, agentes técnicos (mais tarde denominados engenheiros técnicos) de engenharia civil e de minas e construtores civis diplomados.

Segundo esta legislação, estão os referidos profissionais (à excepção dos construtores civis diplomados) autorizados a subscrever “projectos de loteamentos abrangidos por estudos de urbanização já aprovados ou os de loteamentos de reduzida dimensão em zonas rurais” e projectos “de edifícios correntes e sem exigências especiais”. Todos estes profissionais estão ainda autorizados a subscrever “Os projectos de edifícios correntes, e sem exigências especiais, que não excedam quatro pisos acima do nível do arruamento principal e cuja área total de pavimentos não ultrapasse 800 m², bem como os projectos de alteração e os planos de demolição correntes” (artigo 3º ponto 3).

Aos arquitectos cabe a intervenção “nos projectos de novos edifícios e nos de alteração em edifícios existentes, que envolvam modificações na sua expressão plástica, nas áreas aprovadas pelo Governo para este efeito, sob proposta das câmaras municipais interessadas” (artigo 3º ponto 4).

Existe também uma Directiva Comunitária de 1985 (9), sobre o exercício de arquitectura a que também

Portugal está sujeito, que refere uma formação e um tempo de experiência mínimos, consoante o exigido no país respectivo.

No entanto, a Ordem dos Arquitectos defende, nos seus estatutos, serem estes actos específicos do arquitecto, apesar de não o serem ainda segundo a legislação.

Já em 1988, nos Estatutos aprovados pelo Decreto-lei número 465/88 é referido o termo “actos próprios da profissão”, que o artigo 35º/1 defendia como sendo só praticados por arquitectos. Contudo, a alínea número 3 afirmava que essa especificação cabia à legislação: “legislação relativa ao licenciamento das obras e às normas da elaboração e aprovação dos respectivos projectos”. O número 2 desse mesmo artigo tenta já definir, mais concretamente, o que são os referidos “actos próprios” “De uma forma geral, os actos a que se refere o número anterior materializam-se em projectos, planos ou estudos e reportam-se à concepção arquitectónica dos edifícios e à sua relação harmoniosa com o meio circundante, envolvendo a aplicação das capacidades e conhecimentos descritos no artigo 3.º da Directiva do Conselho n.º 85/384/CEE, de 10 de Junho de 1985”.

Já os seus Estatutos de 1998 definem em concreto os “actos próprios” da profissão, não obstante estes serem defendidos pela “reivindicação” e não somente pela norma jurídica, sendo, portanto, os possíveis e não os exclusivos.

“Da mera leitura deste preceito resulta a impossibilidade de com ele se obter uma definição jurídica *próprio sensu* de tais actos: várias outras formações profissionais ficariam seguramente “expropriadas” das suas competências – e efectivas competências – se se quisesse aplicar à letra tal regra. Esta só pode querer referir domínios de actividade possíveis para o arquitecto, não domínios de actividade que dele fossem exclusivos, assumindo pois, quando muito, o papel de uma reivindicação, que não de uma norma jurídica, por anómala que se tenha de considerar a inclusão de reivindicações num diploma legal, ademais com a natureza de decreto-lei.”(10)

Ainda segundo António Cordeiro, na sua tese de doutoramento, o “acto próprio” do arquitecto é “o projecto de arquitectura” (11). Acrescenta ainda que, segundo a Lei, o projecto de arquitectura é o geral, que pressupõe um trabalho de equipa e que se completa com todos os outros projectos de especialidades, que nela são claramente diferenciados.

Apesar de tudo, a Ordem defende o seguinte, nos seus Estatutos:

“Só os arquitectos inscritos na Ordem podem, no território nacional, usar o título profissional de arquitecto e praticar os actos próprios da profissão.”(12)

“Os actos próprios da profissão de arquitecto consubstanciam-se em estudos, projectos, planos e actividades de consultadoria, gestão e direcção de obras, planificação, coordenação e avaliação, reportadas ao domínio da arquitectura, o qual abrange a edificação, o urbanismo, a concepção e desenho do quadro espacial da vida da população, visando a integração harmoniosa das actividades humanas no território, a valorização do património construído e do ambiente.”(13)

O processo de tentativa de revogação do Decreto-lei 73/73

Nos últimos anos, a Ordem tem delineado e posto em prática uma estratégia de revogação do Decreto-lei 73/73, através de uma série de iniciativas. A 7 de Outubro de 2002 começa a recolher assinaturas para a *Petição Direito à Arquitectura (Revogação do decreto 73/73)*, que foi entregue na Assembleia da República a 17 de Dezembro desse ano, com 55 000 assinaturas.

No ano seguinte decorrem audiências com os Grupos Parlamentares e Comissões da Assembleia da República para a sua apreciação e a 22 de Maio foi votada e aprovada, a denominada Resolução nº 52/03, depois de ter tido lugar, um dia antes, o debate sobre esta questão.

Em 2004 surge a proposta *Iniciativa dos Cidadãos* apresentada na Assembleia da República a 23 de Novembro de 2005, com mais de 35 000 assinaturas.

A 19 de Dezembro desse ano essa proposta intitulada *Projecto de Lei sobre Arquitectura: um Direito dos Cidadãos, um Acto Próprio dos Arquitectos (revogação parcial do Decreto-lei 73/73, de 28 de Fevereiro)*

da iniciativa de cidadãos, registado com o n.º 183/X, é admitida e remetida para a 11ª Comissão, do Trabalho e Segurança Social.

Esta proposta apresentava as razões de aprovação do Decreto-lei na altura, demonstrava a sua obsolescência e expunha também as razões sociais, jurídicas e legais para a necessidade da sua revogação.

Segundo esta proposta, o Decreto-lei 73/73 foi criado para dar resposta a uma lacuna no mercado, na altura em que não existia um número de profissionais capaz de responder às necessidades de projecto de construção e estudos de urbanização.

Hoje, a oferta, tanto a nível de formação académica como de profissionais, é muito superior. Para além disso, a arquitectura é, efectivamente, do interesse público e deve ser encarada como tal, e não como um luxo, e os profissionais devem ser alvo de credibilização no sentido de reconhecer e acautelar o quadro de construção que existe actualmente.

“A beleza dos edifícios, o arranjo estético das cidades, a conservação do património cultural - para além da simultânea sensibilização, em profundidade, para os problemas do urbanismo e do ambiente - deixaram de ser encarados como luxos, para se integrarem na noção de qualidade de vida do cidadão comum.”(14)

Esta proposta revela também que a percentagem concreta de arquitectos que entre 1974 e 1984 eram responsáveis por projectos de arquitectura era de 4,1%, por oposição a 30% de engenheiros civis, 45,9% de engenheiros técnicos civis e de minas, 13,9% de construtores civis e 6,1% de outros profissionais.

De acordo com razões jurídicas, a proposta invoca ser função do Estado a protecção ambiental, a formação especializada e a a qualidade de vida em geral, só alcançadas através da qualidade da arquitectura dos espaços e da sensibilização da sociedade para a sua importância.

“O desenvolvimento do gosto pela arquitectura em Portugal e a aposta na difusão do seu ensino ao nível superior é, em primeiro lugar, um resultado da preocupação do Estado com os valores da protecção ambiental em sentido amplo; em segundo lugar, e em função do que antecede, equivale a um reconhecimento estatal da relevância da formação especializada daquela que é uma componente essencial do património imobiliário. Por último, e em terceiro lugar, a sensibilização dos cidadãos para a qualidade arquitectónica dos espaços exteriores é uma forma de democratização da cultura e de incremento da qualidade de vida.”(15)

Seguidamente, a proposta refere o artigo 42º da Constituição sobre a liberdade cultural, mas ressalvando que a arquitectura deve ser reservada a profissionais aptos, uma vez que é uma actividade de grande responsabilidade social e que a qualidade arquitectónica só é obtível por uma ampla panóplia de campos e saberes.

“Todo o arquitecto é um criador, mas nem todos os criadores de projectos de edifícios são arquitectos. A liberdade de criação cultural é reconhecida a todos os cidadãos pela Constituição (artigo 42.º); contudo, a arquitectura é uma arte e uma técnica que implica responsabilidades de tal relevância social que o seu exercício deve estar reservado àqueles que possuam formação superior na especialidade. Mais do que um decorador de exteriores, um mero embelezador, o arquitecto tem a responsabilidade de conceber projectos edificatários que aliem a estética à segurança e à comodidade dos que neles irão residir e que se integrem harmoniosamente na paisagem urbana, valorizando a cidade em todas as suas dimensões.”(16)

A proposta segue com uma vasta gama de argumentos e atenta sobretudo na responsabilidade do Estado em salvaguardar a qualidade de vida das pessoas, no facto de a arquitectura ser uma necessidade básica e não um luxo e, acima de tudo, na arquitectura como acto próprio do arquitecto, o profissional qualificado, e não de outros profissionais.

No ano subsequente a proposta, denominada agora de Projecto de Lei nº 183/X, é aprovada na generalidade e por unanimidade. Nesse mesmo ano, a Ordem é convidada a dar o seu parecer sobre a Proposta de trabalho de revisão do Decreto 73/73.

A 18 de Janeiro de 2007, o Projecto de Lei que revoga o Decreto-lei 73/73 e estabelece que a arquitectura só pode ser realizada por arquitectos é aprovado em Conselho de Ministros.

Nesse mesmo dia a Ordem emite um comunicado acerca desta situação:

"[...] A Ordem dos Arquitectos congratula-se por esta deliberação, há muito prometida pelo Governo e publicamente anunciada como iminente no Congresso dos Arquitectos Portugueses em Novembro passado. O diploma agora aprovado assume a forma de proposta de lei, o que significa que terá de ser apreciado pelo Parlamento, em conjunto com o projecto de lei nº 183/X "Arquitectura, um acto próprio dos Arquitectos, um direito dos cidadãos", resultante da primeira iniciativa legislativa de cidadãos realizada em Portugal. [...] A Ordem dos Arquitectos continuará a lutar pelo cumprimento da exigência constitucional que comete ao Estado e às autarquias o dever de zelar pela qualidade arquitectónica e pelos valores patrimoniais e paisagísticos do nosso território. E tudo faremos para garantir aos cidadãos que podem confiar nos arquitectos portugueses. Saberemos estar à altura das nossas responsabilidades no novo regime legal, pelo qual nos batemos há tantos anos."(17)

A 16 de Fevereiro desse ano, dá entrada no Parlamento a Proposta de Lei 116/X/2, que define a qualificação profissional exigível aos técnicos para que estes sejam autorizados a subscrever projectos, fiscalizar e dirigir obras e que revoga o Decreto-lei 73/73. A 2 de Maio a proposta é discutida e votada na generalidade na Assembleia da República. Posteriormente surgem comunicados tanto de arquitectos de grande notabilidade como da própria Ordem acerca desta situação.

"A Ordem dos Arquitectos manifesta a sua imensa preocupação com o atraso na revogação do decreto 73/73 e com a redacção da proposta de lei n.º 116/X, apresentada pelo Governo."(18)

Actualmente, o projecto de Lei nº 183/X encontra-se na Comissão de Trabalho e Segurança Social e a proposta de Lei 116/X/2 encontra-se na Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações para a especialidade.

Responsabilidades sociais

Como já vimos, as responsabilidades do arquitecto, são, de facto, múltiplas, uma vez que a arquitectura deve ser multifacetada de forma a responder aos interesses colectivos. As responsabilidades sociais, dentro destas, devem pautar a conduta do arquitecto e as suas obras como seu reflexo directo. Acima de tudo, o arquitecto deve assegurar a qualidade de vida humana, organizando o seu espaço e atendendo, de forma aberta e flexível, às diversas especificidades do contexto.

"O trabalho do arquitecto é responder aos requisitos essenciais do cidadão-consumidor-utente de um espaço arquitectónico, sintetizando criativamente esses requisitos na intencionalidade das formas construídas. Vista desta forma, a Arquitectura não é um adicional à construção e a qualidade não é um adicional à Arquitectura."(19)

A arquitectura é algo que diz respeito a todos directamente, que caracteriza e influencia, por sua vez, a sociedade em que se insere, como refere o arquitecto Renzo Piano, é uma "arte imposta".

"A arquitectura é uma arte socialmente perigosa, porque é uma arte imposta. Podemos não ler um livro feio, uma música feia; mas não podemos optar por não ver o edifício feio que temos lá mesmo em frente da nossa casa"(20)

A arquitectura faz parte do mundo em que vivemos, define, ou deveria definir, o espaço em que actuamos. Ao fazer um projecto de arquitectura, estamos a realizar, assim, um "acto de cidadania", de resposta a interesses colectivos e de supressão das suas necessidades.

"Neste aspecto, a função social do projecto arquitectónico e urbano está inserida no processo de decisão; o projecto é um acto criativo e também um acto de cidadania, um território de partilha das decisões, de cultura." (21)

O arquitecto José Mateus também se debruça sobre as responsabilidades sociais do arquitecto, defende que este desenha algo que passa a pertencer ao imaginário colectivo e que tem um contributo funcional e cultural para a sociedade, ao transformar o meio e proporcionar usos.

"A arquitectura é uma profissão extraordinária porque nos permite desenhar algo que passa a pertencer ao imaginário e cultura colectivos. Essa nossa capacidade de deixar marcas profundas, claras – por vezes perversas... - na sociedade da qual fazemos parte é um privilégio superior. Um privilégio e uma grande responsabilidade. Acredito que a arquitectura em Portugal tem dois padrões distintos: um que está mais ligado à identidade portuguesa, a um certo estado de espírito que é pessimista e pode caminhar no sentido do optimismo, da construção do amor-próprio, de um certo orgulho. E sinto-o quando vou fora do país, onde os arquitectos portugueses são olhados com bastante respeito e curiosidade. E isso é um contributo para o país, para a nossa sociedade. Outro contributo é o poder de transformação progressivo do meio em que as pessoas vivem."(22)

Também o arquitecto Álvaro Siza reconhece a arquitectura como uma disciplina colectiva e que implica a participação directa dos futuros fruidores do espaço, em que a responsabilidade do arquitecto passa

essencialmente por concretizar os objectivos destes e atingir padrões de grande qualidade.

“A Arquitectura, arte colectiva, é inimiga da arrogância e da falta de ambição, do elogio da auto-castração, em nome da suposta limitação do Outro, da inversão da arrogância, das supostas razões sociais da mediocridade. O desejo colectivo manifesta-se em cada pedra e em cada poro e revelá-lo é a única forma de não ser elitista. A perseguição do sublime identifica-se com a função social do Arquitecto, porque o desejo do sublime não é invenção do Arquitecto.”(23)

A sua responsabilidade para com a sociedade deve, portanto, ser assumida de forma activa e participada.

“O mundo não é “arquitectocêntrico”, isto é não basta já reclamar uma área de actuação para que a sociedade nos atribua, por uma espécie de direito natural, um território reservado.

É o Interesse Público da Arquitectura que justifica que o arquitecto actue mais alargadamente sobre a qualidade do ambiente da vida humana oferecendo uma perspectiva integradora e globalizante que mais nenhuma profissão pode oferecer. Por isso a organização associativa de uma profissão que se quer auto-regulada tem hoje de simultaneamente responder às necessidades dos profissionais que representa e oferecer à sociedade uma vantagem, uma responsabilidade, como procuradora de interesses colectivos.”(24)

O próprio Estatuto Profissional do arquitecto pode-se definir segundo a relação que este mantém com a sociedade, como refere Pedro Brandão, segundo a “plataforma social” que estabelece e que se constitui como “um entendimento das responsabilidades que a sociedade espera da profissão e das contrapartidas que lhe dá em troca” (25). O mesmo autor defende que o Estatuto Profissional é caracterizado por “factores internos”, relativos ao corpo de profissionais e ao seu relacionamento e afinidade próprias, e a “factores externos”, determinados pelas características da sociedade. Assim, é na sua relação com todos os intervenientes e em especial com os cidadãos que o arquitecto se afirma e define a especificidade do seu papel.

“Há portanto uma consciência crescente, de que não é apenas a lógica legal que determina os domínios da responsabilidade na acção profissional: os significados (códigos) do desenho reflectem valores, tanto quanto traduzem interesses. Por isso, é na interacção entre os profissionais da Arquitectura e os outros agentes da construção da Cidade, nomeadamente os destinatários, os cidadãos, que residirá sempre o verdadeiro território da afirmação da profissão de arquitecto.”(26)

Independentemente das actividades que o arquitecto desempenhe, o seu objectivo principal deverá ser sempre primar pela qualidade, pois só assim o seu trabalho será diferenciado dos outros profissionais. Assim, a responsabilidade social é normativa mas é sobretudo deontológica, respondendo ao que a legislação obriga mas baseando-se sempre na sua relação estreita com a sociedade para ter um desempenho mais qualificado.

Responsabilidades sociais segundo a Ordem dos Arquitectos

A Ordem também apresenta as responsabilidades sociais do arquitecto. Os princípios de deontologia são apontados no artigo 45º, em que é dever do arquitecto ter uma conduta de acordo com o “interesse público” (27):

“1 - O arquitecto deve orientar a sua actividade profissional de acordo com os princípios do interesse público, da isenção, da competência e da boa relação com os seus colegas.

2 - O arquitecto deve, no exercício da profissão, mostrar-se digno das responsabilidades que lhe são inerentes.

3 - O arquitecto deve, no exercício da sua profissão, pôr os seus conhecimentos e a sua criatividade ao serviço do interesse público, mantendo sempre e em quaisquer circunstâncias a maior independência e isenção.

4 - O arquitecto deve abster-se de exercer qualquer pressão ilegítima sobre a autoridade pública com o objectivo de obter benefícios para o seu trabalho.”(28)

Cabe também ao arquitecto:

“O arquitecto, no exercício da sua profissão, deve:

- a) Actuar de forma que o seu trabalho, como criação artística e técnica, contribua para melhorar a qualidade do ambiente e do património cultural;
- b) Utilizar os processos e adoptar as soluções capazes de assegurar a qualidade da construção, o bem estar e a segurança das pessoas;
- c) Favorecer a integração social, estimulando a participação dos cidadãos no debate arquitectónico e no processo decisório em tudo o que respeita ao ambiente.”(29)

No seu Regulamento de Deontologia, a Ordem dos Arquitectos aponta ainda outros “deveres do arquitecto para com a comunidade”:

- a) Orientar o exercício da sua profissão pelo respeito pela natureza, bem como pela atenção pelo edificado pré-existente, de modo a contribuir para melhorar a qualidade do ambiente e do património edificado;
- b) Diligenciar, no exercício da profissão, pelo efectivo e correcto cumprimento de toda a legislação aplicável;
- c) Assegurar e melhorar a sua competência, para o que deve contribuir e participar em actividades de informação, formação e aperfeiçoamento, nomeadamente as aceites ou promovidas pela Ordem dos Arquitectos;
- d) Contribuir para acções de interesse geral no domínio da arquitectura, nomeadamente participando na discussão pública de problemas relevantes no seu âmbito;
- e) Favorecer a integração social, estimulando a participação dos cidadãos no debate arquitectónico e no processo decisório em tudo o que respeita ao ambiente, ao urbanismo e à edificação;
- f) Ter em consideração nos seus projectos os factores sociais em cada caso relevantes;
- g) Procurar adoptar soluções capazes de assegurar a qualidade da construção, o bem-estar e a segurança das pessoas, salvaguardando a economia do processo construtivo nas obras de que é autor ou responsável;
- h) Não usar meios ou expediente ilegais, nem promover diligências dilatórias prejudiciais ou atentatórias do correcto exercício da profissão.”(30)

Para além destes, a Ordem apresenta ainda as obrigações do arquitecto “para com o público” (31), que acrescentam mais responsabilidades sociais à profissão, de entre as quais: “os arquitectos devem respeitar e contribuir para conservar os equilíbrios, o meio natural e o património cultural da comunidade onde fazem arquitectura. Estando cientes do efeito das suas intervenções, em relação às preocupações de todos os que irão utilizar ou beneficiar da sua obra, os arquitectos devem empenhar-se na melhoria do meio ambiente, assim como da qualidade de vida e *habitat*, e isto de modo sustentável” e ainda “os arquitectos devem, no quadro da sua profissão, participar nas actividades públicas enquanto cidadãos e profissionais, e promover a sensibilização do público para as questões da arquitectura.”

Formas de participação activa na sociedade

O arquitecto tem um papel activo na sociedade através da definição dos seus espaços, os “contentores de vida”, que são cenário, mas que são também influência e parte integrante das suas vidas.

Há muitas formas de concretizar esse papel: através do projecto de um objecto edificado, da estratégia geral e de planeamento do todo, da teoria para novos modos de ver e conceber o espaço, do projecto que não é construído, dos concursos que apontam novas formas de pensar, ...

“O projecto moderno da responsabilidade social e política do arquitecto parece irremediavelmente perdido... e, portanto, parece necessário recorrer a novas estratégias para compreender as formas possíveis de interactuar eficazmente com o quotidiano banal que nos rodeia. Se tal ‘metamorfose’ não ocorrer estaremos condenados a produzir ‘monumentos’ ou objectos desgarrados da realidade sócio-cultural à nossa volta... ou, mais simplesmente, estaremos condenados a perder o sentido enquanto profissão. E mesmo o papel pedagógico do projecto direccionado ao todo social – implícito na actividade do arquitecto tal como a entendo – tem que encontrar moldes de ‘funcionamento’ mais ‘eficazes.’ E esta é, então, uma preocupação relativa à construção de um discurso – não só discurso disciplinar crítico, mas também uma capacidade de comunicar com todos os potenciais recipientes e destinatários da arquitectura, isto é, não só com os poderes instituídos, ou com os clientes de estatuto cultural elevado, mas também com todos os ‘outros’...”(32)

A sua participação activa na sociedade, apesar de ainda não estar explícita a nível jurídico, como já foi mostrado, deve ser sempre procurada pelo arquitecto. Se a arquitectura não se isolar e procurar responder à sociedade e demonstrar-lhe claramente a sua premência, o seu direito ao exercício e a conquista do seu território começarão a estar salvaguardados.

“Não basta pedir protecção pela Lei. O território profissional não se conquista por Decreto. “*O progresso da Arquitectura como profissão, exige o seu reconhecimento não apenas no plano jurídico [...] É na medida que a Arquitectura for reconhecida como necessária e apetecível pelos cidadãos que ela será reconhecida pelos poderes públicos, e reciprocamente. O objectivo da “Arquitectura por arquitectos” não pode por isso ser acritico, nem a-ético, devendo passar a ser referido ao Direito à Qualidade da Arquitectura, que têm os cidadãos*” (6º Congresso da AAP- moção de orientação).

A base para o alargamento da área de intervenção do arquitecto está nas perspectivas do mercado e nas responsabilidades que o arquitecto deve estar apto a assumir, no plano teórico, legal, contratual e cultural, para responder eficazmente à procura.

A responsabilidade do arquitecto implica a garantia de uma capacidade correspondente. A ampliação das missões profissionais exige competências, saberes, aptidões, conhecimentos, domínio do mercado, estabelecimento de relações adequadas com os outros intervenientes.”(33)

Cabe ao arquitecto encontrar essas formas de se imiscuir na sociedade, de a conhecer e de a integrar. Esta relação entre a arquitectura e a sociedade deverá, pois, ser mais estreita, aberta e resoluta. Se os laços que a estabelecem forem mais fortes, o arquitecto começará a definir o seu território, demonstrará a exclusividade da sua actuação e procurará, através de inúmeras possibilidades de exercício profissional e de participação na organização do espaço, desde as mais convencionais às mais inovadoras, contribuir para a qualidade do ambiente humano e da vida das pessoas de uma forma geral.

“O que os arquitectos reivindicam hoje já não é apenas “Arquitectura para os Arquitectos” mas também “Arquitectura para Cidadãos”. Reconhecer o interesse público e colocá-lo acima do interesse próprio é um posicionamento ético muito exigente. Sabemos que nem todos estão à altura de ser juiz em causa própria. Mas lançamos nós o desafio: queremos desenvolver na sociedade portuguesa uma cultura crítica e participada da discussão da Arquitectura, que estabeleça laços cada vez mais fortes entre o público, as instituições e os profissionais.”(34)

O que o arquitecto idealizou será, pois, sujeito aos cidadãos, às suas atitudes, pensamentos e críticas, será sobretudo sujeito à vida dentro dele. Assim, cabe-lhe despertar os cidadãos para a importância da sua participação na definição do quadro de vida futuro da sociedade onde se integram. Esta deverá ser uma relação participada entre os dois pólos: profissionais e cidadãos, que definem em conjunto os objectivos e que trabalham para os atingir. Porque a “organização do espaço” é um projecto global, transversal e social, que deverá ser participado activamente por todos.

Contudo, segundo o *Livro branco da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal*, os cidadãos não demonstram o designado “interesse público” pelo espaço e pela sua qualidade. Para além de desconhecerem a importância da sua participação nesta questão, desconhecem igualmente as formas como o agravamento desta situação os poderá tocar directamente, para além de ignorarem também a forma como a qualidade do espaço, a nível económico, cultural e social, pode influenciar concretamente os seus modos de vida, comportamentos e atitudes. Cabe também ao arquitecto mostrar a necessidade de estreitar esta relação, de definir o que é a qualidade do espaço, de ilustrar as formas, mais diversas, em que pode contribuir para a sociedade e a transversalidade do seu perfil profissional.

“Para fazer convergir este esforço é necessária uma Cultura da Cidade, da Qualidade da Arquitectura e do Interesse Público: uma cultura crítica e participada que estabeleça laços entre a opinião pública, as instituições e a cultura profissional da Arquitectura.

Uma tal política atravessará várias disciplinas e centros de poder. Não se trata de uma política de Governo, objecto de mais um aparelho normativo, mas de um programa interactivo para a sociedade portuguesa, cruzando vários terrenos da acção política como o Ambiente, o Ordenamento do Território, a Habitação e as Obras Públicas, a Educação, a Investigação e a Cultura. [...]

O desenvolvimento de tal política requer a plena utilização dos saberes da Arquitectura, numa perspectiva de cooperação interprofissional, interdisciplinar e interinstitucional, tendo como objectivo envolver, num plano de maiores responsabilidades, todos os agentes do processo de construção e principalmente o utente final, o cidadão.”(35)

A cidade

Dentro da indispensabilidade da sua relação com o contexto e das suas responsabilidades sociais, cabe também ao arquitecto a organização do espaço urbano – o desenho da cidade.

Cabe-lhe assumir que a cidade não pode ser pontuada mas deve ser considerada como um espaço contínuo, participado por todos e como resultado de referências sociais, históricas, políticas, geográficas e culturais.

Assim, a cidade não é só uma obra de desenho do espaço urbano mas de desenho de vivências passadas e futuras, é uma obra global e transversal, que a todos diz respeito e em que ambos, profissionais e cidadãos, deverão ter uma participação activa. É uma obra aberta, que nunca está terminada, feita por todos e para todos e que deverá estar centrada no contexto cultural, social, económico, histórico... que a criou e que a rodeia.

A cidade é, sobretudo, uma obra de inter-relação entre todos os seus intervenientes, profissionais do desenho urbano, políticos, destinatários, Estado,...

“O interesse público da Arquitectura está no facto de ela fazer parte da nossa existência e de nós fazermos parte da

sua existência.

Não basta construir edifícios para ter uma cidade. É preciso que a cidade faça sentido para os seus habitantes. As cidades são resultado de uma colaboração entre poderes políticos, cidadãos e profissionais.”(36)

Neste caso, o trabalho do arquitecto é um projecto de decomposição da realidade, de forma individual (a partir de cada autor) e colectiva (através sua integração no todo).

Modelo de crescimento e de desenvolvimento

Podemos, assim, considerar dois modelos de resposta às necessidades: o de crescimento – *tout court* - e o de desenvolvimento - que vai para além da construção *per se* e que demonstra novas exigências de qualidade integral. O facto da sociedade exigir cada vez mais, conduz ao modelo de desenvolvimento. Neste último a arquitectura tem um trabalho complementar em muitas áreas. Para que este se concretize, é necessário um novo desempenho na resposta aos diferentes problemas e essa resposta vai sendo exigida aos arquitectos e pauta-lhes o seu futuro profissional.

“Ao longo destes últimos anos, o crescimento económico – na indústria, na produção e no consumo – não permitiu obter sempre os melhores resultados. Admite-se comumente que um crescimento ilimitado não é sustentável.”(37)

Deste modo, se demonstra que o modelo de crescimento ilimitado não se apresenta como uma resposta credível e possível para o futuro. O futuro, deve pois primar pela qualidade, na sua relação entre: ambiente construído e natural; medidas políticas e económicas; dono de obra, promotor e utente; objectivos económicos, sociais, culturais, ambientais, estéticos e políticos.

“Para atingirmos uma harmonia social e cultural, uma hierarquização correcta dos valores, uma sustentabilidade do ambiente construído, a permanência da elegância e, ao mesmo tempo, uma melhor relação qualidade/preço para o promotor, é preciso que a consciência colectiva mude.”(38)

Contudo, enquanto não se definir em concreto o papel do arquitecto e a sua especificidade na consecução da qualidade espacial, o modelo de desenvolvimento pode ser praticado pelos arquitectos, mas não será implementado na estrutura geral do sistema e o panorama espacial que temos hoje será perpetuado ou mesmo agravado.

“A qualidade do ambiente exerce uma acção directa na nossa vida a todos os níveis, para o melhor ou para o pior, de uma forma suficientemente importante para justificar a sua melhoria constante. Mas há outras razões para procurar obter padrões mais exigentes nas nossas construções e espaços urbanos.

Qualquer construção tem efeitos que ultrapassam os objectivos técnicos e económicos da sua realização. Cada edifício tem uma duração de vida de várias gerações. A maneira como construímos os nossos edifícios, os nossos bairros e as nossas cidades constituirá o testemunho futuro da consciência social e cultural da nossa época, do mesmo modo que o testemunho dos nossos antepassados chegou até nós: aquilo que construímos hoje ajuda a moldar não só as nossas próprias vidas, mas também as vidas dos nossos filhos.”(39)

Novos paradigmas

Os novos paradigmas são importantes na consecução deste novo modelo de actuação. É importante renovar-se, ir mais além e procurar novas formas de ver, fazer e pensar.

“Mas é sobretudo devido ao aparecimento de numerosos fenómenos, alguns positivos, outros negativos: - uma vontade exacerbada de crescimento e de mudança, o desemprego de longa duração, da explosão das tecnologias de informação, certos novos processos de fabrico, as comunicações mundiais, a tomada de consciência da identidade regional, o pluralismo social e cultural, a protecção do consumidor e o interesse crescente e urgente pela protecção do ambiente – exigem novas vias de reflexão: um novo modelo de pensamento.”(40)

O espaço de oportunidade cria-se, é o espaço da diferença.

Exemplo de um novo paradigma da forma de actuar do arquitecto perante as suas responsabilidades sociais é o arquitecto Jaime Lerner (41), três vezes eleito prefeito de Curitiba, demonstrou o papel da arquitectura para criar novos modelos e modos de estar urbanos, amigos do ambiente. Com o seu contributo, a cidade tentou resolver os seus problemas de segurança, através de processos de solidariedade social e de envolvimento das pessoas. Essa é uma forma de envolver a sociedade no processo arquitectónico, apontando-lhe as suas responsabilidades e demonstrando que a arquitectura vai para além do modelo de crescimento e que consegue intervir e qualificar as suas vidas.

A transversalidade como forma de actuar mais amplamente na sociedade

A arquitectura não se pode, portanto, isolar-se em si ou no seu objecto arquitectónico, mas atravessar diversos campos onde a problemática da organização do espaço esteja também em causa.

“Mas qual então o seu exacto lugar, o papel que lhe cabe executar? Pergunta difícil quando são tantos, muitos mais do que os já enunciados, os assumidos intervenientes na cidade, quando são múltiplos os enfoques interpretativos da arquitectura. Zevi fala-nos de interpretações políticas, filosófico-religiosas, científicas, económico-sociais, materialistas, técnicas, fisiopsicológicas, formalistas[...]”(42)

A arquitectura passa assim pela transversalidade, que implica multidisciplinaridade, mas implica sobretudo a aproximação à sociedade através de outros campos da vida. Segurança urbana, criatividade, ambiente,... são temas que levam a falar e a pensar de arquitectura fora do seu âmbito restrito e delimitado.

O arquitecto pode intervir para a criação de soluções para determinadas problemáticas que afectam a cidade e sobretudo a vida na cidade. Temáticas como o tráfego automóvel, a prevenção da criminalidade, a saúde ou a educação podem necessitar da intervenção de um profissional do desenho do espaço para que este seja propício para as acções que se pretendem dele.

Não se pretende que a arquitectura afrente, mas sobretudo que não apareça isolada. Deve agir em complementaridade e em modelos transversais e não segmentados – apelar a uma maior participação e a uma menor contestação.

Neste sentido, interrogamo-nos: a responsabilidade é ética ou normativa? É inerente à disciplina ou é decretada pela sociedade? A responsabilidade é interpretada de formas diversas pelo arquitecto, sempre dela consciente, tanto com base no que a Lei lhe impõe, como no que a sua moral lhe indica. É encarada tanto através do que pensa da arquitectura e da sua profissão como do que a sociedade espera dele, suprimindo as suas dificuldades e qualificando o seu espaço e as suas vidas.

Notas:

- (1) Pedro Brandão, *O Arquitecto e Outras Imperfeições, Ética, identidade e prospectiva da profissão*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p 43.
- (2) Fernando Távora, *Da Organização do Espaço*, FAUP Publicações, Porto, 2006, pp 25 e 26.
- (3) Conselho dos Arquitectos da Europa, *A Europa e a Arquitectura Amanhã: Livro Branco: propostas para o ordenamento do quadro construído na Europa*, Bruxelas, 1995, p 83.
- (4) *Idem*, p 77.
- (5) *Idem*, p 79.
- (6) João Belo Rodeia, "Precisões para Michel Toussaint", 2000: *Jornal Arquitectos, 218-219: Antologia 1981 - 2004*, Ordem dos Arquitectos Portugal, 2005, p 220.
- (7) António Cordeiro, *Arquitectura e Interesse Público*, Coimbra, Edições Almedina, SA, 2008, pp 32 e 33.
- (8) *Idem*, p 73.
- (9) Segundo António Cordeiro, esta Directiva já foi substituída pela Directiva n.º 2005/ 26/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Setembro de 2005 relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, mas o texto da Directiva de 1985 dever-se-á manter, uma vez que foi praticamente repetido nesta última.
- (10) António Cordeiro, *op. cit.*, p 72.
- (11) *Idem*, p 127.
- (12) Estatutos da Ordem dos Arquitectos de 1998, artigo 42º, ponto 1.
- (13) *Idem*, ponto 3.
- (14) Arquitectura: um direito dos cidadãos, um acto próprio dos arquitectos (revogação parcial do Decreto n.º 73/73, de 28 de Fevereiro).
- (15) *Idem*.
- (16) *Idem*.
- (17) Descrição do decorrer do processo da revogação do 73/73 retirado de <http://arquitectos.pt/>
- (18) *Idem*.
- (19) Pedro Brandão, ed Alt., *Livro branco da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1996, p 82.
- (20) Renzo Piano, entrevista à Revista do jornal Expresso de 17.6.2000, pp.61/62.
- (21) Pedro Brandão, ed Alt., *op. cit.*, p18.
- (22) José Mateus, *Mais Arquitectura*, 21, Fevereiro de 2008, p 30.
- (23) Álvaro Siza Vieira, *Jornadas pedagógicas*, Porto, AEFAUP, 1995.
- (24) Pedro Brandão, "As perspectivas da diversificação nas saídas profissionais da arquitectura": *Jornadas Pedagógicas*, Porto, AEFAUP, 1995.
- (25) Pedro Brandão, *Ética e Profissões, no Design Urbano Convicção, Responsabilidade e Interdisciplinaridade - Traços Da Identidade Profissional no Desenho da Cidade*, Tesis Presentada Por Pedro Brandão para la colación del Título de Doctor, Dirigida Por el Dr. A. Remesar, Doctorado Espacio Público Y Regeneración Urbana: Arte Y Sociedad Departamento De Escultura, Universidade De Barcelona, Libro 2, p 65.
- (26) Pedro Brandão, *O Arquitecto e Outras Imperfeições, Ética, identidade e prospectiva da profissão*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p 227.
- (27) Segundo Pedro Brandão, *A Cidade Entre Desenhos, Profissões do Desenho, Ética e Interdisciplinaridade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p 66: o " Interesse Público " é: " uma realidade negociada de vários interesses, pressupondo a Lei como instrumento regulador e pressupondo o fundamento ético da defesa dos direitos concretos dos indivíduos " .
- (28) Regulamento de Deontologia da Ordem dos Arquitectos, Capítulo 45º Princípios de Deontologia.
- (29) *Idem*, Capítulo 47º Deveres do arquitecto como servidor do interesse público.
- (30) *Idem*, Artigo 3.º Deveres do arquitecto para com a comunidade.
- (31) *Idem*, "Artigo 12.º Princípio 2 - Obrigações para com o Público
- Os arquitectos têm, na defesa do interesse público, a obrigação de respeitar o espírito e a letra das leis que regem as suas actividades profissionais, e de se preocuparem profundamente com as consequências sociais e ambientais da sua actividade profissional.
- 2.1 Regra: os arquitectos devem respeitar e contribuir para conservar os equilíbrios, o meio natural e o património cultural da comunidade onde fazem arquitectura. Estando cientes do efeito das suas intervenções, em relação às preocupações de todos os que irão utilizar ou beneficiar da sua obra, os arquitectos devem empenhar-se na melhoria do meio ambiente, assim como da qualidade de vida e *habitat*, e isto de modo sustentável.
- 2.2 Regra: os arquitectos não devem exprimir-se, nem promover a sua pessoa ou os seus serviços, em termos falsos, equívocos ou ilusórios.
- 2.3 Regra: um gabinete de arquitectura não deve apresentar-se de forma enganosa.
- 2.4 Regra: os arquitectos devem cumprir a lei, no quadro das suas actividades profissionais.
- 2.5 Regra: os arquitectos devem ater-se aos códigos deontológicos e de conduta vigentes nos países e jurisdições nos

quais prestam ou pretendem prestar serviços profissionais.

2.6 Regra: os arquitectos devem, no quadro da sua profissão, participar nas actividades públicas enquanto cidadãos e profissionais, e promover a sensibilização do público para as questões da arquitectura.”

(32) Pedro Gadanho, Retirado de <http://tgv-faup.blogspot.com/2005/11/metamorph-metaflux.html>

(33) Pedro Brandão, “As perspectivas da diversificação nas saídas profissionais da arquitectura”: *Jornadas Pedagógicas*, Porto, AEFAUP, 1995.

(34) Pedro Brandão, ed Alt., *op. cit.*, p 9.

(35) *Idem*, p 19.

(36) Pedro Brandão, ed Alt., *op. cit.*, p 8.

(37) Conselho dos Arquitectos da Europa, *op. cit.*, p 13.

(38) *Idem*, p 17.

(39) *Idem*, pp 11 e 13.

(40) *Idem*, p 9.

(41) Jaime Lerner, (1937-), arquitecto e urbanista, foi três vezes prefeito de Curitiba (1971-75; 1979-83; 1989-92). Liderou uma importante renovação urbana: cultural e social, através da promoção de vários projectos sociais de mobilização da população, da implantação de equipamentos públicos nomeadamente de saúde e de educação; uma renovação física, a nível da promoção dos transportes colectivos, do zonamento e do uso do solo e uma renovação ambiental. Lerner destacou a cidade pelo seu elevado índice de qualidade de vida e mostrou como o desenho urbano e a arquitectura de uma maneira geral podem intervir directamente na qualidade de vida das pessoas, quando integradas com outras áreas e agindo transversalmente.

(42) António Cordeiro, *op. cit.*, p 93.

Anexos:

(tratados graficamente com base na fonte devidamente referida)

(1) DL 73/73, de 28 de Fevereiro, publicado no Diário da República n.º 50, de 28 de Fevereiro de 1973, Série I.

(2) O Estatuto da Ordem dos Arquitectos - Decreto-Lei n.º 176/98, de 3 de Julho, da Presidência do Conselho de Ministros, publicado no Diário da República n.º 151/98, Série I A.

(3) Regulamento de Deontologia aprovado em 9 de Junho de 2001, na 9.ª reunião do Conselho Nacional de Delegados; publicado no boletim “Arquitectos” n.º 103, de 08/2001.

(4) Descrição do decorrer do processo de revogação do DL 73/73 – fonte: <http://arquitectos.pt>.

3.2.1. _ ANEXOS

115 DL 73/73
 Fonte: Diário da República nº 50, de 28 de Fevereiro de 1973, Série I.

Qualificação oficial a exigir aos técnicos responsáveis pelos projectos de obras

Em execução do disposto no nº 1 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 166/70, de 15 de Abril, tendo em consideração o relatório e a proposta da comissão incumbida do estudo da qualificação oficial a exigir aos técnicos responsáveis pelos projectos de obras sujeitas a licenciamento municipal, da qual participaram representantes da Ordem dos Engenheiros, do Sindicato Nacional dos Arquitectos, do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores e do Sindicato Nacional dos Construtores Civis;

Ouvido o Ministro da Educação Nacional;

Usando da faculdade conferida pelo nº 3º do artigo 109º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º

Disposições gerais

1 - A qualificação dos técnicos responsáveis pelos projectos de obras sujeitas a licenciamento municipal é a preceituada no presente diploma.

2 - Os projectos deverão, conforme o disposto nos artigos seguintes, ser elaborados e subscritos por arquitectos, engenheiros civis, agentes técnicos de engenharia civil e de minas, construtores civis diplomados ou outros técnicos diplomados em Engenharia ou Arquitectura reconhecidos pelos respectivos organismos profissionais.

3 - Quando se verifique a participação de vários técnicos na elaboração de um mesmo projecto, cada parte do projecto deverá ser subscrita pelo técnico ou técnicos que nela directamente intervêm.

4 - A declaração a que se refere o artigo 6º do Decreto-Lei n.º 166/70, de 15 de Abril, deverá ser subscrita pelos autores do projecto ou das respectivas partes, quando estas existam.

Artigo 2.º

Loteamentos urbanos

1 - Os estudos de urbanização, quando necessários à definição de loteamentos urbanos, serão elaborados e subscritos, conjuntamente, por arquitectos e engenheiros civis ou agentes técnicos de engenharia civil e de minas.

2 - Os projectos de loteamentos abrangidos por estudos de urbanização já aprovados ou os de loteamentos de reduzida dimensão em zonas rurais poderão ser elaborados e subscritos, isoladamente, por arquitectos, engenheiros civis ou agentes técnicos de engenharia civil e de minas.

3 - Os projectos das infra-estruturas serão elaborados e subscritos por arquitectos, engenheiros ou agentes técnicos de engenharia, de acordo com as suas especialidades e nos termos da legislação em vigor.

Artigo 3.º

Edifícios

1 - Os projectos de edifícios serão, em regra, elaborados de colaboração entre arquitectos e

engenheiros civis, agentes técnicos de engenharia civil e de minas e construtores civis diplomados.

2 - Os projectos de edifícios correntes, e sem exigências especiais, poderão ser elaborados, isoladamente, por arquitectos, engenheiros civis ou agentes técnicos de engenharia civil e de minas.

3 - Os projectos de edifícios correntes, e sem exigências especiais, que não excedam quatro pisos acima do nível do arruamento principal e cuja área total de pavimentos não ultrapasse 800 m², bem como os projectos de alteração e os planos de demolição correntes, poderão ser elaborados e subscritos por construtores civis diplomados.

4 - É obrigatória a intervenção de arquitectos nos projectos de novos edifícios e nos de alteração em edifícios existentes, que envolvam modificações na sua expressão plástica, nas áreas aprovadas pelo Governo para este efeito, sob proposta das câmaras municipais interessadas.

Artigo 4.º

Estruturas de edifícios

1 - Os projectos de estruturas de edifícios serão elaborados e subscritos por engenheiros civis ou por agentes técnicos de engenharia civil e de minas.

2 - Na elaboração de projectos de estruturas de complexidade técnica ou de elevado valor económico que envolvam o recurso a soluções de características não correntes é obrigatória a intervenção de engenheiro civil.

3 - Salvo prescrição regulamentar em contrário, os engenheiros e os agentes técnicos de engenharia de especialidades não previstas no nº 1, os arquitectos e os construtores civis diplomados poderão projectar estruturas simples, de fácil dimensionamento e de execução corrente.

Artigo 5.º

Instalações especiais e equipamento

1 - Os projectos de instalações especiais e equipamento serão, em regra, elaborados e subscritos por engenheiros ou agentes técnicos de engenharia.

2 - Os projectos de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de esgotos deverão ser elaborados e subscritos, consoante a sua importância, por engenheiros civis ou agentes técnicos de engenharia civil e de minas.

3 - Na elaboração dos projectos de instalações eléctricas, de ventilação, ar condicionado, ascensores e montacargas, de aquecimento e outro equipamento que utilize energia deverão intervir, em regra, engenheiros electrotécnicos, engenheiros mecânicos ou agentes técnicos de engenharia de electricidade e máquinas, podendo ser admitida, também, a intervenção de outros técnicos diplomados em Engenharia, cuja actividade profissional os recomende como especialistas na matéria.

4 - Salvo disposição legal em contrário, os arquitectos e construtores civis diplomados poderão projectar instalações simples cujo dimensionamento, decorrendo da aplicação directa dos regulamentos ou de disposições técnicas oficiais, dispense outra justificação.

Artigo 6.º

Disposição transitória

1 - Enquanto não for definido pelos organismos profissionais o regime de concessão de graus de especialização, poderão as câmaras municipais continuar a aceitar projectos de autoria de técnicos cuja qualificação

não obedeça aos preceitos anteriores, desde que provem que, à data da publicação do presente diploma, já apresentaram na câmara municipal em que pretendem continuar inscritos, em período não inferior a cinco anos, projectos similares por eles elaborados e subscritos que mereceram aprovação.

2 - Na falta de técnicos com as qualificações previstas neste diploma ou nas condições referidas no número antecedente e apenas durante o período em que na área do concelho interessado e dos concelhos limítrofes se mantiver tal carência, poderão as câmaras municipais aceitar projectos elaborados e subscritos por técnicos de qualificação diferente e por indivíduos não diplomados, aos quais já tenha sido reconhecida idoneidade para o efeito, desde que domiciliados naquela área, sem prejuízo, porém, do disposto no artigo 4.º e artigo 5.º.

Artigo 7.º

Intervenção das câmaras municipais

1 - As resoluções das câmaras municipais em matéria de qualificação, tendo em conta o disposto neste decreto, serão fundamentadas em parecer dos respectivos serviços técnicos, se os houver, e deverão mencionar concretamente as razões justificativas da decisão tomada.

2 - No caso de os serviços técnicos não se encontrarem habilitados a elaborar o parecer referido no número antecedente, deverá a câmara municipal recorrer aos serviços técnicos da junta distrital, ou, na sua falta, à direcção de urbanização do respectivo distrito.

3 - Das decisões tomadas pelas câmaras municipais no âmbito do presente diploma cabe recurso para o Ministro das Obras Públicas, através da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização.

Artigo 8.º

Disposição final

As dúvidas e omissões que se verificarem na aplicação das disposições contidas no presente decreto serão resolvidas por despacho do Ministro das Obras Públicas.

Marcello Caetano - Rui Alves da Silva Sanches.

116 O Estatuto da Ordem dos Arquitectos
Fonte: Decreto-Lei n.º 176/98, de 3 de Julho, da Presidência do Conselho de Ministros, publicado no Diário da República n.º 151/98, Série I A

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º Natureza e Sede

1 - A Ordem dos Arquitectos, abreviadamente designada por Ordem, é a associação pública representativa dos licenciados ou detentores de diploma equivalente no domínio da arquitectura, que exerçam a profissão de arquitecto.

2 - A Ordem tem sede em Lisboa.

Artigo 2.º Âmbito

1 - A Ordem compreende as Secções Regionais do Norte e do Sul, sem prejuízo de, por deliberação da Assembleia Geral, poderem ser criadas novas secções regionais e definido

o respectivo âmbito de competência regional.

2 - A Secção Regional do Norte tem sede no Porto e abrange a área correspondente aos distritos de Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Porto, Aveiro, Coimbra, Viseu e Guarda.

3 - A Secção Regional do Sul tem sede em Lisboa e abrange a área correspondente aos distritos de Castelo Branco, Leiria, Santarém, Lisboa, Portalegre, Évora, Beja, Setúbal e Faro, bem como às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Artigo 3.º Atribuições

São atribuições da Ordem:

a) Contribuir para a defesa e promoção da arquitectura e zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão de arquitecto, promovendo a valorização profissional e científica dos seus associados e a defesa dos respectivos princípios deontológicos;

b) Admitir e certificar a inscrição dos arquitectos, bem como conceder o respectivo título profissional;

c) Elaborar e aprovar os regulamentos internos de natureza associativa e profissional e pronunciar-se sobre legislação relativa ao domínio da arquitectura e aos actos próprios da profissão de arquitecto;

d) Representar os arquitectos perante quaisquer entidades públicas ou privadas;

e) Contribuir para a elevação dos padrões de formação do arquitecto;

f) Defender os interesses, direitos e prerrogativas dos associados;

g) Fazer respeitar o código deontológico e exercer jurisdição disciplinar sobre todos os arquitectos nacionais e estrangeiros que exerçam a profissão em território nacional;

h) Promover o intercâmbio de ideias e de experiências entre os membros e entre estes e organismos congéneres estrangeiros e internacionais, bem como acções de coordenação interdisciplinar, quer ao nível da formação e investigação, quer ao nível da prática profissional;

i) Colaborar, patrocinar e promover a edição de publicações que contribuam para um melhor esclarecimento público das implicações e relevância da arquitectura;

j) Colaborar com escolas, faculdades e outras instituições em iniciativas que visem a formação do arquitecto;

l) Organizar e desenvolver serviços úteis aos seus associados;

m) Regulamentar os estágios de profissionalização organizados pela Ordem e participar na sua avaliação;

n) Filiar-se ou estabelecer acordos com organizações nacionais, internacionais e estrangeiras com objectivos afins;

o) Acompanhar a situação geral do ensino da arquitectura e dar parecer sobre todos os assuntos relacionados com esse ensino;

p) Registrar a autoria dos trabalhos profissionais, nos termos da lei;

q) Colaborar na organização e regulamentação de concursos que se enquadrem nos seus objectivos e participar nos seus júris.

CAPÍTULO II MEMBROS

Artigo 4.º Espécies

A Ordem integra membros efectivos e extraordinários.

Artigo 5.º Membros efectivos

1 - Podem inscrever-se como membros efectivos os titulares de licenciatura ou diploma equivalente no domínio da arquitectura, reconhecido nos termos legais e do presente Estatuto.

2 - Podem ainda inscrever-se na Ordem, para o efeito do exercício em Portugal da profissão de arquitecto, os nacionais de outros Estados membros da Comunidade Europeia quando titulares das habilitações académicas e profissionais requeridas legalmente para o exercício desta profissão no respectivo Estado de origem, de acordo com a Directiva n.º 85/384/CEE, do Conselho, e respectivo diploma de transposição.

3 - Os nacionais de Estados não pertencentes à Comunidade Europeia podem inscrever-se na Ordem, em condições de reciprocidade, desde que obtenham a equiparação do seu diploma nos termos da legislação em vigor.

Artigo 6.º Estágios

Aos candidatos mencionados no artigo anterior pode ser exigida a realização de estágio e a prestação de provas de aptidão.

Artigo 7.º Membros Extraordinários

1 - Os membros extraordinários podem ser correspondentes, honorários e estagiários.

2 - Podem ser membros correspondentes as pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, que, pela sua actividade, possam contribuir para a realização dos fins da Ordem, os estudantes de arquitectura e os membros de associações congéneres estrangeiras, em condições de reciprocidade.

3 - Podem ser membros honorários as pessoas singulares ou colectivas que a Ordem queira distinguir em razão de importantes contribuições no âmbito dos seus objectivos.

4 - Podem ser membros estagiários os licenciados ou diplomados com as habilitações descritas no artigo 5º que estejam a cumprir o período de estágio.

Artigo 8.º Exclusão e suspensão

1 - A exclusão da Ordem pode dar-se a pedido do interessado.

2 - É suspensa a inscrição na Ordem nas seguintes situações:

- a) A pedido do interessado;
- b) Na sequência de processo disciplinar que envolva a aplicação da pena de suspensão;
- c) Quando se verifique uma situação de incompatibilidade.

CAPÍTULO III ORGANIZAÇÃO

Artigo 9.º Órgãos

1 - Ordem dos Arquitectos compreende órgãos nacionais e regionais.

2 - São órgãos nacionais: a) O congresso; b) A assembleia geral; c) O conselho nacional de delegados; d) O conselho directivo nacional; e) O conselho fiscal nacional; f) O conselho nacional de disciplina;

g) O conselho nacional de admissão.

3 - São órgãos regionais:

- a) As assembleias regionais;
- b) Os conselhos regionais de delegados;
- c) Os conselhos directivos regionais;
- d) Os conselhos regionais de disciplina;
- e) Os conselhos regionais de admissão

Artigo 10.º Regras gerais

1 - Os titulares dos órgãos da Ordem são eleitos por um período de três anos, não sendo permitida a acumulação de cargos.

2 - Nos cargos do conselho directivo nacional e nos conselhos directivos regionais não é permitida a reeleição para um terceiro mandato consecutivo nem nos três anos subsequentes ao termo do segundo mandato consecutivo.

3 - Excepto nos cargos previstos no número anterior quando exercidos com carácter de regularidade e permanência, desde que a remuneração seja inscrita no orçamento em verba própria, a actividade exercida em qualquer órgão da Ordem é gratuita.

4 - Excluindo os membros dos conselhos de delegados, o falecimento ou impedimento prolongado de um membro de qualquer outro órgão pode conduzir à sua substituição por cooptação, proposta pelo órgão respectivo, por uma única vez e desde que objecto de ratificação pelo conselho de delegados respectivo.

Artigo 11.º Candidaturas

1 - As candidaturas a órgãos da Ordem só podem ser apresentadas por membros efectivos no pleno exercício dos seus direitos.

2 - Para além das situações de incompatibilidades legais, não podem ser candidatos a titular de qualquer órgão da Ordem os titulares de órgão directivo de qualquer estabelecimento de ensino público, particular ou cooperativo que ministre cursos de arquitectura, qualquer que seja a sua natureza.

3 - A eleição para os órgãos nacionais e regionais da Ordem depende da apresentação de proposta de candidatura, respectivamente perante os presidentes da mesa da assembleia geral e da assembleia regional.

4 - O prazo para apresentação das listas candidatas aos vários órgãos sociais termina trinta dias antes da data marcada para o acto eleitoral.

5 - As propostas de candidatura são subscritas

por um mínimo de 50 arquitectos com inscrição em vigor, devendo incluir a lista dos candidatos a todos os órgãos, com a sua declaração de aceitação e a indicação do candidato a presidente, e também de vice-presidente, quando for o caso, do respectivo órgão.

Artigo 12.º Eleições

1 - A eleição para os diversos órgãos da Ordem realiza-se nos termos de regulamento próprio na data que for designada pelo presidente da mesa da assembleia geral.

2 - Apenas têm direito de voto os membros da Ordem no pleno exercício dos seus direitos.

3 - O voto é secreto e pode ser exercido pessoalmente ou por correspondência, caso em que será dirigido ao presidente da mesa da assembleia geral, devendo o boletim ser encerrado em sobrescrito acompanhado de carta com assinatura do votante reconhecida pelo notário ou de fotocópia do bilhete de identidade.

Artigo 13.º Congresso

1 - O congresso realiza-se de três em três anos e nele podem participar, além dos membros efectivos e extraordinários, as pessoas que satisfaçam as condições de inscrição fixadas, bem como as que para o efeito sejam convidadas.

2 - O congresso é organizado pelo conselho directivo nacional em colaboração com o conselho directivo regional da região onde aquele se realize e é presidido pelo presidente da mesa da assembleia geral.

3 - O congresso é realizado alternadamente nas várias secções regionais.

4 - Compete ao congresso:

- a) Pronunciar-se sobre o exercício da profissão e seu estatuto, bem como sobre o aperfeiçoamento da arquitectura nas suas componentes artística, técnica e humanística;
- b) Discutir as comunicações de carácter científico, artístico, técnico e cultural que lhe forem apresentadas;
- c) Aprovar as moções de orientação e as recomendações de carácter associativo e profissional.

Artigo 14.º Assembleia geral

1 - A assembleia geral é composta por todos os membros que se encontrem no pleno exercício dos seus direitos.

2 - A assembleia geral reúne ordinariamente para a eleição dos órgãos nacionais e da mesa, para discussão e votação do orçamento e do relatório e contas, em Dezembro e Abril dos anos, respectivamente, anterior e posterior ao do exercício em causa, e extraordinariamente mediante convocação pelo seu presidente nos termos do número seguinte.

3 - As reuniões extraordinárias da assembleia geral são convocadas pelo presidente a solicitação do conselho nacional de delegados, do conselho directivo nacional, do conselho fiscal nacional, de uma assembleia regional ou de 5% dos seus membros efectivos.

4 - A mesa da assembleia geral é composta por cinco membros, um presidente e dois secretários, eleitos em assembleia geral, e dois vice-presidentes, os quais são os presidentes das assembleias regionais.

5 - A assembleia geral reúne nas sedes nacionais ou regionais, conforme determinação do presidente, ou no local onde funcione o congresso, quando se realize em simultâneo com este.

6 - Salvo nos casos previstos na alínea d) do nº 8,

se, à hora marcada na convocatória da assembleia geral, não estiver presente pelo menos metade dos membros efectivos, a reunião terá início uma hora depois, com a presença de qualquer número de membros.

7 - O disposto no número anterior não se aplica às reuniões extraordinárias da assembleia geral convocadas a solicitação de 5% dos seus membros efectivos, caso em que a Assembleia Geral só funciona se estiverem presentes pelo menos metade dos requerentes.

8 - À assembleia geral compete:

- a) Eleger e destituir, nos termos do presente estatuto, os órgãos nacionais e a mesa;
- b) Discutir e votar o orçamento e o relatório de contas apresentados pelo conselho directivo nacional, acompanhados do respectivo parecer elaborado pelo conselho fiscal nacional;
- c) Apreciar a actividade dos órgãos sociais nacionais e aprovar moções e recomendações de carácter associativo e profissional;
- d) Discutir e aprovar propostas de alteração do Estatuto, ouvidas as assembleias regionais, mediante quórum de 10% dos seus membros efectivos e votação favorável de três quartos dos presentes;
- e) Fixar o valor da quota a pagar pelos seus membros e a percentagem da quotização a atribuir aos conselhos directivos nacional e regionais;
- f) Conhecer e decidir dos recursos interpostos das deliberações das assembleias regionais;
- g) Aprovar a criação de especialidades, sob proposta do conselho nacional de delegados;
- h) Pronunciar-se sobre todos os problemas de carácter profissional;
- i) Criar novas secções regionais e definir o respectivo âmbito de competência territorial.

Artigo 15.º Conselho nacional de delegados

1 - O conselho nacional de delegados é composto por um número mínimo de 16 membros, eleitos de acordo com o método da representação proporcional, e, por inerência, pelos presidentes dos conselhos regionais de delegados e por um dos membros do conselho fiscal nacional, do conselho nacional de disciplina e do conselho nacional de admissão.

2 - As listas de candidatura à eleição do conselho devem incluir membros inscritos em cada uma das secções regionais e três candidatos suplentes.

3 - O presidente do conselho é o primeiro candidato da lista mais votada e o vice-presidente e os dois secretários são eleitos na primeira reunião em que aquele presida.

4 - O conselho nacional de delegados funciona na sede da Ordem e reúne mediante convocação do presidente ou a solicitação de qualquer órgão nacional ou de um conselho regional de delegados.

5 - O conselho nacional de delegados só pode deliberar com a presença da maioria dos seus membros, incluindo o presidente ou o vice-presidente, e as suas deliberações são tomadas à pluralidade de votos, dispondo o presidente ou o vice-presidente, na ausência do primeiro, de voto de qualidade.

Artigo 16.º Competência do conselho nacional de delegados

Ao conselho nacional de delegados compete:

- a) Aprovar os regulamentos de deontologia, das especialidades e o seu próprio regulamento;
- b) Apreciar e pronunciar-se sobre a actividade de todos os

órgãos sociais, com excepção das assembleias regionais e da assembleia geral, elaborando, pelo menos, um parecer anual sobre a sua actividade;

c) Resolver os conflitos de competência entre órgãos sociais;

d) Decidir os recursos interpostos das deliberações dos conselhos directivos regionais e nacional e dos conselhos regionais de delegados;

e) Propor à assembleia geral a criação de especialidades;

f) Pronunciar-se sobre o plano de actividades do conselho directivo nacional, sobre projectos de regulamentos do conselho directivo nacional, sobre propostas do conselho directivo nacional para filiação em instituições com objectivos afins aos da Ordem, sobre os temas do congresso e sobre propostas de alteração do presente Estatuto;

g) Aprovar as propostas elaboradas pelo conselho directivo nacional sobre alienação ou oneração de bens imóveis, ouvido o conselho fiscal nacional;

h) Exercer funções consultivas a solicitação dos órgãos sociais.

Artigo 17.º Conselho directivo nacional

1 - O conselho directivo nacional é composto por:

- a) Um presidente;
- b) Um vice-presidente;
- c) Sete vogais;
- d) Os presidentes dos conselhos directivos regionais.

2 - O presidente, o vice-presidente e os vogais são eleitos pela assembleia geral, devendo as listas candidatas à eleição incluir membros da Ordem inscritos em cada uma das secções regionais.

3 - O presidente é o presidente da Ordem, cabendo-lhe representá-la em juízo e fora dele.

4 - Na primeira sessão de cada triénio o conselho directivo nacional elege, de entre os seus membros, o secretário, o tesoureiro e a comissão executiva.

5 - O conselho funciona na sede da Ordem e reúne, pelo menos uma vez por mês, mediante convocação do presidente, por sua iniciativa ou a solicitação de qualquer conselho directivo regional.

6 - O conselho só pode deliberar com a presença de, pelo menos, seis dos seus membros, incluindo o presidente ou o vice-presidente, e as suas deliberações são tomadas à pluralidade de votos, dispondo o presidente ou o vice-presidente, na ausência do primeiro, de voto de qualidade.

7 - As listas de candidatura devem apresentar três candidatos suplentes.

Artigo 18.º Competência do conselho directivo nacional

Compete ao conselho directivo nacional:

- a) Definir a posição da Ordem perante os órgãos de soberania e da Administração Pública, no que se relacione com a prossecução dos fins institucionais da Ordem;
- b) Emitir parecer sobre projectos de diplomas legislativos que interessem ao exercício da profissão de arquitecto e propor as alterações legislativas que se julguem por convenientes, ouvidos os conselhos directivos regionais;
- c) Dirigir os serviços de âmbito nacional da Ordem;
- d) Zelar pelo respeito e cumprimento do Estatuto e elaborar os regulamentos internos necessários à sua execução e à prossecução dos fins institucionais da Ordem, ouvidos os órgãos competentes;
- e) Fazer executar as deliberações da assembleia geral e

do conselho nacional de delegados;

f) Submeter à assembleia geral o orçamento da Ordem para o ano civil seguinte e o relatório e contas respeitantes ao ano civil anterior;

g) Arrecadar e distribuir receitas, realizar despesas, aceitar doações e heranças ou legados, bem como alienar ou onerar bens nos termos da alínea g) do artigo 16º do presente Estatuto;

h) Cobrar as receitas gerais da Ordem, quando a cobrança não pertença aos conselhos directivos regionais, e autorizar despesas de conta do orçamento geral da Ordem;

i) Constituir organizações temáticas para a execução de tarefas ou a elaboração de estudos sobre assuntos de interesse para a Ordem;

j) Dirigir as relações internacionais da Ordem;

l) Organizar o congresso e fixar os seus temas, ouvido o conselho nacional de delegados e as assembleias regionais;

m) Admitir a inscrição dos arquitectos e autorizar o uso do título profissional;

n) Dar execução às decisões disciplinares do conselho nacional de disciplina;

o) Propor ao conselho nacional de delegados a aprovação dos regulamentos das especialidades.

Artigo 19.º Comissão executiva

1 - A comissão executiva é composta por um número máximo de sete elementos escolhidos pelo conselho directivo nacional de entre os seus membros eleitos e pelos presidentes dos conselhos directivos regionais.

2 - Compete à comissão executiva a coordenação da actividade e da gestão corrente da Ordem no intervalo entre as reuniões do conselho.

Artigo 20.º Composição, funcionamento e competência do conselho nacional de disciplina

1 - O conselho nacional de disciplina é constituído por um presidente e por quatro vogais eleitos em assembleia geral e reúne na sede, por convocação do presidente.

2 - Compete ao conselho nacional de disciplina:

a) Julgar os recursos das deliberações em matéria disciplinar dos conselhos regionais de disciplina;

b) Exercer o poder disciplinar sobre os titulares dos órgãos sociais do mesmo mandato e

do imediatamente anterior;

c) Eleger de entre os seus membros um delegado ao conselho nacional de delegados;

d) Propor ao conselho nacional de delegados o regulamento de deontologia.

Artigo 21.º Composição, funcionamento e competência do conselho fiscal nacional

1 - O conselho fiscal nacional é constituído por um presidente e dois vogais eleitos em assembleia geral e reúne na sede, por convocação do seu presidente.

2 - Compete ao conselho fiscal nacional:

a) Examinar pelo menos trimestralmente a gestão financeira da Ordem;

b) Dar parecer sobre o relatório, contas e orçamento anuais apresentados pelo conselho directivo nacional;

c) Assistir às reuniões dos conselhos directivos sempre que o julgue conveniente, sem direito a voto;

d) Emitir parecer sobre a utilização de fundos e sobre a alienação de bens imóveis da Ordem;

e) Eleger de entre os seus membros um delegado ao conselho nacional de delegados.

Artigo 22.º Composição, funcionamento e competência do conselho nacional de admissão

1 - O conselho nacional de admissão é composto por um presidente e dois vogais, eleitos pela assembleia geral, e reúne na sua sede, por convocação do seu presidente.

2 - Compete ao conselho nacional de admissão:

a) Julgar os recursos em matéria de admissão dos conselhos regionais de admissão;

b) Propor ao conselho directivo nacional as condições de realização periódica das provas de admissão à Ordem;

c) Propor ao conselho directivo nacional critérios objectivos de dispensa de provas de admissão, a rever periodicamente, os quais se basearão nos currículos dos cursos, nos meios de ensino e nos métodos de avaliação;

d) Eleger de entre os seus membros um delegado ao conselho nacional de delegados.

Artigo 23.º Composição e funcionamento das assembleias regionais

1 - Em cada secção regional funciona uma assembleia regional constituída por todos os membros inscritos por essa secção e no pleno exercício dos seus direitos.

2 - A mesa da assembleia regional é constituída por um presidente, dois secretários e um suplente.

3 - As assembleias regionais reúnem ordinariamente para a eleição da respectiva mesa e dos restantes órgãos regionais, bem como para apreciar o plano anual de actividades e o relatório do conselho directivo regional.

4 - O funcionamento das assembleias regionais é regulado, com as necessárias adaptações, pelas regras estabelecidas para o funcionamento da assembleia geral.

Artigo 24.º Competência das assembleias regionais

Compete às assembleias regionais:

a) Eleger e destituir os órgãos regionais;

b) Apreciar o plano de actividades do conselho directivo regional e o seu relatório anual;

c) Pronunciar-se sobre problemas de carácter profissional e associativo;

d) Apreciar a actividade dos órgãos sociais regionais e aprovar moções e recomendações de carácter profissional e associativo;

e) Pronunciar-se sobre a criação de novas secções regionais;

f) Pronunciar-se sobre propostas de alteração ao Estatuto;

g) Pronunciar-se sobre os temas do congresso.

Artigo 25.º Composição e funcionamento dos conselhos directivos regionais

1 - Em cada secção regional funciona um conselho directivo regional, constituído por um presidente, um vice-presidente e sete vogais.

2 - Na primeira sessão do triénio, cada conselho directivo regional elege, de entre os seus membros, um

secretário e um tesoureiro.

3 - O presidente do conselho directivo regional convoca e dirige as reuniões, com voto de qualidade e representa a respectiva secção.

Artigo 26.º Competência do conselho directivo regional
Compete ao conselho directivo regional:

- a) Representar a Ordem na respectiva área, designadamente perante os organismos regionais e locais;
- b) Promover a filiação da respectiva secção em organizações de âmbito regional, nacionais ou estrangeiras, com objectivos afins, ouvido o conselho directivo nacional;
- c) Cooperar com os demais órgãos da Ordem na prossecução das suas atribuições;
- d) Administrar e dirigir os serviços regionais;
- e) Zelar pelo respeito e cumprimento do presente Estatuto, dos regulamentos e das orientações gerais da Ordem definidas pelos órgãos nacionais competentes;
- f) Submeter à apreciação da assembleia regional o plano de actividades e o relatório anual;
- g) Cobrar as quotas dos membros inscritos na respectiva secção, bem como outras receitas próprias dos serviços a seu cargo, e autorizar despesas, nos termos do orçamento;
- h) Admitir a inscrição de membros residentes na área da respectiva região;
- i) Enviar ao conselho directivo nacional a lista de todos os membros inscritos, para efeitos de registo e autorização do uso do título profissional;
- j) Prestar serviços aos arquitectos e outras entidades;
- l) Criar delegações e dinamizar a criação de núcleos, de acordo com os regulamentos internos;
- m) Enviar ao conselho directivo nacional a parte das receitas das quotizações dos membros nela inscritos fixada em assembleia geral;
- n) Constituir comissões de trabalho de âmbito regional e nomear os seus membros;
- o) Pronunciar-se, a solicitação do conselho directivo nacional, sobre projectos de diplomas legislativos e regulamentares;
- p) Dar execução às decisões disciplinares dos conselhos regionais de disciplina;
- q) Certificar a inscrição dos arquitectos e conceder o respectivo título profissional;
- r) Dar assessoria à organização de concursos e nomear representantes de júris.

Artigo 27.º Composição e funcionamento do conselho regional de delegados

- 1 - O conselho regional de delegados é o órgão consultivo e fiscalizador da secção regional, composto por sete membros eleitos por método de representação proporcional ao número de votos obtidos pelas listas de candidatura e três membros designados por cada um dos conselhos regionais de disciplina e conselhos regionais de admissão.
- 2 - As listas de candidatura devem apresentar uma maioria de candidatos residentes fora do distrito ou área metropolitana onde se situe a sede regional.
- 3 - O presidente do conselho é o primeiro candidato da lista mais votada.
- 4 - As listas de candidatura devem apresentar um

membro suplente.

Artigo 28.º Competência do conselho regional de delegados

- 1 - Compete ao conselho regional de delegados:
 - a) Examinar a gestão financeira do conselho directivo regional;
 - b) Apreciar a actividade associativa na região;
 - c) Exercer funções consultivas a solicitação dos restantes órgãos regionais;
 - d) Pronunciar-se sobre a gestão financeira da secção regional, dar parecer vinculativo sobre a utilização dos fundos de reserva regionais e sobre a criação de delegações;
 - e) Estabelecer os critérios para a nomeação de representantes da secção regional no júri de concursos.
- 2 - O presidente do conselho regional de delegados pode assistir, sem direito a voto, às reuniões do conselho directivo regional da secção correspondente.

Artigo 29.º Composição, funcionamento e competência dos Conselhos Regionais de Disciplina

- 1 - Os conselhos regionais de disciplina são compostos por um presidente e quatro vogais, eleitos pela assembleia regional, e reúnem na sua sede, por convocação do seu presidente.
- 2 - Compete aos conselhos regionais de disciplina:
 - a) Exercer o poder disciplinar sobre os membros da Ordem com domicílio profissional na área da secção correspondente, sem prejuízo do disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 20º;
 - b) Arbitrar conflitos entre membros ou entre estes e terceiros;
 - c) Eleger de entre os seus membros três delegados ao conselho regional de delegados.

Artigo 30.º Composição, funcionamento e competência do Conselho Regional de Admissão

- 1 - Os conselhos regionais de admissão são compostos por um presidente e quatro vogais eleitos pela assembleia regional e reúnem na sua sede, por convocação do seu presidente.
- 2 - Compete aos conselhos regionais de admissão:
 - a) Verificar que os candidatos à Ordem possuem as capacidades e os conhecimentos descritos no artigo 3º da Directiva nº 85/384/CEE do Conselho;
 - b) Organizar e avaliar os estágios e as provas de aptidão;
 - c) Eleger de entre os seus membros três delegados ao conselho regional de delegados.

Artigo 31.º Especialidades

- 1 - Podem ser criadas especialidades no domínio da arquitectura sempre que estejam em causa áreas com características técnicas e científicas particulares, que assumam importância cultural, social ou económica e impliquem uma especialização do conhecimento ou da prática profissional.
- 2 - Cada uma das Especialidades organiza-se em colégio, o qual é constituído por todos os membros com essa especialidade.

Artigo 32.º Delegações e Núcleos

- 1 - Podem ser criadas delegações em localidades

que não coincidam com a sede das secções regionais.

2 - As delegações exercem as competências que lhe forem delegadas pelo conselho directivo regional da respectiva área.

3 - As delegações são dirigidas por um presidente com o apoio de um secretariado, de acordo com regras fixadas pelo conselho directivo regional.

4 - Podem ser constituídos núcleos quando corresponda à vontade de 50% dos arquitectos residentes na sua área territorial que, de acordo com o regulamento respectivo, apresentem ao conselho directivo regional o seu programa de actividade, com indicação da duração, orçamento e responsáveis pela sua execução.

5 - Compete ao conselho directivo regional verificar a conformidade da constituição e funcionamento dos núcleos com os estatutos e regulamento respectivo.

CAPÍTULO IV

REFERENDOS INTERNOS

Artigo 33.º Objecto

1 - A Ordem pode realizar, a nível nacional, referendos internos com carácter vinculativo aos seus membros, destinados a submeter a votação as questões que o conselho directivo nacional considere suficientemente relevantes.

2 - As questões devem ser formuladas com clareza e para respostas de sim ou não.

3 - As questões referentes a matérias que o presente Estatuto cometa à competência deliberativa de qualquer órgão nacional só podem ser submetidas a referendo mediante autorização desse órgão.

Artigo 34.º Organização

1 - Compete ao conselho directivo nacional fixar a data do referendo interno, e organizar o respectivo processo.

2 - O teor das questões a submeter a referendo interno é divulgado junto de todos os membros da Ordem e deve ser objecto de reuniões de esclarecimento e debate.

3 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as propostas de alteração às questões a submeter a referendo interno devem ser dirigidas por escrito ao conselho directivo nacional, durante o período de esclarecimento e debate, por membros da Ordem devidamente identificados.

4 - As propostas de referendo interno subscritas por um mínimo de 3% dos membros efectivos da Ordem no pleno gozo dos seus direitos não podem ser objecto de alteração.

Artigo 35.º Efeitos

1 - O efeito vinculativo do referendo interno depende de o número de votantes ser superior a metade dos membros efectivos inscritos nos cadernos eleitorais.

2 - Quando se trate de projectos de propostas relativos à dissolução da Ordem, a aprovação carece de voto expresso de dois terços dos membros inscritos nos cadernos eleitorais.

3 - Os resultados dos referendos internos são divulgados pelo conselho directivo nacional após a recepção dos apuramentos parciais.

CAPÍTULO V

REGIME FINANCEIRO

Artigo 36.º Receitas a nível nacional

Constituem receitas da Ordem a nível nacional:

- a) A percentagem das quotizações cobradas pelas secções regionais que for estabelecida pela assembleia geral;
- b) O produto eventual da actividade editorial, dos serviços e outras actividades de âmbito nacional;
- c) Heranças, legados, donativos e subsídios;
- d) Os juros dos depósitos bancários, incluindo os de fundo de reserva e do fundo de comparticipação;
- e) O rendimento dos bens móveis e imóveis da Ordem;
- f) O produto das taxas de inscrição.

Artigo 37.º Fundo de reserva

1 - O fundo de reserva, representado em dinheiro depositado, destina-se a fazer face a despesas extraordinárias da Ordem e é constituído pela percentagem do saldo anual das contas que for estabelecida em assembleia geral.

2 - Para utilização do fundo, o conselho directivo nacional carece de parecer favorável do conselho fiscal nacional.

Artigo 38.º Fundo de comparticipação

1 - O fundo de comparticipação, representado em dinheiro depositado, destina-se a cobrir, total ou parcialmente, eventuais saldos negativos das secções regionais ou das despesas em iniciativas cujo interesse transcende o âmbito regional, e é constituído por uma percentagem do saldo anual da gerência nacional, a fixar anualmente em assembleia geral.

2 - Para utilização do fundo, o conselho directivo nacional carece de parecer favorável do conselho fiscal nacional.

Artigo 39.º Receitas das secções regionais

Constituem receitas das secções regionais:

- a) O produto das taxas de certificação;
- b) A percentagem das quotizações cobradas que for estabelecida pela assembleia geral;
- c) O produto da actividade editorial, dos serviços e outras actividades de âmbito regional;
- d) O rendimento dos bens móveis e imóveis da Ordem confiados à guarda e gestão da secção regional, ou por seu intermédio adquiridos;
- e) Os juros dos depósitos bancários das secções regionais.

Artigo 40.º Fundos de reserva regionais

1 - Os fundos de reserva regionais, representados em dinheiro depositado, destinam-se a fazer face a despesas extraordinárias e são constituídos pela percentagem do saldo anual das contas da respectiva secção que for fixada pela assembleia geral.

2 - Os conselhos directivos regionais podem dispor do respectivo fundo de reserva, mediante parecer favorável do conselho regional de delegados.

Artigo 41.º Orçamento

1 - O orçamento geral da Ordem consta da previsão orçamental dos custos e proveitos ordinários, a nível nacional e regional e integra um orçamento relativo ao plano de actividade de cada conselho directivo.

2 - Os conselhos directivos regionais enviam ao

conselho directivo nacional até 31 de Outubro o plano das suas actividades para o ano seguinte, acompanhado da respectiva previsão orçamental para inclusão no orçamento geral.

3 - O orçamento geral é aprovado em assembleia geral, com parecer do conselho fiscal nacional.

4 - O orçamento dos conselhos directivos, quando deficitário, deve ser coberto, ou pelo saldo de anos anteriores, ou pelos fundos de reserva ou de participação respectivos.

CAPÍTULO VI EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

Artigo 42.º Exercício da profissão

1 - Só os arquitectos inscritos na Ordem podem, no território nacional, usar o título profissional de arquitecto e praticar os actos próprios da profissão.

2 - Para efeitos de inscrição na Ordem devem os arquitectos demonstrar possuir as capacidades e os conhecimentos descritos no artigo 3.º da Directiva nº 85/384/CEE, do Conselho, e respectivo diploma de transposição.

3 - Os actos próprios da profissão de arquitecto consubstanciam-se em estudos, projectos, planos e actividades de consultadoria, gestão e direcção de obras, planificação, coordenação e avaliação, reportadas ao domínio da arquitectura, o qual abrange a edificação, o urbanismo, a concepção e desenho do quadro espacial da vida da população, visando a integração harmoniosa das actividades humanas no território, a valorização do património construído e do ambiente.

4 - A intervenção do arquitecto é obrigatória na elaboração ou avaliação dos projectos e planos no domínio da arquitectura.

Artigo 43.º Direitos do arquitecto

1 - Os arquitectos têm direito de requerer a intervenção da Ordem para a defesa dos seus direitos ou interesses legítimos em matéria profissional, nos termos previstos no presente Estatuto.

2 - Constituem, designadamente, direitos do arquitecto no exercício da profissão:

- O direito de exercer a sua profissão, de acordo com a sua vocação, formação e experiência, sem interferência na sua autonomia técnica, nem concorrência de profissionais sem formação adequada;
- O direito de autor sobre as obras de arquitectura;
- O direito à co-autoria dos trabalhos em que colabore, na medida da sua responsabilidade, e a fazê-la figurar em publicações e no currículo profissional;
- O direito a publicitar a sua actividade e a divulgar as suas obras ou estudos;
- O direito à actualização da sua formação e valorização profissional e social;
- O direito aos meios e à assistência necessários às tarefas de que é incumbido e a uma remuneração condigna do seu trabalho.

Artigo 44.º Modos de exercício da profissão

A profissão de arquitecto pode ser exercida:

- Por conta própria, como profissional independente ou como empresário em nome individual;
- Como sócio, administrador ou gerente de uma sociedade de profissionais com actividade no domínio da arquitectura;

c) Como funcionário público ou trabalhador contratado pela administração central, regional ou local;

d) Como assalariado de outro arquitecto ou de outros profissionais, ou de uma pessoa colectiva.

CAPÍTULO VII DEONTOLOGIA PROFISSIONAL

Artigo 45.º Princípios de Deontologia

1 - O arquitecto deve orientar a sua actividade profissional de acordo com os princípios do interesse público, da isenção, da competência e da boa relação com os seus colegas.

2 - O arquitecto deve, no exercício da profissão, mostrar-se digno das responsabilidades que lhe são inerentes.

3 - O arquitecto deve, no exercício da sua profissão, pôr os seus conhecimentos e a sua criatividade ao serviço do interesse público, mantendo sempre e em quaisquer circunstâncias a maior independência e isenção.

4 - O arquitecto deve abster-se de exercer qualquer pressão ilegítima sobre a autoridade pública com o objectivo de obter benefícios para o seu trabalho.

Artigo 46.º Enumeração das incompatibilidades

O exercício da arquitectura é incompatível com as funções e actividades seguintes:

- Titular ou membro de órgãos de soberania, à excepção da Assembleia da República, e respectivos assessores, membros e funcionários ou agentes contratados dos respectivos gabinetes;
- Titular ou membro de governo regional e respectivos assessores, membros e funcionários ou agentes contratados dos respectivos gabinetes;
- Governador civil ou vice-governador civil;
- Presidente ou vereador de câmara municipal no âmbito do que a lei determine;
- Gestor público, nos termos do respectivo estatuto;
- Quaisquer outras que por lei especial sejam consideradas incompatíveis com o exercício da profissão de arquitecto.

Artigo 47.º Deveres do arquitecto como servidor do interesse público

O arquitecto, no exercício da sua profissão, deve:

- Actuar de forma que o seu trabalho, como criação artística e técnica, contribua para melhorar a qualidade do ambiente e do património cultural;
- Utilizar os processos e adoptar as soluções capazes de assegurar a qualidade da construção, o bem estar e a segurança das pessoas;
- Favorecer a integração social, estimulando a participação dos cidadãos no debate arquitectónico e no processo decisório em tudo o que respeita ao ambiente.

Artigo 48.º Deveres de isenção

O arquitecto, no desempenho da sua actividade profissional, deve:

- Evitar todas as situações incompatíveis com as suas obrigações profissionais;
- Declarar às pessoas envolvidas, antes de assumir qualquer compromisso profissional, toda a ligação de interesses que possam pôr em dúvida ou afectar o

desenvolvimento das actividades profissionais;

- c) Abster-se de se envolver em situações que possam comprometer o desempenho da sua actividade com independência e imparcialidade;
- d) Recusar-se a assinar quaisquer trabalhos nos quais não tenha participado;
- e) Basear a promoção da sua actividade profissional em informações verdadeiras.

Artigo 49.º Dever de competência

1 - O arquitecto deve exercer a sua profissão com eficácia e lealdade, aplicando nela todo o seu saber, criatividade e talento, tendo particularmente em atenção os interesses daqueles que lhe confiarem tarefas profissionais.

2 - O arquitecto deve, em especial:

- a) Definir claramente os termos da sua relação profissional, nomeadamente a natureza, o objectivo, a extensão dos serviços a prestar, responsabilidades, fases e prazos a cumprir, bem como a remuneração e todos os restantes elementos que com ela se relacionem;
- b) Recusar tarefas que ultrapassem a sua competência ou disponibilidade, ou cujas condições de realização prejudiquem a qualidade da prestação, não abandonando sem justificação legítima tarefas ou cargos que aceite desempenhar;
- c) Assegurar a veracidade das informações que presta;
- d) Abster-se de receber retribuições que recaiam sobre a matéria do seu trabalho por outra via que não seja de honorários ou vencimentos previamente fixados;
- e) Recusar condições financeiras que não lhe permitam fornecer uma prestação profissional satisfatória.

Artigo 50.º Deveres recíprocos dos arquitectos

O arquitecto deve:

- a) Basear a competição entre colegas no respeito pelos interesses de cada um;
- b) Quando chamado a substituir um colega na execução de uma tarefa, não a aceitar sem esclarecer previamente, com ele e com quem lhe incumbe a tarefa, a situação contratual e de direito de autor;
- c) Abster-se de exercer competição fundada unicamente na remuneração.

Artigo 51.º Deveres do arquitecto para com a Ordem

Constituem deveres do arquitecto:

- a) Cumprir as deliberações e os regulamentos da Ordem;
- b) Colaborar na prossecução das atribuições da Ordem e exercer os cargos para que tenha sido eleito;
- c) Informar, no momento da inscrição, o exercício de qualquer cargo ou actividade profissional, para efeitos de verificação de incompatibilidades;
- d) Suspender imediatamente o exercício da profissão quando ocorrer incompatibilidade superveniente;
- e) Pagar pontualmente as quotas e outros encargos devidos à Ordem, estabelecidos nos termos do presente Estatuto;
- f) Comunicar, no prazo de 30 dias, qualquer mudança de domicílio profissional.

CAPÍTULO VIII

RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR

Artigo 52.º Responsabilidade disciplinar

- 1 - Os arquitectos estão sujeitos à jurisdição disciplinar dos órgãos da Ordem, nos termos previstos no presente Estatuto.
- 2 - Comete infracção disciplinar o arquitecto que, por acção ou omissão, violar dolosa ou negligentemente algum dos deveres fixados neste Estatuto e demais disposições legais aplicáveis.
- 3 - A acção disciplinar é independente de eventual responsabilidade civil ou criminal.

Artigo 53.º Instauração do processo disciplinar

- 1 - O processo disciplinar é instaurado mediante decisão do conselho nacional ou regional de disciplina, consoante o caso.
- 2 - Os tribunais e demais autoridades públicas devem dar conhecimento à Ordem da prática por arquitectos de actos susceptíveis de constituírem infracção disciplinar.
- 3 - O Ministério Público e as demais entidades com poderes de investigação criminal devem dar conhecimento à Ordem das participações apresentadas contra arquitectos, por actos relacionados com o exercício da profissão.

Artigo 54.º Prescrição do procedimento disciplinar

- 1 - O procedimento disciplinar prescreve no prazo de três anos sobre a prática da infracção, salvo o disposto no número seguinte.
- 2 - O procedimento disciplinar de titulares de órgãos da Ordem prescreve no prazo de três anos sobre a cessação das respectivas funções.
- 3 - As infracções disciplinares que constituam simultaneamente ilícito penal prescrevem no mesmo prazo que o procedimento criminal, quando este for superior.
- 4 - A responsabilidade disciplinar permanece durante o período de suspensão da Ordem, e não cessa pela demissão da Ordem, relativamente a factos anteriormente praticados.

Artigo 55.º Penas

- 1 - As penas disciplinares são as seguintes:
 - a) Advertência;
 - b) Censura;
 - c) Suspensão até seis meses;
 - d) Suspensão de seis meses a dois anos;
 - e) Suspensão de dois a dez anos.
- 2 - A pena prevista na alínea c) só pode ser aplicada por infracção disciplinar em caso de negligência grave ou de acentuado desinteresse pelo cumprimento dos deveres profissionais consagrados nos artigos 47.º e 48.º, nas alíneas c) e d) do artigo 49.º, no artigo 50.º e nas alíneas a), c) e d) do artigo 51.º.
- 3 - A pena prevista na alínea d) do número 1 só pode ser aplicada por infracção disciplinar que afecte gravemente a dignidade e o prestígio profissional do arquitecto.
- 4 - A pena prevista na alínea e) do número 1 é aplicável quando tenha sido cometida infracção disciplinar que também constitua crime punível com pena de prisão superior a dois anos, ou em caso de reincidência da infracção referida no número anterior.

Artigo 56.º Escolha e medida da pena

A escolha e a medida da pena são feitas em função

da culpa do arguido, tendo em conta a gravidade e as consequências da infracção, os antecedentes profissionais e disciplinares e as demais circunstâncias da infracção.

Artigo 57.º Instrução

1 - A instrução do processo disciplinar compreende as diligências necessárias ao apuramento da verdade material, devendo o relator remover os obstáculos ao seu regular e rápido andamento e, sem prejuízo do direito de defesa, recusar o que for inútil ou dilatatório.

2 - Até ao despacho de acusação o processo é secreto.

Artigo 58.º Termo da instrução

1 - Finda a instrução, o relator profere despacho de acusação ou emite parecer fundamentado em que conclua no sentido do arquivamento do processo.

2 - Não sendo proferido despacho de acusação, o relator apresenta o parecer na primeira reunião do conselho nacional ou regional de disciplina, consoante o caso, a fim de ser deliberado o arquivamento do processo ou determinado que o mesmo prossiga com a realização de diligências suplementares ou com o despacho de acusação, podendo, neste último caso, ser designado novo relator.

Artigo 59.º Despacho de acusação

1 - O despacho de acusação deve indicar a identidade do arguido, os factos imputados e as circunstâncias em que foram praticados, as normas legais e regulamentares infringidas, a prova e o prazo para a apresentação de defesa.

2 - O arguido é notificado da acusação pessoalmente ou por carta registada com aviso de recepção, com a entrega da respectiva cópia.

Artigo 60.º Defesa

1 - O prazo para a apresentação de defesa é de vinte dias.

2 - O arguido pode nomear para a sua defesa um representante especialmente mandatado para esse efeito.

3 - A defesa deve expor clara e concisamente os factos e as razões que a fundamentam.

4 - Com a defesa deve o arguido apresentar o rol de testemunhas, juntar documentos e requerer as diligências necessárias para o apuramento dos factos relevantes.

5 - Não podem ser apresentadas mais de cinco testemunhas por cada facto, não podendo o total delas exceder vinte.

Artigo 61.º Alegações

Realizadas as diligências a que se refere o artigo anterior e outras que sejam determinadas pelo relator, o interessado e o arguido são notificados para alegarem por escrito no prazo de vinte dias.

Artigo 62.º Julgamento

1 - Finda a instrução, o processo é presente ao conselho nacional ou regional de disciplina, consoante o caso, para julgamento, sendo lavrado e assinado o respectivo acórdão.

2 - As penas de suspensão de dois a dez anos só podem ser aplicadas mediante decisão que obtenha dois terços dos votos de todos os membros do conselho

nacional ou regional de disciplina, consoante o caso.

Artigo 63.º Notificação do acórdão

1 - Os acórdãos finais são imediatamente notificados ao arguido e aos interessados por carta registada com aviso de recepção.

2 - O acórdão que aplicar pena de suspensão é também notificado à entidade empregadora do infractor.

Artigo 64.º Processo de inquérito

1 - Pode ser ordenada a abertura de processo de inquérito sempre que não esteja concretizada a infracção ou não seja conhecido o seu autor, e quando seja necessário proceder a averiguações destinadas ao esclarecimento dos factos.

2 - O processo de inquérito regula-se pelas normas aplicáveis ao processo disciplinar em tudo o que não esteja especialmente previsto.

Artigo 65.º Termo de instrução em processo de inquérito

1 - Finda a instrução, o relator emite um parecer fundamentado em que propõe o prosseguimento do processo como disciplinar ou o seu arquivamento, consoante considere existirem ou não indícios suficientes da prática de infracção disciplinar.

2 - O relator apresenta o seu parecer em reunião do conselho nacional ou regional de disciplina, consoante o caso, que delibera no sentido de o processo prosseguir como disciplinar, ser arquivado ou de serem realizadas diligências complementares.

3 - Caso o parecer não seja aprovado, pode ser designado novo relator de entre os membros do conselho que façam vencimento.

Artigo 66.º Execução das decisões

1 - Compete ao conselho directivo nacional ou regional, consoante o caso, dar execução às decisões disciplinares.

2 - O cumprimento da pena de suspensão tem início a partir do dia da respectiva notificação.

3 - Se à data do início da suspensão estiver suspensa ou cancelada a inscrição do arguido, o cumprimento da pena de suspensão tem início a partir do dia imediato àquele em que tiver lugar o levantamento da suspensão da inscrição, ou a reinscrição, ou a partir da data em que termina a execução da anterior pena de suspensão.

Artigo 67.º Revisão

1 - As decisões disciplinares definitivas podem ser revistas a pedido do interessado, com fundamento em novos factos ou novas provas, susceptíveis de alterar o sentido daquelas, ou quando outra decisão definitiva considerar falsos elementos de prova determinantes da decisão a rever.

2 - A concessão de revisão depende de deliberação pela maioria absoluta dos membros do órgão que proferiu a decisão disciplinar.

Artigo 1.º
Artigo 2.º
Artigo 3.º
Artigo 4.º
Artigo 5.º
Artigo 6.º
Artigo 7.º
Artigo 8.º

Índice

PREÂMBULO

Artigo 1.º - Princípios gerais;
Artigo 2.º - Incompatibilidades;
Artigo 3.º - Deveres do arquitecto para com a comunidade;
Artigo 4.º - Dever de imparcialidade;
Artigo 5.º - Conflito de interesses;
Artigo 6.º - Publicidade;
Artigo 7.º - Deveres do arquitecto no desempenho da sua actividade;
Artigo 8.º - Deveres do arquitecto para com o cliente ou empregador;
Artigo 9.º - Remuneração do arquitecto;
Artigo 10.º - Direitos de autor;
Artigo 11.º - Deveres recíprocos dos arquitectos;
Artigo 12.º - Deveres do arquitecto empregador ou responsável;
Artigo 13.º - Deveres do arquitecto assalariado;
Artigo 14.º - Deveres do arquitecto para com a Ordem dos Arquitectos;
Artigo 15.º - Segredo profissional e discussão pública de questões profissionais;
Artigo 16.º - Dever geral de urbanidade;
Artigo 17.º - Disposições finais; Artigo 18.º - Normas subsidiárias; Artigo 19.º - Disposição transitória.

Anexo - Recomendações sobre Ética e Deontologia da UIA.

PREÂMBULO

1. Logo na primeira das alíneas do preceito legal definidor das atribuições da Ordem dos Arquitectos se destaca a de promover a defesa dos princípios deontológicos, a cuja definição é votado todo um capítulo do Estatuto.

Do mesmo passo prevê este que, sob proposta do Conselho Nacional de Disciplina, seja aprovado pelo Conselho Nacional de Delegados o Regulamento de Deontologia, em necessário desenvolvimento das regras insertas nesse capítulo, integrado pelos artigos 45.º a 51.º.

2. Qualquer que seja a forma de actividade, deverá o arquitecto ter consciência do carácter essencial da sua actividade como intérprete e servidor da cultura e da sociedade de que faz parte, devendo ter sempre presente que a arquitectura é uma profissão de interesse público. Enquanto tal está sujeito às normas gerais de conduta

dessa mesma sociedade e, particularmente, àquelas que integram o seu código deontológico, mesmo que não escritas, mas que sejam consideradas aceites como correntes no normal exercício da actividade profissional, devendo os Conselhos de Disciplina publicar regularmente os seus acórdãos e deliberações, que constituem, também, normativos de jurisprudência.

3. O título de Arquitecto é prerrogativa daqueles que têm legalmente direito ao seu uso, impondo concomitantemente uma elevada exigência quanto ao seu exercício profissional.

Traduzindo essa elevada exigência, as regras deontológicas visam assegurar o cumprimento perfeito, pelo arquitecto, de uma actividade essencial a uma sociedade civilizada e cuja inobservância terá, em último caso, de conduzir à aplicação de uma sanção disciplinar.

4. As regras deontológicas são aplicáveis a todos os arquitectos na actividade profissional qualquer que seja o seu modo de exercício, nomeadamente por conta própria, como empresário ou gestor, como assalariado ou avençado, como funcionário público em situação de dependência ou de responsabilidade hierárquica.

5. As regras deontológicas aplicam-se naturalmente a todos os arquitectos que exerçam a sua actividade em Portugal, independentemente de residirem ou não no País, e de nele se terem ou não estabelecido, conforme decorre claramente das disposições do artigo 5.º e do ponto 1. do artigo 42.º do Estatuto da Ordem.

6. Como se refere no preâmbulo do diploma legal que aprovou o Estatuto, foram considerados na sua elaboração os princípios estabelecidos no Código de Ética do Conselho dos Arquitectos da Europa. Na elaboração do presente Regulamento foram igualmente tidas em conta as recomendações, neste domínio da União Internacional dos Arquitectos, por último aprovadas na sua XXI.ª Assembleia, em Julho de 1999.

A relevância deste último texto leva a que se preveja a sua aplicação subsidiária no próprio regulamento sendo, por tal motivo, a ele publicado em anexo.

7. Assim, sob proposta do Conselho Nacional de Disciplina de 24 de Março de 2001, aprovada nos termos da alínea d) do ponto 2. do artigo 20.º do Estatuto da Ordem dos Arquitectos, o Conselho Nacional de Delegados, ao abrigo da alínea b) do artigo 16.º, do mesmo Estatuto, aprova, na sua reunião de 9 de Junho de 2001, o seguinte :

1. REGULAMENTO DE DEONTOLOGIA

Artigo 1.º Princípios gerais

1 - O arquitecto deve, no exercício da sua actividade, mostrar-se digno das responsabilidades que lhe são inerentes pelo prestígio da profissão.

2 - No exercício da sua profissão, o arquitecto deverá manter, sempre e em quaisquer circunstâncias, a maior independência e isenção, não prossequindo objectivos que comprometam a ética profissional, agindo com a adequada diligência, competência e profissionalismo.

3 - O arquitecto deverá cumprir escrupulosamente os deveres consignados no Estatuto da Ordem dos Arquitectos e neste Regulamento, e todos aqueles que a lei, usos e costumes lhe imponham na sua acção profissional.

Artigo 2.º Incompatibilidades

O exercício da arquitectura, para além das situações definidas no artigo 46.º do Estatuto, é incompatível com

qualquer actividade ou função que ponha em causa a independência e a dignidade do exercício da profissão. Em caso de dúvida sobre incompatibilidades o arquitecto deve expô-la ao respectivo Conselho de Disciplina, solicitando orientação.

Artigo 3.º Deveres do arquitecto para com a comunidade

Constituem deveres do arquitecto para com a comunidade:

- a) Orientar o exercício da sua profissão pelo respeito pela natureza, bem como pela atenção pelo edificado pré-existente, de modo a contribuir para melhorar a qualidade do ambiente e do património edificado;
- b) Diligenciar, no exercício da profissão, pelo efectivo e correcto cumprimento de toda a legislação aplicável;
- c) Assegurar e melhorar a sua competência, para o que deve contribuir e participar em actividades de informação, formação e aperfeiçoamento, nomeadamente as aceites ou promovidas pela Ordem dos Arquitectos;
- d) Contribuir para acções de interesse geral no domínio da arquitectura, nomeadamente participando na discussão pública de problemas relevantes no seu âmbito;
- e) Favorecer a integração social, estimulando a participação dos cidadãos no debate arquitectónico e no processo decisório em tudo o que respeita ao ambiente, ao urbanismo e à edificação;
- f) Ter em consideração nos seus projectos os factores sociais em cada caso relevantes;
- g) Procurar adoptar soluções capazes de assegurar a qualidade da construção, o bem-estar e a segurança das pessoas, salvaguardando a economia do processo construtivo nas obras de que é autor ou responsável;
- h) Não usar meios ou expediente ilegais, nem promover diligências dilatórias prejudiciais ou atentatórias do correcto exercício da profissão.

Artigo 4.º Dever de imparcialidade

1 - Em qualquer situação em que deva emitir o seu parecer técnico, nomeadamente no caso de litígio entre dono de obra, construtor e/ou entidade pública, o arquitecto deve agir com imparcialidade, interpretando com inteira justiça as condições dos contratos ou documentos normativos existentes.

2 - O arquitecto deve dar provas de objectividade e equidade:

- a) Sempre que deva emitir pareceres sobre propostas de construtores ou contratos entre donos de obra, construtores ou fornecedores;
- b) Sempre que formule uma apreciação sobre a competência ou qualidade de um profissional ou duma empresa ou sobre a sua qualidade de execução.

3 - Um arquitecto chamado a emitir uma apreciação sobre um colega ou sobre o trabalho deste, deve pronunciar-se com conhecimento de causa, sentido de justiça e imparcialidade, não prejudicando a reputação profissional ou as actividades profissionais do colega, nem deixando que sejam menosprezados os seus trabalhos, devendo, assim, apreciá-los com objectividade.

4 - Um arquitecto chamado a cumprir tarefas de controlo, aconselhamento e julgamento deve abster-se de qualquer atitude arbitrária; as suas decisões e os seus pareceres devem ser sempre expressos de forma clara e fundamentada.

Artigo 5.º Conflitos de interesses

1 - Nenhum arquitecto poderá assumir ou aceitar qualquer posição ou cargo em que o interesse privado

entre em conflito com o dever profissional.

2 - O arquitecto proprietário, representante ou beneficiário, de qualquer material de construção, equipamento ou patente, que possa ter aplicação em determinada obra, não poderá:

- a) Utilizá-lo sem que previamente tenha informado dessa particularidade o cliente ou a entidade para quem presta serviço;
- b) Prestar, em virtude dessa qualidade, serviços de arquitectura a título gratuito ou manifestamente sub-remunerados.

3 - O arquitecto que, dada a natureza das suas funções, se encontre em condições de intervir na apreciação de projectos ou de, por qualquer forma, influir na sua aprovação, não poderá ser parte em quaisquer processos nos quais tenha interesse, ou exercer a sua influência para favorecer terceiros.

4 - Sempre que um arquitecto se encontre a desempenhar várias actividades de natureza diferente, estas devem ser perfeitamente diferenciadas, independentes e publicamente conhecidas.

5 - O arquitecto deve evitar situações em que é julgador e parte, não podendo designadamente, numa mesma tarefa, ser responsável pela concepção arquitectónica e assistência técnica à obra e pela apreciação ou fiscalização da mesma.

6 - Quando colocado em dependência hierárquica, económica ou funcional decorrente do modo de exercício por conta de outrem, o arquitecto que estiver em situação de conflito de interesses nos termos deste artigo deverá expor a situação ao respectivo Conselho de Disciplina, pedindo orientação.

Artigo 6.º Publicidade

1 - O arquitecto poderá oferecer e divulgar os seus serviços profissionais sob qualquer forma de comunicação, sempre dentro das limitações legais existentes. No caso de divulgação publicitária deverá fazê-lo ou autorizá-lo respeitando as seguintes especificidades:

- a) A publicidade só poderá ser de carácter informativo e não persuasivo;
- b) Em caso algum se poderão estabelecer comparações com outros profissionais ou autorizarem terceiros a fazê-lo;
- c) Na divulgação das próprias obras e méritos profissionais, não deverá, sem a devida autorização, citar-se a identidade dos clientes, a menos que sejam obviamente públicos e notórios, assim como não se deverá divulgar dados que não sejam exclusivamente técnicos ou artísticos;
- d) O arquitecto abster-se-á de introduzir na divulgação dos seus serviços qualquer referência directa ou indirecta aos honorários, ou aos custos da obra, sem autorização do dono da obra;
- e) Quando a mensagem não se difunda em secções, espaços ou suportes especialmente publicitários, deverá indicar-se claramente o seu carácter, consignando a esse fim, de modo visível e destacado, a menção "publicidade".

2 - Em caso de dúvida sobre a legitimidade do conteúdo da publicidade ou da autorização dada a terceiros, o arquitecto deverá de tal dar conhecimento ao respectivo Conselho de Disciplina, solicitando orientação.

3 - O disposto nos números anteriores não prejudica:

- a) A existência de placas com o nome do autor e outros dados referentes à propriedade artística e intelectual, durante e após a construção;

b) A indicação de cargos académicos, a menção de cargos exercidos na Ordem dos Arquitectos ou a referência à sociedade de profissionais de que o arquitecto seja sócio;

c) As menções incluídas em conferências, ou publicações especializadas de arquitectura.

Artigo 7.º Deveres do arquitecto no desempenho da sua actividade

1 - O arquitecto deverá pôr no desempenho das tarefas que lhe compete todo o saber, experiência e dedicação, compatibilizando os interesses do seu cliente ou empregador com os seus deveres profissionais e para com a comunidade, obrigando-se a ter em conta

o bem-estar daqueles que utilizam os edifícios e espaços urbanos que projecta.

2 - O arquitecto não deverá aceitar tarefas ou incumbências que, pelo seu número ou importância, o impeçam de pessoalmente dar assistência a todas elas no cabal desempenho da sua actividade profissional.

3 - O arquitecto deverá adaptar o número e extensão das tarefas ou incumbências que aceita às suas aptidões, conhecimentos, possibilidades de intervenção pessoal e meios que pode utilizar, e às exigências particulares inerentes à sua importância e forma de execução.

4 - Em nenhum caso compromissos anteriormente assumidos poderão ser prejudicados por trabalhos posteriormente aceites.

5 - Antes de assinar um contrato ou aceitar compromisso profissional, o arquitecto deve verificar se o mesmo não contém cláusulas incompatíveis com a sua consciência profissional.

6 - Todo o compromisso profissional do arquitecto deve ser objecto de um contrato ou acordo escrito prévio que cumpra as seguintes condições:

a) Definir a natureza e âmbito das funções, tarefas ou intervenções, assim como a respectiva forma de remuneração;

b) Ter em conta as disposições do presente Regulamento e conter, explicitamente, as regras fundamentais que definem as relações entre o arquitecto e o seu cliente ou empregador.

7 - O arquitecto deve evitar toda a situação em que interesses privados, mesmo legítimos, possam levá-lo a prejudicar ou preterir os do seu cliente ou empregador.

8 - O arquitecto deve abster-se de participar em concursos ou consultas como concorrente ou como jurado cujas condições contrariem o presente Regulamento.

9 - As tarefas confiadas ao arquitecto devem ser desempenhadas por si próprio ou directamente sob a sua orientação, visando, designadamente, assegurar as melhores condições de eficácia no desempenho das funções por colaboradores de outras especialidades.

10 - O arquitecto abster-se-á de dar falsas indicações quanto ao seu nível de qualificação ou à eficácia dos meios de que dispõe.

11 - O arquitecto abster-se-á de tomar decisões ou dar ordens que impliquem despesas não previstas, sem autorização prévia do cliente ou empregador.

12 - O arquitecto deverá procurar ter um claro conhecimento do desenvolvimento das suas obras, tanto relativamente à execução das mesmas como relativamente à sua fidelidade ao projecto aprovado, sem prejuízo de alterações que julgue convenientes.

13 - O arquitecto, no desempenho das suas funções, deverá sempre responder em tempo útil às solicitações

que lhe sejam feitas por entidades públicas.

14 - O arquitecto que, em virtude da função ou do cargo desempenhados, aprecie planos, projectos e estudos ou influa na sua aprovação deverá cumprir rigorosamente as seguintes condições:

a) Exercer o referido cargo com isenção e rigor, e em tempo útil;

b) Abster-se de expedientes dilatórios que constituam prejuízo para colegas e requerentes;

c) Abster-se de indicar aos requerentes meios ilícitos, nomeadamente o recurso ilegítimo a colegas e outros técnicos, com o objectivo de resolver eventuais dificuldades nos respectivos processos de apreciação e aprovação;

d) Prestar aos seus colegas os dados e informações de carácter público e não reservado necessários ao desenvolvimento do seu trabalho profissional.

Artigo 8.º Deveres do arquitecto para com o cliente ou empregador

1 - O arquitecto não deve aceitar a prestação de serviços profissionais que com o seu conhecimento não resulte da escolha livre e directa do cliente ou empregador.

2 - O arquitecto deve fundamentar sempre em informações verdadeiras a oferta de serviços a clientes.

3 - Sempre que o arquitecto tenha a convicção de que as disponibilidades do cliente ou empregador são insuficientes para o trabalho que pretende, deve informá-lo desse facto.

4 - O arquitecto deve facultar ao seu cliente ou empregador todas as explicações necessárias à completa compreensão e apreciação dos serviços que lhe presta.

5 - O arquitecto deve dar conta do desempenho da sua actividade ao cliente ou empregador e fornecer-lhe os documentos relativos à mesma, de acordo com o que houver contratado.

6 - A denúncia de um contrato por um arquitecto constitui uma falta profissional se não advier de motivos justos e razoáveis, tais como:

a) A perda de confiança manifestada pelo cliente ou empregador;

b) O aparecimento de uma situação que coloque o arquitecto em conflito de interesses com o cliente ou empregador;

c) O aparecimento de uma situação susceptível de atentar contra a independência do arquitecto;

d) A violação pelo cliente ou empregador de cláusulas do contrato com o arquitecto;

e) Situações em que o cliente ou empregador pretenda levar o arquitecto a ignorar ou desrespeitar a lei;

f) Situações em que o cliente ou empregador pretenda levar o arquitecto a contrariar a sua consciência profissional.

Artigo 9.º Remuneração do arquitecto

1 - A remuneração do arquitecto deve ser calculada em função das tarefas que lhe são confiadas, especificando-se detalhadamente os serviços nelas englobados.

2 - A remuneração do arquitecto é única e exclusivamente encargo do seu cliente ou empregador, devendo ser claramente definida por contrato.

3 - O arquitecto deverá informar o cliente ou empregador sobre todas as condições da sua relação profissional.

4 - Qualquer que seja a forma do exercício profissional o arquitecto não poderá aceitar comissões ou quaisquer outros proventos provenientes de fornecedores, negociantes, construtores ou outros, relacionados com os seus trabalhos.

5 - Um arquitecto que não tenha participado na elaboração de um projecto não poderá, em caso algum, assiná-lo, nem receber qualquer remuneração a esse título.

Artigo 10.º Direitos de autor

1 - O arquitecto deverá indicar, quanto a cada obra, as situações de co-autoria, relativamente ao conjunto ou a partes da obra.

2 - Quando ocorrerem situações que configurem co-autoria, deve esta ser inequívoca e publicamente assumida, devendo o nome e títulos de todos os arquitectos que efectivamente participaram na elaboração de um plano, projecto ou estudo e a condição e fases em que o fizeram serem explicitamente mencionados, através de uma ficha de autoria ou ficha técnica livremente aceite por todos.

3 - O arquitecto encarregado da direcção, fiscalização ou assistência técnica de obras projectadas por outrem não poderá fazer nem permitir que se façam modificações durante a construção sem a prévia concordância do autor .

4 - Ao arquitecto é interdita, designadamente, a contrafacção bem como a assinatura de favor.

Artigo 11.º Deveres recíprocos dos arquitectos

1 - Nas suas relações recíprocas os arquitectos devem:

a) Ser objectivos nas apreciações que façam às obras de colegas, aceitando as apreciações que, também com objectividade, aqueles façam às suas;

b) Proceder com a maior lealdade, correcção e urbanidade, abstendo-se de qualquer ataque pessoal ou alusão desprimorosa;

c) Promover as suas relações profissionais devendo, com lealdade, dar assistência e aconselhamento recíprocos;

d) Basear a concorrência entre colegas apenas na competência.

2 - Os arquitectos devem abster-se de todos os actos susceptíveis de lesar directa ou indirectamente um colega, nomeadamente:

a) Criticando desnecessariamente as actividades profissionais de colegas;

b) Contratando ou aliciando colaboradores de colegas sem aviso prévio a estes;

c) Inculcando-se directa ou indirectamente para executar qualquer serviço entregue ou em vias de ser entregue a colegas.

3 - Na transmissão, substituição, participação ou intervenção em projectos ou obras de outrem, devem cumprir-se as seguintes condições:

a) O arquitecto encarregado de elaborar ou continuar um trabalho profissional anteriormente acordado com outro arquitecto, ou por este iniciado, não deverá aceitar essa tarefa sem que o tenha notificado previamente, tenha tomado em consideração legítimos direitos desse colega e tenha feito o que lhe for possível para assegurar o cumprimento dos termos aplicáveis do contrato com ele celebrado;

b) O arquitecto chamado a suceder a um colega falecido deve salvaguardar os legítimos interesses dos seus herdeiros.

4 - Na intervenção em obras de colegas, devem

cumprir-se as seguintes condições:

a) O arquitecto encarregado de elaborar um projecto integrado em obra ou parte de obra da autoria de outro arquitecto anteriormente contratado para o efeito só deverá fazê-lo depois de, previamente, o ter informado de tal e, desejavelmente, ter obtido o seu assentimento;

b) Ambos os arquitectos são obrigados a prestar mutuamente as informações necessárias à normal execução do projecto;

c) Ocorrendo dificuldades inultrapassáveis deverão as mesmas ser comunicadas ao respectivo Conselho de Disciplina que tentará conciliar os interesses em conflito.

5- São considerados actos de concorrência desleal e conseqüentemente proibidos:

a) A competição por meio de reduções de remuneração arbitrárias, i.e., não justificadas pelos serviços a prestar;

b) Todo o propósito ou acto de denegrir colegas, ou de os tentar desacreditar, relativamente a missões que lhe tenham sido confiadas, sem prejuízo da possibilidade de crítica, fundamentada e deduzida com urbanidade;

c) Toda a manobra ou pressão que possa atentar contra a liberdade de escolha de um potencial cliente.

6 - Ao arquitecto é interdita qualquer forma de associação ou de apoio profissional a um colega em cumprimento de pena de suspensão.

7 - Em situações litigiosas devem respeitar-se as seguintes condições:

a) Os litígios entre arquitectos, referentes ao exercício da profissão, devem ser submetidos ao respectivo Conselho de Disciplina, antes de serem sujeitos às jurisdições competentes;

b) O arquitecto deve comunicar à Ordem, através do mesmo Conselho, a existência de litígios com colegas, que considere inultrapassáveis, facultando todos os elementos necessários para instrução de eventual processo.

Artigo 12.º Deveres do arquitecto empregador ou responsável hierárquico

1 - Na relação profissional com os respectivos colaboradores, nomeadamente arquitectos, o arquitecto empregador ou responsável deve respeitar as seguintes condições:

a) Atribuir a cada um dos colaboradores tarefas correspondentes ao seu nível de qualificação e habilitá-los a participar plenamente nas tarefas a que consagram a sua actividade e em que exercem as suas responsabilidades;

b) A remuneração devida aos colaboradores terá em conta as funções e responsabilidades por eles assumidas;

c) Quando solicitado, deverá emitir certificado ou declaração que explicita a natureza da colaboração prestada pelo interessado.

2 - Quando o arquitecto tiver a colaboração de outros colegas, estagiários ou estudantes de arquitectura, deverá valorizar essa colaboração respeitar os seus direitos de autor, quando existam, e contribuir para as respectivas formação e promoção profissionais.

Artigo 13.º Deveres do arquitecto assalariado

Na relação profissional do arquitecto assalariado com a entidade empregadora devem respeitar-se as seguintes condições:

a) Quando o arquitecto assalariado não puder preencher nas suas tarefas as condições requeridas pelo presente Regulamento tem o dever de informar o seu empregador;

b) O arquitecto assalariado que não se julgue suficientemente preparado para o desempenho de qualquer tarefa que lhe seja confiada tem o dever de informar de tal o seu empregador;

c) O arquitecto assalariado poderá fazer uso das referências adquiridas ao serviço do empregador, de acordo com o respectivo documento comprovativo, que explicitará a actividade desenvolvida no cumprimento das tarefas que desempenhou.

Artigo 14.º Deveres do arquitecto para com a Ordem dos Arquitectos

Para além dos fixados no artigo 51.º do Estatuto, constituem nomeadamente deveres dos arquitectos:

a) Cumprir o Estatuto, os Regulamentos e as deliberações da Ordem dos Arquitectos;

b) Não prejudicar os fins e prestígio da Ordem e da Arquitectura;

c) Colaborar na prossecução das atribuições da Ordem, desempenhar os mandatos que lhe forem confiados e exercer os cargos para que tenha sido eleito ou nomeado, não os abandonando sem justificação aceitável, e praticando o respeito pela democracia e colegialidade no trabalho associativo;

d) Participar activamente nos trabalhos que interessem à classe, contribuindo com o seu esforço no sentido de elevar o prestígio da profissão;

e) Pagar pontualmente as quotas e outros encargos devidos à Ordem suspendendo-se o direito de votar e de ser eleito para os seus órgãos se houver atraso superior a três meses;

f) Comunicar, quando da inscrição, o domicílio e o modo de exercício profissionais, devendo em caso de qualquer alteração comunicar o facto no prazo de 30 dias após a sua ocorrência;

g) Mencionar de forma clara e inequívoca os diplomas, certificados ou títulos nacionais ou estrangeiros por virtude dos quais está inscrito na Ordem e outros diplomas, certificados, títulos ou funções de que se possa prevalecer.

Artigo 15.º Segredo profissional e discussão pública de questões profissionais

1 - O arquitecto deve abster-se de, sem consentimento, revelar factos ou interpretações de factos alheios de que tenha tomado conhecimento no desempenho da profissão.

2 - O arquitecto deve abster-se de, sem consentimento, se aproveitar do conhecimento de factos relativos à actividade comercial, industrial, profissional ou artística alheia a que tenha tido acesso no desempenho da sua profissão e provocar deste modo prejuízo a outra pessoa ou entidade.

Artigo 16.º Dever geral de urbanidade

No exercício da profissão deve o arquitecto proceder sempre com urbanidade, na relação com todas as pessoas e entidades relacionadas com o seu trabalho, usando sempre de boa fé e lealdade.

Artigo 17.º Disposição finais

1 - A não observância das disposições deste Regulamento implicará a abertura de procedimento disciplinar.

2 - Sempre que se suscitem a um arquitecto dúvidas sobre questões de deontologia profissional relativamente a um determinado caso, deverá solicitar a pronúncia do respectivo Conselho de Disciplina.

Artigo 18.º Normas subsidiárias

São subsidiariamente aplicáveis as Recomendações sobre Ética e Deontologia aprovadas pela União Internacional dos Arquitectos, na sua XXI.ª Assembleia, de Julho de 1999, que são publicadas em anexo ao presente Regulamento.

Artigo 19.º Disposição transitória

Três anos após a sua entrada em vigor, o Conselho Nacional de Disciplina da Ordem deve iniciar a revisão do presente Regulamento, em ordem a apresentar eventual proposta da sua alteração no subsequente prazo de seis meses.

1.1 ANEXO - Recomendações sobre Ética e Deontologia da U.I.A.

PRÉAMBULO

Os membros da profissão de arquitecto devem pautar-se pelos mais altos padrões de profissionalismo, integridade e competência, e apresentar um trabalho da melhor qualidade possível; deste modo, enriquecem a sociedade com um conjunto de conhecimentos específicos e únicos, de competências e aptidões essenciais ao desenvolvimento do ambiente construído das suas sociedades e culturas. Os princípios que se enunciam deverão reger a conduta dos arquitectos, preocupados com o cumprimento das suas obrigações, aquando da prestação dos seus serviços. Tais princípios aplicam-se a todas as suas actividades profissionais, onde quer que ocorram. São testemunho das suas responsabilidades para com o público (que a profissão serve e enriquece); para com os clientes e utilizadores da arquitectura e da indústria da construção (que contribuem para configurar o meio ambiente construído); e para com a arte e a ciência da arquitectura (esse contínuo de conhecimentos e criações que constitui património e herança da profissão e da sociedade).

Princípio 1 - Obrigações Gerais

Os arquitectos possuem um conjunto sistematizado de conhecimentos e teorias de arte, ciências e práticas arquitectónicas, adquirido através dos seus estudos, formação prática e experiência. O desenrolar dos estudos de arquitectura, formação e avaliação, é estruturado de forma a assegurar ao público que quando um arquitecto é convidado a prestar os seus serviços, já fez prova de um nível que lhe permite responder adequadamente. Os arquitectos têm a obrigação geral de manter e aprofundar os seus conhecimentos das artes e ciências da arquitectura, de respeitar o conjunto do património arquitectónico e contribuir para o seu crescimento e, por último, de fazer prevalecer o seu julgamento íntegro de profissional conhecedor, sobre qualquer outra consideração, na busca do desenvolvimento das artes, ciências e actividades ligadas à arquitectura.

1.1 Regra: os arquitectos devem empenhar-se em aperfeiçoar continuamente os seus conhecimentos e competência profissionais nas áreas que dizem respeito à sua profissão.

1.2 Regra: os arquitectos devem procurar enriquecer continuamente o seu nível de excelência estética, conhecimento, pesquisa, formação prática e prática da sua profissão.

1.3 Regra: os arquitectos devem, de forma adequada, promover as artes relacionadas com a arquitectura e

contribuir para o melhoramento dos conhecimentos e capacidades da indústria de construção.

1.4 Regra: os arquitectos devem exercer a sua profissão submetendo-se a processos internos de controlo e verificação do trabalho, adequados e eficazes, e dispor de pessoal qualificado e enquadrado de tal forma que lhes seja possível realizar um trabalho eficiente.

1.5 Regra: nas situações em que um trabalho seja executado por um funcionário ou por qualquer outro indivíduo agindo sob controlo directo de um arquitecto, este deve assegurar que tal indivíduo é competente para tal tarefa e, se necessário, que esta é convenientemente supervisionada.

Princípio 2 - Obrigações para com o Público

Os arquitectos têm, na defesa do interesse público, a obrigação de respeitar o espírito e a letra das leis que regem as suas actividades profissionais, e de se preocuparem profundamente com as consequências sociais e ambientais da sua actividade profissional.

2.1 Regra: os arquitectos devem respeitar e contribuir para conservar os equilíbrios, o meio natural e o património cultural da comunidade onde fazem arquitectura. Estando cientes do efeito das suas intervenções, em relação às preocupações de todos os que irão utilizar ou beneficiar da sua obra, os arquitectos devem empenhar-se na melhoria do meio ambiente, assim como da qualidade de vida e habitat, e isto de modo sustentável.

2.2 Regra: os arquitectos não devem exprimir-se, nem promover a sua pessoa ou os seus serviços, em termos falsos, equívocos ou ilusórios.

2.3 Regra: um gabinete de arquitectura não deve apresentar-se de forma enganosa.

2.4 Regra: os arquitectos devem cumprir a lei, no quadro das suas actividades profissionais.

2.5 Regra: os arquitectos devem ater-se aos códigos deontológicos e de conduta vigentes nos países e jurisdições nos quais prestam ou pretendem prestar serviços profissionais.

2.6 Regra: os arquitectos devem, no quadro da sua profissão, participar nas actividades públicas enquanto cidadãos e profissionais, e promover a sensibilização do público para as questões da arquitectura.

Princípio 3 - Obrigações para com o Cliente

Os arquitectos têm, para com os seus clientes, a obrigação de prestar os seus serviços com consciência e competência e de forma profissional. Devem fazer prova de um julgamento imparcial e isento de preconceitos, tendo em conta as normas técnicas e profissionais a aplicar. O seu juízo profissional e conhecedor deve prevalecer sobre qualquer outra consideração, na sua busca da arte, ciência e prática da arquitectura.

3.1 Regra: os arquitectos apenas devem aceitar projectos para os quais possuam conhecimentos e competência adequados e quando têm garantidos os meios financeiros e técnicos suficientes para cumprir os compromissos com os clientes, a todos os níveis.

3.2 Regra: os arquitectos devem realizar o seu trabalho profissional de forma talentosa, cuidadosa e diligente.

3.3 Regra: os arquitectos devem executar seu trabalho sem atrasos injustificados e, na medida do possível, dentro de um prazo de tempo conforme ao acordado.

3.4 Regra: os arquitectos devem informar regularmente os seus clientes do progresso dos trabalhos realizados em seu nome e de quaisquer questões que possam afectar a

qualidade ou custo dos trabalhos.

3.5 Regra: os arquitectos devem assumir a responsabilidade pelas orientações independentes dadas aos seus clientes e prestar serviços apenas quando estiverem qualificados para tal pelos seus estudos, formação prática ou experiência nas áreas específicas envolvidas (o mesmo para aqueles que contratam a título de consultores).

3.6 Regra: os arquitectos não devem iniciar um projecto a menos que as partes envolvidas tenham claramente acordado por escrito os termos da contratação, nomeadamente quanto à:

- natureza dos serviços; - distribuição de responsabilidades;
- qualquer limitação eventual de responsabilidades; - honorários ou método pelo qual serão calculados; - condições de rescisão contratual.

3.7 Regra: os arquitectos serão unicamente remunerados através de honorários ou vencimentos especificados num contrato escrito de prestação de serviços ou de emprego.

3.8 Regra: os arquitectos não oferecerão nenhuma compensação para serem contratados.

3.9 Regra: os arquitectos devem respeitar o carácter confidencial dos negócios dos seus clientes e não divulgarão informações confidenciais sem o seu consentimento prévio ou ordem dos poderes públicos (por exemplo, quando as informações são ordenadas por um tribunal).

3.10 Regra: os arquitectos devem informar os clientes, proprietários ou empreiteiros, de quaisquer circunstâncias significativas que possam ser interpretadas como um conflito de interesses, devendo assegurar que um tal conflito não compromete os interesses legítimos de tais indivíduos ou impede o seu próprio dever de julgar imparcialmente a execução de contratos realizados por outros.

Princípio 4 - Obrigações para com a Profissão

Os arquitectos têm a obrigação de defender a integridade e dignidade da profissão, e em todas as circunstâncias conduzir-se de modo a respeitar os direitos e interesses legítimos de terceiros.

4.1 Regra: os arquitectos devem realizar as suas actividades profissionais com honestidade e lealdade.

4.2 Regra: um arquitecto não deve associar-se nem co-dirigir um projecto com uma pessoa indesejável como, por exemplo, alguém cujo nome tenha sido banido de qualquer registo de arquitectos (a não ser a pedido da própria) ou que tenha sido destituída de uma organização de arquitectos reconhecida.

4.3 Regra: os arquitectos devem empenhar-se, na sua acção, em promover a dignidade e integridade da profissão. Devem garantir também que os seus representantes e funcionários se conduzem do mesmo modo, de forma a evitar que nenhum acto ou conduta afecte a confiança daqueles para os quais ou com os quais trabalham; devem, por último, esforçar-se para que aqueles que estão em contacto com os arquitectos sejam protegidos contra todas as declarações falsas e enganadoras, fraudes ou falácias.

4.4 Regra: os arquitectos esforçar-se-ão, na medida das suas possibilidades, por contribuir para o desenvolvimento do conhecimento, da cultura e da formação em arquitectura.

Princípio 5 - Obrigações para com os Colegas

Os arquitectos devem respeitar os direitos e reconhecer as aspirações e contribuições profissionais dos seus colegas, assim como as contribuições para o seu trabalho trazidas

por outros.

5.1 Regra: os arquitectos não devem fazer discriminação com base na raça, religião, incapacidade física, estado civil ou sexo.

5.2 Regra: os arquitectos não devem apropriar-se indevidamente das ideias de outro arquitecto, nem utilizá-las, sem autorização expressa.

5.3 Regra: quando propõem os seus serviços os arquitectos não devem indicar honorários, a menos que isso lhes seja solicitado. Devem dispor de informações suficientes sobre a natureza e dimensão do projecto, antes de fazerem uma proposta de honorários, a qual deve precisar claramente o âmbito dos serviços a prestar. Tal atitude visa proteger o cliente e a sociedade de arquitectos pouco escrupulosos que apresentem estimativas de preço insuficientes.

5.4 Regra: ao oferecer os seus serviços como consultores independentes, os arquitectos não devem diminuir os seus honorários em função de honorários apresentados por outro arquitecto para o mesmo trabalho, isto para proteger o cliente e a sociedade de arquitectos pouco escrupulosos que apresentem estimativas de preço insuficientes.

5.5 Regra: os arquitectos não devem tentar tomar o lugar de outro arquitecto numa tarefa profissional.

5.6 Regra: os arquitectos não devem participar em quaisquer concursos de arquitectura declarados inaceitáveis pela UIA ou pelas suas secções nacionais.

5.7 Regra: os arquitectos, quando designados para júris de um concurso de arquitectura, não devem participar no projecto a concurso seja a que título for.

5.8 Regra: os arquitectos não devem denegrir o trabalho de outro arquitecto nem tentar desacreditá-lo.

5.9 Regra: quando um arquitecto é solicitado para a realização de um projecto (ou para qualquer outro trabalho profissional) e sabe, ou se pode legitimamente presumir que possa saber, que um outro arquitecto já foi contratado para o mesmo projecto ou trabalho profissional, deve avisar este último.

5.10 Regra: quando um arquitecto é designado ou lhe é pedida outra opinião sobre o trabalho de outro arquitecto, deve avisar este último, a menos que possa ser provado que isso seria prejudicial a quaisquer processos litigiosos que decorram ou venham a decorrer.

5.11 Regra: os arquitectos devem proporcionar aos seus associados e funcionários um ambiente de trabalho adequado, assim como os devem remunerar convenientemente e contribuir para o seu desenvolvimento profissional.

5.12 Regra: os arquitectos devem certificar-se que as suas finanças pessoais e profissionais são geridas de forma legal e prudente.

5.13 Regra: os arquitectos devem construir a sua reputação profissional a partir dos méritos dos seus serviços e desempenho, e devem reconhecer e prestar homenagem ao trabalho dos seus colegas.

118 Descrição do decorrer do processo de revogação do DL 73/73
Fonte: <http://arquitectos.pt>

Estratégia da Ordem para a Revogação do Decreto 73/73

06-07-2007

Pode encontrar aqui toda a informação relacionada com a revogação do Decreto 73/73, de 28 de Fevereiro. A Estratégia da Ordem dos Arquitectos visando a revogação, através de um cronograma que contém as iniciativas da Ordem, as propostas apresentadas pelo Governo, os pareceres e comunicados emitidos desde o início do processo em 2002.

2002 | PETIÇÃO “DIREITO À ARQUITECTURA”

28 de Maio – Envio de elementos e encomenda de estudo para elaboração de um projecto de lei, destinado a atribuir aos arquitectos o exclusivo da apresentação de projectos de arquitectura e direcção técnica de obras sujeitas a licenciamento ou autorização municipal, ao Dr Freitas do Amaral.

5 de Setembro – Reunião Plenária do CDN em que é definida a estratégia da Ordem para a divulgação da proposta de Revogação do Decreto 73/73, com base no texto do Dr Freitas do Amaral.

17 e 19 de Setembro – Assembleias Regionais do Sul e do Norte, com o ponto da Ordem de Trabalhos: “Revogação do Decreto 73/73: Estratégia da OA”.

28 de Setembro – Reunião do Conselho Nacional de Delegados que apoia expressamente, por unanimidade, o teor do projecto de diploma elaborado pelo Dr Freitas do Amaral e simbolicamente dá início à subscrição pelos presentes.

7 de Outubro – Início da recolha de assinaturas da Petição “Direito à Arquitectura” (Revogação do decreto 73/73).

17 de Dezembro – Entrega da Petição na Assembleia da República com 55.000 assinaturas.

2003 | PETIÇÃO “DIREITO À ARQUITECTURA”

17 de Janeiro – Comunicação da “Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações” da Assembleia da República acerca da aceitação da Petição, com a atribuição do n.º 22/IX/1.ª, em fase de apreciação e parecer por aquela Comissão, a que se seguiram inúmeras audiências com os Grupos Parlamentares e Comissões da Assembleia da República.

21 de Maio – Debate na Assembleia da República.

22 de Maio – Votação e aprovação na Assembleia da República - Resolução n.º 52/03, publicada em 11 de Junho.

(...) É a primeira vez que uma matéria de regulação profissional foi submetida a petição popular, procurando alargar o debate para fora das fronteiras corporativas.

É de um verdadeiro direito à Arquitectura que se trata. Todas as tentativas anteriores de revogar o Decreto n.º 73/73 esbarraram com interesses de grupos ou classes profissionais que invocavam alegados direitos adquiridos para manter um regime transitório obsoleto e incompatível com o quadro legal definido por directivas comunitárias e por legislação portuguesa em vigor. (...)

Helena Roseta, 19 de Maio 2003

2004 | INICIATIVA LEGISLATIVA DE CIDADÃOS

24 de Março – Reunião Plenária do CDN em que é apresentada a iniciativa de elaborar uma proposta de lei a entregar na Assembleia da República sob a forma de uma “Iniciativa legislativa de cidadãos”.

27 de Maio – Assembleia Geral Extraordinária onde é apresentada a proposta de uma “Iniciativa legislativa de cidadãos”, aprovada por unanimidade e aclamação.

4 de Junho – Encomenda de actualização da proposta, incorporando a Resolução da Assembleia da República n.º 52/03, de 11 de Junho, ao Dr Freitas do Amaral.

30 de Setembro – Reunião Plenária do CDN em que é apresentada a proposta de lei e a imagem da campanha de recolha de assinaturas.

Dia Mundial da Arquitectura Outubro – Início de recolha de assinaturas.

2005 | INICIATIVA LEGISLATIVA DE CIDADÃOS

23 de Novembro – Entrega na Assembleia da República da Iniciativa Legislativa de Cidadãos, com mais de 35.000 subscritores.

19 de Dezembro – Admissão do Projecto de Lei sobre Arquitectura: um Direito dos Cidadãos, um Acto Próprio dos Arquitectos (revogação parcial do Decreto-lei 73/73, de 28 de Fevereiro) da iniciativa de cidadãos, registado com o n.º 183/X. A apreciação do documento é remetida para a 11.ª Comissão, do Trabalho e Segurança Social.

2006 | INICIATIVA LEGISLATIVA DE CIDADÃOS

18 de Maio – A Assembleia da República aprova na generalidade e por unanimidade o Projecto de Lei n.º 183/X.

2 de Novembro – A Ordem é convidada a pronunciar-se sobre a Proposta de trabalho de revisão do decreto 73/73, elaborada pelo IMOPPI (Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário), com data de Julho 2006.

11 de Novembro – O Governo apresenta uma Proposta para a revisão do decreto 73/73.

17 de Novembro – A Ordem é convidada a pronunciar-se sobre a nova versão do anteprojecto do diploma - Proposta de revisão do decreto n.º 73/37, de 28 de Fevereiro, enviada pelo IMOPPI (versão de 17 de Novembro).

20 de Novembro – A Ordem emite comunicado sobre o anteprojecto enviado pelo IMOPPI.

“Recebemos hoje do Presidente do IMOPPI, Engº

Ponces de Leão, com data de sexta-feira passada, uma nova versão da proposta de revisão do decreto 73/73, elaborada após audição de todos os intervenientes e sob coordenação do Secretário de Estado das Obras Públicas, Dr. Paulo Campos. A Ordem dos Arquitectos congratula-se com o facto de esta nova versão ter rejeitado a hipótese, prevista em versão anterior, de entregar a não arquitectos a possibilidade de realização de projectos de arquitectura, para edifícios com áreas inferiores a 400 m2. Reservamos para o nosso Congresso, a realizar já esta semana, a apresentação de um parecer mais detalhado sobre esta proposta do governo. (...)”

22 de Novembro – A Ordem emite parecer sobre a Proposta de revisão do decreto nº 73/37, de 28 de Fevereiro, apresentada pelo IMOPPI e datada de 17 de Novembro

2007 | PROPOSTA DE LEI DO GOVERNO

18 de Janeiro – O Conselho de Ministros aprova o Projecto de Lei que revoga o decreto 73/73 e estabelece que a Arquitectura só pode ser efectuada por arquitectos, a ser apreciado na Assembleia da República.

18 de Janeiro – A Ordem emite comunicado sobre a aprovação do projecto de lei pelo Conselho de Ministros.

“(...) A Ordem dos Arquitectos congratula-se por esta deliberação, há muito prometida pelo Governo e publicamente anunciada como iminente no Congresso dos Arquitectos Portugueses em Novembro passado. O diploma agora aprovado assume a forma de proposta de lei, o que significa que terá de ser apreciado pelo Parlamento, em conjunto com o projecto de lei nº 183/X “Arquitectura, um acto próprio dos Arquitectos, um direito dos cidadãos”, resultante da primeira iniciativa legislativa de cidadãos realizada em Portugal. (...) A Ordem dos Arquitectos continuará a lutar pelo cumprimento da exigência constitucional que comete ao Estado e às autarquias o dever de zelar pela qualidade arquitectónica e pelos valores patrimoniais e paisagísticos do nosso território. E tudo faremos para garantir aos cidadãos que podem confiar nos arquitectos portugueses. Saberemos estar à altura das nossas responsabilidades no novo regime legal, pelo qual nos batemos há tantos anos. ”

1 de Fevereiro - A Ordem recebe do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, a versão final do projecto de proposta de lei nº 595/2006, aprovado em Conselho de Ministros no dia 18 de Janeiro.

9 de Fevereiro – É criado o Fórum: Morte ao 73/73. É divulgado um Documento de comparação da versão do IMOPPI de Novembro 2006 com a versão aprovada em Conselho de Ministros de 18.01.2007. A Ordem emite comunicado sobre a revogação do decreto 73/73 e o novo diploma de qualificação profissional. A Presidente da Ordem apela aos membros para fazerem chegar a sua opinião ou propostas.

16 de Fevereiro – Dá entrada no Parlamento a Proposta de Lei 116/X/2, apresentada pelo Governo, que aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos, pela fiscalização de obra e pela direcção de obra e que revoga o Decreto n.º 73/73, de 28 de Fevereiro.

A proposta de Lei é colocada em discussão pública até 20.04.2007.

A Presidente da Ordem convida os arquitectos a enviarem para o Parlamento o seu contributo.

20 de Abril – A Ordem emite parecer sobre a Proposta de Lei n.º 116/X/2 do Governo, que aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos, pela fiscalização de obra e pela direcção de obra e que revoga o Decreto n.º 73/73, de 28 de Fevereiro;

23 de Abril – A Ordem emite comunicado sobre a Proposta de Lei 116/X/2.

“Terminou no passado dia 20 o debate público da proposta de lei do governo sobre o novo regime de qualificação profissional dos técnicos que fazem projectos e que fiscalizam ou dirigem obras. A Ordem dos Arquitectos emitiu sobre essa proposta um parecer muito crítico e detalhado, disponível em www.arquitectos.pt (...)”

26 de Abril – A Ordem envia o Parecer sobre a Proposta de Lei n.º 116/X/2 do Governo aos Presidentes dos Grupos Parlamentares, à Comissão do Trabalho e Segurança Social e à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações a solicitar audiência, tendo sido recebida pelas Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS/PP e PCP.

2 de Maio – Discussão e Votação na generalidade da Proposta de Lei n.º 116/X do Governo, na Assembleia da República

2 de Julho – Sessão de Esclarecimentos, realizada no Porto, organizada pela Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos.

18 de Julho – Os arquitectos Siza Vieira, Souto Moura, Alcino Soutinho e Paula Santos, acompanhados pelos dirigentes da Ordem Helena Roseta e João Pedro Seródio, reuniram com o Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, Dr. Paulo Campos, a quem apresentaram as razões da discordância profunda dos arquitectos face ao actual articulado da proposta de lei nº 116/X.

23 de Julho – Após a audiência a Ordem emite comunicado

“Completa-se mais um ano parlamentar sem que a Assembleia da República tenha dado seguimento ao projecto de lei n.º 183/X, “Arquitectura: um direito dos cidadãos, um acto próprio dos Arquitectos”. A Ordem dos Arquitectos manifesta a sua imensa preocupação com o atraso na revogação do decreto 73/73 e com a redacção da proposta de lei n.º 116/X, apresentada pelo Governo.”

O projecto de Lei n.º 183/X encontra-se na Comissão de Trabalho e Segurança Social.

A Proposta de Lei 116/X/2 encontra-se na Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações para a especialidade.

3.2.2. COMO SE VÊ(EM) O(S) ARQUITECTO(S) HOJE EM PORTUGAL?

Neste capítulo iremos analisar a figura do arquitecto em Portugal, não o que esta deveria ser, num patamar ideal, mas o que é realmente a figura, ou figuras, neste caso, que o arquitecto desempenha, hoje, no nosso País. Para tal, iremos recorrer a dados estatísticos, de várias fontes, que nos permitem caracterizar correcta e concretamente as várias modalidades de exercício profissional, a sua situação actual, as necessidades que estão a ser ou não supridas, a sua distribuição geográfica, ...

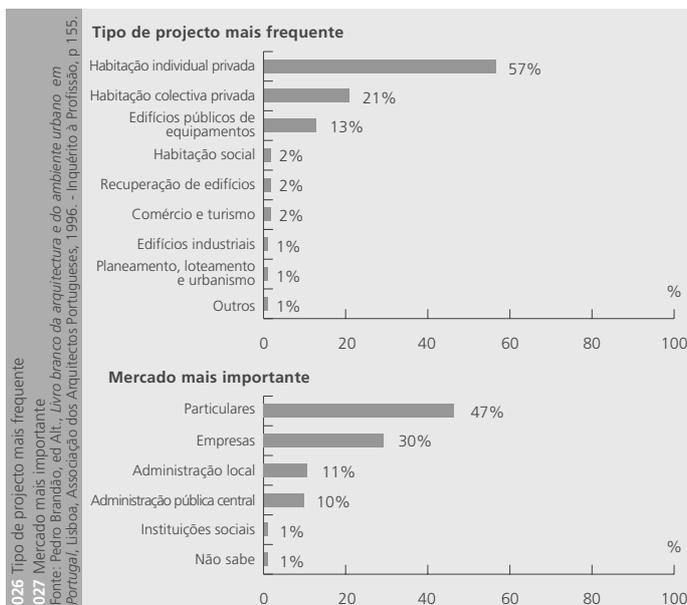
Análise do estudo do *Livro branco da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal*

Começaremos pela análise que o *Livro branco da arquitectura* (1), de 1996, faz da profissão, exactamente por ser o mais datado e cujos dados provaram ser cruciais, não só para caracterizar a figura do arquitecto, mas também o papel que a sociedade lhe confere e a intervenção do poder autárquico neste panorama.

De acordo com estes dados (2), a profissão de arquitecto, em 1996, era uma profissão jovem, com 70% dos associados da AAP (Associação dos Arquitectos Portugueses) com idades inferiores a 40 anos e 57% com menos de 10 anos de licenciatura (3), concentrados maioritariamente na Área Metropolitana de Lisboa (4).

Quando questionados sobre o modo de exercício da actividade, cerca de metade exercia a profissão por conta própria (5), auferindo, neste caso, um rendimento bruto anual inferior a 5 000 contos por ano (altura em que o escudo ainda era a unidade monetária). No entanto, 53% dos associados auferiam entre 2 000 e 5 000 contos por ano (6).

Relativamente à estrutura dos gabinetes, em 93% dos casos, trabalhavam entre 1 a 5 arquitectos por gabinete e cerca de metade declarou ter entre duas a cinco obras em curso, 20% menos de duas, 21% mais de cinco obras em curso e 7% não declarou nenhuma. Para o seu funcionamento, a maioria admitiu recorrer à sub-contratação de trabalhos de especialidade (7).



A nível do mercado de trabalho, 57% dedicavam-se à habitação individual e privada, 21% à habitação colectiva privada e 13% a edifícios públicos de equipamentos. Habitação social, recuperação de edifícios, comércio e turismo, edifícios industriais e planeamento, ordenamento e urbanismo são trabalhos que recolhiam apenas 1% a 2% cada um. Os principais promotores do trabalho do arquitecto eram, de facto, os particulares com 47% e as empresas com 30%. A administração local recolhia 11%, a administração pública central 10% e 1% estava reservado para as instituições sociais.

Os arquitectos também apontavam as suas principais dificuldades. No topo, com 75% estava a concorrência e os preços, com 13% os impostos muito elevados, com 6% as dificuldades técnicas de equipamentos ou produtividade e com valores de 2% ou inferiores outros problemas profissionais, tais como: o crédito caro, a questão dos honorários ou

de localização dos gabinetes, os problemas e custos do pessoal, os efeitos da integração europeia e os problemas de formação ou actualização de conhecimentos.

Este estudo apresenta ainda a evolução da profissão nos dez anos precedentes. Notando-se a crescente juventude da profissão, a deslocação dos arquitectos mais para o interior em detrimento das grandes cidades, a sua preferência em trabalhar mais por conta própria e o aumento significativo dos seus rendimentos. (Dados apresentados em anexo, trabalhados graficamente)

Dados da Ordem dos Arquitectos

De acordo com dados fornecidos pela Ordem dos Arquitectos e pelo INE (8), a Secção Regional Sul (SRS), correspondendo a 52% da população portuguesa, teve um crescimento do número de arquitectos de 800%, entre 1980 e 2005 (9). Hoje, neste território encontram-se 65% dos arquitectos, mais concentrados na Grande Lisboa e na Península de Setúbal (10). A Grande Lisboa tem o maior número de arquitectos por habitante, cerca de 2,64 arquitectos por 1000 habitantes, seguindo-se o Algarve com 1. Contrariamente, em Castelo Branco o número de arquitectos é o menor, com uma taxa de 0,28 arquitectos por 1 000 habitantes.

Recorde-se que os dados de 1996 do *Livro branco da arquitectura* apontavam para uma concentração de 62% na Grande Lisboa e 18% no Norte, o que indica que há também uma tendência crescente para a concentração dos arquitectos na capital.

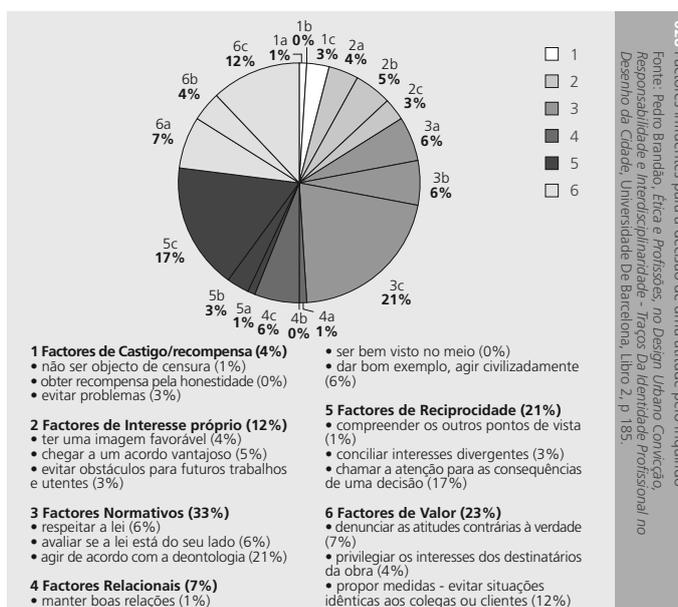
No território abrangido pela Secção Regional Norte (SRN) são também as grandes cidades do litoral que apresentam maior número de arquitectos (11). O distrito do Porto está no topo com cerca de 60% dos membros, e, mais uma vez, no interior há menor concentração de arquitectos, sendo que, em 13 destas Câmaras Municipais não trabalha nenhum (12).

Ainda de acordo com os mesmos dados, oito dos concelhos onde se verificam mais arquitectos no activo são na Área Metropolitana de Lisboa, reunindo 69,5% dos membros no activo. Contrariamente, 29 concelhos, dos quais 9 nos Açores e 6 no Alentejo, não apresentam nenhum arquitecto inscrito. Com apenas 1 arquitecto inscrito, encontram-se 19 concelhos, dos quais 11 no Alentejo.

Análise do inquérito realizado pelo arquitecto Pedro Brandão, na sua tese de doutoramento

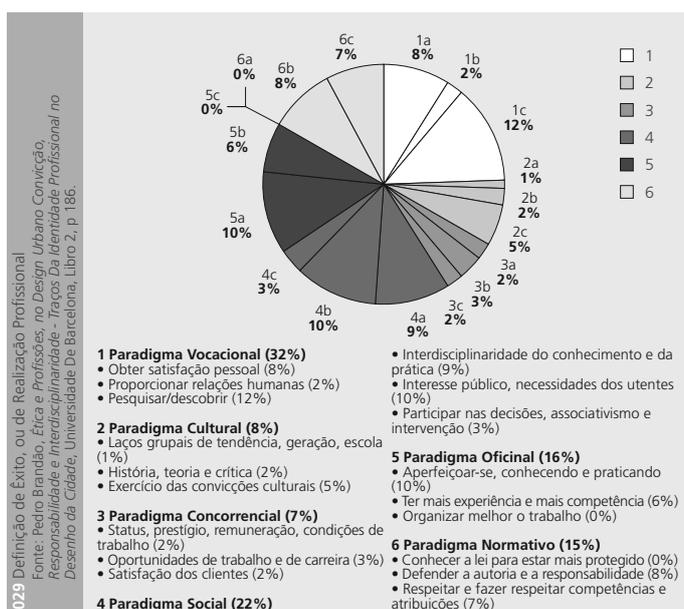
Pedro Brandão, no seu livro *O Arquitecto e Outras Imperfeições, Ética, identidade e prospectiva da profissão* (13), apresenta também um estudo para determinar o perfil do arquitecto em Portugal, os seus valores e convicções.

Pedro Brandão apresenta um primeiro caso de estudo, em que o arquitecto é colocado numa situação de conflito e indica quais os factores que mais influenciaram os arquitectos inquiridos na sua atitude de decisão. Os factores normativos, com 33%, foram os mais escolhidos. Destes fazem parte: respeitar a lei com 6%, avaliar se a lei está do seu lado com 6% e agir de acordo com a deontologia com 21%. Os factores de valor, também obtiveram um número de respostas significativo, com 23%. Destes fazem parte: denunciar as atitudes contrárias à verdade com 7%, privilegiar os interesses dos destinatários da obra (4%) e propor medidas - evitar situações idênticas aos colegas ou clientes (12%)



os interesses dos destinatários da obra com 4% e propor medidas e evitar soluções idênticas aos colegas ou clientes com 12%. Os factores de reciprocidade também foram muito apontados, com 21% das respostas. Destes fazem parte: compreender os outros pontos de vista com 1%, conciliar interesses divergentes com 3% e sobretudo chamar a atenção para as consequências de uma decisão com 17%. Os factores de interesse próprio tais como: ter uma imagem favorável, chegar a um acordo vantajoso e evitar obstáculos para futuros trabalhos e utentes, apresentam 12% das respostas. Os factores relacionais tais como: manter boas relações, ser bem visto no meio e dar bom exemplo e agir civilizadamente, representam 7% das respostas. Os factores de castigo ou recompensa, tais como não ser objecto de censura, obter recompensa pela honestidade e evitar problemas, apresentam apenas 4% dos resultados. De notar que os mais jovens valorizam mais a reciprocidade e não tanto o valor e considerar mais significativo o castigo que o factor relacional. Os de meia idade prezam mais os factores de interesse próprio e menos os factores de castigo/recompensa e os mais velhos conferem maior importância aos factores normativos e aos de valor, em que a deontologia chega a atingir 30% das respostas dadas.

Deste quadro conclui-se que os profissionais têm consciência da sua relevância cívica e das suas responsabilidades sociais, ao valorizarem respostas como: a honestidade, o evitar problemas e censura, encontrar um acordo vantajoso entre as partes e conciliar interesses, transmitir uma imagem favorável e sobretudo agir de acordo com a Lei e a deontologia. Paralelamente, a sua faceta criativa também sobressai, uma vez que a procura de soluções diferentes é um aspecto muito prezado, na procura da inovação e também na competitividade que sente e que já foi apontada (no inquérito apresentado no *Livro Branco*) como um dos problemas da profissão.



Numa segunda situação, Pedro Brandão apresenta os paradigmas pelos quais os arquitectos de hoje se regem. Neste caso, o paradigma vocacional, que abrange situações como a busca da satisfação pessoal, proporcionar relações humanas, pesquisar e descobrir, recolheu 32% das respostas. Segue-se o paradigma social com 22% das respostas, que indica novamente a consciência dos arquitectos para as suas responsabilidades sociais. Dentro deste paradigma encontramos respostas como a interdisciplinaridade do conhecimento e da prática, a busca do interesse público e a resposta às necessidades dos utentes com 10% e a vontade de participar nas decisões e ter

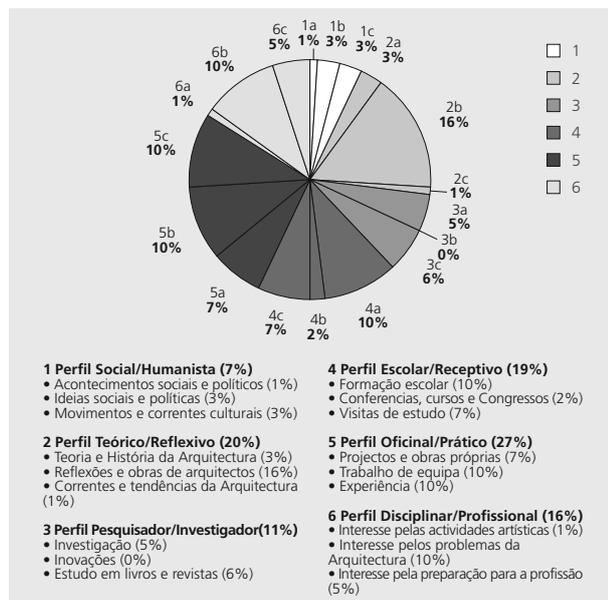
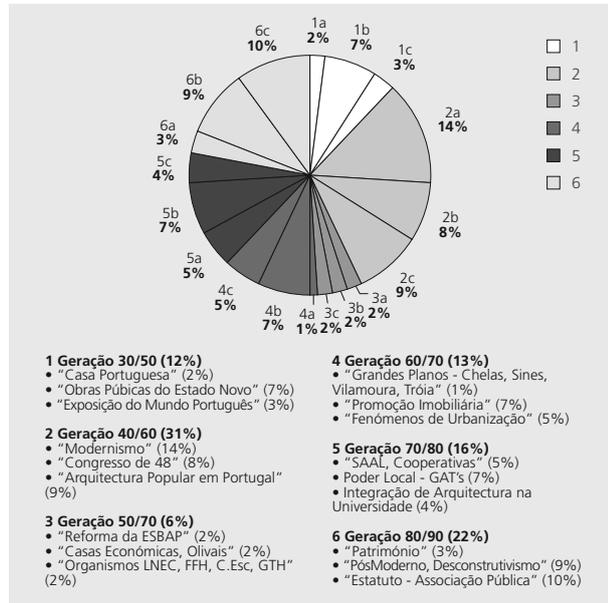
poder interventivo. Segue-se o paradigma oficial com 16% das respostas, que engloba o desejo de aperfeiçoamento, pelo conhecimento e prática e a vontade de ter mais experiência, o que demonstra a noção do arquitecto em ir sempre mais além, procurar e conhecer cada vez mais e, poder assim, intervir de forma mais indicada na resolução dos problemas que lhe são colocados. Com 15% das respostas está o paradigma normativo, que abrange respostas como defender a autoria e a responsabilidade e respeitar e fazer respeitar competências e atribuições, uma vez mais demonstrando que o arquitecto preza os outros profissionais, a sua inserção numa sociedade pluridisciplinar e apresenta alto grau de responsabilidade. O paradigma cultural recolheu 8% das respostas, de entre as quais a valorização dos laços grupais de tendências, geração e escola, a valorização da História, crítica e teoria e o exercício das convicções culturais. Este paradigma demonstra que os arquitectos valorizam o contexto e a sua

relação, assim como das suas obras com a sociedade, História e todas as coordenadas que as definem. Finalmente, o paradigma concorrencial foi o que reuniu menor número de respostas com 7%, mas que continua a ilustrar a preocupação dos profissionais com o *status*, prestígio, remuneração, condições de trabalho, oportunidades de trabalho e carreira e satisfação dos clientes. Note-se que os arquitectos mais velhos valorizam mais o paradigma social, o interesse público e o associativismo, enquanto que os de meia idade valorizam mais o paradigma oficial, tal como os mais jovens.

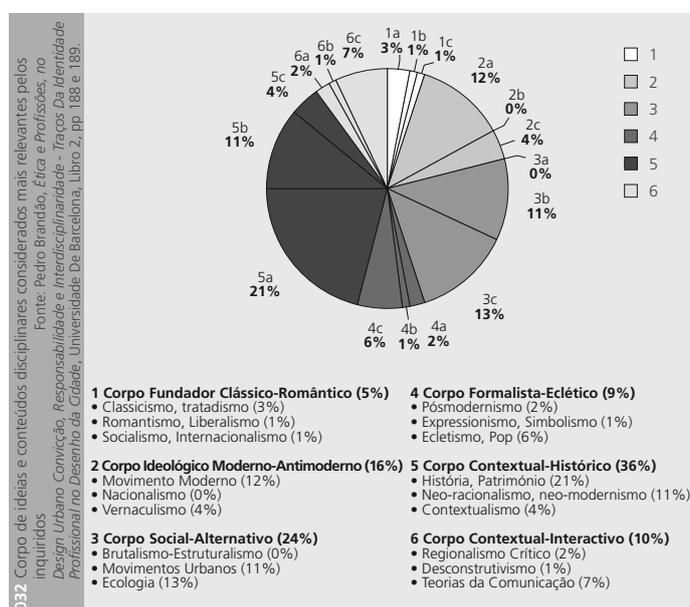
Numa terceira situação, os arquitectos foram questionados acerca dos temas de cada geração que mais contribuíram para a afirmação da arquitectura em Portugal. A geração de 30/50 reuniu 12% das respostas, valorizando apenas com 2% das respostas a Casa Portuguesa, com 7% as obras públicas do Estado Novo e com 3% a Exposição do Mundo Português. A geração de 40/60 já reuniu mais respostas, com 31%, de entre as quais, 14% para o Modernismo, 8% para o Congresso de 1948 e 9% para a Arquitectura Popular em Portugal. A geração de 50/70 foi a que teve menos respostas com apenas 6%, de entre as quais a reforma da ESBAP, as casas económicas nos Olivais e os organismos como LNEC, FFH, C. Esc. e GTH. A geração de 60/70 recolheu 13% das respostas, de entre as quais: os grandes planos – Chelas, Sines, Vilamoura e Tróia, a promoção imobiliária e os fenómenos de urbanização. A geração de 70/80 teve 16% de respostas, englobando o SAAL com 5%, o poder local e os GAT's com 7% e a integração da arquitectura na Universidade com 4%. Finalmente a geração de 80/90 teve um número também muito significativo de respostas com 22% e valorizando o património com 3%, o Pós-Moderno e o Desconstrutivismo com 9% e o Estatuto e a Associação Pública com 10%. Dentro destas respostas os dois grandes grupos mais valorizados são a geração de 40/60 e a de 80/90, relacionando estes dados com a idade dos inquiridos podemos verificar que existe um vínculo maior

a uma dada geração se tiver havido uma vivência efectiva nessa geração e uma consequente mudança de paradigma e convicções originada por essas vivências, o que foi, de facto, o caso, nestas respostas.

Numa quarta situação os inquiridos apontaram quais os perfis mais relevantes para a sua formação enquanto arquitectos. O mais escolhido, com 27% das respostas, foi o perfil oficial e prático, que englobava respostas como os projectos e obras próprias, o trabalho de equipa e a experiência. O que denota uma clara valorização do trabalho prático para a definição do arquitecto e a sua



formação. Seguidamente, com 20% das respostas encontra-se o perfil teórico/reflexivo, que abrange respostas como a valorização da teoria e história da arquitectura, reflexões e obras de arquitectos e as correntes e tendências da arquitectura. Estas respostas demonstram que o profissional hoje valoriza a prática e associa-a directamente ao conhecimento teórico, valoriza as duas vertentes e tenta conciliá-las. Com 19% das respostas segue-se o perfil escolar/receptivo, englobando a formação escolar, a frequência de cursos, conferências e congressos e a ida a visitas de estudo, numa procura constante de actualização, de conhecer o que se está a fazer e de aprender com este conhecimento. Com 16% está o perfil disciplinar/profissional, que reúne respostas como o interesse pelas actividades artísticas, pelos problemas da arquitectura e pela preparação para a profissão. Segue-se, com 11% o perfil pesquisador/investigador que faz indubitavelmente parte de profissões com uma relação directa com a sociedade, que têm de responder às necessidades que surgem todos os dias e que têm também uma vertente criativa, de busca do novo e de ir mais além. Por fim, o perfil social e humanista recolheu o menor número de respostas com 7% e que engloba respostas como a valorização de acontecimentos sociais e políticos, ideias sociais e políticas e movimentos e correntes culturais.



Finalmente aos inquiridos foi-lhes solicitado que apontassem o corpo de ideias e conteúdos disciplinares mais relevantes. O mais valorizado, com 36% das respostas foi o corpo contextual-histórico, de que fazem parte a História e o Património com 21% como a resposta mais frequente, o Neo-racionalismo e o Neo-modernismo e o Contextualismo. Segue-se o corpo social-alternativo com 24% das respostas, de entre as quais: os movimentos urbanos e a ecologia. Com 16% segue-se o corpo ideológico Moderno-Antimoderno, com o Movimento Moderno, como mais valorizado com 12% e o Vernacularismo. O corpo contextual-interactivo com 10%

abrange o Regionalismo Crítico, o Desconstrutivismo e as Teorias da Comunicação. Com 9% das respostas está o corpo formalista-eclético, englobando o Pós-modernismo, o Expressionismo e o Simbolismo e o Eclétismo e o Pop. Por fim, o corpo fundador clássico-romântico com apenas 5%, de entre os quais: o Classicismo e o Tratadismo, o Romantismo e o Liberalismo e o Socialismo e o Internacionalismo.

Análise do estudo de Manuel Villaverde Cabral sobre a profissão de arquitecto

O estudo mais recente de que dispusemos é o relatório sobre a profissão de arquitecto da autoria de Manuel Villaverde Cabral (14), que data de Novembro de 2006. Trata-se de um estudo bastante exaustivo sobre a profissão, de que se destacam alguns dados de modo a caracterizar a profissão hoje, nas suas múltiplas vertentes, em Portugal.

Começamos por fazer uma caracterização sócio-demográfica dos arquitectos portugueses de acordo com os dados mais recentes de que dispomos. Como já vimos, em estudos anteriores, trata-se de uma profissão muito jovem e este estudo vem confirmar isso, uma vez mais, demonstrando que a maioria ainda não tem 35 anos de idade. A média de idades do arquitecto hoje é de 37,5 anos e a maioria dos inquiridos (55%) tem 34 anos. A juventude dos profissionais também vai condicionar os restantes resultados, a atitudes perante a profissão, as suas convicções e mudança de estatuto.

Relativamente à sua distribuição geográfica, 63% encontram-se inscritos na SRS e 37% na SRN, o que confirma os dados de 2005 fornecidos pela Ordem. Confirma-se também a concentração dos arquitectos nos grandes centros, dos quais 42,6% estão em Lisboa (15).

Relativamente ao género, o número de profissionais do sexo feminino tem aumentado exponencialmente, tal como já foi indicado em dados estatísticos analisados anteriormente (16).

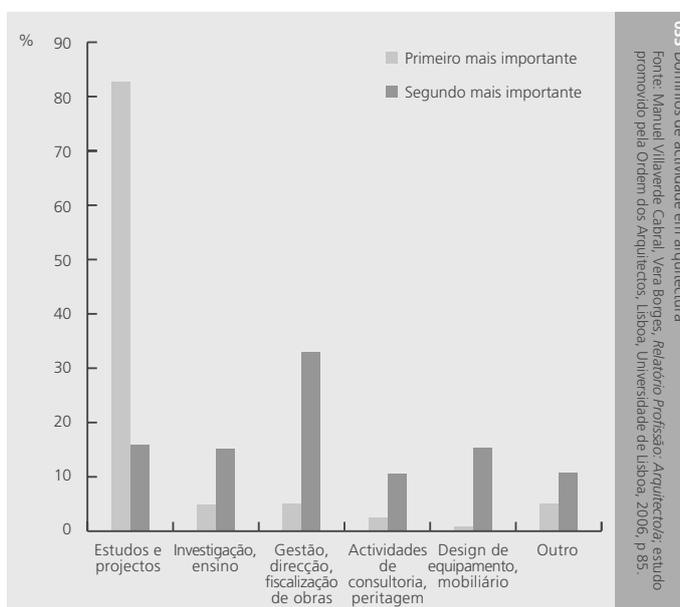
Ao nível dos seus hábitos culturais, os arquitectos prezam a leitura de livros e jornais, as visitas a exposições e outras idas de foro cultural. Relativamente à sua formação, 56,6% dos arquitectos fez a sua licenciatura em estabelecimentos públicos e 29,2% já apresenta frequência de mestrado, doutoramento ou pós-graduação, conscientes da necessidade de formação contínua ao longo da sua carreira.

Tal como se constatava em 1994, também agora cerca de 1/3 dos arquitectos desenvolvem a sua actividade como assalariados, seja ao serviço da administração pública (central – com 8,3% dos arquitectos e local – com 11,4%), seja ao serviço de outros arquitectos ou de sociedade de arquitectos (6,7%), seja de outros profissionais (6,5%). Cerca de 26,0% trabalham por conta própria como profissionais independentes ou empresários em nome individual e 12,5% são sócios, administradores ou gerentes de uma sociedade profissional. Os restantes são, tal como refere Pedro Brandão, designados de “prestadores de serviços”, o que, ainda segundo este arquitecto, se trata de uma modalidade de exercício profissional cada vez mais recorrente. Dentro destes, 8,6% são prestadores de serviços a outros arquitectos e 3,5% prestam serviços a outro tipo de empresas. Paralelamente, 54,8% afirmam acumular mais do que uma actividade (17).

Relativamente às formas contratuais, os arquitectos que trabalham com vínculo permanente são frequentemente contratados pela administração pública local e central. Apenas 16,4% dos que trabalham em ateliers de arquitectura têm este tipo de vínculo contratual. O que é mais frequente na situação em que a actividade empregadora é um atelier de arquitectura, é o regime de contrato com duração inferior a um ano, com 23,9% dos seus trabalhadores nesta situação (18).

De acordo com o autor, o domínio mais valorizado como actividade principal é a área de estudos e projectos, com 82,5%. Como segundo domínio mais importante consideram a gestão, direcção e fiscalização de obras, com 33% como segunda actividade e apenas com 5% como actividade principal. Ao todo apenas 38% dos arquitectos se dedica a esta faceta da actividade, o que pode ilustrar um pouco a falta de qualidade das execuções dos edifícios que não têm acompanhamento do arquitecto que originalmente os concebeu e que posteriormente não correspondem ao que foi pensado no início.

A investigação e o ensino são a actividade principal de apenas 5% e 15% desenvolvem-na como segunda actividade. Actividades de consultoria e peritagem envolvem 2% dos arquitectos como vertente primordial e 10% como vertente secundária, o que significa que 20% dos arquitectos estão envolvidos na formação. O design de equipamento e mobiliário ocupa 16% dos arquitectos enquanto ramo secundário e uma faixa de cerca de 2% enquanto vertente principal da sua actividade.



Áreas da concepção de estudos e projectos	Área mais importante (n=2 477)	Segunda área mais importante (n=2 255)
Loteamento	4,5	12,0
Planos	5,8	4,2
Habitação uni-familiar	38,6	19,9
Habitação pluri-familiar	15,2	14,6
Edifícios públicos e/ou equipamentos colectivos	17,0	12,3
Comércio, serviços	8,1	14,1
Reabilitação de edifícios	7,5	14,8
Espaços públicos	2,1	4,7
Outro	1,3	3,4
Total	100,0	100,0

Relativamente à área de concepção de estudos e projectos, a considerada mais importante continua a ser a habitação unifamiliar com 38,6% das respostas, seguida dos edifícios públicos ou equipamentos colectivos com 17,0%; a habitação plurifamiliar com 15,2%; o comércio e serviços com 8,1%; a reabilitação de edifícios com 7,5%; os planos com 5,8%; os loteamentos com 4,5% e os espaços públicos com 2,1%. Conclui-se que cerca de 90% dos arquitectos estão envolvidos com o programa da habitação, seja como actividade principal ou secundária, apesar da fraca rentabilidade desse mercado. Já no mercado dos equipamentos são menos

de 30% os arquitectos nele envolvidos, não obstante a sua mais-valia a nível económico.

Relativamente à sua participação em concursos públicos no último triénio, 67,8% afirma não o ter feito, enquanto 25,5% participou num a três e apenas 6,7% em mais do que três.

Ao debruçarmo-nos agora sobre o rendimento médio mensal bruto, podemos compará-lo com os dados de 1994 já analisados. A situação mais frequente é a do rendimento ser entre 1 000 a 2 000 euros, ligeiramente superior para o sexo feminino. Recorde-se que em 1994 53% declararam obter um rendimento anual bruto variável entre os 2 000 e os 5 000 contos, o que indicaria um rendimento mensal bruto entre os 830 e os 2 000 euros aproximadamente, o que vem demonstrar que este não foi muito alterado passados 14 anos, não obstante o aumento significativo do custo de vida. Nesta altura, 17% auferiam acima dos 10 000 contos por ano, o que hoje em dia apenas acontece em menos do que 10% dos inquiridos.

O rendimento das actividades exercidas em regime de acumulação existe para 36% dos casos, apesar de que mais de metade são inferiores a 1 000 euros mensais brutos. Deste modo, 75% dos arquitectos apresentam-se insatisfeitos com os seus rendimentos, tendo cerca de 50% referido inclusivamente que o rendimento é muito pouco superior às despesas que têm de custear.

Tal como foi constatado em 1994, também actualmente os clientes privados são ainda os mais significativos para os arquitectos, representando 66,0% hoje e 47% em 1994, seguidos pelas pequenas e médias empresas, com cerca de 13,5% hoje e 30% em 1994. As instituições e organismos públicos representam cerca de 10,1% dos clientes mais importantes, por oposição a 1994 quando representavam 21%. Segue-se com 4,6% e 4,4% as grandes empresas e os promotores imobiliários respectivamente e com 0,6% as cooperativas de habitação.

Em média o número de arquitectos que trabalha nos ateliers é de 2,75, o que confirma a indicação de 1994, em que 93% dos inquiridos afirmava trabalhar em ateliers com 1 a 5 arquitectos.

Quando questionados, mais concretamente, acerca dos problemas mais importantes da profissão em geral, foi a concorrência que reuniu mais respostas, com uma esmagadora percentagem de 43,2%. O inquérito de 1994 também já apontava os principais problemas profissionais sentidos pelos inquiridos. Note-se que a preocupação com a concorrência e preços também tinha sido o principal problema apontado, reunindo 75% das respostas. Actualmente, a questão dos preços, colocada isoladamente como a questão da ausência de um referencial para o cálculo dos honorários, reuniu 5,0%.

A precariedade da situação laboral dos arquitectos verificou-se como a segunda maior preocupação profissional, com 18,5% das respostas. Com 14,3% está a questão da burocracia da administração pública. Com 6,7% a legislação contraditória e desactualizada, mais uma vez aflorando a questão da concorrência por outros profissionais e o polémico DL 73/73. Com 6,5% encontra-se a indefinição dos serviços prestados pelos arquitectos, conscientes da falta de delimitação dos seus “actos próprios” e da sensibilização da população para a sua especificidade. Com 5,8% está a falta de qualidade do serviço prestado e a noção de qualidade que um arquitecto pode conferir ao espaço em detrimento de outro profissional, apesar de legalmente credível.

	Primeiro problema (n=3 130)	Segundo problema (n=3 030)
Inexistência de tabela actualizada dos honorários	5,0%	8,4%
Precariedade da situação laboral dos arquitectos	18,5%	17,4%
Indefinição dos serviços prestados pelos arquitectos	6,5%	9,6%
Burocracia da administração pública	14,3%	16,9%
Legislação contraditória / desactualizada	6,7%	14,4%
Falta de qualidade do serviço prestado	5,8%	9,1%
Concorrência de outras profissões	43,2%	24,3%
Total	100,0%	100,0%

035 Problemas mais importantes da profissão em geral

Fonte: Manuel Villaverde Cabral, Vera Borges, Relatório Profissão Arquitecto, estudo promovido pela Ordem dos Arquitectos, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2006, p.102.

Seguidamente, este estudo debruça-se sobre a questão das identidades e perfis atitudinais dos arquitectos. Este capítulo ilustra o modo como a profissão é encarada, como os arquitectos se vêem e como enfrentam as suas responsabilidades.

A nível do seu bem-estar material e simbólico, 86% declara-se insatisfeitos com as condições em que a profissão é exercida, apenas 20% declara que tem oportunidade de escolher os projectos, 17% tem facilidade em arranjar clientes e uns escassos 10% afirmam-se satisfeitos com a remuneração. Apesar de tudo, 75% assegura que tornaria a escolher a arquitectura se voltasse atrás e apenas 11,6% discordam desta afirmação. Não obstante todo este cenário de desapontamento, apenas 10,6% dos arquitectos inquiridos lamenta ser arquitecto, uma vez que 87,0% afirmam categoricamente desempenhar a profissão que corresponde à sua vocação. Este panorama demonstra que os arquitectos, na sua maioria têm uma grande propensão para a profissão e, apesar de todas as dificuldades que conhecem e com as quais lidam diariamente, continuam a querer exercê-la e a desempenhar o seu papel na sociedade. Assim, podemos dizer que os arquitectos têm noção das suas responsabilidades e do seu papel e que o desempenham por vocação, de um modo geral, apesar de todas as contrariedades. É interessante de notar neste estudo que os arquitectos se mostram desiludidos com as condições materiais que rodeiam o seu trabalho, mas que se sentem muito realizados através das gratificações simbólicas da sua realização vocacional, o que ilustra a dicotomia entre vocação e exercício profissional que baliza a profissão em Portugal.

Relativamente à sua auto-estima profissional, 96,6% dos inquiridos manifesta um sentimento de orgulho de pertencer à classe, 43,6% apresenta a hipótese de dar uma nota negativa à classe, 41,6% afirma que ficaria feliz com a ideia de ter um filho arquitecto e apenas 57% assegura ter confiança no futuro da arquitectura. De um modo geral, a auto-estima profissional, não anda a par com a questão do bem-estar material e simbólico, uma situação ainda incerta. Globalmente, estes quesitos tiveram uma tendência negativa, com a excepção de que os arquitectos têm quase totalmente orgulho em terem esta profissão.

Quanto à imagem geral que os arquitectos julgam ter perante a sociedade, a questão divide os inquiridos que, apesar de tudo, a considera positiva com 39,5%, contra 37,0% que a considera negativa. Portanto, este panorama demonstra que os arquitectos compreendem a dificuldade que ainda é sentida de se

relacionarem com o público e de demonstrarem a sua necessidade e a qualidade do seu trabalho. Assim, este diálogo entre arquitectos e sociedade é sentido por ambos como ainda débil e com a necessidade de maior investimento e sensibilização das partes.

Os inquiridos demonstraram ter a noção que a imagem social que transmitem poderá ser tendencialmente negativa, apresentando cinco factores para essa situação. A principal preocupação, reunindo 79,5% das respostas, é o facto de os cidadãos, de um modo geral, não saberem o que fazem os arquitectos. Segue-se a opinião de que os clientes não dão o devido valor ao trabalho dos arquitectos, sentido por 76,8% dos inquiridos; a noção de que a sociedade ainda vê a arquitectura como um luxo é sentida por 73,7%; a ideia de que os engenheiros são considerados mais importantes do que os arquitectos é sentida por 70,0% dos inquiridos e com 51% aponta o facto de que o dinheiro que os arquitectos recebem pelo seu trabalho não paga as despesas. Todas estas ideias que os arquitectos pensam que a sociedade tem sobre eles contribuiriam para que sejam vistos negativamente, muito pouco compreendidos e valorizados e com uma fraca auto-estima profissional, afastando-os da sociedade, sobre a qual deveriam intervir directamente.

Assim, são propostas algumas medidas de regulação e intervenção a nível tanto da administração pública como da Ordem dos Arquitectos. Desde logo, 89,6% defende que é indispensável melhorar a qualidade dos cursos de arquitectura. 88% considera que a autoria deveria ser obrigatória para os projectos de planos elaborados para a administração pública. A mesma percentagem considera que os arquitectos não são suficientemente unidos para imporem a resolução dos seus problemas, apelando à sua união como primeiro passo para estreitarem posteriormente a sua relação com a sociedade. 85% considera que com a modernização do país os arquitectos serão cada vez mais necessários, demonstrando uma nota de esperança para um melhor futuro para a arquitectura e uma relação mais estreita com o público. 83% apoia a ideia de que a inscrição na Ordem dos Arquitectos deveria ser obrigatória para os arquitectos que elaboram projectos e planos para a administração pública.

Seguidamente são apresentadas medidas para uma mudança técnica e organizacional da profissão. Quando questionados se a regulamentação limita a qualidade do ambiente construído, 38,7% discordam e 32,5% concordam. Sobre o facto dos pequenos ateliers não terem hipóteses de ganhar concursos públicos, 45,0% concordam. Acerca da ideia de que só não se organiza em ateliers quem não tem visão de futuro, 65% discordam. Cerca de 47,6% concordam com a ideia de que a acumulação de funções na administração pública e como profissional liberal possa ser negativa para um arquitecto. Uma percentagem de 37%, concorda e outros tantos discordam da noção de que actualmente, a arquitectura é uma profissão essencialmente técnica que não responde às necessidades da sociedade. Esta situação demonstra uma insegurança relativamente ao facto de a arquitectura estar ou não a suprir estas necessidades e de não conseguir desempenhar as suas responsabilidades sociais. Finalmente 57% discordam da noção de que o "arquitecto-autor" está ultrapassado.

Por fim, os arquitectos são questionados acerca de questões ao nível da especialização e qualidade. Menos de 30% concorda com a ideia de que os arquitectos se devem especializar, demonstrando a ideia de que de estes devem conseguir responder de forma ampla às várias e diferentes situações que lhes são colocadas. Correlativamente, 80% afirma que a formação em arquitectura deve privilegiar a diversificação e as alternativas de especialização. Relativamente à necessidade de maior regulamentação de forma a obter maior qualidade na construção, esta é apenas subscrita por menos de um terço. A questão ambiental é muito sentida hoje, de forma que 82,0% concorda com a afirmação de que hoje em dia qualquer projecto de arquitectura tem de dar prioridade às questões ambientais.

Relativamente aos factores mais importantes para o êxito profissional, 22,5% considera ser a experiência profissional, seguido com 21,8% pela capacidade técnica e com 20,7% as relações pessoais. Com 14,0% está o talento artístico, com 12,1% a capacidade de gestão, com 4,9% ter dinheiro ou acesso ao

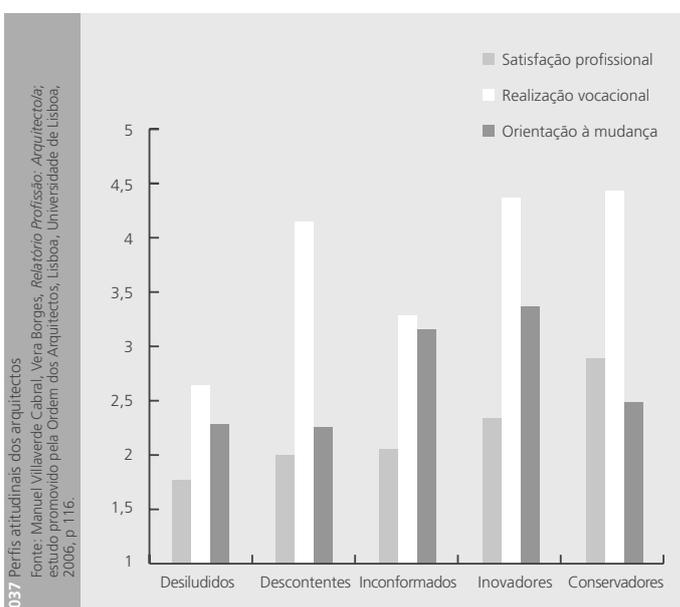
crédito e com 4,1% conhecer arquitectos com sucesso.

Este estudo aflora também a questão dos perfis atitudinais dos arquitectos, demarcando cinco grupos, que representam sempre mais do que 10% dos arquitectos inquiridos e que os definem a nível de satisfação profissional, realização vocacional e orientação à mudança.

Assim, 31% afirmam-se “descontentes”, bastante realizados vocacionalmente, mas com pouco satisfação profissional e relativa orientação à mudança. Este grupo é caracterizado sobretudo por mulheres e jovens, com uma média de idades de 36 anos. São estes arquitectos que demonstram menor êxito profissional, mais actividades exercidas em regime de acumulação e os que afirmam receber os rendimentos mais baixos. Estes arquitectos desempenham, mais frequentemente, funções a cargo da administração pública. O factor a que dão mais valor para obter êxito profissional, não é a experiência, mas sim as relações pessoais, conscientes das suas responsabilidades sociais. Consideram também, neste sentido, que a arquitectura é uma actividade de interesse público e deve ser primordialmente de carácter artístico.

	Primeiro factor	Segundo factor
Experiência profissional	22,5%	33,9%
Relações pessoais	20,7%	30,9%
Conhecer arquitectos com sucesso	4,1%	2,2%
Capacidade de gestão	12,1%	2,9%
Talento artístico	14,0%	15,7%
Ter dinheiro ou acesso ao crédito	4,9%	1,0%
Capacidade técnica	21,8%	13,4%
Total	100,0%	100,0%

036 Factores mais importantes para ter êxito como arquitecto
 Fonte: Manuel Villaverde Cabral, Vera Borges, Relatório Profissional: Arquitecto/a, estudo promovido pela Ordem dos Arquitectos, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2006, p. 122.



Os “conservadores” são 21%, são os que se apresentam mais realizados profissionalmente e com mais satisfação profissional, mas com pouca orientação à mudança. São sobretudo arquitectos de mais idade, em especial do sexo masculino, mas com mais sucesso profissional. São os que auferem os rendimentos mais elevados, cuja entidade empregadora é a administração pública ou são trabalhadores por conta própria, cujos clientes principais são empresas e organismos públicos. Para estes a arquitectura deve ser uma actividade de vertente artística em que o êxito é alcançável através do talento artístico.

Os “inconformados” representam 14% dos inquiridos, apresentam-se insatisfeitos profissionalmente,

Os “inovadores” são 23%, ainda mais realizados vocacionalmente, muito orientados face à mudança, mas pouco satisfeitos profissionalmente. Caracterizam-se geralmente por serem homens, com uma média de idades de 38 anos e algum êxito profissional. Em geral exercem funções em ateliers e são dos que apresentam rendimentos mais altos, apenas inferiores aos dos “conservadores”. Tratam-se sobretudo de trabalhadores por conta própria. A sua tendência é sobretudo valorizar a vertente técnica da arquitectura e considerar que a chave para o sucesso profissional está na experiência e na capacidade técnica.

Os “conservadores” são 21%, são os que

apesar de realizados vocacionalmente e com alguma orientação à mudança. Este grupo é sobretudo composto por jovens, com um baixo êxito profissional mas abertos à mudança. Tanto os inconformados como os desiludidos são os que menos vocação profissional afirmam ter para a arquitectura. Apresentam os rendimentos mais baixos e são maioritariamente prestadores de serviços. A vertente mais valorizada é a técnica e enaltecem sobretudo as relações pessoais e os conhecimentos que têm junto de outros arquitectos.

Por fim, os “desiludidos” são 11%, mostram-se pouco favoráveis à mudança e insatisfeitos profissional e vocacionalmente. Este grupo é caracterizado por ser o mais jovem, com uma média de idades de 35 anos e com 13,5% das arquitectas. Exercem a actividade através do assalariamento e da prestação de serviços e têm baixos rendimentos. Consideram que a vertente mais importante da arquitectura é o serviço profissional prestado aos clientes e que o êxito deve ser alcançado pelas relações pessoais e pelos conhecimentos.

Conclusões

Podemos, agora, elaborar conclusões perante as respostas analisadas. A profissão de arquitecto é hoje de grande juventude e a Ordem tem registado cerca de 1 000 novas inscrições de recém-licenciados anualmente. As mulheres demonstram já uma apetência crescente para a profissão. Os arquitectos continuam mais concentrados nas grandes cidades do litoral, nomeadamente Lisboa e Porto. O facto dos profissionais terem familiares próximos com a mesma profissão já não é tão comum como anteriormente e a vocação continua a ser muito valorizada pelos profissionais.

De facto, são apenas os candidatos a arquitectos que se sentem muito vocacionados os que se propõem a entrar para uma profissão em que a nota de entrada para a Universidade é elevada, o tempo de curso bastante longo e as saídas profissionais hoje algo escassas. Também por isso, não são só os recém-licenciados, como os arquitectos de um modo geral, que se mostram satisfeitos a nível da sua realização profissional como também se mostram desiludidos com as condições materiais em que exercem a profissão.

Em relação às modalidades de exercício profissional, estas podem ser múltiplas e combinadas de várias formas, tanto por necessidade como por gosto. Assim sendo, são menos de 40% os que exercem a actividade por conta própria e em regime de exclusividade. De uma forma geral, os arquitectos combinam várias actividades e podem trabalhar como prestadores de serviços, por conta de outrem ou por conta própria.

Os projectos de habitação unifamiliar continuam a ser os mais frequentes, seguidos dos de habitação plurifamiliar. Do mesmo modo, também os clientes privados continuam a ser os mais relevantes para a actividade. O mercado dos edificios públicos e equipamentos colectivos envolve apenas 30% dos arquitectos portugueses.

Os rendimentos desta profissão são, em média, inferiores a 2 000 euros mensais brutos, sendo que apenas 10% tem rendimentos superiores a 3 000 euros mensais brutos e as actividades em acumulação não conseguem corrigir as diferenças entre os rendimentos dos profissionais.

Assim, podemos concluir que o arquitecto, em geral, reconhece as suas responsabilidades sociais, considera que as relações pessoais são de grande relevância para o seu êxito profissional, tal como a aproximação à sociedade e a necessidade de uma mudança da imagem negativa que esta ainda mantém deste corpo profissional.

A necessidade de constante actualização e formação é conhecida pelos arquitectos, que cada vez mais se envolvem em acções formativas ao longo da sua carreira e demonstram vontade em alargar os seus conhecimentos nas áreas, por exemplo, da informática. Este facto demonstra o desejo de ir mais além e de responder às novas necessidades da sociedade com as respostas mais adequadas e inovadoras.

São muitos, no entanto, os problemas apontados pelos arquitectos e que os impedem de estreitar mais a relação que mantêm com a sociedade, que dizem ainda não os compreender, ainda desconhecer quais os seus "actos próprios", de valorizar mais os engenheiros em detrimento dos arquitectos e de ignorar a urgência do seu trabalho. O facto de a desempenharem sobretudo por orientação vocacional demonstra claramente o seu empenho profissional, não obstante todas as contrariedades materiais apontadas.

A falta de uma nova e mais concreta legislação acerca das competências específicas do arquitecto, não abona em nada para a melhor compreensão pelo cidadão do trabalho do deste profissional e da forma como este pode qualificar o seu espaço e a qualidade do seu dia-a-dia. Por outro lado, a concorrência é a maior dificuldade apontada pelos arquitectos na sua profissão. Também o facto de a arquitectura ser ainda pontual e o trabalho do arquitecto considerado como um luxo não proporciona a que haja uma maior sensibilização das pessoas para a indispensabilidade efectiva do arquitecto e da arquitectura como necessidade básica da sociedade.

Notas:

(1) Inquérito à profissão exposto no livro de Pedro Brandão, ed Alt., *Livro branco da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1996, pp 151-157.

Estes dados encontram-se em anexo, no final deste texto, traduzidos em gráficos, trabalhados graficamente pela autora da análise.

(2) Esta análise baseia-se num estudo realizado em 1994 pelo CIES do ISCTE, sob a responsabilidade do Prof. Dr. João Freire e da Dra. Luísa Delgado. A primeira parte deste estudo, realizada para várias profissões independentes, tem uma amostragem de 206 membros da AAP, cujo erro máximo é de 7% e o nível de confiança de 95,5% e a segunda parte, só para membros da AAP, tem uma amostragem de 1249 associados e foi desenvolvida particularmente para esta publicação.

(3) De forma mais desenvolvida os dados apontam que, em 1996, 70% dos associados da AAP tinha menos de 40 anos, 49% entre 30 e 39 anos, apenas 19% entre 40 e 49, 49, 5% entre 50 e 59 e 6% mais de 60 anos. 59% apresentavam menos de 10 anos de associados da AAP e 57% menos 10 anos de licenciatura. 30% tinham 11 a 20 anos de antiguidade como associados e apenas 11% tinham mais do que 20 anos nesta situação.

(4) Ao nível da sua distribuição geográfica, 62% destes arquitectos, concentravam-se junto da Área Metropolitana de Lisboa. Cerca de 18% localiza-se no Norte, 8% no Centro e apenas 4% tanto no Alentejo, como no Algarve ou noutras regiões. Globalmente, 52% localizavam-se na Grande Lisboa, 14% no Grande Porto e 27% na província.

(5) Cerca de 33% dos inquiridos afirmavam-se trabalhadores independentes ou detinham uma empresa em nome individual, 18% eram membros de uma sociedade por quotas e 1% membros de uma sociedade anónima. A nível de assalariamentos, 19% indicaram ser funcionários de um departamento da administração regional ou local, 11% funcionários de um departamento da administração central, 5% assalariados numa sociedade por quotas ou cooperativa e 4% assalariados numa sociedade anónima ou empresa pública.

(6) Relativamente ao rendimento, 32% declararam um rendimento profissional anual bruto igual ou inferior a 2 000 contos. 53% auferiam entre 2 000 e 5 000 contos e apenas 15% mais do que esse valor. 64% afirmou que o seu rendimento familiar mensal líquido variava entre os 200 e os 500 contos, 17% declararam um valor inferior e 19% um valor superior. 49% indicou uma facturação anual entre os 1 000 e os 5 000 contos, 19% menos do que 1 000 contos, 15% entre 5 000 e 10 000 contos, 13% entre 10 000 e 50 000 contos e 4% mais do que 50 000 contos. No caso em que a profissão era exercida por conta própria, 68% declarou auferir um valor inferior a 5 000 contos por ano e apenas 17% facturava acima dos 10 000 contos por ano.

(7) Na sua maioria as empresas recorriam à sub-contratação de trabalhos de especialidade, nomeadamente de estabilidade (90%), electrotecnia e telefones (86%), águas e esgotos (77%) e térmica, acústica e AVAC (64%). 47% sub-contratava empresas para trabalhos de CAD, medições e maquetes: 36% para trabalhos de geografia, paisagismo e economia e 29% para infra-estruturas urbanas.

(8) Dados da Ordem dos Arquitectos – Base de dados dos membros e Instituto Nacional de Estatística – Censos de 2001, em <http://www.oasrs.org/conteudo/dossiers/dossiers4.asp>.

Estes dados encontram-se em anexo, no final deste texto, traduzidos em gráficos, trabalhados graficamente pela autora da análise.

(9) Na região Norte, 65,4% dos arquitectos são homens e 34,6% mulheres. Na região Sul os números não diferem muito, com 61,6% de homens e 38,4% de mulheres. Este número corresponde a um aumento de mais do dobro do número de homens arquitectos, nos últimos 25 anos. Na SRN 48,4% tem menos de 35 anos e 47% tem entre 35 e 65 anos, o que confirma a juventude da profissão, uma vez mais. A data de inscrição da primeira mulher no então Sindicatos dos Arquitectos foi em 1943 e o membro mais antigo fez a sua inscrição em 1941.

(10) A Secção Regional Sul abrange os distritos de Leiria e Castelo Branco para sul e as regiões autónomas da Madeira e dos Açores. A este território correspondem 7 972 membros no activo e 8 364 com a actividade profissional suspensa. Destes, 99 exercem a profissão no estrangeiro.

(11) A Secção Regional Norte abrange o território até aos distritos de Coimbra, Viseu e Guarda. Apresenta 4 194 arquitectos até à data de 1 de Julho de 2005.

(12) Dados da Ordem dos Arquitectos – Secção Regional Norte, recolha e tratamento de dados: Susana Machado e Sofia Jacob, em <http://www.oasrs.org/conteudo/dossiers/dossiers4.asp>.

Estes dados encontram-se em anexo, no final deste texto, traduzidos em gráficos, trabalhados graficamente pela autora da análise.

(13) Inquérito apresentado no livro de Pedro Brandão, *O Arquitecto e Outras Imperfeições, Ética, identidade e prospectiva da profissão*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp 237-247 e na sua tese de doutoramento.

Estes dados encontram-se em anexo, no final deste texto, traduzidos em gráficos, trabalhados graficamente pela autora da análise.

(14) Manuel Villaverde Cabral, Vera Borges, *Relatório Profissão: Arquitecto/a*; estudo promovido pela Ordem dos Arquitectos, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2006.

Estes dados encontram-se em anexo, no final deste texto, traduzidos em gráficos, trabalhados graficamente pela autora da análise.

(15) O estudo aponta que 42,6% dos inquiridos estão em Lisboa, 20,6% no Porto, 4,9% em Braga, 4,2% em Coimbra e 4,7% em Santarém. Mais uma vez, Castelo Branco é um dos distritos com menor número de arquitectos (0,9%), tal como Viana do Castelo, Bragança, Guarda, Portalegre, Vila Real, Angra do Heroísmo, Açores e Ponta Delgada.

(16) O número de arquitectas ainda não é muito superior a 1/3, no entanto, nos escalões etários mais jovens as

mulheres são em maior número. Cerca de 70% das mulheres arquitectas têm no máximo 35 anos e apenas 5,5% idade superior a 50 anos. O autor deste estudo compara o grau de efeminização desta profissão com outras, tais como advocacia e medicina e afirma que este tem sido muito mais lento. Não obstante, as arquitectas apresentam um perfil mais dinâmico do que os seus colegas do sexo masculino, frequentam mais pós-graduações e formações profissionais. As arquitectas têm, apesar de tudo, uma maior tendência para trabalharem como assalariadas, enquanto que os arquitectos trabalham desde cedo por conta própria e auferem rendimentos, em geral, superiores aos das suas colegas. As mulheres valorizam mais as vertentes técnica, da especialização, da regulamentação e da protecção ambiental, enquanto que os homens são mais empreendedores.

(17) Dos arquitectos que trabalham por conta própria 22,9% acumulam uma actividade e 6,7% acumulam duas. Dentro destas actividades, estes arquitectos dedicam-se como segunda actividade sobretudo à prestação de serviços a outro tipo de empresa ou a outros arquitectos. Os outros arquitectos, assalariados e prestadores de serviços, desenvolvem a segunda actividade sobretudo por conta própria. Os funcionários públicos ou trabalhadores contratados pela administração pública são os que mais acumulam actividades, de entre os quais 51,3% acumulam uma actividade e 12,5% acumulam duas. Seguidos logo pelos arquitectos assalariados que acumulam uma actividade (44,3%) ou duas (12,1%). Dos arquitectos prestadores de serviços 42,9% acumula uma actividade e 7,0% acumula duas.

(18) Dos que têm contrato por mais de um ano, 32,5% trabalham para uma empresa privada e 32,1% para a administração pública local. Dos que têm contratos de menos de um ano, a situação mais frequente é trabalharem para uma empresa privada (46,6%) ou para um atelier de arquitectura (23,9%). O que é mais frequente na situação em que a actividade empregadora é um atelier de arquitectura, é o regime de contrato com duração inferior a um ano, com 23,9% dos seus trabalhadores nesta situação. O mesmo acontece na situação em que a actividade empregadora é uma empresa privada, com 46,6% dos arquitectos nesta situação. Já para os arquitectos que trabalham para a administração pública central o vínculo de contrato permanente ou com uma duração superior a um ano é mais frequente, com cerca de 20% em cada uma delas e apenas 9,1% em regime de contrato com duração menor do que um ano. Dos arquitectos que trabalham para a administração pública local, 35,0% têm um vínculo permanente e 32,1% superior a um ano.

Anexos:

(tratados graficamente com base na fonte devidamente referida)

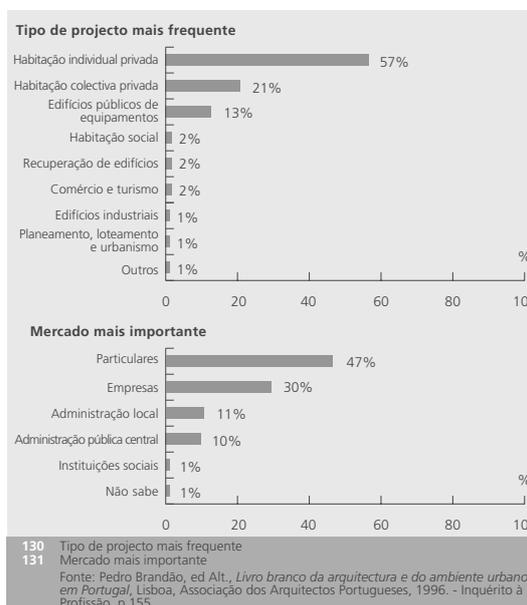
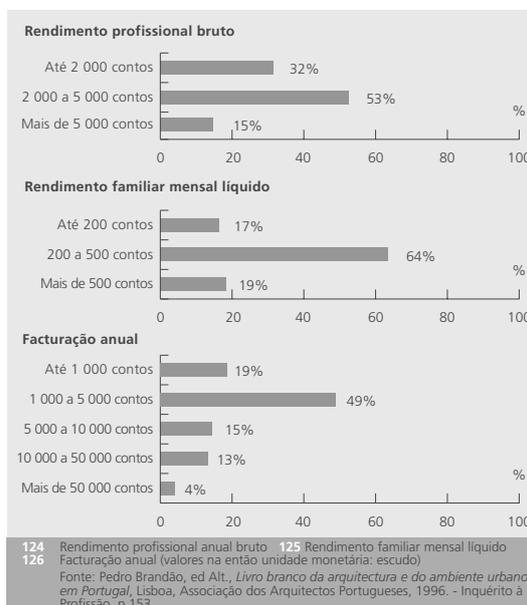
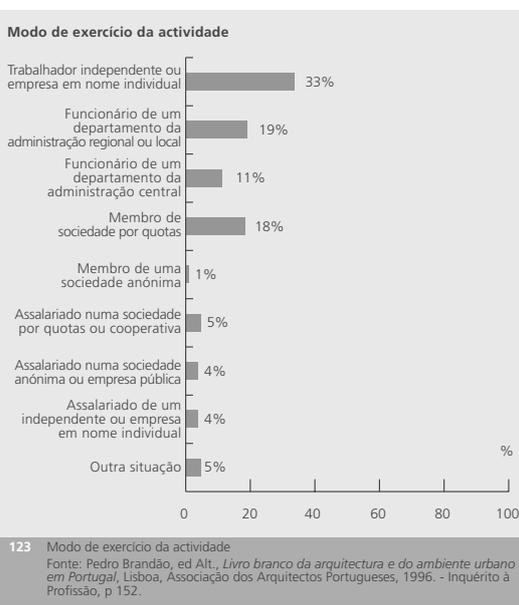
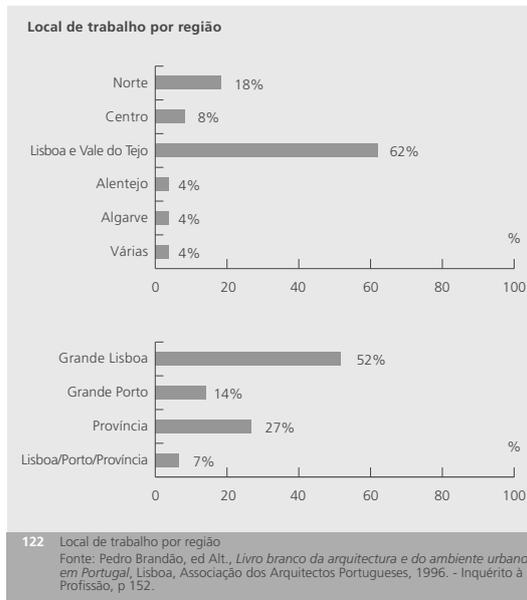
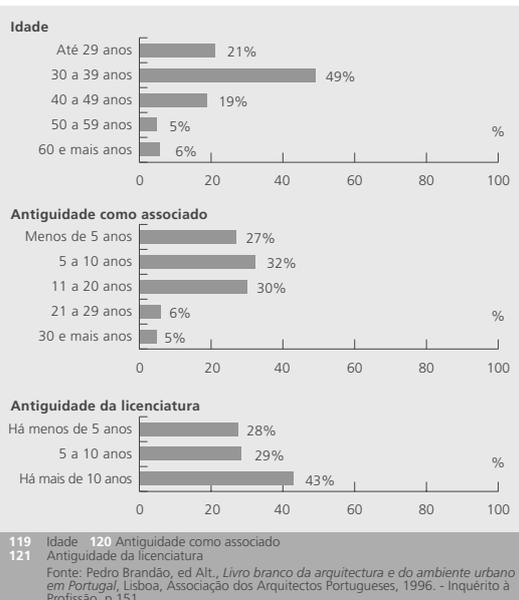
(1) Pedro Brandão, ed Alt., *Livro branco da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1996. - Inquérito à Profissão, pp 151-158.

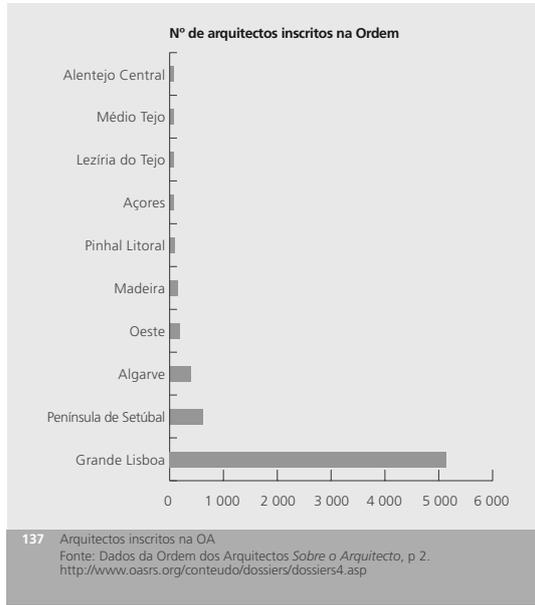
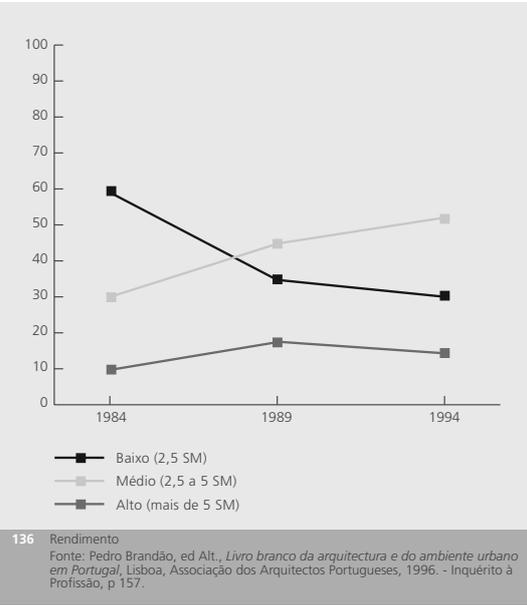
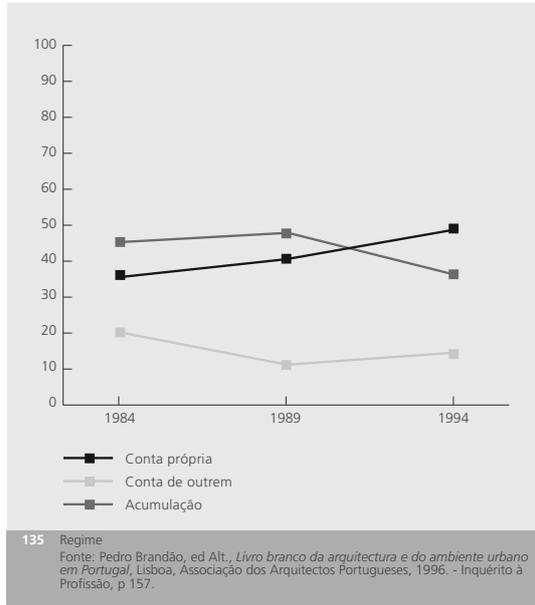
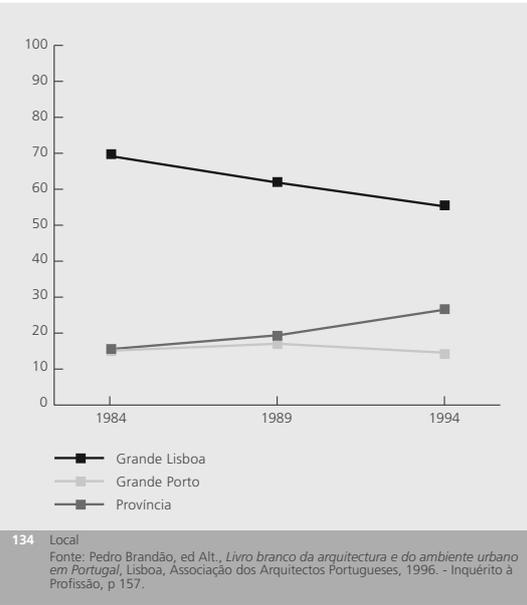
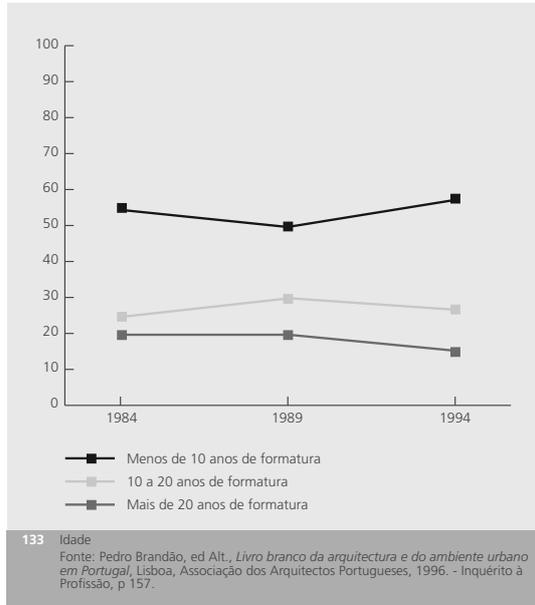
(2) Dados da Ordem dos Arquitectos "Sobre o Arquitecto". – Fonte: <http://www.oasrs.org/conteudo/dossiers/dossiers4.asp>.

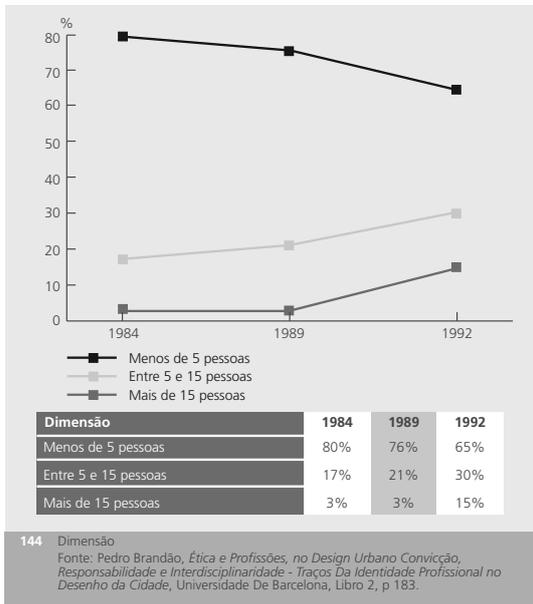
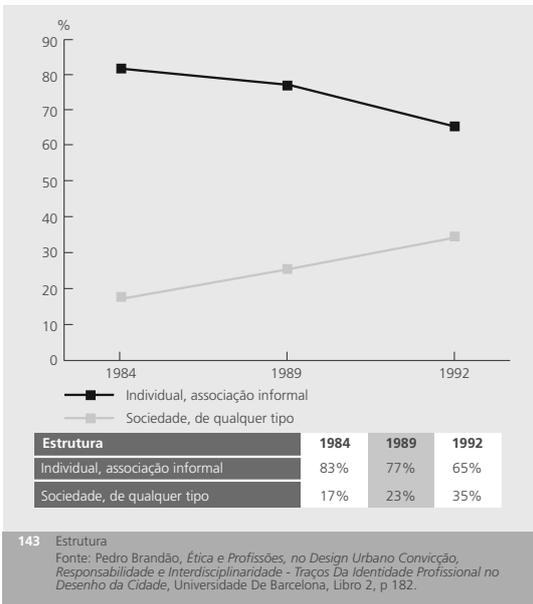
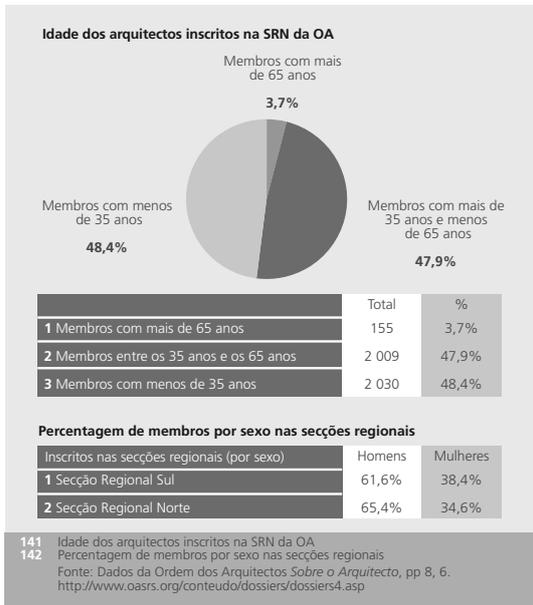
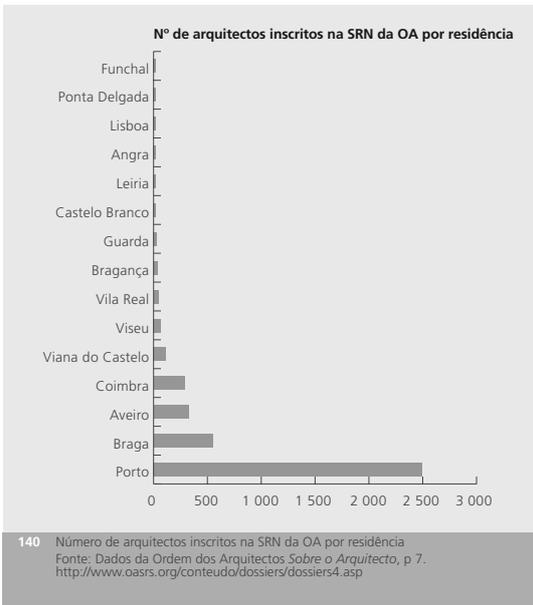
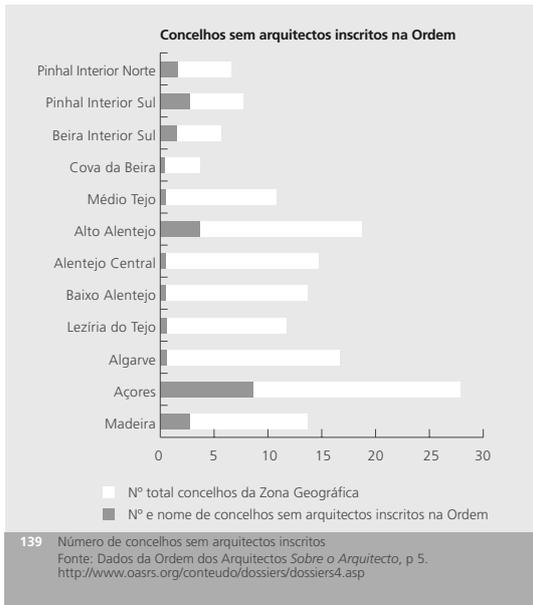
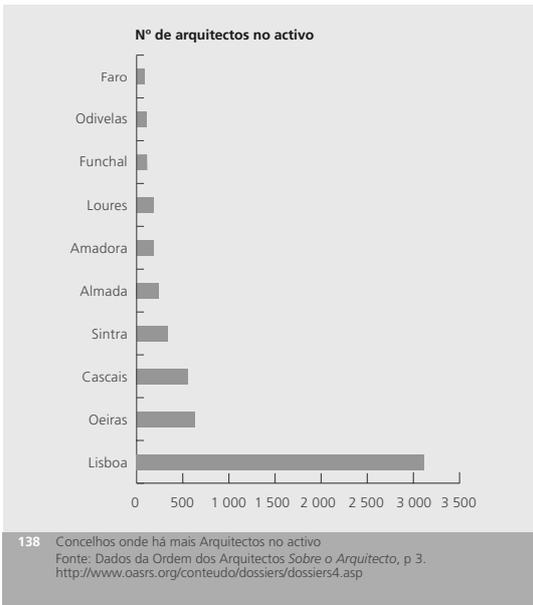
(3) Pedro Brandão, *Ética e Profissões, no Design Urbano Convicção, Responsabilidade e Interdisciplinaridade - Traços Da Identidade Profissional no Desenho da Cidade*, Tesis presentada por Pedro Brandão para la colación del Título de Doctor, Dirigida Por el Dr. A. Remesar, Doctorado Espacio Público Y Regeneración Urbana: Arte Y Sociedad Departamento De Escultura, Universidade De Barcelona, Libro 2 – Inquérito, pp 185-189.

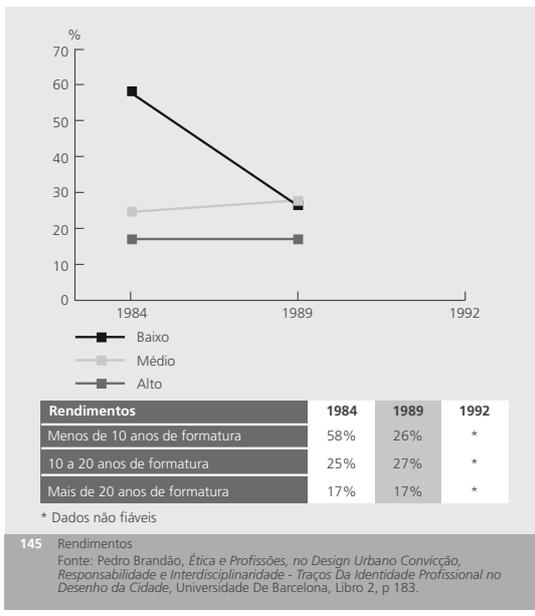
(4) Manuel Villaverde Cabral, Vera Borges, *Relatório Profissão: Arquitecto/a*; estudo promovido pela Ordem dos Arquitectos, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2006, pp 32, 38, 42, 56, 57, 61, 64, 67, 73, 75, 85, 87, 92-95, 97, 98, 102, 116, 122-124.

3.2.2 _ ANEXOS

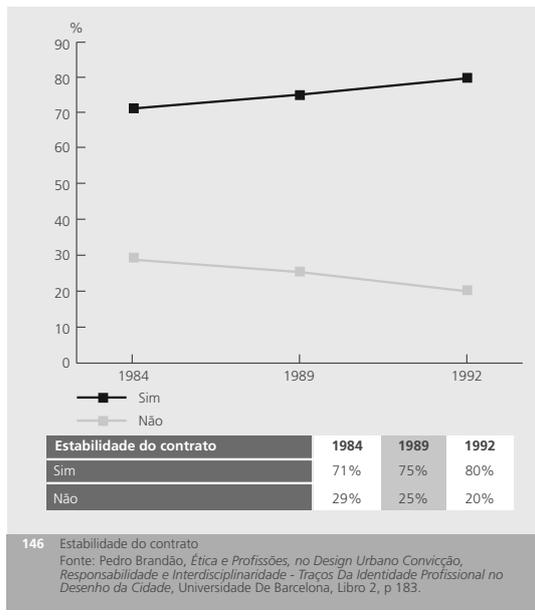




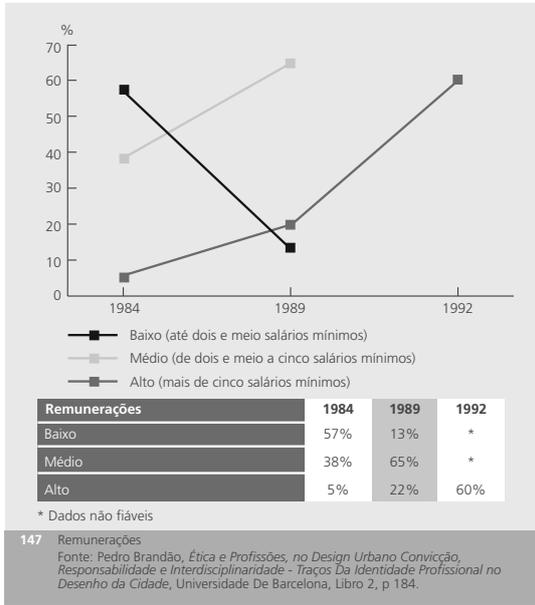




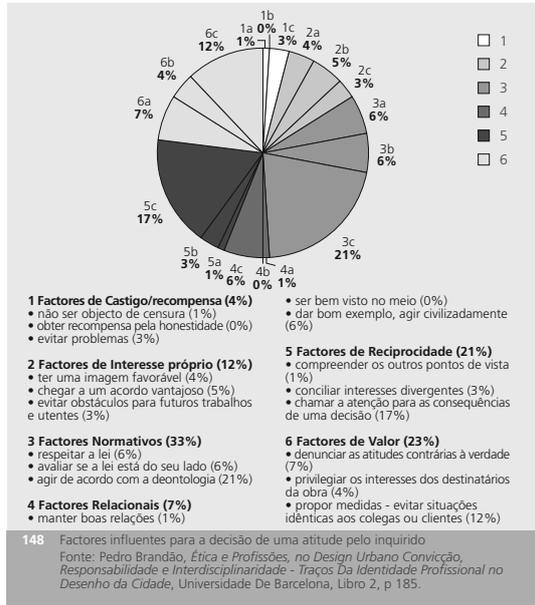
145 Rendimentos
Fonte: Pedro Brandão, *Ética e Profissões, no Design Urbano Convicção, Responsabilidade e Interdisciplinaridade - Traços Da Identidade Profissional no Desenho da Cidade*, Universidade De Barcelona, Livro 2, p 183.



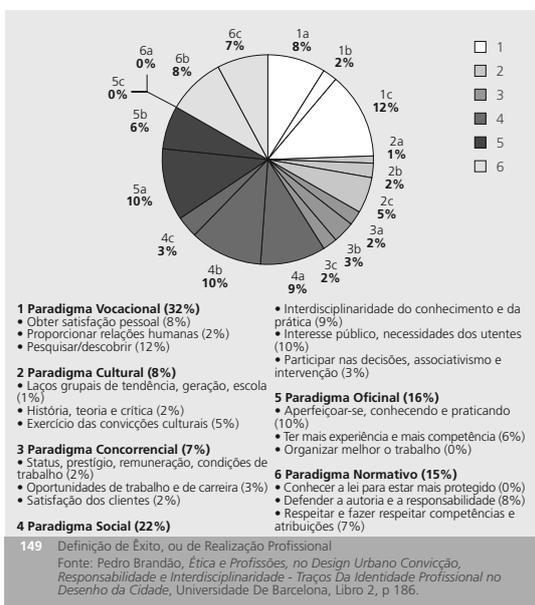
146 Estabilidade do contrato
Fonte: Pedro Brandão, *Ética e Profissões, no Design Urbano Convicção, Responsabilidade e Interdisciplinaridade - Traços Da Identidade Profissional no Desenho da Cidade*, Universidade De Barcelona, Livro 2, p 183.



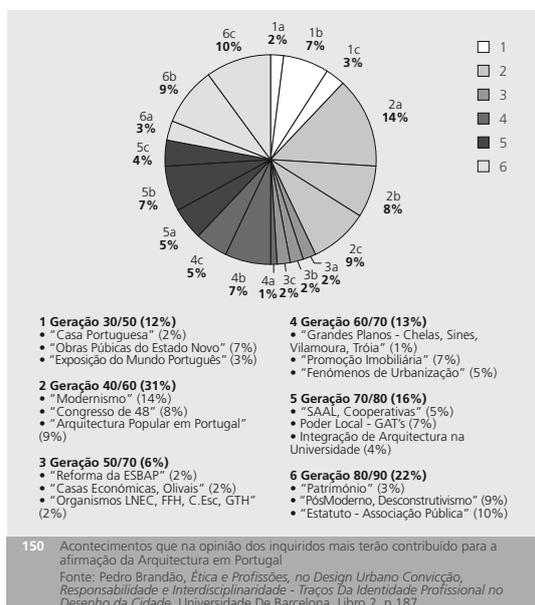
147 Remunerações
Fonte: Pedro Brandão, *Ética e Profissões, no Design Urbano Convicção, Responsabilidade e Interdisciplinaridade - Traços Da Identidade Profissional no Desenho da Cidade*, Universidade De Barcelona, Livro 2, p 184.



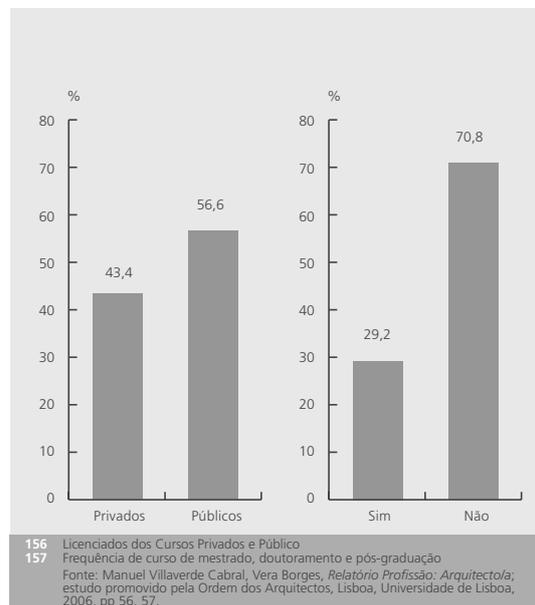
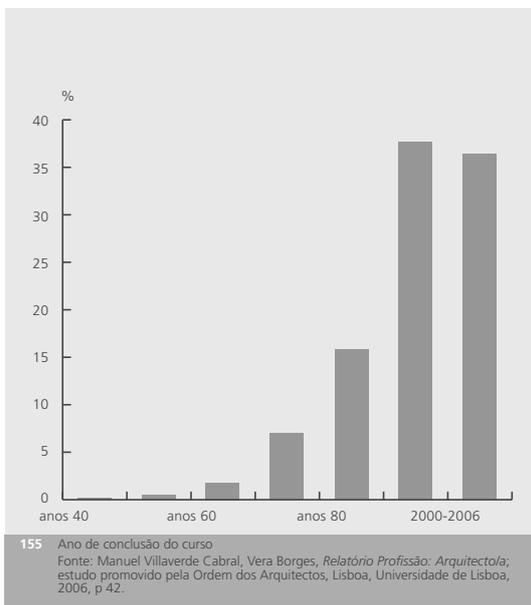
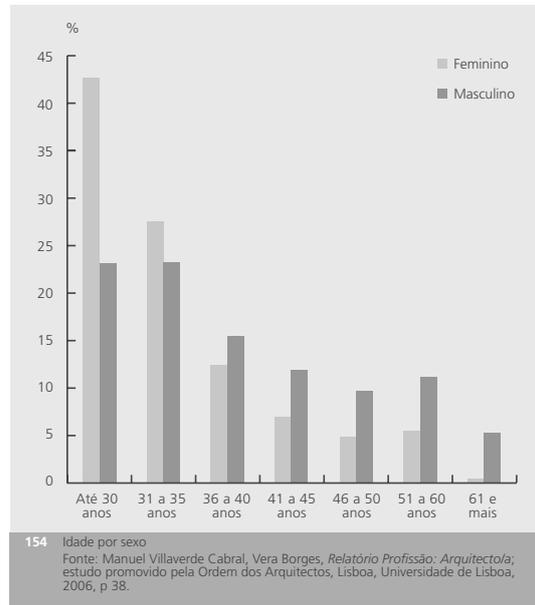
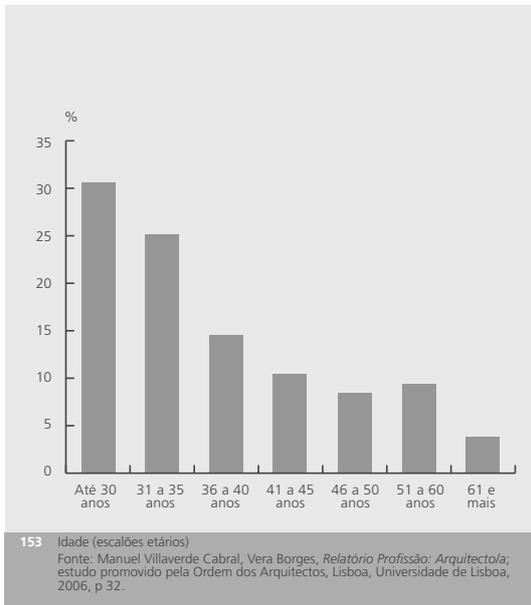
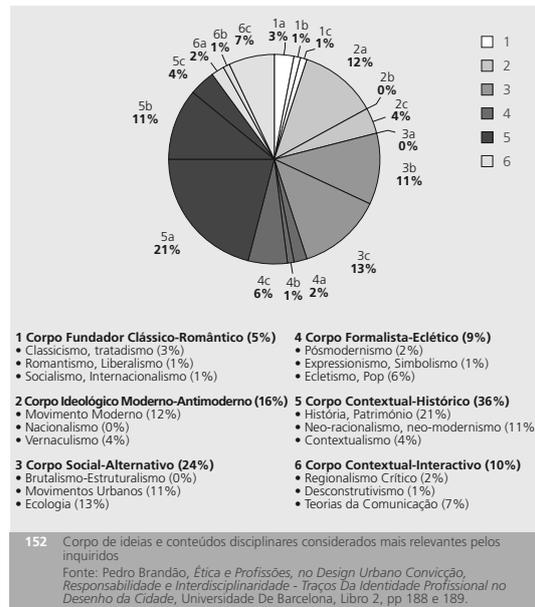
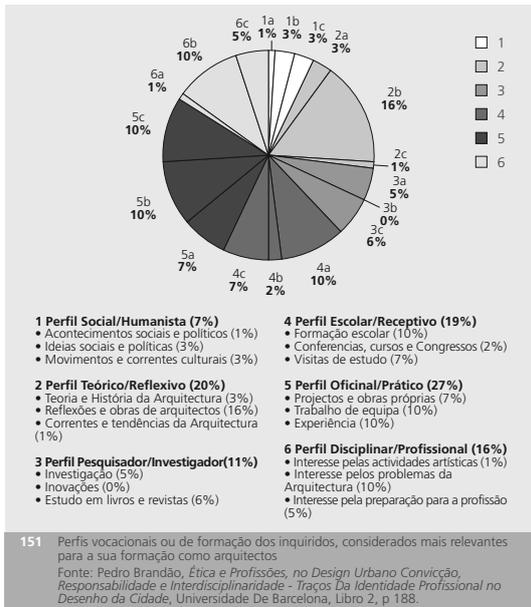
148 Factores influentes para a decisão de uma atitude pelo inquirido
Fonte: Pedro Brandão, *Ética e Profissões, no Design Urbano Convicção, Responsabilidade e Interdisciplinaridade - Traços Da Identidade Profissional no Desenho da Cidade*, Universidade De Barcelona, Livro 2, p 185.

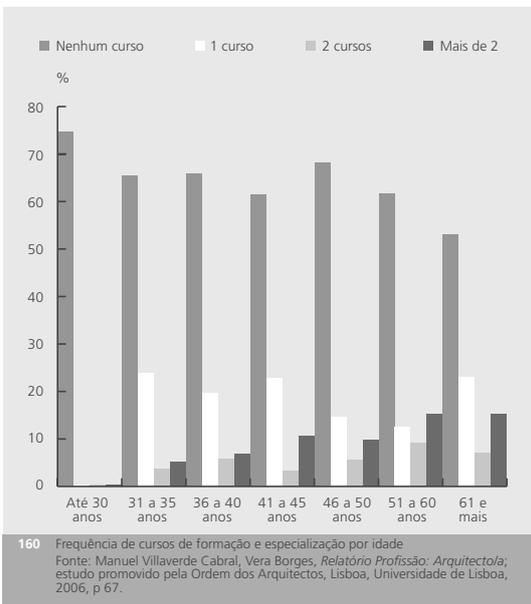
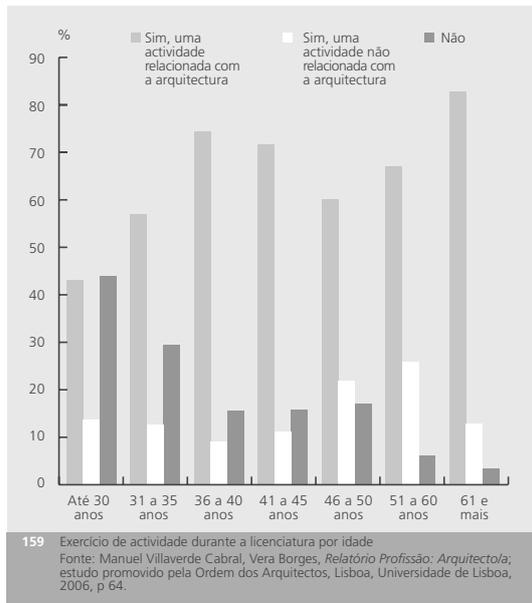
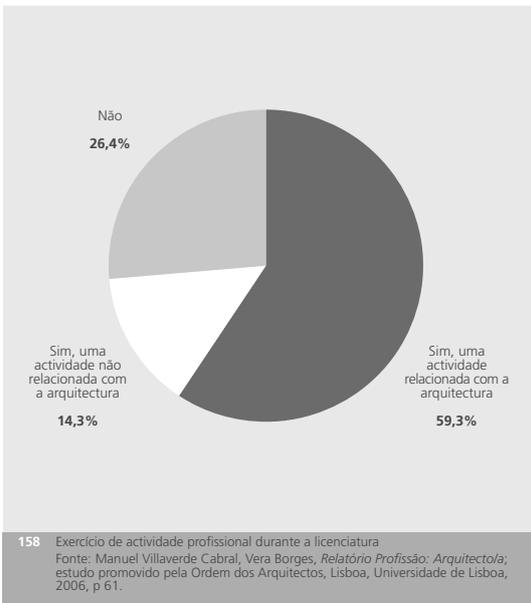


149 Definição de Exito, ou de Realização Profissional
Fonte: Pedro Brandão, *Ética e Profissões, no Design Urbano Convicção, Responsabilidade e Interdisciplinaridade - Traços Da Identidade Profissional no Desenho da Cidade*, Universidade De Barcelona, Livro 2, p 186.



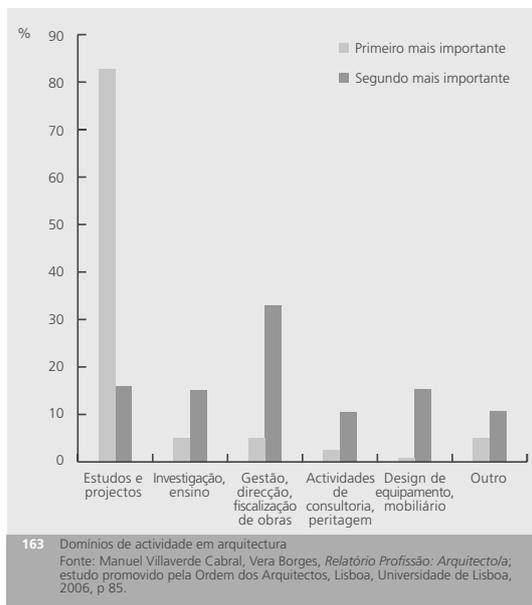
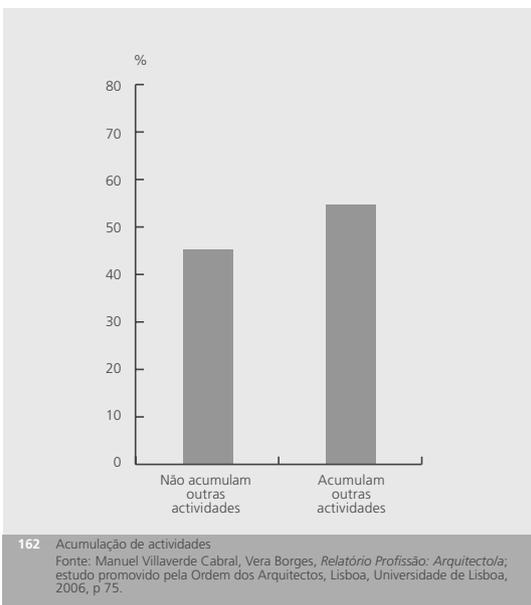
150 Acontecimentos que na opinião dos inquiridos mais terão contribuído para a afirmação da Arquitectura em Portugal
Fonte: Pedro Brandão, *Ética e Profissões, no Design Urbano Convicção, Responsabilidade e Interdisciplinaridade - Traços Da Identidade Profissional no Desenho da Cidade*, Universidade De Barcelona, Livro 2, p 187.





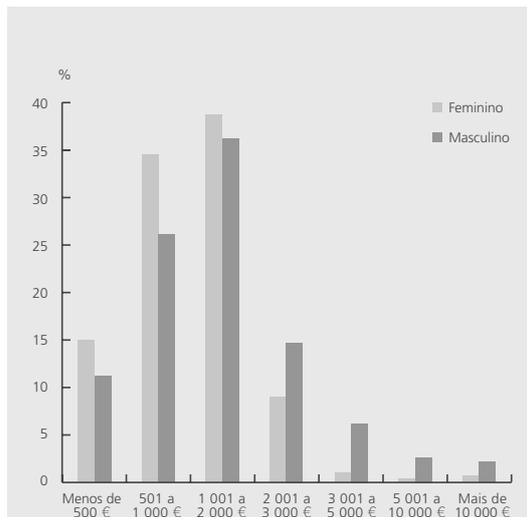
	Frequência	Porcentagem
Conta própria, profissional independente, empresário em nome individual	833	26,0
Sócio, administrador, gerente de sociedade de profissional	401	12,5
Funcionário público ou trabalhador contratado pela administração central	267	8,3
Funcionário público ou trabalhador contratado pela administração local ou regional (Açores e Madeira)	366	11,4
Assalariado de outro arquitecto ou de uma sociedade de arquitectos	213	6,7
Assalariado de outros profissionais ou de uma pessoa colectiva	209	6,5
Prestador de serviços a outros arquitectos e/ou sociedade de arquitectos	275	8,6
Prestador de serviços em outro tipo de empresa ou empresas	112	3,5
Não declaram actividade principal	522	16,3
Total	3 198	100,0

161 Modalidades de exercício da arquitectura como actividade principal
 Fonte: Manuel Villaverde Cabral, Vera Borges, *Relatório Profissão: Arquitectura*; estudo promovido pela Ordem dos Arquitectos, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2006, p 73.

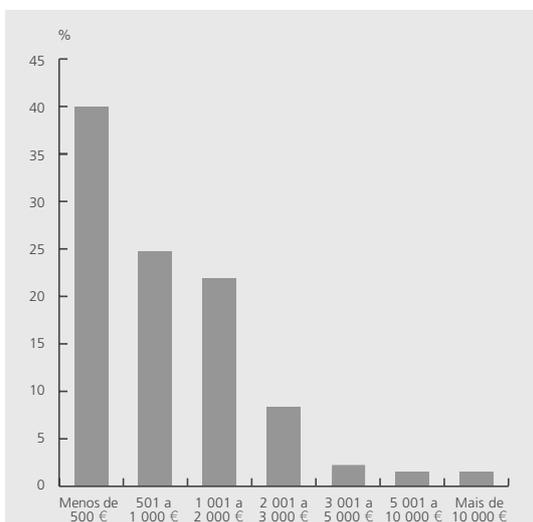


Áreas da concepção de estudos e projectos	Área mais importante (n=2 477)	Segunda área mais importante (n=2 255)
Loteamento	4,5	12,0
Planos	5,8	4,2
Habitação uni-familiar	38,6	19,9
Habitação pluri-familiar	15,2	14,6
Edifícios públicos e/ou equipamentos colectivos	17,0	12,3
Comércio, serviços	8,1	14,1
Reabilitação de edifícios	7,5	14,8
Espaços públicos	2,1	4,7
Outro	1,3	3,4
Total	100,0	100,0

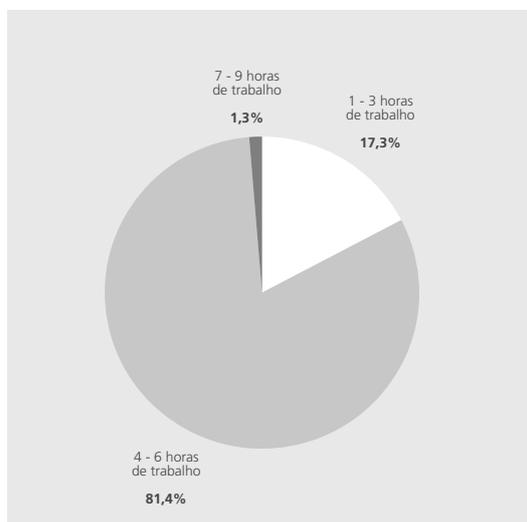
164 Área da concepção de estudos e projectos
 Fonte: Manuel Villaverde Cabral, Vera Borges, *Relatório Profissão: Arquitectura*; estudo promovido pela Ordem dos Arquitectos, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2006, p 87.



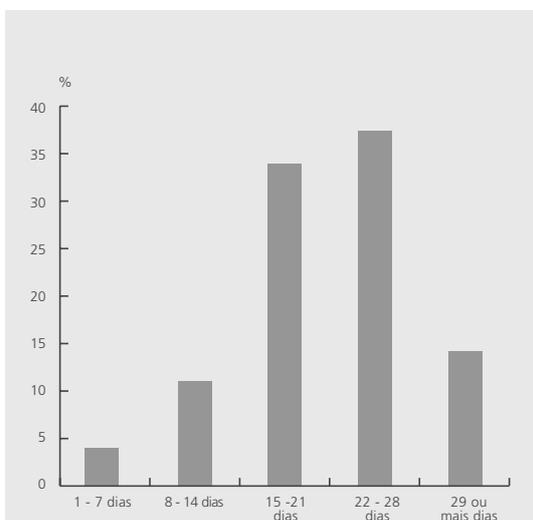
165 Rendimentos médios mensais brutos por sexo
 Fonte: Manuel Villaverde Cabral, Vera Borges, *Relatório Profissão: Arquitectura*; estudo promovido pela Ordem dos Arquitectos, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2006, p 92.



166 Rendimentos de outras actividades remuneradas
 Fonte: Manuel Villaverde Cabral, Vera Borges, *Relatório Profissão: Arquitectura*; estudo promovido pela Ordem dos Arquitectos, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2006, p 93.



167 Horas de trabalho
 Fonte: Manuel Villaverde Cabral, Vera Borges, *Relatório Profissão: Arquitectura*; estudo promovido pela Ordem dos Arquitectos, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2006, p 94.



168 Dias úteis de férias
 Fonte: Manuel Villaverde Cabral, Vera Borges, *Relatório Profissão: Arquitectura*; estudo promovido pela Ordem dos Arquitectos, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2006, p 95.

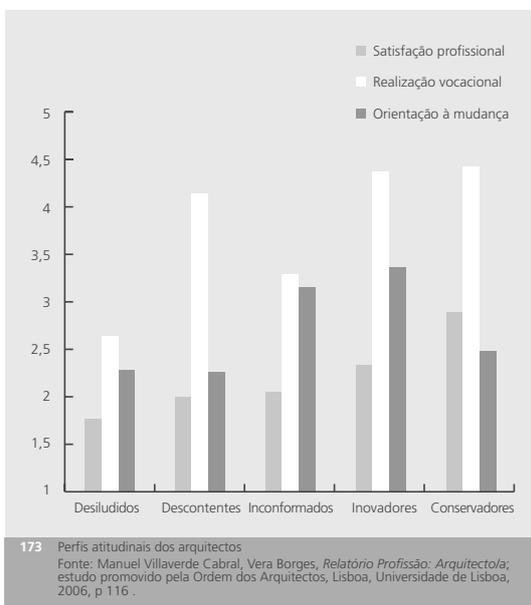
	Primeiro tipo de cliente mais importante	Segundo tipo de cliente mais importante
Particulares	66,0%	26,1%
Pequenas e médias empresas	13,5%	37,7%
Grandes empresas	4,6%	3,9%
Instituições/organismos públicos da administração central	3,1%	3,8%
Instituições/organismos públicos da administração local e regional	7,0%	11,0%
Promotores imobiliários	4,4%	11,2%
Cooperativas de habitação	0,6%	1,4%
Outro	0,8%	5,0%
Total	100,0%	100,0%

169 Tipos de clientes mais importantes
 Fonte: Manuel Villaverde Cabral, Vera Borges, *Relatório Profissão: Arquitectura*; estudo promovido pela Ordem dos Arquitectos, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2006, p 97.



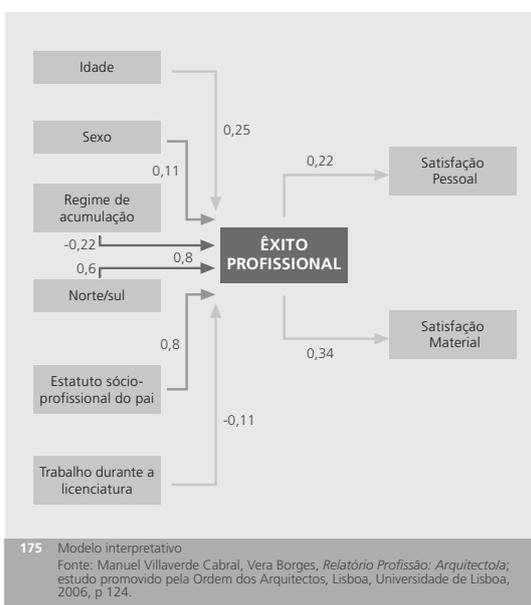
	Primeiro problema (n=3 130)	Segundo problema (n=3 030)
Inexistência de tabela actualizada dos honorários	5,0%	8,4%
Precariedade da situação laboral dos arquitectos	18,5%	17,4%
Indefinição dos serviços prestados pelos arquitectos	6,5%	9,6%
Burocracia da administração pública	14,3%	16,9%
Legislação contraditória / desactualizada	6,7%	14,4%
Falta de qualidade do serviço prestado	5,8%	9,1%
Concorrência de outras profissões	43,2%	24,3%
Total	100,0%	100,0%

172 Problemas mais importantes da profissão em geral
Fonte: Manuel Villaverde Cabral, Vera Borges, *Relatório Profissão: Arquitectura*; estudo promovido pela Ordem dos Arquitectos, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2006, p. 102.



	Primeiro factor	Segundo factor
Experiência profissional	22,5%	33,9%
Relações pessoais	20,7%	30,9%
Conhecer arquitectos com sucesso	4,1%	2,2%
Capacidade de gestão	12,1%	2,9%
Talento artístico	14,0%	15,7%
Ter dinheiro ou acesso ao crédito	4,9%	1,0%
Capacidade técnica	21,8%	13,4%
Total	100,0%	100,0%

174 Factores mais importantes para ter êxito como arquitecto
Fonte: Manuel Villaverde Cabral, Vera Borges, *Relatório Profissão: Arquitectura*; estudo promovido pela Ordem dos Arquitectos, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2006, p. 122.



3.2.3. QUAL A INFLUÊNCIA DOS ARQUITECTOS DO *STAR SYSTEM* NA SOCIEDADE DE HOJE?

O *star system* é um fenómeno incontornável no mundo da arquitectura hoje e uma presença inequívoca na sociedade de consumo e da cultura-espectáculo em que vivemos. É apresentado por Pedro Brandão da seguinte forma:

“A vertente mais visível, do chamado *starsystem* - o arquitecto consagrado num plano internacional através da sua mediatização pela acção da crítica (a partir dos prémios e da divulgação de obras nas revistas da especialidade), está a partir daí “privilegiado” para ser escolhido para projectos de maior dimensão e poder de mediatização das cidades (habitualmente mediante convite, ou por concursos restritos a esse tipo de profissionais).”(1)

Esta situação em que os arquitectos são considerados vedetas, data já do Movimento Moderno, gerado pela notabilidade dos seus grandes mestres. Contudo, agora apresenta-se muito mais forte, com outro padrão de encomenda e outras formas de resposta, precisamente pela mediatização que a sociedade do consumo e da imagem lhe conferem.

“Instaura-se a “aura do único” que perdura até aos nossos dias, e que será hoje tanto mais cultivada quanto mais se expande o culto da individualidade e cresce a mediocridade da produção corrente. Segundo esse culto cada obra tem que ser um acontecimento. O actual *star system* é a consequência lógica desse culto elevado à 15ª potência nas condições de internacionalização do mercado da arquitectura.”(2)

Como já vimos anteriormente, a arquitectura tem adquirido um estatuto de maior notabilidade e atenção graças ao interesse que os órgãos de comunicação lhe têm votado. Este fenómeno do *star system* confere a estes arquitectos uma aura de inatingíveis e de genialidade que proporciona notoriedade e divulgação à obra, confere ao mundo da própria arquitectura ainda maior mediatismo, chama a atenção e promove a discussão sobre o tema, a noção da sua importância e o interesse na disciplina.

O estatuto de arquitecto “vedeta” é potenciado a partir de várias formas. O prémio Pritzker é, indubitavelmente a forma mais segura de reconhecer o valor do arquitecto. A presença em concursos internacionais, em bienais e trienais e a publicação oficial de prémios constituem outros momentos em que o arquitecto consagrado confirma o seu estatuto e o seu talento.

Correlativamente, verificam-se outros tipos de promoção. Cita-se, por exemplo, a promoção pelos próprios autores que, não só pelas suas obras, mas pela sua personalidade ou mediatismo geram um certo tipo de conhecimento e diálogo sobre si próprios e, conseqüentemente, sobre a sua obra. Um outro exemplo é, também, a auto-promoção que os ateliers fazem como forma de tentar entrar dentro deste círculo de estrelas e de adquirirem maior reconhecimento. Por seu lado, ocorre também a promoção da arquitectura pelos promotores como produto de luxo, pelo facto de hoje em Portugal esta ainda não ser um produto corrente, ser conotada como elitista e não ser valorizada pela qualidade e supressão efectiva das necessidades da sociedade.

A propósito da exacerbação da comunicação e da imagem pela sociedade de consumo de hoje, Charles Laundry (3) defende dois tipos de comunicação: a narrativa e a icónica. A narrativa baseia-se, segundo este autor, no julgamento crítico, na capacidade de esgrimir argumentos, de reflexão e de criação de significados. Por outro lado, a comunicação icónica consiste no reconhecimento imediato e prima pelos valores simbólicos.

De facto, a sociedade de hoje, volta-se para esta última forma de comunicação. Vivemos hoje na sociedade da imagem e do consumo, de pessoas, de bens e de mercadorias. A sociedade de hoje consome ícones, idolatra pessoas e embriaga-se de imagens. É esta mediatização e ânsia da imagem que contribui em muito para a promoção das obras de certos arquitectos e para os mediatizar como estrelas.

Peter Rowe, citado por Pedro Brandão (4), defende que são quatro, as causas que originam este fenómeno: o facto de as novas tecnologias de informação conferirem um novo significado à noção de espaço e de tempo e de tornarem todo o mundo mais próximo; a globalização da economia e dos mercados, que

permite aproximar todos os países e todos os autores e globalizar os trabalhos em mãos; a cobertura mediática, que estimula o diálogo e o conhecimento de tudo o que se faz em qualquer lugar do Mundo e a competitividade e hiperdesenvolvimento de que alguns lugares no Mundo estão a ser alvo.

Com efeito, o facto de as tecnologias de informação permitirem aproximar autores e obras, aproxima também as pessoas de novas formas de fazer arquitectura, aproxima-as do que se faz noutras partes do globo e introduz-lhes novas formas de pensar e ver a arquitectura, abre-lhes o espírito e desenvolve-lhes a capacidade crítica. A globalização tem ainda outros efeitos nas práticas de projecto, como defende Pedro Brandão (5). O design assume-se agora “como uma ferramenta para exportar a cultura do consumo” dos grandes centros para a “periferia do sistema mundial”. Certas formas de linguagem, denominadas de “línguas francas”, como o inglês, mas também *software*, música, vestuário,... (graças sobretudo aos *media*, que as veiculam) escamoteiam as fronteiras e assumem-se como transnacionais e comuns. Dá-se a consagração de novas vedetas e “heróis” com os quais certos grupos sociais se identificam e que definem como “ídolos culturais”, de grande poder e privilégios. Também as práticas profissionais do projecto têm de demonstrar uma relação mais profissional, empresarial e multinacional perante o encurtar dos prazos e, assim, os grandes empreendimentos e investimentos que são feitos nas cidades são cada vez mais competitivos.

Podemos, claramente, observar esses efeitos na nossa sociedade: a aproximação a novas culturas, a novas formas de fazer arquitectura e a novos autores, a diluição das fronteiras e a competitividade do mercado e das cidades entre si. Esta questão leva-nos a concluir que a arquitectura, *per se*, também pode ser considerada uma língua franca, uma vez que é entendida em todo o Mundo e que é passível de ser exercida em qualquer parte por qualquer autor. Este facto leva a que arquitectos do mundo oriental sejam chamados para trabalhos no Ocidente e vice-versa, não obstante as diferenças culturais que os rodeiam. Arquitectos como Tadao Ando e Toyo Ito pertencem inequivocamente ao *star system* internacional e são igualmente conhecidos e respeitados como os arquitectos do Ocidente. Da mesma forma, arquitectos como Norman Foster e Rem Koolhaas têm projectos no Oriente, no qual são igualmente pretendidos e procurados. Estes arquitectos assumem-se, assim, como “ídolos culturais”, conhecidos em todas as partes do Mundo e cujos privilégios e reverências são inequívocos, assim como os ídolos já mais comumente reverenciados da música ou do cinema, ou de qualquer outra forma de arte.

“A arquitectura criou nos últimos 20 anos um *star system* que só tem paralelo com o *pop rock* e o cinema. Os grandes arquitectos são hoje *pop stars*, xamãs, com uma capacidade de sedução que não tem paralelo nas artes não mediáticas. Eu próprio quando desenhava encontros que envolviam profissionais de múltiplas áreas, caí muitas vezes na tentação de meter um arquitecto ao barulho, pois sabia que essa era a receita segura para ultrapassar a angústia da plateia vazia.” (6)

As obras e os autores

Assim, o *star system* da arquitectura faz-se de dois tipos de estrelas: as obras e os seus autores. Quando se trata dos autores, como já vimos, a situação é decorrente da sociedade do consumo, das imagens e dos ídolos; já não desperta a sociedade para as obras mas para outras valências, neste caso pessoas, que podem até nem abonar em favor da arquitectura e que desviam o interesse das suas obras, da verdadeira prova do seu talento e do reconhecimento devido.

A questão da exacerbação do indivíduo e da autoria conduz, segundo Graça Dias (7), a uma panóplia de efeitos. Desde logo, impede que a obra seja considerada colectiva uma vez que fica sempre referida como a obra de um certo autor, reconhecido e aclamado, em detrimento dos restantes colaboradores. “Endeusa a questão da ideia”, imprimindo a noção de que uma obra nasce apenas de uma ideia de génio em detrimento de todo o trabalho colectivo e contínuo que está por detrás. Demonstra a noção, erradamente, de que cabe ao arquitecto o papel de definir opções programáticas do projecto. Finalmente, evoca a “liberdade artística” como resposta para as questões do projecto, preterindo as “condições reais dos problemas”. Assim, o vedetismo do autor pode escamotear a sua obra e passar uma imagem errada,

ou pelo menos incompleta, do que é o processo de projecto e do que a obra deve representar e suprir na sociedade. Mais uma vez conota o autor como um ídolo pelo seu talento e baseia o que ele faz na "ideia" que é trabalhada segundo uma certa "liberdade criativa".

"Ter uma ideia" não é nada; toda a gente, a todo o momento, tem ideias (supõe-se). O pica bilhetes do comboio, a senhora que faz renda, a repariga abstracta que olha o mar enquanto o vidro da janela passa veloz a caminho do *Cais do Sodré*; todos eles têm ideias (por isso se diz pertencerem ao *género humano*). O que é mais difícil é pôr ideias de pé, dar-lhes substância, rodeá-las de rolamentos para poderem atravessar as adversidades, as dificuldades, as complicações da vida prática, real. Mas isso, seria outra conversa.[...]

Mas os *arquitectos não têm que ter ideias nenhuma!* Pelo menos dessas! Os arquitectos não são seres iluminados que tenham que ter "ideias tortuosas" a propósito de tudo e de nada! Os arquitectos têm é que resolver problemas. Servem para resolver problemas: práticos, pragmáticos, quantificáveis; que envolvem dinheiro, áreas, vendas, m³, cêrceas, espessuras de paredes, edifícios existentes, ruas existentes, cidades existentes. A única ideia por detrás disto é que o têm de fazer de um modo global, único e recuperando, peneirando, poupando, revelando, *as mais valias poéticas* que cada operação (da mais miserável à mais sublime) sempre permite.[...]

"Ter uma ideia" é do domínio da técnica; em arquitectura *uma ideia* não serve para nada. Mas *muitas ideias* são requeridas e solicitadas, aos sopetões, misturadas enquanto resolvemos, mergulhados, absorvidos, um problema, vários problemas, para os quais, à partida, traçámos, quando muito, uma vaga "estratégia de abordagem" baseada no bom senso decorrente de uma leitura "distanciada" do pedido (e digo "distanciada" porque não quero que aqui fique a noção de que uma abordagem "funcionalista" ou "programática" seja da ordem do que tenho vindo a descrever. Os programas são o que são, problemas de *circunstância*, que a boa arquitectura tem obrigação de desligar do tempo que passa, projectando as soluções para a categoria de valores mais latos, mais universais, mais ambiciosos, mais múltiplos, mais cruzados). [...]

Com coisas simples (aparentemente simples) desenhamos o espaço. A complexidade chega depois, quando tentamos adequar uma série de questões (a funcionalidade, a beleza, o conforto) dentro do nosso trabalho. Há sempre uma enorme quantidade de problemas (problemas reais) para resolver. Ao resolver esses problemas, encontramos a complexidade."(8)

A sua capacidade de inovar

Por outro lado, os arquitectos do *star system* aportam um valor acrescentado ao projecto que pode ter conotações positivas. Para além de chamarem a atenção, independentemente dos motivos por que o fazem, e de promoverem o diálogo, estes arquitectos também têm a oportunidade de testar soluções. Todas as suas obras podem, assim, ser experiências de modo a testar novas formas de responder aos programas e às necessidades de uma forma geral, de testar materiais e de adaptar correctamente a obra ao seu contexto.

A obra de Álvaro Siza, por exemplo, para citar a estrela mais luminosa no panorama português, é o reflexo nítido da sua capacidade de inovar e da sua vontade de testar novas soluções e procurar novas formas de fazer arquitectura. Desde as Piscinas das Marés de Leça da Palmeira de 1961/1966, até ao novo Pavilhão

Desportivo Multiusos de Barcelona de 2003/2005, com o qual ganhou o seu terceiro prémio Secil das sete edições que este já teve, mostram claramente a sua ânsia pela correcta resposta ao lugar e a vontade de ir sempre mais além.

Também em programas culturais, a obra de Siza revela esta preocupação. Desde o Centro Galego de Arte Contemporânea de Santiago de Compostela de 1988/1993, passando pela Fundação de Serralves em 1991/1999, até à Fundação Iberê-Camargo em Porto Alegre, de 2000/2006.

Mais recentemente, a sua busca por novos materiais ou novas formas de os usar,



038 039
040 041

039 Fundação de Serralves, Álvaro Siza
Fonte: Autoria da própria

041 Serpentine Gallery, Álvaro Siza
Fonte: <http://www.floormature.com>

038 Centro Galego de Arte Contemporânea,
Álvaro Siza Fonte: Autoria da própria

040 Fundação Iberê-Camargo, Álvaro Siza
Fonte: <http://fiam4.static.flickr.com>

mostra que um arquitecto tem sempre de ir ao encontro das novas necessidades com novas soluções e que a sua formação nunca está completa. São disso exemplos, o Pavilhão de Portugal de Hannover de 2000 (em colaboração com Eduardo Souto de Moura) que está actualmente em Coimbra e que recorre à cortiça como material de revestimento exterior, ou a Serpentine Gallery (também em colaboração com Eduardo Souto de Moura) de 2005 de Londres, que demonstra exactamente essa vontade de pensar de forma diferente e de responder às necessidades de hoje e do futuro. Outra vertente reside no facto deste arquitecto ser amiúde convidado a desenhar objectos que fogem do campo directo da arquitectura.

Essa responsabilidade do arquitecto para com a sociedade, como gerador de cultura e como pedagogo, é claramente um exemplo para todos os outros e o facto de Siza se encontrar mais sobre as luzes da ribalta, permite-lhe exactamente chamar mais a atenção para essas responsabilidades e mostrar-se como exemplo tanto para os outros arquitectos como para a sociedade, que é desperta para este assunto e que começa a ver a importância desta disciplina para as suas vidas.

Um outro exemplo é o arquitecto Eduardo Souto Moura, a quem foi permitido testar uma nova solução para um caixilho – a solução *slim slide* - uma vez que a sua experiência e reconhecimento levaram a que uma conhecida marca destes produtos lhe confiasse essa tarefa.

A (sobre)valorização da forma na sociedade da imagem

Apesar de tudo, o facto de serem uma minoria muito delimitada e claramente definida, leva a que todos os outros arquitectos possam ser postos de lado de uma possível consagração e internacionalização. Desta forma, o *star system* pode tentar reduzir os arquitectos a um número limitado de estrelas e levar os restantes por um caminho de busca de um vedetismo superficial, de uma arquitectura de luxo e da sedução do público pela imagem e não pela qualidade.

“Para alguns, esta situação é também fruto de um estrelato mundial, estabelecido e consagrado, que encerra em si mesmo um evidente paradoxo: por um lado identifica uma reduzida elite de autores-arquitectos que confirmam a natureza disciplinar da arquitectura e a respectiva dimensão crítica, por outro não esconde uma imensa quantidade de profissionais já rendida ao consumo das imagens ou, pior, à mais elementar passividade perante a vertigem do mercado.”(9)

“Esta situação é tanto mais relevante quando considerada a enorme vaga de fundo que determinou o número de arquitectos em Portugal, passando de 1.473 em 1980, para 4.079 em 1990 e para mais de 10.000 no momento presente. Realidade que, em si mesma, confirma a actual popularidade da profissão e o crescente impacto na sociedade portuguesa, mas também maiores dificuldades no acesso e exercício profissional, em apertada congestão.”(10)

De facto, o fenómeno do *star system* pode, realmente, levar a que, tanto a sociedade como os restantes arquitectos, sobrevalorizem a forma e a imagem, uma vez que é o que mais chama a atenção e que, comunicando de forma icónica, se torna mais mediático, mas que ignora todo um processo de projecto e toda uma equipa e aceita acriticamente imagens em detrimento do seu significado.

“E reconhecamos que é também um facto, que a dinâmica do “Starsystem” induz um tipo de postura profissional - generalizada não só entre arquitectos, mas também já entre artistas plásticos, paisagistas e designers - que cultiva uma predominante atenção ao domínio da imagem, ao domínio formal e estilístico. A frustração que advém de se verificar que, por definição, ao “starsystem” muito poucos chegarão, é acompanhada da desvalorização dos pontos fortes do ofício, que ao “starsystem” pouco importam, mas que são decisivos no dia a dia do profissionalismo: os componentes técnicos e sociais da Arquitectura e do Espaço Urbano.”(11)

A predominância da forma, não pode, pois, ser o atributo mais valorizado e solicitado numa obra e, por vezes, nesta sociedade da imagem em que nos encontramos hoje, a capacidade de sedução do público passa pela forma e pelo consumo rápido de imagens mais do que pela qualidade e correcta adaptação ao contexto e às necessidades. A forma só é correcta se satisfizer o Homem e a sociedade. A forma como parte da cultura-espectáculo em que vivemos hoje não pode digladiar directamente com o sentido do lugar e a consciência do contexto.

“Se, em verdade, a organização do espaço tem na base uma atitude de escolha em face da circunstância haverá que contar com esta – mesmo negando-a em certos dos seus aspectos – mas não parece justo pô-la totalmente à margem, no sentido de criar formas pretensamente “geniais” ou “diferentes” que, por vezes, nada mais satisfazem do que o

egoísmo dos seus autores, até porque é sabido que uma forma só possui significado na medida em que representa ou satisfaz, para além de um homem, toda uma sociedade que dela se utiliza.”(12)

Com efeito, o consumo das imagens pode também não ser o mais pedagógico, pois pode não demonstrar correctamente o projecto e o conceito e materialização por detrás dele. Pode insinuar meras imagens no ideário das pessoas, descontextualizadas e desintegradas que elas depois vão solicitar, sem saberem bem porquê.

“O síndrome Zaha Hadid é principalmente veiculado pelas revistas que, entre as muitas e abundantes experiências que vão mostrando (e essa seria uma vantagem em relação a gerações anteriores, mais parcas de *media*, obrigadas a difíceis viagens para actualização e “vista ao vivo” das novidades ou dos grandes exemplos do passado), acabam por fazer passar, involuntariamente, ideia que os arquitectos gastariam a vida a fazer o pino para dar nas vistas, a elaborar de um dia para o outro extravagantes maquetas ou a imaginar como é que os seus desenhos poderiam ser o mais esquisitos possível. Claro está, que esses artigos, essas revistas, essas fotografias em papel *couché* ou reciclado, traduzem *resultados* e não *pontos de partida*; mas a velocidade analfabeta da apreensão das imagens, o pouco esclarecimento, a incompreensão total ou parcial do *italiano*, do *francês* ou do *inglês*, levam a que, apressadamente, os estudantes apercebam o que vêem de um modo perverso.”(13)

No entanto, a predominância da imagem tem um poder muito relevante no que se faz e no que as pessoas procuram, em todas as disciplinas e também na arquitectura.

“A questão é claramente uma questão de caris cultural. A imagem hoje em dia é um instrumento de transmissão e comunicação fortíssimo mas também é um instrumento de manipulação fortíssimo e daí nós vivermos onde vivemos, com esta cultura mediática.”(14)

Assim sendo, como se deve, a arquitectura orientar perante este cenário? Qual o seu caminho nesta sociedade e perante estes seus valores? A arquitectura é mais do que uma imagem, um fragmento estático, tem vida e é para ser vivida. O papel da arquitectura na sociedade da imagem vive, portanto, (ou deve viver) muito para além do mediatismo das suas imagens, é mais do que uma imagem numa revista, uma moda ou um gosto. Obras de arquitectura são experiências e “contentores de vida” e não objectos arquitectónicos que pontuam a paisagem, porque o espaço é contínuo e não pontual.

“Actualmente, tudo está cruzado, continuo a reivindicar que uma arquitectura tem uma vida muito para além da imagem, da visualidade e todos os outros factores que são ignorados na leitura da arquitectura contemporânea. Conheço três ou quatro arquitectos que batalham isoladamente e que são apelidados de arrogantes. Um deles é Peter Zumthor que diz que a arquitectura é para ser cheirada e tocada, a arquitectura é para se dormir lá dentro, para se perceber o nascer do dia lá dentro, para se comer lá dentro, para perceber inclusivamente o que vem de trás ou como as pessoas se relacionam com ela, e tudo isto foi esquecido. Hoje em dia, a nossa cultura, por razões que sabemos, está muito centrada na visibilidade e que discutivelmente é uma das dimensões mais importantes da realidade, não contesto isso. Mas a arquitectura é mais do que isso.”(15)

A fotografia adquire, neste sentido, um papel muito importante no modo como a obra de arquitectura é apreendida e no que é mais valorizada. As obras são divulgadas pelas suas imagens e o que a sociedade apreende da arquitectura são precisamente estes rasgos visuais. Mas a fotografia deve despertar o interesse pela obra de arquitectura, por a conhecer a si e ao que representa.

“O mercado do rápido consumo de imagens é recente e assenta num verdadeiro mercado global de imagens que extravasa o simples, ou mesmo o complexo, banco de imagens. [...]

A fotografia de arquitectura tem vindo a tornar-se num ponto cada vez mais imprescindível no exercício da arquitectura. São já muitas as vezes em que basta um bom fotógrafo orientar a sua objectiva para uma obra para que esta passe a ser conhecida em todo o mundo. Pelo contrário, uma obra de arquitectura não fotografada torna-se inadvertida.”(16)

“Não acho a fotografia um meio passivo ou efémero, antes pelo contrário... É um meio bastante interventor, em que é bom não dar apenas respostas. Gosto que surjam perguntas que levem à visita da obra e, se possível, à posterior discussão, tanto das imagens como da obra. As imagens não são contentores da verdade que representam fidedignamente a realidade da forma, aquela identidade específica que refere.”(17)

A ânsia pelos ícones urbanos

A cidade, o *star system* e a arquitectura são gerados pela globalização e sustentados pela cultura-espectáculo e pela sociedade de consumo de hoje, uma vez que a cidade, na sua busca por uma imagem que a identifique, promove o *star system*. São múltiplos os exemplos de cidades que, procurando

ícones que a identifiquem, recorrem a arquitectos mundialmente conhecidos e reconhecidos, de modo a posicionarem-se no circuito turístico e cultural das cidades de referência, de modo a criarem uma imagem e fomentarem a sua mediatização.

“As imagens do *glamour* mediático do *starsystem* do desenho – são também parte do produto Cidade. De facto, é fazendo recurso ao *starsystem*, que as cidades apresentam a sua Imagem, de modernidade, como parte da oferta cultural e da qualidade do Espaço Público – Paris dos Grands Projets, ou Bilbao de Frank Gehry são os exemplos mais evidentes de uma marca, que em muitos aspectos é construída seguindo uma lógica de “showbusiness”.”(18)

Apesar de que qualquer programa executado por um arquitecto do *star system* possa vir a ser mediático, independentemente da sua escala ou uso, os programas procurados pelas cidades na sua ânsia de (re)conhecimento são diversos, desde interfaces como a Estação do Oriente de Santiago Calatrava (1998), a estádios como o Estádio Nacional de Pequim (Ninho de Pássaro) do atelier Herzog & de Meuron (2008), waterfronts, praças e, mais comumente, museus, como o Guggenheim de Bilbao de Frank Gehry (1997) ou o Centro Pompidou de Renzo Piano e Michael Rogers (1972/1977).

“Ao nível da arquitectura, a referida capacidade tem vindo a traduzir-se, nas últimas décadas, na construção de obras públicas “de autor” que se tornaram, por um lado, em veículos de reconhecimento público da nossa disciplina no universo cultural (e não apenas profissional) e, por outro, em contentores de divulgação dos amplos e complexos aspectos da nossa contemporaneidade. Neste quadro, inscrevem-se os diversos museus, centros culturais, galerias e teatros construídos ou recuperados em Portugal na década de 90, especialmente após a criação de um ministério exclusivamente ligado às questões culturais.”(19)

A imagem da cidade pode também ser fomentada por outros elementos que demonstrem ser parte da sua cultura, tais como gastronomia, pessoas, hábitos de vida, produtos regionais típicos, paisagens, ... Também um tipo de evento próprio pode identificar uma cidade, tal como o Love Festival em Berlim ou o Carnaval de Notting Hill. Mas o facto de apresentarem um produto de grande escala, passível de ser visitado e publicitado, confere-lhes uma conotação de contemporaneidade e de dinamismo na conquista dos seus objectivos.

Este fenómeno é gerado pela competitividade das cidades entre si, da vontade de se mostrarem contemporâneas e de atraírem pessoas e fomentarem o empreendedorismo, de demonstrarem a sua capacidade técnica, económica e cultural e de assumirem uma posição mais mediática através de um ícone que as invoque.

“Places of desire need iconic projects. The aim of icons is to grab attention and profile.[...] At their best, both good ordinary functional buildings and iconic ones can exude a deep register of feelings and emotions that can sustain or enrich a city.” (20)

“Icons and projects or initiatives that are powerfully self-explanatory, jolt the imagination, surprise, challenge and raise expectations. In time they become instantly recognizable and emblematic. The Eiffel Tower is iconic, reflecting the confidence of Paris’ role in the industrial age, as is the Sydney Opera House, causing us to rethink the possibilities of Australia, or the Guggenheim in Bilbao, emphasizing the courage and determination of the Basque people.”(21)

O desenho urbano é, assim, uma necessidade a que o arquitecto tem de responder, não é nova mas talvez agora tenha adquirido maior importância, em parte pelo crescimento incorrecto e desenfreado de muitas cidades. Esta necessidade consiste na introdução de ordem no caos da cidade, dando lugar ao consenso urbano e conseqüentemente ao consenso social e ao bem-estar na sociedade. Mas essa



042 Estação do Oriente, S. Calatrava
 Fonte: <http://www.calatrava.com>
 044 Museu Guggenheim Bilbao, F. Gehry
 Fonte: <http://www.guggenheim-bilbao.es>
 043 Estádio Nacional de Pequim, Herzog & de Meuron
 Fonte: <http://www.mentalios.com>
 045 Centro Pompidou, R. Piano, R. Rogers
 Fonte: <http://z.about.com>

necessidade pode vir a par com o desejo de dar espectáculo e de criar uma imagem de marca, uma *griffe* muito própria e característica.

“Como atributo de uma “modernidade” e de uma “cultura”, essa imagem não é formalmente uniformizante (pelo contrário, a imagem de marca requerida a cada autor exige uma clara diferenciação estilística, formal, imagética), antes é, em si, uma “marca” (a do autor, isto é, ele próprio) exportável. Assim, reduz-se a Arquitectura à “imagem” (a capacidade simbólica para representar) e a um “circuito” (com um “estilo de vida” próprio) de um grupo exclusivo de artistas – e que na medida em que exclui quem a ele não pertence, gera elementos não consensuais no seu desenvolvimento.”(22)

Podemos, assim, concluir que o *star system* cria, de facto, uma ponte com a sociedade, divulgando a arquitectura, as obras, as últimas experimentações, conceitos, materiais e formas de actuação e pensamento. Ajuda a mediatizá-la, dá-lhe maior notabilidade, chama a atenção e propõe o diálogo. Permite também criar uma imagem para a cidade, através de obras que actuem como imagens de marca que rapidamente as identifiquem e que lhe confirmem um certo estatuto de contemporaneidade e dinamismo. Estes arquitectos estrelas, interpretando a arquitectura e o processo de projecto de diferentes modos, tornam a arquitectura mais globalizada e acessível, diluindo fronteiras de tempo e espaço entre os ateliers e os lugares de possível actuação. (Em anexo junta-se um quadro apresentado por Pedro Brandão que reflecte sobre os efeitos “líquidos” do *star system*. (23))

Contudo, este fenómeno pode ser exprimido de outra forma, no caso de ser o autor e não a obra, o mais valorizado, tal como acontece com uma estrela de rock ou do cinema, em que a sua vida e a forma como a vive, é mais falada que a sua música ou a sua interpretação num dado filme. Situações como esta, apesar de mediatizarem o mundo da arquitectura, podem não abonar em seu favor.

Concomitantemente, a arquitectura não se pode mostrar por si elitista e obra única de estrelas, inacessível, desnecessária ou supérflua à sociedade. Existe um mercado muito para além deste, muito para além destas obras e destes autores.

Se este fenómeno da necessidade de imagem for levado ao excesso, pode também conduzir a uma incorrecta interpretação do que representa a arquitectura e de quais os valores pelos quais se deve pautar. A sedução pela imagem que as obras devem proporcionar na sociedade de hoje, não deve bastar por si, deve ser o resultado de um trabalho colectivo pleno de significado e não de uma “ideia genial” de um arquitecto vedeta.

Por outro lado, a vontade de primar pela forma pode não se integrar no contexto em que se insere e assumir-se mais como um elefante branco. Neste caso, a vontade de persuadir o público, de o seduzir e de pontuar o espaço com uma imagem inovadora pode conduzir apenas à consecução de edifícios monumentos e da cidade como produto de gestos individuais e espectaculares e não a definição de um modo de vida, de um espaço contínuo para todos.

“Em síntese, torna-se hoje fundamental que os espaços culturais contemporâneos, tal como os eventos que os enquadram, ultrapassem a sua inexorável condição de ícones artísticos no *curriculum* do *star system* arquitectónico, de ícones mediáticos no roteiro turístico das cidades, e de ícones políticos na exaltação do poder cultural do Estado ou das Fundações privadas. Para isso, a sua concepção e o seu programa terão que ser radicados numa verdadeira política de glocalização cultural. Desta forma, o triângulo formulado no início deste texto [arquitectura, cultura e cidade] poderá manter o seu triângulo equilátero.”(24)

Notas:

(1) Pedro Brandão, *Ética e Profissões, no Design Urbano Convicção, Responsabilidade e Interdisciplinaridade - Traços Da Identidade Profissional no Desenho da Cidade*, Tesis presentada por Pedro Brandão para la colación del Título de Doctor, Dirigida Por el Dr. A. Remesar, Doctorado Espacio Público Y Regeneración Urbana: Arte Y Sociedad Departamento De Escultura, Universidade De Barcelona, Libro 2, p 161.

(2) Manuel Tainha, "Arte, profissão, modo de vida", 1994: *Jornal Arquitectos, 218-219: Antologia 1981 - 2004*, Ordem dos Arquitectos Portugal, 2005, p 165.

(3) "In The Creative City I make the distinction between narrative and iconic forms of communication. Narrative communication is concerned with creating arguments; it takes time and promotes reflection. Its "bandwidth" is wide as its scope is exploratory and linked to critical thinking. It is "low density" in the sense of building understanding piece by piece. It is about creating meaning. Iconic communication, by contrast, seeks to be instantly recognized. It has a narrow "bandwidth" and highly focused purpose; it is "high density" because it seeks to "squash meaning" into a tight time frame, creating high impact by encouraging symbolic actions that make what is being projected feel significant.": Charles Landry, *The art of city making*; Sterling, USA, Earthscan, 2006, p 146.

(4) "A preocupação que vem surgindo entre vários autores, pela difusão dos paradigmas profissionais originados pelo sistema do Starsystem (arrogância, fachadismo, comercialismo) nos próprios sistemas de ensino das disciplinas do desenho, será sinal da emergência de uma fase reflexiva, sobre o que se ganha ou não, na internacionalização mediatizada da Arquitectura e no Design Urbano.

Sobre a influência da Globalização no interior do mundo da Arquitectura e seu "encolhimento", Peter Rowe assinala quatro "sinais":

1...a forte influência das tecnologias da informação contemporâneas que permitem ultrapassar o efeito de distância. Esta influência, combinada com a habilidade crescente para viajarmos de um lado para outro, aproximaram os elementos da vida profissional, de outro modo dispares.

2...a globalização da economia e dos mercados...uma perspectiva global da construção, antes uma raridade fora de lugares como os EU está agora espalhada...as maiores diferenças no mercado da construção mundial hoje estão nos contratos, mais que em diferenças nos processos construtivos.

3...a cobertura mediática...o número de revistas que tratam exclusivamente da escala internacional da Arquitectura cresceu e quando combinados com Medias não impressos, a presença é quase constante...na educação há como que uma necessidade de conformar com práticas internacionalmente aceites.

4...a intensa competição e ciclos explosivos de hiperdesenvolvimento em várias partes do mundo...as empresas profissionais movem-se à procura de mercados produtivos...e o que é mais importante, o que está a ser construído tornou-se homogéneo, as distinções espaciais entre um lugar e outro desapareceram rapidamente": P. ROWE, "Design in an Increasingly Small World": Sounders et. Alt. (ed) *Reflections on Architectural Practices in the Nineties* (1996), citado no livro de Pedro Brandão, *O Arquitecto e Outras Imperfeições, Ética, identidade e prospectiva da profissão*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p 213.

(5) Pedro Brandão, *A Cidade Entre Desenhos, Profissões do Desenho, Ética e Interdisciplinaridade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p 150.

(6) Paulo Cunha e Silva, *JA – Situação Crítica*, 211, 2003, p 99.

(7) Manuel Graça Dias, "Originalidade, doença infantil das aprendizagens artísticas": *Jornadas Pedagógicas*, Porto, AEFAUP, 1995.

(8) *Idem*.

(9) João Belo Rodeia, "Linha de Terra: apresentação de uma nova geração de arquitectos portugueses": *2G, 20 – Arquitectura Portuguesa uma nova geração*, 2001, p 2.

(10) *Idem*, p 4.

(11) Pedro Brandão, *Ética e Profissões, no Design Urbano Convicção, Responsabilidade e Interdisciplinaridade - Traços Da Identidade Profissional no Desenho da Cidade*, Tesis Presentada Por Pedro Brandão para la colación del Título de Doctor, Dirigida Por el Dr. A. Remesar, Doctorado Espacio Público Y Regeneración Urbana: Arte Y Sociedad Departamento De Escultura, Universidade De Barcelona, Libro 1, p 126.

(12) Fernando Távora, *Da Organização do Espaço*, Porto, FAUP Publicações, 2006, p26.

(13) Manuel Graça Dias, *op. cit.*

(14) Gonçalo Byrne, "Colar é introduzir fragmentos descontextualizados": *Nu*, 19, pp 26-31.

(15) Gonçalo Byrne, *Mais Arquitectura*, 9, 2007, p27.

(16) Fernando Guerra, Cristobal Palma, *Mais Arquitectura*, 22, 2008, p 33.

(17) *Idem*, p 27.

(18) Pedro Brandão, *O Arquitecto e Outras Imperfeições, Ética, identidade e prospectiva da profissão*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p 214.

(19) Nuno Grande, "Três percursos geracionais": Fátima Fernandes, Michelle Cannatà, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea 1991-2001*, Porto, Edições Asa, 2001, p 21.

(20) Charles Landry, *op. cit.*, p 147.

(21) *Idem*, p 147.

(22) Pedro Brandão, *O Arquitecto e Outras Imperfeições, Ética, identidade e prospectiva da profissão*, Lisboa, Livros

Horizonte, 2006, p 214.

(23) Pedro Brandão, *Ética e Profissões, no Design Urbano Convicção, Responsabilidade e Interdisciplinaridade - Traços Da Identidade Profissional no Desenho da Cidade*, Tesis Presentada Por Pedro Brandão para la colación del Titulo de Doctor, Dirigida Por el Dr. A. Remesar, Doctorado Espacio Público Y Regeneración Urbana: Arte Y Sociedad Departamento De Escultura, Universidade De Barcelona, Libro 1, p 189.

046 Avaliação do resultado líquido do Starsystem (dados tratados graficamente)

Avaliação do resultado líquido do Starsystem	
1. Dá resposta a novas redes de poder...	...em que também se inclui?
2. Promove os desenvolvimentos imobiliários...	...com o papel de "vender a cidade"?
3. Cria espaços de afluência e outros de exclusão...	...onde a relação público-privado pode ser subvertida?
4. Dá resposta a iniciativas público-privadas das cidades...	...apenas para atrair capitais e turistas?
5. É causa e efeito de novas tecnologiaspara dar resposta em tempo real na interacção com a obra?
6. Tem reflexo nos modelos de profissionalismo...	...reforça a tendência "artística" no ensino (Arq ^a , Design, Artes)?
7. Motiva grande interesse pela performance visualfachadismo, em detrimento do uso?
8. A divulgação é privilegiada nas revistas e opinion makers...	...na reprodução ou monopolização do modelo?
9. É manifestação de formas de cultura-espectáculo...	...segundo o modelo do consumo da imagem?
10. A notoriedade do autor é rodeada de "glamour"traduz-se numa diferenciação, de "marca" própria?
11. Resposta ao consumo cultural...	...autónomo em relação à construção?
12. Explora o mecenato de patronos...	...em busca de prerrogativas de autonomia?
13. Expressão de objectos artísticos isolados...	...e desinteresse de objectivos urbanos?
14. Perca de solidariedade na profissão...	...entre o grupo "estrelas" e o grupo "comuns"?

(24) Nuno Grande, *Arquitectura e Não*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, Colecção Pensar Arquitectura, 2005, p 92.

3. A SITUAÇÃO ACTUAL

3.1. A ARQUITECTURA 3.2. O ARQUITECTO 3.3. A SOCIEDADE

3.3.3. PORQUE É QUE , POR VEZES, A ARQUITECTURA AINDA É AUSENTE DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO?

3.3.2. HÁ DEFICIT DE CULTURA ARQUITECTÓNICA NA SOCIEDADE DE HOJE?

3.3.1. QUAIS AS RESPONSABILIDADES QUE A SOCIEDADE, COMO UM TODO, ATRIBUI AOS ARQUITECTOS?

3.2.3. QUAL A INFLUENCIA DOS ARQUITECTOS DO STAR SYSTEM NA SOCIEDADE DE HOJE?

3.2.2. COMO SE VÊ(EM) O(S) ARQUITECTO(S) HOJE EM PORTUGAL?

3.2.1. QUAIS AS RESPONSABILIDADES QUE OS ARQUITECTOS DEVEM TER PARA COM A SOCIEDADE?

3.1.3. ESTÃO HOJE CRIADAS MELHORES CONDIÇÕES PARA O DIÁLOGO DA ARQUITECTURA COM A SOCIEDADE?

3.1.2. SERÁ QUE A ARQUITECTURA HOJE ESTÁ, EFECTIVAMENTE, A SUPRIR AS REFERIDAS NECESSIDADES DA SOCIEDADE?

3.1.1. QUAIS AS NECESSIDADES A QUE A ARQUITECTURA TEM DE DAR RESPOSTA?

3.3.1. QUAIS AS RESPONSABILIDADES QUE A SOCIEDADE, COMO UM TODO, ATRIBUI AOS ARQUITECTOS?

No capítulo anterior foi analisada a posição do profissional arquitecto perante as normativas e os diplomas legais. Foi também estudada a sua auto-imagem profissional e o que este pensa de si e da sua profissão nas mais variadas situações. Chega agora a altura de nos debruçarmos sobre a opinião que a sociedade tem da profissão de arquitecto e da relevância da arquitectura de um modo geral.

Cabe a este capítulo analisar concretamente o ponto de vista da sociedade sobre o arquitecto, não as responsabilidades que estão contidas na Lei, mas precisamente o seu desconhecimento e a opinião dos leigos, do público em geral, sobre o que faz um arquitecto, qual a sua importância para a sociedade e quais as formas que estes profissionais têm de qualificar o dia-a-dia de todos nós.

Se, no final, chegarmos à conclusão que a sociedade, no seu todo, valoriza o arquitecto e reconhece claramente as suas especificidades profissionais, os seus “actos próprios” e que a imagem e as responsabilidades que atribuem a estes profissionais coincide com a que estes detêm de si próprios, concluiremos que não há desfazamento entre os dois pólos. Contudo, como já tivemos oportunidade de frisar, são os próprios arquitectos que começam desde logo por reconhecer que um dos problemas mais graves da sua profissão é precisamente o desconhecimento da sua relevância e a sua desvalorização perante outros profissionais não tão qualificados.

Assim, neste tema tem sobretudo lugar a posição das pessoas, de um modo geral, só conseguida através de artigos de opinião escritos, à partida, por uma certa elite erudita e desperta para o tema. Mas, acima de tudo, baseia-se em dados estatísticos concretos e credíveis sobre a posição das pessoas e sobre a sua sensibilização para a problemática da organização do espaço, através de uma amostra fidedigna da sociedade em geral.

É necessário, desde logo, que as pessoas estejam conscientes da necessidade de organização do espaço e de como influi na sua qualidade de vida, dos profissionais capacitados para o fazer e consequentemente da sua relevância para a sociedade e para cada indivíduo, nas mais variadas formas de exercício profissional do arquitecto.

“O vínculo social que a arquitectura terá de ter, implica uma espécie de pacto civil de solidariedade. Porque a arquitectura é, também, uma forma superior de solidariedade, cujas relações de igualdade e de afinidade se completam, quando os seus profissionais recusam a desintegração desses princípios.”(1)

Assim, fazer arquitectura é um acto de cidadania, uma profunda responsabilidade social, que o arquitecto deve gerir, assim como deve gerir os recursos financeiros, os materiais a usar, o acto criativo em si e o contexto em que se integra.

“[...] não se deve abdicar da cidadania, entendendo esta como componente essencial da actividade criadora. E o arquitecto criador, isto é: produtivo, não deve ceder à problemática da produção do próprio criador. Torna-se claro que as recentes formas de economia, emergentes e, ainda, mediocrementemente conhecidas, exigem uma quantificação, amiúde oposta e, inclusive, antagónica da qualificação. Moralmente, o arquitecto encontra-se numa espécie de encruzilhada. Todavia, os melhores deles descobrem formas de equilíbrio entre as duas imposições.”(2)

É igualmente impreterível que a sociedade assuma que o arquitecto tem, assim, uma responsabilidade social a encarar, mas que cabe também a cada cidadão o acto de cidadania de preservar e organizar o espaço - o espaço de todos. Esta é uma responsabilidade social que deve ser assumida por todos e que deve existir na transversalidade - abarcando áreas como a Geografia, a Sociologia, a Antropologia, a Ecologia, a História,... - e trabalhando com os mais diversos profissionais, em paralelo com o arquitecto, o profissional da organização do espaço por excelência. Referindo, uma vez mais Baptista-Bastos (jornalista e autor, 1934-):

“Para reduzir, ou limitar essa distância é necessário o controlo jurisdicional que possa conjugar a economia e os direitos de cidadania, os quais exigem a organização do espaço urbano, a compreensão das deformações metropolitanas e o reconhecimento de que a cidade pertence a todos.

É uma tarefa política. É uma tarefa dos cidadãos.”(3)

Assim, a arquitectura é, tal como a História e todas as outras formas de cultura e expressão, a imagem de uma sociedade, devendo, para isso ser o seu reflexo mais nítido e respondendo-lhe inteiramente. Deste modo, conhecemos a sociedade, também pela sua arquitectura que, se for de qualidade, se integra plenamente nela e a ela lhe responde completamente nas suas várias vertentes. Este papel é sentido por personalidades dos mais variados campos como a jornalista e autora Maria João Seixas (1945-):

“A arquitectura, a sua função plástica e política, o seu papel modelador de comportamentos e o talento raro de tratista da História” (4)

Logo, tal como a sociedade evolui, a arquitectura tem, necessariamente, que com ela evoluir, para lhe (cor)responder. A evolução da arquitectura é, por vezes, difícil de aceitar, mesmo para uma sociedade em constante mutação, transformação e inovação tecnológica e material, mas mais dificilmente a nível de conteúdos, mentalidade e cultura.

“Mesmo vaga e imprecisa, mesmo difusa ou precária, a memória e as expressões de que se serve para persistir (prosa, poesia, teatro, cinema, escultura, jornalismo, arquitectura), impõem ao mundo um certo ritmo, e recusam que o mundo se inscreva a preto e branco. Assinalando as épocas, marcando o tempo, fornecendo-nos os sinais das tempestades ou das bonanças, barroca, clássica, moderna ou pós-moderna, realista, neo-realista, surrealista, seja o que for ou o que vier a ser, a arquitectura cria, recria e abole o “passado”, a fim de o restituir ao “presente” como memória inesquecível do que fomos – e advertências para o que seremos.”(5)

O arquitecto foi visto de maneiras diversas ao longo da História

O arquitecto ao longo da História foi sendo visto como alguém para obras excepcionais, cuja influência só se sentia numa ínfima parte da construção. Assim, era chamado por homens poderosos, cujos objectivos construtivos eram correspondentes, a quem lhes era permitido o “luxo” de contratar um arquitecto.

“E a criação da arquitectura era uma forma, um modo, um estilo de homenagear os deuses que tinham inventado, a fim de preservar os sonhos dos homens.”(6)

Segundo Pedro Brandão, o arquitecto enveredou por diferentes formas de exercício profissional que lhe permitiram ser visto de diferentes modos e de assumir a sua responsabilidade social de formas variadas:

“Esta relação privilegiada nem sempre assegurou aos arquitectos uma posição económica ou socialmente favorecida na sociedade, mas bastou para que o arquitecto gradualmente fosse deixando de ser visto como um operário - como disse Platão “o Arquitecto dá o conhecimento e não o trabalho manual” e passasse a ser encarado como uma espécie particular de artista e trabalhador intelectual: um integrador de saberes e práticas essenciais à promoção do interesse social. Aquela característica pode-se relacionar com a história de etimologia da palavra arquitecto. A divisão clássica entre o trabalho manual e o trabalho intelectual dá sustento ao perfil do arquitecto “coordenador” de várias artes na edificação.”(7)

Em Portugal, no século XX, a posição do arquitecto obteve, em dados momentos, um certo reconhecimento.

“Se observarmos o século XX em Portugal, podemos constatar que a profissão de arquitecto obteve um reconhecimento social crescente a partir de um pequeno núcleo inicial com uma formação e perspectivas predominantemente *Beaux-Arts* cujo peso político culminou com Duarte Pacheco. Com a influência do Movimento Moderno e das circunstâncias políticas após o desfecho da Segunda Grande Guerra, a profissão, talvez como nenhuma outra, entendeu a sua actuação e o papel da Arquitectura como destino social, aprofundando-se uma dimensão ética até então quase desconhecida, tendo tomado posições de claro cariz político bem evidentes no 1º Congresso Nacional de Arquitectura. Com o 25 de Abril houve a possibilidade de trabalhar directamente com populações carenciadas no caso do SAAL. Mas a partir dessa experiência, e com a normalização política, a profissão estabeleceu-se e até obteve um certo prestígio social e quicá romântico, que se reflectiu na grande procura dos candidatos à Universidade pelos cursos de Arquitectura, o que provocou a criação, a um ritmo cada vez mais rápido, de licenciaturas quer nas instituições do Estado quer nas privadas.”(8)

O reconhecimento profissional

De facto, a arquitectura hoje mostra um progressivo enraizamento social, que reflecte uma maior abertura social, económica e política das últimas décadas.

“A partir de meados da década de 80, o significado e papel da arquitectura na sociedade altera-se, deixando de ser uma mera actividade profissional para se tornar uma actividade específica inserida nos processos de transformação e

produção da realidade construída, e um corpo de ideias e pensamento disciplinar. Nesta dupla problemática, é possível discernir algumas constantes que, com origem na situação de inevitável abertura sucedida após os anos de 1974-1975, foram evidenciando um desejo crescente: a afirmação da arquitectura enquanto instituição na sociedade. A relativa marginalidade que até ao início da década de 80 a arquitectura havia mantido, tem os seus primeiros sinais de alteração.”(9)

Hoje, o reconhecimento profissional dos arquitectos pela sociedade está em consolidação, fruto de três relevantes etapas pela qual passou. Desde logo, a mudança de paradigma político permitiu a liberdade de pensamento, inclusivamente no processo criativo, tanto para quem cria, como para quem solicita o projecto. A evolução económica, desencadeou uma maior capacidade de despender capitais para esta área. As grandes empresas, seguidas depois pelo poder local e central, apostaram mesmo na arquitectura como veículo para demonstrar o seu poderio económico e conceberem um espaço que funcionasse como uma imagem de marca forte. Finalmente a evolução social permitiu uma maior liberdade de expressão e uma miscigenação de culturas e paradigmas que originou esta sociedade díspar na qual se imiscui a arquitectura e para a qual tem de responder.

Assim, os factores político, económico e social, conduziram a uma maior liberdade de ver, reflectir e viver a arquitectura, o que levou a um maior reconhecimento do que hoje se faz e dos seus respectivos profissionais e a procura do seu trabalho específico.

O que é que as pessoas procuram quando recorrem a um arquitecto?

“A Arquitectura começa sempre por um Problema. E esse Problema é a manifestação de uma necessidade, de uma carência despertada pelas forças da mudança. Como tal gera um estado de conflito, de descompensação, um constrangimento a que em princípio uma construção virá pôr fim. E digo em princípio pois um Problema, uma vez formulado, não está porém inteiramente definido, em condições de ser descrito em toda a sua extensão, clareza e profundidade.

Em consequência, não encontra também da parte do arquitecto uma resposta definitiva que possa considerar-se inteiramente válida, mas sim uma simples possibilidade: um projecto é sempre uma proposição assertiva. É com a reiteração das respostas que o próprio Problema se vai clarificando, ganhando contornos definidos e de aceitabilidade reconhecida.”(10)

Quando procuram o arquitecto, as pessoas estão perante uma situação que, efectivamente, não conseguem solucionar por si só. Aproximam-se dos profissionais, por necessidade pragmática de solução de um problema concreto de espaço e de materialização desse espaço.

“Mas a aproximação funciona se pensarmos porque razão as pessoas procuram os arquitectos: objectivamente têm um *problema* (as mais das vezes de ordem pragmática, e às vezes, também, de ordem simbólica, de representação ou de gosto), não sendo a *arquitectura* um saber exclusivo dos *arquitectos*. Muita gente tem conceitos concretos quanto aos ambientes onde vive ou onde gostaria de viver; às vezes disparatados, outras vezes interessantíssimos, as mais das vezes de enorme conformismo. *Mas têm uma concepção qualquer*. Quando procuram um arquitecto é porque o problema os transcende; não porque não soubessem alinhar um vago problema de áreas, conexões e sucessões de espaços, etc. (até porque, como sabemos, este chamado *Programa Base* compete ao cliente, ao encomendador) mas porque desconfiam, suspeitam, temem, que essa sucessão espacial, essas áreas, essas conexões, *não sejam ainda Arquitectura*.

A maior parte das pessoas prevê, pressupõe, pressente que a *Arquitectura* será qualquer coisa mais, qualquer coisa que estará para além disso, uma capacidade de harmonizar, proporcionar, hierarquizar, estabelecer relações (que radicam na memória, nos símbolos, nos signos do habitar, do viver) no fundo de fazer significar todo esse quadro de dados brutos, postos lado a lado. Mas para se chegar aí não é necessariamente preciso nenhuma *ideia luminosa*.”(11)

O arquitecto é, por vezes, ainda considerado desnecessário, supérfluo e responsável por um tipo de construção e de imagem que as pessoas ainda não sabem apreciar.

Será que é o arquitecto que tenta, por vezes, incutir diferentes modos de ver e viver no cliente, que este não procura? Ou o seu papel pedagógico incita-o a explicar-lhe claramente quais são as suas melhores opções a níveis como a materialidade, o conceito e até mesmo a imagem?

A vertente artística do arquitecto é, realmente, mais conhecida, não sendo procurado pela qualidade que ele proporciona no espaço, mas pela procura de uma dada imagem ou mesmo de notoriedade social e como um símbolo de inovação e luxo (precisamente porque poucos são os que o procuram).

Será que é o cliente que, pela sua dificuldade em expressar o que pretende ou simplesmente por desconhecer exactamente o que pretende, não consegue exprimir as suas necessidades e se agarra a uma imagética?

Frequentemente, este possível desfasamento resulta não de uma divergência de prioridades ou um desejo de qualidade da obra, mas sim na forma de as atingir. A dificuldade de expressão das necessidades concretas do cliente ou de incompreensão das escolhas do arquitecto, podem resultar num afastamento entre estes.

Vasco Pulido Valente analisa a relação entre o arquitecto e o dono de obra:

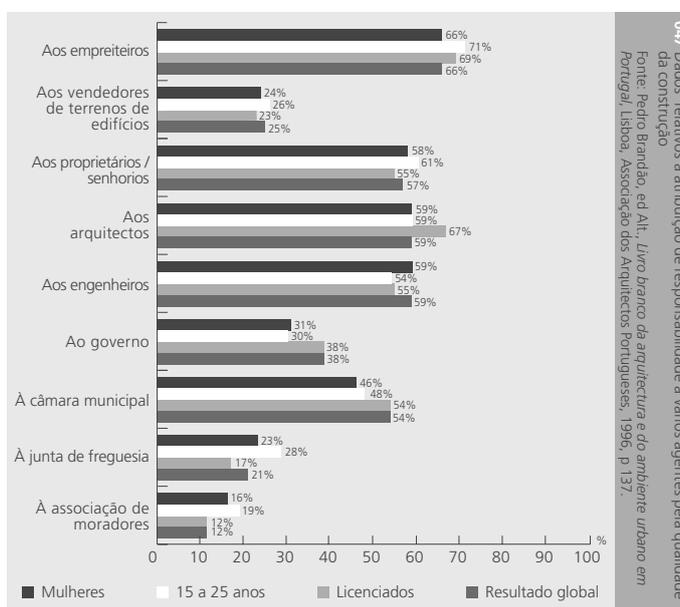
“É talvez o terreno em que as tensões são mais claras e simples na medida em que o desfasamento cultural e a diferença de interesses tornam o choque mais nítido. Se o arquitecto pretende que a construção tenha qualidade e o dono da obra pretende que o seu dinheiro renda, a problemática fixa-se em dar ao técnico e criador as mesmas armas que outros, em igualdade de circunstâncias, já possuem e que lhe permita fazer valer o seu trabalho como valor supracomercial. Como é o dono da obra que contrata a construção é necessário garantir ao arquitecto a possibilidade de defender o seu trabalho da depreciação quer do dono da obra, quer do construtor. É que, para além do mais é também o utente ou futuro comprador que vai ser prejudicado pois que usufrui de um bem de menor qualidade técnica e, eventualmente, cultural.”(12)

“É urgente, isso sim, de uma reinterpretção séria e progressista que vá ao encontro das necessidades económicas do português médio, o mais pobre de toda a Europa.”(13)

Analisaremos agora a forma como a sociedade tem ou não evoluído na procura do trabalho do arquitecto e se o seu trabalho começa a ser mais compreendido e valorizado e por quem. Para tal, baseamo-nos na análise estatística sobre a evolução do mercado da arquitectura, tipos de projectos e clientes mais importantes, desenvolvida em capítulo anterior; na análise dos inquéritos à opinião pública a seguir apresentados e nos artigos de opinião recolhidos de fontes inócuas à arquitectura e que ilustram a posição dos leigos perante esta matéria.

Responsáveis pela qualidade da casa

Segundo o Inquérito de 1996, a opinião pública (14) considera que são os empreiteiros, com 66%, os principais responsáveis pela qualidade da casa. Os engenheiros e os arquitectos aparecem na segunda posição com igual percentagem de respostas: 59%. Curiosamente, 67% dos licenciados consideram que são os arquitectos os principais responsáveis - valor bastante superior à média geral - e concedem aos engenheiros apenas 55% das suas respostas. Os jovens, por seu lado, atribuem aos engenheiros 54% e aos arquitectos 59% da responsabilidade. Os proprietários surgem com 57% das respostas, a Câmara Municipal com 54%, o Governo com 38%, os vendedores de terrenos de edifícios com 25%, a Junta de Freguesia com 21% e a Associação de Moradores com 12%.



Numa análise por zonas (15), os empreiteiros são mais valorizados na região do Algarve e menos na região de Lisboa e Vale do Tejo (com a excepção da Área Metropolitana de Lisboa), variando entre os 78% e os 57%, respectivamente.

Os vendedores de terrenos de edifícios apresentam uma variação regional entre os 17% no Algarve e os 32% nas regiões Autónomas.

Os proprietários são apontados como mais responsáveis pela qualidade da casa na AML (Área Metropolitana de Lisboa) e menos na região Norte (com a excepção da Área Metropolitana do Porto), com uma variação de 24 pontos percentuais.

Quanto aos arquitectos, a sua importância é mais reconhecida na AML, com 70% das respostas e menos na região Norte, com uma diferença de 20% das respostas.

Os engenheiros apresentam uma menor amplitude de oscilação nas respostas dadas por zonas. Sendo mais valorizados na AMP (Área Metropolitana do Porto), com 64% das respostas e menos na região Norte, com apenas 53%.

Ao Governo são atribuídas mais responsabilidades na AML, com 48% das respostas, e apenas 30% na região Centro e em Lisboa e Vale do Tejo.

As Câmaras Municipais apresentam uma oscilação entre os 43% atribuídos pelo Alentejo e um valor superior em cerca de 20%, apontado pela AMP.

As Juntas de Freguesia são menos valorizadas na AMP, com apenas 13% das respostas e mais valorizadas no Algarve e regiões Autónomas, com um valor superior em 19% ao anterior.

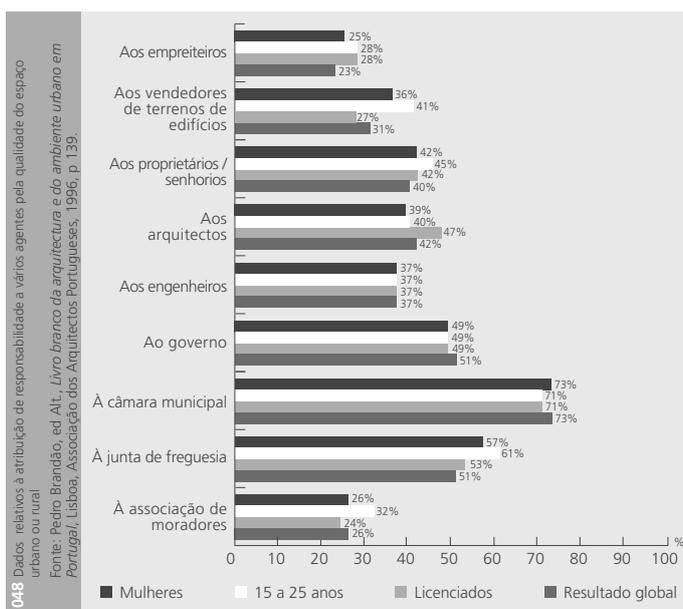
Finalmente, no que concerne a Associação dos Moradores, estes são desresponsabilizados pela AMP e detêm 26% das respostas nas regiões Autónomas.

Podemos, assim, concluir que as pessoas consideram os maiores responsáveis pela qualidade das casas os empreiteiros, mas apontam também o arquitecto como um dos profissionais mais importantes. Neste sentido, a arquitectura tem uma importância crescente para as pessoas, que se começam a aperceber desta influência para as suas vidas.

Responsáveis pela qualidade dos sítios

Quanto à responsabilidade pela qualidade dos sítios, a opinião pública considera que o principal responsável, com 73% das respostas, é a Câmara Municipal. De notar que, quando questionados

sobre a responsabilidade pela qualidade da casa, os inquiridos consideravam que era, acima de tudo, da responsabilidade dos empreiteiros. Ora, os empreiteiros, aqui, vêm na última posição, com 23% das respostas. A opinião pública aponta também a Junta de Freguesia com 51% das respostas, assim como o Governo, com igual percentagem; enquanto que relativamente à responsabilidade das casas estes tinham 21% e 38%, respectivamente, ou seja, valores muito inferiores. Os arquitectos, neste caso, são considerados pela sociedade como os quartos mais responsáveis, com 42% das respostas. Os engenheiros, neste caso, vêm apenas na sexta posição com 37%,



enquanto que no caso da sua responsabilidade nas casas, tanto arquitectos como engenheiros detinham igual percentagem: 59% das respostas. O que significa que quanto à qualidade dos sítios, a sociedade

confere mais responsabilidade aos arquitectos e dilui a sua responsabilidade com outros profissionais quanto à qualidade das casas. Os senhorios e proprietários foram apontados com 40% das respostas, enquanto que, relativamente à qualidade das casas, estes eram apontados por 57% das pessoas. Os vendedores de terrenos seguem com 31%, valor superior aos 25% que detinham de responsabilidade quanto à qualidade da casa. A Associação de Moradores, que na anterior situação detinha apenas 12% agora é apontada com 26% da responsabilidade.

Podemos concluir daqui, que a sociedade atribui valores e responsabilidades muito diferentes quanto à qualidade das casas e dos sítios. Considera que os sítios devem ser da responsabilidade da administração local e central e dos próprios arquitectos que vêem aqui a sua posição salvaguardada e considerada. Os empreiteiros, engenheiros e outros profissionais assumem parte da responsabilidade quanto à edificação mas menos quanto à qualidade dos sítios.

Curiosamente, os licenciados, mais instruídos, conferem maior responsabilidade aos arquitectos, mais cinco pontos percentuais que o resultado global, e são as mulheres que lhes apontam menos responsabilidades com menos três pontos percentuais que o resultado global.

Os mais jovens conferem mais dez pontos percentuais, ou seja 61%, à Junta de Freguesia do que o resultado global, o que, para este grupo etário dos 15 aos 25 anos, implica que estes são mais responsáveis do que o Governo propriamente dito, que para eles apenas recolhe 49% das respostas.

Numa análise por zonas, a nível da atribuição da responsabilidade da qualidade do sítio à Câmara Municipal, deparamo-nos com uma valorização de mais 18 pontos percentuais da parte da AML e da região do Algarve do que o resultado global, enquanto que a região Norte e Centro lhe confere muito menor responsabilidade, com 63% e 64% respectivamente.

A responsabilidade da Junta de Freguesia varia entre os 60% atribuídos pelos AML e os 43% dados pela região Centro.

O Governo tem maior responsabilidade segundo a AML, com 63% e menor segundo a região Norte, com 40%.

Relativamente à responsabilidade dos arquitectos, em que o resultado global era de 42%, esta varia regionalmente entre os 36% atribuídos pela região Norte e os 54% dados pela AML. O que se pode justificar como sendo a região onde se encontram maior número de arquitectos, o seu trabalho ser mais comum e, como tal, mais conhecido e reconhecido pela sociedade.

Já relativamente aos engenheiros, a variação regional é muito mais reduzida, de apenas 11 pontos percentuais entre a AMP e as regiões Autónomas.

Os vendedores de terrenos são tidos como mais responsáveis nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores, com 42% das respostas e menos responsáveis, com 24% no Algarve.

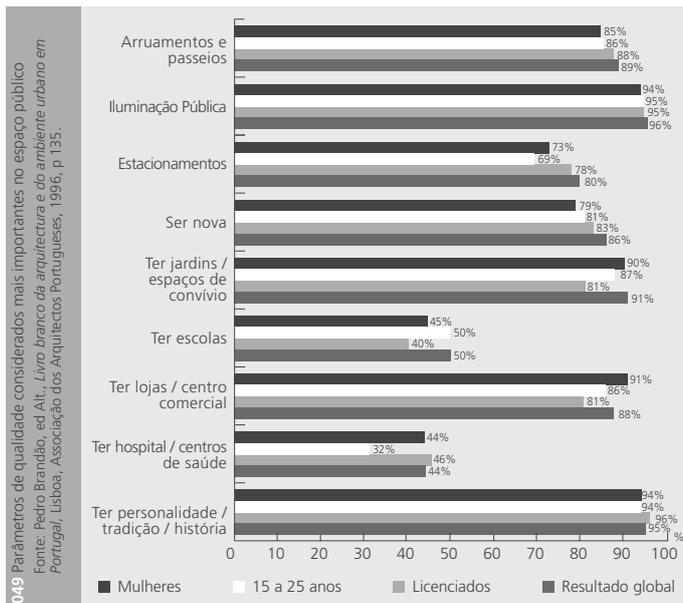
A associação de moradores apresenta uma percentagem mais alta de respostas, com 32% na AMP e na região do Algarve e apenas 19% na região Centro.

Finalmente, os empreiteiros são tidos como mais responsáveis na AML, com 30% e menos, com 19%, na região Centro e AMP.

Factores de valorização da qualidade do sítio pela Opinião Pública

Dentro do mesmo estudo de 1996 (16), foram também analisados os factores mais e menos valorizados pela sociedade para a qualidade do sítio, âmbito também da arquitectura, assim como de muitas outras áreas e que é fundamental conhecer e interpretar.

O factor mais considerado pelos inquiridos como aquele que confere maior qualidade ao sítio é a iluminação



pública com 96% das respostas, logo seguido pela personalidade, tradição e História com menos um ponto percentual. Em terceiro lugar nestas preocupações está o facto de ter jardins e espaços de convívio com 91%, em quarto lugar está a preocupação com os arruamentos e passeios que detiveram 89% das respostas, seguidos pela proximidade a lojas e centros comerciais com 88% e o facto da zona ser nova com 86%. Com 80% está a preocupação com o estacionamento, seguido da existência de escolas por perto com 50% e finalmente com 44% está a proximidade a hospitais ou centros de saúde.

Dentro dos resultados, as respostas não

apresentam grandes variações entre mulheres, jovens e licenciados. Note-se, que as mulheres valorizam mais os jardins e espaços de convívio, assim como a proximidade a lojas e centros comerciais. Os licenciados apresentam uma preocupação ligeiramente superior com a História, tradição e personalidade do sítio do que os restantes grupos. Por seu lado, os jovens valorizam muito menos o facto de o sítio ter um centro de saúde ou hospital.

A nível da análise por regiões a situação não apresenta variações significativas de região para região. Na sua maioria os resultados coincidem com os resultados globais. De notar que a nível dos arruamentos e passeios a região que mais considera este factor é a AML com 100% de respostas, por comparação com os 79% das regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

No que concerne a iluminação pública, todas as regiões apresentam grande preocupação com este factor, se bem que com 100% de respostas a AMP e a AML sejam as mais veemente e com 88% as regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, sejam as que menos consideram este factor.

Relativamente ao estacionamento a AML é a que mais valoriza esta necessidade com 92%, por comparação com 73% das repostas apresentadas pela região Norte e pelas regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

O facto da zona ser nova é mais relevante para a AML e para a AMP, respectivamente com 95% e 94% de respostas, enquanto que para as regiões Autónomas da Madeira e dos Açores apenas 77% manifestam essa preocupação.

A presença de jardins e espaços de convívio é mais sentida para o Algarve com 98%, e para AML e para a AMP, respectivamente com 95% e 94% de respostas e menos sentida pelas regiões Autónomas da Madeira e dos Açores com 86%.

Quanto ao facto de ter escolas na proximidade, as regiões do Alentejo e de Lisboa e Vale do Tejo debruçam-se mais sobre esta preocupação com 62%, por comparação com os 39% das respostas dadas na região do Algarve.

Ter lojas e centros comerciais é mais relevante para a região do Algarve com 98% das respostas e menos relevante para as regiões Autónomas da Madeira e dos Açores com apenas 78%.

A proximidade a hospitais e centros de saúde é mais sentida pela região do Alentejo com 53% e pela

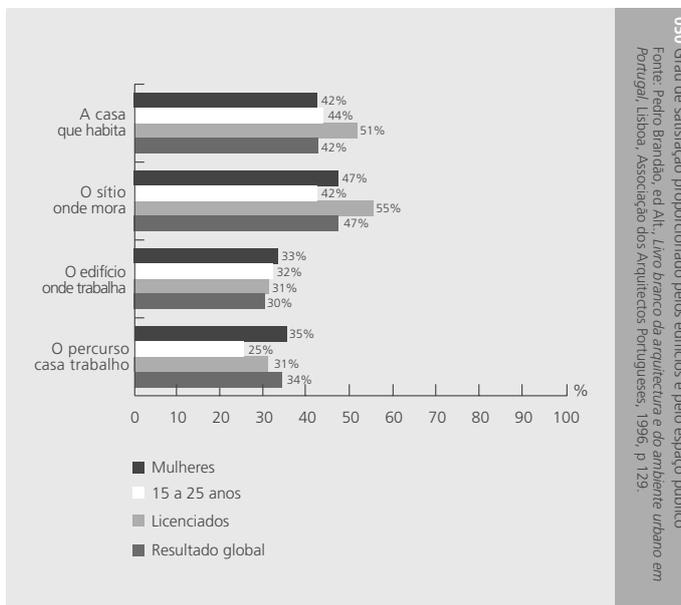
região de Lisboa e Vale do Tejo com 52%, e menos sentida, com 36%, pela AMP.

Finalmente, quanto à personalidade, tradição e História do sítio, a preponderância é significativa, sendo maior para a AMP e AML com 100% das respostas, por comparação com a região Norte com 91%.

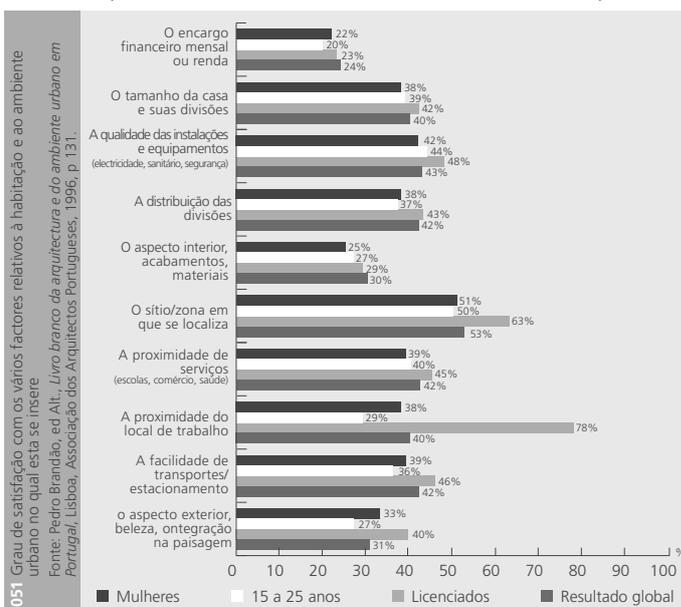
Grau de (in)satisfação das pessoas

Depois de conhecidos e analisados os factores que a sociedade mais preza para a sua casa e para o sítio e os seus responsáveis pela situação actual, debrucemo-nos sobre o grau de (in)satisfação das pessoas sobre estes factores, também abordados no referido inquérito de 1996.

Assim, podemos observar que a insatisfação com a casa, o sítio, o local de trabalho e o percurso casa-trabalho é declarada. Apenas 42% das pessoas estão satisfeitas com a casa em que habitam, sendo que os licenciados estão mais satisfeitos do que as mulheres, com 51% e 42% respectivamente. Apenas 47% estão satisfeitos com o sítio em que moram, 30% com o local de trabalho e 34% com o percurso casa-trabalho.



Na AMP a média é superior à geral, com 53% das pessoas a mostrarem-se satisfeitas com a sua casa. O Algarve e as regiões Autónomas dos Açores e da Madeira excedem a média geral mostrando um grau de satisfação maior com o sítio onde os inquiridos moram. Na região do Alentejo e nas regiões Autónomas as pessoas mostram-se bastante mais satisfeitas com o seu local de trabalho, com 37% e 39% respectivamente. A AML é a mais satisfeita com o percurso casa-trabalho, com 48% das respostas.



As pessoas mostram-se mais satisfeitas com a zona onde se localiza a sua casa mas, apesar desta resposta ter sido a que obteve maior percentagem de respostas positivas, esta foi apenas de 53%. Sendo esta uma das suas maiores preocupações, apenas sensivelmente metade das pessoas a considera atingida e considera os restantes aspectos ainda com nota negativa, conferindo-lhes um grau de satisfação inferior a 50%. Note-se que os licenciados são os mais satisfeitos com esta questão, talvez por valorizarem mais a proximidade ao emprego e a outros equipamentos.

A qualidade das instalações e equipamentos (electricidade, sanitário e segurança) é o segundo aspecto com o qual as pessoas se mostram menos insatisfeitas, reunindo 43% das respostas. Esta questão, apesar de garantir um dos

aspectos mais básicos da habitação ainda recebe nota negativa pela maioria da população, apesar de ser o segundo aspecto mais conseguido da casa. Numa análise regional, a variação está entre os 38% atribuídos pela região Norte e os 51% atribuídos pela AMP.

A distribuição das divisões e a proximidade a serviços, nomeadamente escolas, comércio e saúde e a facilidade a transportes e estacionamento, recebem a mesma percentagem de respostas, mostrando igualdade de (in)satisfação com ambas as situações, com 42%. Apesar de tudo, os licenciados apresentam um maior grau de do que os restantes grupos analisados.

Relativamente à facilidade de transportes e estacionamento, o Algarve destaca-se exponencialmente com 91% da população a admitir-se satisfeita com a situação, ao contrário da região de Lisboa e Vale do Tejo com uns escassos 35%.

Segue-se a proximidade ao local de trabalho que adquire um valor global de 40%, sendo que 78% dos licenciados se mostram satisfeitos com esta situação, contrariamente aos escassos 29% dos jovens que responderam positivamente. A AML é, uma vez mais, a mais satisfeita com 55% de respostas positivas e a região Norte a menos, com 28%.

O tamanho da casa e as suas divisões reuniram também 40% das respostas. Curiosamente, este aspecto foi mais considerado na região de Lisboa e Vale do Tejo em que 79% responderam positivamente, contrariamente às regiões da AML, Alentejo, Algarve e Centro, em que o grau de satisfação é inferior a 40%.

Apenas 31% dos inquiridos se mostraram satisfeitos com o aspecto exterior, beleza e integração na paisagem. Este facto demonstra já, uma preocupação crescente para a situação e um despertar das pessoas para a sua relevância e para a pobreza geral do espaço que as rodeia. Curiosamente, a região da AML é a que se mostra mais descontente, com apenas 19% de respostas positivas.

Com menos um ponto percentual está a satisfação com o aspecto interior, acabamentos e materiais, o que denota igualmente uma falta de consciencialização de inúmeros profissionais do ramo, para a necessidade de primar pela qualidade em detrimento da preocupação quase exclusiva com o lucro imediato.

Finalmente o que mais deixa os inquiridos insatisfeitos é o encargo mensal ou a elevada renda a que têm de fazer face e, claro, os jovens são os que se mostram mais descontentes com esta situação.

De um modo geral, podemos dizer que as pessoas se mostram muito insatisfeitas com os vários aspectos relacionados com a habitação, sendo que, apenas um deles recebe nota positiva e todos os restantes têm percentagens inferiores a 50%. Reconhecem, claramente, a fraca qualidade dos espaços que os envolvem e, à medida que a divulgação da arquitectura e das suas obras os toca, começam a procurar os serviços do arquitecto.

O que é que as pessoas valorizam mais na sua casa?

As necessidades que cada pessoa define para a sua casa variam de acordo com a sociedade em que se insere, com a sua situação económica e profissional, com os seus valores familiares, com a sua cultura, gosto próprio e até com a moda de então.

As pessoas devem conhecer os padrões de qualidade para os poderem exigir. A casa assume uma importância vital nas nossas vidas, tal como todos os espaços por que passamos e inclusivamente o desenho urbano no seu todo, o que deve ser realizado com a qualidade exigível e encarada como uma responsabilidade social.

“Os novos modos de habitar constituem a desumanização da existência. Adquire-se a casa para lá se passar algum tempo, até se conseguir arranjar outra, um pouco melhor – e assim sucessivamente. Ora, isto não é “habitar”; isto leva a efeitos opressores sobre nós próprios; à indiferença e à resignação, os piores sentimentos a residir no nosso

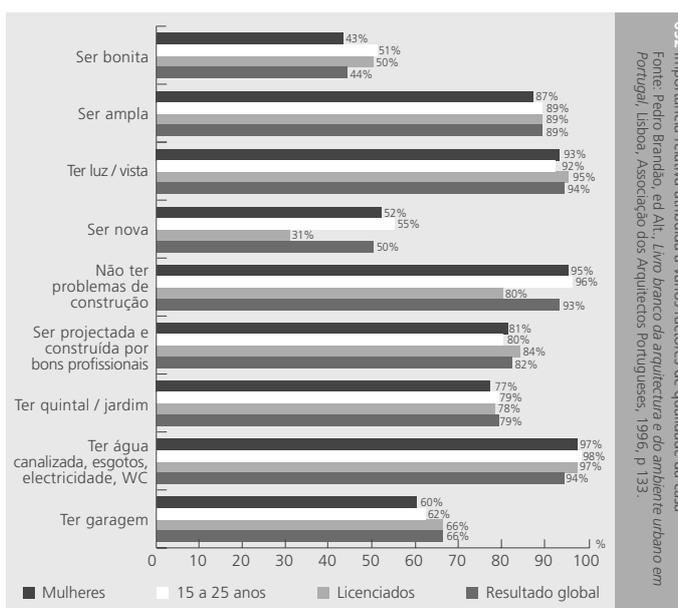
corpo e no nosso espírito.” (17)

“E bem assim o facto de, nos nossos dias, de exacerbação da sociedade de consumo – seja qual for o seu nível (o que pressupõe no entanto existir um nível, dessa forma ficando desde logo excluída a imensa mole de seres humanos que vive abaixo dos limites da sobrevivência) –, ainda não fazer parte das exigências dos consumidores a procura de um *habitat* de qualidade, num sentido amplo, por mais económico que tenha de ser.”(18)

Há, no entanto, factores que a sociedade, de um modo geral valoriza na sua habitação e são sobre esses factores que a arquitectura deve procurar debruçar-se mais, interpretá-los, conhecê-los e, no fundo, responder-lhes de forma mais cabal.

Factores de valorização da habitação pela Opinião Pública

De acordo com o Inquérito à Opinião Pública apresentado no *Livro branco da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal* (19), os factores mais importantes para a qualidade da casa são o facto de ter água canalizada, esgotos, electricidade e WC e de ter vista e ser bem iluminada. Estas preocupações demonstram as necessidades-obrigações, já referidas, as que não se podem pôr em causa, podendo comprometer a integridade da vida dos seus moradores. Estes factores detiveram 94% das respostas e dizem respeito ao bem-estar físico e às condições mínimas de habitabilidade dos seus moradores. Seguidos destes factores, as respostas deste estudo indicam que com



93% das respostas e, portanto, muito próximo das primeiras, está a preocupação com os problemas de construção. É claro que as patologias nos edifícios comprometem a qualidade da habitação e a qualidade da vida que neles se desenrola. Estes continuam a ser factores referentes aos limiares da edificação e da sua qualidade e habitabilidade e talvez o facto de aqui serem muito valorizados residir na hegemonia da condição suburbana e mais desfavorecida da população em geral. Não se pode dizer que se referem à arquitectura concretamente, mas à “construção-sem-ser-arquitectura”, que amiúde não assegura estes factores. Espaços que não comportem estes limiares mínimos de habitação, não são habitações, são espaços que não respondem nem basicamente à necessidade primária e ao direito irrevogável da habitação.

Segue-se a preocupação com as dimensões da habitação. O facto de ser ampla reúne 89% das respostas do resultado global. A dimensão da casa está embebida dentro das funções físicas e biológicas que a casa deve suprir. É uma variável relativa, uma vez que a dimensão varia consoante o tipo de função que se desenvolva na casa, a sua compartimentação, a estrutura social da família e os próprios hábitos culturais da sociedade.

O facto de ser projectada e construída por bons profissionais deteve 82% das respostas. No estudo parcelar são os licenciados, com maior grau de cultura e um conhecimento mais alargado da realidade que demonstram maior preocupação com este factor, com 84% das respostas. Dentro da faixa etária mais jovem (entre os 15 e 25 anos) essa preocupação não é tão evidente e de todos os grupos diferenciados (mulheres, jovens e licenciados), foram os jovens que mostraram uma menor preocupação por este facto, reunindo 80% das respostas. Não obstante, esta situação demonstra já a crescente preocupação da sociedade com a qualidade da sua habitação e o conhecimento de que bons profissionais permitem

executar um trabalho mais cuidado, estruturado e acima de tudo de maior qualidade. Este facto mostra que as pessoas procuram, antes de mais a qualidade e não os luxos ou a localização, em detrimento da forma na sua superficialidade.

O facto de ter um jardim ou um quintal é a necessidade que surge imediatamente a seguir com 79% das respostas, seguida pelo facto de ter garagem, com 66% das respostas, o que demonstra uma certa preocupação com a segurança e a localização. Ser nova é o critério seguinte, que não se afirma como uma necessidade tão premente desde que a habitação reúna as necessidades anteriormente apontadas e mais valorizadas no estudo. Curiosamente, este factor é altamente desvalorizado pelos licenciados que revelam um interesse acrescido pelos edifícios antigos.

Finalmente, a necessidade menos valorizada pelos inquiridos foi o facto de ser bonita. O que demonstra a desvalorização da imagética, do formalismo e da mera superficialidade. Mostra também que o valor estético deve ser incorporado dentro de outros valores mais assinalados e que a qualidade poderá não ser definida por este campo.

Quando a análise é distribuída por zonas, muitas outras interpretações podem ser feitas.

A região Norte valoriza mais o facto de ter água canalizada, esgotos, electricidade e WC e ter luz e vista e valoriza menos o facto de ser bonita, seguida pelo facto da casa ser nova.

Também a região Centro partilha das mesmas preferências. A região de Lisboa e Vale do Tejo valoriza mais o facto da casa não ter problemas de construção e ter luz e vista e desvaloriza também a beleza da casa.

A AMP valoriza mais o facto de ter água canalizada, esgotos, electricidade e WC e não ter problemas de construção, ambas as necessidades com 100% das respostas. Por outro lado, valoriza menos também o facto de ser bonita, seguida pelo facto da casa ser nova, estando de acordo com o resultado global.

Por seu lado, a AML valoriza mais ter luz e vista, com 100% das respostas e o facto da casa ser ampla com 98% e valoriza menos o facto da casa ser nova e ter garagem. Curiosamente, esta zona mostra uma preocupação acima da média geral com o facto de ser bonita, apresentando 58% das respostas, por comparação com os 44% de média geral.

A região do Alentejo é a que menos valoriza o facto da casa ser bonita, com 19% das respostas. Também aqui os factores mais valorizados os correspondentes ao resultado global.

A região do Algarve valoriza com 100% das respostas a água canalizada, esgotos, electricidade e WC e atribui 98% ao facto da casa ter luz e vista e não ter problemas de construção.

Finalmente, a região Autónoma dos Açores e da Madeira mostra uma maior preocupação com as mesmas questões do resultado global, mas com uma menor percentagem de respostas. Desvaloriza mais o facto de a casa ser bonita, mas agora com 48% das respostas, por oposição aos 44% de média geral, seguida do facto de ter garagem. É curioso notar que o facto de a casa ser nova adquire aqui 68% das respostas por oposição aos 50% de média geral.

Fazendo agora uma análise dos dados a partir das necessidades, podemos dizer que o facto de ser bonita é mais valorizada pela AML com 58% das respostas e menos valorizado pela região do Alentejo com 19%, note-se as disparidades regionais que esta pergunta suscitou.

O facto de ser ampla é mais consensual, mais uma vez a AML foi a região que mais valorizou este factor com 98% das respostas, por oposição aos 84% dados pela região Autónoma dos Açores e da Madeira.

O facto de ter luz e vista é valorizado a 100% pela AML e menos valorizado pela região Autónoma dos Açores e da Madeira, com 88% das respostas.

O facto de ser nova é muito mais valorizado pela região Autónoma dos Açores e da Madeira, com 68% das respostas, por oposição aos 40% obtidos na AMP, perfazendo uma média global de 50%.

O facto de não ter problemas de construção reuniu 100% das respostas na AMP, enquanto que a região Norte foi a que menos valorizou este factor, apresentando 89% das respostas.

Ser projectada e construída por bons profissionais é um critério mais valorizado, com 90% das respostas, pela região de Lisboa e Vale do Tejo, onde o grau de cultura (e não só cultura arquitectónica) é maior, tal como se tinha constatado anteriormente, uma vez que também são os licenciados os que mais prezam este critério. Por outro lado, a região que menos o valoriza é a região Norte com 78% das respostas.

O facto de ter quintal ou jardim é mais valorizado pela região Autónoma dos Açores e da Madeira, com 88% das respostas e menos valorizado pela região Centro com 76%.

Ter água canalizada, esgotos, electricidade e WC é, efectivamente, o factor mais valorizado, com 100% das respostas na regiões do Algarve e na AMP e menos valorizado na região de Lisboa e Vale do Tejo, com 84% das respostas.

Finalmente, ter garagem é um critério muito apontado pela AMP, com 83%, média muito superior à geral de 66%. A zona que menos valoriza este critério é a AML, com 52% das respostas.

Estes são os critérios que a opinião pública, em 1996, assumia como mais importantes para a qualidade da sua casa, os que respondiam às suas necessidades e que se integravam no que a casa deveria oferecer enquanto obrigações e desejos.

Estudo de Opinião sobre a Casa Ideal

Ainda relativamente ao programa da habitação, cabe aqui referência à *casa ideal*, ou seja, a que cumpre todos os requisitos e necessidades apresentados pelos clientes.

"Uma casa é a coisa mais importante da vida: é nela que se nasce, se morre e se ama. A vida é cadenciada por casas. Falar de patamares da nossa existência é dar nomes às casas. A casa arruma e desarruma objectos, acolhe móveis, tem escritórios, divãs, quartos, corredores, janelas." (20)

O sonho de ter uma casa é comum a muitas sociedades, mais valorizado numas que noutras, mas a ideia de possuir um espaço íntimo e dedicado à pessoa em especial é muito comum. A *casa ideal* tem características variáveis, hoje em dia são muito valorizados, como já vimos nos dados estatísticos apresentados, a segurança, as dimensões dos espaços, as vistas, os acabamentos de luxo e os jardins que a casa possua nas suas dependências.

Cada pessoa idealiza a sua casa de modo diferente e é aí que o papel do arquitecto se torna tão importante, uma vez que o arquitecto deve interpretar as necessidades e responder-lhes de forma própria e única tal como o carácter particular das próprias necessidades e a individualidade do cliente.

O ideal de casa ou, por outro lado, a *casa ideal* é, portanto, um conceito muito relativo e variável, influenciado pela cultura e sociedade em que se integra e pela situação económica de cada um. A partir de um estudo recente da Escola Superior de Actividades Imobiliárias (ESAI) e da Eurosondagem (21), podemos retirar informação acerca da definição da *casa ideal* e do que as pessoas procuram e das necessidades a que a arquitectura tem efectivamente de responder, sejam elas tanto obrigações como aspirações.

O inquérito de Setembro refere-se às dimensões que os inquiridos consideram mais adequadas (22).

Quando inquiridos sobre a área aproximada mínima desejável para a sala comum de habitação, as respostas incidiram nos 35m² com 28,9% das respostas, seguido de 40m² com 22%. As áreas amplas são mais procuradas pelas pessoas e manifestam-se, assim, como uma grande preocupação. Aliás, já tinha sido confirmada a situação com as repostas do inquérito de 1996 já apresentado, em que o facto

de a casa ser ampla já era uma prioridade. Com 16,7% segue-se a resposta de 45m², com 15,7%: 30m² e finalmente com apenas 3%: 25m².

Relativamente à pergunta sobre a área aproximada que considera mínima desejável para a cozinha numa casa de habitação, uma vez mais a preponderância pelas áreas amplas é comum nas respostas. Com 26,6% a resposta de 22m² foi a mais escolhida, seguida de 20m² com 25% e 24m² com 20,8%. A resposta 18m² apenas reuniu 8,9% e 16m² uns ínfimos 5,8%.

Quanto à área considerada mínima para um quarto de dormir, mais uma vez as respostas debruçaram-se mais sobre as áreas mais amplas. Assim, com 25,6% a resposta 22m² foi a mais dada, seguida de 24m² com 24,6% e 20m² com 22,6%. Apenas 10% das pessoas responderam 18m² e 8,3% responderam 16m².

Estes resultados demonstram claramente que a população pretende amplas áreas e note-se que a pergunta era baseada na área mínima desejável, ou seja, a sua *casa ideal* deveria ter no mínimo as dimensões apontadas: 35m² na sala e 22m² na cozinha e no quarto. Não se registam diferenças significativas nas respostas distinguidas por faixa etária e por sexo.

O estudo de Outubro refere-se aos equipamentos indispensáveis para a casa de habitação. Todos os dados da ficha técnica se mantêm, uma vez mais.

Relativamente à questão sobre o equipamento indispensável numa casa de habitação, a resposta sobre a cozinha totalmente equipada foi esmagadora, com 88,8% das respostas. Com apenas 8,9% está o aquecimento central e ar condicionado, o computador com 1,3%, a televisão e o rádio com 0,7% e a lareira com recuperador de calor com 0,3%.

A área complementar mais importante necessária para uma casa é o estacionamento na cave com 37,4%, seguido pelas varandas com 27,6%, o estendal de roupa exterior com 21,7%, estores eléctricos com 5,1% e janelas de sacada com 3,5%. A preocupação com o estacionamento demonstra a falta de segurança que as pessoas, de um modo geral, sentem. É curioso notar que para a população com mais de 60 anos, a sua maior preocupação é o estendal de roupa exterior com 32,1%, por oposição aos 21,7% gerais. Enquanto que o factor mais respondido de modo geral, o estacionamento, só aparece na terceira posição para esta faixa etária.

No que diz respeito aos sistemas de energia numa casa de habitação, a energia eléctrica e eólica reuniram 41,3% das respostas, seguidas pelas energias renováveis e solar com 25,3%, o gás canalizado com 20,5%, a recuperação de águas domésticas com 4,3% e os elevadores hidráulicos com 0,8%. A preocupação com as energias era muito clara no estudo de 1996, a situação actual evoluiu para uma consciencialização crescente acerca de outros tipos de energia, apesar de a eléctrica ser ainda primordial. É interessante que os jovens demonstrem uma maior preocupação com as energias renováveis, com 35,2% das respostas e a energia eléctrica apareça precisamente em segundo lugar com menos dois pontos percentuais.

Ao nível dos revestimentos dos pisos interiores, os inquiridos consideram que a madeira é, indubitavelmente, o melhor com 66,8% das respostas. Segue-se a pedra natural com 15,6%, o mosaico cerâmico com 8,2%, a alcatifa ou tecido com 2,7% e os plásticos ou vinílicos com apenas 0,9%.

O espaço mais importante de uso familiar numa casa de habitação, de acordo com as respostas dadas, é o conjunto dos roupeiros, que reuniram 26,3% das respostas, seguidos pela copa com 23,9%, a lavandaria com 19,8%, a despensa com 12,5% e a arrecadação com 10,8%. Curiosamente, os homens optaram por valorizar a copa com 29,4% e com apenas 24% os roupeiros, enquanto que as mulheres optaram pelos roupeiros com 28,5% das respostas e a copa surge em quarto lugar, apenas com 18,6% das respostas. Para os jovens, por seu lado, o espaço mais importante é a lavandaria e só em segundo

lugar surge a preocupação com os roupeiros.

O estudo referente ao mês de Novembro tratou os equipamentos de segurança, a ficha técnica é semelhante às anteriores, tal como o erro máximo e o grau de probabilidade.

Quando questionados acerca do tipo de segurança interna a ser utilizado numa casa de habitação, a maioria, com 31,4% das respostas, respondeu detectores de fugas de gás, seguido dos detectores de incêndio com 26,7% e das portas corta-fogo com 21,4%. Apenas 13,5% das pessoas se preocupam mais com os alarmes contra roubo e 7% com a vídeo-vigilância.

Relativamente ao tipo de segurança externa, as respostas são muito claras, com 46,9% a abordar o facto de a urbanização ter segurança privada, o que desconsidera em absoluto o poder e a eficácia da segurança pública. Com 23,1% das respostas, as pessoas mostram que gostariam de viver num condomínio fechado, seguidos de 15% que gostariam de um aldeamento com portaria, apenas 10,9% numa moradia com gradeamento e num apartamento com grades apenas 4,1%. Este facto mostra explicitamente a preocupação da sociedade com a segurança, o seu grau de alarme com a situação actual e a desconfiança e falta de credibilidade que atribuem à polícia de segurança pública que é claramente considerada insuficiente e ausente, de acordo com as respostas. As pessoas mostram, assim, um apreço por situações de clausura e de isolamento do resto da cidade e de toda a vida urbana, como forma de protecção de toda a violência que as assola.

No que diz respeito à melhor vista a que é indubitável é a vista para o mar, com 54% das respostas. Apenas com 31,5% surge a vista para a serra, com 7,3% para o jardim, 5% para a piscina e 2,2%

para a cidade. A vista de mar, prazenteira e romântica é pois a que se encontra no ideário das pessoas.

Quando questionados sobre o que mais gostariam de ter junto ao seu prédio de habitação, a resposta que mais votos reuniu foi o jardim com 43,2%, seguido do parque infantil com 21,9%, da farmácia com 16,3%, da piscina com 13,3% e do supermercado com apenas 5,3%. Recorde-se que, no estudo de 1996, o sítio onde a casa se localizava já era a prioridade apontada pela maioria da população, enquanto que a proximidade aos serviços, nomeadamente escolas, comércio e saúde, era a terceira

P – 5. E que tipo de segurança externa deve ser utilizado? (*)

Variável	1 Muito importante	2	3	4	5 Pouco importante
Condomínio fechado	23,1%	21,5%	38,3%	13,1%	4,1%
Moradia com gradeamento	10,9%	15,6%	16,1%	49,1%	8,3%
Apartamento com grades	4,1%	2,1%	12,9%	18,4%	62,6%
Aldeamento com portaria	15,0%	16,4%	29,2%	15,7%	23,7%
Urbanização com empresa de segurança privada	46,9%	44,4%	3,5%	3,7%	1,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(*) – Nota: 4,9% dos inquiridos não responderam à questão

053 E que tipo de segurança externa deve ser utilizado?
Fonte: Estudo de opinião do C/CCOJ, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Novembro de 2007, p. 10.
<http://www.esai.pt/C/CCOJ/INDEX.HTM>

P – 7. O que gostaria mais de ter junto ao seu prédio de habitação? (*)

Variável	1 Muito importante	2	3	4	5 Pouco importante
Jardim	43,2%	24,4%	8,2%	19,9%	4,3%
Parque infantil	21,9%	33,4%	22,1%	17,7%	4,9%
Piscina	13,3%	8,7%	19,3%	14,5%	44,1%
Farmácia	16,3%	21,9%	20,9%	36,8%	4,2%
Supermercado	5,3%	11,6%	29,5%	11,1%	42,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(*) – Nota: 6,5% dos inquiridos não responderam à questão

054 O que gostaria mais de ter junto ao seu prédio de habitação?
Fonte: Estudo de opinião do C/CCOJ, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Novembro de 2007, p. 11.
<http://www.esai.pt/C/CCOJ/INDEX.HTM>

preocupação mais apontada, o que demonstra a continuidade desta preferência ao longo destes anos.

No que concerne o equipamento ideal para a casa de habitação, a preocupação centra-se na casa totalmente equipada, mobilada e decorada com 43,8% das respostas. O que pode significar que as pessoas não queiram ou não consigam exercer esta tarefa por si e necessitem de profissionais, ou considerem os profissionais mais bem preparados para a desempenhar. O facto de a casa ser equipada é portanto uma mais-valia para as pessoas, poupando tempo e dinheiro nesta tarefa. A segunda resposta mais escolhida foi a cozinha totalmente equipada, com 35,7%, seguida da casa decorada com todos os móveis com 13,5%, o equipamento básico de cozinha com 4,8% e, com apenas 2,2%, equipamentos suplementares e ar condicionado. Mais uma vez estas respostas não têm alterações significativas a nível de sexo ou de faixa etária.

Assim, e como conclusão, podemos afirmar que as necessidades que a casa, no seu ideal, deverá de suprir são: a amplitude das áreas, a segurança, o estacionamento, detectores de fugas de gás ou de incêndio, a casa ou apenas a cozinha totalmente equipadas, o revestimento de madeira no interior, espaço de arrumação, a proximidade a um jardim ou parque infantil e a vista de mar.

O estudo referente ao mês de Abril, debruça-se sobre os espaços desejados dos portugueses para férias, o que eles consideram serem as áreas, os locais e as condições mais razoáveis e os preços respectivos a pagar por estas. Permite-se, assim, descortinar, um pouco mais sobre o que são as suas ambições, as já referidas necessidades-aspirações.

P – 4. Pelo mesmo preço qual das seguintes hipóteses prefere?

Variável	Porcentagem
Apartamento T1 no centro da cidade	14,0%
Apartamento T2 nos arredores	2,8%
Apartamento T3 na aldeia	3,8%
Moradia V3 no campo	68,1%
Ns/Nr	11,3%
Total	100,00%

A primeira questão analisa o grau de importância do local do espaço de residência e as preferências dos inquiridos. Assim, quando questionados sobre qual das hipóteses prefeririam, pelo mesmo preço, uma esmagadora maioria de 68,1% responde uma moradia V3 no campo, seguidos por apenas 14,0% que escolheria um apartamento T1 no centro da cidade, 3,8% um apartamento T3 na aldeia e finalmente apenas 2,8% escolheriam um T2 nos arredores. Podemos interpretar estas respostas, concluindo primeiramente que os portugueses preferem uma moradia unifamiliar a um apartamento, posteriormente que valorizam as áreas maiores não obstante

a sua localização e finalmente que o campo, também é um local apelativo como espaço de residência. Curiosamente, o estudo de Setembro já transparecia estas preferências quando as respostas apontavam para a valorização de áreas amplas no espaço de residência como uma das maiores preferências/necessidades/aspirações das pessoas. Estas respostas corroboram também as analisadas no Inquérito à Opinião Pública apresentado no *Livro branco da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal* acerca dos factores mais importantes para a qualidade da casa. Por outro lado, também já tivemos a oportunidade de confirmar, a proximidade aos locais, nomeadamente aos equipamentos públicos, espaços verdes e ao local de trabalho e a facilidade de transportes são um ponto a valorizar aquando da escolha da habitação. Neste caso, a escolha de uma residência unifamiliar e de áreas mais amplas sobrepõe-se à valorização de um apartamento de menor dimensão num local central.

Os inquiridos, em cerca de 47,3%, declaram ainda que, na praia, como casa de férias e/ou segunda

habitação, preferem uma moradia, manifestando, uma vez mais a aspiração dos portugueses de um modo geral em adquirir uma moradia unifamiliar. A mesma pergunta, acerca do espaço de preferência para estar como espaço de férias ou de segunda habitação, mas agora no campo, tem também a mesma resposta preferencial, com 63,8% a preferirem a moradia.

A última questão é acerca dos valores que os inquiridos consideram mais adequados a pagar por uma habitação média tipo T2 com 140m², tendo em conta que o valor médio da habitação nova em Portugal é o mais baixo da zona euro e é de 1.250 euros/m². Curiosamente, a maioria, com 55,8% das respostas, defende que deveria ser o valor mais baixo apontado entre as possíveis respostas alternativas, ou seja, de 1000 euros/m². O que significa que a população considera os valores das habitações inflacionados para o nível de vida em que se vive e para a realidade portuguesa.

Encargos financeiros da sociedade segundo a Opinião Pública

O inquérito da responsabilidade do CICCOI do mês de Janeiro, permite-nos também descortinar a opinião pública acerca do estado dos encargos financeiros em Portugal, o que as pessoas consideram como sendo as áreas mais carenciadas de apoio e as mais folgadas e, como tal, mais propensas a maiores encargos e mais impostos. Ajuda-nos também a analisar quais as áreas que as pessoas consideram mais difíceis e quais as que devem receber maior apoio não só do Estado mas uma maior preocupação e promoção civil.

Quando questionados sobre quais as áreas em que se deveria pagar mais impostos, de acordo com os “valores Éticos, Morais e Culturais da Sociedade Portuguesa”, 49,8% dos inquiridos responderam que no emprego os impostos deveriam ser menos, tal como no consumo e na poupança e habitação, áreas com as quais consideram mais difíceis de lidar diariamente. Pelo contrário, os impostos sobre os vícios e a poluição deveriam ser substancialmente mais elevados.

Do mesmo modo, os inquiridos revelam que estas são áreas mais desfavorecidas, onde o desenvolvimento é difícil e os impostos sobrecarregam a população. Nesta linha de conta, quando questionados sobre quais as áreas que deveriam ser mais apoiadas pelo Estado e pela Sociedade, apontam, desde logo os sectores do saneamento básico e do abastecimento de água. Os aldeamentos turísticos, os hotéis e as pousadas são tidos como menos prementes e, portanto, menos necessitados de apoio estatal e social. Assim, as pessoas reconhecem os sectores em dificuldade, apontam desde logo os mais básicos e referem também a habitação.

P – 6. De modo a promover o aumento do Crescimento Económico e do nível de vida dos Portugueses durante os anos 2008/2009, diga por ordem CRESCENTE quais os sectores que devem ser mais apoiados pelo Estado e pela Sociedade (*)

Variável	1 Menos apoiados	2	3	4	5	6	7 Mais apoiados
Construção de Habitação	3,3%	1,3%	6,3%	23,9%	31,7%	18,2%	15,3%
Construção de Obras públicas	3,9%	17,0%	22,7%	21,6%	16,8%	7,8%	10,2%
Construção de Aldeamentos Turísticos	46,6%	29,5%	4,8%	8,5%	7,0%	2,2%	1,4%
Construção de Estradas e Auto-estradas	12,6%	6,8%	44,7%	24,7%	9,3%	1,1%	0,8%
Construção de Hotéis e Pousadas	31,0%	35,1%	14,2%	11,3%	6,3%	1,5%	0,6%
Construção de Abastecimento de Água	0,6%	2,4%	5,0%	4,1%	23,0%	44,1%	20,8%
Construção de Saneamento Básico	1,7%	8,8%	1,9%	10,5%	8,8%	28,2%	40,1%

(*) – Nota: 14,6% dos inquiridos não responderam à questão

056 Diga por ordem CRESCENTE quais os sectores que devem ser mais apoiados pelo Estado e pela Sociedade
Fonte: Estudo de opinião do CICCOI, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Janeiro de 2008, p. 11. <http://www.esai.pt/CICCOI/INDEX.HTM>

Relativamente aos sectores que deveriam ser mais apoiados por parte do Estado, apontam, desde logo, a saúde e a segurança social, reconhecendo a difícil situação que estas áreas atravessam. Seguidamente, apontam a educação e a cultura, reconhecendo claramente a falta de cultura da sociedade e a falta de apoio do Estado e de promoção social que esta área tem revelado.

Estes resultados demonstram que as pessoas se preocupam mais com as áreas mais basilares para o dia-a-dia, tais como as infra-estruturas básicas. Mostram-se insatisfeitas com o estado da situação em

Portugal e apontam responsabilidades sobretudo ao Estado. Propõem medidas benéficas para os sectores que consideram mais carenciados e com necessidade de apoio. Reconhecem também que o apoio a determinados sectores deve vir não só do Estado mas é também uma responsabilidade civil. Finalmente, consideram a habitação um dos sectores mais preocupantes, de difícil desenvolvimento e em situação periclitante, apesar de demonstrarem já uma preocupação crescente e uma vontade de mudança.

Podemos, assim, concluir que quando o cliente procura o arquitecto é porque tem, efectivamente, um problema de que espera uma resposta que, ele próprio, não consegue deslindar.

Não obstante, o arquitecto foi sendo visto, ao longo da História, como um profissional de obras excepcionais, o que dificulta a aceitação dos seus serviços no quotidiano numa sociedade que ainda preserva algumas tradições e mentalidades seculares, difíceis de sonegar. Hoje, contudo, comprovado tanto pelos cidadãos - de acordo com os dados estatísticos analisados, como pelos profissionais - de acordo com os seus testemunhos; o arquitecto já é visto como um dos principais responsáveis pela qualificação dos espaços e dos sítios, a par com outros profissionais, numa óptica de transversalidade e de responsabilização social comum.

A insatisfação das pessoas tanto com a sua casa como com o espaço urbano é muito clara. Logo, a experiência da vivência num espaço com qualidade é-lhes desconhecida e impede-as de a destrinçar e, conseqüentemente, procurar e exigir. Cabe, também, ao arquitecto na sua relação com o cliente e assumindo a sua responsabilidade social, elucidá-las e dar-lhes a conhecer as suas muitas alternativas e as respostas adequadas ao seu problema, assumindo um papel pedagógico e também criativo, na procura da resposta que venha mais de encontro aos seus interesses.

O espaço de habitação por excelência – a casa – continua a ser um dos grandes objectivos da sociedade e de cada um, primando, como vimos, pela amplitude das áreas e pela boa localização e estando de acordo com as necessidades e aspirações individuais e que cabe, também, ao arquitecto conhecer e responder.

Notas:

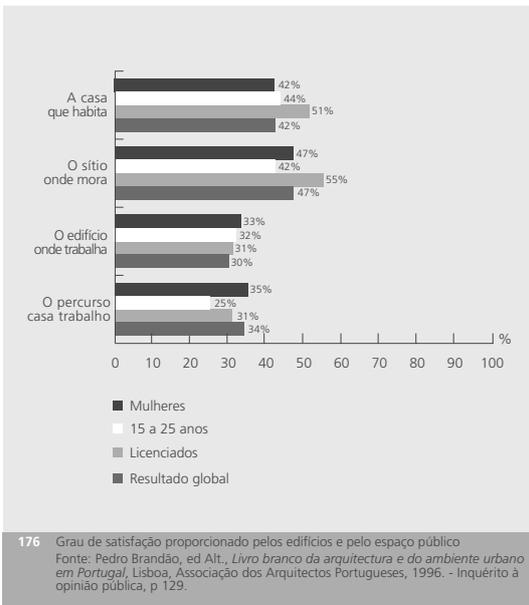
- (1) Armando Baptista-Bastos, "Paralelas & Perpendiculares – "Os novos arquitectos serão mesmo "novos" """: *Arq./a*, 32, 2005, p 91.
- (2) *Idem*.
- (3) Armando Baptista-Bastos, "Paralelas & Perpendiculares – "A cidade como essência viva""": *Arq./a*, 40, 2006, p 90.
- (4) Maria João Seixas, "Um amigo que se vê como poucos": *Linha*, 22 de Maio de 2004.
- (5) Armando Baptista-Bastos, "Paralelas & Perpendiculares – "A difusa memória das cidades""": *Arq./a*, 45, 2007, p 79.
- (6) *Idem*.
- (7) Pedro Brandão, *O Arquitecto e Outras Imperfeições, Ética, identidade e prospectiva da profissão*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p 45.
- (8) Michel Toussaint, "Portugal daqui para a frente": Fátima Fernandes, Michelle Cannatà, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea 1991-2001*, Porto, Edições Asa, 2001, p 55.
- (9) Rogério Vieira de Almeida, "De 1976 ao Final do Século": Annette Becker, Ana Tostões, Wilfried Wang, *Arquitectura do século XX: Portugal, Lisboa, Portugal-Frankfurt 978, 1997*, p 78.
- (10) Manuel Tainha, *Manuel Tainha - Textos de Arquitectura*, Casal de Cambra, Col. Pensar Arquitectura, Caleidoscópio, 2006, pp 93 e 94.
- (11) Manuel Graça Dias, "Originalidade, doença infantil das aprendizagens artísticas": *Jornadas Pedagógicas*, Porto, AEFAUP, Novembro, 1995.
- (12) Vasco Pulido Valente, "O novo Código dos Direitos de Autor": *Jornal dos Arquitectos*, 16/17/18, 1983, p 13.
- (13) Armando Baptista-Bastos, "Paralelas & Perpendiculares – "Que é isso de "Casa Portuguesa" """: *Arq./a*, 36, 2005, p 91.
- (14) Pedro Brandão, ed Alt., *Livro branco da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1996, Inquérito à opinião pública, pp 128-140.
Estes dados encontram-se em anexo, no final deste texto, traduzidos em gráficos, trabalhados graficamente pela autora da análise.
- (15) As regiões abordadas neste estudo são: a Região Norte (excepto AMP), Área Metropolitana do Porto, Região Centro, Região Lisboa e Vale do Tejo (excepto AML), Área Metropolitana de Lisboa, Região Alentejo, Região Algarve e Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.
- (16) Pedro Brandão, ed Alt., *op cit.*, pp 135 e 136.
- (17) Armando Baptista-Bastos, "Paralelas & Perpendiculares – "Que é isso de "Casa Portuguesa" """: *Arq./a*, 36, 2005, p 91.
- (18) António Cordeiro, *Arquitectura e Interesse Público*, Coimbra, Edições Almedina, SA, 2008, p 96.
- (19) Pedro Brandão, ed Alt., *op. cit.*, pp 133 e 134.
- (20) Eduardo Prado Coelho, "Os gestos da cidade": *Linha*, 14 de Maio de 2005.
- (21) Estudo de opinião do CICCOT, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Setembro de 2007 ao final do primeiro semestre de 2008.
Estes dados encontram-se em anexo, no final deste texto, traduzidos em gráficos, trabalhados graficamente pela autora da análise.
- (22) Foram feitas cerca de 1000 entrevistas, tal como nos restantes inquéritos, a ambos os sexos e nas várias regiões do País. De acordo com a fonte, o erro máximo da amostra é de cerca de 3% e o grau de probabilidade de 95%.

Anexos:

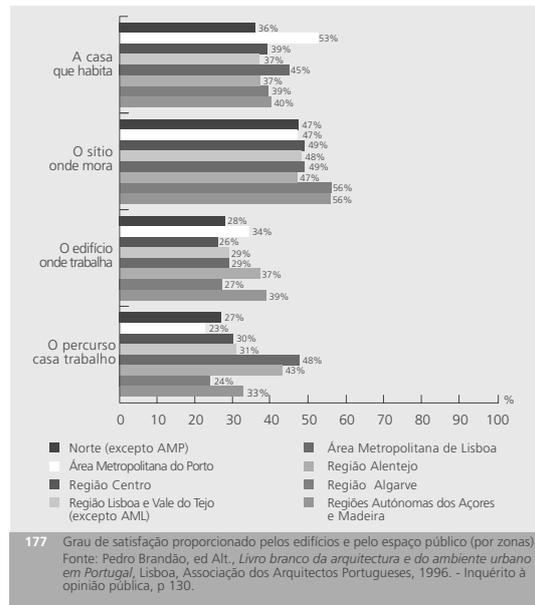
(tratados graficamente com base na fonte devidamente referida)

- (1) Pedro Brandão, ed Alt., *Livro branco da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1996, Inquérito à opinião pública, pp 128-140.
- (2) Estudo de opinião do CICCOT (Centro de Investigação Científica da Construção e do Imobiliário da ESAI), organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Setembro de 2007 ao final do primeiro semestre de 2008. – fonte: <http://www.esai.pt/CICCOT/INDEX.HTM>.

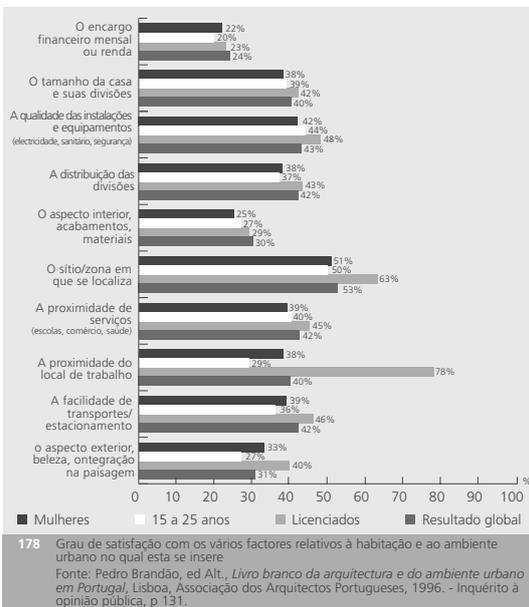
3.3.1. _ ANEXOS



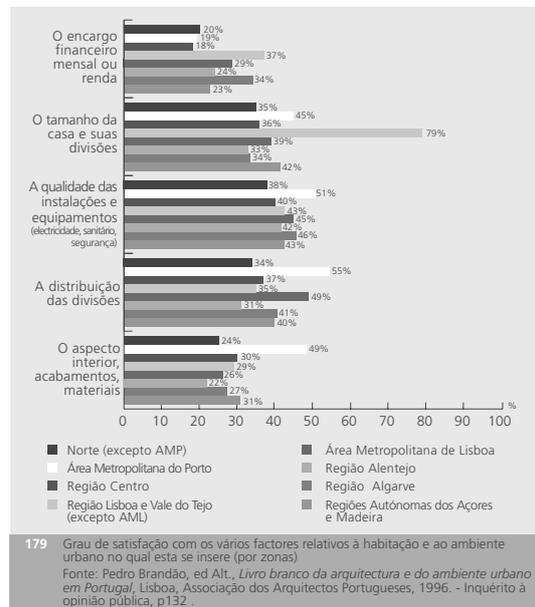
176 Grau de satisfação proporcionado pelos edifícios e pelo espaço público
Fonte: Pedro Brandão, ed Alt., *Livro branco da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1996. - Inquérito à opinião pública, p 129.



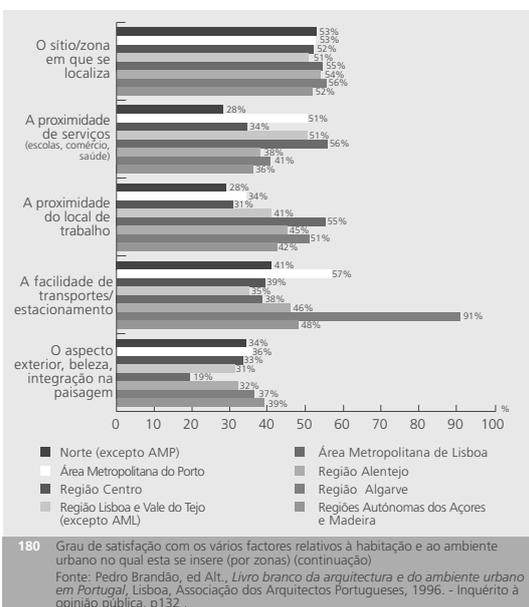
177 Grau de satisfação proporcionado pelos edifícios e pelo espaço público (por zonas)
Fonte: Pedro Brandão, ed Alt., *Livro branco da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1996. - Inquérito à opinião pública, p 130.



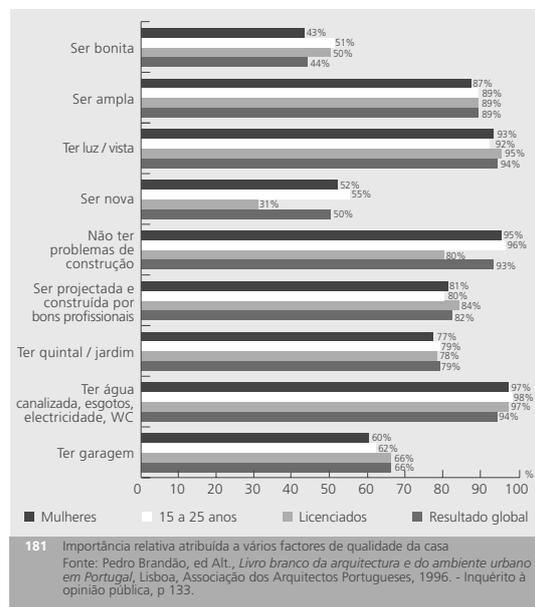
178 Grau de satisfação com os vários factores relativos à habitação e ao ambiente urbano no qual esta se insere
Fonte: Pedro Brandão, ed Alt., *Livro branco da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1996. - Inquérito à opinião pública, p 131.



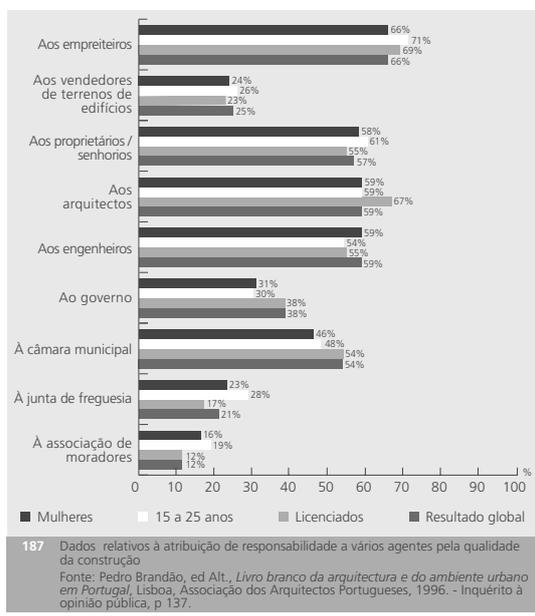
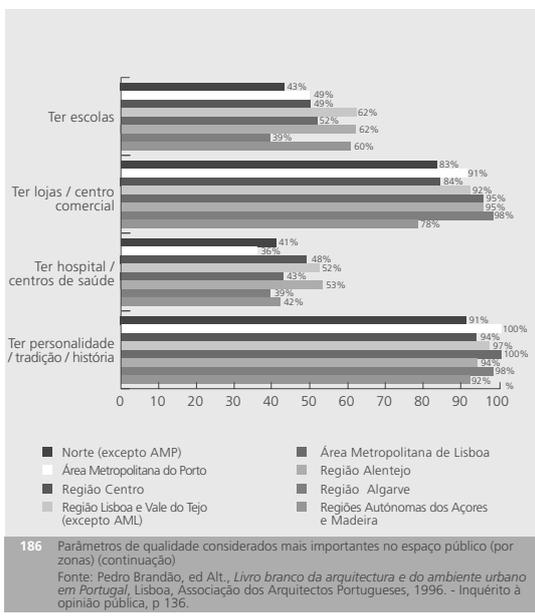
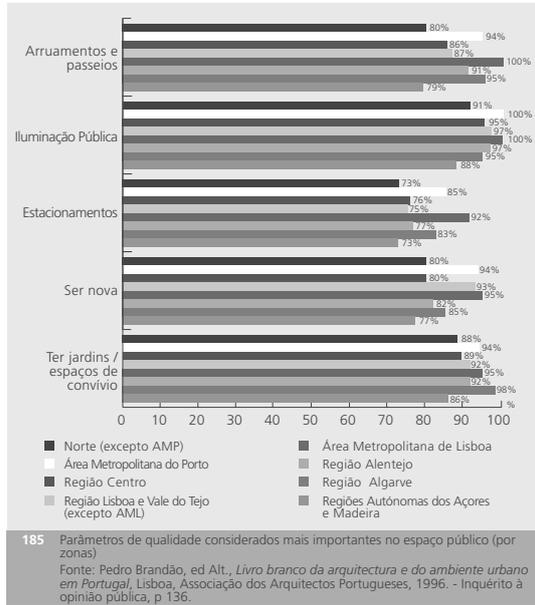
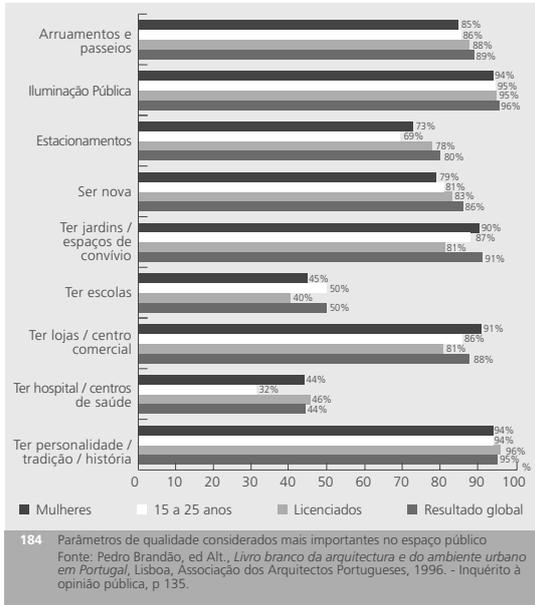
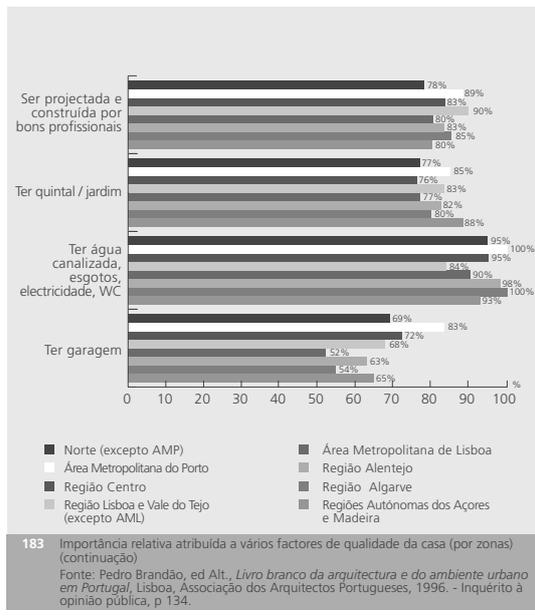
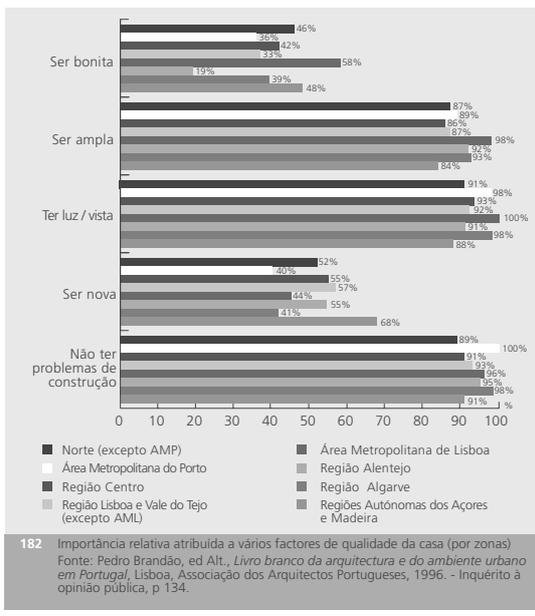
179 Grau de satisfação com os vários factores relativos à habitação e ao ambiente urbano no qual esta se insere (por zonas)
Fonte: Pedro Brandão, ed Alt., *Livro branco da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1996. - Inquérito à opinião pública, p132.

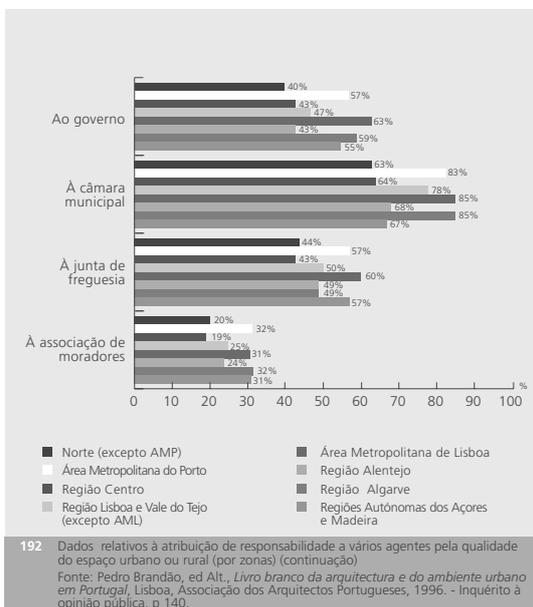
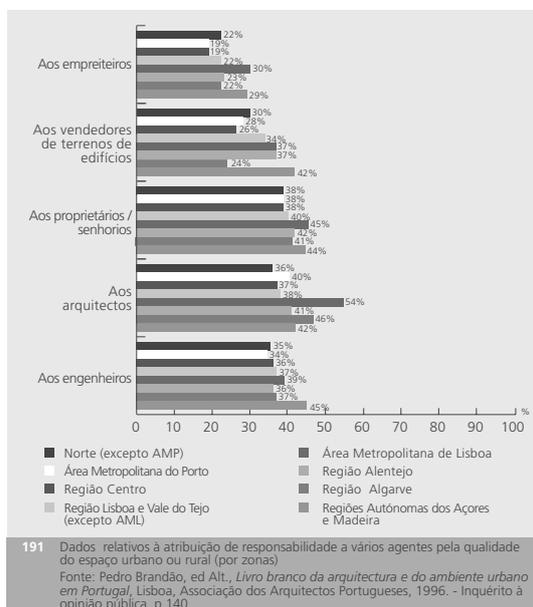
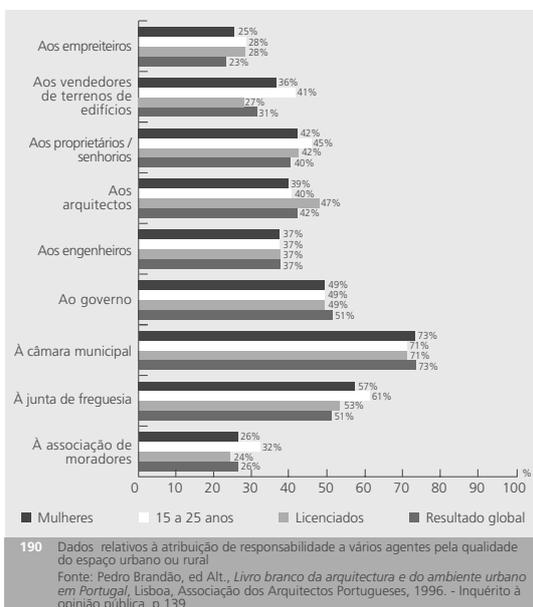
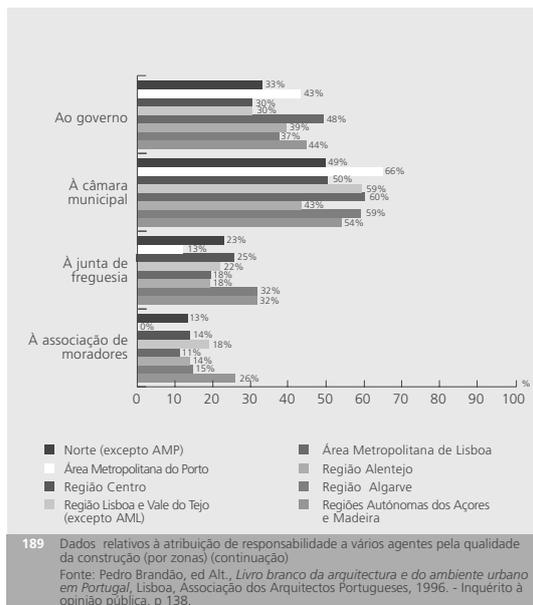
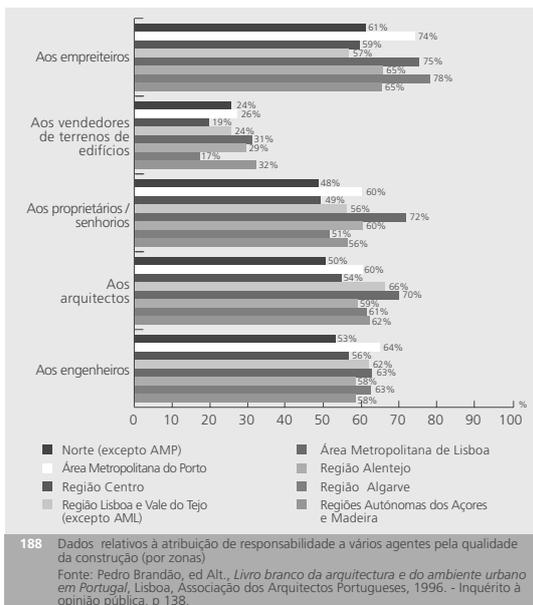


180 Grau de satisfação com os vários factores relativos à habitação e ao ambiente urbano no qual esta se insere (por zonas) (continuação)
Fonte: Pedro Brandão, ed Alt., *Livro branco da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1996. - Inquérito à opinião pública, p132.



181 Importância relativa atribuída a vários factores de qualidade da casa
Fonte: Pedro Brandão, ed Alt., *Livro branco da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1996. - Inquérito à opinião pública, p 133.





P - 4. Qual é área aproximada que considera mínima desejável para a sala comum numa casa de habitação?

Variável	Porcentagem
25 Metros quadrados	3,00%
30 Metros quadrados	15,70%
35 Metros quadrados	28,90%
40 Metros quadrados	22,00%
45 Metros quadrados	16,70%
Ns/Nr	13,70%
Total	100,00%

193 Qual é área aproximada que considera mínima desejável para a sala comum numa casa de habitação?
 Fonte: Estudo de opinião do CICCOT, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Setembro de 2007, p 8. <http://www.esai.pt/CICCOT/INDEX.HTM>

P – 5. Qual é área aproximada que considera mínima desejável para a cozinha numa casa de habitação?

Variável	Percentagem
16 Metros quadrados	5,80%
18 Metros quadrados	8,90%
20 Metros quadrados	25,00%
22 Metros quadrados	26,60%
24 Metros quadrados	20,80%
Ns/Nr	12,90%
Total	100,00%

194 Qual é área aproximada que considera mínima desejável para a cozinha numa casa de habitação?

Fonte: Estudo de opinião do CICCOTI, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Setembro de 2007, p 8. <http://www.esai.pt/CICCOTI/INDEX.HTM>

P – 6. Qual é área aproximada que considera mínima desejável para um quarto de dormir numa casa de habitação?

Variável	Percentagem
16 Metros quadrados	8,30%
18 Metros quadrados	10,00%
20 Metros quadrados	22,60%
22 Metros quadrados	25,60%
24 Metros quadrados	24,60%
Ns/Nr	8,90%
Total	100,00%

195 Qual é área aproximada que considera mínima desejável para um quarto de dormir numa casa de habitação?

Fonte: Estudo de opinião do CICCOTI, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Setembro de 2007, p 8. <http://www.esai.pt/CICCOTI/INDEX.HTM>

P – 4. Diga, por ordem decrescente de importância, qual o equipamento que considera mais indispensável numa casa de habitação? (*)

Variável	1 Muito importante	2	3	4	5 Pouco importante
Cozinha totalmente equipada	88,8%	7,2%	1,8%	1,1%	1,0%
Lareiras com recuperador de calor	0,3%	2,2%	4,0%	33,2%	60,3%
Aquecimento central/ Ar condicionado	8,9%	42,6%	39,0%	7,0%	2,6%
Televisão / Rádio	0,7%	45,1%	47,1%	4,9%	2,1%
Computador / Informática	1,3%	2,9%	8,1%	53,8%	34,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(*) – Nota: 4,1% dos inquiridos não responderam à questão

196 Diga, por ordem decrescente de importância, qual o equipamento que considera mais indispensável numa casa de habitação?

Fonte: Estudo de opinião do CICCOTI, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Outubro de 2007, p 9. <http://www.esai.pt/CICCOTI/INDEX.HTM>

P – 5. Qual a área complementar mais importante necessária a uma casa de habitação?

Variável	Percentagem
Varandas	27,6%
Estendal de roupa exterior	21,7%
Estores eléctricos	5,1%
Janelas de sacada	3,5%
Estacionamento na cave	37,4%
Ns/Nr	4,7%
Total	100,00%

197 Qual a área complementar mais importante necessária a uma casa de habitação?

Fonte: Estudo de opinião do CICCOTI, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Outubro de 2007, p 9. <http://www.esai.pt/CICCOTI/INDEX.HTM>

P – 6. Quais os sistemas de energia que são mais importantes numa casa de habitação?

Variável	Percentagem
Energias renováveis / Solar	25,3%
Elevadores hidráulicos	0,8%
Gás natural canalizado	20,5%
Energia eléctrica / Eólica	41,3%
Recuperação de águas domésticas	4,3%
Ns/Nr	7,8%
Total	100,0%

198 Quais os sistemas de energia que são mais importantes numa casa de habitação?

Fonte: Estudo de opinião do CICCOTI, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Outubro de 2007, p 9. <http://www.esai.pt/CICCOTI/INDEX.HTM>

P – 7. Qual o melhor revestimento para os pisos interiores de uma casa de habitação?

Variável	Percentagem
Madeira	66,8%
Pedra natural	15,6%
Mosaico cerâmico	8,2%
Plásticos / Vinílicos	0,9%
Alcatifa / Tecido	2,7%
Ns/Nr	5,8%
Total	100,0%

199 Qual o melhor revestimento para os pisos interiores de uma casa de habitação?

Fonte: Estudo de opinião do CICCOTI, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Outubro de 2007, p 10. <http://www.esai.pt/CICCOTI/INDEX.HTM>

P – 8. Qual o mais importante espaço de uso familiar numa casa de habitação?

Variável	Percentagem
Roupeiros	26,3%
Despensa	12,5%
Arrecadação	10,8%
Lavandaria	19,8%
Copa	23,9%
Ns/Nr	6,7%
Total	100,0%

200 Qual o mais importante espaço de uso familiar numa casa de habitação?
Fonte: Estudo de opinião do CICCOTI, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Outubro de 2007, p 10.
<http://www.esai.pt/CICCOTI/INDEX.HTM>

P – 4. Numa casa de habitação qual o tipo de segurança interna que deve ser utilizado? (*)

Variável	1 Muito importante	2	3	4	5 Pouco importante
Portas corta-fogo	21,4%	9,2%	24,5%	23,4%	21,5%
Vídeo-vigilância	7,0%	15,2%	1,8%	32,6%	43,4%
Detectores de fugas de gás	31,4%	34,0%	21,4%	8,1%	5,1%
Alarmes contra roubo	13,5%	14,6%	21,8%	25,5%	24,6%
Detectores de incêndio	26,7%	27,0%	30,5%	10,4%	5,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(*) – Nota: 4,9% dos inquiridos não responderam à questão

201 Numa casa de habitação qual o tipo de segurança interna que deve ser utilizado?
Fonte: Estudo de opinião do CICCOTI, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Novembro de 2007, p 10.
<http://www.esai.pt/CICCOTI/INDEX.HTM>

P – 5. E que tipo de segurança externa deve ser utilizado? (*)

Variável	1 Muito importante	2	3	4	5 Pouco importante
Condomínio fechado	23,1%	21,5%	38,3%	13,1%	4,1%
Moradia com gradeamento	10,9%	15,6%	16,1%	49,1%	8,3%
Apartamento com grades	4,1%	2,1%	12,9%	18,4%	62,6%
Aldeamento com portaria	15,0%	16,4%	29,2%	15,7%	23,7%
Urbanização com empresa de segurança privada	46,9%	44,4%	3,5%	3,7%	1,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(*) – Nota: 4,9% dos inquiridos não responderam à questão

202 E que tipo de segurança externa deve ser utilizado?
Fonte: Estudo de opinião do CICCOTI, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Novembro de 2007, p 10.
<http://www.esai.pt/CICCOTI/INDEX.HTM>

P – 6. Qual a melhor vista que deve ter a janela da sala de uma casa de habitação? (*)

Variável	1 Muito importante	2	3	4	5 Pouco importante
Vista para o mar	54,0%	34,9%	3,3%	6,5%	1,3%
Vista para a serra	31,5%	50,3%	10,0%	3,7%	4,6%
Vista para a cidade	2,2%	2,2%	22,0%	16,3%	57,2%
Vista para o jardim	7,3%	7,3%	51,5%	29,7%	4,3%
Vista para a piscina	5,0%	5,3%	13,2%	43,8%	32,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(*) – Nota: 8,7% dos inquiridos não responderam à questão

203 Qual a melhor vista que deve ter a janela da sala de uma casa de habitação?
Fonte: Estudo de opinião do CICCOTI, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Novembro de 2007, p 11.
<http://www.esai.pt/CICCOTI/INDEX.HTM>

P – 7. O que gostaria mais de ter junto ao seu prédio de habitação? (*)

Variável	1 Muito importante	2	3	4	5 Pouco importante
Jardim	43,2%	24,4%	8,2%	19,9%	4,3%
Parque infantil	21,9%	33,4%	22,1%	17,7%	4,9%
Piscina	13,3%	8,7%	19,3%	14,5%	44,1%
Farmácia	16,3%	21,9%	20,9%	36,8%	4,2%
Supermercado	5,3%	11,6%	29,5%	11,1%	42,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(*) – Nota: 6,5% dos inquiridos não responderam à questão

204 O que gostaria mais de ter junto ao seu prédio de habitação?
Fonte: Estudo de opinião do CICCOTI, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Novembro de 2007, p 11.
<http://www.esai.pt/CICCOTI/INDEX.HTM>

P – 8. Que tipo de equipamento/decoração é o ideal para a casa de habitação? (*)

Variável	1 Muito importante	2	3	4	5 Pouco importante
Equipamento básico de cozinha	4,8%	8,8%	10,6%	38,3%	37,4%
Equipamento suplementar / ar condicionado	2,2%	18,9%	3,4%	32,3%	43,2%
Cozinha totalmente equipada	35,7%	30,7%	28,6%	3,5%	1,5%
Casa decorada com todos os móveis	13,5%	25,4%	40,5%	15,1%	5,7%
Totalmente equipada, mobiliada e decorada	43,8%	16,2%	16,9%	10,8%	12,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(*) – Nota: 5,8% dos inquiridos não responderam à questão

205 Que tipo de equipamento/decoração é o ideal para a casa de habitação?
Fonte: Estudo de opinião do CICCOTI, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Novembro de 2007, p 12.
<http://www.esai.pt/CICCOTI/INDEX.HTM>

P – 4. Olhando para valores Éticos, Morais e Culturais da Sociedade Portuguesa e mantendo o Estado o nível de receitas necessário ao seu correcto funcionamento coloque por ordem CRESCENTE, quais as áreas que devem pagar MAIS impostos: (*)

Variável	1 Menos impostos	2	3	4	5	6 Mais impostos
Imposto sobre o Trabalho/ (emprego)	49,8%	33,3%	14,8%	1,2%	0,6%	0,3%
Imposto sobre o Consumo/ (geral)	27,0%	27,8%	34,3%	9,3%	1,0%	0,6%
Imposto sobre a Poupança/ (habitação)	22,2%	29,2%	32,0%	12,2%	2,0%	1,7%
Imposto sobre Vícios/ (álcool, jogo, tabaco)	0,1%	1,4%	5,3%	6,7%	55,6%	30,9%
Imposto sobre o Investimento/empresas)	0,7%	6,0%	11,1%	61,7%	6,4%	14,1%
Imposto sobre a Poluição/ (ambiental)	0,3%	1,6%	2,4%	8,9%	34,4%	52,4%

(*) – Nota: 12,6% dos inquiridos não responderam à questão

206 Olhando para valores Éticos, Morais e Culturais da Sociedade Portuguesa e mantendo o Estado o nível de receitas necessário ao seu correcto funcionamento coloque por ordem CRESCENTE, quais as áreas que devem pagar MAIS impostos.
Fonte: Estudo de opinião do CICCOT, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Janeiro de 2008, p. 10.
<http://www.esai.pt/CICCOT/INDEX.HTM>

P – 5. Das seis áreas referidas, escolha quais as que na sua opinião não devem e/ou devem pagar impostos?

Área	Devem pagar	Não devem pagar	Ns/Nr	Total
Imposto sobre o Trabalho/ (emprego)	16,4%	77,8%	5,8%	100,0%
Imposto sobre o Consumo/ (geral)	24,1%	70,6%	5,3%	100,0%
Imposto sobre a Poupança/ (habitação)	25,2%	70,1%	4,7%	100,0%
Imposto sobre Vícios/ (álcool, jogo, tabaco)	61,7%	35,0%	3,3%	100,0%
Imposto sobre o Investimento/empresas)	30,0%	63,3%	6,7%	100,0%
Imposto sobre a Poluição/ (ambiental)	68,6%	27,9%	3,5%	100,0%

207 Das seis áreas referidas, escolha quais as que na sua opinião não devem e/ou devem pagar impostos?
Fonte: Estudo de opinião do CICCOT, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Janeiro de 2008, p. 10.
<http://www.esai.pt/CICCOT/INDEX.HTM>

P – 6. De modo a promover o aumento do Crescimento Económico e do nível de vida dos Portugueses durante os anos 2008/2009, diga por ordem CRESCENTE quais os sectores que devem ser mais apoiados pelo Estado e pela Sociedade (*)

Variável	1 Menos apoiados	2	3	4	5	6	7 Mais apoiados
Construção de Habitação	3,3%	1,3%	6,3%	23,9%	31,7%	18,2%	15,3%
Construção de Obras públicas	3,9%	17,0%	22,7%	21,6%	16,8%	7,8%	10,2%
Construção de Aldeamentos Turísticos	46,6%	29,5%	4,8%	8,5%	7,0%	2,2%	1,4%
Construção de Estradas e Auto-estradas	12,6%	6,8%	44,7%	24,7%	9,3%	1,1%	0,8%
Construção de Hotéis e Pousadas	31,0%	35,1%	14,2%	11,3%	6,3%	1,5%	0,6%
Construção de Abastecimento de Água	0,6%	2,4%	5,0%	4,1%	23,0%	44,1%	20,8%
Construção de Saneamento Básico	1,7%	8,8%	1,9%	10,5%	8,8%	28,2%	40,1%

(*) – Nota: 14,6% dos inquiridos não responderam à questão

208 Diga por ordem CRESCENTE quais os sectores que devem ser mais apoiados pelo Estado e pela Sociedade
Fonte: Estudo de opinião do CICCOT, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Janeiro de 2008, p. 11.
<http://www.esai.pt/CICCOT/INDEX.HTM>

P – 7. Olhando para os valores Éticos, Morais e Culturais da Sociedade Portuguesa e mantendo o Estado o nível de receitas necessário ao seu correcto funcionamento, escolha:

- a) Duas áreas onde os impostos devem simplesmente desaparecer
b) Outras duas áreas onde os impostos se devem manter
c) Ainda outras duas áreas onde os impostos devem aumentar

Área	Aumentar	Manter	Desaparecer	Ns/Nr
Imposto sobre o Trabalho/ (emprego)	0,7%	20,6%	77,6%	1,1%
Imposto sobre o Consumo/ (geral)	2,4%	47,8%	48,5%	1,3%
Imposto sobre a Poupança/ (habitação)	1,8%	46,8%	46,6%	4,8%
Imposto sobre Vícios/ (álcool, jogo, tabaco)	65,0%	32,6%	1,0%	1,4%
Imposto sobre o Investimento/empresas)	3,8%	80,5%	12,9%	2,8%
Imposto sobre a Poluição/ (ambiental)	85,8%	12,0%	0,5%	1,7%

209 Olhando para os valores Éticos, Morais e Culturais da Sociedade Portuguesa e mantendo o Estado o nível de receitas necessário ao seu correcto funcionamento, escolha:
Fonte: Estudo de opinião do CICCOT, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Janeiro de 2008, p. 11.
<http://www.esai.pt/CICCOT/INDEX.HTM>

P – 8. Para aumentar o Crescimento Económico do País e o nível de vida dos Portugueses durante os anos de 2008/2009 diga por ordem CRESCENTE qual o sector que deve ser mais apoiado pelo o Estado e pela Sociedade em geral? (*)

Variável	1 Menos apoiado	2	3	4	5 Mais apoiado
Indústria / Comércio / Exportação	30,1%	23,1%	26,8%	12,1%	7,9%
Saúde / Segurança Social	0,7%	3,6%	6,3%	26,0%	63,4%
Educação / Cultura	2,9%	6,0%	28,4%	50,2%	12,5%
Construção / Habitação / Obras Públicas	28,8%	26,9%	34,4%	4,4%	5,5%
Turismo / Ambiente	32,1%	41,0%	11,2%	6,9%	8,8%

(*) – Nota: 2,9% dos inquiridos não responderam à questão

210 Para aumentar o Crescimento Económico do País e o nível de vida dos Portugueses durante os anos de 2008/2009 diga por ordem CRESCENTE qual o sector que deve ser mais apoiado pelo o Estado e pela Sociedade em geral.
Fonte: Estudo de opinião do CICCOT, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Janeiro de 2008, p. 12.

P – 9. Tendo em consideração que a PRODUTIVIDADE dos Portugueses é das mais baixas da Europa indique por ordem CRESCENTE qual a causa que entende mais certa: (*)

Variável	1 Menos certa	2	3	4	5 Mais certa
A falta de produtividade é culpa dos impostos	34,4%	23,3%	17,8%	16,4%	8,1%
A falta de produtividade é culpa do Estado	2,8%	7,7%	24,7%	25,0%	39,8%
A falta de produtividade é culpa das Organizações/Empresas	3,2%	8,6%	20,4%	35,3%	32,3%
A falta de produtividade deve ser justa causa de despedimentos	29,9%	27,6%	18,8%	20,4%	3,3%
A falta de produtividade é culpa	22,0%	26,1%	15,6%	19,7%	16,6%

(*) – Nota: 12,6% dos inquiridos não responderam à questão

211 Tendo em consideração que a PRODUTIVIDADE dos Portugueses é das mais baixas da Europa indique por ordem CRESCENTE qual a causa que entende mais certa:
Fonte: Estudo de opinião do CICCOT, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Janeiro de 2008, p. 12.
<http://www.esai.pt/CICCOT/INDEX.HTM>

P – 4. Pelo mesmo preço qual das seguintes hipóteses prefere?

Variável	Percentagem
Apartamento T1 no centro da cidade	14,0%
Apartamento T2 nos arredores	2,8%
Apartamento T3 na aldeia	3,8%
Moradia V3 no campo	68,1%
Ns/Nr	11,3%
Total	100,00%

212 Pelo mesmo preço, qual das seguintes hipóteses prefere?
 Fonte: Estudo de opinião do CICCIO, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Abril de 2008, p 9.
<http://www.esai.pt/CICCIO/INDEX.HTM>

P – 5. Depois dos 70 anos, gostaria de viver onde?

Variável	Percentagem
Casa arrendada na cidade	1,4%
Casa própria na cidade	20,0%
Casa própria na praia	21,4%
Casa arrendada na praia	2,3%
Casa arrendada na aldeia	3,4%
Casa própria na aldeia	33,1%
Residencial com assistência	8,2%
Ns/Nr	10,2%
Total	100,00%

213 Depois dos 70 anos gostaria de viver onde?
 Fonte: Estudo de opinião do CICCIO, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Abril de 2008, p 9.
<http://www.esai.pt/CICCIO/INDEX.HTM>

P – 6. Na Praia, como casa de férias e/ou segunda habitação, o que é que prefere?

Variável	Percentagem
Moradia	47,3%
Apartamento	11,4%
Aparthotel	6,3%
Hotel	17,8%
Campismo	5,4%
Ns/Nr	11,8%
Total	100,00%

214 Na PRAIA, como casa de férias e/ou segunda habitação, o que prefere?
 Fonte: Estudo de opinião do CICCIO, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Abril de 2008, p 9.
<http://www.esai.pt/CICCIO/INDEX.HTM>

P – 7. No Campo, como casa de férias e/ou segunda habitação, o que é que prefere?

Variável	Percentagem
Moradia	63,8%
Apartamento	4,2%
Aparthotel	5,2%
Hotel	11,9%
Campismo	3,4%
Ns/Nr	11,5%
Total	100,00%

215 No CAMPO como casa de férias e/ou segunda habitação, o que é que prefere?
 Fonte: Estudo de opinião do CICCIO, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Abril de 2008, p 10.
<http://www.esai.pt/CICCIO/INDEX.HTM>

P – 8. Quando analisa a hipótese de férias, o que prefere?

Variável	Percentagem
Comprar 2ª habitação	24,3%
Arrendar no período de férias	14,7%
Viajar apenas	48,2%
Ns/Nr	12,8%
Total	100,00%

216 Quando analisa a hipótese de férias, o que prefere?
 Fonte: Estudo de opinião do CICCIO, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Abril de 2008, p 10.
<http://www.esai.pt/CICCIO/INDEX.HTM>

P – 9. Tendo em consideração que o valor médio da habitação nova em Portugal é de 1.250 euros/m² e é o mais baixo da zona euro, qual o valor que considera razoável para uma habitação média (T2 com 140 m²)?

Variável	Percentagem
1 000 € / m ² - 140 000 €	55,8%
1 200 € / m ² - 168 000 €	19,7%
1 400 € / m ² - 196 000 €	5,2%
1 600 € / m ² - 228 000 €	3,7%
1 800 € / m ² - 256 000 €	1,0%
2 000 € / m ² - 280 000 €	0,4%
Ns/Nr	14,2%
Total	100,00%

217 Tendo em consideração que o valor médio da habitação nova em Portugal é de 1.250 euros/m² e é o mais baixo da zona euro, qual o valor que considera razoável para uma habitação média (T2 com 140 m²)?
 Fonte: Estudo de opinião do CICCIO, organizado pela Escola Superior de Actividades Imobiliárias e a Eurosondagem, de Abril de 2008, p 10.

3.3.2. HÁ DEFICIT DE CULTURA ARQUITECTÓNICA NA SOCIEDADE DE HOJE?

Este tema justifica-se aqui para permitir debruçarmo-nos um pouco mais sobre o tema do desfasamento entre a arquitectura e a sociedade. Depois de explanada a questão da indispensabilidade do arquitecto e da dificuldade deste relacionamento, resta-nos agora analisar a razão para tal. A problemática da falta de cultura, de uma maneira geral, é um facto na nossa realidade, não se remetendo apenas para a cultura arquitectónica, e é claro que, se as pessoas têm lacunas na sua cultura arquitectónica, não podem entender e solicitar o trabalho do arquitecto.

A arquitectura é um reflexo e um veículo cultural. É um reflexo de uma dada sociedade, tal como é a sua História e a sua linguagem, remetendo-nos para os seus cidadãos ao longo do tempo, as suas necessidades e formas de ver e viver o espaço. A arquitectura é também um veículo pedagógico que permite expandir cultura e despertar interesses e mentalidades, sobretudo, por se tratar de um processo criativo.

Segundo Vasco Pulido Valente, a arquitectura é um “mediador cultural” que, amiúde, hoje, se escamoteia, por debaixo do seu papel meramente comercial, de mercadoria transaccionável, de objecto económico e material.

“No sistema produtivo o arquitecto insere-se numa das áreas que mais tem possibilitado especulações e abusos. A tal ponto que há muita gente (a começar por arquitectos) que esquece o papel cultural da arquitectura e transforma o projecto em mercadoria.

No entanto para que o País afirme a sua identidade terá que mostrar que tem uma cultura própria dentro da qual está em grande plano a arquitectura. Para que a arquitectura cumpra o seu papel como cultura tem que ser protegida quer na origem (protecção ao produtor) quer como objecto de cultura.”(1)

Deste modo, a arquitectura, tal como qualquer outra fonte e forma cultural, molda a sociedade. A sociedade, contudo, apesar da sua evolução constante, permanece, por vezes, agarrada a uma imagem, que, amiúde, é de um passado pouco genuíno, e tem dificuldade em abarcar os valores contemporâneos e consentâneos com a sua evolução e sobretudo com as vanguardas.

“É certo que sempre houve e continuará a haver uma “vanguarda”, nas artes como na ciência ou na técnica. E é natural e desejável que exista também na Arquitectura.

É inegável, também, que, por causa, das obras vanguardistas que se executaram, foram surgindo ideias muito importantes, aproveitadas pelos vindouros, e que contribuíram para ir mudando aos poucos o mundo.

Por vezes, compreendeu-se muita coisa. Outras, apenas um pormenor. A assimilação é lenta e sofre muitas reacções. Mas a evolução tem sido feita assim, ao longo dos tempos.

Vivendo nesta época de grandes mudanças e progressos tecnológicos, temos dificuldade em perspectivar o papel das vanguardas. Talvez por isso tenhamos a sensação de que é maior o desfasamento entre elas e a realidade, e que há um abismo vertiginoso a separá-las.

Ou, até, que essas vanguardas se afastam deliberadamente da realidade por uma espécie de reacção como que de raiva, motivada exactamente porque têm consciência de que o chamado “progresso” não encaminha o mundo para a tão ambicionada “qualidade de vida”.”(2)

Este tema, já abordado em capítulo anterior, permitiu-nos concluir que, ocasionalmente, a segurança que o passado transmite pode implicar uma certa resistência a uma mudança que é perpétua e inevitável na sociedade. A dificuldade, neste caso, pode consistir na necessidade de um maior tempo de assimilação e de aceitação desta mudança. Tal como nos foi possível concluir, a herança do passado como estigma da sociedade portuguesa, a produção de uma arquitectura de escola e o caminho, por vezes, quase autista do arquitecto relativamente à sociedade e sobretudo a falta de educação para a arquitectura e para a evolução das formas e do gosto, podem balizar as vanguardas e a consecução de uma arquitectura adequada material e temporalmente.

A cidade é o foco de cultura, absorvida pelos seus habitantes de diferentes modos

Segundo Richard Florida (3), o crescimento económico de uma cidade passa pelo que ele designa de 3T's: tecnologia – a alta tecnologia e a inovação, talento – educação e formação profissional e tolerância – abertura e diversidade. Essa atitude atrai pessoas criativas e gera, também ela, inovação e estimula o

crescimento económico.

No livro do mesmo autor *The rise of the creative class* (4), Florida afirma que a diversidade atrai diferentes tipos de pessoas, com valores e ideias diferentes e esta a mistura gera diferentes combinações, gera conhecimento, inovação, *high tech*, crescimento económico e mais empregos. As cidades, não podem negar o seu passado, mas também não podem evitar o presente e o futuro e, concomitantemente, a sua constante e contínua evolução e mutação.

“The cities are trapped by their past. The economist Mancur Olson long ago noted that the decline of nations and regions is a product of an organizational and cultural hardening of the arteries that he called “institutional sclerosis”. Places that grow and prosper in one era, he argued, find it difficult, oftentimes impossible, to adopt new organizational and cultural patterns regardless of how beneficial they might be. Consequently, innovation and growth shift to new places, which can adapt to and harness these shifts for their benefit.”(5)

A cidade é, portanto, feita de economia, sociedade, ecossistema, política e cultura. A cultura é que a identifica e define. É o seu motor e a sua força anímica. A cidade é, assim, moldada pela cultura, pelos valores, pelas escolhas, crenças e atitudes dessa cultura.

“The city is a multifaceted entity. It is an economic structure – an economy; it is a community of people – a society; it is a designed environment – an artefact; and it is a natural environment – an ecosystem. And it is all four these – economy, society, artefact and ecosystem – governed by an agreed set of rules – a polity. Its inner engine and animating force, however, is its culture. Culture – the things we find important, beliefs and habits – gives the city its distinctiveness – its favour, tone and patina.” (6)

São precisamente esses factores que fazem a cultura de uma sociedade: língua, conhecimentos, instituições, autoridade, convicções morais, estrutura da sociedade, características territoriais, grupos e História. Estes sistemas de valores que são delimitados para um certo grupo de pessoas que ocupam uma determinada unidade territorial, não são assumidos e aceites por todos do mesmo modo.

“A cultura de uma sociedade nunca é partilhada de maneira completamente uniforme por todos os membros dessa sociedade. A cultura de uma sociedade inclui a língua ou línguas dos seus membros, as suas imagens cognitivas da sociedade em que vivem, as suas imagens das instituições dessa sociedade, especialmente das suas instituições de autoridade; e inclui as suas convicções morais. Inclui crenças sobre a estrutura dessa sociedade, sobre as suas características territoriais, sobre o valor dos grupos que a compõem; e inclui crenças acerca da história de todas essas coisas. [...] A todos estes importantes conteúdos das crenças que constituem a cultura existente numa sociedade deve ser acrescentada a convicção de que essa cultura é comum – ou diversa – e a resultante sensação de afinidade com todos os que partilham essa cultura – e o sentido de diferença em relação àqueles que não partilham dela.”(7)

A cultura gera, assim, um sistema central de valores que aproxima as pessoas, que as relaciona e que lhes confere uma sensação de afinidade. Este sentimento de afinidade e de identidade é crucial na afirmação de uma sociedade e na sua definição cultural.

“Todas as colectividades humanas têm uma tendência para se encerrarem na autonomia. Procuram através das suas autoridades estabelecer e manter uma certa identidade, definir as suas fronteiras e proteger a sua integridade. Tentam manter os seus números e impedir que os seus membros se libertem delas.”(8)

A cultura nasce de diferentes sítios, é gerada e criada a partir de múltiplas e variadas fontes. A cultura é gerada por membros de uma sociedade e é depois explicada aos restantes. A arquitectura e a cultura de uma maneira geral têm, portanto, um papel pedagógico. As diferenças de opinião mostram precisamente que não vivemos numa sociedade utópica e sem conflitos, mas numa sociedade viva e desperta, pronta a mostrar a sua opinião, por mais divergente que seja.

“O facto de se ser membro de uma sociedade não gera só por si a cultura da sociedade. A cultura de uma sociedade é o produto dos poderes criativos e imaginativos de indivíduos criativos [...] cuja visão do mundo e da esfera do ideal impressiona favoravelmente os seus contemporâneos e os seus descendentes. A cultura é um produto da necessidade que sentem as pessoas vulgares, menos criativas, de ter uma imagem do seu mundo que dê uma significação aos acontecimentos principais da existência e que explique por que as coisas acontecem, e por que algumas coisas são melhores que outras. De certa maneira, a cultura principal de uma sociedade, e as suas variantes, geram-se a si próprias. São geradas pelos talentos da esfera cultural.”(9)

O centro e a periferia no sistema central de valores

É claro, que surgem diferenças de opinião que impedem uma sociedade de massas, heterogénea e

aberta de uma aceitação plena de um conjunto de valores culturais. Shills aponta algumas razões para essas diferenças:

“É impossível que todos os seus membros possuam uma ligação igual ao universo de valores culturais, ou que estejam igualmente integrados na estrutura de instituições que personificam esses valores.[...]

A extensão do território e as consequentes imperfeições na comunicação (mesmo nas sociedades Ocidentais dos nossos dias), a diferenciação dos papéis ocupacionais na economia e a diferenciação dos estilos de vida que acompanha as desigualdades na distribuição do rendimento e da riqueza, todos estes factores levam os diversos sectores da sociedade a estarem ligados de maneira desigual ao sistema central de valores e a participarem de maneira desigual no sistema institucional central.”(10)

Cada indivíduo, membro de uma sociedade, admite, assim, um grau de participação próprio e de acordo com a aceitação que tem deste sistema de valores de que faz parte. No entanto, e ainda segundo Shills, as pessoas já não estão tão distantes umas das outras.

“Uma sociedade diferenciada de grande escala será sempre forçada, devido às especializações profissionais, à tradição, à distribuição normal das capacidades humanas e a um inevitável antinomianismo, a submeter-se a desigualdades na participação no sistema central de valores. Algumas pessoas estarão sempre um pouco mais perto do centro, outras sempre um pouco mais distantes.

No entanto, a expansão da individualidade que acompanha o crescimento da liberdade e oportunidade individuais, e a maior densidade de comunicações, contribuíram imenso para limitar o alcance da desigualdade. O ponto culminante do centro já não é tão alto e a periferia já não é tão distante.”(11)

Shills continua e explica o que é, neste caso, a periferia cultural:

“A periferia consiste naqueles estratos ou sectores da sociedade que recebem ordens e crenças que não são criadas por eles próprios, e que não foram mandadas difundir por eles, e naqueles sectores que se encontram numa situação inferior na distribuição ou atribuição de recompensas, dignidades, oportunidades, etc. [...]

Quanto menos um estrato ou sector da sociedade é poderoso, quanto menos é recompensado, quanto menos é criativo, quanto menos cultura emanada do centro possui, quanto menos é tocado de maneira contínua pelo poder do sistema institucional central, mais periférico se pode considerar que é.”(12)

A falta de cultura e de domínio dos mesmos valores culturais é, como já vimos, inevitável, por nem todos dominarem o mesmo sistema de valores, por não concordarem com ele, por se encontrarem mais na periferia e menos no centro cultural ou por apresentarem um *background* diferente que, por inúmeras razões, os impeçam de aceitar passiva ou activamente estes conteúdos, numa sociedade tão heterogénea como a sociedade portuguesa de hoje.

“O sistema central de valores que legitima o sistema institucional central é muito largamente participado, mas o consenso nunca é perfeito. Mesmo na mais consensual das sociedades existem diferenças de opinião acerca da apreciação existente em relação à autoridade, às instituições em que ela reside, às elites que a exercem e à justiça da sua distribuição de recompensas.

Mesmo aqueles que participam no consenso fazem-no com graus diferentes de intensidade, sinceridade e devoção.”(13)

A crítica e as diferenças de opinião, são, assim, endémicas, mas podem, contudo, ser benéficas para instalar a dúvida, evoluir, experimentar, para mudar, para falar sobre o assunto ou apenas ver o outro lado da questão.

“A integração não é homogénea ao longo de toda a sociedade. Nunca é mais do que parcial. Não é nem constante nem contínua. Desloca-se frequentemente de uma parte da sociedade para outras. Nalguns aspectos várias partes da sociedade podem estar bem integradas, noutros menos; noutros pontos, a integração pode ter uma estrutura bastante diferente. Mas talvez o mais importante de tudo seja o facto de, no interior das esferas da integração cultural e autoritária, poderem existir no comportamento de uma mesma pessoa simultaneamente integração e conflito.”(14)

A dificuldade de transmitir cultura, pela incompreensão dos códigos

Depois de explicada a forma de gerar cultura e da sua expansão na sociedade, podemos analisar porque é que a arquitectura, enquanto forma de cultura, tem também dificuldade em passar do centro para a periferia. Tal como as restantes, os códigos e *know-how* da arquitectura não são dominados por todos, apesar de, como já foi analisado em capítulo próprio, começarem a ser mais recorrentes e conhecidos.

Os arquitectos e profissionais do espaço, de um modo geral, pela sua formação, têm uma visão mais

aprumada do que é a organização do espaço e da sua responsabilidade. Têm, também a noção da sua responsabilidade pedagógica e da necessidade de sensibilização da sociedade para se aproximarem mais deste centro cultural e não pertenceram à denominada “periferia”. O arquitecto deve assim, comunicar de forma expedita as suas mensagens, estabelecer um papel pedagógico, explicar a necessidade de qualidade na sua actuação, a sua forma de proceder e as escolhas que fez.

“Os profissionais não existem fora da sociedade. Para que haja uma elevação do nível da expectativa social em relação à qualidade da Arquitectura e do ambiente urbano, a educação de base desempenha um papel de crescente importância.

A cultura Arquitectónica erudita tem dificuldades no acesso ao grande público. A dificuldade de utilização dos meios de comunicação de massas e a cristalização de um discurso hermético entre profissionais não têm permitido que o diálogo entre várias culturas profissionais seja perceptível para o cidadão. O debate arquitectónico precisa de se exercer num registo plural, não apenas no interior da disciplina da Arquitectura mas também na sua relação com a sociedade.”(15)

A linguagem da arquitectura reconhece uma panóplia de formas de expressão próprias, que estabelecem uma relação de proximidade e de afinidade entre quem as domina. Plantas, cortes e alçados, assim como maquetas ou quaisquer outras formas de representação do espaço, são formas próprias dos arquitectos para exprimirem o devir e o projecto pensado para o futuro. À arquitectura cabe também, dentro da sua responsabilidade social, expandir esses códigos, para que todos os dominem e com eles consigam comunicar, entender-se, participar e afirmar-se.

“A linguagem tem consequências integrativas através da substância do seu vocabulário, que torna disponível um conjunto comum de objectos no mundo e os nomes desses objectos. A posse deste conjunto comum de objectos com os mesmos nomes produz uma sensação de semelhança com aqueles que utilizam esses nomes.[...] A utilização da linguagem não só permite actos de comunhão em redor de objectos particulares, tais como objectos sagrados ou objectos centrais; é também em si um acto de comunhão. O facto de as pessoas falarem umas com as outras, de serem mais ou menos compreendidas e de responderem mais ou menos inteligentemente, forma nessa medida uma estrutura integrante da sociedade.[...]

A consciência de que os outros utilizam o mesmo nome que nós produz uma sensação de afinidade com aqueles que partilham esse nome.”(16)

Mas não é só pelo desconhecimento dos códigos e formas de linguagem da arquitectura que a sociedade não a compreende. Os códigos culturais, as formas de ver e de pensar, sobretudo, impedem uma visão partilhada do problema e das possíveis soluções.

O gosto

O que significa o arquitecto fazer algo que as pessoas não “gostam” ou não pretendem?

Jorge Figueira interroga-se sobre as “políticas do gosto”:

“O que podem ser “políticas do gosto” quando “tudo é possível” e “tudo é belo”? Qual é, neste quadro, a função da crítica? [...]

Dir-se-ia que “políticas do gosto” é quase uma expressão paradoxal, na medida em que “políticas” é aquilo que pode, por definição, ser discutido, e os “gostos”, diz-se vulgarmente, “não se discutem”. Fará então sentido falar de “políticas de gosto”? [...]

De facto, a arquitectura, por ser do domínio público, está no centro das “políticas do gosto” (privadas ou públicas, mais inconscientes ou planeadas). Resulta de determinantes políticas, em sentido lato – encomenda, programa, financiamento, oportunidade – e impõe-se sem necessidade de protocolo que distingue a arte, irrompendo democraticamente.”(17)

Pedro Brandão fala de outras dificuldades na educação do gosto e na veiculação da cultura arquitectónica.

“Obviamente uma intervenção exterior a este sistema, como é a intervenção do arquitecto, terá de se apoderar dos espaços onde possa agir como mediador cultural. Para obter sucesso não poderá negar as condições que determinam as carências de linguagem, a realidade sociológica da mobilidade, que exige um imaginário próprio. Mas para obter sucesso não pode negar que os seus conhecimentos disputam o mesmo terreno que as “elites” intermediárias existentes: os árbitros do gosto provinciano moderno. É pois essencial afastar um muito divulgado complexo de culpa de não ser popular, uma espécie de paralisia existencial, e encarar de frente este simples facto: a tradição da profissão, o domínio artístico de quem conhece o mundo social, cultural e técnico em que se move é hoje o único referencial culto possível, perante a degradação simultânea da cultura tradicional e dos mitos modernos.”(18)

Será, o gosto, o que as pessoas estão habituadas a ver, a procura das imagens que já conhecem e, acima de tudo, da segurança de uma imagética comum e já experimentada?

“Põe-se uma velha questão: - saber se é isto que agrada aos consumidores ou se os consumidores estão a ser influenciados pela proliferação da oferta, e assim, é (de)formado o seu gosto.

A publicidade, em todos os meios de comunicação social, é um poderoso veículo de difusão do gosto. Mas o contacto com as obras realizadas, e uma emulação entre vizinhos, são aqui também factores muito importantes.

Assim se funde, numa escala nunca até hoje vista, um determinado tipo de construção, que já é predominante em quase todas as realizações recentes no País.

Julgo que é consensual para os leitores que grande parte destas construções não é projectada por arquitectos.”(19)

A dificuldade de sensibilização da sociedade para a cultura do espaço

Mas esta falta de cultura colmata-se e a sensibilidade educa-se. Se as pessoas começarem a estar mais despertas para a temática e se a organização do espaço estiver cada vez mais a cargo do arquitecto, este *deficit* vai-se, com toda a certeza, abreviar.

“La sensación se educa consciente pero también inconscientemente con la percepción cotidiana y sus exigencias, desde las que impone la TV hasta las que plantea la configuración de la sociedad urbana. El paso del tiempo educa nuestra sensación y la convierte en sensibilidad para determinados fenómenos – acontecimientos, colores, formas... -, ciega para otros, que no nos afectan. Somos sensibles ante lo que nos afecta, aunque tengamos sensaciones de muchas cosas que, sin embargo, no nos afectan, porque el afectarnos ha ido construyendo nuestra sensibilidad: se trata aquí de una dinámica tan estrechamente unida que resulta imposible separarla.”(20)

Para que tal aconteça, a questão da educação é premente, para que haja uma cultura comum e uma maior concentração no centro.

“A cultura é criada. A criatividade instaura e considera-se que está ligada a um centro cultural ao qual é concedida a atenção e deferência. Aqueles que recebem e partilham essa cultura são atenciosos para com aqueles que a produzem ou reproduzem. A alfabetização e a educação universal é obrigatória, e o interesse nos meios de comunicação de massas difundem de maneira muito ampla certos pedaços dessa cultura. A cultura comum é uma mistura de cultura séria e de cultura frívola. A cultura séria está concentrada no centro; o mesmo se passa com muito da cultura frívola.”(21)

Este panorama é, contudo, difícil de atingir, uma vez que a sociedade é heterogénea, mesmo culturalmente, uma vez que também apresenta graus de escolaridade bastante variáveis.

“É difícil para uma sociedade conseguir um grau muito alto de integração cultural, mesmo que tenha alguns elementos de uma cultura partilhada de modo muito amplo, tais como uma língua comum, uma religião comum e a educação universal obrigatória. Na maioria das sociedades há muita heterogeneidade cultural, mesmo nos casos em que certos elementos de uma cultura comum são amplamente partilhados. Uma das razões para isto é a existência de grandes disparidades ao nível da aquisição educacional; existem grandes disparidades correspondentes na substância da cultura que é possuída pelos estratos caracterizados por posições semelhantes na distribuição de riqueza e de rendimento.”(22)

Reflexão sobre a sociedade portuguesa

Depois de uma reflexão sobre a cultura, os sistemas que a geram e a forma como é assimilada pela sociedade, podemos agora analisar o caso português. Também a sociedade portuguesa é heterogénea e apresenta um sistema de valores com um centro e uma periferia culturais. As pessoas que formam esta periferia apresentam um certo grau de *deficit* cultural.

“A sociedade portuguesa é altamente heterogénea, não só em termos económicos e sociais, mas também em termos políticos e culturais. O cruzamento e a neutralização recíproca dessas várias heterogeneidades permitiu, até agora, que Portugal – um dos mais antigos Estados-nação da Europa e indiscutivelmente aquele que há mais tempo mantém inalteradas as suas fronteiras, para além de ser também o de maior homogeneidade étnica – conjugasse essa grande heterogeneidade e diversidade com um elevado grau de coesão social. Este complexo processo tem sido regulado pelo Estado, que inscreveu na sua matriz institucional essa transição e a própria heterogeneidade social que é objecto da sua regulação.”(23)

Os dados estatísticos do INE, a seguir apresentados e explanados, permitem, pois, caracterizar a nossa sociedade e analisar, em concreto, o grau deste *deficit*, a sua razão de ser e a sua evolução nos últimos anos.

Segundo os dados do INE, os *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006 e do *Anuário Estatístico*

de 2006, na edição de 2007 (24) a população residente em Portugal aumentou 0,4%, prevendo-se no final desse ano uma população de cerca de 10 569,6 mil indivíduos. Também a população estrangeira imigrante em Portugal continua a aumentar, vinda dos mais variados países, mas sobretudo das chamadas ex-colónias portuguesas e agora dos países de Leste. Este facto indica, através de dados concretos, um assinalável grau de heterogeneidade da nossa sociedade e, portanto, de dificuldade ao nível da assimilação cultural por todos.

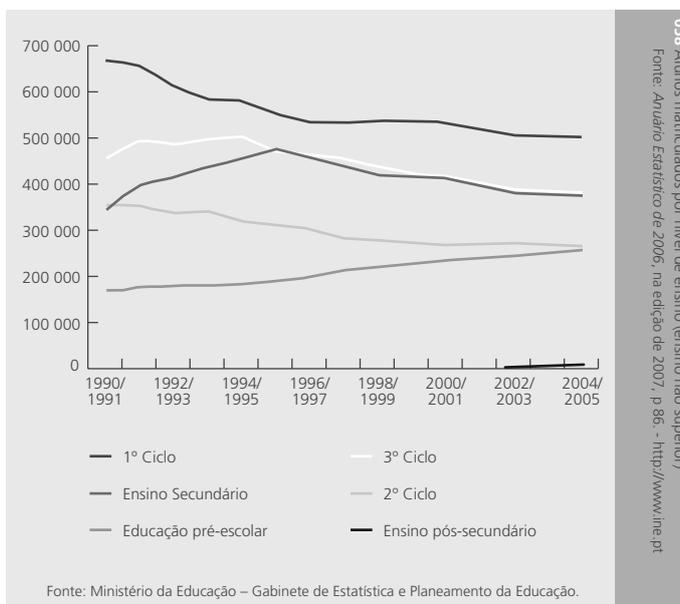
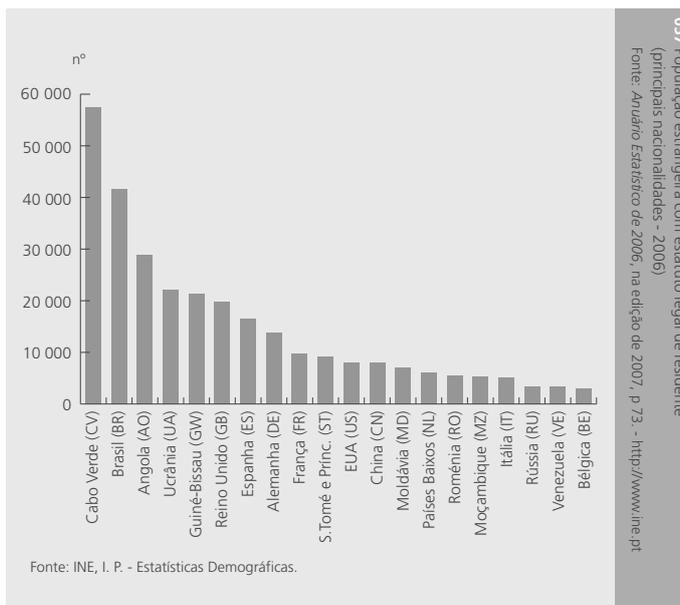
Apesar desta heterogeneidade, a percentagem de cidadãos escolarizados tem vindo a aumentar, dentro dos vários níveis de formação, o que implica uma diminuição gradual do deficit *cultural* da sociedade portuguesa.

A nível da educação, a percentagem de cidadãos com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos que frequentavam um tipo de educação, seja formal ou informal, em 2005, era de 4,1%, valor inferior aos 11% de média da União Europeia a 25, apesar de apresentar uma evolução crescente. A população entre os 6 e os 10 anos de idade, de acordo com a legislação em vigor é escolarizada e verificou-se mesmo um aumento da idade média de escolarização dos 16 para os 17 anos no ensino secundário. Até a frequência dos alunos no ensino pré-escolar tem vindo a aumentar, mesmo tratando-se de uma formação facultativa.

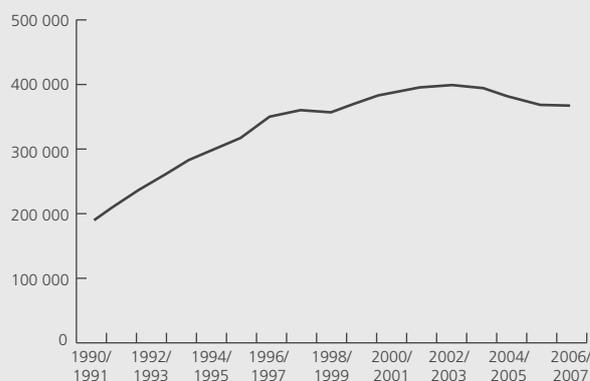
Contudo, a percentagem de jovens entre os 20 e os 24 anos que concluíram o ensino secundário foi de 45%, registando um decréscimo de 3,7% em relação aos números registados anteriormente, enquanto que a média europeia foi de 77%, o que indica um claro *deficit* cultural da sociedade portuguesa, menos escolarizada que a europeia.

Por seu lado, também a percentagem de matrículas no ensino básico regular continua a ser mais diminuta, enquanto que o número de alunos matriculados em instituições privadas aumentou, o que demonstra um claro descrédito da sociedade em relação ao ensino público. Estes decréscimos de matrículas no ensino básico e secundário devem-se, claramente, ao envelhecimento da população.

O consumo das famílias com a educação subiu consideravelmente, o que também dificulta o acesso à educação.



059 Alunos matriculados no ensino superior
Fonte: Anuário Estatístico de 2006, na edição de 2007, p. 88 - <http://www.ine.pt>



Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais.

A percentagem de Diplomados do ensino superior, continua a aumentar, apesar de com menor intensidade do que nos anos anteriores. Desde do ano lectivo de 1990/1991 para 2006/2007 o número de alunos matriculados passou de 187,2 mil para 366,7 mil, quase duplicando. Concretamente, no ano lectivo 2004/2005 registaram-se mais de 70 mil, sendo que 65 % eram do sexo feminino, enquanto que no ano lectivo o número de mulheres matriculadas no ensino superior é de 54%.

As mulheres destacam-se mais em áreas como a Saúde, Formação de Professores e Ciências de Educação, Ciências Sociais e do Comportamento e nas Letras e

o homens nas áreas de Computação, Engenharia e técnicas afins e na Arquitectura e Construção a diferença entre sexos é pouco significativa, apesar do ainda maior número de homens diplomados neste ano de estudo.

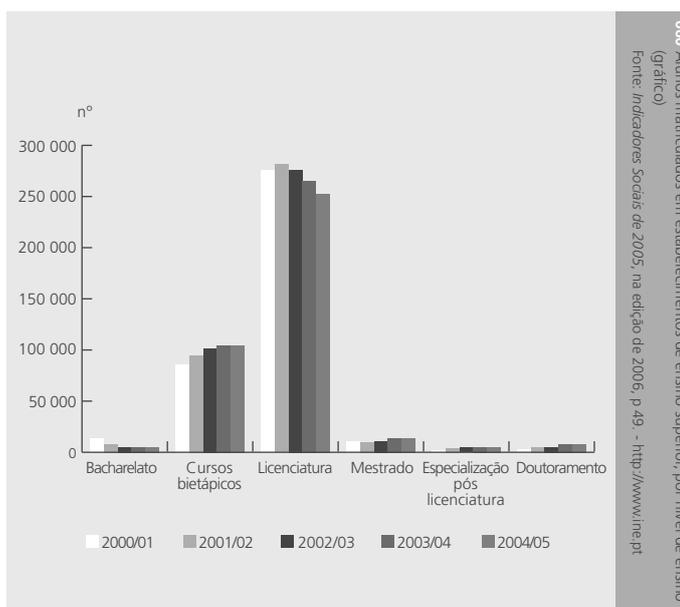
No geral, a taxa de escolarização das pessoas aumentou nos últimos anos, o que demonstra uma população mais culta e mais esclarecida para a importância da cultura. Para além disso, o grau de escolarização é cada vez mais alto, aumentando mesmo o número de mestrados e doutoramentos, o que demonstra a vontade das pessoas e o seu reconhecimento da importância da educação e de uma formação contínua.

Em relação ao emprego, a taxa de população activa é de cerca de 52,2%, enquanto que a taxa de desemprego, registada neste estudo é de 7,6%, superior nos trabalhadores jovens, habitantes do Alentejo e do sexo feminino. O número

de desempregados, apresentado por estes dados, é de 427,8 mil habitantes, registando um aumento de 1,3% relativamente ao ano transacto e aproximando-se da média europeia.

A população empregada com menos de 24 anos decresce em 24% desde 2000, enquanto que os empregados com idade igual ou superior a 45 anos representam 40% do total da população empregada. Cerca de 57,6% dos trabalhadores desenvolvem a sua profissão no sector terciário, enquanto os sectores primário e secundário tiveram um certo decréscimo de profissionais.

Entre 2000 e 2005 os quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa, os especialistas das profissões intelectuais e científicas e os técnicos e profissionais de nível intermédio formam os únicos profissionais que viram aumentar a sua percentagem de profissionais no



060 Alunos matriculados em estabelecimentos de ensino superior, por nível de ensino (gráfico)
Fonte: Indicadores Sociais de 2005, na edição de 2006, p. 49 - <http://www.ine.pt>

activo.

Relativamente aos dados que nos permitem analisar os meios de cultura acessíveis às pessoas, podemos, desde já, demonstrar que o computador, a Internet, a televisão por cabo e o telemóvel são cada vez mais comuns. Por seu lado, também as idas a espectáculos culturais, a museus e a viagens têm aumentado, na sua oferta e na procura.

Os lares com computador e acesso à Internet são cada vez mais, apesar da subida ser agora em menor ritmo, sendo respectivamente, de 42,5% e 31,5%.

A Internet é, de facto, um instrumento muito mais procurado e utilizado pela população em casa, na escola ou noutro local disponível, tratando-se, pois, de um acesso expedito a informação e um veículo cultural.

Também a posse de telemóvel e o acesso a televisão por cabo aumentou respectivamente para 80% e 40% nos lares portugueses.

De acordo com os mesmos dados, as despesas com a cultura mantêm-se entre os 4,1 e os 4,2% entre 2000 e 2005. No entanto, as despesas das Câmaras Municipais com a cultura têm vindo a aumentar nas mais variadas áreas. Mas é claro que foi sobretudo na área dos desportos e jogos e recintos culturais, com o evento do Euro 2004.

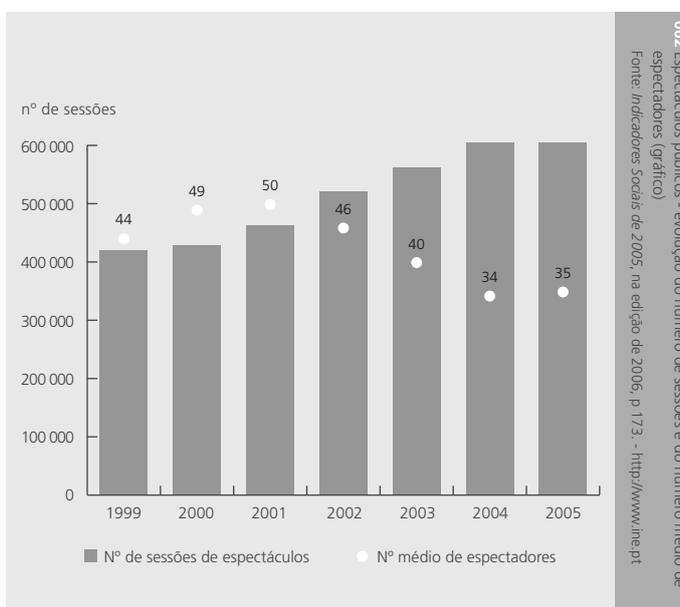
Também a nível dos espectáculos públicos a adesão tem vindo a aumentar significativamente. De um modo geral, o número de sessões de espectáculos públicos aumentou em 2005 para mais de 600 000, enquanto que em 1999 era pouco superior a 400 000, apesar do número de espectadores ter diminuído exactamente porque se distribuem pelas várias sessões.

A nível do cinema, desde 1995 a 2005 o número de sessões aumentou cinco vezes, verificando-se mais sessões, apesar de uma tendência ligeiramente negativa para o número médio de espectadores por sessão, o que indica, ainda assim, mais público a ir ao cinema, distribuídos pelos vários horários. Contudo, a taxa de ocupação das salas de cinema ainda é diminuta, na ordem dos 11,3%.

A nível do teatro também se registam mais sessões e mais espectadores em cada sessão, o que implica que as pessoas, de um modo geral, tal como nas restantes áreas analisadas, como a ópera, a música e

	2002	2003	2004	2005
Unidade: %				
Telemóvel	69,3	80,1	79,0	82,6
Telemóvel com ligação à Internet	5,9	12,2	8,4	15,2
Telemóvel sem ligação à Internet	65,5	75,8	76,8	79,0
Telefone fixo	-	-	75,1	73,9
Televisão (aparelho)	-	98,8	99,4	99,5
Televisão por satélite (parabólica)	5,9	11,3	11,7	10,3
Televisão por cabo	24,6	35,4	37,2	39,5
Televisão com antena (convencional)	75,0	72,4	72,0	67,5
Consola de jogos	-	-	13,9	18,5
Computador	26,8	38,3	41,3	42,5

Nota: Universo constituído pelos agregados domésticos residentes em alojamentos não colectivos, no território nacional, com pelo menos um indivíduo com idade entre os 16 e os 74 anos. Procedeu-se a uma reponderação dos dados de 2002. As estimativas têm como base, à semelhança dos anos seguintes, os resultados definitivos dos Censos 2001 e a nova geografia das NUTS II. Fonte: INE - Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias, 2002, 2003, 2004 e 2005



a dança, estão mais despertas para frequentarem estes espectáculos e se tornaram espectadores mais assíduos, cultos e informados da necessidade de se cultivarem nas mais variadas áreas.

Mesmo ao nível dos museus, entre 2002 e 2005 o seu número aumentou, tal como o número de visitantes que passou de 9 162 811 para 9 724 876.

No que concerne as publicações periódicas, estas tiveram uma diminuição da sua venda de 8,5% a partir do ano anterior.

063 Viagens de lazer, recreio e férias, por principais destinos no estrangeiro
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p. 183. - <http://www.ine.pt>

	Unid.	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Total	10 ³	658,0	707,2	673,8	755,9	648,3	974,7	965,4
União Europeia	10 ³	497,5	575,5	513,1	534,9	522,8	735,0	689,3
Zona Euro	10 ³	462,5	535,5	490,3	522,5	495,8	634,3	641,8
Fora da União Europeia	10 ³	160,5	131,7	160,7	221,0	125,5	239,8	276,1
Principais destinos:								
Alemanha	%	3,8	0,8	1,2	0,6	3,0	1,0	2,5
Espanha	%	53,3	59,7	55,9	55,0	73,0	51,8	48,5
França	%	8,2	6,3	11,4	7,6	14,0	6,8	8,5
Reino Unido	%	4,6	5,2	2,2	1,6	4,0	7,8	3,9

Fonte: INE - Inquérito à procura turística dos residentes

As pessoas também viajam mais, tendo aumentado até 2004 o número de viagens, sobretudo para a União Europeia e zona Euro e de dormidas em estabelecimento hoteleiro, apesar da quebra em 2005. Tal como os restantes dados, também as despesas com as viagens aumentaram até 2004 e assistiram a uma quebra em 2005.

No entanto, a pobreza em Portugal, no estudo do INE de 2005 atinge os 21%. Apesar do PIB por habitante ter aumentado em 2,6% entre 2004 e 2005, a taxa de consumo também aumentou, mas num ritmo superior, para 4,6%, o que conduz a um maior endividamento das famílias.

"[...] uma das características centrais da sociedade portuguesa é a discrepância, ou desconcórdia, entre a produção capitalista e a reprodução social ou entre o padrão dominante de produção e o padrão dominante de consumo: o padrão de produção capitalista encontra-se menos desenvolvido do que o padrão de consumo, estando, por isso, este último mais próximo dos padrões dos países centrais do que o primeiro. Isto resulta de uma relação salário/rendimento muito particular, na qual os rendimentos não salariais desempenham um importante papel na composição do rendimento do agregado familiar dos trabalhadores."(25)

A necessidade de educação e de formação cultural da sociedade

A partir desta análise, verifica-se que a sociedade portuguesa apresenta ainda lacunas em muitos aspectos essenciais para a constituição e divulgação de cultura. Portugal tem pouca disponibilidade para o desenvolvimento cultural e manifesta uma certa dificuldade no investimento formativo.

O *deficit* de cultura arquitectónica reflecte o actual *deficit* de cultura da sociedade, que abrange também muitas outras áreas e a arte de um modo geral, e do *deficit* da organização qualitativa do espaço que nos rodeia todos os dias.

A sociedade portuguesa tem um papel difícil, em que os seus rendimentos não lhe permitem muitos gastos e em que o consumo tem disparado. Contudo, apesar da situação de empregabilidade em Portugal ser uma realidade difícil e dos rendimentos serem, em média, reduzidos para todos os encargos das famílias, a sensibilidade para a formação e o acesso aos mais variados veículos de cultura tem aumentado. As pessoas têm graus de escolaridade mais elevados e têm a noção da necessidade de uma formação mais continuada e aprofundada, assim como o acesso aos veículos culturais mais diversos.

Esses meios de cultura e de educação devem, pois, continuar a ser valorizados por todos e incitados ao seu usufruto, uma vez que contribuem para a qualificação da sociedade.

A arte e a arquitectura, não como valores autónomos mas como parte de uma sensibilização para a

qualidade do espaço e como formas de comunicação universais, deveriam ser veiculadas desde cedo, de forma a permitir o acesso ao centro do sistema de valores culturais.

Assim, a questão a abordar é a da formação e sensibilização, por forma a diluir o desfasamento entre todos: profissionais, donos de obra e sociedade em geral, de modo a que a organização do espaço, a nível da concepção, construção e fruição, seja uma partilha de uma visão comum e de uma linguagem que permita a todos expressarem-se, ver e viver.

“[...] daí que o problema se volte claramente para o campo da educação, e educação não apenas dos profissionais ou seus colaboradores mais directos, mas de toda a população, como adiante referiremos, pois que só ela permitirá transformar o controle em participação activa, em colaboração na organização do espaço.

Como pode um arquitecto fazer trabalho de qualidade – supondo que dispõe de condições pessoais para tal – se o seu cliente, particular ou entidade, ou os seus colaboradores, têm uma formação errada ou não possuem nenhuma? E nos mil e um trabalhos, que sempre hão-de existir, em que o arquitecto não actua, mas actuam outros profissionais ou até o próprio interessado na construção que entende não precisar de ninguém para resolver o seu problema? E mesmo naqueles casos em que arquitecto intervém, faz o melhor que pode, e os utentes da sua obra o atraíam com obras posteriores, com o mobiliário que utilizam, com o jardim que constroem e com tantas outras actividades de organização do espaço que o arquitecto não pode controlar e que, embora por vezes de pequeno significado físico ou económico, são no conjunto de extraordinária importância?”(26)

O papel da educação é, neste âmbito, mostrar e dar a conhecer. Não é uma doutrina única, não é uma imposição, é uma troca de conceitos, um dar e receber, uma questão de valorização, de conhecimento mais amplo e diversificado, que permita a colaboração activa de todos, porque todos detêm responsabilidades sociais neste âmbito.

Notas:

- (1) Vasco Valente Pulido, "O novo Código dos Direitos de Autor", *Jornal dos Arquitectos*, 16/17/18, 1983, p 13.
- (2) Francisco Pires Keil do Amaral, "Qualidade de vida, Arquitectura": *Arquitectura & Construção*, 37, 2006, p 12.
- (3) Richard Florida, *Cities and the creative class*, New York, Routledge, 2005, p 37.
- (4) Richard Florida, *The rise of the creative class*, New York, Basic Books, 2002.
- (5) *Idem*, p 303.
- (6) Charles Landry, *The art of city making*, Sterling, USA, Earthscan, 2006, p 6.
- (7) Edward Shills, *Centro e Periferia*, Lisboa, Memória e Sociedade, Difel 82 – Difusão Editorial, 1992, p 150.
- (8) *Idem*, p 110.
- (9) *Idem*, p 100.
- (10) *Idem*, p 83.
- (11) *Idem*, p 71.
- (12) *Idem*, p 102.
- (13) *Idem*, p 63.
- (14) *Idem*, p 157.
- (15) Pedro Brandão, ed Alt., *Livro branco da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1996, p 44.
- (16) Edward Shills, *op. cit.*, p 151.
- (17) Jorge Figueira, *JA – Situação Crítica*, 211, 2003, p 89.
- (18) Pedro Brandão, "O eclipse da arquitectura sem arquitectos. 2 – Reconhecer o terreno": *Jornal dos Arquitectos*, 33/34, 1985, p 5.
- (19) Francisco Pires Keil do Amaral, *op. cit.*, p 12.
- (20) Valeriano Bozal, col. La Balsa de la Medusa nº3, Léxico de Estética, Visor Dis., S.A., Madrid, 1999, p 26.
- (21) Edward Shills, *op. cit.*, pp 153 e 154.
- (22) *Idem*, pp 152 e 153.
- (23) Boaventura de Sousa Santos, "Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial : o caso português": *Análise Social*, 21 (87/88/89), Lisboa, 1985, p 54.
- (24) *Indicadores Sociais de 2005 – Edição de 2006 e Anuário Estatístico de 2006 – Edição de 2007*, disponíveis em <http://www.ine.pt>.
Estes dados encontram-se em anexo, no final deste texto, traduzidos em gráficos, trabalhados graficamente pela autora da análise.
- (25) Boaventura de Sousa Santos, *op. cit.*, pp 41 e 42.
- (26) Fernando Távora, *Da Organização do Espaço*, Porto, FAUP Publicações, 2006, p 60.

Anexos:

(tratados graficamente com base na fonte devidamente referida)

- (1) *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006 pp 24, 40-52, 83-84, 169-175, 182-184. - fonte: <http://www.ine.pt>.
- (2) *Anuário Estatístico de 2006*, na edição de 2007, pp 70, 71, 73, 86, 88, 89. - fonte: <http://www.ine.pt>.

3.3.2. _ ANEXOS

	1999		2000 (1)		2001 (1)	
	nº	%	nº	%	nº	%
Total	191 143	100,0	207 587	100,0	223 997	100,0
Europa	56 686	29,7	61 678	29,7	67 127	30,0
África	89 797	47,0	98 769	47,6	107 309	47,9
Angola	17 721	9,3	20 416	9,8	22 751	10,2
Cabo Verde	43 951	23,0	47 093	22,7	49 845	22,3
Guiné Bissau	14 217	7,4	15 941	7,7	17 791	7,9
Moçambique	4 502	2,4	4 619	2,2	4 725	2,1
S. Tomé e Príncipe	4 809	2,5	5 437	2,6	6 304	2,8
Outros	4 597	2,4	5 263	2,5	5 893	2,6
América Central e Sul	25 767	13,5	27 395	13,2	28 835	12,9
América do Norte	10 169	5,3	10 195	4,9	10 183	4,5
Ásia	7 938	4,2	8 746	4,2	9 724	4,3
Outros	786	0,4	804	0,4	819	0,4

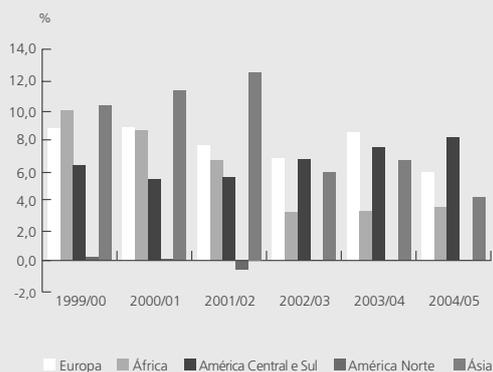
(1) Dados rectificadados em Setembro de 2006; (2) Dados provisórios rectificadados em Setembro de 2006; (3) Dados provisórios em Setembro de 2006; Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

218 População estrangeira com estatuto legal de residente em Portugal (1999 a 2001)
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 24. - <http://www.ine.pt>

	2002 (1)		2003 (1)		2004 (2)		2005 (3)	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Total	238 929	100,0	249 995	100,0	263 353	100,0	275 906	100,0
Europa	72 229	30,2	77 124	30,9	83 656	31,8	88 560	32,1
África	114 399	47,9	117 954	47,2	121 638	46,2	125 934	45,6
Angola	24 782	10,4	25 616	10,2	26 520	10,1	27 697	10,0
Cabo Verde	52 223	21,9	53 434	21,4	54 806	20,8	56 433	20,5
Guiné Bissau	19 227	8,0	20 041	8,0	20 583	7,8	21 258	7,7
Moçambique	4 864	2,0	4 916	2,0	4 955	1,9	5 074	1,8
S. Tomé e Príncipe	6 968	2,9	7 279	2,9	7 829	3,0	8 274	3,0
Outros	6 335	2,7	6 668	2,7	6 945	2,6	7 198	2,6
América Central e Sul	30 397	12,7	32 393	13,0	34 778	13,2	37 617	13,6
América do Norte	10 138	4,2	10 116	4,0	10 114	3,8	10 108	3,7
Ásia	10 938	4,6	11 565	4,6	12 331	4,7	12 847	4,7
Outros	828	0,3	843	0,3	836	0,3	840	0,3

(1) Dados rectificadados em Setembro de 2006; (2) Dados provisórios rectificadados em Setembro de 2006; (3) Dados provisórios em Setembro de 2006; Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

219 População estrangeira com estatuto legal de residente em Portugal (2002 a 2005)
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 24. - <http://www.ine.pt>



220 Taxa de variação da população estrangeira com estatuto legal de residente em Portugal
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 24. - <http://www.ine.pt>

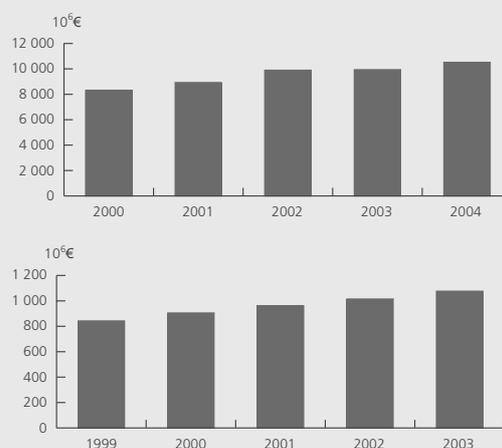
	Unid.	1999	2000	2001	2002	2003(1)	2004(2)
Despesas das administrações públicas em educação	10 ⁶ €	-	8 235	8 954	9 837	9 881	10 484
Per capita	10 ³ €	-	805,3	869,9	948,7	946,3	998,2
Em percentagem do PIB		-	6,7	6,9	7,3	7,2	7,3

(1) Dados provisórios
(2) Dados preliminares
Fonte: INE - Contas Nacionais - base 2000; Estimativas da População Residente

	Unid.	1999	2000	2001	2002	2003(1)
Total	10 ⁶ €	849	*922	*973	*1 034	*1 095
Per capita	€	83,5	*90,2	*94,5	*99,7	*104,9

(1) Dados das Contas Anuais Provisórias
Fonte: INE - Contas Nacionais - base 2000

221 Despesa pública em educação, per capita e em percentagem do PIB (a preços correntes)
222 Despesa de consumo final das famílias em educação (a preços correntes)
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 40. - <http://www.ine.pt>



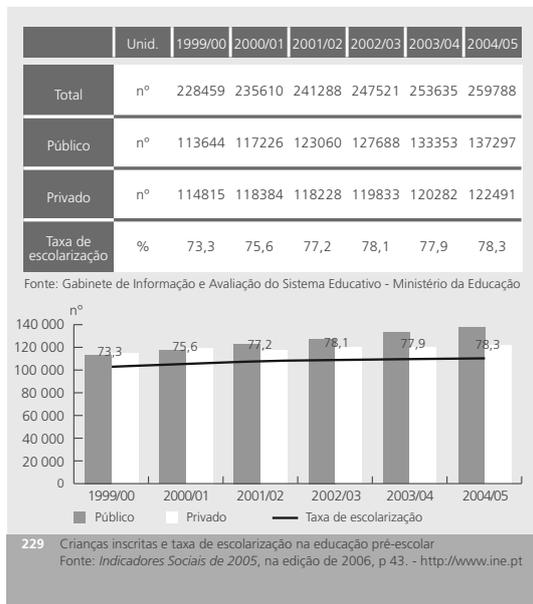
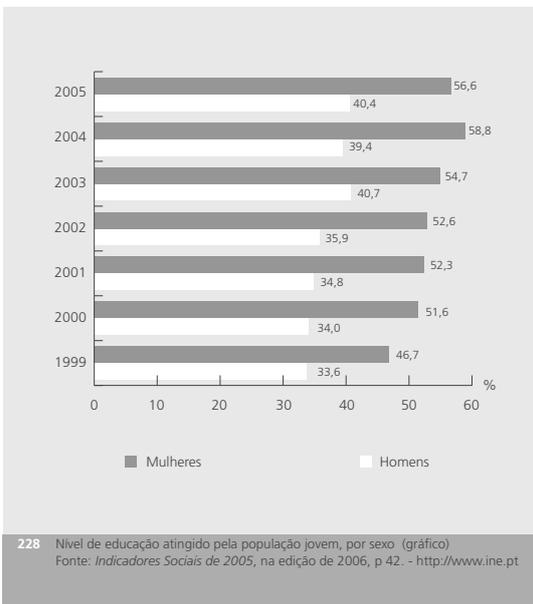
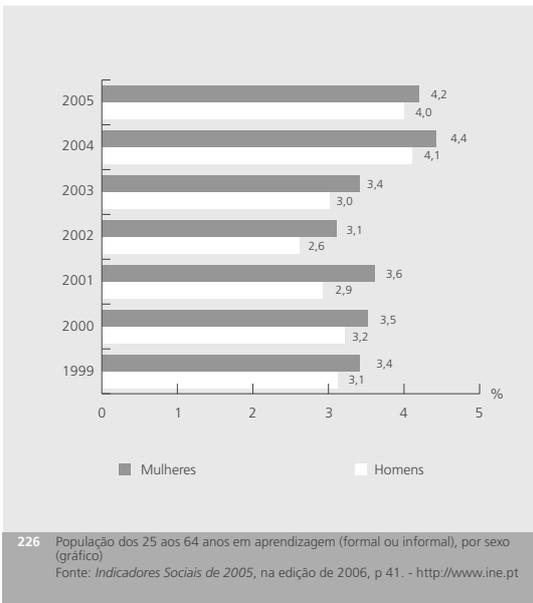
223 Despesa das administrações públicas em educação - base 2000
224 Consumo final das famílias em educação - base 2000
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 40. - <http://www.ine.pt>

	1999	2000	2001	2002	2003	2004(1)	2005
Total	3,3	3,4	3,3	2,9	3,2	4,3	4,1
Homens	3,1	3,2	2,9	2,6	3,0	4,1	4,0
Mulheres	3,4	3,5	3,6	3,1	3,4	4,4	4,2

(1) Em 2004, o capítulo "Educação/Formação" do inquérito ao emprego foi reformulado, passando a estar subdividido em duas áreas distintas:
- aprendizagem formal (abrange todas as actividades de aprendizagem no âmbito do sistema de educação e formação do Ministério da Educação e dos sistemas de formação com certificação reconhecida pelo Ministério da Educação e com equivalência aos graus do sistema educativo).
- aprendizagem informal (diz respeito às actividades de aprendizagem, como sejam a participação em cursos, acções de formação profissional, cursos por correspondência, seminários, conferências, etc., que não conferem equivalência a níveis no âmbito do sistema de educação e formação).
Dado o seu âmbito mais alargado, os valores apurados para 2004 não são directamente comparáveis com os dos anos anteriores, em que apenas eram considerados os indivíduos que estavam a estudar no âmbito do sistema de ensino ou formação profissional.

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

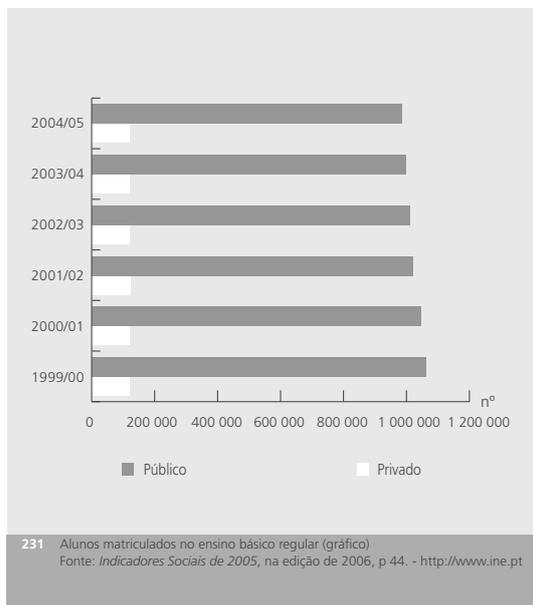
225 População dos 25 aos 64 anos em aprendizagem (formal ou informal), por sexo (tabela)
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 41. - <http://www.ine.pt>



Ensino Básico Regular	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
Total	521 083	519 036	505 890	494 749	491 779	491 004
1º Ciclo						
Público	470 997	466 785	453 920	444 961	442 588	441 286
Privado	50 086	52 251	51 970	49 788	49 191	49 718
2º Ciclo						
Total	268 321	262 929	264 539	268 078	265 989	260 353
Público	240 318	235 003	235 507	237 540	235 923	231 021
Privado	28 003	27 926	29 032	30 538	30 066	29 332
3º Ciclo						
Total	389 357	384 711	372 284	366 377	359 319	353 702
Público	350 255	344 767	332 165	324 439	317 697	312 395
Privado	39 102	39 944	40 119	41 938	41 622	41 307
Total	1 178 761	1 166 676	1 142 713	1 129 204	1 117 087	1 105 059
Público	1 061 570	1 046 555	1 021 592	1 006 940	996 208	984 702
Privado	117 191	120 121	121 121	122 264	120 879	120 357

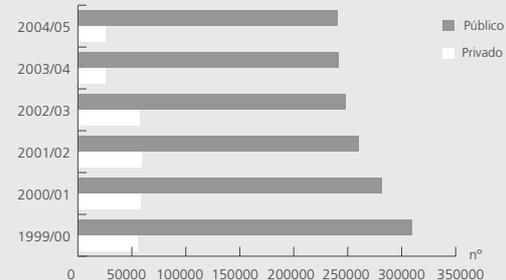
Fonte: Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo - Ministério da Educação

230 Alunos matriculados no ensino básico regular (tabela)
 Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 44. - <http://www.ine.pt>



	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
Público	309204	281570	259640	248213	240901	240633
Privado	54526	57521	58086	56944	24291	24512
Total	363730	339091	317726	305157	265192	265145

Fonte: Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo - Ministério da Educação

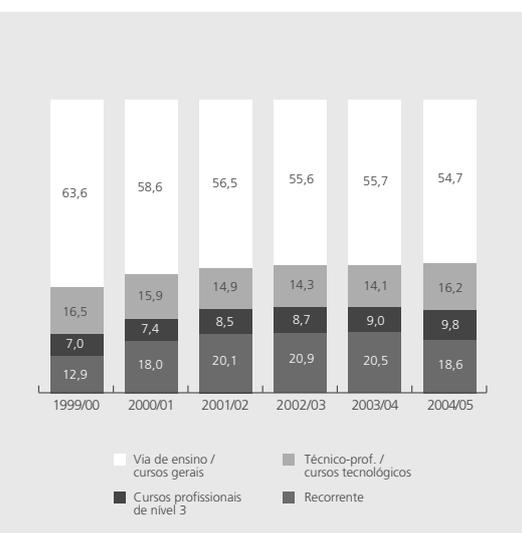


232 Alunos matriculados no ensino secundário regular
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 45. - <http://www.ine.pt>

	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
Via de ensino / cursos gerais (1)	265 601	242 452	224 641	214 242	212 297	206 280
Técnico-prof. / cursos tecnológicos (2)	69 029	65971	59 286	54 975	53 831	61 049
Cursos profissionais de nível 3	29 100	30 668	33 799	33 587	34 399	36 765
CEF (3)	-	-	-	2 353	2 877	2 832
Recorrente	53 975	74 657	79 806	80 432	78 178	69 970
Total	417 705	413 748	397 532	385 589	382 212	376 896

(1) Inclui os cursos complementares do 10º e 11º anos, os cursos da via de ensino do 12º ano e os cursos científico-humanísticos (a partir de 2004/05)
(2) Inclui os cursos técnico-profissionais e profissionais, os cursos da via profissionalizante do 12º ano e os cursos tecnológicos (a partir de 2004/05)
(3) Cursos de educação e formação
Fonte: Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo - Ministério da Educação

233 Alunos matriculados, por modalidade de ensino (tabela)
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 46. - <http://www.ine.pt>

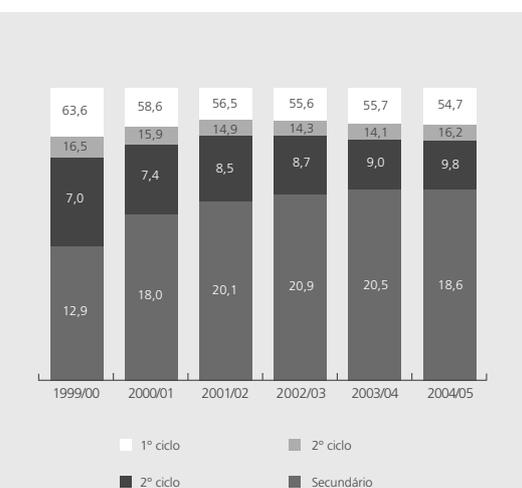


234 Alunos matriculados, por modalidade de ensino (gráfico) - %
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 46. - <http://www.ine.pt>

Ensino Recorrente	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
1º ciclo	18 860	16 544	14 321	13 723	13 980	13 038
2º ciclo	8 208	8 864	6 286	6 091	6 877	6 377
3º ciclo	35 007	31 067	29 611	25 394	20 659	17 801
Secundário	53 975	74 657	79 806	80 432	78 178	69 970
Total	116 050	131 132	130 024	125 640	119 694	107 186

Fonte: Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo - Ministério da Educação

235 Alunos matriculados, no ensino recorrente, por nível de ensino (tabela)
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 47. - <http://www.ine.pt>

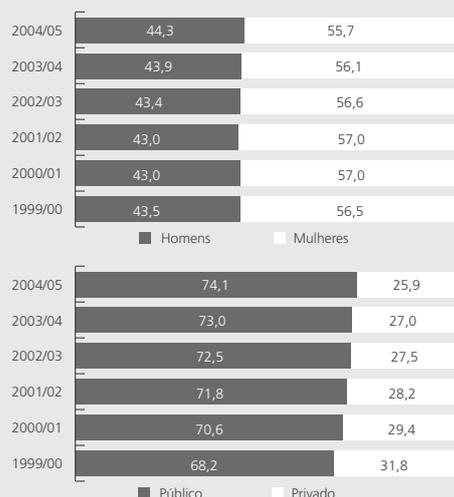


236 Alunos matriculados, no ensino recorrente, por nível de ensino (gráfico) - %
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 47. - <http://www.ine.pt>

Ensino Superior	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
Homens	18 860	16 544	14 321	13 723	13 980	13 038
Mulheres	8 208	8 864	6 286	6 091	6 877	6 377
Total	35 007	31 067	29 611	25 394	20 659	17 801
Público	18 860	16 544	14 321	13 723	13 980	13 038
Privado	8 208	8 864	6 286	6 091	6 877	6 377

Fonte: Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo - Ministério da Educação até 2002/2003. A partir de 2003/2004 os dados têm como fonte o Observatório da Ciência e do Ensino Superior - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

237 Alunos matriculados no ensino superior, por sexo e sistema de ensino (tabela)
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 48. - <http://www.ine.pt>

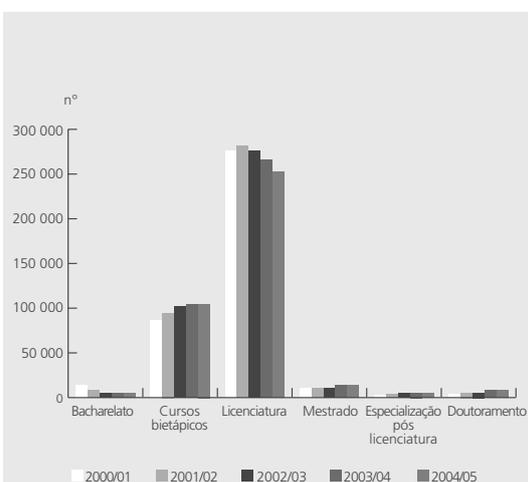


238 Alunos matriculados no ensino superior, por sexo e sistema de ensino (gráfico) - %
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p. 48. - <http://www.ine.pt>

	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
CET (1)	-	-	-	-	-	294
Bacharelato	18 713	11 606	7 109	5 466	5 097	4 888
Cursos bietápicos	73 820	85 340	94 164	101 020	103 872	102 149
Licenciatura	265 326	275 625	279 569	275 349	264 891	251 981
CESE (2)	2 404	886	63	-	-	-
Mestrado	8 725	8 692	8 545	10 524	11 106	11 422
Especialização pós licenciatura	1 802	2 173	2 841	3 119	3 758	3 509
Doutoramento	2 955	3 381	4 310	5 353	6 339	6 988
Total	373 745	387 703	396 601	400 831	395 063	381 231

(1) CET - Cursos de especialização tecnológica. Estes cursos são de nível ISCED 4 (não superior)
(2) CESE - Cursos de estudos superiores especializados. Estes cursos foram extintos, não sendo admitidos novos alunos a partir do ano lectivo 1998/1999
Fonte: Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo - Ministério da Educação até 2002/2003. A partir de 2003/2004 os dados têm como fonte o Observatório da Ciência e do Ensino Superior - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

239 Alunos matriculados em estabelecimentos de ensino superior, por nível de ensino (tabela)
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p. 49. - <http://www.ine.pt>

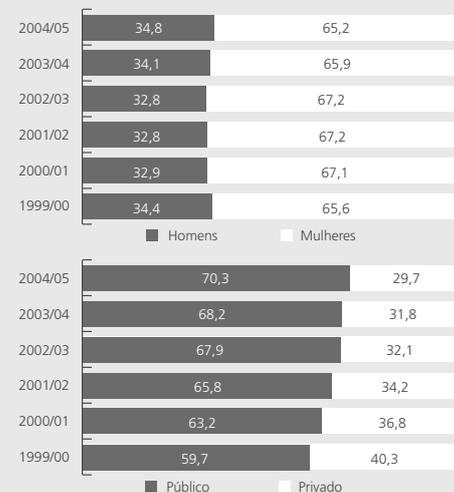


240 Alunos matriculados em estabelecimentos de ensino superior, por nível de ensino (gráfico)
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p. 49. - <http://www.ine.pt>

Diplomados Ensino Superior	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
Homens	18 658	20 092	21 051	22 491	23 448	24 355
Mulheres	35 597	41 048	43 047	46 020	45 220	45 668
Total	54 255	61 140	64 098	68 511	68 668	70 023
Público	32 401	38 617	42 200	46 499	46 854	49 220
Privado	21 854	22 523	21 898	22 012	21 814	20 803

Fonte: Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo - Ministério da Educação até 2002/2003. A partir de 2003/2004 os dados têm como fonte o Observatório da Ciência e do Ensino Superior - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

241 Diplomados no ensino superior, por sexo e sistema de ensino (tabela)
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p. 50. - <http://www.ine.pt>



242 Diplomados no ensino superior, por sexo e sistema de ensino (gráfico)
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p. 50. - <http://www.ine.pt>

Diplomados no Ensino Superior Público 2004/05	Total	Homens	Mulheres
Total	49 220	17 850	31 370
Formação de professores e ciências da educação	6 700	1 068	5 632
Artes	2 303	898	1 405
Letras	2 326	530	1 796
Ciências sociais e do comportamento	3 107	1 072	2 035
Jornalismo e informação	1 025	224	801
Comércio e administração	6 994	2 417	4 577
Direito	1 260	374	886
Ciências da vida	1 202	371	831
Ciências físicas	1 282	527	755
Matemática e estatística	610	222	388
Computação	761	476	285
Engenharia e técnicas afins	5 315	4 088	1 227
Indústria de transformação e tratamento	851	277	574
Arquitectura e construção	2 531	1 606	925
Agricultura, silvicultura e pescas	1 136	474	662
Veterinária	216	77	139
Saúde	7 574	1 671	5 903
Serviços sociais	649	64	585
Serviços pessoais	1 916	810	1 106
Serviços de transportes	92	62	30
Protecção do ambiente	1 019	287	732
Serviços de segurança	351	255	96

Fonte: Observatório da Ciência e do Ensino Superior - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

243 Diplomados no ensino superior público, por sexo e ramo de ensino, 2004/05
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p. 51. - <http://www.ine.pt>

Diplomados no Ensino Superior Privado 2004/05	Total	Homens	Mulheres
Total	20 803	6 505	14 298
Formação de professores e ciências da educação	3 546	480	3 066
Artes	1 066	415	651
Letras	449	213	236
Ciências sociais e do comportamento	2 134	556	1 578
Jornalismo e informação	650	199	451
Comércio e administração	3 368	1 474	1 894
Direito	1 082	444	638
Ciências da vida	139	39	100
Ciências físicas	11	2	9
Matemática e estatística	182	41	141
Computação	506	380	126
Engenharia e técnicas afins	338	231	107
Indústria de transformação e tratamento	86	23	63
Arquitectura e construção	900	497	403
Agricultura, silvicultura e pescas	7	3	4
Veterinária	-	-	-
Saúde	3 967	922	3 045
Serviços sociais	1 338	100	1 238
Serviços pessoais	840	392	448
Serviços de transportes	-	-	-
Protecção do ambiente	157	69	88
Serviços de segurança	37	25	12

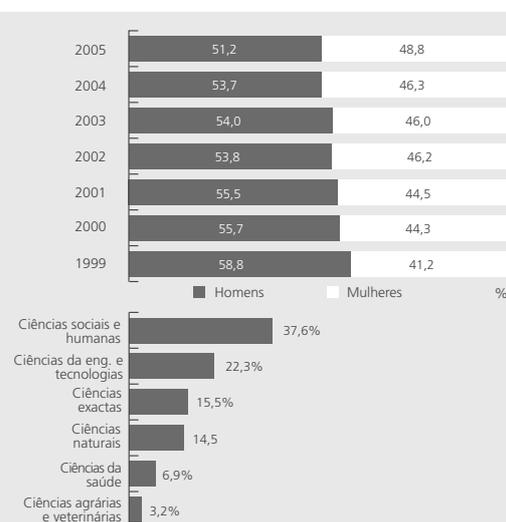
Fonte: Observatório da Ciência e do Ensino Superior - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

244 Diplomados no ensino superior privado, por sexo e ramo de ensino, 2004/05
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 51. - <http://www.ine.pt>

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
	Unidade: nº						
Total	*772	*860	*906	*984	*1 025	1 080	1 177
Homens	*454	*479	*503	*529	*553	580	603
Mulheres	318	*381	403	*455	*472	500	574
Por área científica							
Ciências exactas	101	139	*128	*148	*164	144	182
Ciências naturais	*87	119	*149	*128	*151	130	171
Ciências da eng. e tecnologias	185	*153	*173	225	*219	272	263
Ciências da saúde	89	*84	85	*78	67	76	81
Ciências agrárias e veterinárias	*39	34	*20	55	*39	41	38
Ciências sociais e humanas	271	*331	*351	*350	*385	417	442

Fonte: Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo - Ministério da Educação até 2002/2003. A partir de 2003/2004 os dados têm como fonte o Observatório da Ciência e do Ensino Superior - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

245 Doutoramentos realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas, por sexo e área científica (tabela)
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 52. - <http://www.ine.pt>

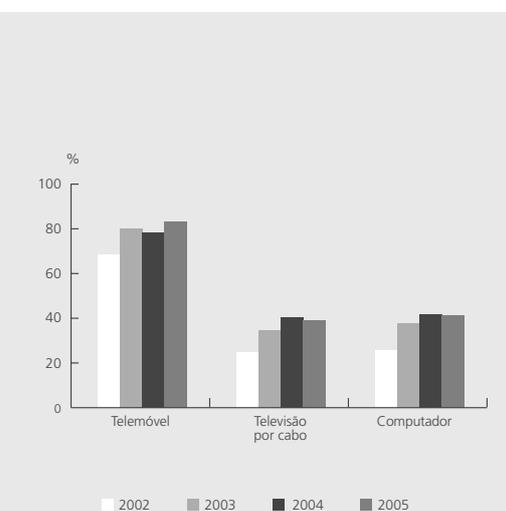


246 Doutoramentos realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas, por sexo e área científica (gráfico)
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 52. - <http://www.ine.pt>

	2002	2003	2004	2005
	Unidade: %			
Telemóvel	69,3	80,1	79,0	82,6
Telemóvel com ligação à Internet	5,9	12,2	8,4	15,2
Telemóvel sem ligação à Internet	65,5	75,8	76,8	79,0
Telefone fixo	-	-	75,1	73,9
Televisão (aparelho)	-	98,8	99,4	99,5
Televisão por satélite (parabólica)	5,9	11,3	11,7	10,3
Televisão por cabo	24,6	35,4	37,2	39,5
Televisão com antena (convencional)	75,0	72,4	72,0	67,5
Consola de jogos	-	-	13,9	18,5
Computador	26,8	38,3	41,3	42,5

Nota: Universo constituído pelos agregados domésticos residentes em alojamentos não colectivos, no território nacional, com pelo menos um indivíduo com idade entre os 16 e os 74 anos. Procedeu-se a uma reponderação dos dados de 2002. As estimativas têm como base, à semelhança dos anos seguintes, os resultados definitivos dos Censos 2001 e a nova geografia das NUTS II. Fonte: INE - Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias, 2002, 2003, 2004 e 2005

247 Tecnologias da Informação e da Comunicação nos agregados domésticos
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 83. - <http://www.ine.pt>



248 Tecnologias da Informação e da Comunicação nos agregados domésticos
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 84. - <http://www.ine.pt>

	2002		2003		2004		2005	
	Comput.	Internet	Comput.	Internet	Comput.	Internet	Comput.	Internet
	Unidade: %							
Portugal	26,8	15,1	38,3	21,7	41,3	26,2	42,5	31,5
Continente	27,0	15,2	38,5	21,7	41,5	26,1	42,5	31,4
Norte	24,1	12,1	35,4	19,0	36,9	21,5	39,6	28,1
Centro	24,3	12,5	35,5	19,4	38,6	26,1	41,4	30,4
Lisboa	34,8	21,6	46,6	28,7	50,2	33,4	48,6	37,4
Alentejo	21,2	12,4	32,2	16,1	37,3	20,8	34,9	25,7
Algarve	22,4	15,9	36,8	19,8	41,6	23,3	44,1	32,5
R. A. Açores	23,6	17,5	31,5	22,3	35,8	31,3	41,0	37,4
R. A. Madeira	17,2	8,7	32,9	18,3	38,2	22,5	41,6	28,5

Nota: Universo constituído pelos agregados domésticos residentes em alojamentos não colectivos, no território nacional, com pelo menos um indivíduo de idade dos 16 aos 74 anos. Procedeu-se a uma reponderação dos dados de 2002. As estimativas têm como base, à semelhança dos anos seguintes, os resultados definitivos dos Censos 2001 e a nova geografia das NUTS II.

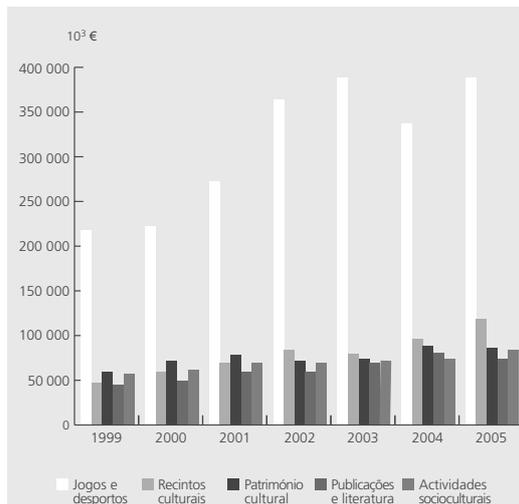
Fonte: INE - Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias, 2002, 2003, 2004 e 2005

249 Posse de computador e ligação à Internet dos agregados domésticos, por região (NUTS II)
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 84. - <http://www.ine.pt>

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Unidade: 10 ³ €							
Total	517 644	559 911	672 344	768 090	783 888	795 736	913 810
Património Cultural	57 366	69 101	75 847	69 078	71 291	87 196	83 436
Publicações e Literatura	42 309	45 898	56 170	56 731	66 440	79 448	72 365
Música	24 070	28 196	33 965	28 912	29 879	34 727	43 759
Artes Cénicas	8 482	9 489	11 141	10 833	10 017	12 818	17 129
Artes Plásticas	6 211	6 127	7 583	7 716	7 916	11 295	9 734
Cinema e Fotografia	6 299	4 079	4 172	3 995	4 021	4 808	4 769
Rádiodifusão	1 071	918	997	699	1 365	892	906
Actividades Socioculturais	53 249	58 934	66 704	65 212	68 860	70 958	80 663
Recintos Culturais	43 757	56 953	67 204	81 485	75 216	93 037	114 576
Jogos e Desportos	215 717	220 033	270 229	361 484	388 004	334 259	387 104
Outras Despesas com a Cultura	59 114	60 183	78 330	81 947	60 879	66 297	99 369

Fonte: INE - Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

250 Despesas das câmaras municipais em cultura, por domínio (tabela)
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 169. - <http://www.ine.pt>



251 Despesas das câmaras municipais em cultura, por domínio (gráfico)
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 169. - <http://www.ine.pt>

	Unid.	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
JORNAIS								
Títulos	nº	794	763	755	800	753	803	769
diários	nº	-	-	-	-	33	30	31
não diários	nº	-	-	-	-	720	773	738
Total de edições	nº	28 696	27 720	26 959	26 815	26 979	28 194	26 757
Tiragem total	10 ³	545 092	511 725	509 461	489 367	587 687	630 454	642 229
Circulação total	10 ³	-	-	-	-	463 987	499 230	503 254
Circulação média p/ edição	10 ³	-	-	-	-	6 544	6 741	7 034
OUTRAS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS								
Títulos	nº	385	358	348	440	407	407	394
Total de edições	nº	3 586	3 267	3 216	3 501	3 027	3 018	2 911
Tiragem total	10 ³	22 088	12 731	15 449	17 556	15 221	15 364	15 367
Circulação total	10 ³	-	-	-	-	14 561	14 731	14 689
Circulação média p/ edição	10 ³	-	-	-	-	3 093	2 427	2 538

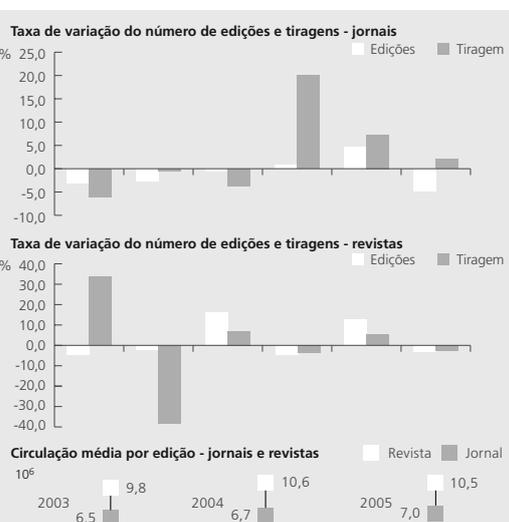
Fonte: INE - Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

252 Publicações periódicas - títulos, edições, tiragens e circulação, por tipo de publicação (tabela)
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 170. - <http://www.ine.pt>

	Unid.	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
REVISTAS								
Títulos	nº	680	642	639	867	769	854	889
semanais	nº	-	-	-	-	24	28	26
quinzenais	nº	-	-	-	-	5	8	7
mensais	nº	-	-	-	-	210	251	251
bimestrais	nº	-	-	-	-	122	123	138
trimestrais	nº	-	-	-	-	195	182	194
outros	nº	-	-	-	-	213	262	273
Total de edições	nº	5 226	5 026	4 954	5 738	5 495	6 210	6 067
Tiragem total	10 ³	219 376	293 761	183 252	196 073	190 916	200 832	195 995
Circulação total	10 ³	-	-	-	-	142 131	149 845	148 974
Circulação média p/ edição	10 ³	-	-	-	-	9 844	10 563	10 516

Fonte: INE - Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

253 Publicações periódicas - títulos, edições, tiragens e circulação, por tipo de publicação (tabela) (continuação)
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 170. - <http://www.ine.pt>



254 Publicações periódicas - títulos, edições, tiragens e circulação, por tipo de publicação (gráfico)
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 171. - <http://www.ine.pt>

	Unid.	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Sessões de espectáculos públicos	nº	419 434	428 711	463 397	519 605	585 032	677 192	743 008
Espectadores	10 ³	18 342	20 824	23 304	23 744	23 361	23 036	26 203
Média de espectadores por sessão		44	49	50	46	40	34	35
Cinema								
Sessões	nº	414 864	419 695	450 201	504 667	569 889	659 066	718 537
Espectadores	10 ³	17 026	17 915	19 469	19 480	18 723	18 800	17 165
Média de espectadores por sessão		41	43	43	39	33	29	24
Teatro								
Sessões	nº	2 972	4 794	7 203	8 422	9 138	11 233	11 804
Espectadores	10 ³	407	615	970	1 267	1 281	1 706	1 746
Média de espectadores por sessão		137	128	135	150	140	152	148

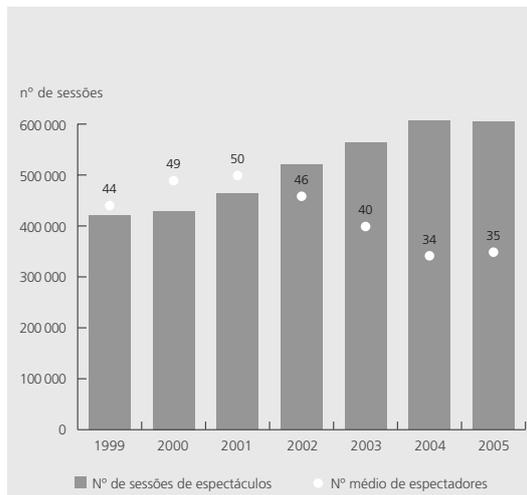
Fonte: INE - Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

255 Espectáculos públicos - sessões e espectadores, por tipo de espectáculo (tabela)
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 172. - <http://www.ine.pt>

	Unid.	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Música e dança								
Sessões	nº	703	1 755	3 020	3 032	3 234	6 736	6 826
Espectadores	10 ³	324	804	1 230	1 305	1 479	2 441	4 137
Média de espectadores por sessão		461	458	407	430	457	362	606
Ópera								
Sessões	nº	42	102	114	111	105	157	105
Espectadores	10 ³	32	91	135	103	67	89	75
Média de espectadores por sessão		762	892	1 184	928	638	567	714
Outros								
Sessões	nº	1 033	1 965	2 859	3 373	2 666	5 245	736
Espectadores	10 ³	553	1 399	4 500	1 589	1 811	2 738	3 080
Média de espectadores por sessão		535	712	1 574	471	679	522	537

Fonte: INE - Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

256 Espectáculos públicos - sessões e espectadores, por tipo de espectáculo (tabela) (continuação)
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 172. - <http://www.ine.pt>



257 Espectáculos públicos - evolução do número de sessões e do número médio de espectadores (gráfico)
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 173. - <http://www.ine.pt>

	2002		2003		2004		2005	
	Visitantes Total	Museus nº						
Total	9 162 811	246	8 921 901	260	8 979 972	258	9 724 876	285
Museus de arte	1 089 185	49	1 211 426	54	1 455 180	54	1 490 217	57
Museus de arqueologia	401 169	15	476 599	18	430 568	20	374 419	19
Museus de ciências naturais e de história natural	172 904	14	311 783	14	154 644	12	158 183	13
Museus de ciências e de técnica	347 478	11	341 908	9	384 135	12	332 210	15
Museus de etnografia e de antropologia	170 553	33	192 198	34	204 608	33	226 187	37

Fonte: INE - Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

258 Museus - visitantes e número, por tipologia (tabela)
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 174. - <http://www.ine.pt>

	2002		2003		2004		2005	
	Visitantes Total	Museus nº						
Museus especializados	728 603	25	703 914	27	675 856	25	760 564	27
Museus de história	248 014	17	269 756	19	258 724	18	371 207	27
Museus mistos e pluridisciplinares	620 283	49	555 648	50	474 322	51	465 040	50
Museus de território	103 332	7	128 168	7	126 172	7	185 353	7
Monumentos musealizados	2 592 240	14	2 421 386	14	2 307 604	12	2 661 322	14
Jardins zoológicos, botânicos e aquários	2 687 550	11	2 237 754	12	2 420 593	11	2 617 238	16
Outros museus	1 500	1	71 361	2	87 566	3	82 936	3

Fonte: INE - Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

259 Museus - visitantes e número, por tipologia (tabela) (continuação)
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 174. - <http://www.ine.pt>



260 Museus - visitantes, por tipologia (gráfico)
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 175. - <http://www.ine.pt>



261 Museus - número, por tipologia (gráfico)
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 175. - <http://www.ine.pt>

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Unidade: %							
Norte	18,8	18,6	16,5	17,4	17,2	15,8	15,7
Centro	23,9	25,1	26,6	26,7	25,0	25,3	26,4
Lisboa	11,1	12,0	12,9	11,9	11,2	12,0	11,9
Alentejo	8,1	5,9	9,2	7,8	8,2	10,2	12,6
Algarve	31,8	32,6	30,0	31,1	33,7	30,5	28,6
R. A. Açores	2,4	3,3	2,6	3,3	2,1	3,4	2,3
R. A. Madeira	3,8	2,6	2,2	1,9	2,4	2,8	2,5

Fonte: INE - Inquérito à procura turística dos residentes

262 Repartição das dormidas por motivo de lazer, recreio e férias, por região (NUTS II)
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 182. - <http://www.ine.pt>

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Unidade: n°							
Estabelecimentos hoteleiros	8 616,5	8 217,9	8 233,5	8 587,0	6 277,3	9 922,2	8 386,6
Outros estabelecimentos de alojamento							
colectivo e alojamento especializado	2 903,8	2 572,7	2 861,6	4 152,8	1 877,6	2 562,1	3 716,1
Alojamento turístico privado	26 877,6	25 404,9	29 839,0	29 871,7	27 327,4	30 042,8	26 076,6

Nota: A categoria "Outros estabelecimentos de alojamento colectivo e alojamento especializado" inclui parques de campismo, colónias de férias, estabelecimentos de saúde, campos de trabalho e de férias, centros de conferências e alojamento em meios de transporte colectivo.

Fonte: INE - Inquérito à Procura Turística dos Residentes

263 Dormidas por motivo de lazer, recreio e férias, por meio de alojamento utilizado
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 182. - <http://www.ine.pt>

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Unidade: %							
Por sexo							
Homens	35,8	36,4	37,0	35,2	31,2	32,6	29,4
Mulheres	36,1	34,3	37,5	36,1	30,5	32,4	32,2
Por grupo etário							
15-24 anos	50,0	48,8	53,4	49,6	41,1	36,6	37,5
25-44 anos	43,0	41,5	44,1	42,9	35,5	43,0	38,0
45-64 anos	30,1	31,5	30,8	29,6	29,5	29,1	29,4
65 e mais anos	16,4	15,2	18,0	18,9	15,1	15,1	15,3

Fonte: INE - Inquérito à procura turística dos residentes

264 População com 15 e mais anos que viajou por motivo de lazer, recreio e férias, por sexo e escalão etário
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 183. - <http://www.ine.pt>

	Unid.	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Total	10 ³	658,0	707,2	673,8	755,9	648,3	974,7	965,4
União Europeia	10 ³	497,5	575,5	513,1	534,9	522,8	735,0	689,3
Zona Euro	10 ³	462,5	535,5	490,3	522,5	495,8	634,3	641,8
Fora da União Europeia	10 ³	160,5	131,7	160,7	221,0	125,5	239,8	276,1
Principais destinos:								
Alemanha	%	3,8	0,8	1,2	0,6	3,0	1,0	2,5
Espanha	%	53,3	59,7	55,9	55,0	73,0	51,8	48,5
França	%	8,2	6,3	11,4	7,6	14,0	6,8	8,5
Reino Unido	%	4,6	5,2	2,2	1,6	4,0	7,8	3,9

Fonte: INE - Inquérito à procura turística dos residentes

265 Viagens de lazer, recreio e férias, por principais destinos no estrangeiro
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 183. - <http://www.ine.pt>

	Lazer, recreio e férias (pelo menos 1 noite)			Lazer, recreio e férias (quatro e mais noites)		
	Total	Portugal	Estrangeiro	Total	Portugal	Estrangeiro
Unidade: 10 ³						
Total	6 849,9	5 884,5	965,4	2 944,2	2 243,9	700,3
Janeiro	360,6	323,6	37,0	70,7	45,0	25,7
Fevereiro	463,5	395,8	67,7	149,1	104,1	44,9
Março	664,7	533,4	131,3	291,3	179,5	111,8
Abril	411,2	369,1	42,1	68,2	45,9	22,3
Maió	455,3	402,1	53,2	148,4	113,7	34,7
Junho	588,3	504,0	84,3	184,2	143,0	41,2
Julho	841,0	726,3	114,7	496,7	409,0	87,7
Agosto	1 437,5	1 232,6	204,9	1 045,7	859,3	186,4
Setembro	577,5	479,7	97,8	231,8	165,6	66,2
Outubro	342,9	282,4	60,5	100,3	57,8	42,5
Novembro	197,6	177,4	20,1	31,7	25,5	6,2
Dezembro	509,7	458,0	51,7	126,2	95,4	30,7

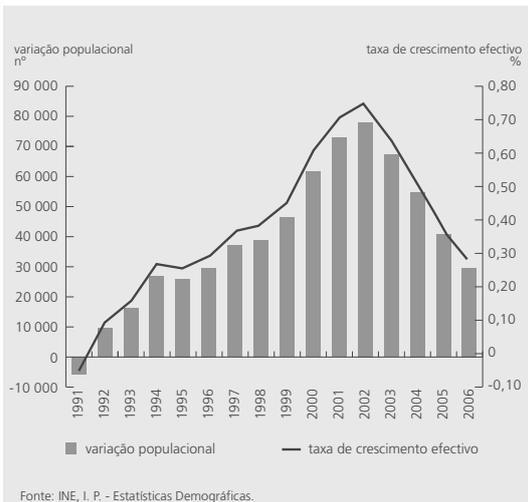
Fonte: INE - Inquérito à procura turística dos residentes

266 Viagens por motivo de lazer, recreio e férias, por mês de partida, segundo a duração
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 184. - <http://www.ine.pt>

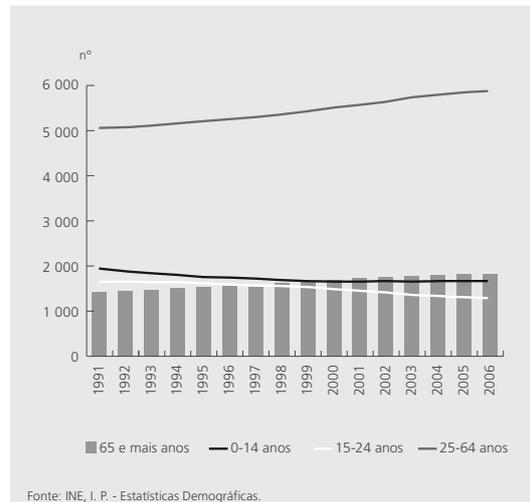
	2001	2002	2003	2004	2005
Unidade: €					
pelo menos uma noite	194,03	227,84	210,66	232,54	214,28
Portugal	140,66	165,48	153,82	158,83	134,00
Estrangeiro	641,95	687,25	658,89	697,28	703,60
quatro e mais noites	331,70	367,65	361,95	425,14	404,83
Portugal	239,92	271,30	261,10	297,58	253,92
Estrangeiro	802,07	794,05	869,18	835,44	888,38

Fonte: INE - Inquérito à procura turística dos residentes

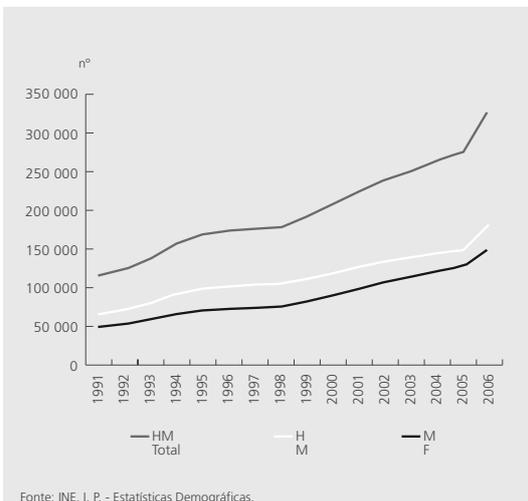
267 Lazer, recreio e férias - despesa média por viagem, segundo o motivo, por destino
Fonte: *Indicadores Sociais de 2005*, na edição de 2006, p 184. - <http://www.ine.pt>



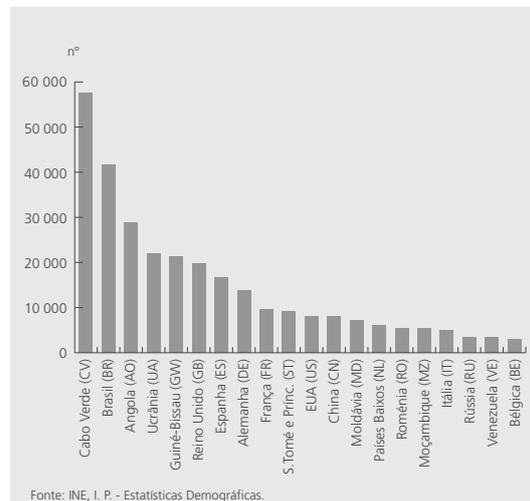
268 Evolução da variação populacional e da taxa de crescimento efectivo (1991 – 2006)
 Fonte: *Anuário Estatístico de 2006*, na edição de 2007, p. 70. - <http://www.ine.pt>



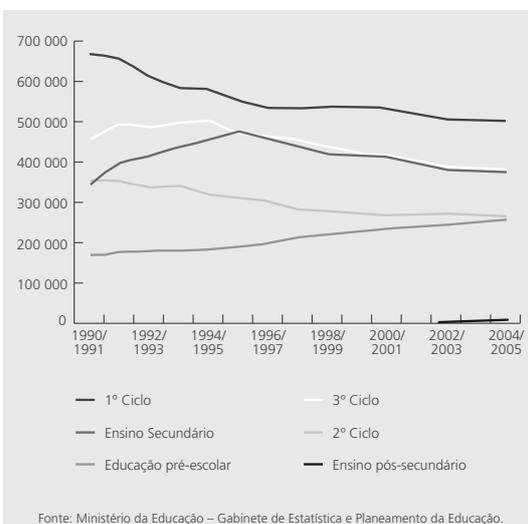
269 Evolução da população residente, por grupos etários (1991 – 2006)
 Fonte: *Anuário Estatístico de 2006*, na edição de 2007, p. 71. - <http://www.ine.pt>



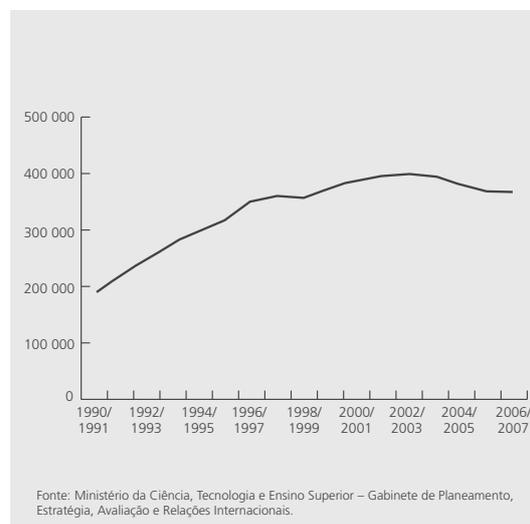
270 Evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente (1991 – 2006)
 Fonte: *Anuário Estatístico de 2006*, na edição de 2007, p. 73. - <http://www.ine.pt>



271 População estrangeira com estatuto legal de residente (principais nacionalidades - 2006)
 Fonte: *Anuário Estatístico de 2006*, na edição de 2007, p. 73. - <http://www.ine.pt>



272 Alunos matriculados por nível de ensino (ensino não-superior)
 Fonte: *Anuário Estatístico de 2006*, na edição de 2007, p. 86. - <http://www.ine.pt>

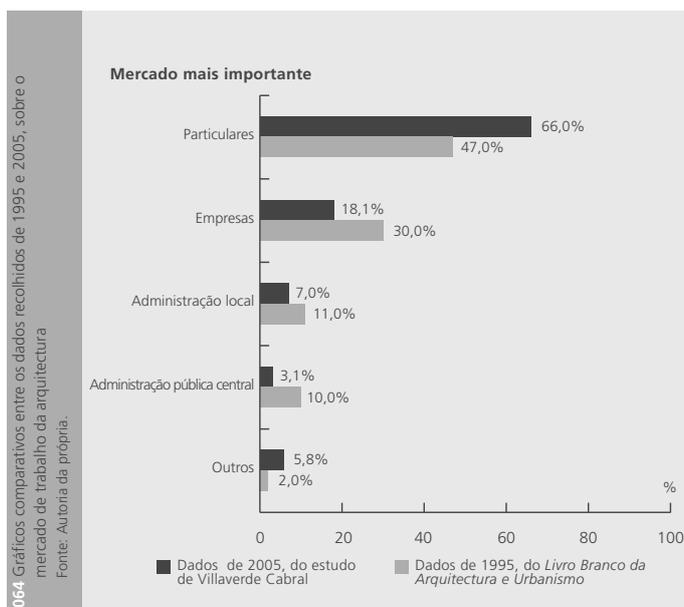


273 Alunos matriculados no ensino superior
 Fonte: *Anuário Estatístico de 2006*, na edição de 2007, p. 88. - <http://www.ine.pt>



3.3.3. PORQUE É QUE, POR VEZES, A ARQUITECTURA AINDA É AUSENTE DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO?

Chegados a este ponto, já provámos que a arquitectura é uma efectiva necessidade básica, que visa sempre suprir as necessidades da sociedade no momento e no lugar a que é solicitada a fazê-lo, que faz parte dos “actos próprios” do arquitecto a organização do espaço, que só ele lhe pode responder com a qualidade exigível e que o diálogo existe e que continua a crescer. Resta-nos colocar a questão crucial: porque é que a arquitectura ainda é, por vezes, ausente da organização do espaço?



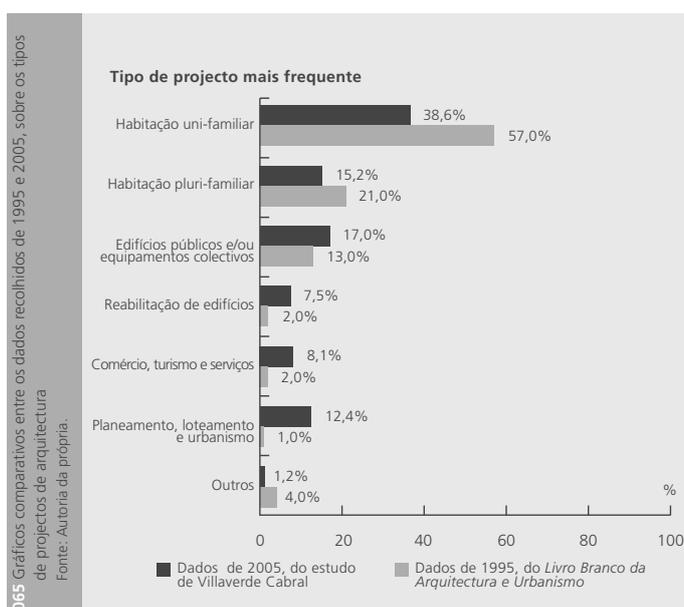
Em capítulo anterior, já demonstrámos, através de dados estatísticos muito precisos, que essa situação é verdadeira. O *Livro branco da arquitectura* (1) traduz muito concretamente esta situação. Como já vimos, no ano de publicação do referido livro (1995), dos loteamentos feitos pelas Câmaras Municipais apenas 13,2% foram da autoria de arquitectos e dos projectos de licenciamento para construção que deram entrada nas Câmaras Municipais, apenas 9,7% foram subscritos por estes profissionais. Vimos também, que o número de obras feitas por arquitectos de iniciativa municipal nos últimos cinco anos foi de cerca de 3 milhares, sendo que apenas 24,4% foram

encaminhadas a arquitectos que não trabalham nessas mesmas Câmaras.

Dentro deste universo, que em 1995 era ainda muito escasso, de 9,7% dos edifícios licenciados serem da autoria de arquitectos, o tipo de cliente mais importante é o particular, que em 1995 representava 47,0% dos clientes dos arquitectos e em 2005, de acordo com o estudo de Villaverde Cabral (2), já analisado, representa 66,0%. Este acréscimo no resultado demonstra uma subida da procura dos arquitectos

por parte dos privados e, assim, uma evolução de mentalidades em relação à sua necessidade.

Esta evolução é também sentida quando analisados os tipos de edifícios projectados por arquitectos. De acordo com os dados do *Livro branco da arquitectura*, a habitação individual privada representava 57,0% da área de concepção de projectos e estudos, a habitação colectiva privada representava 21,0% e os edifícios públicos de equipamentos detinham 13,0% do total. Já de acordo com os dados mais recentes do estudo de Villaverde Cabral, a área considerada mais relevante continua a ser a habitação unifamiliar, agora com



38,6% das respostas, enquanto que a habitação plurifamiliar detém 15,2%, o que significa que os arquitectos se ocupam hoje com outro tipo de edifícios e projectos. Os edifícios públicos de equipamentos representam 17,0% e outros projectos ganham relevância no mercado de trabalho do arquitecto.

A questão da encomenda

A questão da encomenda e do encomendador, que procura ou não um arquitecto para suprir um problema de organização do espaço, pode ter múltiplas respostas ou análises consoante o tipo de cliente ou de edifício.

O promotor individual do seu espaço de residência, pode ou não ter o discernimento ou a formação necessários para contratar o arquitecto por iniciativa própria, podendo necessitar de orientação nas suas escolhas. Apesar de representar um grupo residual, este trabalho, segundo o inquérito de Villaverde Cabral, corresponde, como vimos, à área mais importante de concepção de estudos e projectos do arquitecto.

Os equipamentos podem ser ou não da responsabilidade do arquitecto, dependendo da iniciativa do cliente. Os edifícios públicos do Estado recorrem à arquitectura por determinação superior, visto que os poderes local e central são obrigados a isso. As grandes empresas, por seu lado, podem inclusivamente recorrer ao arquitecto para demonstrar poder económico e pretender um edifício com uma imagem nova e apelativa que demonstre os valores por que se rege ou como manobra de publicidade.

Os promotores privados de habitação podem optar por se enquadrarem em posições distintas: a visão decorrente do modelo “pato-bravo”, condenado a curto prazo, que sofre de inúmeros vícios e que ainda não percebeu a mudança de paradigma; e os mais institucionalizados, que fazem estudos de mercado e que se encarregam de inúmeros programas e em vários sítios, desde a periferia aos centros urbanos, da habitação unifamiliar aos prédios, e que já encomendam a uma equipa multidisciplinar, que é composta necessariamente por arquitectos.

Razões que impedem a arquitectura de ser considerada uma prioridade

Variáveis já analisadas previamente como: a problemática dos custos, a falta de cultura arquitectónica e o desconhecimento da necessidade da arquitectura e da qualidade que esta confere ao espaço, impedem que se considere a arquitectura como uma prioridade para a sociedade em geral, ao construir uma habitação ou a procurar uma construída por outrem.

Desde logo, as pessoas desconhecem os critérios de qualidade e o nível que devem exigir de cada edifício e concretamente da sua habitação, recorrendo ao profissional apenas quando se tem um “problema” e frisando sempre a necessidade de limitar os custos do projecto e consequentemente da sua qualidade. Contudo, em muitas outras áreas, a sociedade é manifestamente capaz de exigir qualidade, sofisticação e actualização.

“Temos assistido nas últimas décadas ao crescimento acelerado dos níveis de crescimento dos portugueses relativamente às mais diversas coisas: Alimentação, roupas, automóveis, telemóveis, etc. Apesar disso essa exigência ainda não chegou ao património construído. É comum vermos modelos de automóveis parados em frente a casas que custam o mesmo preço. A exigência existe e sabe-se o que fazer para satisfazê-la. Mas fica à porta. Na construção, de qualquer dimensão e proveniência, o projecto ainda é considerado o lugar mais adequado para começar a economizar ou idealmente é dispensável. Sempre e só quando não se pode passar sem eles, procuram-se técnicos (arquitectos e engenheiros) que fazem projectos mais baratos, acreditando ingenuamente que se recebe o mesmo, desvalorizando desde logo o meio que decide a qualidade do enorme (esse sim) investimento global da obra, desvalorizando irremediavelmente o resultado final.”⁽³⁾

De facto, a arquitectura ainda não se afirmou como parte da cultura colectiva, da formação cultural da sociedade, o que dificulta, claramente, o seu entendimento, a sua procura pelos motivos correctos e, sobretudo, a sua necessidade.

“Em Portugal, a arquitectura tem sido maltratada pelas discussões geradas em torno do sensacionalismo ou da intriga, da originalidade ou do escândalo, tendo-se generalizado a sua apreciação superficial, como se de gosto simples se

tratasse – bonito ou feio –, transformando-se cada obra em objecto puramente formal, inanimado e sem vida. Por outro lado, as pessoas confrontam os arquitectos com a imagem de uma cidade com a qual não se identificam e onde, muitas vezes, apenas se sobrevive... o símbolo da beleza, da cultura, do prestígio da cidade onde está?”(4)

O status e o prestígio: as conotações erróneas da arquitectura

A arquitectura é vista, muitas vezes, como a arte das obras excepcionais, apenas para determinado tipo de edifícios ou clientes e não como produto do quotidiano.

“Admitimos como pertinente uma heterodoxia: as origens das principais debilidades e ambiguidades do estatuto profissional do Arquitecto, não estarão tanto na legislação, na regulação do mercado da encomenda, nas relações com o Estado, ou na cultura associativa, mas no facto da actividade profissional apenas se materializar em actos do domínio excepcional e, como tal, a sua interacção com o cidadão, não ser presente no quotidiano.”(5)

Assim, é conotada como elitista e de luxo, o que faz com que seja procurada pelas razões incorrectas. A busca do *status* e do prestígio e a ânsia de forma e de uma imagem própria e única, sobrepõem-se à procura da qualidade, da correcta resolução de um problema concreto e não estético, à necessidade do saber de um profissional e à sua capacidade de conformação a um programa e a um sítio.

“Não acredito que a arquitectura tenha comprovado junto da sociedade portuguesa a sua necessidade. As pessoas discutem essa necessidade, do arquitecto, mas o que vêem no arquitecto é a mais-valia estética; não o vêem também como saber técnico, não vêem que tem de conformar um programa, adequá-lo a um sítio, a uma orientação solar, saber otimizar o espaço; não vêem as possibilidades, chamemos-lhes técnicas, do arquitecto, vêem-no apenas como criador de algumas mais-valias de *design*, é muito abordado enquanto artista, o que me parece mal. Ao longo do processo de projecto, no caso dos clientes particulares, vão-se apercebendo que há outras mais-valias e que contas feitas, valeu a pena o arquitecto. Depois há a questão da imagem, a garantia de uma forma, que distingue aquela casa das outras. É uma sociedade de novos ricos, não é a sociedade portuguesa que sai do 25 de Abril, é a que sai dos quadros comunitários de apoio.[...]

O que acontece é que há uma procura do arquitecto por uma questão de prestígio, porque a casa feita pelo arquitecto dá *status*, distingue. Estamos a falar da encomenda privada, da habitação unifamiliar.”(6)

Dados que obstaculam a procura do arquitecto

Depois de apontadas as razões que erradamente subjazem à procura de um arquitecto pela sociedade de hoje, salientamos agora as razões que obstaculam a sua procura. Nuno Portas (7) assinala alguns desses motivos porque se faz um projecto sem arquitecto. Para além dos denominados “vícios de actuação” que afastam o arquitecto das pessoas, da realidade e das suas necessidades concretas, tais como o facto de ser “estritamente disciplinar”, do seu “desprezo pelo pragmatismo” e da sua “arrogância cultural”, os arquitectos, segundo Nuno Portas, continuam a ser vistos como “Profissionais só “do feito””, e, como tal, considerados desnecessários ou incapazes de suprir os problemas reais que as pessoas apresentam. O autor continua e aponta também este problema ao estigma, já antigo, de que o arquitecto é “utópico ou irrealista” e afirma com veemência de que se trata de uma situação verídica quando “nos revelamos incapazes ou relutantes em adaptar os objectivos aos dados reais e sobretudo, aos meios disponíveis”. Por fim, menciona também a dificuldade do arquitecto em se adaptar ao meio e ao contexto, em exprimir a situação real em que se encontra e para a qual projecta, perdendo-se na sua ânsia de vanguarda e de forma em detrimento da correcta “modelação do espaço urbano, o acerto da tipologia, a relação com a paisagem envolvente”.

O arquitecto João Paulo Cardielos acrescenta outras razões para a desvalorização do arquitecto, enquanto profissional do espaço, que mais recentemente se estão a dissipar, mas que ainda subsistem. O desconhecimento da mais-valia do arquitecto para o espaço e o estigma da sua possível substituição por outro técnico.

“[...] exigências de quantidade a sobrepõem-se às da qualidade. Só muito recentemente se voltaram a retomar estas preocupações, com um aumento progressivo da recorrência à mais-valia específica do arquitecto, como agente capaz de contribuir para a procurada qualificação dos espaços de vivência contemporâneos, anteriormente deixados ao cuidado de processos tecno-económicos, de gestão dos investimentos imobiliários e demais promoções urbanísticas.”(8)

Assim, resta-nos tentar reflectir sobre esta situação e, analisá-la por parte da sociedade, que ainda não

vê a arquitectura inteiramente como uma necessidade básica ou o arquitecto como o seu profissional específico. Esta situação ainda é verídica e muito sentida por parte dos profissionais, como comprova o estudo de Villaverde Cabral, já anteriormente analisado.

O *Livro branco da arquitectura* (9) aponta ainda outras dificuldades de relação entre a arquitectura e a sociedade, tais como: a falta de “divulgação da autoria”, a falta de “estímulo à criatividade”, quando o arquitecto enquanto artista e criador intelectual não tem tido apoio, a falta de oportunidades para a investigação e produção arquitectónica de qualidade, a falta de acesso às massas e a “cristalização de um discurso hermético” entre os arquitectos e imperceptível pelo cidadão.

“O debate arquitectónico precisa de se exercer num registo plural, não apenas no interior da disciplina da Arquitectura, mas também na sua relação com a sociedade.”(10)

A relação com o cliente

Keil do Amaral, já em 1948 apontava problemas para o desfasamento entre a arquitectura e a sociedade, entre o arquitecto e o cliente. De entre os quais, destacavam-se: a questão dos custos e honorários, os prazos, exigências imagéticas e decorativas sem fundamento em detrimento da funcionalidade e as necessidades específicas do programa, a falta de explicação do programa pretendido por parte do cliente e das efectivas necessidades que o edifício procuraria suprir e as alterações exigidas no final.

“Que dirias, cliente Amigo, de um indivíduo que fosse ao médico e, em vez de lhe explicar a natureza dos seus padecimentos, de o habilitar a fazer um diagnóstico e um tratamento correctos, lhe manifestasse o desejo de tomar determinado remédio que vinha anunciado numa revista, com uma linda embalagem? E que tentasse depois rebater as expressões de espanto e de censura do médico com a seguinte afirmação: - O remédio é para mim e é natural que eu saiba o que mais me convém e agrada. Pois o caso, bem vistas as coisas, é muito parecido. Tanto o médico como o arquitecto são profissionais que dedicaram longos anos ao estudo de determinados problemas e se encontram, por isso mesmo, melhor habilitados que um leigo a resolvê-los... que se encontram, até, em condições de saber melhor o que te convém que tu próprio.

A pressa que exigiste, as ideias de pormenor que procuraste impor, a circunstância de não teres exposto com clareza e precisão as necessidades – o programa – da tua casa, tudo isso só serviu para complicar e dificultar a acção do arquitecto e comprometer a coerência e a qualidade do projecto.”(11)

A relação com o cliente pode, de facto, ser difícil ou, por outro lado, a dificuldade pode estar, sim, na compreensão do outro. É natural que os pontos de vista sejam diferentes, pois, seja qual for a circunstância, a posição de um leigo difere sempre da do profissional instruído com um saber técnico e amadurecido pelo estudo e pela experiência.

A resposta que o cliente procura pode, assim, diferir da que o arquitecto está pronto ou habilitado a oferecer. Cabe-lhe, assim, demonstrar a coerência e eficácia formal, técnica, funcional e contextual da sua resposta, demonstrar que, aquela pode ser a resposta que o cliente procura, só que não sabe exprimir, a resposta exacta às suas necessidades mas não a uma imagética limitada e influenciada por critérios erróneos ou simplesmente ociosos. O diálogo, como já vimos, é pois, o instrumento basilar para estreitar esta relação e colocar os dois pólos numa direcção convergente.

Júlio Machado Vaz, em artigo de opinião na revista *Linha*, ilustra a sua relação com o arquitecto responsável pela sua habitação de Cantelães, que, curiosamente apesar de ser seu filho, se viu também numa situação de ambiguidade em relação ao que seu pai/seu cliente procurava e à forma como lhe poderia responder.

“Ingénua, decretei-lhe o imaginário de braço dado com o meu – casa de pedra, varanda rústica à volta. Quando vi o projecto, gelei: um estilizado meteorito paralelepipedico em Cantelães? Lembrei o Eduardo Souto Moura na SIC-Notícias: “Se fizesse uma casa de que não gostasse, ela ficaria mal de certeza”; previ o futuro dos Machados, juntos numa obra que não satisfizera o autor, mas o pai; gozei o olhar brilhante do Guilherme, o voo das mãos que tentavam ajudar-me a imaginar a casa. E não hesitei: abdicar de parte do meu sonho era um preço baixo para ver o seu partir à rédea solta.”(12)

Júlio Machado Vaz conclui, posteriormente, que o arquitecto pode responder precisamente ao que o cliente quer de forma diferente de como o cliente imagina.

“Erro crasso, Guilherme desenhara exactamente o que lhe pedira, eu é que confundia materiais e arquitectura, forma e vida. Cantelães lembra o título de um dos meus “blues” favoritos – “A Room With a View”. Porque os quartos, no seu recato, recebem o abraço da sala, do corredor, da cozinha, num anel envidraçado que se derrama sobre a paisagem. Que burrice minha! – o rapaz trouxera a varanda para dentro de casa...”(13)

A democratização da arquitectura

A questão, já abordada anteriormente, da formação e da cultura arquitectónica, pode permitir que as pessoas dominem a mensagem dos arquitectos, dominando os códigos por estes usados. Paralelamente, dever-se-á recorrer a formas de estreitar a relação entre a sociedade e a arquitectura, indo ao seu encontro e cultivando-a, de forma a torná-la mais legível, a reconhecer devidamente o seu valor e a sua indispensabilidade.

Para tal, a Ordem dos Arquitectos, por parte da Secção Regional Sul, divulgou um folheto a ser distribuído ao público em geral, que explica, muito clara e objectivamente, a necessidade de trabalhar com um arquitecto, nas suas múltiplas formas de exercício profissional, que responde às questões mais comuns da sociedade em relação à arquitectura e aos seus profissionais e que explica ainda as várias fases do desenvolvimento de um projecto.

Inicialmente, o folheto começa por esclarecer as várias situações que podem surgir mais comumente em que é necessário recorrer a um arquitecto, como sejam: a construção de um edifício novo, a reabilitação de uma construção, a expansão de um imóvel ou a sua adaptação a um novo programa. O folheto começa com a explicação dos tipos de ocupação do arquitecto, da sua formação e qualificação específicas para a organização do espaço e as vantagens da sua intervenção para a concepção e consecução de um edifício de qualidade, que significa uma relação preço/qualidade mais favorável, um custo de construção e manutenção menores e eficiência energética. O folheto refere concretamente:

“O Arquitecto trabalha para si e para a sociedade.”(14)

Desta forma, salienta a sua responsabilidade social, mas também a responsabilidade do cliente de o procurar. Seguidamente, o folheto desmistifica as incumbências de cada profissional, não só do arquitecto, como também do engenheiro e do empreiteiro, demonstrando claramente a indispensabilidade do arquitecto e as suas funções próprias. É também esclarecido que o arquitecto não é um luxo, referindo:

“Os honorários dos Arquitectos não são apenas uma parcela a somar ao total. Regra geral, estes representam uma percentagem sobre a estimativa de custo da obra. Os Arquitectos elaboram e trabalham com orçamentos, assegurando sempre a melhor relação possível entre as pretensões do cliente e o preço/qualidade. Um edifício bem concebido e bem construído resulta num excelente investimento a médio-longo prazo. O trabalho do Arquitecto introduz não só uma mais-valia, como a garantia de uma boa concretização da obra. Os Arquitectos, quando solicitado, podem estruturar o processo de construção de modo a que este seja faseado, adaptando-o às suas condições económicas.”(15)

O terceiro ponto é dedicado à explicação das várias fases de projecto: a definição do programa preliminar, o estudo prévio, o pedido de licenciamento, o projecto de execução, a selecção do empreiteiro e a assistência técnica à obra, de forma a mostrar que o processo de licenciamento (o mais comum) não é um trabalho isolado e que a qualidade só é atingível com o acompanhamento de um arquitecto em todas estas fases.

O folheto ajuda ainda a colocar as questões que permitem ao cliente expor exactamente o que pretende, definindo os seus limites e objectivos desde logo e aponta ainda as questões que o cliente deverá fazer ao arquitecto de forma a estimular a comunicação e um melhor entendimento entre as partes. Finalmente, o folheto esclarece questões contratuais e relativas a honorários, desmistificando, assim, este ponto e assinalando as formas de seleccionar um arquitecto. Desta forma, são esclarecidas muitas das questões, explicado todo o processo e estabelecido um diálogo crucial numa linguagem acessível e objectiva.

É claro que são muitas as formas de diálogo e de envolvimento que devem ser empreendidas por forma a sensibilizar mais as pessoas para a importância da arquitectura e da participação activa de todos. Estes veículos de aproximação não são simples, mas devem ser vigorosamente empreendidos, desde

os mais imediatos aos mais rebuscados. São estas formas de democratizar a arquitectura, de quebrar o desfasamento ou isolamento que possa ainda existir entre a sociedade e estes profissionais, que ajudam a promover um maior diálogo entre estes, a fomentar a sua promoção pública e a desenvolver formas de “confiança social”(16) nos arquitectos.

“Promover a Arquitectura na sociedade: o cidadão ama o que conhece.

É preciso estimular o interesse do cidadão pela qualidade da Arquitectura e pelos temas “mais sociais” da sua discussão: a habitação, o património, o ambiente. Além de prémios, exposições e outras acções de divulgação das realizações dos arquitectos portugueses no país e no estrangeiro, é necessário aproximar a cultura arquitectónica do cidadão – fazê-la estar mais presente na escola, na comunicação social, nas associações de cidadãos empenhados na qualidade dos espaços que habitam.”(17)

São muitas as formas de estimular este diálogo, tal como são muitos os responsáveis capazes de o fazer, seja numa base mais formal e institucional ou numa base informal. Se se tratar de organismos específicos, na sua maioria promovem apenas eventos para especialistas, como é o caso das exposições, concursos e conferências organizados pela Ordem dos Arquitectos ou escolas de arquitectura.

“Tradicionalmente as exposições de arquitectura são exposições de representação de arquitectura. São “expostos” desenhos, fotografias ou modelos tridimensionais, a escalas sempre distintas da realidade.

São exposições de códigos, de comunicação restrita, apenas acessível a quem teve uma introdução prévia (arquitectos) e que possui o domínio desses mesmos códigos. A experiência de arquitectura reside aqui numa descodificação mental abstracta. Este modo de expor fecha a arquitectura sobre si mesma e deixa de fora os seus fruidores-utilizadores maioritários, ou seja, os não-arquitectos.”(18)

Tratando-se de uma base mais informal, seja por iniciativa própria ou por iniciativa de uma colectividade, também são diversas as formas de levar a arquitectura ao público. Já vimos, em capítulo próprio, que o diálogo existe e que está a ser cada vez mais extenso ao público em geral, sobretudo através da mediatização da arquitectura no momento presente. Já apontámos que os prémios, concursos e exposições ajudam a falar sobre o tema e a expor os seus códigos e formas de ver e trabalhar. Também os *media* permitem expandir o conhecimento desta área, seja através de publicações mais especializadas, seja em artigos presentes em publicações generalistas, que são cada vez mais e escritos por pessoas cada vez mais inócuas em relação à arquitectura. Os *blogs* de arquitectura são igualmente muito consultados e demonstram, da mesma forma, o interesse que o tema suscita hoje, permitindo também estimular a discussão sobre as preocupações que cada vez mais pessoas demonstram em relação ao espaço e à sua organização.

A arquitectura deve, assim, dar-se a conhecer enquanto linguagem, intervenção e forma de vida e de cultura. Deve mostrar a sua transversalidade, afirmar-se como parte da realidade e da vida.

Notas:

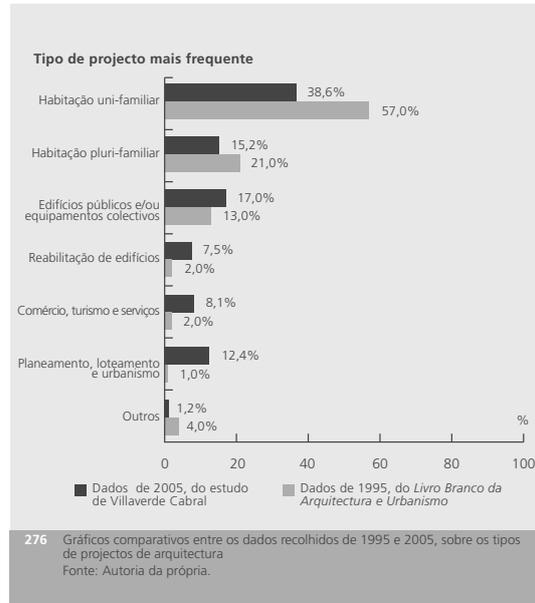
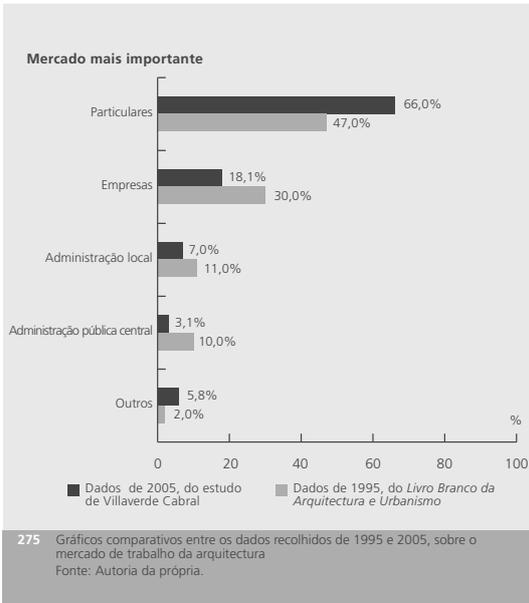
- (1) Pedro Brandão, ed Alt., *Livro branco da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1996, Inquérito Às Câmaras Municipais, pp 141-150.
- (2) Manuel Villaverde Cabral, Vera Borges, *Relatório Profissão: Arquitecto/a*, estudo promovido pela Ordem dos Arquitectos, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2006.
- (3) Nuno Mateus, Lisboa, 11 de Junho de 2003, IN Boletim da C.M. Grândola – Jul/2003 <http://www.arx.pt/>
- (4) Vasco Croft, *A Arquitectura e Humanismo – O papel do arquitecto, hoje, em Portugal*, Lisboa, Terramar, 2001, p 32.
- (5) Pedro Brandão, *O Arquitecto e Outras Imperfeições, Ética, identidade e prospectiva da profissão*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p 34.
- (6) Pedro Maurício Borges, *Arquitectura e Vida*, nº 77, 2006, p 38.
- (7) Nuno Portas, *Arquitectura(s) : história e crítica, ensino e profissão*, Porto, FAUP, 2005, p 482.
- (8) João Paulo Cardielos, *Da Poesia Urbana a uma Poética Urbano-Arquitectónica – Uma Contribuição para a Teoria Urbanística em Fim de Milénio*, Trabalho de síntese elaborado no âmbito da prestação de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Departamento de Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 1997, pp 13 e 14.
- (9) Pedro Brandão, ed Alt.; *Livro branco da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1996, p 22.
- (10) *Idem*.
- (11) Francisco Caetano Keil do Amaral, “Maleitas da arquitectura nacional, 3: O cliente, as leis e os regulamentos”: *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, nº 20, 1948, p 17.
- (12) Júlio Machado Vaz, “O ramo que semeia raízes”, *Linha*, 5 de Novembro de 2005.
- (13) *Idem*.
- (14) *Trabalhar com um arquitecto*, Ordem dos Arquitectos, Secção regional Sul, Lisboa. Este folheto encontra-se em anexo, no final deste texto.
- (15) *Idem*.
- (16) Expressão usada por Pedro Brandão, no seu livro *O Arquitecto e Outras Imperfeições, Ética, identidade e prospectiva da profissão*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.
- (17) Pedro Brandão, ed Alt., *op. cit.*, p 92.
- (18) Nuno Mateus, *op. cit.*

Anexos:

(tratados graficamente com base na fonte devidamente referida)

- (1) Gráficos comparativos entre os dados recolhidos de 1995 e 2005, sobre o mercado de trabalho e tipos de projectos de arquitectura.
- (2) *Trabalhar com um arquitecto*, Ordem dos Arquitectos, Secção regional Sul, Lisboa.

3.3.3. _ ANEXOS



Trabalhar com um Arquitecto

Ordem dos Arquitectos, Secção regional Sul, Lisboa, p. 1.

277 *Trabalhar com um arquitecto*
Fonte: Ordem dos Arquitectos, Secção regional Sul, Lisboa, p. 1.

Quer opte por construir um novo edifício, remodelar/reabilitar o seu imóvel, expandir a sua empresa ou simplesmente adaptar uma pequena estrutura existente, faz sentido trabalhar com um Arquitecto.

278 *Trabalhar com um arquitecto*
Fonte: Ordem dos Arquitectos, Secção regional Sul, Lisboa, p. 2.

01 O Arquitecto

O Arquitecto trabalha diariamente com o processo de construção. Ao longo de anos de formação e qualificação profissional, o arquitecto adquire conhecimentos para materializar as suas aspirações.

O Arquitecto elabora projectos com criatividade e talento, sempre com especial atenção aos interesses, desejos e aspirações do seu cliente no decurso das suas tarefas. Como tal, quanto mais cedo for envolvido no processo maior será a sua capacidade de adaptação.

O Arquitecto não foge ao seu dever. Um edifício bem concebido é energeticamente eficiente e tem um custo de construção e manutenção menor.

O Arquitecto trabalha para si e para a sociedade.

02 Porquê recorrer a um Arquitecto

As obras criadas por Arquitectos resultam numa maior qualidade de vida e de trabalho, mas muitas vezes os cidadãos optam por não recorrer a um Arquitecto pelos seguintes motivos:

O que eu preciso são quatro paredes e um tecto... Para quê recorrer a um Arquitecto?
Os Arquitectos ajudam-no a tomar decisões explorando todos os cenários possíveis, apresentando-lhe aquela que é a solução que melhor se adapta às suas necessidades.

O que eu preciso é de um engenheiro
Os Arquitectos são os únicos profissionais que possuem os conhecimentos e habilitações académicas e legais para fazerem projectos de Arquitectura, sendo que todos os outros técnicos, embora tenham lugar na construção, não estão habilitados para fazerem projectos de Arquitectura.

O que eu preciso é de um empreiteiro
Os Empreiteiros constroem, não projectam. Uma das prioridades do Arquitecto é a defesa dos interesses do seu cliente, agindo como seu representante em diversas situações. O Arquitecto é o profissional que, não só melhor conhece o seu projecto, como domina os melhores processos construtivos para a sua edificação, resultando, no final, numa melhor qualidade construída da mesma. Trabalhar com um Arquitecto é uma garantia de qualidade.

279 *Trabalhar com um arquitecto*
Fonte: Ordem dos Arquitectos, Secção regional Sul, Lisboa, p. 3.

03. Como se desenvolve um Projecto de Arquitectura

Um Arquitecto é um luxo a que não me posso dar. Os honorários dos Arquitectos não são apenas uma parcela a somar ao total. Regra geral, estes representam uma percentagem sobre a estimativa de custo da obra. Os Arquitectos elaboram e trabalham com orçamentos, assegurando sempre a melhor relação possível entre as pretensões do cliente e o preço/qualidade. Um edifício bem concebido e bem construído resulta num excelente investimento a médio-longo prazo. O trabalho do Arquitecto introduz não só uma mais-valia, como a garantia de uma boa concretização da obra. Os Arquitectos, quando solicitados, podem estruturar o processo de construção de modo a que este seja faseado, adaptando-o às suas condições económicas.

Um Arquitecto só serve para fazer desenhos. Hoje em dia, a melhor resposta à pergunta "O que é que faz um Arquitecto?" pode ser "O que é que quer que ele faça? Restauro? Reabilitação? Estudo de Viabilidade? Projecto de Interiores? Análise de Causas? Flexão de Projecto? Fiscalização de Obra?"

Os Arquitectos vêem o projecto no seu todo. Resolvem-no com criatividade e sensibilidade. Fazem do seu investimento um bom investimento. Facilitam-lhe a vida, libertando-o de tarefas que desconhece.

O trabalho de um Arquitecto desenvolve-se por fases. Regra geral um projecto tem 6 fases podendo, contudo, variar dependendo do grau de complexidade deste. A passagem à fase seguinte faz-se sempre depois da aprovação da fase anterior por parte do cliente.

Fase 1 - Definição do Programa Preliminar / Apresentação de Proposta de Honorários
Fase na qual o Cliente e o Arquitecto discutem aquilo que vai ser projectado, por exemplo, quantos quartos, salas e demais requisitos programáticos, assim como condicionantes orçamentais. São analisados os constrangimentos legais e planos em vigor, como por exemplo o PDM (Plano Director Municipal). É também nesta fase que se discutem os prazos de elaboração do projecto, constituição da equipa de projecto e demais condicionamentos do mesmo. Em paralelo, é apresentado pelo Arquitecto uma Proposta de Honorários e celebrado um Contrato escrito.
O Cliente deverá entregar, nesta fase, o Levantamento Topográfico e/ou Geológico completo, bem como, se assim for o caso, o Levantamento Arqueológico do existente.

Fase 2 - Estado Prévio
É nesta fase que o Arquitecto desenvolve o conceito preliminar do Projecto, de acordo com o contrato na fase anterior. Normalmente, consiste na apresentação de desenhos a diferentes escalas. Alguns Arquitectos apresentam também maquetas de estudo e/ou simulações tridimensionais do projecto, de modo a facilitar a compreensão do mesmo por parte do Cliente. É nesta fase que se inicia o desenvolvimento dos Projectos de Especialidades, sob a coordenação directa do Arquitecto.

Fase 3 - Projecto Base / Pedido de Licenciamento
Fase onde o Arquitecto desenvolve o Projecto em conformidade com o estabelecido na fase anterior, preparando o processo de aprovação pela respectiva Câmara Municipal, bem como pelas demais entidades envolvidas no Licenciamento do mesmo, perante as quais o Arquitecto é responsável técnico do Projecto de Arquitectura.
Em simultâneo, ou posteriormente ao Licenciamento do Projecto de Arquitectura, proceder-se-á à entrega dos restantes Projectos de Especialidades legalmente exigidos para aprovação.

Fase 4 - Projecto de Execução / Medições e Orçamento
Após a aprovação por parte da Câmara Municipal e demais entidades dos diversos Projectos [Arquitectura e Especialidades], o Arquitecto prepara o Projecto de Execução, apresentado sob a forma de peças escritas e desenhadas, de fácil interpretação por parte dos diversos intervenientes na sua materialização e onde se especifica todos os trabalhos necessários para a execução da obra [por exemplo, processos construtivos, materiais, carpintarias, etc]. Em paralelo, iniciam-se o processo de Medições e Orçamento, onde se declaram todas as quantidades de materiais a utilizar, tipos de trabalho e forma de execução, de modo a poder aferir-se o valor da obra. É a partir destes dois documentos - Projecto de Execução e Medições e Orçamento - que se elabora o Caderno de Encargos, documento escrito que especifica as condições técnicas gerais e especiais de construção e vincula o Empreiteiro às demais condições da obra.

Fase 5 - Seleção do Empreiteiro
É nesta fase que o Cliente selecciona o empreiteiro da obra. O Arquitecto poderá colaborar com o Cliente nesta fase, auxiliando-o na análise da capacidade técnica dos diversos candidatos, bem como na análise do preço e prazo para a concretização da obra. Deve-se-lhe ter em consideração que nem sempre o preço é um factor determinante na adjudicação, mas sim a conjugação de um vasto conjunto de factores. É também nesta fase que se escolhe o técnico que irá ser responsável perante a Câmara Municipal, pela Direcção Técnica de Obra. Este é sempre nomeado pelo dono da obra [Cliente] e poderá ser um técnico pertencente aos quadros técnicos da empresa construtora, ou outra pessoa qualquer que o dono da obra entenda escolher, incluindo o autor do projecto.

Fase 6 - Assidua Técnica à Execução da Obra
Esta é a fase da materialização de todo o trabalho desenvolvido até ao momento. A certificação que o seu Projecto é cumprido é uma obrigação e um dever do Arquitecto. Nesta fase, o papel do Arquitecto poderá consistir no esclarecimento de dúvidas de interpretação, prestação de informações complementares ao projecto por si elaborado, auxiliando o dono da obra na verificação da qualidade dos materiais e da execução dos trabalhos, o que não significa que o mesmo esteja obrigado ao acompanhamento da Obra. Tal situação deverá ser objecto de contrato entre as partes, na certeza porém de que é sempre vantajoso para o Cliente a contratação do mesmo. O Arquitecto, enquanto autor do Projecto, não pode fiscalizar a sua obra.

Trabalhar com um Arquitecto.

280 *Trabalhar com um arquitecto*
Fonte: Ordem dos Arquitectos, Secção regional Sul, Lisboa, p 4.

Trabalhar com um Arquitecto.

281 *Trabalhar com um arquitecto*
Fonte: Ordem dos Arquitectos, Secção regional Sul, Lisboa, p 5.

04. Oito questões a colocar

Reflecta durante algum tempo sobre as questões de seguida colocadas. As respostas as mesmas ser-hão úteis no planeamento do seu projecto e aquando da sua primeira conversa com o Arquitecto.

- 01. Quais os espaços que utiliza com mais frequência? O que lhe agrada? O que não lhe agrada? O que falta?
- 02. Pretende construir de raiz ou recuperar um edifício existente?
- 03. Pretende apenas ampliar o espaço onde quer intervir?
- 04. Quais os motivos que o levam a realizar uma construção/ampliação/reabilitação?
- 05. Quanto tempo está disposto a disponibilizar para este projecto? Se dispõe de pouco tempo, quem o irá auxiliar na concretização desta pretensão?
- 06. Qual é a sua disponibilidade financeira para este projecto?
- 07. Se está a pensar renovar/reabilitar/ampliar, o que gostaria de mudar ou adicionar?
- 08. Se já possui um terreno/móvel, o que é que o PDM prevê para essa zona?

Trabalhar com um Arquitecto.

282 *Trabalhar com um arquitecto*
Fonte: Ordem dos Arquitectos, Secção regional Sul, Lisboa, p 5.

05. Oito questões para colocar ao seu Arquitecto

- 01. Qual vai ser a abordagem ao projecto?
- 02. Qual a disponibilidade para a realização deste projecto?
- 03. Que tipo de informação necessita que lhe seja fornecida?
- 04. Quais os honorários? É uma proposta que engloba todos os Projectos de Especialidades ou só o Projecto de Arquitectura? Inclui a coordenação dos Projectos de Especialidades? Inclui Assidua Técnica à Obra?
- 05. Além do Projecto de Arquitectura, que tipo de informação lhe será fornecida? Desenhos, tipo Plantas, Cortes e Alçados? Maquetas? Simulações tridimensionais?
- 06. Qual o prazo estimado para cada fase de trabalho? Que serviços estão incluídos?
- 07. Que tipo de acompanhamento irá dar ao Projecto? É com ele que vai falar durante todo o processo? Se não, com quem é?
- 08. É membro efectivo da Ordem dos Arquitectos? [De acordo com a legislação em vigor, só os membros efectivos desta Instituição estão autorizados a praticar os actos próprios da profissão].

06. Honorários e Contrato

Explorando as obras públicas, não existe, nem pode existir à luz das regras comunitárias de concorrência no mercado de serviços, nenhuma Tabela de Honorários em vigor em Portugal. No entanto, o método mais comum para o cálculo dos mesmos advém da Portaria de 7 de Fevereiro de 1972, intitulada "Instruções para o Cálculo dos Honorários Referentes aos Projectos de Obras Públicas". Estas Instruções estabelecem que os Honorários do Projecto de Arquitectura são calculados com base numa estimativa de custo da obra. Assim, e a título de exemplo, se uma obra tiver uma área de construção prevista de 100 m² e a sua estimativa de custo for de €500,000,02, os Honorários serão uma percentagem sobre €50,000,00.

À semelhança do que sucede com a própria prestação de serviços, os Honorários são, regra geral, pagamentos faseados, sendo que, por cada fase de projecto, está afectada uma percentagem sobre o total dos mesmos. No entanto, o seu Arquitecto explicá-lhe-á como e que forma calculados, que despesas cobrem e de que forma está previsto o faseamento do pagamento dos honorários.

Outro aspecto a ter em conta é a forma de acordo a que ambas as partes chegarem. Por um questão de transparência, deverá ser sempre estabelecido um Contrato ou Acordo Escrito Prévio. O Contrato deverá estabelecer o âmbito das funções, tarefas ou intervenções, deveres e obrigações de ambas as partes, assim como a respectiva forma de remuneração. Deverá ainda conter, explicitamente, as regras fundamentais que definirão a relação entre Arquitecto e Cliente. Todas as dívidas e pontos sensíveis devem ficar esclarecidas por ambas as partes, a fim de evitar complicações que possam surgir no futuro. Um Contrato é uma garantia de seriedade e transparência.

Trabalhar com um Arquitecto.

283 *Trabalhar com um arquitecto*
Fonte: Ordem dos Arquitectos, Secção regional Sul, Lisboa, p 6.

É importante estabelecer uma relação de confiança com o Arquitecto que escolher.

Elabore uma lista de possíveis candidatos
A maneira mais comum de encontrar um Arquitecto é recorrer aos amigos e familiares que já trabalharam ou conhecem um Arquitecto. Outra forma, é de tentar saber quem é o autor de obras com as quais se identifica.

Contacte os possíveis candidatos
Telefone aos Arquitectos que seleccionou. Descreva o seu projecto e pergunte se estão disponíveis para a realizar. Se estiverem, marque uma reunião, preferencialmente no escritório deles.

Reúna os seus possíveis candidatos
O intuito desta reunião preliminar é conhecer os seus possíveis candidatos, quem vai trabalhar, a sua personalidade e o seu trabalho. Solicite a consulta do portfolio do Arquitecto. Um projecto é um processo demorado, portanto a pessoa que irá seleccionar será alguém com quem vai trabalhar durante algum tempo. É necessário que exista compatibilidade entre as duas partes. Diga-lhe o que pretende e a qual o orçamento disponível. Alguns clientes gostam de pedir uma pequena proposta de projecto antes de se decidirem. Terha em conta que tal proposta é, regra geral, paga pelo Cliente.

Por fim, seleccione o seu Arquitecto.

**ORDEM DOS ARQUITECTOS
SECÇÃO REGIONAL SUL**
Domenica Pereira
Rua, Central 71/05
1200-008 Lisboa
T: 21 234 110 Fax: 21 241 170
E: ordos@ordos.pt

**CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL
SERVIÇOS DE CONSULTORIA E APOIO**
Catherine de Azeiteiro
Rua, Central 71/05
1200-008 Lisboa
T: 21 234 110 Fax: 21 241 170
E: ordos@ordos.pt

Apelo administrativo
T: 21 234 110 Fax: 21 241 170
E: ordos@ordos.pt

Apelo Juridico
T: 21 234 110 Fax: 21 241 170
E: ordos@ordos.pt

Assessoria de Imprensa e Comunicação
T: 21 234 110 Fax: 21 241 170
E: ordos@ordos.pt

Marketing
T: 21 234 110 Fax: 21 241 170
E: ordos@ordos.pt

DEPARTAMENTO DE REDE E PROMOÇÃO PROFISIONAL
Apelo à profissão e à prática
T: 21 234 110 Fax: 21 241 170
E: ordos@ordos.pt

Formação
T: 21 234 110 Fax: 21 241 170
E: ordos@ordos.pt

Edificação e Centro de Documentação
T: 21 234 110 Fax: 21 241 170
E: ordos@ordos.pt

Serviço Cultura
T: 21 234 110 Fax: 21 241 170
E: ordos@ordos.pt

Serviço de Concursos
T: 21 234 110 Fax: 21 241 170
E: ordos@ordos.pt

Relações Institucionais e Projectos em Parceria
T: 21 234 110 Fax: 21 241 170
E: ordos@ordos.pt

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
Ligação
T: 21 234 110 Fax: 21 241 170
E: ordos@ordos.pt

Relações Humanas e Recursos
T: 21 234 110 Fax: 21 241 170
E: ordos@ordos.pt

Serviço Administrativo e Contabilístico
T: 21 234 110 Fax: 21 241 170
E: ordos@ordos.pt

Societaria
T: 21 234 110 Fax: 21 241 170
E: ordos@ordos.pt

CONSELHO REGIONAL DE DISCIPLINA
T: 21 234 110 Fax: 21 241 170
E: ordos@ordos.pt

Apelo Juridico
T: 21 234 110 Fax: 21 241 170
E: ordos@ordos.pt

284 *Trabalhar com um arquitecto*

Fonte: Ordem dos Arquitectos, Secção regional Sul, Lisboa, p 7.

A ARQUITECTURA INSINUA-SE, ISOLA-SE OU DÁ RESPOSTA À SOCIEDADE?

Depois de se ter reflectido sobre a relação entre o arquitecto e a sociedade portuguesa de hoje, nas suas múltiplas vertentes e nas variáveis que orbitam à volta deste tema, o epílogo surge agora em jeito de súmula.

Tal como cada capítulo, também não é aqui o lugar de apresentar as respostas às questões colocadas e já analisadas. Não cabe, pois, a uma estudante de Arquitectura, nem a uma Prova Final, dar uma resposta a cada uma destas tão complexas questões, cabe-lhes, sim, a análise da situação, a apresentação cuidada da realidade e a sua ilustração com pontos de vista distintos, de modo a completá-la da forma mais cabal. Foi a isso que esta Prova e que a respectiva autora se propuseram depois de manifestado o interesse e preocupação pelo assunto.

Baseámo-nos sempre em dados estatísticos concretos – a realidade efectiva com que nos deparamos hoje e ilustrámo-la com os diferentes pontos de vista, mantidos por diferentes profissionais e por membros da sociedade em geral, os quais, estabelecendo um diálogo entre eles, permitiram uma reflexão mais ampla e permeável entre as variáveis e entre as visões.

As questões funcionaram sempre como veículos de reflexão e de análise da situação, nunca desvalorizando a sua complexidade e abrangência.

Ao longo destes parágrafos, tentámos perceber o que nos rodeia e qual o papel do arquitecto nesse panorama. O que fazemos, para quem fazemos e como somos encarados por fazê-lo...

Encetámos o assunto demonstrando que a arquitectura é, indubitavelmente, uma prática social, agarrada à realidade e plenamente comprometida com ela, em que o Homem, e toda a sua complexidade, são o seu tema central, tratando-se de uma necessidade básica para a vida e que nunca poderia ou deveria ser descurada.

O arquitecto carrega, assim, a responsabilidade social de gerar comportamentos enquanto “organizador de espaço” e criador de formas, de “contentores de vida”, palcos da realidade de cada um de nós.

Contudo, esta relação ainda não é encarada de forma assim tão linear. A sociedade manifesta ainda uma certa dificuldade em procurar o arquitecto, em valorizar ou simplesmente reconhecer o seu trabalho.

Cabe ao arquitecto ir ao seu encontro, demonstrar a especificidade dos seus conhecimentos e capacidades, alargar o diálogo e suprir efectivamente as necessidades apresentadas.

Cabe também à sociedade afirmar esta indispensabilidade, exigir qualidade e não hipotecar o espaço do seu futuro.

O peso do passado e da tradição ainda impedem, tanto profissionais como leigos, de encarar as vanguardas ou de simplesmente admitir e compreender o presente.

Certos estigmas lançados sobre os arquitectos, com base nesse desconhecimento da profissão e da sua necessidade e especificidade, também continuam a perturbar esta relação, nomeadamente, a questão dos custos, da concorrência com outros profissionais, da sua caracterização como um trabalho supérfluo e de luxo ou apenas estético e artístico.

Mas o papel da arquitectura é muito mais amplo, detém inúmeras facetas e pode ser encarado através de diversas modalidades de exercício profissional. Visando sempre suprir as necessidades da sociedade, cabe-lhe conhecê-la em todas as suas vertentes, para desta forma, lhe responder cabalmente. De facto, ao intervir no espaço e ao ser implantada naquele lugar em concreto, a obra vai gerar uma nova percepção desse espaço e novas vivências, novo modo de ver, de viver no espaço, enriquecendo, completando e

colmatando a realidade.

Não obstante todos estas variáveis que obstaculam a relação entre o arquitecto e a sociedade, o diálogo existe e os estigmas estão a ser dissipados cada vez mais, graças a uma maior formação, à mediatização e interesse que a arquitectura suscita hoje, por isso, estão criadas as condições para que esta relação seja estreitada de parte a parte.

Se encetarmos formas de democratizar a arquitectura e de a promover, seja através de iniciativas formais ou informais, dando a conhecê-la na sua transversalidade e assumindo-a como parte da vida e da realidade, este diálogo pode ainda ser mais estimulado.

Assim à pergunta: "A arquitectura insinua-se, isola-se ou dá resposta à sociedade?" Poderemos responder que nunca se impõe, que é uma necessidade básica que deve ser tida como tal, sem a necessidade de se impor pois a sua indispensabilidade deve ser incontestável. Não se deverá isolar num desempenho autista da realidade, mas deverá, sim, responder-lhe directamente, conhecendo-a e reconhecendo as necessidades que deve suprir.

REFERÊNCIAS

243

**BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA . BIBLIOGRAFIA GENERALISTA . ARTIGOS EM PUBLICAÇÕES .
ENTREVISTAS . PUBLICAÇÕES INE . SÍTIOS DA INTERNET . BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

- **AAVV**, *Discursos sobre a Arquitectura*, Porto, Faculdade de Arquitectura, 1990.
- **AAVV**, *Família e Habitação*, Porto, col. Mesa/Redonda, Edições Telas, 1973.
- **AAVV**, *Encontro Impasse e Mutação na Arquitectura*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988.
- **AAVV**, *INA: Índice Nacional de Arquitectura*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1996.
- **AAVV**, *Livro Branco sobre a Política de Habitação em Portugal*, Encontro Nacional de Habitação, 1993.
- **ALMEIDA**, Carlos de, *Portugal arquitectura e sociedade*, Lisboa, Terra Livre, 1978.
- **ANTUNES**, Alfredo da Mata, ed. alt., *Arquitectura Popular em Portugal*, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988.
- **ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES**, *Estatutos, regulamentos, legislação do exercício da profissão de arquitecto / Conselho Directivo Nacional da Associação dos Arquitectos Portugueses*, Lisboa, AAP, 1992.
- **BANDEIRINHA**, José António, *Quinas Vivas*, Porto, FAUP, 1996.
- **BECKER**, Annette, **TOSTÕES**, Ana, **WANG**, Wilfried, *Arquitectura do século XX : Portugal*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 978, 1997.
- **BOHIGAS**, Oriol, *Contra una arquitectura adjetivada*, Barcelona, Editorial Seix Barral, S.A., 1969.
- **BOLAS**, Isabel, *Queremos Casas*, Prova Final, Coimbra, Darq, 1998.
- **BOTTA**, Mario, *Ética do Construir*, Edições 70, Lisboa, Arte e Comunicação, 1998, ed. Original de 1996.
- **BRANDÃO**, Pedro, *A Cidade Entre Desenhos, Profissões do Desenho, Ética e Interdisciplinaridade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.
- **BRANDÃO**, Pedro, *O Arquitecto e Outras Imperfeições, Ética, identidade e perspectiva da profissão*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.
- **BRANDÃO**, ed Alt., *Livro branco da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1996.
- **CABRAL**, Manuel Villaverde, **BORGES**, Vera, *Relatório Profissão: Arquitecto/a*, estudo promovido pela Ordem dos Arquitectos, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2006.
- **CONSELHO DOS ARQUITECTOS DA EUROPA**, *A Europa e a Arquitectura Amanhã: Livro Branco : propostas para o ordenamento do quadro construído na Europa*, Bruxelas, 1995.
- **CORDEIRO**, António, *Arquitectura e Interesse Público*, Coimbra, Edições Almedina, SA, 2008.
- **CROFT**, Vasco, *A Arquitectura e Humanismo – O papel do arquitecto, hoje, em Portugal*, Terramar, Lisboa, 2001.
- **ELEB**, Monique, **CHATELET**, Anne-Marie, *Urbanité, Socialité et Intimité des Logements d’Aujourd’hui*, Paris, Les Editions de L’Epure, 1997.
- **FERNANDES**, Fátima, **CANNATÀ**, Michelle, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea 1991-2001*, Porto, Edições Asa, 2001.

- **FIGUEIRA**, Jorge, **MILHEIRO**, Ana Vaz, *Paisagens Invertidas: Les Yeux qui ne Voient pas*, catálogo da exposição, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2003.
- **FILGUEIRAS**, Octávio Lixa, *Da função social do arquitecto: para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada*, Porto, Escola Superior de Belas-Artes do Porto, 1985.
- **FREITAG**, Michel, *Arquitectura e Sociedade*, Editora Arte e Sociedade, Lisboa, Dom Quixote, 2004.
- **GADANHO**, Pedro, *Para que Serve a Arquitectura?*, Opúsculo 2, Pequenas Construções Literárias sobre Arquitectura, Porto, Dafne Editora, 2006.
- **GONÇALVES**, Fernando, *Urbanizar e Construir para Quem? – a propósito do plano de Chelas*, Lisboa, Afrontamento, 1972.
- **GRASSI**, Giorgio, *La arquitectura como oficio y otros escritos*, Barcelona, Editorial Gustavo Gilli, 1980.
- **MEALHA**, Andreia, *Arquitectura vende-se*, Prova Final, Coimbra, Darq, 2005.
- **MELO**, Eduardo, *Da escola à realidade*, Prova Final, Coimbra, Darq, 1999.
- **PORTAS**, Nuno, *Arquitectura(s) : história e crítica, ensino e profissão*, Porto, FAUP, 2005.
- **PORTAS**, Nuno, *A Arquitectura para Hoje: Finalidades, Métodos, Didácticas*, Dissertação para o concurso do 1.º Grupo do curso de arquitectura da E.S.B.A.L, Lisboa, 1996.
- **ROSADO**, Mónica, *A poética do habitar na sociedade contemporânea, dialécticas arquitecto/cliente/sociedade*, Prova Final, Coimbra, Darq, 2000.
- Separata nº 34 / X do Diário da Assembleia da República, de 25 de Janeiro de 2006, Projecto de Lei da Iniciativa Legislativa dos Cidadãos, nº 183 / X.
- **TAINHA**, Manuel, *A Arquitectura em questão*, Lisboa, Universidade Técnica-Associação de Estudantes da Faculdade de Arquitectura, 2003.
- **TAINHA**, Manuel, *Manuel Tainha - Textos de Arquitectura*, Casal de Cambra, Col. Pensar Arquitectura, Caleidoscópio, 2006.
- **TÁVORA**, Fernando, *Da Organização do Espaço*, Porto, FAUP Publicações, 2006.
- **TOSTÕES**, Ana Cristina, "Eclétismo, Revivalismo e a "Casa Portuguesa"" : Pereira, Paulo, *História da Arte Portuguesa*, Volume III, Barcelona, Círculo de Leitores, 1995.
- **VARELA GOMES**, Paulo, "Arquitectura, os Últimos Vinte e Cinco Anos" : Pereira, Paulo, *História da Arte Portuguesa*, Volume III, Barcelona, Círculo de Leitores, 1995.

BIBLIOGRAFIA GENERALISTA

- **AAVV**, *Jornal Arquitectos 218-219: Antologia 1981 - 2004*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos – Portugal, Janeiro a Junho de 2005.
- **BOZAL**, Valeriano, col. *La Balsa de la Medusa nº3*, Madrid, Léxico de Estética, Visor Dis., S.A., 1999.
- **BYRNE**, Gonçalo, *Geografias Vivas*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos /Conselho Directivo Nacional, 2006.
- **CARDIELOS**, João Paulo, *Da Poesia Urbana a uma Poética Urbano-Arquitectónica – Uma Contribuição para a Teoria Urbanística em Fim de Milénio*, Trabalho de síntese elaborado no âmbito da prestação de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Departamento de Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 1997.
- **FERNANDES**, José Manuel, *Português Suave – Arquitecturas do Estado Novo*, Lisboa, Departamento de Estudos – IPPAR, 2003
- **FIGUEIRA**, Jorge, *Agora que está tudo a mudar, Arquitectura em Portugal*, Casal de Cambra, Coleção Pensar Arquitectura, Caleidoscópico, s/d.
- **FLORIDA**, Richard, *Cities and the creative class*, New York, Routledge, 2005.
- **FLORIDA**, Richard, *The rise of the creative class*, Basic Books, New York, 2002.
- **GIDDENS**, Anthony, *As Consequências da Modernidade*, Celta Editora, Oeiras, 1995.
- **GRANDE**, Nuno, *Arquitectura e Não*, Casal de Cambra, Coleção Pensar Arquitectura, Caleidoscópico, 2005.
- **LANDRY**, Charles, *The art of city making*, Sterling, USA, Earthscan, 2006.
- **MILHEIRO**, Ana Vaz, *A minha casa é um avião*, Lisboa, Coleção Arquitectura, Relógio D'Água Editores, 2007.
- **MILHEIRO**, Ana Vaz, *Habitar Portugal 2003/2005*, Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 2006
- **SANTOS**, Boaventura de Sousa, *Portugal: um retrato singular*, Porto, Saber Imaginar o Social, 5, Edições Afrontamento, 1993.
- **SHILLS**, Edward, *Centro e Periferia*, Lisboa, Memória e Sociedade, Difel 82 – Difusão Editorial, 1992.
- **SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS**, *Estatuto do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1934.
- **SOUTO DE MOURA**, Eduardo, *21 Casas*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos /Conselho Directivo Nacional, 2006.

ARTIGOS EM PUBLICAÇÕES

- **AAVV**, *JA – Situação Crítica*, 211, Lisboa, 2003.
- **AAVV**, *Jornadas Pedagógicas*, Porto, AEFAUP, Novembro, 1995.
- **AAVV**, *Mais Arquitectura*, 18, 2007, p 4.
- **AAVV**, *Unidade 1*, Porto, dd!AEFAUP, 1988.
- **AAVV**, *Unidade 2*, Porto, dd!AEFAUP, 1989.
- **AAVV**, *Unidade 3*, Porto, dd!AEFAUP, 1992.
- **ABEL**, António Borges, "Alguns aspectos ligados ao ofício de Arquitecto em Portugal": *Jornal dos Arquitectos*, 14/15, 1983, p 23.
- **ALBINO**, Cláudia, "Arquitecturas Portuguesas": AAVV, Milano, Maria (coord), *Do habitar*, Porto, ESAD, 2005, pp 101-103.
- **AMARAL**, Francisco Caetano Keil do, "Uma iniciativa necessária", *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, 14, 1947, pp 12-13.
- **AMARAL**, Francisco Caetano Keil do, "Maleitas da arquitectura nacional, 1: A formação do arquitecto", *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, 17/18, 1947, pp 18-20.
- **AMARAL**, Francisco Caetano Keil do, "Maleitas da arquitectura nacional, 2: O arquitecto e o atelier", *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, 19, 1948, pp 17-18.
- **AMARAL**, Francisco Caetano Keil do, "Maleitas da arquitectura nacional, 3: O cliente, as leis e os regulamentos": *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, 20, 1948, pp 17-18.
- **AMARAL**, Francisco Caetano Keil do, "Maleitas da arquitectura nacional, 4: Os materiais de construção": *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, 21, 1948, pp 17-18.
- **AMARAL**, Francisco Caetano Keil do, "Maleitas da arquitectura nacional, 5: O problema da mão-de-obra": *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, 22, 1948, pp 11-12.
- **AMARAL**, Francisco Caetano Keil do, "Maleitas da arquitectura nacional, 6: A mania das pessoas e o dinamismo, seu filho dilecto": *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, 23/24, 1948, pp 24-25.
- **AMARAL**, Francisco Pires Keil, "Estatísticas": *Arquitectura & Construção*, 27, 2004, pp 14-15.
- **AMARAL**, Francisco Pires Keil, "Qualidade de Vida": *Arquitectura & Construção*, 37, 2006, pp 11-12.
- **BANDEIRINHA**, José António, "Anos setenta. Verdades e consequências da crise da habitação em Portugal": *Jornal dos Arquitectos*, 226, 2007, pp 24-28.
- **BARATA**, Martins, "Demonstrar a insubstituibilidade": *Jornal dos Arquitectos*, 27/28/29, 1984, p 6.
- **BAPTISTA-BASTOS**, Armando, "Paralelas & Perpendiculares – "Os novos arquitectos serão mesmo "novos""": *Arq./a*, 32, 2005, p 91.
- **BAPTISTA-BASTOS**, Armando, "Paralelas & Perpendiculares – "Que é isso de "Casa Portuguesa""": *Arq./a*, 36, 2005, p 91.
- **BAPTISTA-BASTOS**, Armando, "Paralelas & Perpendiculares – "A cidade como essência viva""": *Arq./a*, 40, 2006, p 90.
- **BAPTISTA-BASTOS**, Armando, "Paralelas & Perpendiculares – "A difusa memória das cidades""": *Arq./a*, 45, 2007, p 79.

- **BYRNE**, Gonçalo, "Arquitectura em público: do país imaginado ao país real": *Jornal dos Arquitectos*, 44, 1986, p 3.
- **BYRNE**, Gonçalo, "Colar é introduzir fragmentos descontextualizados": *Nu*, 19, pp 26-31.
- **BRANDÃO**, Pedro, "Eu e o meu arquitecto": *Jornal dos Arquitectos*, 96, 1991, pp 16-17.
- **BRANDÃO**, Pedro, "O eclipse da arquitectura sem arquitectos. 1 - Portugal muda de casa": *Jornal dos Arquitectos*, 31/32, 1984, pp 4-5.
- **BRANDÃO**, Pedro, "O eclipse da arquitectura sem arquitectos. 2 – Reconhecer o terreno": *Jornal dos Arquitectos*, 33/34, 1985, pp 4-6.
- **BRANDÃO**, Pedro, "O eclipse da arquitectura sem arquitectos. 3... com a mão na massa": *Jornal dos Arquitectos*, 35/36, 1985, pp 7-8.
- **BRANDÃO**, Pedro, "Um arquitecto perplexo, sob ameaça de paralisia": *Jornal dos Arquitectos*, 12/13, 1982, pp 20-21.
- **CABRITA**, Reis, "Responsabilidade e exercício da profissão": *Jornal dos Arquitectos*, 27/28/29, 1984, p 7.
- **CAPELA**, José, "Arquitectura sem Arquitectura": *Jornal dos Arquitectos*, 229, 2007, pp 38-41.
- **DIAS**, Francisco da Silva, "e assim vai o 73/73": *Jornal dos Arquitectos*, 27/28/29, 1984, pp1, 10-11.
- **DIAS**, Francisco da Silva, "Novas notícias do 73/73": *Jornal dos Arquitectos*, 30, 1984, p 15.
- **DOXIADIS**, Constantinos., "A nova função do arquitecto": *Binário*, 65, 1964, pp 80-89.
- **FIGUEIRA**, Jorge, "Traços a preto e branco da arquitectura portuguesa: Uma irremediável direcção multicolor do cinema e do videoclip": *Laura*, Número zero, 2003/2004.
- **KRÜGER**, Mário, "Obra edificada e produção arquitectónica de referência no final do século XX em Portugal": *Nu*, 20, pp 16-19.
- **LAZO**, Carlos, "A posição social do arquitecto": *Arquitectura*, 50/51, 1953, pp 2-3.
- **LUZ**, Acácio Horta da, "Diário de um atelier de província": *Jornal dos Arquitectos*, 33/34, 1985, p 7.
- **MACHADO**, Pedro Sá, "O que faz o arquitecto": *Arquitectura & Construção*, 6, 1999, pp 121-125.
- **MASSAPINA**, Vasco, "Responsabilização profissional e exercício da profissão de arquitecto em Portugal": *Jornal dos Arquitectos*, 31/32, 1984, p 6.
- **MOREIRA**, Manuel, **MARTINS**, Coimbra, "A cultura necessita dos arquitectos e dos urbanistas": *Jornal dos Arquitectos*, 24/25, 1984, p16.
- **NORBERTO**, José, "Um arquitecto perplexo, sob ameaça da ordem": *Jornal dos Arquitectos*, 10/11, 1982, pp 16-17.
- **PACIÊNCIA**, João, "Encontro sobre o Ensino da Arquitectura e a Problemática da Profissão do Arquitecto": *Jornal dos Arquitectos*, 21/22/23, 1983, p 7.
- **PEDREIRINHO**, José Manuel, "Repensar o arquitecto": *Jornal Arquitectos*, 106, 1991, pp 20-21.
- **PEREIRA**, Nuno Teotónio, "Defender a profissão, promover a Arquitectura": *Jornal dos Arquitectos*, 37, 1985, p 9.
- **PEREIRA**, Raul da Silva, "O problema da habitação em Portugal: necessidades e sua evolução": *Arquitectura*, 101, 1968, pp 6-9.

- **QUEIRÓZ**, Manuel, "A Arquitectura para os arquitectos": *Jornal dos Arquitectos*, 19/20, 1983, p6.
- **QUINTANILHA**, Olga, "O direito ao medo adquirido": *Arquitectura e Vida*, 2, 2000, pp 24-25.
- **REIA**, José Maria, "Como vai o DEc.-Lei 73/73!": *Jornal dos Arquitectos*, 31/32, 1984, p 7.
- **REIS**, Sá, "Uma capacidade de intervenção diferente": *Jornal dos Arquitectos*, 27/28/29, 1984, p 8.
- **RODEIA**, João Belo, "Linha de Terra: apresentação de uma nova geração de arquitectos portugueses": *2G, 20 – Arquitectura Portuguesa uma nova geração*, 2001, pp 2-10.
- **SANTOS**, Boaventura de Sousa, "Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial : o caso português": *Análise Social*, 21(87/88/89), Lisboa, 1985.
- **SEIXAS**, Maria João, "Um amigo que se vê como poucos": *Linha*, 22 de Maio de 2004.
- **SOUSA**, Sérgio, "É difícil ser estudante de arquitectura em Portugal": *Jornal dos Arquitectos*, 21/22/23, 1983, p10.
- **TAINHA**, Manuel, "O pássaro ferido": *Jornal dos Arquitectos*, 21/22/23, 1983, pp 5-6.
- **TAINHA**, Manuel, "Notas para um debate que nunca chegou a ser": *Jornal dos Arquitectos*, 21/22/23, 1983, p 8
- **TAINHA**, Manuel, "Equilíbrio interior e reconhecimento público da profissão": *Jornal dos Arquitectos*, 33/34, 1985, p 8.
- **VALENTE**, Vasco Pulido, "O novo Código dos Direitos de Autor": *Jornal dos Arquitectos*, 16/17/18, 1983, p 13.
- **VERÍSSIMO**, Cristina, "O tempo e os materiais da arquitectura": *Jornal dos Arquitectos*, 229, 2007, pp 36-37.

ENTREVISTAS

- **Alberto Campo Baeza**, *Mais Arquitectura*, 12, 2007, pp 22–27.
- **Álvaro Leite Siza Vieira**, *Mais Arquitectura*, 10, 2007, pp 23–29.
- **Antón Garcia-Abril Ruiz**, *Mais Arquitectura*, 13, 2007, pp 42–57.
- **António Belém Lima**, *Arquitectura e Vida*, 86, 2007, pp 34-41.
- **Cristobal Palma e Fernando Guerra**, *Mais Arquitectura*, 22, 2008, pp 22–33.
- **Eduardo Souto de Moura**, *2G*, 5 – Eduardo Souto de Moura – obra recente, 1998, pp 122-137.
- **Fernando Romero**, *Mais Arquitectura*, 15, 2007, pp 20–29.
- **Fernando Távora**, *Arquitectura e Vida*, 37, 2003, pp 43-49.
- **Frederico Valsassina**, *Mais Arquitectura*, 4, 2006, pp 16–25.
- **Gonçalo Byrne**, *Arquitectura e Vida*, 49: 2004, pp 45 – 51.
- **Gonçalo Byrne**, *Mais Arquitectura*, 9, 2007, pp 20–33.
- **Inês Lobo**, *Mais Arquitectura*, 11, 2007, pp 26–37.
- **José Mateus**, *Mais Arquitectura*, 21, 2008, pp 22–33.
- **Kengo Kuma**, *Mais Arquitectura*, 16, 2007, pp 12–25.
- **Nuno Grande**, *Mais Arquitectura*, 14, 2007, pp 20–37.
- **Pedro Maurício Borges**, *Arquitectura e Vida*, 77, 2006, pp 37-43.
- **Sofia von Ellrichshausen e Maurício Pezo**, *Mais Arquitectura*, 18, 2007, pp 44–57.

PUBLICAÇÕES INE

- *Anuário estatístico da região Centro 2005*
- *Anuário estatístico 2005*
- *Anuário estatístico 2006*
- *Caracterização socioprofissional da região norte 2005*
- *Carta de equipamentos e serviços de apoio à população 2002*
- *Classificação portuguesa das construções 2005*
- *Censos 2001*
- *Construção: obras licenciadas e concluídas - 1º trimestre de 2007*
- *Construção: obras licenciadas e concluídas - 2º trimestre de 2007*
- *Estatísticas da construção e habitação 2006*
- *Estatísticas dos serviços prestados às empresas 2005*
- *Estatísticas dos serviços prestados às empresas 2004*
- *Estatísticas da cultura, desporto e recreio 1999*
- *Estatísticas históricas portuguesas 2001*
- *Indicadores sociais 2005*
- *Retrato territorial de Portugal 2005*

SÍTIOS DA INTERNET

- <http://www.ine.pt>

(consultado ao longo de toda a investigação)

- http://www.tesisenxarxa.net/TESIS_UB/AVAILABLE/TDX-0906105-121103/

Tese doutoramento de Pedro Brandão em Barcelona

BRANDÃO, Pedro; *Ética e Profissões, no Design Urbano Convicção, Responsabilidade e Interdisciplinaridade - Traços Da Identidade Profissional no Desenho da Cidade*; Tesis Presentada Por Pedro Brandão para la colación del Título de Doctor; Dirigida Por el Dr. A. Remesar; Doctorado Espacio Público Y Regeneración Urbana: Arte Y Sociedad Departamento De Escultura; Universidade De Barcelona; Libros 1 e 2.

(consultado em Agosto 2007)

- <http://tgv-faup.blogspot.com/2005/11/metamorph-metaflux.html>

entrevista a Pedro Gadanho

(consultado em Outubro 2007)

- <http://www.arx.pt>

(consultado em Outubro 2007)

- <http://alea-estp.ine.pt>

(consultado em Outubro 2007)

- <http://www.arquitectos.pt>

Descrição do decorrer do processo da revogação do 73/73

(consultado em Outubro 2007)

- <http://www.esai.pt/CICCOI/INDEX.HTM>

(consultado a partir de Janeiro de 2008)

- <http://www.oasrs.org/conteudo/agenda/noticia592004.asp>

Seminário "Formato - Política Editorial de Arquitectura" promovido pela Ordem dos Arquitectos (Maio 2004)

(consultado em Janeiro de 2008)

- <http://projectos.ordemdosarquitectos.pt/cidadecidadao/files/biblioteca/portugal/PNPOT.pdf>

2006 | Arquitectura e Urbanismo, Por uma Política Nacional de Arquitectura, Contribuição da Ordem dos Arquitectos para o PNPOT, Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

(consultado em Janeiro de 2008)

- <http://www.oasrs.org/conteudo/dossiers/dossiers4.asp>

Sobre o arquitecto

(consultado em Janeiro de 2008)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- **AAVV**, *Encontros de Tomar: I Encontro sobre o Ensino da Arquitectura na Universidade de Coimbra*, Coimbra, e|d|arq, 1997.
- **AAVV**, *EAAE News Sheet 68*, Aarhus, Dinamarca, European Association for Architectural Education, 2004.
- **COSTA**, Alexandre Alves, *Memórias do Cárcere*, Porto, Edições do Curso de Arquitectura da E.S.B.A.P., 1982.
- **FIGUEIRA**, Jorge, *A Forma de um Dedo: Um Mapa Crítico da Escola do Porto*, Trabalho de Síntese elaborado no âmbito da prestação de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 1997.
- **FIGUEIRA**, Jorge, *Escola do Porto: Um Mapa Crítico*, Coimbra, e|d|arq, 2002.
- **NICOL**, David, **PILLING**, Simon, *Changing Architectural Education: Towards a New Professionalism*, 2000.
- **OCKMAN**, Joan, *Architecture Culture: 1943-1968, A Documentary Anthology*, Columbia Books of Architecture, Rizzoli International Publications, 2000.
- **POLLAK**, Martha, *Education of the Architect: historiography, urbanism, and the growth of architectural knowledge*, Cambridge/Massachusetts, The MIT Press, 1997.

SUMÁRIO DE IMAGENS

255

001 Blur Building, Diller + Scofidio	052
002 Blur Building, Diller + Scofidio	052
003 Torre dos Ventos, Toyo Ito	052
004 Praça Leon Aucoc, Lacaton e Vassal	052
005 Construção: Obras licenciadas e concluídas, 1º trimestre de 2007	056
006 Evolução do nº de edifícios e fogos licenciados (variação média dos 4 trimestres)	057
007 Distribuição regional do nº de edifícios, fogos e área total licenciada, 1º trim. 2007	057
008 Características dos fogos concluídos em 2006 em Portugal	057
009 Edifícios licenciados em Portugal, 2000 a 2006	058
010 Fogos licenciados em Portugal, 2000 a 2006	058
011 Variação média anual do número de fogos em Portugal 1992-2006	059
012 Estimativas de alojamento por Concelho em 2006	059
013 Estrutura do número de empresas por actividade	061
014 Prestação de serviços por actividade	061
015 Distribuição da prestação de serviços, por área de Negócios - arquitectura, engenharia e técnicas afins	062
016 Número de projectos de loteamento no último ano elaborados por arquitecto	062
017 Número de projectos de licenciamento para construção da autoria de arquitecto	063
018 Tipo de projecto mais frequentemente elaborado por profissionais de arquitectura	063
019 Domínios de actividade em arquitectura (%)	064
020 Distribuição de imóveis por tipo de arquitectura - 1999	065
021 Estádio Municipal de Braga, E. Souto Moura	069
022 Casa da Música, Rem Koolhaas	069
023 Parque Verde do Mondego, Camilo Cortesão	069
024 Perfil do leitor da revista <i>Arquitectura & Construção</i> (região e classe social)	095
025 Perfil do leitor da revista <i>Arquitectura & Construção</i> (região e classe social)	096
026 Tipo de projecto mais frequente	142
027 Mercado mais importante	142
028 Factores influentes para a decisão de uma atitude pelo inquirido	143
029 Definição de Êxito, ou de Realização Profissional	144
030 Acontecimentos que na opinião dos inquiridos mais terão contribuído para a afirmação da Arquitectura em Portugal	145
031 Perfis vocacionais ou de formação dos inquiridos, considerados mais relevantes para a sua formação como arquitectos	145
032 Corpo de ideias e conteúdos disciplinares considerados mais relevantes pelos inquiridos	146
033 Domínios de actividade em arquitectura	147
034 Área da concepção de estudos e projectos	148
035 Problemas mais importantes da profissão em geral	149
036 Factores mais importantes para ter êxito como arquitecto	151
037 Perfis atitudinais dos arquitectos	151
038 Centro Galego Arte Contemporânea, Álvaro Siza	168
039 Fundação de Serralves, Álvaro Siza	168
040 Fundação Iberê-Camargo, Álvaro Siza	168
041 Serpentine Gallery, Álvaro Siza	168
042 Estação do Oriente, S. Calatrava	171
043 Estádio Nacional de Pequim, Herzog & de Meuron	171
044 Museu Guggenheim Bilbao, F. Gehry	171
045 Centro Pompidou, R. Piano, R. Rogers	171
046 Avaliação do resultado líquido do Starsystem	174
047 Dados relativos à atribuição de responsabilidade a vários agentes pela qualidade da construção	181
048 Dados relativos à atribuição de responsabilidade a vários agentes pela qualidade do espaço urbano ou rural	182
049 Parâmetros de qualidade considerados mais importantes no espaço público	184
050 Grau de satisfação proporcionado pelos edifícios e pelo espaço público	185
051 Grau de satisfação com os vários factores relativos à habitação e ao ambiente urbano no qual esta se insere	185
052 Importância relativa atribuída a vários factores de qualidade da casa	187
053 E que tipo de segurança externa deve ser utilizado?	191
054 O que gostaria mais de ter junto ao seu prédio de habitação?	191
055 Pelo mesmo preço, qual das seguintes hipóteses prefere?	192

056 Diga por ordem CRESCENTE quais os sectores que devem ser mais apoiados pelo Estado e pela Sociedade	193
057 População estrangeira com estatuto legal de residente (principais nacionalidades - 2006)	211
058 Alunos matriculados por nível de ensino (ensino não superior)	211
059 Alunos matriculados no ensino superior	212
060 Alunos matriculados em estabelecimentos de ensino superior, por nível de ensino (gráfico)	212
061 Tecnologias da Informação e da Comunicação nos agregados domésticos	213
062 Espectáculos públicos - evolução do número de sessões e do número médio de espectadores (gráfico)	213
063 Viagens de lazer, recreio e férias, por principais destinos no estrangeiro	214
064 Gráficos comparativos entre os dados recolhidos de 1995 e 2005, sobre o mercado de trabalho da arquitectura	228
065 Gráficos comparativos entre os dados recolhidos de 1995 e 2005, sobre os tipos de projectos de arquitectura	228

SUMÁRIO DE ANEXOS

259

001	Número de edifícios licenciados e concluídos	076
002	Prazo de execução das obras	076
003	Evolução do número de edifícios e fogos licenciados (variação média dos 4 trimestres)	076
004	Distribuição regional do número de edifícios, fogos e área total licenciada, 1º trimestre de 2007	076
005	Edifícios e fogos licenciados em construções novas para habitação familiar, 1º trimestre de 2007 (variação média dos 4 trimestres e tipo de edifício)	076
006	Evolução dos edifícios e fogos concluídos (variação média dos 4 trimestres)	076
007	Distribuição regional do número de edifícios, fogos e área total concluída, 1º trimestre de 2007	076
008	Edifícios e fogos concluídos em construções novas para habitação familiar, 1º trimestre de 2007 (variação média dos 4 trimestres e tipo de edifício)	076
009	Construção: Obras licenciadas e concluídas, 1º trimestre de 2007	077
010	Número de edifícios clássicos. Estimativas para o período 1991-2006 - NUTS II	077
011	Variação média anual do número de edifícios clássicos em Portugal - 1992-2006	077
012	Distribuição dos Fogos por região NUTS II - 1991, 2001 e 2006	077
013	Número de fogos - estimativas para o período 1991-2006 - NUTS I	077
014	Variação média anual do número de fogos em Portugal 1992-2006	077
015	Estimativas de alojamento por Concelho em 2006	078
016	Estimativas da população residente por Concelho em 2006	078
017	Edifícios concluídos por destino segundo o tipo de obra em 2006 em Portugal	078
018	Características dos edifícios para habitação familiar - Construções novas concluídas em 2006 em Portugal	078
019	Edifícios e fogos concluídos em construções novas para habitação familiar em 2006	078
020	Características dos fogos concluídos em 2006 em Portugal	078
021	Características dos fogos concluídos em 2006 em Portugal	079
022	Número de fogos concluídos para habitação por entidade promotora 1994-2006 em Portugal	079
023	Número de fogos concluídos para habitação por entidade promotora em Portugal	079
024	Índice de fogos concluídos - Portugal e respectivas NUTS II - (Ano de 2000 = 100)	079
025	Índice de fogos concluídos em Portugal - (Ano de 2000=100)	079
026	Edifícios licenciados por destino, segundo o tipo de obra em Portugal em 2006	079
027	Características dos edifícios para habitação familiar em construções novas licenciadas em 2006 em Portugal	080
028	Características dos fogos licenciados em 2006 em Portugal	080
029	Edifícios e fogos licenciados em construções novas para habitação familiar em 2006	080
030	Índice de fogos licenciados - Portugal e respectivas NUTS II - (Ano de 2000 = 100)	080
031	Índice de fogos licenciados em Portugal - (Ano 2000 = 100)	080
032	Prazo previsional de execução - Obras licenciadas em 2006	080
033	Prazo efectivo de execução - Obras concluídas em 2006	081
034	Estimativas do parque habitacional 1991-2006 - Edifícios - Habitação familiar clássica em Portugal	081
035	Estimativas do parque habitacional 1991-2006 - Fogos em Portugal	081
036	Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar, por tipologia, em Portugal - 2000 a 2005	081
037	Estimativas do parque habitacional - fogos segundo a tipologia e o tipo de edifício, em Portugal em 2006	081
038	Estimativas do parque habitacional 1991-2006 - número de fogos por edifício em Portugal	081
039	Estimativas do parque habitacional 1991-2006 - densidade de edifícios e de fogos (Número/Km ²), em Portugal	081
040	Edifícios concluídos em Portugal- 2000 a 2006	081
041	Fogos concluídos em Portugal- 2000 a 2006	081
042	Indicadores da construção de edifícios concluídos em construções novas para habitação familiar, em Portugal	081
043	Edifícios concluídos, segundo o tipo de obra, em Portugal	082
044	Edifícios concluídos em construções novas, segundo o destino e características, em Portugal	082
045	Edifícios concluídos em construções novas para habitação familiar segundo o tipo de edifício, em Portugal	082
046	Edifícios concluídos em construções novas para habitação familiar, segundo o número de pavimentos e características, em Portugal	082
047	Edifícios e fogos concluídos em construções novas, segundo a entidade promotora, em Portugal	082
048	Fogos concluídos, segundo o tipo e o destino de obra, em Portugal	082
049	Fogos licenciados, segundo o tipo e o destino de obra, em Portugal	082

050	Fogos construídos em construções novas para habitação familiar, segundo a tipologia, em Portugal	082
051	Prazo de execução efectivo das obras concluídas, por tipo de obra, em Portugal	083
052	Prazo de execução efectivo das obras concluídas, por tipo de edifício, em Portugal	083
053	Prazo de execução efectivo das obras concluídas, em construções novas para habitação familiar por número de fogos do edifício, em Portugal	083
054	Edifícios licenciados em Portugal, 2000 a 2006	083
055	Fogos licenciados em Portugal, 2000 a 2006	083
056	Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar, por tipologia, em Portugal - 2000 a 2005	083
057	Edifícios licenciados, segundo o tipo e destino da obra, em Portugal	083
058	Indicadores da construção de edifícios licenciados em construções novas para habitação familiar, em Portugal	083
059	Edifícios licenciados em construções novas, segundo o destino e características, em Portugal	083
060	Edifícios licenciados em construções novas para habitação familiar segundo o tipo de edifício, em Portugal	083
061	Edifícios licenciados em construções novas para habitação familiar segundo o número de pavimentos e características, em Portugal	083
062	Edifícios e fogos licenciados em construções novas, segundo a entidade promotora, em Portugal	084
063	Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar, segundo a tipologia, em Portugal	084
064	Prazo previsional de execução das obras licenciadas, por tipo de obra, em Portugal	084
065	Prazo previsional de execução das obras licenciadas, por tipo de edifício, em Portugal	084
066	Prazo previsional de execução das obras licenciadas, em construções novas para habitação familiar, por número de fogos do edifício, em Portugal	084
067	Número de edifícios e fogos concluídos 1994-2006 (milhares)	084
068	Número de edifícios e fogos licenciados 1994-2006 (milhares)	084
069	Áreas médias licenciadas por edifício, (1997-2006)	084
070	Variação da área total licenciada, (1997-2006)	085
071	Edifícios e fogos concluídos - principais indicadores (1997-2006)	085
072	Edifícios e fogos licenciados - principais indicadores (1997-2006)	085
073	Volume de negócios de algumas actividades de serviços prestados às empresas por NUTS II, 2005	085
074	Volume de negócios de algumas actividades de serviços prestados às empresas por NUTS II, 2005	085
075	Número de pessoas ao serviço em algumas actividades de serviços prestados às empresas por NUTS II, segundo a actividade e o sexo, 2005	085
076	Estrutura do número de empresas por actividade	085
077	Prestação de serviços por actividade	085
078	Número de pessoas ao serviço por actividade	086
079	Domínios de actividade em arquitectura (%)	086
080	Volume de negócios, por NUTS II - Actividades de arquitectura, engenharia e técnicas afins	086
081	Distribuição da prestação de serviços, por área de negócios - arquitectura, engenharia e técnicas afins	086
082	Volume de negócios por actividade económica do cliente - Actividades de arquitectura, engenharia e técnicas afins	086
083	Pessoal ao serviço - Actividades de arquitectura, engenharia e técnicas afins	086
084	Distribuição da encomenda pública e privada para a periodização estabelecida	087
085	Distribuição da encomenda pública e privada para a periodização estabelecida	087
086	Tipo de projecto mais frequentemente elaborado por profissionais de arquitectura	087
087	Situação do PDM nas autarquias	087
088	Número de planos de pormenor realizados nos últimos 5 anos	087
089	Número de edifícios classificados	087
090	Número de projectos de loteamento no último ano elaborados por arquitecto	088
091	Número médio de loteamentos/Câmara da responsabilidade de arquitecto (por região)	088
092	Número médio de loteamentos/câmara da responsabilidade de arquitecto (por dimensão do Concelho)	088
093	Número de projectos de licenciamento para construção da autoria de arquitecto	088
094	Número médio de projectos de licenciamento da responsabilidade de arquitecto (por região)	088
095	Número médio de projectos de licenciamento da responsabilidade de arquitecto (por dimensão do Concelho)	088
096	Número de técnicos superiores ao serviço da Câmara Municipal	089
097	Número de técnicos superiores ao serviço da Câmara Municipal (por região)	089
098	Número de técnicos superiores ao serviço da Câmara Municipal (por dimensão do Concelho)	089

099	Número de obras (projectos de arquitectura) de iniciativa municipal nos últimos 5 anos	089
100	Número de obras (projectos de arquitectura) de iniciativa municipal nos últimos 5 anos (por região)	089
101	Número de obras (projectos de arquitectura) de iniciativa municipal nos últimos 5 anos (por dimensão do Concelho)	089
102	Concursos de arquitectura realizados nos últimos 5 anos	090
103	Existência de prémios de arquitectura	090
104	Distribuição de imóveis por tipo de arquitectura - 1999	090
105	Distribuição de imóveis por entidade proprietária - 1999	090
106	Evolução Semestral da Audiência Média de Publicações	102
107	Evolução Semestral da Audiência Média de Publicações	102
108	Evolução Semestral da Audiência Média de Publicações	102
109	Evolução Semestral da Audiência Média de Publicações	102
110	Evolução Semestral da Audiência Média de Publicações	102
111	Perfil do leitor da revista <i>Arquitectura & Construção</i> (sexo e idade)	103
112	Perfil do leitor da revista <i>Arquitectura & Construção</i> (região e classe social)	103
113	Perfil do leitor da revista <i>Arquitectura & Construção</i> (região e classe social)	103
114	Dados estatísticos das revistas de arquitectura em Portugal	104
115	DL 73/73	122
116	O Estatuto da Ordem dos Arquitectos	124
117	Regulamento de Deontologia	133
118	Descrição do decorrer do processo de revogação do DL 73/73	140
119	Idade	158
120	Antiguidade como associado	158
121	Antiguidade da licenciatura	158
122	Local de trabalho por região	158
123	Modo de exercício da actividade	158
124	Rendimento profissional anual bruto	158
125	Rendimento familiar mensal líquido	158
126	Facturação anual (valores na então unidade monetária: escudo)	158
127	Número de horas por gabinete	158
128	Número de arquitectos por gabinete	158
129	Sub-contratação de trabalhos	158
130	Tipo de projecto mais frequente	158
131	Mercado mais importante	158
132	Dificuldades profissionais	159
133	Idade	159
134	Local	159
135	Regime	159
136	Rendimento	159
137	Arquitectos inscritos na OA	159
138	Concelhos onde há mais Arquitectos no activo	160
139	Número de concelhos sem arquitectos inscritos	160
140	Número de arquitectos inscritos na SRN da OA por residência	160
141	Idade dos arquitectos inscritos na SRN da OA	160
142	Percentagem de membros por sexo nas secções regionais	160
143	Estrutura	160
144	Dimensão	160
145	Rendimentos	161
146	Estabilidade do contrato	161
147	Remunerações	161
148	Factores influentes para a decisão de uma atitude pelo inquirido	161
149	Definição de Êxito, ou de Realização Profissional	161
150	Acontecimentos que na opinião dos inquiridos mais terão contribuído para a afirmação da Arquitectura em Portugal	161
151	Perfis vocacionais ou de formação dos inquiridos, considerados mais relevantes para a sua formação como arquitectos	162
152	Corpo de ideias e conteúdos disciplinares considerados mais relevantes pelos inquiridos	162
153	Idade (escalões etários)	162

154	Idade por sexo	162
155	Ano de conclusão do curso	162
156	Licenciados dos Cursos Privados e Público	162
157	Frequência de curso de mestrado, doutoramento e pós-graduação	162
158	Exercício de actividade profissional durante a licenciatura	163
159	Exercício de actividade durante a licenciatura por idade	163
160	Frequência de cursos de formação e especialização por idade	163
161	Modalidades de exercício da arquitectura como actividade principal	163
162	Acumulação de actividades	163
163	Domínios de actividade em arquitectura	163
164	Área da concepção de estudos e projectos	164
165	Rendimentos médios mensais brutos por sexo	164
166	Rendimentos de outras actividades remuneradas	164
167	Horas de trabalho	164
168	Dias úteis de férias	164
169	Tipos de clientes mais importantes	164
170	Principal razão para trabalhar por conta própria	165
171	Índice de Notoriedade	165
172	Problemas mais importantes da profissão em geral	165
173	Perfis atitudinais dos arquitectos	165
174	Factores mais importantes para ter êxito como arquitecto	165
175	Modelo interpretativo	165
176	Grau de satisfação proporcionado pelos edifícios e pelo espaço público	198
177	Grau de satisfação proporcionado pelos edifícios e pelo espaço público (por zonas)	198
178	Grau de satisfação com os vários factores relativos à habitação e ao ambiente urbano no qual esta se insere	198
179	Grau de satisfação com os vários factores relativos à habitação e ao ambiente urbano no qual esta se insere (por zonas)	198
180	Grau de satisfação com os vários factores relativos à habitação e ao ambiente urbano no qual esta se insere (por zonas) (continuação)	198
181	Importância relativa atribuída a vários factores de qualidade da casa	198
182	Importância relativa atribuída a vários factores de qualidade da casa (por zonas)	199
183	Importância relativa atribuída a vários factores de qualidade da casa (por zonas) (continuação)	199
184	Parâmetros de qualidade considerados mais importantes no espaço público	199
185	Parâmetros de qualidade considerados mais importantes no espaço público (por zonas)	199
186	Parâmetros de qualidade considerados mais importantes no espaço público (por zonas) (continuação)	199
187	Dados relativos à atribuição de responsabilidade a vários agentes pela qualidade da construção	199
188	Dados relativos à atribuição de responsabilidade a vários agentes pela qualidade da construção (por zonas)	200
189	Dados relativos à atribuição de responsabilidade a vários agentes pela qualidade da construção (por zonas) (continuação)	200
190	Dados relativos à atribuição de responsabilidade a vários agentes pela qualidade do espaço urbano ou rural	200
191	Dados relativos à atribuição de responsabilidade a vários agentes pela qualidade do espaço urbano ou rural (por zonas)	200
192	Dados relativos à atribuição de responsabilidade a vários agentes pela qualidade do espaço urbano ou rural (por zonas) (continuação)	200
193	Qual é área aproximada que considera mínima desejável para a sala comum numa casa de habitação?	200
194	Qual é área aproximada que considera mínima desejável para a cozinha numa casa de habitação?	201
195	Qual é área aproximada que considera mínima desejável para um quarto de dormir numa casa de habitação?	201
196	Diga, por ordem decrescente de importância, qual o equipamento que considera mais indispensável numa casa de habitação?	201
197	Qual a área complementar mais importante necessária a uma casa de habitação?	201
198	Quais os sistemas de energia que são mais importantes numa casa de habitação?	201
199	Qual o melhor revestimento para os pisos interiores de uma casa de habitação?	201
200	Qual o mais importante espaço de uso familiar numa casa de habitação?	202
201	Numa casa de habitação qual o tipo de segurança interna que deve ser utilizado?	202
202	E que tipo de segurança externa deve ser utilizado?	202
203	Qual a melhor vista que deve ter a janela da sala de uma casa de habitação?	202

204	O que gostaria mais de ter junto ao seu prédio de habitação?	202
205	Que tipo de equipamento/decoração é o ideal para a casa de habitação?	202
206	Olhando para valores Éticos, Morais e Culturais da Sociedade Portuguesa e mantendo o Estado o nível de receitas necessário ao seu correcto funcionamento coloque por ordem CRESCENTE, quais as áreas que devem pagar MAIS impostos:	203
207	Das seis áreas referidas, escolha quais as que na sua opinião não devem e/ou devem pagar impostos?	203
208	Diga por ordem CRESCENTE quais os sectores que devem ser mais apoiados pelo Estado e pela Sociedade	203
209	Olhando para os valores Éticos, Morais e Culturais da Sociedade Portuguesa e mantendo o Estado o nível de receitas necessário ao seu correcto funcionamento, escolha:	203
210	Para aumentar o Crescimento Económico do País e o nível de vida dos Portugueses durante os anos de 2008/2009 diga por ordem CRESCENTE qual o sector que deve ser mais apoiado pelo o Estado e pela Sociedade em geral:	203
211	Tendo em consideração que a PRODUTIVIDADE dos Portugueses é das mais baixas da Europa indique por ordem CRESCENTE qual a causa que entende mais certa:	203
212	Pelo mesmo preço, qual das seguintes hipóteses prefere?	204
213	Depois dos 70 anos gostaria de viver onde?	204
214	Na PRAIA, como casa de férias e/ou segunda habitação, o que prefere?	204
215	No CAMPO como casa de férias e/ou segunda habitação, o que é que prefere?	204
216	Quando analisa a hipótese de férias, o que prefere?	204
217	Tendo em consideração que o valor médio da habitação nova em Portugal é de 1.250 euros/m ² e é o mais baixo da zona euro, qual o valor que considera razoável para uma habitação média (T2 com 140 m ²)?	204
218	População estrangeira com estatuto legal de residente em Portugal (1999 a 2001)	218
219	População estrangeira com estatuto legal de residente em Portugal (2002 a 2005)	218
220	Taxa de variação da população estrangeira com estatuto legal de residente em Portugal	218
221	Despesa pública em educação, per capita e em percentagem do PIB (a preços correntes)	218
222	Despesa de consumo final das famílias em educação (a preços correntes)	218
223	Despesa das administrações públicas em educação - base 2000	218
224	Consumo final das famílias em educação - base 2000	218
225	População dos 25 aos 64 anos em aprendizagem (formal ou informal), por sexo (tabela)	218
226	População dos 25 aos 64 anos em aprendizagem (formal ou informal), por sexo (gráfico)	219
227	Nível de educação atingido pela população jovem, por sexo (tabela)	219
228	Nível de educação atingido pela população jovem, por sexo (gráfico)	219
229	Crianças inscritas e taxa de escolarização na educação pré-escolar	219
230	Alunos matriculados no ensino básico regular (tabela)	219
231	Alunos matriculados no ensino básico regular (gráfico)	219
232	Alunos matriculados no ensino secundário regular	220
233	Alunos matriculados, por modalidade de ensino (tabela)	220
234	Alunos matriculados, por modalidade de ensino (gráfico) - %	220
235	Alunos matriculados, no ensino recorrente, por nível de ensino (tabela)	220
236	Alunos matriculados, no ensino recorrente, por nível de ensino (gráfico) - %	220
237	Alunos matriculados no ensino superior, por sexo e sistema de ensino (tabela)	220
238	Alunos matriculados no ensino superior, por sexo e sistema de ensino (gráfico) - %	221
239	Alunos matriculados em estabelecimentos de ensino superior, por nível de ensino (tabela)	221
240	Alunos matriculados em estabelecimentos de ensino superior, por nível de ensino (gráfico)	221
241	Diplomados no ensino superior, por sexo e sistema de ensino (tabela)	221
242	Diplomados no ensino superior, por sexo e sistema de ensino (gráfico)	221
243	Diplomados no ensino superior público, por sexo e ramo de ensino, 2004/05	221
244	Diplomados no ensino superior privado, por sexo e ramo de ensino, 2004/05	222
245	Doutoramentos realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas, por sexo e área científica (tabela)	222
246	Doutoramentos realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas, por sexo e área científica (gráfico)	222
247	Tecnologias da Informação e da Comunicação nos agregados domésticos	222
248	Tecnologias da Informação e da Comunicação nos agregados domésticos	222
249	Posse de computador e ligação à Internet dos agregados domésticos, por região (NUTS II)	222
250	Despesas das câmaras municipais em cultura, por domínio (tabela)	223
251	Despesas das câmaras municipais em cultura, por domínio (gráfico)	223
252	Publicações periódicas - títulos, edições, tiragens e circulação, por tipo de publicação (tabela)	223
253	Publicações periódicas - títulos, edições, tiragens e circulação, por tipo de publicação (tabela) (continuação)	223

254	Publicações periódicas - títulos, edições, tiragens e circulação, por tipo de publicação (gráfico)	223
255	Espectáculos públicos - sessões e espectadores, por tipo de espectáculo (tabela)	223
256	Espectáculos públicos - sessões e espectadores, por tipo de espectáculo (tabela) (continuação)	224
257	Espectáculos públicos - evolução do número de sessões e do número médio de espectadores (gráfico)	224
258	Museus - visitantes e número, por tipologia (tabela)	224
259	Museus - visitantes e número, por tipologia (tabela) (continuação)	224
260	Museus - visitantes, por tipologia (gráfico)	224
261	Museus - número, por tipologia (gráfico)	224
262	Repartição das dormidas por motivo de lazer, recreio e férias, por região (NUTS II)	225
263	Dormidas por motivo de lazer, recreio e férias, por meio de alojamento utilizado	225
264	População com 15 e mais anos que viajou por motivo de lazer, recreio e férias, por sexo e escalão etário	225
265	Viagens de lazer, recreio e férias, por principais destinos no estrangeiro	225
266	Viagens por motivo de lazer, recreio e férias, por mês de partida, segundo a duração	225
267	Lazer, recreio e férias - despesa média por viagem, segundo o motivo, por destino	225
268	Evolução da variação populacional e da taxa de crescimento efectivo (1991 – 2006)	226
269	Evolução da população residente, por grupos etários (1991 – 2006)	226
270	Evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente (1991 – 2006)	226
271	População estrangeira com estatuto legal de residente (principais nacionalidades - 2006)	226
272	Alunos matriculados por nível de ensino (ensino não-superior)	226
273	Alunos matriculados no ensino superior	226
274	Diplomados por área de estudo, 2000/2001 e 2005/2006	227
275	Gráficos comparativos entre os dados recolhidos de 1995 e 2005, sobre o mercado de trabalho da arquitectura	236
276	Gráficos comparativos entre os dados recolhidos de 1995 e 2005, sobre os tipos de projectos de arquitectura	236
277	<i>Trabalhar com um arquitecto</i>	236
278	<i>Trabalhar com um arquitecto</i>	236
279	<i>Trabalhar com um arquitecto</i>	236
280	<i>Trabalhar com um arquitecto</i>	237
281	<i>Trabalhar com um arquitecto</i>	237
282	<i>Trabalhar com um arquitecto</i>	237
283	<i>Trabalhar com um arquitecto</i>	237
284	<i>Trabalhar com um arquitecto</i>	237

AGRADECIMENTOS

267

Chegados aqui e, depois de percorridos todos estes parágrafos, agradeço às pessoas que me acompanharam e que me apoiaram sempre.

Desde já, agradeço ao Professor Doutor Arquitecto José António Bandeirinha, todo o tempo, disponibilidade e dedicação que demonstrou com a minha Prova. Agradeço-lhe pelas suas reflexões, pelo modo como me encaminhou e me ajudou a ver o tema, e sobretudo, agradeço-lhe pelo seu sempre atencioso acompanhamento e amplo conhecimento.

Agradeço também ao Arquitecto João Paulo Cardielos, por ter sempre acreditado em mim, por me ter encorajado e por me ter acompanhado sempre, em tantas e tantas conversas. Obrigada, pelo apoio em todos os momentos e pelo voto de confiança e de amizade.

À Arquitecta Cláudia Albino e a toda a família Cardielos, um agradecimento muito especial, pela forma como me acolheram desde o primeiro dia, pela amizade que sempre demonstraram e por me apontarem já um caminho no futuro.

Ao meu pai, por ser assim,... Por ser o exemplo que eu sempre quis seguir, pela ternura e prontidão com que sempre me ajudou a ver o mundo e a ultrapassar todas as situações. Por ser assim, por ter sido sempre assim, por me fazer ser assim e querer ser sempre melhor.

À minha mãe, pela dedicação extrema.

Aos meus avós, que me apoiaram e mostraram sempre a sua preocupação e interesse.

À Lúgia, pela amizade de tantos anos, por ter estado sempre perto e preocupada em me apoiar.

À Mariana e à Berta, pela sua clarividência, pela crença veemente nas minhas capacidades e por me ensinarem a ver o mundo de outra forma.

Ao Bruno, pela incansável presença sempre do meu lado. Por toda a confiança, compreensão e amor que sempre e incondicionalmente depositou em mim.

Há deficit de cultura arquitectónica na sociedade de hoje?

Será que a arquitectura hoje está, efectivamente, a suprir as referidas necessidades da sociedade?

Vemos ainda a arquitectura de hoje como se vê(em) o(s) arquitecto(s) hoje em Portugal?

Estão hoje criadas melhores condições para o diálogo da arquitectura com a sociedade?

Como se vê(em) o(s) arquitecto(s) hoje em Portugal?

Estão hoje criadas melhores condições para o diálogo da arquitectura com a sociedade?

Qual a influência dos arquitectos do star system na sociedade de hoje?

Será que a arquitectura hoje está, efectivamente, a suprir as referidas necessidades da sociedade?

Estão hoje criadas melhores condições para o diálogo da arquitectura com a sociedade?

Como se vê(em) o(s) arquitecto(s) hoje em Portugal?

Porque é que, por vezes, a arquitectura ainda não é vista como uma profissão de prestígio?

Como se vê(em) o(s) arquitecto(s) hoje em Portugal?

Quais as necessidades a que a arquitectura responde?

Vemos ainda a arquitectura de hoje como se vê(em) o(s) arquitecto(s) hoje em Portugal?

Quais as responsabilidades que os arquitectos têm para com a sociedade?

Como se vê(em) o(s) arquitecto(s) hoje em Portugal?

Qual a influência dos arquitectos do star system na sociedade de hoje?

Quais as responsabilidades que os arquitectos têm para com a sociedade?

Quais as necessidades a que a arquitectura responde?

Ha de deficit de cultura arquitectonica na sociedade de hoje?

Estão hoje criadas melhores condições para o diálogo da arquitectura com a sociedade?

Estão hoje criadas melhores condições para o diálogo da arquitectura com a sociedade?

Qual a influência dos arquitectos do star system na sociedade de hoje?

Quais as responsabilidades que os arquitectos têm para com a sociedade?

Ha deficit de cultura arquitectonica na sociedade de hoje?

Estão hoje criadas melhores condições para o diálogo da arquitectura com a sociedade?

Qual a influência dos arquitectos do star system na sociedade de hoje?

Como se vê(em) o(s) arquitecto(s) hoje em Portugal?

Ha deficit de cultura arquitectonica na sociedade de hoje?

Como se vê(em) o(s) arquitecto(s) hoje em Portugal?

Estão hoje criadas melhores condições para o diálogo da arquitectura com a sociedade?

Qual a influência dos arquitectos do star system na sociedade de hoje?

Será que a arquitectura hoje está, efectivamente, a suprir as referidas necessidades da sociedade?

Qual a influência dos arquitectos do star system na sociedade de hoje?

Quais as responsabilidades que os arquitectos têm para com a sociedade?

Qual a influência dos arquitectos do star system na sociedade de hoje?

Como se vê(em) o(s) arquitecto(s) hoje em Portugal?